



# ASSEMBLÉIA

# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO II — Nº 299

SEXTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 1988

BRASÍLIA — DF

## ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

### SUMÁRIO

#### 1— ATA DA 325ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 25 DE AGOSTO DE 1988

##### I— Abertura da sessão

##### II— Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

##### III— Leitura do Expediente

##### COMUNICAÇÕES

Do Senhor Ailton Cordeiro, justificando sua ausência aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte no período compreendido entre 1º e 4 de agosto do corrente.

Do Senhor Antônio Salim Curiati, justificando sua ausência aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte no período compreendido entre 14 e 21 de agosto do ano em curso.

##### IV— Pequeno Expediente

JOSÉ GENOÍNO — Esforço para estabelecimento de concepção democrática na relação poder civil — Forças Armadas.

MÁRIO MAIA — Denúncia de uso da máquina administrativa estadual em benefício do candidato do PMDB à Prefeitura de Rio Branco, capital do Estado do Acre. Justificativa da ausência do orador à sessão da Assembleia Nacional Constituinte na parte da tarde.

NILSON GIBSON — Reivindicações dos empregados da Usina Santa Teresinha, Município de Água Preta, Estado de Pernambuco.

CÉSAR MAIA — Manifestação da Associação dos Funcionários do Instituto de Resseguros do Brasil.

FARABULINI JÚNIOR — Aposentadoria proporcional.

FRANCISCO DIAS — Rebaixamento do rio Tietê, Estado de São Paulo. Instituição de comando policial fiscalizador nas escolas públicas da Grande São Paulo.

GABRIEL GUERREIRO — Ingerência indevida da Embaixada do Canadá em assuntos de competência exclusiva da Assembleia Nacional Constituinte.

DORETO CAMPANARI — Realização em Brasília, Distrito Federal, de reunião do "Grupo dos Oito", com representantes de países da América Latina para preservação da integridade continental.

OSVALDO BENDER — Aprovação, pela Assembleia Nacional Constituinte, de atribuições aos Estados para criação e emancipação de municípios.

MÁRIO LIMA — (Retirado pelo orador para revisão) — Ameaça de invasão de refinarias de petróleo por blindados do Exército.

OCTÁVIO ELÍSIO — Interferência da Embaixada do Canadá em decisões da Assembleia Nacional Constituinte referentes à política do subsolo.

OLÍVIO DUTRA — Ineficiências do plano de privatização de empresas públicas desenhado pelo Governo.

JOÃO CALMON — Homenagem a Carlos Fernando Lindenberg Filho, eleito "Administrador Emérito" pela Associação dos Administradores do Estado do Espírito Santo.

NELTON FRIEDRICH — Intromissão indevida da Embaixada do Canadá na questão mineral brasileira.

ANTÔNIO DE JESUS — Consequências do elevado índice de inflação na vida do País.

IVO MAINARDI — Desempenho dos candidatos peemedebistas às eleições majoritárias no Estado do Rio Grande do Sul.

JACY SCANAGATTA — Pontos negativos da realização de esforço concentrado para votação do Projeto de Constituição em segundo turno.

JOSÉ LUIZ DE SÁ — Prioridade para a educação no momento de cortes no Orçamento da União.

SOTERO CUNHA — Transcurso do aniversário de fundação do Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

ANTÔNIO FERREIRA — Regulamentação dos salários dos servidores públicos na futura Constituição. Isonomia entre a remuneração de servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

CARLOS VINAGRE — Padronização das instituições das polícias civis no País, na futura Carta Magna.

DENISAR ARNEIRO — Apoio à criação do Sest/Senat para formação e treinamento de mão-de-obra especializada nos setores de trânsito e transporte.

MUSSA DEMES — Violência policial contra a comunidade de Nazaré do Piauí.

FAUSTO FERNANDES — Equiparação de direitos dos trabalhadores rurais e urbanos aposentados.

JOSÉ YUNES — Repúdio às manobras políticas visando à eliminação de dois turnos nas eleições municipais de 1988.

FERES NADER — Realização, em Olímpia, Estado do Rio de Janeiro, do Festival do Folclore.

IVO LECH — Implantação de unidade cumeno-fenol-acetona no Pólo Petroquímico de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.

RUBEN FIGUEIRÓ — Tratamento altruísta e racional dos idosos no Brasil.

CHICO HUMBERTO — Transcurso do centenário de fundação do Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

JORGE IEQUED — Manutenção, no segundo turno de votação do Projeto de Constituição, dos direitos consagrados no campo da seguridade social.

DJENAL GONÇALVES — Participação do empresariado nordestino na continuação das obras da Usina de Xingó, no rio São Francisco, entre os Estados de Sergipe e Alagoas.

INOCÊNCIO OLIVEIRA — Necessidade de incentivos para projetos industriais de qualquer natureza e agropecuários considerados prioritários para o desenvolvimento do Nordeste e Norte, pela Sudene e Sudam, respectivamente.

PAULO MACARINI — Produção nacional de maçã.

PAULO PAIM — Demissão de funcionários do Serpro.

MATHEUS IENSEN — Combate à violência sexual.

DIRCE TUTU QUADROS — Tentativa de suborno de delegados da Polícia Federal.

ARNALDO FARIA DE SÁ — Transcurso do Dia do Soldado.

JOSÉ CAMARGO — Transcurso do 90º aniversário de fundação do Município de Boa Esperança do Sul, Estado de São Paulo.

MANOEL FERREIRA — Congratulações ao Presidente José Sarney pela escolha do Constituinte Ralph Biasi para a Pasta da Ciência e Tecnologia.

### V — Ordem do Dia

Votação das emendas destacadas, oferecidas ao Projeto de Constituição em segundo turno. (Art. 29, § 4º do Regimento Interno) (Votação iniciada)

PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Realização de verificação de **quorum**.

(Procede-se à verificação)

JOÃO HERMANN NETO (Pela ordem) — Sugestões para agilização do processo de votação do futuro texto constitucional.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte João Hermann Neto.

OSCAR CORRÊA (Pela ordem) — Agradecimento à providência pela publicação de destaques com votação adiada.

PRESIDENTE — Existência de **quorum** para a votação.

ARNALDO FARIA DE SÁ (Pela ordem) — Registro da presença do orador no plenário.

PRESIDENTE — Votação da Emenda nº 1.842, do Constituinte Maurício Nasser, referente ao Destaque nº 1.710.

JOVANNI MASINI (Pela ordem) — Desistência da palavra no encaminhamento da votação.

PRESIDENTE — Parecer do Relator favorável à matéria em votação.

NELSON JOBIM (PMDB), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), ROBERTO FREIRE (PCB), ELIAS MURAD (PTB), PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT), EDUARDO BONFIM (PC do B), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC), ADEMIR ANDRADE (PSB), JORGE HAGE (PSDB), GERSON PERES (PDS) (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

(Procede-se à votação)

DIONÍSIO HAGE (Pela ordem) — Registro da presença do orador no plenário.

BETH AZIZE (Pela ordem) — Solidariedade à Constituinte Lúcia Braga, em face de acidente sofrido por sua filha e conseqüente internação em hospital de São Paulo, Estado de São Paulo.

PRESIDENTE — Associação da Mesa à solidariedade emprestada à Constituinte Lúcia Braga.

TADEU FRANÇA (Pela ordem) — Repúdio ao Governo do Estado do Paraná tendo em vista violência policial praticada contra professores no 5º Núcleo Regional de Ensino, Curitiba, Estado do Paraná.

JOSÉ FOGAÇA (Pela ordem) — Retificação do voto do orador à matéria em votação.

SANTINHO FURTADO (Pela ordem) — Respeito do Governador Álvaro Dias, do Estado do Paraná, às reivindicações dos professores da rede estadual de ensino.

PRESIDENTE — Apelo aos Constituintes para não abordarem da tribuna assuntos estranhos à matéria em votação. Aprovação da Emenda nº 1.842.

JOSÉ MAURÍCIO (Pela ordem) — Registro do voto que proferiria à matéria em votação anterior.

PRESIDENTE — Votação da Emenda nº 1.843, do Constituinte Maurício Nasser, referente aos Destaques nºs 1.655 e 1.709.

JOVANNI MASINI (Pela ordem) — Apoio das Lideranças partidárias à matéria em votação.

PRESIDENTE — Parecer do Relator favorável à matéria em votação.

NELSON JOBIM (PMDB), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), ROBERTO FREIRE (PCB), JORGE HAGE (PSDB), ELIAS MURAD (PTB), ADEMIR ANDRADE (PSB), AMARAL NETTO (PDS), ADOLFO OLIVEIRA (PL), EDUARDO BONFIM (PC do B), CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT), PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC) (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

(Procede-se à votação)

PRESIDENTE — Aprovação da Emenda nº 1.843.

LÉZIO SATHLER, CÉSAR MAIA, RICARDO IZAR, RAQUEL CAPIBERIBE, ORLANDO PACHECO, HAROLD SABÓIA (Pela ordem) — Registro do voto que profeririam à matéria em votação anterior.

PRESIDENTE — Votação das Emendas nºs 128 e 382, dos Constituintes Aluizio Campos e Luiz Roberto Ponte, referentes aos Destaques nºs 86 e 1.306.

ARNALDO FARIA DE SÁ (Pela ordem) — Inexistência de acordo de Lideranças para a votação da matéria.

ALÚZIO CAMPOS (Pela ordem) — Desnecessidade de encaminhamento da votação da matéria.

CUNHA BUENO (Pela ordem) — Registro do voto do orador à matéria em votação anterior.

ARNALDO FARIA DE SÁ (Pela ordem) — Impossibilidade técnica da reunião das Emendas nºs 128 e 382.

ARNALDO FARIA DE SÁ (Pela ordem) — Esclarecimentos sobre a matéria em votação.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

SIQUEIRA CAMPOS (Pela ordem) — Inexistência de acordo de Lideranças sobre a matéria em votação.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Siqueira Campos.

LUÍZ ROBERTO PONTE (Pela ordem) — Indispensabilidade do encaminhamento da votação da matéria, em face da polêmica havida em torno da mesma.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Luiz Roberto Ponte.

LUÍZ ROBERTO PONTE, MICHEL TEMER — Encaminhamento da votação.

THEODORO MENDES (Pela ordem) — Pedido de esclarecimento sobre a matéria em votação.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Theodoro Mendes.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer contrário à matéria em votação.

ADOLFO OLIVEIRA (Pela ordem) — Declaração de voto da bancada do PL.

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) — Pedido de adiamento da votação da matéria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte José Genoíno.

LUÍZ ROBERTO PONTE (Pela ordem) — Esclarecimento sobre a matéria em votação.

JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC), FARABÜLINI JÚNIOR (PTB), GERSON PERES (PDS), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), ROBERTO FREIRE (PCB), ADEMIR ANDRADE (PSB), JOSÉ GENOÍNO (PT), BRANDÃO MONTEIRO (PDT), NELSON JOBIM (PMDB), ARTUR DA TÁVOLA (PSDB) — (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Parecer do Relator contrário à matéria em votação.

(Procede-se à votação)

SANDRA CAVALCANTI (Pela ordem) — Esclarecimentos da Mesa sobre oportunidade da votação da matéria referente à exigência de dois turnos nas eleições municipais de 1988.

BRANDÃO MONTEIRO (Pela ordem) — Contradita à questão de ordem da Constituinte Sandra Cavalcanti.

PRESIDENTE — Resposta aos Constituintes Sandra Cavalcanti e Brandão Monteiro.

SANDRA CAVALCANTI (Pela ordem) — Inexistência de acordo de Lideranças sobre a matéria invocada.

PRESIDENTE — Resposta à Constituinte Sandra Cavalcanti.

DÉLIO BRAZ (Pela ordem) — Registro do voto que proferiria à matéria em votação.

PRESIDENTE — Rejeição das Emendas nºs 128 e 382.

MANUEL VIANA (Pela ordem) — Registro do voto que proferiria à matéria em votação anterior.

PRESIDENTE — Votação das Emendas nºs 11 e 966, do Constituinte Nelson Jobim, referente aos Destaques nºs 278, 300 e 1.318.

NELSON JOBIM (Pela ordem) — Apelo aos autores dos Destaques pela retirada das emendas.

PRESIDENTE — Retirada dos destaques pelos autores Manoel Ribeiro e Wagner Lago. Votação da Emenda nº 1.585, do Constituinte Acival Gomes, referente ao Destaque nº 88.

JOSÉ MARIA EYMAEL — Encaminhamento da votação.

JOSÉ MARIA EYMAEL (Pela ordem) — Manutenção da palavra ao orador, para caracterização do princípio do contraditório.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte José Maria Eymael.

EGÍDIO FERREIRA LIMA — Encaminhamento da votação. (Retirado pelo orador para revisão.)

ROBERTO FREIRE (PCB), ADOLFO OLIVEIRA (PL), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC), GERSON PERES (PDS), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), FARABULINI JÚNIOR (PTB), PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), NELSON JOBIM (PMDB), JORGE HAGE (PSDB), ADEMIR ANDRADE (PSB), EDUARDO BONFIM (PC do B), CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT) — (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

(Procede-se à votação)

CRISTINA TAVARES (Pela ordem) — Protesto contra a demissão de funcionários do Serpro, em greve.

LEITE CHAVES (Pela ordem) — Retificação do voto à matéria em votação.

GASTONE RIGHI (Pela ordem) — Registro do voto à matéria em votação.

PRESIDENTE — Rejeição da Emenda nº 1.585. Prejudicialidade da Emenda nº 904, do Constituinte Joaquim Sucena, referente ao Destaque nº 1.167, pela ausência do orador no plenário. Votação das Emendas nºs 957, 10, 460, 214, 62, 903 e 1.100, dos Constituintes Nestor Duarte, Nilson Gibson, Joaquim Bevilacqua, Ricardo Izar, Paulo Pimentel, Joaquim Sucena e Osvaldo Bender, respectivamente, referente aos Destaques nºs 34, 253, 262, 583, 781, 1.168 e 1.339.

OSVALDO BENDER (Pela ordem) — Existência de consenso entre as Lideranças para aprovação da matéria em votação.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer favorável à matéria em votação.

NELSON JOBIM (PMDB), PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), JOSÉ LOURENÇO (PFL),

ADEMIR ANDRADE (PSB), GERSON PERES (PDS), EDUARDO BONFIM (PC do B), ROBERTO FREIRE (PCB), CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT), FARABULINI JÚNIOR (PTB), JORGE HAGE (PSDB), ADOLFO OLIVEIRA (PL), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC) — (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas

(Procede-se à votação)

GONZAGA PATRIOTA, MARIA DE LOURDES ABADIA (Pela ordem) — Registro de voto "sim" na votação em curso.

PRESIDENTE — Aprovação da reunião das Emendas nºs 957, 10, 460, 214, 62, 903 e 1.100.

FLÁVIO PALMIER DA VEIGA (Pela ordem) — Registro do voto que proferiria na votação anterior.

PRESIDENTE — Reiteração da convocação de sessões da Assembleia Nacional Constituinte para os próximos dias 26, 27, 28, com o prosseguimento normal dos trabalhos após domingo.

IRMA PASSONI, MATHEUS IENSEN, ELIAS MURAD (Pela ordem) — Registro do voto que profeririam na votação anterior.

PRESIDENTE — Prejudicialidade das Emendas nºs 1.157 e 289, dos Constituintes Messias Soares e Álvaro Pacheco, por ausência dos autores em plenário.

WILSON CAMPOS (Pela ordem) — Retirada da Emenda nº 1.044.

ALUÍZIO CAMPOS (Pela ordem) — Registro do voto que proferiria na votação anterior.

JOSÉ LOURENÇO (Pela ordem) — Retirada do Destaque nº 1.485.

PRESIDENTE — Prejudicialidade da Emenda nº 1.262, do Constituinte Manoel Castro, por ausência do autor de plenário.

EXPEDITO MACHADO (Pela ordem) — Retirada da Emenda nº 1.137.

PRESIDENTE — Prejudicialidade das Emendas nºs 1.237 e 1.005, dos Constituintes Messias Soares e Ruberval Pilotto, por ausência dos autores em plenário.

TITO COSTA (Pela ordem) — Retirada da Emenda nº 85.

PRESIDENTE — Prejudicialidade da Emenda nº 642, do Constituinte Jorge Arbage, por ausência do autor em plenário.

JOAQUIM SUCENA (Pela ordem) — Registro do voto que proferiria na votação anterior.

SAMIR ACHÓA (Pela ordem) — Retirada da Emenda nº 133.

PRESIDENTE — Votação da Emenda nº 378, do Constituinte Cunha Bueno, referente ao Destaque nº 234.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Apelo ao autor para retirada da emenda.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (Pela ordem) — Tribunal competente para julgamento dos Governadores, na hipótese de aprovação da emenda.

PRESIDENTE — Prejudicialidade da Emenda nº 378, por ausência do autor em plenário.

JOAQUIM BEVILACQUA (Pela ordem) — Retirada da Emenda nº 461.

JALLES FONTOURA (Pela ordem) — Retirada da Emenda nº 71.

PRESIDENTE — Prejudicialidade da Emenda nº 1.211, do Constituinte Carlos Vinagre, por ausência de plenário.

PACILO PAIM (Pela ordem) — Registro do voto que proferiria na votação anterior.

PRESIDENTE — Votação da Emenda nº 1.557, do Constituinte José Dutra, referente ao Destaque nº 1.001.

JOSÉ DUTRA (Pela ordem) — Desistência da palavra para encaminhar a votação.

NELSON JOBIM (PMDB), PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), ROBERTO FREIRE (PCB), ADOLFO OLIVEIRA (PL), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), JORGE HAGE (PSDB), CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT), BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS), SÓLON BORGES DOS REIS (PTB), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC), ADEMIR ANDRADE (PSB) — (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

(Procede-se à votação)

ELIAS MURAD (Pela ordem) — Transcurso do Dia Nacional Contra o Tabagismo. Homenagem ao Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva por ter deixado o vício do tabagismo.

NELSON JOBIM (Pela ordem) — Apelo à bancada do PMDB para permanência em Brasília sábado e domingo, para aceleração do processo de votação.

PRESIDENTE — Aprovação da Emenda nº 1.557. Votação da reunião das Emendas nºs 1.325, 865 e 782, dos Constituintes Plínio Arruda Sampaio, Elias Murad e Oscar Corrêa, referente aos Destaques nºs 143, 926 e 1.115.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), NELSON JOBIM (PMDB), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), ROBERTO FREIRE (PCB), FLORICENO PAIXÃO (PDT), BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS), JORGE HAGE (PSDB), ELIAS MURAD (PTB), ADOLFO OLIVEIRA (PL), ADEMIR ANDRADE (PSB), HAROLDO LIMA (PC do B) — (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

(Procede-se à votação)

PRESIDENTE — Aprovação das Emendas nºs 1.325, 865 e 782.

JOSÉ SERRA, JAMIL HADDAD, DARCY DEITOS, WAGNER LAGO, HÉLIO ROSAS, JOSÉ PAULO BISOL, MÁRCIO BRAGA, FLORESTAN FERNANDES (Pela ordem) — Registro de voto que profeririam na votação anterior.

PRESIDENTE — Retirada das Emendas nºs 1.053 e 1.672. Prejudicialidade da Emenda nº 746, do Constituinte Joaquim Francisco, por ausência do autor de plenário. Retirada da Emenda nº 1.597.

PRESIDENTE — Votação da Emenda nº 832, do Constituinte Wilson Martins, referente aos Destaques nºs 1.035 e 1.724.

WILSON MARTINS — Encaminhamento da votação.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer favorável à aprovação da matéria.

EGÍDIO FERREIRA LIMA (Pela ordem) — Retificação do voto registrado no painel relativamente à votação anterior.

NELSON JOBIM (PMDB), ROBERTO FREIRE (PCB), ADOLFO OLIVEIRA (PL), EDUARDO BONFIM (PC do B), ADEMIR ANDRADE (PSB), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS), JORGE HAGE (PSDB), PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC), LUIZ SALOMÃO (PDT) — (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

(Procede-se à votação)

**PRESIDENTE** — Aprovação da Emenda nº 832. Votação da Emenda nº 302, do Constituinte Michel Temer, referente ao Destaque nº 860.

MICHEL TEMER (Pela ordem) — Retirada da Emenda nº 302.

**PRESIDENTE** — Votação da Emenda nº 143, do Constituinte Milton Barbosa, referente ao Destaque nº 1.736.

MILTON BARBOSA (Pela ordem) — Retirada da Emenda nº 143.

**PRESIDENTE** — Votação da Emenda nº 914, do Constituinte Francisco Amaral, referente ao Destaque nº 257.

JOÃO CALMON (Pela ordem) — Registro do voto que proferiria na votação anterior.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer sobre o inciso I dos §§ 1º e 3º do art. 117.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), NELSON JOBIM (PMDB), GERSON PERES (PDS), ROBERTO FREIRE (PCB) — (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

**PRESIDENTE** — Retirada da Emenda nº 914. Prejudicialidade da Emenda nº 864, do Constituinte Carlos de Carli, por ausência do autor de plenário. Votação da reunião das Emendas nºs 1.634, 26, 25, 415, 1.233, 155, 1.256, 235, 1.037, 220 e 1.504.

ALOYSIO CHAVES, PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO — Encaminhamento da votação.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer favorável à matéria em votação.

INOCÊNCIO OLIVEIRA (Pela ordem) — Adiamiento da votação da matéria para a sessão vespertina.

GASTONE RIGHI (Pela ordem) — Declaração de voto da bancada do PTB.

GERSON PERES (Pela ordem) — Apelo aos Constituintes para retirada de plenário.

ADOLFO OLIVEIRA (PL), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC), ROBERTO FREIRE (PCB), ADEMIR ANDRADE (PSB), PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), JORGE HAGE (PSDB), AMARAL NETTO (PDS), HAROLDO LIMA (PC do B), CÉSAR MAIA (PDT), NELSON JOBIM

(PMDB) — (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

**PRESIDENTE** — Convocação de sessão da Assembléia Nacional Constituinte para as 15h.

NELTON FRIEDRICH, JOÃO LOBO, HÉLIO ROSAS (Pela ordem) — Registro dos votos que profeririam na votação em curso.

**PRESIDENTE** — Anúncio da inexistência de **quorum** para votação.

## VI — Encerramento

Discurso do Sr. Egídio Ferreira Lima, publicado no **DANC** de 4-8-88, que se republica por haver saído com omissões: encaminhamento da votação da Emenda nº 1.324, do Constituinte José Genoíno, referente ao Destaque nº 133.

Discurso do Sr. Egídio Ferreira Lima, publicado no **DANC** de 28-7-88, que se republica por haver saído com omissões: declaração de voto contrário à emenda supressiva objeto de votação.

## 2 — MESA (Relação dos membros)

## 3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)

# Ata da 325ª Sessão, Extraordinária, matutina em 25 de agosto de 1988

*Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Marcelo Cordeiro,*

*Primeiro-Secretário; e Mário Maia, Segundo-Secretário*

**ÀS 9:00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:**

Abigail Feitosa — PSB; Acival Gomes — PMDB; Adauto Pereira — PDS; Ademir Andrade — PSB; Adhemar de Barros Filho — PDT; Adolfo Oliveira — PL; Adroaldo Streck — PDT; Adylson Motta — PDS; Aécio de Borba — PDS; Aécio Neves — PMDB; Affonso Camargo — PTB; Afonso Arianos — PSDB; Afonso Sancho — PDS; Agassiz Almeida — PMDB; Agripino de Oliveira Lima — PFL; Ailton Cordeiro — PFL; Alarico Abib — PMDB; Albano Franco — PMDB; Albérico Cordeiro — PFL; Albérico Filho — PMDB; Alcení Guerra — PFL; Aldo Arantes — PC do B; Alexandre Costa — PFL; Alexandre Puzyna — PMDB; Alfredo Campos — PMDB; Almir Gabriel — PMDB; Aloisio Vasconcelos — PMDB; Aloysio Chaves — PFL; Aloysio Teixeira — PMDB; Aluizio Bezerra — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Antônio — PMDB; Alysson Paulinelli — PFL; Amaral Netto — PDS; Amaury Müller — PDT; Amílcar Moreira — PMDB; Ângelo Magalhães — PFL; Anna Maria Rattes — PSDB; Annibal Barcellos — PFL; Antero de Barros — PMDB; Antônio Carlos Franco — PMDB; Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Antoniocarlos Mendes Thame —

PFL; Antônio de Jesus — PMDB; Antonio Ferreira — PFL; Antonio Gaspar — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Antonio Perosa — PSDB; Antonio Ueno — PFL; Arnaldo Faria de Sá — PJ; Arnaldo Martins — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Arnaldo Prieto — PFL; Arnold Fioravante — PDS; Aroldo de Oliveira — PFL; Artenir Werner — PDS; Artur da sdrubal Bentes — PMDB; Assis Canuto — PFL; Átila Lira — PFL; Augusto Carvalho — PCB; Áureo Mello — PMDB; Basílio Villani — PTB; Benedicto Monteiro — PTB; Benedita da Silva — PT; Benito Gama — PFL; Bernardo Cabral — PMDB; Beth Azeite — PSDB; Bezerra de Melo — PMDB; Bocayuva Cunha — PDT; Bonifácio de Andrada — PDS; Bosco França — PMDB; Brandão Monteiro — PDT; Caio Pompeu — PSDB; Carlos Alberto Caó — PDT; Carlos Benevides — PMDB; Carlos Cardinal — PDT; Carlos Chiarelli — PFL; Carlos Cotta — PSDB; Carlos De'Carli — PTB; Carlos Mosconi — PSDB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Carrel Benevides — PTB; Cássio Cunha Lima — PMDB; Célio de Castro — PSDB; Celso Dourado — PMDB; César Cals Neto — PSD; César Maia — PDT; Chagas Duarte — PFL; Chagas Neto — PMDB; Chagas Rodrigues — PSDB; Chico Humberto — PDT; Christóvam Chiaradia — PFL; Cid

Carvalho — PMDB; Cid Sabóia de Carvalho — PMDB; Cláudio Ávila — PFL; Cleonânio Fonseca — PFL; Costa Ferreira — PFL; Cristina Tavares — PSDB; Cunha Bueno — PDS; Dáilton Canabrava — PMDB; Darcy Deitos — PMDB; Darcy Pozza — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Davi Alves Silva — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Delfim Netto — PDS; Délio Braz — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Dionísio Dal Prá — PFL; Dionísio Hage — PFL; Dirceu Tutu Quadros — PSDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Djenal Gonçalves — PMDB; Domingos Leonelli —; Doretto Campanari — PMDB; Edésio Frias — PDT; Edison Lobão — PFL; Edivaldo Motta — PMDB; Edme Tavares — PFL; Edmilson Valentim — PC do B; Eduardo Bonfim — PC do B; Eduardo Jorge — PT; Eduardo Moreira — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Elias Murad — PTB; Eliel Rodrigues — PMDB; Eliézer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Eraldo Tinoco — PFL; Eraldo Trindade — PFL; Eríco Pegoraro — PFL; Ervin Bonkoski — PTB; Etevaldo Nogueira — PFL; Euclides Scalco — PSDB; Eunice Michiles — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; Expedito Machado — PMDB; Fábio Feldmann — PSDB; Fábio Raunheitti — PTB; Farabulini Júnior — PTB; Fausto Fernandes — PMDB; Fausto Rocha — PFL; Felipe Mendes —



PDS; Feres Nader — PTB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Fernando Gasparian — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Henrique Cardoso — PSDB; Fernando Lyra — PDT; Fernando Santana — PCB; Fernando Velasco — PMDB; Firmo de Castro — PMDB; Flavio Palmier da Veiga — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Floriceno Paixão — PDT; França Teixeira — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Carneiro — PMDB; Francisco Coelho — PFL; Francisco Dias — PMDB; Francisco Diógenes — PDS; Francisco Dornelles — PFL; Francisco Kuster — PSDB; Francisco Rollemberg — PMDB; Francisco Rossi — PTB; Furtado Leite — PFL; Gabriel Guerreiro — PMDB; Gandi Jamil — PFL; Gastone Righi — PTB; Genésio Bernardino — PMDB; Geovani Borges — PFL; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Geraldo Bulhões — PMDB; Geraldo Campos — PSDB; Geraldo Fleming — PMDB; Gerson Camata — PMDB; Gerson Marcondes — PMDB; Gerson Peres — PDS; Gidel Dantas — PDC; Gilson Machado — PFL; Gonzaga Patriota — PMDB; Guilherme Palmeira — PFL; Gumercindo Milhomem — PT; Gustavo de Faria — PMDB; Harlan Gadelha — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Haroldo Sabóia — PMDB; Hélio Costa — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; Hélio Rosas — PMDB; Henrique Córdova — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Hermes Zaneti — PSDB; Hilário Braun — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Lucena — PMDB; Humberto Souto — PFL; Iberê Ferreira — PFL; Ibsen Pinheiro — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Irma Passoni — PT; Ismael Wanderley — PMDB; Israel Pinheiro — PMDB; Itamar Franco — ; Iturrial Nascimento — PMDB; Ivo Cersósimo — PMDB; Ivo Lech — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Jacy Scanagatta — PFL; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — PDC; Jalles Fontoura — PFL; Jamil Haddad — PSB; Jarbas Passarinho — PDS; Jayme Paliarin — PTB; Jayme Santana — PSDB; Jesualdo Cavalcanti — PFL; Jesus Tajra — PFL; Joaci Góes — PMDB; João Agripino — PMDB; João Alves — PFL; João Calmon — PMDB; João Carlos Bacelar — PMDB; João Castelo — PDS; João da Mata — PDC; João de Deus Antunes — PTB; João Herrmann Neto — PSB; João Lobo — PFL; João Machado Rollemberg — PFL; João Menezes — PFL; João Natal — PMDB; João Paulo — PT; João Rezek — PMDB; Joaquim Bevilacqua — PTB; Joaquim Hayckel — PMDB; Joaquim Sucena — PTB; Jofran Frejat — PFL; Jonas Pinheiro — PFL; Jonival Lucas — PDC; Jorge Arbage — PDS; Jorge Bornhausen — PFL; Jorge Hage — PSDB; Jorge Leite — PMDB; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Quevedo — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Agripino — PFL; José Camargo — PFL; José Carlos Coutinho — PL; José Carlos Grecco — PSDB; José Carlos Martínez — PMDB; José Carlos Sabóia — PSB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Costa — ; José da Conceição — PMDB; José Dutra — PMDB; José Egreja — PTB; José Elias — PTB; José Fernandes — PDT; José Fogaça — PMDB; José Freire — PMDB; José Genoíno — PT; José Geraldo — PMDB; José Guedes — PSDB; José Ignácio Ferreira — PMDB; José Jorge — PFL; José Lins — PFL; José Lourenço — PFL; José Luiz de Sá — PL; José Luiz

Maia — PDS; José Maranhão — PMDB; José Maria Eymael — PDC; José Maurício — PDT; José Melo — PMDB; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; José Paulo Bisol — PSDB; José Queiroz — PFL; José Richa — PSDB; José Santana de Vasconcellos — PFL; José Serra — PSDB; José Tavares — PMDB; José Teixeira — PFL; José Thomaz Nonô — PFL; José Tinoco — PFL; José Ulisses de Oliveira — PMDB; José Viana — PMDB; José Nunes — PMDB; Giovanni Masini — PMDB; Juarez Antunes — PDT; Júlio Campos — PFL; Júlio Costamilan — PMDB; Jutahy Magalhães — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Lael Varella — PFL; Lavoisier Maia — PDS; Leite Chaves — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Leopoldo Peres — PMDB; Leur Lomanto — PFL; Levy Dias — PFL; Lezio Sathler — PMDB; Lídice da Mata — PC do B; Louremberg Nunes Rocha — PTB; Lourival Baptista — PFL; Lúcia Vânia — PMDB; Lúcio Alcântara — PFL; Luís Eduardo — PFL; Luís Roberto Ponte — PMDB; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Luiz Freire — PMDB; Luiz Gushiken — PT; Luiz Henrique — PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva — PT; Luiz Marques — PFL; Luiz Salomão — PDT; Luiz Viana — PMDB; Luiz Viana Neto — PMDB; Lysâneas Maciel — PDT; Maguito Vilela — PMDB; Maluly Neto — PFL; Manoel Castro — PFL; Manoel Moreira — PMDB; Manoel Ribeiro — PMDB; Mansueto de Lavor — PMDB; Marcelo Cordeiro — PMDB; Márcia Kubitschek — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Lacerda — PMDB; Marco Maciel — PFL; Marcos Lima — PMDB; Marcos Queiroz — PMDB; Maria de Lourdes Abadia — PSDB; Maria Lúcia — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário Covas — PSDB; Mário de Oliveira — PMDB; Mário Lima — PMDB; Mário Maia — PDT; Marluce Pinto — PTB; Matheus Iensen — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Maurício Maurício Fruet — PMDB; Maurício Nasser — PMDB; Maurício Pádua — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Mauro Benevides — PMDB; Mauro Borges — PDC; Mauro Campos — PSDB; Mauro Miranda — PMDB; Mauro Sampaio — PMDB; Max Rosenmann — PMDB; Meira Filho — PMDB; Melo Freire — PMDB; Mello Reis — PDS; Mendes Botelho — PTB; Mendes Canale — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Messias Góis — PFL; Messias Soares — PTR; Michel Temer — PMDB; Milton Barbosa — PDC; Milton Lima — PMDB; Milton Reis — PMDB; Miraldo Gomes — PDC; Miro Teixeira — PMDB; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL; Mussa Dernes — PFL; Myrian Portella — PDS; Nabor Júnior — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Narciso Mendes — PFL; Nelson Aguiar — PDT; Nelson Carneiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Nelson Sabrá — PFL; Nelson Seixas — PDT; Nelson Wedekin — PMDB; Nelton Friedrich — PSDB; Nestor Duarte — PMDB; Ney Maranhão — PMB; Nilson Gibson — PMDB; Nion Albemaz — PMDB; Norberto Schwantes — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Octávio Elisio — PSDB; Odacir Soares — PFL; Olívio Dutra — PT; Onofre Corrêa — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Orlando Pacheco — PFL; Oscar Corrêa — PFL; Osmar Leitão — PFL; Osmir Lima — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Osvaldo Macedo — PMDB; Osvaldo Sobrinho — PTB; Osvaldo Almeida — PL; Osvaldo Trevisan — PMDB; Otomar Pinto — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Almada — PMDB; Paes Landim — PFL;

Paulo Delgado — PT; Paulo Macarini — PMDB; Paulo Marques — PFL; Paulo Mincarone — PMDB; Paulo Paim — PT; Paulo Pimentel — PFL; Paulo Ramos — PMN; Paulo Roberto — PMDB; Paulo Roberto Cunha — PDC; Paulo Silva — PSDB; Paulo Zarzur — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Pedró Ceolin — PFL; Pimenta da Veiga — PSDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Plínio Martins — PMDB; Pompeu de Sousa — PSDB; Rachid Saldanha Derzi — PMDB; Raimundo Lira — PMDB; Raimundo Rezende — PMDB; Raquel Cândido — PDT; Raquel Capiberibe — PSB; Raul Belém — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Renan Calheiros — PSDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Ricardo Fiuza — PFL; Ricardo Izar — PFL; Rita Camata — PMDB; Rita Furtado — PFL; Roberto Augusto — PTB; Roberto Balestra — PDC; Roberto Brant — ; Roberto Campos — PDS; Roberto D'Ávila — PDT; Roberto Freire — PCB; Roberto Torres — PTB; Roberto Vital — PMDB; Robson Marinho — PSDB; Rodrigues Palma — PTB; Ronaldo Aragão — PMDB; Ronaldo Cezar Coelho — PSDB; Ronan Tito — PMDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Rospide Netto — PMDB; Rubem Branquinho — PMDB; Rubem Medina — PFL; Ruben Figueiró — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Ruy Bacelar — PMDB; Ruy Nedei — PMDB; Sadie Hauache — PFL; Salatiel Carvalho — PFL; Samir Achôa — PMDB; Sandra Cavalcanti — PFL; Santinho Furtado — PMDB; Saulo Queiroz — PSDB; Sérgio Brito — PFL; Sérgio Naya — PMDB; Sérgio Spada — PMDB; Sérgio Werneck — PMDB; Severo Gomes — PMDB; Sigmaringa Seixas — PSDB; Sílvio Abreu — PSC; Simão Sessim — PFL; Siqueira Campos — PDC; Sólton Borges dos Reis — PTB; Sotero Cunha — PDC; Stélio Dias — PFL; Tadeu França — PDT; Telmo Kirst — PDS; Teotônio Vilela Filho — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tito Costa — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Ubiratan Spinelli — PDS; Uldurico Pinto — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valmir Campelo — PFL; Vasco Alves — PSDB; Vicente Bogo — PSDB; Victor Faccioni — PDS; Victor Fontana — PFL; Victor Trovão — PFL; Vilson Souza — PSDB; Vingit Rosado — PMDB; Vinicius Canção — PFL; Virgildásio de Senna — PSDB; Virgílio Galassi — PDS; Virgílio Guimarães — PT; Vitor Buaiz — PT; Vladimir Palmeira — PT; Wagner Lago — PMDB; Waldec Ornelas — PFL; Waldyr Pugliesi — PMDB; Walmor de Luca — PMDB; Wilma Maia — PDS; Wilson Campos — PMDB; Wilson Martins — PMDB; Ziza Valadares — PSDB.

## I — ABERTURA DA SESSÃO

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Cordeiro) — A lista de presença registra o comparecimento de 284 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

## II — LEITURA DE ATA

**O SR. MÁRIO MAIA**, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Cordeiro) — Passa-se à leitura do expediente.

**O SR. NILSON GIBSON**, servindo como 1º — Secretário, procede à leitura do seguinte.

### III — EXPEDIENTE

#### COMUNICAÇÕES

**Do Sr. Constituinte Ailton Cordeiro, nos seguintes termos:**

Brasília, 23 de agosto de 1988

Of. Gab.: 26/88

Assunto: Informação (FAZ)

Senhor Presidente.

Com o presente, informo a Vossa Excelência que estive ausente de Brasília no período compreendido entre 1º a 4 de agosto do corrente ano, por motivo de saúde, conforme prova o atestado médico que acompanha o presente.

Sem outro assunto, apresento as minhas

Cordiais saudações — **Ailton Cordeiro**.

**Do Sr. Constituinte Antônio Salim Curiati, nos seguintes termos:**

Brasília, 23 de agosto de 1988

Senhor Presidente:

Dirijo-me a V. Exª com a finalidade de comunicar a minha ausência aos trabalhos desta Assembleia Nacional Constituinte no período compreendido entre 14 e 21 de agosto do corrente ano, em decorrência de motivos de força maior, conforme atestado médico que aqui envio anexo. Certo de sua compreensão, agradeço-lhe a atenção.

Atenciosamente — **Antonio Salim Curiati**.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Cordeiro) — Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao

### IV — PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno.

**O SR. JOSÉ GENOINO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, queremos aqui — e já o fizemos algumas vezes — registrar o aspecto positivo e pontual do capítulo "Dos Direitos e das Garantias Individuais", aprovados pela Assembleia Nacional Constituinte, e de algumas das reivindicações votadas e aprovadas no capítulo "Dos Direitos Sociais."

Estamos discutindo, agora, a Organização dos Poderes, e chamo a atenção de V. Exª para um ponto da maior importância que enfrentaremos logo mais. Esta questão é importante, apesar de a divulgação do assunto não corresponder à dimensão do seu conteúdo. Refiro-me exatamente à organização estatal, ao papel das Forças Armadas e ao organismo coercitivo do Estado.

Estamos batalhando, desde a fase das subcomissões, por uma concepção mais democrática na relação poder civil — Forças Armadas e no espaço político que as Forças Armadas ocupam na organização do Estado democrático. Nessa matéria, fomos derrotados nas subcomissões, na comissões temáticas, na Comissão de Sistema-

tização e no primeiro turno de votação. Vamos novamente insistir, agora, no segundo turno, a fim de que, através de emendas supressivas, posamos estabelecer uma adequação entre aquilo que representa o avanço nos direitos, nas garantias e nas liberdades individuais e a organização política do Estado.

Se é verdade que conseguimos inovar em alguns aspectos do Projeto de Constituição, como fizemos recentemente no que concerne ao papel do Legislativo, o fim do decreto-lei, a prerrogativa de apreciar, mudar, votar e de acrescentar o Orçamento — na questão da organização política dos militares esta Constituição não conseguiu avançar. É a manutenção de uma situação que reflete aquilo que já falei e vou repetir, o aspecto da tutela militar no Estado. É claro que não se trata da tutela com base na doutrina de segurança nacional, mas daquela legitimada por uma tradição constitucional brasileira, desde a Constituição de 1891, e que foi muitas vezes instrumento para intervenção política geral, até para intervenções pontuais em greves.

Sei que o nobre Constituinte Nilson Gibson, que logo em seguida usará a tribuna, um dos defensores da tutela militar, certamente se opõe às minhas idéias. Mas esse texto precisa adequar as liberdades individuais e coletivas à organização estatal. Vamos insistir nesse tema no Título V, particularmente na organização do Estado e defesa do papel político das Forças Armadas.

**O SR. MÁRIO MAIA** (PDT — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, ainda ontem ocupei esta tribuna para comentar aspectos das eleições para prefeitos dos municípios acreanos. Hoje, volto a enfatizar o mesmo tema, trazendo novas informações sobre o uso da máquina estadual em benefício do candidato do PMDB. Faço estas denúncias, como já disse, não sem constrangimentos, porém para que a justiça se proceda e a moralidade das eleições seja respeitada.

Todos sabemos que o Estado do Acre é uma unidade depauperada, empobrecida, vilipendiada pela carência generalizada. Uma das mais pobres entre todas as pobres. No Acre não existem grandes fortunas. Não há como alguém tomar-se um grande empresário em termos nacionais ou mesmo um grande produtor rural, pois o mercado consumidor acreano é restrito e as grandes distâncias e a precariedade das estradas inviabilizam empreendimentos comerciais e industriais de grande porte.

A partir deste raciocínio, é incompreensível para nós a ostentação, a grandiosa estrutura, a imensa fortuna que o atual PMDB acreano apresenta em sua campanha eleitoral para as prefeituras municipais, em especial, à Prefeitura de Rio Branco, Capital do Estado. A maneira despuerada com que o PMDB se utiliza dos recursos do Estado causa estupor na sociedade acreana. Já que não existem grandes fortunas, a fábula que o PMDB está gastando só tem uma origem: os cofres públicos.

A impunidade da campanha do PMDB causa irritação ao povo. O próprio candidato desse Partido à Prefeitura de Rio Branco faz propaganda de seu poderio. Em suas entrevistas aos meios de comunicação, ele relata com orgulho os impressionantes números de seus recursos, para, segundo suas palavras, esmagar os adversários

do Governo Estadual. Este mandou publicar que o candidato dispõe de toda a força de que necessitar e mais o aluguel de um prédio de três andares, com várias salas para sede do comitê de propaganda; dezenas de milhares de camisetas, chaveiros e brindes diversos; 60 veículos totalmente equipados, recursos da ordem de 3,5 milhões diários só para a manutenção desses veículos; aviões; funcionários etc. Uma orgia despuerada com dinheiro do povo.

Paralelamente a esse incrível quadro de impunidades, vicejam a miséria, a mendicância, a violência, o desemprego, o analfabetismo, a doença, a injustiça.

Sr. Presidente, nesta oportunidade também de-sejo informar à Casa que terei de viajar, às 10h30 min, para o meu Estado, uma vez que estou sendo solicitado pelos órgãos de informação para fazer uma gravação com todos os candidatos a Prefeito de Rio Branco. Cumprindo nosso dever de Constituintes e de candidatos a Prefeitos, permitimo-nos estar presente aos fins de semana no Estado. Viemos a Brasília na segunda-feira e agora estamos sendo solicitados, com urgência, para irmos ainda hoje fazer aquela gravação. Peço à Mesa para considerar este fato. Se ainda hoje houver um voo à noite, estarei de volta para dar minha presença, senão, voltarei amanhã, porque só temos um voo por dia para o Acre. Estarei aqui às 18 horas, hora regular desse voo, uma vez que V. Exª e esta Casa sabem que o Acre é o Estado mais distante da Federação. Por isso, quero fazer este registro, solicitando à Mesa considerar minha presença hoje nesta sessão, embora eu não possa, pelos motivos expostos, participar do processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Cordeiro) — V. Exª é um dos Constituintes mais assíduos e produtivos desta Assembleia.

**O SR. MÁRIO MAIA** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. NILSON GIBSON** (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, mais uma vez volto à tribuna do Poder Legislativo para denunciar a situação dos trabalhadores da Usina Santa Terezinha, localizada na cidade de Água Preta, em Pernambuco. Ainda no dia de ontem, os trabalhadores juntaram-se diante do Palácio do Campo das Princesas, em busca de solução e para divulgar a miséria em que se encontram. Sem receber seus salários há cinco semanas, pediram ao Governador Miguel Arraes auxílio sob forma de recursos de Cz\$ 150 milhões, necessários para o apontamento da Usina, havendo um compromisso da Justiça do Trabalho, quando a fábrica iniciar a moagem, de colocar em hasta pública o complexo total e de alienação do bem, pois, assim, poderá ser adquirida por um preço melhor e justo.

A Usina Santa Terezinha está há seis anos sob administração judicial, e os seiscentos trabalhadores da indústria e mais de seis mil do campo agonizam em sua crise: ora recebem seus pagamentos, ora ficam desamparados. Como trabalhador pobre não tem a quem recorrer, são comuns a fome e as doenças. O último salário semanal que receberam foi de Cz\$ 2.500,00, cinco semanas atrás.

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, José Joventino, conseguiu que o Governador do Estado enviasse, semanalmente, cestas básicas para as famílias, com o intuito de amenizar a situação, é este aqui em Brasília, com as autoridades ligadas ao assunto, para obter a liberação de recursos financeiros da ordem de Cz\$ 150 milhões. Entretanto, ainda não obteve sucesso na pretensão.

A dívida da Usina Santa Terezinha não se restringe apenas aos atuais empregados, mas a inúmeros credores, inclusive da Fazenda Pública.

Na semana passada deveria ter havido leilão de moedas francesas e de uma destilaria, mas a Justiça do Trabalho, decidindo por bom senso, suspendeu a hasta pública para não prejudicar uma possível reativação da fábrica. Em funcionamento, será mais fácil alienar o complexo industrial e agrícola.

Recentemente — quando estava na Presidência da República, o Deputado Ulysses Guimarães —, levei o assunto ao ilustre Parlamentar, que imediatamente convocou o Ministro da Indústria e do Comércio, em exercício, para examinar o problema, todavia, devido a questões administrativas daquela Pasta, não foi possível definição da situação.

Leio os expedientes, a fim de ficarem constando nos Anais da Assembleia Nacional Constituinte:

Brasília, 1º de agosto de 1988

Ofício nº 130/88

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da República em Exercício  
Palácio do Planalto  
Nesta

Senhor Presidente,

Honrado em dirigir-me a Vossa Excelência, consulto a viabilidade de autorizar a concessão de recursos em favor dos trabalhadores da Usina Santa Terezinha S/A, que encontram-se em situação particularmente difícil devido ao não recebimento de seus vencimentos.

Esclareço a Vossa Excelência, que o pedido já encontra-se formalizado junto ao IAA e ao Ministério da Indústria e do Comércio, sem que tenha sido, contudo, deliberado.

Agradecido pela atenção que o nobre Presidente possa dispensar ao pedido e suas fundamentações em anexo, renovo ao ensejo os sinais de minha amizade e distinguida consideração. Deputado **Nilson Gibson**.

Brasília, 1º de agosto de 1988

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da República em Exercício  
Palácio do Planalto  
Nesta

Senhor Presidente,

Profundamente honrado em dirigir-me a Vossa Excelência, permita-me submeter à vossa superior apreciação apelo em favor dos trabalhadores da Usina Santa Terezinha S/A, referente à liberação de recursos, pedido este que já se encontra sob a análise do IAA e Ministério da Indústria e do Comércio.

A razão que nos leva a pedir a agilização de tal processo está na situação desesperadora em que se encontra aquela classe tra-

balhadora e suas famílias. Sem pagamento, eles enfrentam o drama da fome e da absoluta impossibilidade de garantir o sustento de seus dependentes.

Chamando a atenção para as notas jornalísticas em anexo, que atestam a gravidade do problema, informo ainda que o processo foi formalizado desde abril, sem que até agora tenha sido deliberado.

Confiante em que o assunto encontre finalmente a atenção que tanto necessita, antecipo nossos agradecimentos e reafirmo nossa sincera admiração. — **José Joventino de Melo Filho**, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco.

A seguir, publicação do **Diário de Pernambuco**, de terça-feira, 19 de julho de 1988:

#### "OPERÁRIOS AMEAÇAM SAQUEAR COMÉRCIO

Os operários da usina Serro Azul, de propriedade da Cooperativa Agrícola de Tiriri, estão há duas semanas sem receber os salários e ameaçam saquear o comércio de Palmares devido à situação desesperadora que atravessam com suas famílias. A informação é de José Joventino de Melo Filho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, ao solicitar providências ao Governo. A usina Serro Azul tem um crédito de 12 milhões de cruzados no Instituto do Açúcar e do Alcool, referente ao não pagamento dos subsídios da safra 87/88. Recentemente a usina comercializou 10 milhões de cruzados de açúcar com uma rede de supermercado de Palmares, mas o IAA bloqueou o negócio, deixando a administração em situação difícil. Segundo Joventino, a usina necessita de apenas 16 milhões de cruzados para pagar os salários dos empregados até o final de outubro e ainda concluir o apontamento da indústria. Mas, o sindicalista estranhou que o IAA retenha 22 milhões de cruzados da Serro Azul, causando um quadro social desesperador para milhares de trabalhadores, sem dar nenhuma explicação lógica.

Amanhã, ele viaja a Brasília junto com o presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana em Pernambuco, Gerson Carneiro Leão, a fim de tratar do problema da usina Santa Terezinha, localizada no Município de Água Preta. Eles serão recebidos em audiência pelo Presidente da República, José Sarney, pelo Ministro da Casa Civil, Costa Couto e pelo da Indústria e do Comércio.

Os dois sindicalistas também solicitaram audiência ao governador Miguel Arraes para expor o problema enfrentado pelas duas usinas e cujos efeitos econômicos são repassados para os trabalhadores. Querem ainda uma posição dos deputados federais de Pernambuco em defesa da preservação das duas usinas, as quais consideram viáveis sobre todos os aspectos.

Com relação à usina Santa Terezinha, tanto Joventino como Gerson estão apreensivos devido a notícias publicadas pela imprensa, contendo declarações do Ministério da Indús-

tria e do Comércio, anunciando a intenção de desativar aquele parque açucareiro, o mais tradicional do Estado. Atualmente, a usina encontra-se sob administração judicial, com a participação dos sindicatos de plantadores e operários.

A desativação da Santa Terezinha provocará de imediato a demissão de mais de 10 mil trabalhadores, gerando novos focos de tensão social numa região tumultuada como é a Mata Sul, totalmente dependente da produção de açúcar. Por isso, os dois sindicatos querem a liberação de recursos para o apontamento da usina e sua preservação industrial.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, na forma regimental, solicito, através da Mesa, informações do Ministro da Indústria e do Comércio sobre a situação da Usina Santa Terezinha S/A, localizada na cidade de Água Preta, em Pernambuco, pois, segundo sei, o IAA recentemente bloqueou a comercialização de Cz\$ 210 milhões de açúcar, conforme noticiou a imprensa.

A desativação da Usina Santa Terezinha provocará de imediato a demissão de mais de 10 mil trabalhadores, o que poderá gerar novos focos de tensão social numa região tumultuada como a Mata Sul, do Estado de Pernambuco, totalmente dependente da produção de açúcar.

O pedido de informações é formulado com fundamento no art. 62, IV, do Regimento da Assembleia Nacional Constituinte.

**O SR. CÉSAR MAIA** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, foi apresentado o Destaque nº 477, que procura quebrar o monopólio estatal do resseguro no Brasil. Este destaque começa a ser discutido, e não é reivindicação de setor algum da sociedade, nem do setor privado, que sabe da importância estratégica da atividade resseguradora sob controle público. A propósito, peço a transcrição de importante documento da Associação dos Funcionários do Instituto de Resseguros do Brasil, de cujo texto faço minhas palavras.

*Matéria a que se refere o orador:*

#### O IRB: SUA FUNÇÃO E SEU DESENVOLVIMENTO

O Instituto de Resseguros do Brasil — IRB, foi criado em 1939 com o objetivo de regular as operações de resseguros e de implantar e promover o desenvolvimento permanente de um mercado de seguros verdadeiramente nacional. Tratava-se de exigência de interesse público: seguro é poupança, e poupança não se pode, nem de deve, alienar ou desnacionalizar.

A criação do IRB implicou a consecução de dois objetivos essenciais:

1) promover a hegemonia do capital nacional no mercado interno;

2) reduzir de forma drástica, à menor expressão possível, a evasão de divisas para o exterior.

Hoje, aos 49 anos de operação, as empresas nacionais têm amplo domínio do mercado. Ao exterior, por vias do resseguro, transferem-se excessos da capacidade nacional, que em 1987 representaram 2,9% do volume total das operações de seguro geradas no Brasil, índices de transfe-

rência de resseguro que é um dos mais baixos do mundo.

Concedendo coberturas automáticas que nivelam as condições de competitividade das empresas seguradoras, administrando fundos e aportando recursos, a título de adiantamentos, para que as empresas cumpram seus compromissos junto a seus segurados, o IRB, como órgão oficial de resseguro tem proporcionado condições técnicas e equilíbrio financeiro para a atividade das companhias de seguro. Em 1987 todas essas atribuições foram desenvolvidas com a transferência de, apenas, 18% da receita global das operações do mercado.

O IRB é uma empresa de economia mista cujo capital se divide em partes iguais entre o setor público (previdência social) e o setor privado (seguradoras operando no País).

Em 1939, os acionistas foram chamados a realizar capital, que era de 15.000 contos de réis. No final de 1987 o capital do IRB ascendia a Cz\$ 4,3 bilhões e o seu patrimônio líquido a Cz\$ 23,5 bilhões, integralmente decorrente de reinvestimento de lucros, pois os acionistas jamais foram chamados a fazer qualquer aporte de capital.

Tornada a cotação do dólar norte-americano como valor de referência (à falta de outro indicador que permita um cotejo recuado a 1940), o capital do IRB elevou-se de US\$ 777 mil naquele ano, para US\$ 60 milhões em fins de 1987, sendo seu patrimônio líquido ao fim de 1987, da ordem de US\$ 329 milhões (conversões à taxa de câmbio de 31-12-87). Nunca, em toda a sua história de 49 anos de operação, qualquer balanço anual do IRB deixou de ser superavitário. Hoje o capital do IRB eleva-se a Cz\$ 20 bilhões (US\$ 77,8 milhões à taxa de 10-8-88).

É significativo também assinalar que o IRB situa-se:

1) entre os maiores financiadores da dívida pública brasileira, elevando-se, em OTN de 31-12-87 a Cz\$ 5,2 bilhões.

2) entre os maiores contribuintes do imposto sobre a renda, ao longo de todos os 49 anos de sua existência. Ao fim de 1987 estavam provisionados Cz\$ 651,4 milhões para Imposto de Renda.

#### A IMPORTÂNCIA DO IRB

A fulminante derrocada da função sócio-econômica do seguro no processo do desenvolvimento nacional inverteria diametralmente a ação política que vem sendo retamente implementada ao longo do último século, até agora com tanto êxito para os interesses autenticamente nacionais.

Na prática, se adotado o esvaziamento institucional do IRB, isto necessariamente provocará:

— desnacionalização do setor, por via da forte ampliação da evasão da poupança nacional para o exterior;

— eliminação da competitividade mercadológica desejável, pela introdução de mecanismos de reserva de mercados cativos diferentes a semelhantes categorias de seguradoras; e

— redução sensível da lucratividade das seguradoras independentes (isto é, não ligadas a conglomerados financeiros).

É importante assinalar em destaque, que qualquer proposta que propugne pela eliminação radical do monopólio governamental do resseguro, de alto interesse público, pode levar à substituição

por um oligopólio de interesse privado, que se voltaria naturalmente apenas para a máxima expansão da sua lucratividade.

Não se pode esquecer que, além da economia de escala nas relações internacionais, dentre uma longa e significativa série de vantagens, o esquema de monopólio vigente, exercido pelo IRB — empresa de economia mista, com 50% de seu capital pertencente às próprias companhias de seguros — é que garante, não só a aplicação de critérios técnicos objetivos e homogêneos nas operações desenvolvidas com todo o mercado, como também o preenchimento completo da capacidade retentiva nacional (minimizando as cessões de prêmios ao exterior), e ainda a liquidez imediata de todo o sistema, respaldando e estimulando igualmente, tanto os produtores, quanto os consumidores.

#### O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP.

Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o primeiro turno foi exaustivo, tanto para mim como para a opinião pública deste País: reuniões, debates e votações. Entendemos como boa, firme e valiosa a atividade do Congresso Constituinte brasileiro na sua primeira fase. O segundo turno deveria ocorrer somente para acertos, como correção de linguagem, aperfeiçoamento de textos e tudo o mais. É claro que se facultou ao Constituinte apresentar emendas supressivas nessa fase. Entretanto, quando a emenda atinge o cerne do texto, destruindo-o por inteiro, abalando uma estrutura e prejudicando os avanços na defesa de pontos de vista destacadamente sociais, então não sei como algum Constituinte pode aventurar-se a apresentá-la.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, vou referir-me especialmente ao inciso IV do art. 207, que estabeleceu no primeiro turno a aposentadoria proporcional ao homem, após trinta anos de trabalho, e à mulher, após vinte e cinco. Esta foi uma conquista, entre outras, "arrancada" a forças nas Comissões e no plenário desta Casa. Aqui o fato ocorreu numa tarde que marcou época no Congresso Constituinte, o qual, tenho certeza, manterá a aposentadoria proporcional para o homem como está no texto legal — e destruir-lhe a existência seria retrogradar — com a ampliação para a mulher que aos vinte e cinco anos desejou aposentar-se com salários proporcionais.

Há uma emenda supressiva do Constituinte Almir Gabriel. Como Relator da Subcomissão que tratou desse assunto, S. Ex<sup>a</sup> sabe perfeitamente que os vinte e cinco anos proporcionais para o homem e para a mulher foram uma conquista do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Tenho certeza de que o ilustre Constituinte irá retirar essa emenda, ele que foi, podemos dizer, **primus inter pares** na coordenação da ordem social que diz respeito à seguridade, à Previdência Social. Afinal foi S. Ex<sup>a</sup> mesmo quem estabeleceu medida para prover os cofres da Nação, a fim de que se pudesse pagar a justa aposentadoria, tão logo fosse requerida. O texto que se contém agora no art. 207 está em consonância correta com aquilo que se previu em nível de arrecadação, de contribuição e de aplicação.

Sr. Presidente, aqui fica o apelo para que S. Ex<sup>a</sup> reveja sua posição, ele que sabe realmente o que é seguridade, ele que é mestre neste problema, ele que coordenou, com tanto brilho os traba-

lhos atinentes a esse assunto. Que o nobre Constituinte Almir Gabriel defina-se agora, colocando todo esse brilho à disposição das mulheres e dos homens que queiram aposentar-se aos vinte e cinco e aos trinta anos, respectivamente.

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Farabulini Júnior, o Sr. Marcelo Cordeiro, 1<sup>o</sup>-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, 2<sup>o</sup>-Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Dias.

**O SR. FRANCISCO DIAS** (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Mário Maia, Srs. Constituintes, não é do meu feito dizer o que vou consignar nesta manhã da tribuna, na condição de Deputado por São Paulo. Quero registrar os parabéns e uma palavra de admiração ao Governador Orestes Quêrcia pelo trabalho que vem desenvolvendo, com sua equipe, para rebaixamento do leito do rio Tietê, que corta toda a Grande São Paulo.

Há algumas dezenas de anos enfrentamos o drama das enchentes na cidade de São Paulo. Os rios Tietê e Tamanduateí, na ocasião das chuvas, alagavam a famosa baixada do Glicério, causando inúmeros problemas. O Brasil acompanhou esse fato pela televisão durante muito tempo. Pois bem, o trabalho iniciado pelo Governo anterior e continuado pelo atual, no rio Tamanduateí, agora marca a atitude firme, segura e extraordinária da equipe do Governador Orestes Quêrcia, que, com o rebaixamento do leito do Tietê, nos proporcionou a ventura, a alegria de não vermos neste ano qualquer enchente mais preocupante. As cheias ocorriam em função da inércia, do conformismo e do pouco caso dos Governos anteriores, que não cuidaram deste seriíssimo problema na Grande São Paulo.

Moro em Guarulhos e tenho enfrentado essa situação há muito tempo. Temos conhecimento das reclamações, discussões, e do desencanto do povo. Agora, com o progressivo rebaixamento do leito do Tietê, graças a Deus ainda não houve enchente naquela região. Há muito o que fazer, mas confiamos na ação benfazeja do Governo do Estado de São Paulo em todos os setores.

Sr. Presidente, concluo parabenizando novamente o Governador Orestes Quêrcia, que tomou uma posição muito importante na semana passada, ao instituir um comando policial que fiscalizará as escolas públicas do Estado de São Paulo, principalmente da Grande São Paulo, de modo específico, objetivo e direto. Esse batalhão conta com mil integrantes, inicialmente. O policiamento é indispensável, porque muitos problemas ocorrem dentro das escolas da Grande São Paulo e fora delas. Os marginais e toxicômanos se aglomeram e se aproximam das escolas, depredando-as e atacando meninas e meninos indefesos, criando, enfim, muitos problemas para nossos colegas professores. Sem dúvida, o reforço policial protegerá muito a população estudantil da Grande São Paulo e solucionará um grave problema da capital do nosso Estado.

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Francisco Dias, o Sr. Mário Maia, 2º-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Cordeiro, 1º-Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Cordeiro) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gabriel Guerreiro.

**O SR. GABRIEL GUERREIRO** (PMDB — PA.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo a tribuna para fazer uma grave denúncia contra a ingerência da Embaixada do Canadá relativamente ao processo de decisões desta Casa.

Há cerca de mês e meio gentilmente enviou-me o Constituinte Jarbas Passarinho cópia de carta que lhe fora endereçada pelo Embaixador do Canadá, acompanhada de documentos, a respeito da legislação canadense sobre a questão mineral.

Dizia o Sr. Embaixador que o Canadá não era bom exemplo para os países que pretendiam restringir a participação do capital estrangeiro no setor de mineração. Essas afirmativas capciosas levaram o Constituinte Jarbas Passarinho a ponderar que determinadas coisas pareciam não estar muito certas. Agradei a S. Ex.<sup>a</sup> a gentileza e passei a rever a legislação canadense, que há muito tempo conhecia. Constatei que realmente havia um fato novo: em 1987 o Canadá modificou sua legislação, acrescentando um ato concernente à participação de capital estrangeiro com valores superiores a cinquenta milhões de dólares nas empresas canadenses.

Tive o cuidado de rever a legislação antiga e examinar a nova, que posso mostrar aos Srs. Constituintes. O embaixador do Canadá enviou cartas não só ao Constituinte Jarbas Passarinho, mas também ao Diretor do DNPM, ao Secretário Executivo do Instituto Brasileiro de Mineração — IBRAM, conhecido órgão **lobbyista** nesta Casa, citado por entidade fundada em abril deste ano para fazer **lobby** neste parlamento em nome das empresas multinacionais que atuam no Brasil na área de mineração.

Além do Sr. Embaixador, assinou essas cartas um outro cidadão, o Primeiro Secretário em assuntos comerciais do Canadá no Brasil. As cartas são idênticas, têm o mesmo conteúdo e o mesmo timbre da Embaixada, além do mesmo número de referência: ZTTD 0862.

Foi uma ação orquestrada, o **lobby** da Embaixada canadense contra o que esta Casa aprovou. Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> o que é a nova legislação canadense. O Canadá sempre impôs restrições ao capital estrangeiro, desde 1960, quando até mesmo nacionalizou as minas de potássio e urânio e impôs restrições à mineração de amianto, etc. Várias delas foram nacionalizadas. E em 1973 o Canadá estabeleceu uma lei rigorosa, que tenho em mãos e que mostra as ditas restrições e que, não tenho dúvida, foi o que levou o Canadá a ter hoje a mineração extraordinariamente forte que possui. E V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente Marcelo Cordeiro, um estudioso do assunto, sabe muito bem que foi essa legislação que tornou forte a mineração canadense sob a égide da legislação restritiva aos capitais forâneos.

É preciso que se diga, também, que, segundo esse novo ato como diz o Embaixador — o capital estrangeiro é bem-vindo ao Canadá. Entretanto, há trinta itens, ou seja, um crivo de restrições extremamente duras para que o capital externo seja ali aceito. Em primeiro lugar estão os interesses do Canadá e, por fim, o Ministro responsável tem de assinar embaixo e responder perante a Nação pela comissão específica de triagem desse capital antes de ser aceito no Canadá.

Impõe-se, ainda, Srs. Constituintes, uma definição de empresa canadense muito mais rigorosa do que a aprovada por esta Casa. Impõe-se não apenas que a empresa tenha maioria de capital nas mãos de cidadãos canadenses; impõe-se, ainda, que quatro quintos do seu Conselho Administrativo sejam compostos de canadenses e que morem no Canadá; que quatro dos cinco diretores da empresa com maiores salários sejam canadenses e que a empresa, para ser canadense, deve ter sua principal atividade no Canadá. Impõe-se, como se vê, uma série de restrições à participação do capital estrangeiro naquele país, mesmo no novo ato, que diz ser o capital externo bem-vindo. Lá, esse capital passa por uma comissão, que funciona e que é um filtro rigoroso. Aqui no Brasil, desafortunadamente, ao que se tem como exemplo, a única comissão que funciona é a dos 10%.

Sabemos que o Canadá tem uma mineração muito forte graças ao rigor de sua legislação, que não é aberta e frouxa como a posta em prática

aqui pelo Sr. Roberto Campos, quando era Ministro, e que desta tribuna chamou nossa mineração de cadáver. É um cadáver que ele fabricou.

A legislação canadense foi e continua sendo, Sr. Embaixador, uma legislação rigorosa, restritiva e controladora para com o capital estrangeiro. É por isso que o Canadá tem uma mineração pujante. E é por facilitar tanto a participação do capital estrangeiro que o nosso País tem uma mineração cadavérica — como disse o Sr. Roberto Campos.

Vou distribuir à imprensa e aos Srs. Constituintes um documento contendo essas explicações. Vou enviar ao Constituinte Jarbas Passarinho todas as legislações a respeito, para que seus assessores revejam sua posição, mostrando que este País não pode retroceder nesse campo. Tomamos uma decisão nesta Casa e temos de mantê-la. Nossa decisão obriga todos os que têm realmente boas intenções e querem ajudar nosso País, todos os que não são colonialistas, simplórios e descabidos, a virem para o Brasil, submetendo-se à nova ordem estabelecida nesta Constituição. Serão bem-vindos, mas para contribuir com a Nação e não para controlar as reservas, a produção, o comércio de matérias-primas de que o mundo capitalista central necessita. O Brasil, como os países do Terceiro Mundo, é apenas um fornecedor aviltado de matérias-primas, ao sabor das grandes corporações internacionais que têm por trás de si esses **lobbies** que incluem embaixadores e até embaixadas.

Sr. Presidente, ao finalizar, incorporo ao meu pronunciamento o dossiê da Frente Parlamentar Nacionalista que contém informações a respeito das denúncias que fazemos com relação ao Embaixador do Canadá.

Anexamos, também, cópia da carta do Embaixador canadense dirigida ao Secretário Executivo do Instituto Brasileiro de Mineração e ao Senador Passarinho para tentar influir nas decisões desta Casa, o que, no meu ver, não faz jús à dignidade do povo canadense e não pode ser aceito por esta Assembléia Nacional Constituinte, por se tratar de ingerência espúria nos negócios brasileiros, que só dizem respeito a nós mesmos e não aos servidores das embaixadas estrangeiras em nosso País.

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR.)

**A T E I A C A N A D E N S E**  
**E O**  
**C O N T R O L E D O S R E C U R S O S**  
**M I N E R A I S**  
**B R A S I L E I R O S :**  
**U M D O S S I É**

**5ª feira, 25 de agosto de 1988**

Estão sendo divulgadas nesta Constituinte diversas cartas remetidas por diplomatas da Embaixada do Canadá a entidades e personalidades brasileiras.

Uma delas é endereçada pessoalmente pelo Embaixador do Canadá, John P. Bell, ao Senador Jarbas Passarinho (doc. 1). Nesta carta, o mais alto representante diplomático desse país no Brasil, afirma:

"Durante recente debate na Constituinte sobre o tratamento a ser dado a firmas estrangeiras envolvidas na pesquisa e lavra de recursos minerais no Brasil, o Canadá foi citado como um exemplo que o Brasil deveria seguir para restringir o capital estrangeiro no setor de mineração. O Canadá não é um bom exemplo se, realmente, o objetivo a ser alcançado é o de limitar a participação de capital estrangeiro na pesquisa e lavra de recursos minerais, pois o Canadá recebe com agrado a participação estrangeira nesse setor vital da sua economia."

Esta carta é datada de 15 de junho de 1988 e tem como código de referência "ZTTD0862". Na mesma data, com o mesmo código de referência e com o mesmo texto, o Primeiro Secretário de Assuntos

Comerciais, Ian McCluskey, da mesma Embaixada do Canadá endereçou pelos menos duas outras cartas (doc. 2). Uma delas é remetida para o Secretário Executivo do Instituto Brasileiro de Mineração-IBRAM, José Mendo. A outra é remetida para José Belfort dos Santos Bastos, Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral-DNPM, órgão do Ministério das Minas e Energia.

A todas as cartas são anexadas cópias idênticas de "um documento preparado pelo Ministério de Energia, Minas e Recursos Naturais do Canadá, que pretende esclarecer o assunto"; em inglês. Uma verdadeira carta-circular da Embaixada do Canadá sobre temas da nova Constituição Brasileira foi assim produzida.

O arrastado remetido anexo às cartas inclui um comentário do "Economic and Financial Policy Analysis Branch" do "Mineral Policy Sector" de 25 de maio de 1988. Inclui ainda um apanhado do "Investment Canada Act" que rege, atualmente, o investimento estrangeiro nesse país.

Na primeira página dos anexos às cartas consta (doc. 3) que, no que toca a investimento no setor mineral, "a prática de exigir 50 a 60% de participação Canadense nos projetos de recursos minerais não-energéticos" só foi posta de lado em maio de 1987. Nas cartas, os signatários da Embaixada do Canadá, recomendam que as pessoas se remetam para a página 38 do apanhado do "Investment Canada Act", onde constam "as regras básicas para participação do capital estrangeiro no setor mineral" (doc. 4).

As cartas não continham anexo nem o texto do "Investment Act" ora em prática no Canadá nem o texto do "Foreign Investment Review Act", praticado de dezembro de 1973 a maio de 1987.

Na recomendada pág. 38, do apanhado que enviam do "Investment Canada Act", constam, de imediato, critérios - bem restritos - para emissão de um parecer favorável, ou contrário, a investimentos estrangeiros no Canadá. (remissão ao doc. 4).



No texto integral do "Investment Act" constam outras normas legais muito interessantes. Logo na definição do "Objeto" (doc. 5) afirma-se:

"Reconhecendo que um aumento do capital e que o desenvolvimento da tecnologia trariam vantagens para o Canadá, a presente lei visa encorajar os investimentos no Canadá por Canadenses e não Canadenses que contribuirão para o crescimento da economia e para a criação de empregos bem como instaurar o exame dos investimentos importantes efetuados no Canadá por não-Canadenses afim de garantir estes interesses."

Mais adiante, no texto integral do "Investment Act", temos os Artigos 21 e 20. (doc. 5): O Artigo 21 determina que o Ministro competente dará parecer favorável ou desfavorável conforme esteja convicto ou não de "que o investimento será nitidamente em prol do efetivo interesse do Canadá". Vale a pena transcrever na íntegra o Artigo 20 do "Investment Act":

" 20. Para aplicação do artigo 21, devem-se levar em conta os seguintes fatores, a aplicar:

- a) o efeito do investimento sobre o nível e a natureza da atividade econômica no Canadá, notadamente sobre o emprego, a transformação de recursos, a utilização de peças e de elementos produzidos e de serviços prestados no Canadá e sobre as exportações canadenses;
- b) a extensão e a importância da participação de Canadenses na empresa canadense ou a nova empresa canadense em questão e no setor industrial canadense em que esta empresa ou esta nova empresa se situa ou situará;
- c) o efeito do investimento sobre a produtividade, o rendimento industrial, o progresso tecnológico, a criação de produtos novos e a diversidade dos produtos no Canadá;
- d) o efeito do investimento sobre os similares em um ou mais setores industriais do Canadá;
- e) a compatibilidade do investimento com as políticas nacionais em matéria industrial, econômica e cultural, levando-se em conta os objetivos de política industrial, econômica e cultural que o governo, ou a legislatura de uma província na qual o investimento terá repercussões apreciáveis, hajam definido;
- f) a contribuição do investimento à competitividade Canadense nos mercados mundiais."

A "liberalidade" quanto ao capital estrangeiro no Canadá tem ainda um excelente exemplo no texto integral do "Investment Act"

que define empresa canadense (doc. 6) - e, portanto, a empresa que detém prerrogativas como tal. Veja-se, em particular, a quantidade de alíneas que devem ser aplicadas, conjuntamente, nessa definição:

" 26. (...)

(3) Para fins dos investimentos definidos no parágrafo 14 (1), a menos que se trate de um investimento que visa um tipo preciso de atividade comercial designada pelo regulamento (...), uma pessoa jurídica constituída no Canadá, cujas ações com direito a voto são livremente negociáveis, é considerada canadense, e assim é considerada pelo ministro, se, após haver examinado as informações e os elementos comprobatórios apresentados pela pessoa jurídica ou em seu nome, ele verifica que:

- a) a maioria de suas ações com direito de voto são propriedade de Canadenses;
- b) os quatro quintos dos membros de seu conselho de administração são cidadãos canadenses que residem normalmente no Canadá;
- c) o primeiro diretor e três dos quatro outros diretores melhor remunerados são cidadãos canadenses que residem normalmente no Canadá;
- d) o lugar de suas atividades principais situa-se no Canadá;
- e) o conselho de administração gere as atividades da pessoa moral de maneira autônoma, sem receber instruções de um acionista, salvo por intermediação do exercício normal do direito de voto quando das assembleias de acionistas;
- f) as circunstâncias mencionadas nas alíneas a) e e) estão em vigor desde há pelo menos doze meses antes da submissão das informações e dos elementos comprobatórios para avaliação."

Outra referência omitida nas cartas enviadas pela Embaixada do Canadá é ao "Foreign Investment Review Act", praticado de 1973 a 1987. Esta legislação foi, com efeito, responsável pelo sucesso do Canadá em termos de exploração mineral, internamente e no mercado internacional. A afirmação do sucesso representado pelo Canadá em termos de exploração mineral foi o que gerou as recorrências a esse país como exemplo de experiência bem sucedida. Ora, no "Foreign Investment Review Act" consta, expressamente que (doc. 7):

**"Autorização de exploração"**

**45 (5) Não será concedida autorização, em virtude do presente artigo,**

- (a) a particular, a menos que o Ministro esteja persuadido que ele é cidadão canadense, que tem mais de dezoito anos e que será usufrutuário da autorização concedida;**
- (b) a uma sociedade que constitua uma corporação fora do Canadá; ou**
- (c) a uma corporação, a menos que o Ministro esteja convicto de**
  - (i) que pelo menos cinquenta por cento das ações emitidas pela corporação pertencem e rendem lucros**
    - (A) a pessoas que sejam cidadãos canadenses,**
    - (B) a corporações que satisfaçam as exigências mencionadas na sub-alínea (ii), ou**
    - (C) simultaneamente a estas pessoas e corporações,**
  - (ii) que as ações da corporação estão inscritas numa bolsa de valores canadense reconhecida e que os canadenses terão ocasião de participar no financiamento da dita corporação e de se tornarem seus acionistas, ou**
  - (iii) que as ações da corporação pertencem por inteiro a uma corporação que satisfaz às exigências enunciadas nas sub-alíneas (i) e (ii) da presente alínea."**

Como se vê o Canadá é "um bom exemplo se, realmente, o objetivo a ser alcançado é o de limitar a participação do capital estrangeiro na pesquisa e lavra de recursos minerais" - ao contrário das afirmações das cartas dos diplomatas canadenses. Não só a política mineral foi altamente protecionista como, mesmo num contexto de pujança como o atingido pelo setor hoje, o Canadá continua a outorgar-se todo o direito de definir, em detalhe, o capital estrangeiro que é ou não bem-vindo no país.

Aliás, essa prática remonta, pelo menos, a 31 de março de 1960, quando o Ministro das Finanças do Canadá, Fléming, declarou: "Qualquer capital será bem-vindo no Canadá, na condição de que uma vez ingressado, se disponha a comportar como capital canadense e não como um capital estrangeiro." (cf. Giraud, 1983. Geopolitique des Ressources Minières. pg. 244).

Nunca a nova Constituição pretendeu que o Brasil deixasse de ser "um país no qual a participação do capital estrangeiro é bem

-vinda". O setor mineral também não foi "considerado uma exceção (sic)". O que a nova Carta Magna visou assegurar foi, se quisermos, o exercício de prerrogativas sobre a participação do capital estrangeiro na exploração mineral do Brasil, ainda bem inferiores às que o Canadá se outorga hoje.

O que poderá ter levado representantes diplomáticos de uma nação estrangeira, o Canadá, a procederem de forma tão insólita, segundo os padrões que costumam reger o relacionamento entre nações soberanas? O que poderá tê-los conduzido a realizar uma malversação de fatos tão evidente?

Algumas pistas podem ser enunciadas para esclarecer tão estranho comportamento. Uma refere-se à atuação de dois grandes grupos multinacionais canadenses no nosso país: a BRASCAN - em associação, no Brasil, com a British Petroleum-BP - e a INCO.

A associação BRASCAN/BP é líder absoluta no bloqueio de áreas do subsolo brasileiro. Detém 37% do total das áreas controladas por grupos estrangeiros - correspondendo a 192.958 Km<sup>2</sup> do subsolo brasileiro. Dos 4.642 lotes distintos que possui, apenas 17 se constituíram em decretos de lavra. (Ao mesmo tempo, detém 2.851 lotes com alvarás de pesquisa e 1.774 pedidos de pesquisa). (cf. Fernandes, 1987. Quem é Quem no Subsolo Brasileiro. pg. 35).

Desta maneira, com sua política de bloqueio, os investimentos, do maior detentor de áreas requeridas, em pesquisa mineral, não ultrapassaram, no ano de 1987 - segundo suas próprias informações - a ridícula quantia de 17 milhões de dólares. (cf. Gazeta Mercantil de 13.junho.88, pg. 13). Enquanto que, a nível mundial, só a BP, fatura, por ano, 51 bilhões de dólares.

Em outros termos, a atuação da BRASCAN/BP no Brasil tipifica exatamente a prática referida pelo Ministro das Minas e Energia,

**Aureliano Chaves: "Sentam em cima destes alvarás de pesquisa, não produzindo desenvolvimento; ao contrário, entretendo o progresso." (Correio Braziliense de 30.abril.88, pg. 4).**

Será que o Canadá consideraria as atividades desenvolvidas no Brasil pela BRASCAN/BP como "evidente benefício" para os interesses nacionais? Ou será que já há muito tempo a haveria inteiramente excluído do rol de investidores e formas de investimento aceites no país?

A associação BRASCAN/BP - ou BP/BRASCAN - fornece uma outra pista para o desvendamento da teia. No dia 21 de abril de 1988 - uma semana antes da votação do Artigo da Constituição que decidiu o controle brasileiro sobre a exploração de recursos minerais - foram lançados os estatutos de uma nova associação: a ABPM. Ficou logo conhecida no meio profissional dos geólogos como Associação dos funcionários da BP Mineração. Rapidamente seu nome foi mudado para APROMIN. Mantiveram-se, evidentemente, os mesmos sócios e conselho diretivo - e, entre esses, é claro, algumas dezenas de empregados das multinacionais. (O que é muito, se pensarmos que as empresas multinacionais não chegam a empregar 200 geólogos em todo o Brasil, representando menos de 10% do total do mercado de trabalho).

A APROMIN logo se pôs em campo, com a distribuição de luxuosas publicações, em papel couchê, multicoloridas, cuja tônica fundamental é postular de mentirosos todos os dados apresentados a respeito da exploração mineral no Brasil. Já na primeira publicação distribuída aos Constituintes resolveram privilegiar como exemplo de "liberalidade"... o Canadá!:

"Uma das informações falseadas dizia que no Canadá as atividades de pesquisa, lavra e beneficiamento só poderiam ser desenvolvidas majoritariamente por empresas canadenses. (...). Contudo, a situação torna-se ainda mais grave quando a verdade é propositalmente distorcida."

Logo em seguida, confirmam a qualidade da suspeita, afirmando que produziram seu texto "após consultar embaixadores e adidos comerciais." Nobre propósito! Só que as "distorções da verdade" de fato parecem ter encontrado assim alianças e formas tortuosas de insinuar-se...

Resta ainda descobrir que razões de ordem íntima - e que "evidentes benefícios", para o Canadá, é lógico, para usar os termos da lei lá vigente -- motivaram a escolha dos outros destinatários conhecidos da carta-circular da Embaixada do Canadá: o IBRAM - reconhecido forum de defesa dos interesses das grandes empresas multinacionais - e José Belfort dos Santos Pastos, atual Diretor-Geral do DNPM. Mas um romance policial perde o seu sabor de mistério quando todos os fios da teia são desvendados...

De qualquer maneira, fica evidente que o objetivo das embaixadas que malversam suas responsabilidades e papéis, das BPs-BRASCANS e INCOS, das APROMINS (ABPMs) e dos IBRAMs é inviabilizar a garantia dos "evidentes benefícios" que advirão, para o Brasil e para a nossa população, do controle nacional da política de mineração. Pretendem, com isso, aplicar tudo o que não podem fazer nas suas Matrizes - o que fizeram aqui, impunemente nos últimos 22 anos e que tentam, a qualquer preço, perpetuar: sentar em cima, controlar enormes áreas sem qualquer aplicação de recursos, não trazer para o Brasil qualquer aporte tecnológico significativo, impedir o nosso país de deter uma posição de destaque no mercado internacional de minérios, obstruir o desenvolvimento de mercado interno, inviabilizar a participação do Brasil no mercado de manufaturados de minérios; em suma, impedir que as riquezas minerais brasileiras revertam em benefício da população e do país.

A ingerência, direta, dos interesses multinacionais na tomada de decisões da Assembléia Nacional Constituinte mostra-se, com

efeito, uma teia <sup>passada</sup> tão ampla quanto despida de quaisquer princípios. A respeito da caixinha de 20 milhões de dólares das grandes empresas multinacionais para influenciar a Nova Carta, o Presidente da Constituinte e o seu relator, Deputado Bernardo Cabral, já se pronunciaram. Qualificou-~~se~~ <sup>Ulysses</sup> Guimarães: "uma falta de respeito para com a Assembléia Nacional Constituinte". Já Bernardo Cabral afirmou: "um salpico de lama na Assembléia Nacional Constituinte. E eu não acredito que existam constituintes à venda."

As teias são múltiplas. A identificação e rejeição desse tipo de manobras espúrias de sucursais de empresas multinacionais na exploração mineral feita no Brasil, garantirá a postura firme dos Constituintes na reafirmação da soberania nacional.

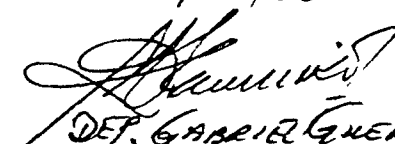
A defesa da empresa nacional de capital brasileiro, da proibição de novos contratos de risco e do controle do acesso do capital à exploração do subsolo, é expressão de exercício de soberania brasileira. É fundamental ratificarmos o que consta do Art. 182, §1º, projeto de Constituição (B):

"O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas."

**SOBERANIA NÃO SE NEGOCIA, SE EXERCE!**

**OS MINÉRIOS SÃO NOSSOS!**

**A NAÇÃO BRASILEIRA CONTA CONNOSCO!**

25/08/88  
  
DET. GABRIEL GUERRA



RÈGLEMENTS RÉGISSANT L'EXPLOITATION MINIÈRE AU CANADA

DOPS/61-86, C.P. 1961-325  
DOPS/62-249, C.P. 1962-933  
DOPS/66-80, C.P. 1966-214

Seuls les citoyens canadiens et les corporations jugés admissibles peuvent participer à un bail d'exploitation minière dans les Territoires du Nord-Ouest. Pour être admissible, une corporation doit être constituée en corporation au Canada et au moins 50 pour cent des actions émises doivent appartenir à des citoyens canadiens. Est également admissible la corporation qui est constituée au Canada, dont les actions sont émises à l'étranger, mais dont les actions sont contrôlées au Canada et en être actionnaires.

Les règlements régissant l'exploitation minière au Canada relèvent de la Loi sur les terres territoriales (S.R.C. 1970, chap. T-6).

Fonte:

Après des textes de Loi et des Règlements visant l'investissement étranger au Canada"

PARTIE I: Lois et Règlements Fédéraux en vigueur en  
Octobre 1977

Gouvernement du Canada

Foreign Investment Review Agency

Application

2 (1) Le présent règlement s'applique

(a) aux terres situées dans les Territoires du Nord-Ouest, qui appartiennent de droit à la Couronne ou dont le Gouvernement du Canada peut légalement disposer; et

- (b) aux terres publiques, selon la définition de la Loi sur les concessions de terres publiques, qui ne sont pas dans les limites d'une province et dont la vente, la location ou autre aliénation n'est autrement prévue par la loi.

#### Bail d'exploitation

45 (5) Il ne sera pas accordé de bail, en vertu du présent article,

- (a) à un particulier, à moins que le Ministre ne soit persuadé qu'il est citoyen canadien, ou qu'il a plus de dix ans et qu'il sera l'usufruitier du bail accordé;
- (b) à une société constituée en corporation en dehors du Canada; ou
- (c) à une corporation, sauf si le Ministre est convaincu
  - (i) qu'au moins cinquante pour cent des actions émises de la corporation appartiennent et profitent
    - (A) à des personnes qui sont citoyens canadiens,
    - (B) à des corporations qui satisfont aux exigences indiquées au sous-alinéa (ii), ou
    - (C) à la fois à ces personnes et à ces corporations,
  - (ii) que les actions de la corporation sont inscrites à une bourse canadienne reconnue et que les Canadiens auront l'occasion de participer au financement de ladite corporation et d'en devenir actionnaires, ou
  - (iii) que les actions de la corporation appartiennent en entier à une corporation qui satisfait aux exigences énoncées aux sous-alinéas (i) et (ii) du présent alinéa.

45 (6) Aucun bail ne sera émis, accordé, renouvelé, cédé ou transféré à quiconque n'a pas qualité, aux termes du présent article, pour obtenir un bail.

#### Transfert de bail

58 (2) Un bail ne peut être cédé qu'à une personne apte, aux termes de l'article 45, à détenir un bail.

Sources: "Loi sur les terres territoriales, Loi sur les concessions de terres publiques", règlements concernant l'exploitation minière au Canada"; La Gazette du Canada, Partie II, Vol. 95, No. 6, DORS/61-86, C.P. 1961-325, p. 303-353, Imprimeur de la Reine, Ottawa, 1961.

"Loi sur les terres territoriales, Loi sur les concessions de terres publiques"; La Gazette du Canada, Partie II, Vol. 96, No. 14, DORS/62-249, C.P. 1964-968, p. 734-746, Imprimeur de la Reine, Ottawa, 1962.

"Loi sur les terres territoriales"; La Gazette du Canada, Partie II, Vol. 100, No. 4, DORS/66-80, C.P. 1966-214, p. 223, Imprimeur de la Reine, Ottawa, 1966.

#### REGLEMENTS SUR LES TERRES PETROLIFERES ET GAZIFERES DU CANADA

DORS/61-253, C.P. 1961-797  
DORS/69-415, C.P. 1969-1584  
DORS/73-13, C.P. 1973-3037  
DORS/77-666, C.P. 1977-2155

Des modifications récentes aux Règlements sur les terres pétro-  
lifères et gazifères du Canada confèrent des droits préférentiels à Petro-  
Canada en matière d'acquisition de droits d'exploitation relatifs au pé-  
trole et au gaz naturel sur les terres de la Couronne. Les modifications  
confèrent aussi à Petro-Canada certains droits relatifs à l'acquisition  
de droits d'exploitation de pétrole et de gaz naturel au  
moment de leur renouvellement. A moins d'une "découverte importante" sur  
le terrain faisant l'objet d'une demande de permis, Petro-Canada peut,  
lorsque le taux de participation canadienne du requérant se situe entre  
25 et 35 pour cent, acquérir un intérêt allant jusqu'à 10 pour cent dans  
le permis. Lorsque le taux de participation canadienne du requérant est  
de moins de 25 pour cent, Petro-Canada peut acquérir des droits supplé-  
mentaires. Les Règlements énoncent les règles servant à déterminer le  
degré de participation canadienne.

Les concessions de pétrole et de gaz naturel dans le Yukon et  
dans les Territoires du Nord-Ouest ne peuvent être accordées qu'à des  
citoyens canadiens ou à des compagnies admissibles. Pour être admissible,  
une corporation doit être constituée en corporation au Canada et au moins  
50 pour cent des actions émises par elle doivent appartenir à des citoyens  
canadiens. Est également admissible la corporation qui est constituée au  
Canada, dont les actions sont inscrites à une bourse des valeurs cana-  
dienne reconnue, et à laquelle les Canadiens sont admis à participer au  
financement et en être actionnaires.

Contrats d'exploration

30 (1) Le Ministre ou une personne qu'il désigne neut, sous réserve du présent article, conclure un contrat d'exploration relatif aux terres de réserve de la Couronne.

30 (3) Sous réserve du paragraphe (7) et avant de conclure un contrat d'exploration, le Ministre doit publier, dans la Gazette du Canada et dans tout autre publication qu'il juge pertinente, un appel d'offres relatif aux intérêts du contrat.

30 (4) L'avis d'appel d'offres doit être publié au moins soixante jours avant la date d'expiration fixée dans cet avis, et énoncer toute exigence ou question applicable aux soumissionnaires, y compris

- (a) le montant de tout dépôt exigé et les conditions du remboursement,
- (b) les obligations de travail, la durée du contrat et le loyer exigible,
- (c) la redevance exigible pour toute quantité de pétrole ou de gaz produite en vertu d'une concession accordée conformément à l'article 55, si elle diffère de la redevance prévue à l'article 86,
- (d) les exigences relatives à
  - (i) la participation canadienne au capital-actions,
  - (ii) la participation du gouvernement du Canada, ou de l'un de ses ministères, directions ou organismes, ou
  - (iii) l'utilisation de biens et de services canadiens et
- (e) toute autre modalité que le Ministre peut déterminer.

30 (5) Lorsqu'il choisit un projet parmi ceux qui lui ont été soumis conformément au présent article, en vue de négocier un contrat d'exploration, le Ministre doit prendre en considération tous les facteurs qu'il juge pertinents dans l'intérêt public, mais il n'est pas tenu d'opter pour l'un des projets soumis.

Petro-Canada

33 (1) Sous réserve des paragraphes (2) à (8), Petro-Canada a le droit, avant toute autre personne,

- (a) pendant la période d'un an commençant à la date d'entrée en vigueur du présent article, de choisir des terres parmi celles qui, au moment de l'entrée en vigueur du présent article, sont considérées comme des terres de réserve de la Couronne les modalités de ce choix et la quantité de terres choisies devant être approuvées par le Ministre ou la personne qu'il désigne, et
- (b) pendant la période de sept ans commençant à la date d'entrée en vigueur du présent article, de choisir des terres parmi celles qui sont devenues des terres de réserve de la Couronne depuis cette entrée en vigueur, et ce dans l'année suivant la date où elle reçoit, de la part du Ministre ou de la personne qu'il désigne, un avis annonçant la disponibilité de ces terres, les modalités de ce choix et la quantité de terres choisies devant être approuvées par le Ministre ou la personne qu'il désigne.

33 (2) Le ministre ou la personne qu'il désigne doit signaler rapidement à Petro-Canada les terres qui sont ou qui sont devenues des terres de réserve de la Couronne, et sur lesquelles Petro-Canada peut exercer les droits conférés par le paragraphe (1).

33 (3) En exerçant son droit d'option visé au paragraphe (1), Petro-Canada ne peut choisir plus de vingt-cinq pour cent de l'étendue de terre sur laquelle elle peut exercer ce droit, à moins que le Ministre ne l'autorise à choisir un pourcentage plus élevé, s'il le juge opportun, eu égard à l'exiguïté de l'étendue disponible.

#### Qualifications pour obtenir une concession de pétrole et de gaz naturel

55 (1) Sur demande adressée au Ministre, une concession de pétrole et de gaz doit être accordée au titulaire d'un permis, au titulaire d'un contrat d'exploration et au titulaire d'un permis avec clause spéciale de renouvellement.

55 (2) Une concession ne peut être accordée en vertu du présent article

(a) à un particulier, à moins que le Ministre n'ait la certitude que le requérant est citoyen canadien, qu'il est âgé de plus de vingt et un an et qu'il sera l'usufruitier de la concession qui lui sera accordée;

(b) à une compagnie constituée en corporation dans un pays autre que le Canada; ou

(c) à une compagnie, à moins que le Ministre n'ait la certitude

~~A. N. C.~~

- (i) que les usufruitiers d'au moins cinquante pour cent des actions émises par la compagnie sont
  - (A) des citoyens canadiens,
  - (B) des compagnies qui remplissent les conditions énoncées au sous-alinéa (ii), ou
  - (C) de tels citoyens et de telles compagnies,
- (ii) que les actions de la compagnie sont inscrites à une bourse de valeurs du Canada et que les Canadiens auront l'occasion de participer au financement et aux droits de propriété de la compagnie; ou
- (iii) que les actions de la compagnie appartiennent en totalité à une compagnie qui satisfait aux exigences mentionnées à l'alinéa (i) ou à l'alinéa (ii) du présent paragraphe.

#### Transfert d'une concession

- 73 (1) Aucune concession de pétrole et de gaz ne peut être transférée
- (a) à un particulier auquel il est interdit d'accorder une concession de pétrole et de gaz en vertu du paragraphe (2) de l'article 55; ou
  - (b) à une compagnie, à moins que ladite compagnie ne convainque le Ministre que les particuliers jouissant de la citoyenneté canadienne auront l'occasion de participer au financement et aux droits de propriété de la compagnie.

#### Définition

- (2) (1) (www) "découverte importante" désigne une découverte de pétrole ou de gaz qui, de l'avis du Ministre ou d'une personne qu'il désigne, justifie le forage d'un ou de plusieurs puits, en plus du ou des puits dans lesquels la découverte a été faite.

#### Petro-Canada

- 120 (1) Lorsqu'une demande pour l'obtention d'un permis avec clause spéciale de renouvellement est présentée conformément aux articles 116 ou 117 pour les terres du Canada à l'égard desquelles aucune annonce de découverte importante n'est en vigueur au moment où la demande est présentée, Petro-Canada est fondée, sur demande, à obtenir,

- (a) lorsque le taux de participation canadienne du demandeur pour le permis avec clause spéciale de renouvellement, déterminé conformément au présent règlement, est de vingt-cinq pour cent ou plus, mais inférieur à trente-cinq pour cent, un intérêt de dix pour cent dans le permis à être accordé au demandeur et
- (b) lorsque le taux de participation canadienne du demandeur pour le permis avec clause spéciale de renouvellement, déterminé conformément au présent règlement, est de moins de vingt-cinq pour cent, un intérêt additionnel dans le permis, ne dépassant pas quinze pour cent, de un pour cent pour chaque un pour cent lorsque le taux de participation canadienne est inférieur à vingt-cinq pour cent.

120 (3) Sur réception d'une demande de permis avec clause spéciale de renouvellement pour les terres du Canada à l'égard desquelles aucune annonce de découverte importante n'est en vigueur, le Ministre ou une personne qu'il désigne doit, dans les cas où le taux de participation canadienne, déterminé selon le présent règlement, est inférieur à trente-cinq pour cent, donner immédiatement un avis écrit de la demande à Petro-Canada en précisant la zone visée par la demande et l'identité du demandeur.

120 (4) Le Ministre ou une personne qu'il désigne doit, aussitôt que possible, donner un avis écrit à Petro-Canada des modalités convenues du permis avec clause spéciale de renouvellement.

120 (5) Dans les soixante jours de la date de l'avis donné en vertu du paragraphe (4), Petro-Canada doit donner au Ministre ou à la personne qu'il désigne, un avis écrit énonçant si elle exercera ou non ses droits en vertu de cet article, et, si oui, dans quelle mesure.

120 (6) Lorsque Petro-Canada omet de donner l'avis requis dans le délai prévu au paragraphe (5), ses droits en vertu du présent article sont résiliés quant aux terres concernées.

### Taux de participation canadienne

122 Pour déterminer le taux de participation canadienne d'un demandeur qui veut obtenir un permis avec clause spéciale de renouvellement aux fins des articles 120 et 121, les règles suivantes s'appliquent:

#### Règle 1 (1) Si le demandeur est

- (a) un particulier de citoyenneté canadienne résidant habituellement au Canada ou un immigrant reçu au sein d'un



Loi sur l'immigration résidant ordinairement au ~~Canada~~ <sup>ANC</sup> autre qu'un immigrant reçu\* qui a résidé ordinairement au Canada pendant plus d'une année après le temps où il est devenu admissible à demander la citoyenneté canadienne, son taux de participation canadienne est de 100%.

- (b) un particulier autre que celui visé à l'alinéa (a), son taux de participation canadienne est de 0%.
- (c) une société qui a été constituée au Canada et n'est pas une personne admissible, au sens de la Loi sur l'examen de l'investissement étranger, son taux de participation canadienne est de 100%.
- (d) une entreprise constituée par un groupe de particuliers, de sociétés, ou de particuliers et de sociétés dans lesquelles chaque propriétaire d'un intérêt est un particulier, visé à l'alinéa (a) ou une société visée à l'alinéa (c), son taux de participation canadienne est de 100% ou
- (e) une société qui n'est pas une personne admissible au sens de la Loi sur l'examen de l'investissement étranger, ou est une entreprise constituée par un groupe de particuliers, de sociétés, ou de particuliers et de sociétés, autre qu'une entreprise visée à l'alinéa (d), son taux de participation canadienne est déterminée par l'application de la règle 2.

(2) Lorsque le demandeur serait le propriétaire du permis, s'il lui était accordé, la présente règle s'applique à ce demandeur, mais lorsque le demandeur ne serait pas le propriétaire dudit permis, si accordé, elle s'applique à la personne ou à l'entreprise qui serait le propriétaire dudit permis si cette personne ou cette entreprise était le demandeur et lorsque, de la même façon, un taux de participation canadienne est déterminée pour un propriétaire, ce taux de participation canadienne est considéré comme étant le taux de participation canadienne du demandeur aux fins de l'article 120.

Règle 2 Lorsque la demande est présentée par une société ou entreprise visée à l'alinéa (e) de la sous-règle 1 (1), le taux de participation canadienne de la société ou de l'entreprise est un pourcentage égal à la somme des produits obtenus en multipliant, pour chaque propriétaire d'actions comportant droit de vote d'une société, ou d'un intérêt dans l'entreprise, le taux de participation canadienne pour ce propriétaire aux termes des règles 3 ou 4 par le pourcentage du nombre total d'actions comportant droit de vote, ou de l'intérêt total dans la société ou l'entreprise, détenues par ce propriétaire.

- \* Lorsque la nouvelle Loi sur l'immigration, 1976 aura été promulguée, l'expression "immigrant reçu" sera remplacée par l'expression "résident permanent".

Règle 3 Pour l'application de la règle 2, tout propriétaire d'actions comportant droit de vote dans la société demanderesse, ou d'un intérêt dans l'entreprise demanderesse, qui entre dans une des catégories suivantes, est considéré comme détenant un taux de participation canadienne de 100% :

- (a) un particulier visé à l'alinéa (a) de la sous-règle 1 (1),
- (b) une société visée à l'alinéa (c) de la sous-règle 1 (1),
- (c) une entreprise où la participation majoritaire est la propriété de particuliers visés à l'alinéa (a), ou de sociétés visées à l'alinéa (b) de la présente règle ou à la fois de particuliers et de sociétés,

et le taux de participation canadienne pour un propriétaire ne faisant pas partie des classes susmentionnées est, lorsque s'applique la règle 4, de 0%.

Règle 4 Pour l'application de la règle 2, toute personne inadmissible au sens de la Loi sur l'examen de l'investissement étranger ou toute entreprise non visée dans la règle 3 (c), qui est propriétaire d'actions comportant droit de vote dans la société demanderesse, ou tout propriétaire de participation dans l'entreprise demanderesse, lorsque cette entreprise demanderesse inclut les personnes qui sont des personnes inadmissibles au sens de la Loi sur l'examen de l'investissement étranger, doit établir son taux de participation canadienne en le considérant comme étant celui de la société demanderesse ou de l'entreprise demanderesse selon la règle 2 et en appliquant la règle 3 relativement à ses actionnaires ou détenteurs d'intérêts entrant dans l'une des catégories visées à la règle 3 et la présente règle relativement à ses actionnaires ou détenteurs d'intérêts n'entrant pas dans l'une de ces catégories.

Règle 5 (1) Dans le cas où, selon les présentes règles, la question de savoir si une personne est inadmissible ou non au sens de la Loi sur l'examen de l'investissement étranger, le Ministre ou toute personne qu'il désigne applique à la décision de ladite question le paragraphe 4 (1) ainsi que les autres dispositions pertinentes de la Loi sur l'examen de l'investissement étranger, sous réserve des modifications que les circonstances peuvent nécessiter, comme si la personne demandait une déclaration par écrit en vertu dudit paragraphe, et comme si le Ministre ou la personne qu'il désigne était le Ministre visé dans ladite Loi.

(2) Toute décision rendue selon la sous-règle 5 (1) par le Ministre ou la personne qu'il désigne, lie seulement la personne relativement à laquelle la décision a été rendue, et le Ministre ou la personne désignée par ce dernier, qui l'a rendue, et seulement pour l'application de ce règlement.

Article 6 (1) Dans les présentes règles,

"action comportant droit de vote" désigne une action ~~en circulation~~ en circulation du capital-actions d'une société à laquelle sont attachés des droits de vote qui sont habituellement exercés lors des réunions des actionnaires,

"entreprise" signifie tout groupe ou combinaison de particuliers, de sociétés ou de particuliers et de sociétés, et plus précisément, mais sans restreindre la généralité de ce qui précède, inclut les sociétés, les co-entreprises, les fiducies, les consortiums ou les autres associations.

(2) Aux fins des présentes règles,

- (a) lorsqu'une action comportant droit de vote permet à l'actionnaire d'avoir droit à plus d'un vote, l'action est réputée être un nombre d'actions équivalant au nombre de votes qu'elle comporte,
- (b) il incombe au demandeur de démontrer son taux de participation canadienne d'une manière jugée satisfaisante par le Ministre ou la personne qu'il désigne,
- (c) le taux de participation canadienne est fixé à une date établie dans les quinze jours précédant la date de toute demande de permis avec clause spéciale de renouvellement présentée selon les articles 116 ou 117,
- (d) lorsqu'il appert au Ministre que toute question nécessitant une décision selon les présentes règles ne peut être raisonnablement décidée dans un cas ou une catégorie de cas, il peut rendre ou autoriser que soit rendue la décision selon des critères qu'il juge raisonnables dans les circonstances, et
- (e) lorsque, lors de l'application de la règle 4, il est jugé que la société ou l'entreprise demanderesse est l'un des actionnaires ou détenteurs d'intérêts de la société ou de l'entreprise qui est, aux fins de ladite règle, considérée comme la société ou l'entreprise demanderesse, cette société ou entreprise ne sont pas considérées détenir les actions ou les intérêts concernés et ces actions ou intérêts ne sont pas considérés comme faisant partie des actions émises de la société ou des actions de l'entreprise concernée, selon le cas.

**Note:** La Loi sur les terres territoriales se réfère aux terres dans les territoires du Nord-Ouest ou dans le territoire du Yukon qui sont dévolues à la Couronne comprenant les territoires sous l'eau dont le gouvernement du Canada a le pouvoir de disposer.  
La Loi sur les concessions de terres publiques se réfère aux terres appartenant à sa Majesté du chef du Canada, et comprend les terres dont le gouvernement du Canada a le pouvoir de disposer.

Sources: "Loi sur les terres territoriales, Loi sur les concessions de terres publiques, Puits de pétrole et de gaz au Canada, règlement sur le forage et l'exploitation"; La Gazette du Canada, Partie II, Vol. 95, No. 12, DORS/61-253, C.P. 1961-797, p. 805-864, Imprimeur de la Reine, Ottawa, 1961.

"Loi sur les terres territoriales, Loi sur les concessions de terres publiques, règlements sur les terres pétrolifères et gazifères du Canada"; La Gazette du Canada, Partie II, Vol. 107, No. 1, DORS/73-13, C.P. 1972-3037, p. 64, Imprimeur de la Reine, Ottawa, 1973.

"Loi sur les terres territoriales, Loi sur les concessions de terres publiques, règlements sur les terres pétrolifères et gazifères du Canada"; La Gazette du Canada, Partie II, Vol. III, No. 16, DORS/77-666, C.P. 1977-2155, p. 3851, Imprimeur de la Reine, Ottawa, 1977.

### REGLEMENTS SUR L'AIDE A L'EXPLORATION MINIERE DANS LE NORD

DORS/66-404, C.P. 1966-1641

DORS/67-584, C.P. 1967-2223

Les règlements sur l'aide à l'exploration minière dans le Nord relèvent de la Loi portant affectation de crédits. Ces règlements prévoient des subventions pour les personnes qui ont l'intention de poursuivre des travaux de prospection dans le Nord canadien.

Pour être admissible à recevoir ces subventions, le requérant doit en général être:

- a) soit un citoyen canadien,
- b) soit une corporation constituée au Canada dont au moins 50 pour cent des actions émises appartiennent à des citoyens canadiens,
- c) soit une corporation constituée au Canada dont les actions sont inscrites à une bourse des valeurs canadienne reconnue.

Subventions à la prospection dans le Nord canadien

3 (1) Sur demande adressée au Ministre par un ou plusieurs requérants, selon la définition donnée au paragraphe (2), qui se proposent de faire de la prospection dans des terrains situés dans le Nord canadien, le Ministre peut, sous réserve du présent règlement, autoriser le versement, à un ou plusieurs desdits requérants, de subventions pour couvrir les dépenses du programme à l'égard de ces travaux de prospection.

3 (2) Les requérants mentionnés au paragraphe (1) sont

(a) tout particulier qui peut prouver à la satisfaction du Ministre qu'il est

(i) citoyen canadien âgé d'au moins 21 ans, et

(ii) autorisé en vertu d'un titre de propriété usufruitier, d'une convention de bail ou d'option, à pénétrer dans les terrains (holdings) dont il détient les titres, à l'égard desquels la demande est faite, et d'y exécuter des travaux de prospection;

(b) toute corporation constituée au Canada, sauf une corporation désignée à l'alinéa (a) ou (b) du paragraphe 3 (b) de l'article 83A de la Loi de l'impôt sur le revenu, qui est

(i) une corporation privée dont partie des actions émises et en circulation appartiennent et profitent

(A) à des citoyens canadiens,

(B) à une ou plusieurs corporations désignées au sous-alinéa (ii), ou

(C) en partie à des citoyens canadiens et en partie à une ou plusieurs corporations publiques désignées au sous-alinéa (ii),

en nombre tel que le total des voix correspondant aux actions ainsi détenues constitue au moins 50 pour cent du nombre total de voix dont jouissent les détenteurs de toutes les actions, émises et en circulation, de ladite corporation, en vertu du droit de vote inhérent à chaque action émise et en circulation.

(ii) une corporation publique dont les actions ordinaires sont cotées en bourse au Canada ou offertes en vente au grand public au Canada par l'entremise d'un courtier en valeurs du Canada: ou

- (iii) une corporation dont partie des actions ordinaires émises et en circulation appartiennent et profitent à une ou à plusieurs corporations publiques constituées au Canada (dont les actions sont cotées en bourse au Canada ou offertes en vente au grand public au Canada par l'entremise d'un courtier en valeurs du Canada), en nombre tel que le total des voix correspondant aux actions ainsi détenues constitue au moins 50 pour cent des voix dont jouissent les détenteurs de toutes les actions, émises et en circulation, de ladite corporation, en vertu du droit de vote que comporte chaque action émise et en circulation; et
- (c) toute corporation constituée au Canada et désignée à l'alinéa (a) ou (b) du paragraphe (3b) de l'article 83A de la Loi de l'impôt sur le revenu,
  - (i) qui prouve à la satisfaction du Ministre que, jusqu'au terme ou à la cessation du programme de travaux de prospection à l'égard duquel la demande est faite, une part sensible de sa dépense globale engagée à la prospection, à moins que le Ministre n'en décide autrement, soit consacrée à la prospection dans le Nord canadien;
  - (ii) dont le nombre des actions émises et en circulation appartenant et profitant à une ou plusieurs autres corporations désignées à l'alinéa (a) ou (b) du paragraphe (3b) de l'article 83A de la Loi de l'impôt sur le revenu n'est pas suffisant pour que le total des voix correspondant aux actions ainsi détenues dépasse 15 pour cent du total des voix dont jouissent les détenteurs de toutes les actions, émises et en circulation, de ladite corporation, en vertu du droit de vote inhérent à chaque action émise et en circulation, et
  - (iii) qui est une corporation selon l'une des définitions des sous-alinéas (i), (ii) ou (iii) de l'alinéa (b).

NOTE. tout le territoire canadien situé au nord d'une ligne qui suit le soixantième parallèle de latitude nord à partir de la frontière de l'Alaska jusqu'à la baie d'Hudson, de là le long de la laisse de basse mer de la baie d'Hudson jusqu'au cap Fullerton, puis jusqu'au cap Kendall dans l'île Southampton, de là le long de la rive sud de l'île Southampton jusqu'à la pointe Seahorse, de là jusqu'à la pointe Lloyd dans la péninsule Foxe, de là le long de la laisse de basse mer sur la côte sud de l'île Baffin jusqu'à la pointe sud-est de l'île

ANC

Baffin (y compris les îles voisines), de là jusqu'aux îles  
-les Sauvages, de là jusqu'à la pointe nord-ouest de l'île  
Résolution, de là le long de la laisse de basse mer sur la côte  
sud de l'île Résolution jusqu'à sa pointe extrême sud, et de  
là le long du parallèle de 61° 18' de latitude nord jusqu'à la  
frontière orientale extrême du Canada.

Source: "Loi sur l'affectation de crédits", La Gazette du Canada,  
Partie II, Vol. 100, No. 17, DORS/66-404, C.P. 1966-1641,  
p. 1241-1251, Imprimeur de la Reine, Ottawa, 1966.

"Loi No. 9 de 1966 portant affectation de crédits",  
La Gazette du Canada, Partie II, Vol. 101, No. 23, DORS/67-584,  
C.P. 1967-2223, p. 1816-1819, Imprimeur de la Reine, Ottawa, 1967.

Canadian Embassy



Ambassade du Canada  
Caixa Postal 07-0961  
70410 Brasília - DF

15 de junho de 1988.

Ref: ZTTD0862

Ilmo. Sr.

Dr. José Mendo M. de Souza

Secretário Executivo

Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM

SCS - Ed. Camargo Correa - 5º andar

70302 Brasília - DF

Prezado Dr. Mendo de Souza,

Durante recente debate na Constituinte sobre o tratamen-  
to a ser dado a firmas estrangeiras envolvidas na pesquisa e lavra  
de recursos minerais no Brasil, o Canadá foi citado como um  
exemplo que o Brasil deveria seguir para restringir o capital  
estrangeiro no setor de mineração. O Canadá não é um bom exemplo  
se, realmente, o objetivo a ser alcançado é o de limitar a  
participação de capital estrangeiro na pesquisa e lavra de recur-  
sos minerais, pois o Canadá recebe com agrado a participação  
estrangeira nesse setor vital de sua economia.

Em anexo encontra-se um documento preparado pelo Minis-  
tério de Energia, Minas e Recursos Naturais do Canadá, que  
pretende esclarecer o assunto. Este documento é dividido em três  
partes:

Parte I - pronunciamento do Governo do Canadá sobre política de  
investimento estrangeiro;

Parte II - situação da política relativa ao setor mineral,  
incluindo a que concerne o capital estrangeiro;



Parte III - quatro exemplos de política provincial (Columbia Britânica, Ontario, Saskatchewan e Yukon) regulando pesquisa e lavra de recursos minerais.

E importante salientar as regras básicas para participação de capital estrangeiro no setor mineral, regras essas que se encontram, de forma mais detalhada, na página 38.

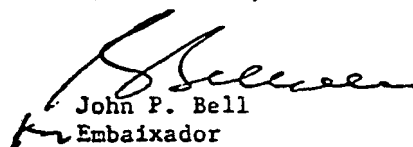
Não existe restrição quanto ao envolvimento estrangeiro na pesquisa de recursos minerais no Canadá. A participação estrangeira em atividades na área de mineração é restrita somente no caso de minerais energéticos (urânio). Aquisições de companhias canadenses por firmas estrangeiras são revistas pela agência canadense "Investment Canada" quando o total dos haveres da companhia adquirida ultrapassar 5.0 milhões de dólares. Nenhuma restrição será aplicada ao capital estrangeiro uma vez que "Investment Canada" considere a transação benéfica para o Canadá.

Em suma, o Canadá é um país no qual a participação de capital estrangeiro é bem-vinda e encorajada. O setor mineral não é considerado uma excessão.

Gostaria de agradecer por sua gentileza em receber-nos, juntamente com o nosso Embaixador Itinerante, o Sr. Richard Gorham. Achemos extremamente interessantes e úteis as explicações e opiniões de Vossa Excelência sobre os atuais acontecimentos no cenário brasileiro.

Esperando que o documento em anexo seja útil a Vossa Excelência, aproveito o ensejo para renovar os protestos de minha elevada estima e consideração.

Cordialmente,

  
John P. Bell  
Embaixador

**O SR. DORETO CAMPANARI** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, reúne-se no próximo sábado, em Brasília, o Grupo dos Oito, presentes os Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Argentina, Colômbia, Uruguai, Venezuela, Peru e México, devendo discutir, entre outros temas, a nível presidencial, a dívida externa da América Latina.

Os chanceleres estrangeiros assistirão, primeiramente, à posse do Presidente do Equador, Rodrigo Borja, para depois encontrar-se com o Ministro Abreu Sodré, representando o Presidente José Sarney, valendo dizer que todos atuam como plenipotenciários dos respectivos países.

Só não participará da reunião do Grupo do Rio de Janeiro o representante do Panamá, suspenso este País desde a deposição do Eric Delvalle, por forças leais ao General Antônio Noriega.

Por outro lado, espera-se que adiram ao grupo a Bolívia, o Equador e Cuba, decisão a ser tomada em Brasília, respondendo a pedido daqueles países amigos, sacramentada, a nível presidencial, na próxima reunião dos Oito, que ocorrerá em Punta Del Este, de 27 a 29 de outubro.

Estamos no mesmo barco, principalmente em confronto com os banqueiros internacionais e o Governo norte-americano.

O que acontece, finalmente, é que nunca cessam as disputas pela hegemonia internacional, apesar de todas as promessas de irmandade anunciadas pela diplomacia.

Todos os países americanos atravessam uma crise de relacionamento com os Estados Unidos.

Em nosso caso típico, a principal disputa está em torno da reserva de mercado para a informática, resultante de uma trabalhosa legislação brasileira, que levou mais de dois anos a processar-se,

considerada necessária para proteger a tecnologia nacional em desenvolvimento, pretendendo os norte-americanos um livre cambismo que levariam seus poderosos trustes a esmagar a iniciativa brasileira.

O segundo ponto está na chamada "pirataria" na indústria farmacêutica, porque não admitimos, no País, a patente de remédios e alimentos estrangeiros, há dezenas de anos.

Trata-se, no caso, de acordo bi ou multilateral, e o Brasil nunca os assinou com nenhum país do mundo, orientando uma política, no setor, que visa não somente à preservação da saúde — dada a multiplicidade de fármacos tóxicos que circulam no mundo — senão também a mesma cautela no que tange à importação de alimentos.

Acontece que, diante do desenvolvimento da indústria farmacêutica brasileira, que ainda não responde pela fabricação de dezesseis por cento

dos nossos remédios, os laboratórios norte-americanos, com seus poderosos **lobbies**, estão influindo em seu Governo, para liquidar, rapidamente, a concorrência nacional aos seus produtos farmacêuticos.

Nada mais ilusório do que a marca de fábrica, em se tratando de remédios, cuja mudança mínima na composição altera os seus efeitos, não sendo possível que se aceite a exclusividade de uma marca apenas porque o outro contenha dela um dos principais elementos.

Quando as empresas multinacionais já dominam mais de oitenta e cinco por cento da indústria farmacêutica do Brasil, a nova exigência americana até parece com a fábula do lobo e do cordeiro.

Também sabemos que o Brasil vem exportando boa cópia de armamentos, com um lucro correspondente a dez por cento do saldo mercantil.

Isso representa, internamente, uma grande mobilização de esforços, capitais e desenvolvimento técnico, além de empregar algumas dezenas de milhares de pessoas.

Vai daí, nega-se aquela grande nação a transferir tecnologia bélica para o Brasil, porque estaríamos vendendo armamentos à Líbia, sua inimiga, quando os norte-americanos vendem armamentos a quem querem e, felizmente, não temos inimigos.

A resposta do Brasil é clara: comerciará com quem quiser e for conveniente aos seus interesses, tanto mais quando os Estados Unidos não têm autoridade para falar no assunto, quando armaram, acintosamente, os Irã-contras até levar aquele país praticamente à derrota.

Outra acusação dos norte-americanos é a de que a ineficiência do Judiciário brasileiro e a falta de leis mais claras e objetivas favorecem o contrabando, principalmente de entorpecentes.

Não temos nenhuma culpa se a Central de Medellín, depois de ter agido largamente nos Estados Unidos, conseguiu montar uma sucursal no Brasil, que tem provocado a mais eficiente reação da Polícia Federal, com grandes vitórias na luta contra os narcóticos.

Se a nossa possível ineficiência no setor dificultaria o combate aos narcóticos, que dizer-se da incapacidade nos Estados Unidos, no sentido de reduzir o número de viciados no País, além de hospedar os maiores traficantes do mundo, protegidos por decisões da sua Suprema Corte?

O consumo da maconha e da cocaína crescem mais ali do que em outro país do mundo, sem que a justiça e a polícia mostrem a eficiência que os nossos acusadores desejam das nossas autoridades.

Finalmente, os Estados Unidos querem que o Brasil apóie, frontalmente, as pressões que vêm sendo exercidas contra a Nicarágua, ajudando a mobilizar nesse cometimento os demais países sul-americanos.

Houve um tempo, no início do Governo revolucionário, em que um embaixador brasileiro em Washington disse que "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil".

Mas já superamos essa subserviência na política internacional e retornamos aos ideais que celebrizaram Rui Barbosa em Haia e, depois, Epitácio Pessoa.

Somos mundialmente conhecidos pela intransigente defesa do princípio da autodeterminação,

da auto-representação e da auto-organização dos povos, que configuram a soberania nacional.

A não-intervenção nas questões internas dos outros povos tem sido uma constante da diplomacia brasileira, e não seria agora que, para satisfazer a um poderoso aliado — cada vez mais poderoso e menos aliado — iríamos admitir a interferência indébita na soberania da Nicarágua.

É preciso que a diplomacia brasileira enfrente os nossos amigos do Norte com a necessária energia.

Não estamos mais em 1970, mas há cerca de dezoito anos de relacionamento mercantil mais aprofundado, porque deixamos de ser uma economia primário-exportadora, para encetar o caminho do desenvolvimento.

É preciso enfrentar as táticas de terrorismo norte-americano, como aquela que ocorreu no ano passado, quando, na polémica da informática, o Governo **yankee** anunciou uma lista de sessenta e seis produtos brasileiros sujeitos a sobretaxas, sem anunciar as respectivas sanções, mantida a indústria brasileira como verdadeiro refém.

Se as sanções não foram aplicadas, não deixa de ter existido uma demonstração de força, uma ameaça despudorada, tanto mais quanto os produtores norte-americanos fugiam à compra de produtos que, logo à chegada no porto, procedentes do Brasil, passariam a custar o dobro do preço inicialmente ofertado.

Sabe-se, também que, enquanto a média ponderada das tarifas de importação dos Estados Unidos é de quatro por cento, essa taxa sobe no Brasil a quarenta e cinco por cento. Os americanos protestam contra isso, alegando que dois mil e quinhentos produtos têm a sua importação proibida pelo Brasil.

Não se trata, no entanto, de proibição retaliatória, mas pura e simplesmente do estabelecimento de uma política preferencial para os artigos necessários, na medida das nossas disponibilidades de divisas.

Tudo tem uma causa, na opinião do cientista político professor David Fleischer, Diretor do Departamento de Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

"O Brasil cresceu muito mais do que os Estados Unidos queriam, o choque é inevitável."

Pois vamos continuar crescendo, importando segundo as nossas conveniências e exportando segundo as nossas necessidades. Sem vãos temores, porque já temos, no Continente, onze aliados.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. OSVALDO BENDER (PDS — RS.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, S<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, anteontem, a Constituinte ratificou e aprovou, em 2º turno, matéria que dá competência aos Estados para criação e emancipação de novos Municípios. Atualmente, existe uma lei federal muito rígida. Se fôssemos analisar a situação dos Municípios já existentes, verificaríamos que mais da metade não preenche os requisitos exigidos por esta lei. No Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, foram emancipados 89 novos Municípios. Com exceção de um ou outro, a grande maioria já teve seu plebiscito, inclusive lançou seus candidatos. Apenas um ou dois foram impe-

didados por alguns grupos que não concordaram com a criação desses Municípios. De acordo com a lei federal em vigor, houve liminar, e aos Municípios foi proibida a realização de plebiscitos e, evidentemente, sua criação. Acontece, Sr. Presidente, que todos os demais — em número de 86 — estão ameaçados de ter anulada sua emancipação.

O IBGE — não sei a pedido de quem, mas alguém está atrás desse jogo — está fazendo pressão junto ao Procurador da República, no sentido de que impetre mandado de segurança, para tornar sem efeito a criação de todos esses Municípios. Isto é lamentável. Expedi telex a S. Ex<sup>a</sup>, e da mesma forma ao Sr. Presidente da República, pedindo que aguardem a promulgação da nova Carta. Inúmeras despesas já ocorreram, com os plebiscitos realizados através do Tribunal Regional Eleitoral e com as convenções municipais, criação e registro de partidos, enfim, com a propaganda dos candidatos.

Faço, desta tribuna, veemente apelo às autoridades responsáveis para que aguardem a promulgação da nova Carta. Sem dúvida, os Estados irão permitir a criação desses Municípios. Se mandados de segurança foram impetrados para derubá-la, outros terão de ser feitos para revogar a emancipação de Municípios já existentes, porque também muitos não se enquadram nas condições que essa lei exige.

Por isso, Sr. Presidente, somos um eterno emancipacionista, porque achamos que assim atraímos o povo às administrações. Trata-se de Municípios da região colonial, onde, por vezes, não se necessita de muita infra-estrutura, porque as comunidades são apenas vilas. Além do mais, recursos do FPM e do ICM poderão ser investidos na agricultura, com a finalidade de fixar mais o homem à terra, dar-lhe assistência por meio da criação de órgãos para microbacias, melhoramentos como energia elétrica e poços artesianos. Enfim, muitos beneficiamentos poderão ser feitos ao homem do interior com a criação desses Municípios.

Portanto, Sr. Presidente, reforço meu apelo no sentido de que as autoridades se conscientizem e não cometam tal injustiça neste momento, já que esses Municípios têm seus candidatos e despesas já foram feitas. Não seria justo impedir uns e permitir que, tantos outros, que também não se enquadram na exigência da lei existente, continuem a ser Municípios.

Era o que tinha a dizer

*DISCURSO DO SR. MÁRIO LIMA, QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.*

**O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PSDB — MG.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, S<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a Frente Parlamentar Nacionalista vem examinando, e o Deputado Gabriel Guerreiro já denunciou, a interferência da Embaixada do Canadá sobre as decisões da Assembléia Nacional Constituinte, no que se refere à política do subsolo.

Quero insistir aqui em dois pontos. Em primeiro lugar, a decisão de a Assembléia Nacional Constituinte fixar o controle do subsolo apenas a empresa brasileira de capital nacional é absolutamente coerente com a tradição do direito mineral brasi-

leiro, que considera a exploração e controle do subsolo atividade genuína de brasileiros, pessoas físicas, e de empresas brasileiras, pessoas jurídicas. Não há, pois, qualquer razão para se restringir esse direito apenas a brasileiros, enquanto pessoas físicas, não o estendendo à coleção de pessoas jurídicas brasileiras e também estrangeiras. Na evolução do Direito brasileiro, a interpretação que se deu à figura de empresas brasileiras levou ao entendimento de que empresa brasileira é aquela constituída no Brasil. A subversão do que se pretendia quando da confecção da lei é que levou agora os Constituintes a terem rigor na definição do que entendemos por empresa brasileira de controle efetivamente nacional. Pois bem, devo insistir em que a nova Constituição em momento algum pretendeu alijar o capital estrangeiro do território nacional. É inaceitável que, num setor estratégico como o mineral, onde a tecnologia e o mercado são importantes, onde o preço, é fundamental, o País não tenha efetivo controle sobre tais recursos. É isto que se almeja com o novo texto constitucional. Com a nova Constituição, nunca se pretendeu que a participação do capital estrangeiro deixasse de ser bem-vindo em nosso País. O setor mineral também não foi considerado excessão. O que a nova Carta Magna visa a assegurar — e confiamos na aprovação em segundo turno — é o exercício de prerrogativas sobre a participação do capital na exploração mineral brasileira, ainda bem inferiores às que o Canadá se outorga hoje.

Portanto, Sr. Presidente, nossa preocupação — minha e de outros Parlamentares integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista — é o sentido de que se aprove efetivamente para o setor mineral um texto que garanta a soberania nacional e, acima de tudo, o efetivo desenvolvimento do setor mineral brasileiro, a fim de que possamos firmar nosso desenvolvimento econômico na soberania nacional, no incremento da tecnologia nacional e do efetivo aproveitamento dos nossos recursos minerais, em proveito do desenvolvimento econômico-social brasileiro.

**O SR. OLÍVIO DUTRA** (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Constituintes, a Aços Finos Piratini, instalada no meu Estado, o Rio Grande do Sul, está produzindo 150 mil toneladas anuais de aço e tem uma capacidade instalada para produzir 450 mil toneladas.

A Aços Finos Piratini está na lista das empresas a serem privatizadas e é possível que a sua privatização aconteça em cima de um levantamento patrimonial subestimado. É possível que a privatização da Aços Finos Piratini leve em conta apenas o que ela está produzindo hoje e ignore a sua capacidade instalada. Com isso a chamada iniciativa privada receberia a preço vil uma empresa pública com potencial quatro vezes superior ao atual, que, uma vez bem gerenciada, estaria com a sua capacidade plena, produzindo não 150 mil toneladas mas 450 mil, número que tem condições imediatas de produzir.

Lembramos isso, Sr. Presidente, porque estão acontecendo coisas semelhantes com a privatização da Caraíba Metais. O patrimônio da Caraíba Metais foi subestimado pelo BNDESPAR, uma subsidiária do BNDES, no edital que colocou à venda aquela estatal instalada na Bahia. Ontem se consumou essa transação altamente prejudicial para o patrimônio da União com um leilão reali-

zado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. A imprensa divulga, provavelmente com base em **releases** do Governo, que se fez um grande negócio uma vez que o valor da operação foi de 24 bilhões de cruzados e que a ação foi negociada ao preço unitário de Cz\$ 25,07, o que representa 30% a mais do que o preço mínimo estabelecido, que era de Cz\$ 19,22. Por isso o negócio teria sido vantajoso. Na verdade, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Constituintes, o valor unitário, a preços de hoje, da ação da Caraíba Metais não seria de Cz\$ 19,22, mas sim de Cz\$ 65,51.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Constituintes, o plano de privatização de empresas públicas desencadeado pelo Governo do Sr. José Sarney é um plano altamente prejudicial à Nação e ao povo brasileiro. Está entregando, com o patrimônio subestimado e, portanto, a preço aviltado e de mão beijada, para o capital privado o patrimônio público nacional. O Governo Federal investiu, a preços de 1982, 600 milhões de dólares na implantação da unidade metalúrgica da Caraíba Metais em Dias D'Ávila, Município integrante da Região Metropolitana de Salvador. O Governo Sarney está vendendo o patrimônio da Caraíba Metais, segundo avaliação da BNDESPAR, por Cz\$ 47.961.000.000,00 ou seja 246 milhões de dólares apenas. O Governo, investiu em torno de 800 milhões de dólares na Caraíba Metais. Agora que a empresa, com a sua produção, poderia retribuir este investimento para os cofres públicos, o Governo a transfere, por preço aviltado, para a iniciativa privada. Quando o Governo vai recuperar o investimento que lá fez? Nunca mais. Deu de mão beijada o dinheiro público lá investido, bem como a capacidade de produção, que não foi colocada no cálculo do patrimônio material dessa empresa. É o mesmo processo que entrega a Cobra, praticamente de graça, para o capital privado.

Alertamos esta Casa e a opinião pública: esta política de transferência de patrimônio público para o patrimônio privado é altamente lesiva ao interesse nacional. Esta política tem que ser analisada e investigada por este Congresso.

**O SR. JOÃO CALMON** (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Constituintes, uma das mais autênticas encarnações de líder do Espírito Santo, o empresário, jornalista e advogado Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho acaba de ser escolhido para receber o prêmio "Administrador Emérito", pela Associação dos Administradores do Espírito Santo. Embora essa não seja a primeira oportunidade em que seu mérito encontre reconhecimento, desejo registrar a nova demonstração de admiração que nosso Estado lhe presta.

O homenageado utiliza com notável eficiência e singular criatividade o instrumental de ação que o regime da livre empresa oferece. Jamais, porém, se deixou seduzir pelos recursos distorcidos que nosso incipiente capitalismo ainda oferece. Pelo contrário, sem abdicar do impulso empreendedor, ele mantém religiosa obediência a rígidos princípios, entre os quais o inexcusável devotamento às causas de sua terra.

Eu não saberia distinguir que qualidade mais enfaticamente poderíamos destacar na sua atuação: se o sadio atrevimento com que procura incorporar às suas empresas conquistas tecnoló-

gicas, ou, então, o cívico engajamento, o sentido de integração e de fidelidade aos interesses coletivos. Seria, por certo ponto de realce, afinal, a feliz união desses dois elementos, que ele naturalmente harmoniza de uma forma tão integral que não se dissocia de seu eficiente esforço empresarial a chama de um compromisso maior, o toque de uma submissão desses avanços práticos a superiores inspirações cívicas e morais.

Carlos Lindenberg Filho tinha todas as condições para seguir uma brilhante carreira política, não apenas no Espírito Santo, mas na Federação. Vem de uma família de notáveis homens públicos capixabas. É sobrinho-neto de Jerônimo Monteiro, ex-presidente do Estado e figura ímpar em nossa História. É filho de Carlos Lindenberg, duas vezes Governador do Espírito Santo e duas vezes Senador, personalidade de extraordinária projeção em nossa terra.

Dessa forma, Carlos Lindenberg Filho teria todas as portas abertas para iniciar uma carreira reunindo inegáveis qualidades pessoais para isso, com seu espírito de liderança e suas credenciais, não lhe faltaram apelos para que concorresse a cargos eletivos. Recusou-os sempre, embora não se furtasse a servir a seu Estado e País no gabinete do Ministro da Justiça, Eurico de Aguiar Salles, durante o Governo Juscelino Kubitschek, e também no gabinete do Governador do Espírito Santo, mais tarde. Cargos eletivos, porém, preferiu não disputar, ainda que seu êxito fosse mais do que garantido.

Essa carreira política, alias, já fora delineada na vida universitária. Durante quatro anos foi representante da Faculdade Católica de Direito junto ao Diretório Central de Estudantes da PUC do Rio de Janeiro, onde se formaria. Em 1955 seus colegas o elegeram representante do Diretório Central dos Estudantes, na famosa e influente União Metropolitana de Estudantes, permanecendo na função por outros três anos. Sua atividade pode ser registrada na Fundação do Centro de Assistência Judiciária Gratuita da PUC do Rio, de que foi o primeiro presidente.

Não desejando exercer cargos eletivos, dedicou-se à iniciativa privada. Sucessor do dinâmico Eugênio Queiroz na Diretoria Executiva da Sociedade Anônima **A Gazeta**, passou a ser o principal responsável por **A Gazeta**, que, no período de sua gestão, consolidou sua posição de jornal capixaba mais importante. Deve ser lembrado, a esse respeito, que se opôs energicamente a venda do jornal, quando na década de 60 surgiu uma proposta irrecusável. Por mais sedutora que fosse a oferta de compra, encontraria a inarredável resistência de Carlos Lindenberg Filho.

Em 1974, idealizou e fundou a firma **A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda.**, criando a TV Gazeta, hoje líder absoluta de audiência no Estado, e as rádios AM e FM do grupo. Já em 1988 adquiriu a metade das ações da TV Cachoeiro, no sul do Espírito Santo, em sociedade com o empresário local Idalécio Carone Filho. Assim, a Rede Gazeta de Comunicações tornou-se o maior complexo de comunicação social da região.

Se recusou o exercício de mandatos eletivos, Lindenberg Filho pode assim confirmar hoje, através dessa cadeia de comunicação e das demais entidades a que se ligou, seu inegável talento político. É, dessa forma, um dos mais atuantes diri-

gentes da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT).

Demonstrando novamente seu espírito público, mesmo tendo sempre evitado disputar cargos de natureza política, Lindenberg Filho pode orientar sua poderosa rede de comunicação para os grandes interesses nacionais, com ênfase para as questões ligadas ao Espírito Santo. Dois exemplos relevantes são dados por iniciativas recentes de **A Gazeta**.

É o caso do projeto Espírito Santo na Constituinte, em que se debateram os pontos cruciais da nova Carta, examinados, obviamente, sob visão nacional e regional. **A Gazeta** levou ao Espírito Santo quase todas as grandes figuras envolvidas com os trabalhos de elaboração da Constituição. Poderia citar, entre elas, os eminentes parlamentares que são o Relator-Geral, Deputado Bernardo Cabral, e o então Líder do PMDB, Senador Mário Covas. Essa coleção notável de estudos e depoimentos, todos da maior atualidade e profundidade, foram então editados em uma publicação especial, após metecerem ampla cobertura da imprensa e em particular da Rede Gazeta.

Também poderia citar, no mesmo sentido, o projeto Espírito Santo Século XXI. Mostrando visão e senso de oportunidade que muitos dos demais grandes veículos de comunicação do País ainda não revelaram, a direção da Rede Gazeta promoveu uma análise prospectiva do futuro do nosso Estado, diante de um quadro nacional e internacional. Da mesma forma, alternaram-se depoimentos, mesas-redondas e seminários sobre temas específicos, subordinados a essa orientação geral. Mais uma vez, o produto desse intenso trabalho foi reunido em uma publicação especial. Nos dois casos nota-se a importantíssima contribuição dada pela Rede Gazeta e particularmente por seu diretor, que, mais uma vez, se colocava a serviço da causa pública com seu talento.

Na iniciativa privada, dedicou-se também a outras atividades empresariais, em particular à agricultura. Além de seus próprios empreendimentos, foi membro do Conselho de Administração da Aracruz Florestal, Vice-Presidente e Presidente da Federação da Agricultura do Espírito Santo, de que ainda é diretor e que representa junto à Confederação Nacional da Agricultura. Foi ainda diretor da Federação das Indústrias do Espírito Santo.

Essa notável **performance** nos campos da Administração e da Comunicação está agora sendo seguida por seu filho Carlos Fernando Neto, já diretor da rádio FM do Grupo Gazeta.

Ao registrar aqui o prêmio que está recebendo esse notável líder capixaba, desejo unir-me aos que proclamam seu valor e que fazem votos para a continuidade do inextinguível trabalho por ele realizado.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** (PSDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ilustres Constituintes, vem crescendo entre nós um movimento em defesa dos legítimos interesses nacionais, que no Parlamento têm um braço especial através da Frente Parlamentar Nacionalista. Mas a nossa sociedade conta também com a Associação Brasileira de Imprensa, a Coordenação Nacional dos Geólogos, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional e várias outras enti-

dades que, agora, através do Constituinte Gabriel Guerreiro, fizeram a denúncia, depois secundada pelo pronunciamento do ilustre Constituinte Octávio Elisio, sobre a intromissão indevida da Embaixada do Canadá na questão mineral em nosso País. Sobre isso — pois vale a pena — faremos questão de desvendar essa verdadeira teria canadense de controle dos recursos minerais brasileiros. Precisamos construir um dossiê sobre esse assunto.

A propósito, Sr. Presidente, o que poderá ter levado representantes diplomáticos de uma nação estrangeira, o Canadá, a proceder de forma tão insólita, considerando-se os padrões que costumam reger o relacionamento entre nações soberanas? O que poderá tê-los conduzido a dar uma versão diferente a fatos tão evidentes? Algumas pistas podem ser enunciadas, para esclarecer tão estranho comportamento. Sete distintos grupos estão organizados e atuando com muita presença na vida minerária deste País: Brascan Ltd., Alcan, Inco, Noranda, Falconbridge Nickel Mines Ltd., Codiba Incorporation e Canadian Pacific (Cominco). Todos sabem o que estes grupos significam entre nós. Basta apenas citar que duas multinacionais canadenses, a Brascan Ltd. — em associação com a British Petroleum e a Inco — e a British Petroleum, que lideram um grande bloqueio de áreas do subsolo brasileiro, detêm 37% do total das áreas controladas por grupos estrangeiros, correspondendo a 192.958 km<sup>2</sup> do subsolo brasileiro. Dos 4.642 lotes distintos que possuem, apenas 17 têm decretos de lavra. Ao mesmo tempo, essas empresas detêm 2 851 lotes com alvarás de pesquisa e 1.764 pedidos de pesquisa.

Dessa maneira e com sua política de bloqueio, os investimentos do maior detentor de áreas requeridas — chamamos a atenção dos Srs. Constituintes para este número — em pesquisa mineral não ultrapassaram, no ano de 1987, segundo suas próprias informações, a ridícula quantia de 17 milhões de dólares.

Vejam o investimento realizado por esse extraordinário grupo, que tem presença expressiva na exploração do subsolo deste País. Este dado serve para desmistificar a conversa corrente de que não há recursos para investimento. Na verdade, isto prova que procuram apenas apoderar-se das reservas do subsolo, para utilizá-lo quando seus interesses, e não os do Brasil, realmente preponderarem. Por tudo isto, consideramos indevida a intromissão da Embaixada do Canadá.

Poderíamos indagar o que o povo canadense e o Ministério das Relações Exteriores daquele País fariam se, por exemplo, a Embaixada do Brasil estivesse emitindo conceitos e manifestando opinião sobre a nova Constituição. Até quando vamos continuar suportando isto? A propósito, pretendemos encaminhar ao Itamaraty um pedido de informação sobre este assunto. Mas, acima de tudo, queremos registrar esta questão, que significa uma denúncia, porque é preciso investigar mais a fundo o que acontece com relação a este comportamento.

Tenho uma última observação a fazer. O Canadá consideraria as atividades desenvolvidas no Brasil pela Brascan-British Petroleum como evidente benefício para os interesses nacionais? O que exige na sua legislação? Ou será que, há muito, se teria excluído do rol dos investidores no País?

Concluo, Sr. Presidente, fazendo este alerta, mas voltarei ao assunto.

A propósito, peço que a Carta Aberta aos Constituintes, subscrita pela Associação Brasileira de Imprensa, a Sociedade Brasileira de Imprensa, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Coordenação Nacional de Geólogos, a Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional, a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Mineração, a Federação Nacional dos Engenheiros, a Associação Brasileira de Antropologia, a União das Nações Indígenas, a Campanha Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia, a Comissão Nacional de Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo, a Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa Tecnológica Industrial, o Clube de Engenharia e a Associação dos Engenheiros da Petrobrás, seja transcrita nos Anais da Constituinte, para conhecimento de todos os seus membros, por causa da decisão que teremos de tomar quando da votação do Título VII, "Da Ordem Econômica e Financeira" sobre a questão mineral.

(Carta a que se refere o orador.)

#### CARTA ABERTA AOS CONSTITUINTES

Cada um de nós tem seu pedaço no pico do Cauê.

Na cidade toda de ferro

as ferraduras batem como sinos.

Os meninos seguem para a escola

Os homens olham para o chão.

Os ingleses compram a mina.

Só, na porta da venda, Tutu Caramujo cisma na derrota incomparável. — (**Carlos Drummond de Andrade**)

ABI — Associação Brasileira de Imprensa

SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

CONAGE — Coordenação Nacional dos Geólogos

CEBRACAN — Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional

ABEMIN — Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Mineração

FNE — Federação Nacional dos Engenheiros

ABA — Associação Brasileira de Antropologia

UNI — União das Nações Indígenas

CNDDA — Campanha Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia

CNDMEP — Comissão Nacional de Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo

ABIPTI — Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa Tecnológica Industrial

CLUBE DE ENGENHARIA

AEPET — Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Srs. Constituintes,

Todo país que deseja caminhar para sua independência econômica precisa resguardar as riquezas do seu subsolo contra os interesses alheios aos legítimos objetivos nacionais, controlando e mesmo restringindo, se necessário for, a exploração dos seus recursos minerais — bens de natureza estratégica e não-renováveis.

Dentre os relevantes temas que constituem o que se pode denominar de "A Questão Brasileira", avultam alguns princípios básicos, cuja definição na nova Constituição do País exige uma profunda

reflexão por parte dos Srs. Constituintes, responsáveis perante o povo brasileiro pela outorga de uma Carta constitucional efetivamente voltada para o asinteresses e anseios nacionais.

Permanentemente comprometidas com os verdadeiros interesses do Brasil, as entidades abaixo assinadas, no primeiro turno de votação da Assembleia Nacional Constituinte, manifestaram a Vossas Excelências seu pensamento e suas inquietações sobre alguns desses temas básicos da questão mineral. A imensa maioria de Vossas Excelências atenderam a todas as nossas propostas, introduzindo no texto do Projeto de Constituição (B):

— a titularidade da União sobre os recursos minerais;

— a nacionalização da mineração, estabelecendo a soberania nacional sobre os recursos minerais;

— o monopólio estatal do petróleo e dos minerais nucleares, bem como a proibição dos contratos de risco para a exploração de petróleo;

— a competência do Estado em promover e incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico, priorizando a pesquisa científica básica para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional, tendo, para tanto, definido o mercado interno como patrimônio nacional;

— a competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar a exploração das riquezas minerais em terras indígenas; e

— a obrigação de o minerador recuperar o meio ambiente por ele degradado.

Nesta oportunidade, dirigimo-nos a Vossas Excelências para agradecer a aprovação dos pleitos acima referidos, bem como para reivindicar a sua ratificação no segundo turno das votações.

Confiantes em que os Constituintes saberão encarnar os mais profundos sentimentos de brasilidade, esperamos que as vitórias alcançadas anteriormente sejam confirmadas nesta nova fase, quaisquer que sejam as pressões internas ou externas.

### Resumo

A Assembleia Nacional Constituinte decidirá, brevemente, no segundo turno, questões relativas ao setor mineral, de grande relevância para o Brasil. As entidades da sociedade civil que assinam esta carta julgam como de elevada obrigação social e política conchamar os Srs. Constituintes a reafirmar a validade de algumas das fundamentais conquistas obtidas no primeiro turno.

### Os bens minerais devem ser expressamente inscritos na Constituição como bens da União

A definição da titularidade dos recursos minerais, no artigo 20, inciso IX do Projeto de Constituição (B), representa um dos pontos mais relevantes de toda a questão mineral no Brasil. É fundamental ratificar, de modo claro e preciso, que a União detém a titularidade do subsolo nacional, de forma que se assegure a soberania interna sobre o precioso legado que a natureza situou em nosso território.

### A nacionalização da mineração é condição essencial para o exercício da soberania nacional

É imperativo estabelecer a soberania nacional sobre os recursos minerais brasileiros, assegurando no artigo 182 do texto constitucional que

a pesquisa e lavra das jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional. Para isso, torna-se fundamental adotar, também, a definição de empresa brasileira de capital nacional dada no artigo 177 do Projeto de Constituição (B).

### O monopólio estatal do petróleo somente será efetivo com a proibição dos contratos de risco

O monopólio estatal do petróleo é uma conquista do povo brasileiro e a atuação da PETROBRÁS, uma prova de nossa competência tecnológica. A decisão de se instituir o monopólio estatal do petróleo foi uma das de maior alcance econômico, social e político da história brasileira. A futura Constituição além de mantê-lo, precisa reforçá-lo. Para tanto, torna-se essencial a manutenção do § 1º, artigo 183 do Projeto de Constituição (B), que proíbe os contratos de risco, dado que eles ferem profundamente os verdadeiros interesses nacionais e descaracterizam o monopólio estatal do petróleo.

### Mineração, ciência e tecnologia

A ciência e tecnologia assumem um papel estratégico no relacionamento entre os povos, seja por suas implicações militares, seja por suas consequências econômicas. A exportação de minério bruto e a importação de produtos de maior valor agregado continuam sendo um dos principais mecanismos de perpetuação das desigualdades no mundo. No setor mineral, o esforço científico e tecnológico é particularmente necessário, pois nele é quase sempre inadequado, pelas peculiaridades dos nossos minérios, a importação indiscriminada de tecnologia. Neste contexto, se revela fundamental manter o artigo 222 do Projeto de Constituição (B) que considera o mercado interno patrimônio nacional e principal agente de um desenvolvimento científico e tecnológico autônomo e adequado para o Brasil.

### 1. Os bens minerais devem ser expressamente inscritos na Constituição como bens da União

A inclusão explícita do bem mineral como patrimônio da União atende aos reclamos de significativa parcela da sociedade civil, bem como afasta definitivamente interpretações variadas de acordo com os interesses em jogo.

Do ponto de vista jurídico, fica esclarecida a natureza do bem mineral, sua condição de direito real e, consequentemente, o regime dominial a que estará sujeito.

Politicamente, a inserção dos recursos minerais como propriedade da União representa o exercício da soberania nacional, haja vista a importância estratégica destes insumos para o desenvolvimento do País.

Isto, entretanto, não deve ser motivo para que se descuide do efetivo exercício de soberania. O reconhecimento do domínio, só por si, não implica garantia de que seu aproveitamento é benéfico para o país hospedeiro. Segundo Samuel Asante "os países em desenvolvimento confundem símbolos com substância". Não basta a afirmativa de que o subsolo é do Estado brasileiro, é necessário que ele efetivamente se incorpore à dinâmica de produção e contribua efetivamente para o desenvolvimento econômico-social do País.

Em termos internacionais, entre os países desenvolvidos apenas o Canadá disciplina a matéria na Constituição, atribuindo ao Estado a sua pro-

priedade. Na América Latina a grande maioria dos países com tradição mineira considera o bem mineral patrimônio do Estado (México, Peru, Venezuela, Chile e Cuba, entre outros).

A definição constitucional de que os recursos minerais constituem bens da União tem um elevado sentido político na medida em que os institucionaliza como propriedade social de toda a Nação. No entanto, para que esta institucionalização se torne efetiva é fundamental que seja ratificado o disposto no artigo 20, inciso IX do Projeto de Constituição (B). Para isso a emenda supressiva (e seu respectivo destaque), 2T01234-9 (2D00970-5), deve ser rejeitada no segundo turno de votação da Assembleia Nacional Constituinte.

### 2. A nacionalização da mineração é condição essencial para o exercício da soberania nacional

A moderna política de administração dos recursos minerais recomenda que os países produtores estabeleçam o controle nacional sobre a sua exploração. E o controle nacional só pode ser efetivo com a nacionalização da mineração.

Foi assim que agiram vários países ao longo de seus respectivos processos históricos. São dentre outras marcantes, as iniciativas do México, da Indonésia, da Austrália e do Canadá que, em contextos sociais e políticos marcadamente distintos, recorreram à nacionalização de suas minerações não somente com o objetivo de afirmação nacional sobre os seus recursos minerais, mas também, com o intuito de promover a estruturação, o crescimento e a consolidação de suas respectivas indústrias minerais.

Os exemplos da Austrália e do Canadá são bastante relevantes. O primeiro país exige, desde 1973, como regra geral, que a empresa de mineração tenha, pelo menos, 50% de seu capital em poder de australianos e, o segundo, de dezembro de 1973 a maio de 1987, exigia que os canadenses controlassem, no mínimo, 51% do capital das sociedades mineradoras, evoluindo, a partir da última data, para uma forma ainda mais rígida de controle; a participação do capital estrangeiro nos empreendimentos minerais é considerada caso a caso, devendo ser autorizada pelo governo canadense somente se julgada de relevante interesse nacional para o Canadá, após exaustiva análise da intenção que abrange mais de trinta itens. Assim, a exigência de 51% de capital canadense foi substituída por um amplo conjunto de requisitos para os investimentos estrangeiros muito mais complexo a juízo dos governos federal e provinciais.

Os comprovados êxitos das políticas minerais da Austrália e do Canadá, como gigantes da produção mineira mundial, são, com certeza, creditados às respectivas nacionalizações de suas minerações, há mais de 15 anos.

O bem mineral, por ser um recurso não-renovável, não pode ser tratado da mesma forma que uma simples mercadoria, em face de seu inequívoco caráter estratégico. Se é estratégica sua produção, especial também tem que ser a forma do seu controle, que somente se torna efetivo através da nacionalização da mineração.

Atualmente, nem a Constituição nem a legislação ordinária asseguram o exercício pelo Brasil de sua soberania nacional sobre os recursos minerais. Além disso, o modelo mineral brasileiro,

baseado na "igualdade" de direito entre os capitais nacionais e estrangeiros, vigente desde 1946 e amplamente reforçado após 1964, fracassou completamente no esforço de dotar o País de um abastecimento seguro de bens minerais independente do subsolo forâneo, como comprovam as estatísticas disponíveis e fartamente distribuídas aos constituintes como justificativa para a ação das multinacionais no Brasil. Querem transformar o seu fracasso em justificativa para a permanência de suas presenças sem quaisquer controles, como acontece na atualidade.

O fracasso da mineração brasileira guarda forte correlação com a mesma situação que vivia o setor petrolífero antes do advento da Petrobrás. Antes da instituição do monopólio estatal do petróleo quando as empresas multinacionais petrolíferas agiam livremente no Brasil, nunca se descobria o tão precioso mineral, condenando-se o País aos nefastos resultados verificados em sua economia. Somente após o esforço nacional ser concentrado na busca do petróleo, ele apareceu. Atualmente, no setor mineral, as empresas estrangeiras ocupam vastas áreas de nosso território que englobam, frequentemente, promissores ambientes geológicos. Muitos destes ambientes acham-se dominados há mais de quinze anos por um único grupo estrangeiro que neles não realizavam as pesquisas que seriam necessárias e nem os desocupam para que empresas nacionais, ou mesmo outras empresas multinacionais, neles trabalhem. Com isto, estes grupos perpetuam nossa dependência ao subsolo estrangeiro e realizam as suas políticas de caráter estratégico conforme seus interesses a nível mundial, somente "descobrimos" riquezas minerais no Brasil quando isto é da conveniência dos seus negócios. Muito provavelmente, o Brasil poderá diminuir sua grande dependência do subsolo estrangeiro quando tiver a vontade política de controlar as empresas estrangeiras, submetendo-se ao interesse brasileiro através da nacionalização da mineração.

Se, em 42 anos, as empresas estrangeiras, atuando em condições de "igualdade" com as nacionais, não conseguiram diminuir a dependência brasileira ao subsolo estrangeiro, lograram, contudo, ferir em muitas oportunidades a soberania nacional. O exemplo mais escandaloso de que se tem conhecimento foi aquele em que a Anglo American Corporation, poderosa empresa sul-africana, comprou no Panamá o controle das "Empresas Sudamericanas Consolidadas", "holding" de várias empresas que atuam no Brasil (formando o ex-grupo Rothschild) e que possuem importantes concessões minerais, sem qualquer consulta prévia ao Governo brasileiro (a legislação brasileira não tem qualquer exigência neste sentido). Com esta compra, a Anglo American passou a dominar 72% do valor da produção de níquel, 45% da de nióbio, 33% da de tungstênio e 14% da de apatita (fosfato), minerais altamente estratégicos para a indústria e a agricultura. A seguinte pergunta pode ser feita: se, eventualmente, uma empresa de um país antagonístico ao Brasil, ao nível ideológico, tivesse comprado no Panamá as "Empresas Sudamericanas Consolidadas", no lugar da Anglo American, qual teria sido a reação do Governo brasileiro? Resignar-se-ia como no acontecido com a Anglo American, ou aplicaria uma medida drástica, ao arrepio da legislação, não

aceitando a compra feita pela empresa do país antagonístico? Este exemplo serve para mostrar que um país do porte e da importância mundial do Brasil não pode ficar a mercê de ter que utilizar a força sempre que queira exercitar sua soberania sobre os recursos minerais. O arcabouço constitucional e legal do País tem que ter mecanismos jurídicos, que evitem tais situações constrangedoras para a soberania nacional. A nacionalização da mineração é a forma prática e efetiva de se preservar permanentemente a soberania do Brasil sobre os seus recursos minerais, adequando os interesses do capital estrangeiro aos nacionais.

É inadiável, portanto, assegurar no texto constitucional o parágrafo 1º do artigo 182 que nacionalizou a mineração, aprovado por ampla maioria no primeiro turno de votação da ANC. Torna-se fundamental, também, a manutenção da definição de empresa brasileira de capital nacional dada no artigo 177 do Projeto de Constituição (B). Esta definição, ao contrário do que apregoam os seus adversários, não é restritiva ao capital estrangeiro.

Muitos países adotam definição bem mais rígida. O Canadá, por exemplo, que vem sendo apontado como paradigma da livre participação estrangeira, pelos defensores da posição de que as multinacionais possam agir sem qualquer controle no Brasil, adota uma definição de empresa nacional muito mais rígida do que aquela inscrita no Projeto de Constituição (B). Naquele país, de acordo com o artigo 20, parágrafo 3º do "Act Respecting Investment in Canada" só pode ser considerada como empresa canadense aquela em que:

- a) a maioria das ações com direito de voto sejam propriedade de canadenses;
- b) 4/5 dos membros do seu conselho de administração sejam cidadãos canadenses que residam no Canadá;
- c) o principal diretor e 3 dos 4 outros diretores melhor remunerados sejam cidadãos canadenses;
- d) a sede de suas atividades principais esteja situada no Canadá;
- e) o Conselho de Administração dirija as atividades da empresa de uma maneira autônoma sem receber instruções de qualquer de seus acionistas, exceto por intermédio do exercício normal do direito de voto durante as assembleias de acionistas;
- f) os requisitos constantes dos itens anteriores venham sendo observados há pelo menos um ano."

Um outro aspecto do debate acerca da participação do capital estrangeiro na mineração brasileira, ao qual não vem sendo dado o devido destaque, é aquele relativo ao endividamento externo por ele causado.

O setor mineral tem uma importância muito mais expressiva do que se poderia imaginar no endividamento externo brasileiro — US\$ 10,5 bilhões — nada menos que 9% do total da dívida externa brasileira, só computado o período 1968/1984. 69% do total são da responsabilidade do capital estrangeiro, seguindo-se o capital estatal com 27% e o capital privado nacional com apenas 4%. Das 10 maiores empresas de captação de recursos, responsáveis por 53% do total, apenas uma é de capital nacional. O modelo "crescimento com endividamento", adotado para o País, teve como decorrência no setor mineral

uma ainda maior concentração, nas mãos do grande capital, dos investimentos produtivos. Os resultados, danosos para o Brasil, deste endividamento ultrapassam em muito os eventuais benefícios que o chamado "capital de risco na pesquisa mineral feito pelas multinacionais" pode trazer para o País e que as suas propagandas tentam caracterizá-lo como sendo o "salvador da Pátria" no setor mineral, embora sejam ridículos em valores absolutos. A propósito, em relação a este assunto, é importante denunciar aos Senhores Constituintes que os percentuais de investimentos estrangeiros na pesquisa mineral, que vêm sendo apresentados pelas multinacionais, não são verdadeiros. Os valores apresentados não representam todo o universo da pesquisa mineral brasileira que, se considerado em toda a sua extensão, com certeza mostrará que o capital nacional investido é superior ao estrangeiro.

As entidades da sociedade civil que subscrevem esta carta têm absoluta convicção de que os 343 constituintes que, no primeiro turno, votaram favoravelmente à nacionalização da mineração não negociarão a soberania nacional, pois não serão "acenos falaciosos de burras cheias de dólares que irão alterar" seus votos, como muito bem lembrado pelo insigne Ministro das Minas e Energia, Dr. Aureliano Chaves. Da mesma forma, estes valorosos constituintes não se arcarão frente às ameaças americanas quanto às patentes farmacêuticas que, em realidade, compõem um conjunto de pressões visando a não aprovação pela Constituinte do controle nacional sobre o capital estrangeiro.

Finalmente, é muito importante informar aos Senhores Constituintes que se qualquer das emendas supressivas (com seus respectivos destaques) 2T00072-3 (2D00531-9); 2T00166-5 (2D00569-6); 2T00351-0 (2D01176-9); 2T00590-3 (2D00362-6); 2T00705-1 (2D00678-1); 2T00719-1 (2D00875-0) e 2T00794-9 (2D01055-0) forem aprovadas, não somente se estará entregando o subsolo pátrio ao capital estrangeiro, mas também se estará abrindo às multinacionais todo o setor de geração de hidroeletricidade, com a conseqüente possibilidade de desnacionalização de toda uma área da economia que, atualmente, é inteiramente nacional.

### 3. O monopólio estatal do petróleo somente será efetivo com a proibição dos contratos de risco

A Constituinte assegurou na votação do primeiro turno, por ampla maioria, três antigas reivindicações da comunidade brasileira de geociência inscrevendo no texto da futura Carta Magna.

— o monopólio estatal dos minerais nucleares e seus derivados;

— o monopólio do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;

— a proibição dos contratos de risco para o petróleo

Foram decisões patrióticas e maduras, porque os minerais nucleares adquirirão neste final do século importância estratégica, enquanto o monopólio estatal do petróleo era já, de há muito, uma conquista do povo brasileiro inscrito na atual Constituição e a atuação da Petrobrás, uma prova de nossa competência tecnológica.



Em pouco mais de 30 anos, através do trabalho da Petrobrás, o País está às portas da auto-suficiência. Os enormes volumes já descobertos na Bacia de Campos elevam o Brasil e a sua empresa petrolífera aos patamares das grandes companhias de petróleo do planeta.

Isso é o produto da confiança e do apoio que a sociedade brasileira tem dado à Petrobrás e aos seus técnicos, demonstrando que ela não necessita de parceiros na indústria petrolífera nacional.

A partir dos insucessos exploratórios das empresas estrangeiras, verifica-se que o País caminha no sentido inverso das nações produtoras em vias de desenvolvimento. Enquanto estas vêm propnamente exercendo maior controle nacional sobre as empresas estrangeiras que operam em seu território, o Brasil abrandou cada vez mais as cláusulas dos "contratos de risco", atingindo níveis de remuneração para as contratadas, que são absolutamente incompatíveis com o interesse nacional, como é o caso do contrato celebrado com a Texaco para a exploração da Bacia do Marajó. Portanto, as multinacionais, atuando no País através dos "contratos de risco" desde 1975, têm representado uma gradual perda de soberania sobre o petróleo nacional.

A Petrobrás, cumprindo o seu compromisso com a sociedade de levantar o potencial petrolífero das bacias sedimentares brasileiras, tem investido somas sempre mais elevadas do que aquelas aplicadas pelas empresas multinacionais no Brasil, na exploração de petróleo.

No período 1977/86 a Petrobrás investiu US\$ 19,7 bilhões e as empresas participantes dos contratos de risco apenas US\$ 1,6 bilhão.

Deste total investido nos contratos de risco:

— cerca de meio bilhão de dólares correspondem à aplicação de companhias nacionais — Paulipetro principalmente. Deste valor 150 milhões de dólares em importações de equipamentos e serviços.

— algo como 750 milhões de dólares foram investidos na importação de bens e serviços estrangeiros, como embarcações, plataformas, materiais importados temporariamente e mão-de-obra especializada."

Disso resulta que, após as deduções devidas, as empresas multinacionais contratistas de risco investiram na exploração do petróleo em território brasileiro não mais de US 350 milhões, cifra muito inferior à que a Petrobrás aplicou, US\$ 19,7 bilhões.

Ultimamente, tem sido levantada a tese da reciprocidade, como se o monopólio estatal brasileiro prejudicasse a atuação internacional da Petrobrás. Ao contrário, nada suporta esta maliciosa tese: dos negócios internacionais do petróleo não participa a figura da reciprocidade, mas somente a do interesse econômico das partes envolvidas, caso a caso. Um exemplo recente disso é a internacionalização das atividades das empresas estatais venezuelanas de petróleo, que se desenvolve sem qualquer dificuldade. A Venezuela estatizou integralmente o setor petrolífero e não sofreu, em nenhum momento, qualquer represália

O monopólio estatal do petróleo, adotado pela histórica Lei nº 2.004, está incorporado na proposta da Constituição, proibindo iniciativas como os "contratos de risco" que a Petrobrás vem assi-

nando com empresas petrolíferas. O monopólio estatal do petróleo, tanto no Brasil, como nos diversos países que o adotaram, tem elevado o acerto da iniciativa, estando definitivamente incorporado à moderna administração e política dos recursos minerais, como fator essencial do desenvolvimento econômico, político, social e tecnológico daquelas nações.

As justificativas dos defensores dos "contratos de risco" assinados pela Petrobrás, a saber a incapacidade financeira do País; a incapacidade tecnológica da Petrobrás; a ampliação dos conhecimentos das nossas bacias sedimentares; o aumento da produção do petróleo em curto prazo; o alívio da dívida externa; o controle total dos contratos por parte da Petrobrás; a natureza da prestação de serviços dos contratos e a alegação de que os mesmos são negociados soberanamente, têm sido inteiramente desmentidas principalmente pela própria prática desses "contratos de risco", decorridos 12 (doze) anos de sua adoção pela estatal petrolífera brasileira. Como já foi dito, o ingresso efetivo de divisas no Brasil (cerca de US\$ 350 milhões) foi irrisório; a Petrobrás ocupa posição de vanguarda no cenário internacional em tecnologia petrolífera, além de ser pioneira na exploração e produção em águas profundas; a dívida externa brasileira aumentou extraordinariamente; a Petrobrás não tem controle do que realmente é executado, ão são contratos de prestação de serviços, na medida que, se o petróleo for descoberto, as firmas contratadas, participarão dos lucros resultantes e, finalmente, tais contratos não vêm sendo negociados soberanamente, em face das pressões oriundas da enorme dívida externa brasileira. Quanto à propalada incapacidade tecnológica da Petrobrás é relevante informar que esta empresa vem tendo sucesso na descoberta de petróleo onde as multinacionais tiveram insucesso. Prova disso foi a descoberta de petróleo no litoral do Paraná em área de contrato de risco m a PECTEN, que dela havia desistido.

Torna-se imperioso, portanto, que o parágrafo 1º do artigo 183 do Projeto de Constituição (B), seja mantido em sua íntegra, de forma a se manter efetivo o monopólio estatal do petróleo. Para isso é fundamental que as emendas supressivas (com seus respectivos destaques) 2T00198-3 (2D01317-6); 2T00322-6 (2D01175-1); 2T00323-4 (2D00844-0 e 2D01291-9); 2T00592-0 (2D00364-2); 2T00668-3 (2D01494-6); 2T00837-6 (2D00913-6) e 2T01407-4 (2D01134-3) sejam rejeitadas na votação do segundo turno da Assembléia Nacional Constituinte.

#### 4. Mineração, ciência e tecnologia

A ciência e tecnologia assumem um papel estratégico no relacionamento entre os povos, seja por suas implicações militares, seja por suas consequências econômicas. Os Países do terceiro Mundo não podem mais conformar-se com uma política de meros exportadores de produtos agrícolas ou de minério. A exportação de minério bruto e a importação de produtos de maior valor agregado continuam sendo um dos principais mecanismos de perpetuação das desigualdades no mundo

Se não conseguirmos promover nosso desenvolvimento científico e tecnológico com o auxílio dos países desenvolvidos e através de órgãos como as Nações Unidas, certamente não será atra-

vés do auxílio das empresas multinacionais que, por sua própria natureza têm por finalidade evitar que desenvolvimentos científicos e tecnológicos locais ocorram em países cujos mercados ocupam. Se quisermos desenvolver ciência e tecnologia no Brasil teremos de fazê-lo por nós mesmos.

Portanto a universidade, os centros de pesquisa e a produção científica e tecnológica têm de ser considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico e para a soberania nacional.

Desta forma, transparece atualmente como atividade prioritária fortalecer a capacidade nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, como forma de evitar que se aliene mais esta componente que assume papel significativo no processo de autodeterminação, principalmente em se tratando de assunto tão vital para o País, como o da autorização de seus recursos não-renováveis.

O mercado brasileiro é um bem da Nação cujo controle, tanto quanto o de nossas riquezas minerais, é decisivo para assegurar o desenvolvimento do País.

Reservar o nosso mercado à inteligência e ao trabalho dos brasileiros além de ser um direito natural e um ato de soberania da Nação através de sua Assembléia Nacional Constituinte, constitui-se na principal fonte de recursos para o avanço da tecnologia nacional

Este princípio é amplamente adotado a nível internacional, conjugando-se o protecionismo de cada país com o necessário intercâmbio internacional.

É inquestionável o êxito das políticas nacionais de proteção aos setores estratégicos de informática e aeronáutica que faturaram em 1987 respectivamente 2 bilhões e 430 milhões de dólares, privilegiando-se à inteligência e competência de brasileiros

No primeiro turno, as entidades da sociedade civil relacionadas com o desenvolvimento científico e tecnológico viram os constituintes acolherem o essencial de suas propostas no Projeto de Constituição (artigos 221 e 222).

Assim, é de fundamental importância que seja ratificado o artigo 222 do Projeto de Constituição (B) com a rejeição da emenda supressiva 2T001027-3, objeto do destaque 2D01389-3.

#### Considerações finais

A exploração do subsolo deve ser desenvolvida de acordo com o interesse nacional. É exatamente por isso que as nações modernas têm tutelado o acesso às suas riquezas minerais, procurando, assim, valorizar esse patrimônio nacional para vinculá-lo aos seus planos de desenvolvimento econômico e social

Dentro deste princípio, a diferenciação entre a empresa nacional e aquela constituída pelo capital forâneo é um instrumento indispensável ao exercício da soberania nacional.

O Brasil necessita definir as diretrizes básicas que regerão a exploração mineral no País, estabelecendo uma legislação que permita a defesa dos interesses da economia e da sociedade brasileira.

Neste momento histórico em que se estão construindo os alicerces de uma nova Nação, é muito importante refletir sobre as seguintes palavras do Constituinte Gastone Righi, ao defender a nacionalização da mineração no primeiro turno de votação:

"Um país que não possa garantir ao seu povo e às gerações futuras a nacionalização da exploração de suas riquezas minerais não merece ser Estado soberano e independente. Estamos aqui para fazer uma Constituição e temos que ser um Estado soberano e independente."

**O SR. ANTÔNIO DE JESUS** (PDMB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a inflação constitui um dos mais palpitantes e sérios problemas da atualidade. Economistas, sociólogos, estadistas, homens públicos olham com atenção esse fenômeno sócio-econômico, que não é exclusivamente monetário, mas tem causas complexas. A sua atualidade se reveste de cores dramáticas durante as crises do mundo moderno. A sua intensidade se torna crônica, nos países subdesenvolvidos. A palavra inflação tem sentido etnológico de inchação, intumescência.

Na inflação, que caracteriza um processo de elevação de preços, as demandas salariais deixam de ser uma questão meramente econômica; adquirem caráter sócio-político, envolvendo sindicatos, empresas e o próprio Governo.

Na prática, a inflação desencadeia males, como seja: desonestidade e falcaturas em busca do lucro; avareza generalizada; ênfase exagerada ao dinheiro; negócios inescrupulosos; sabedoria e esperteza; competição sem ética; falta de solidariedade humana.

Muitas vezes a pessoa deixa até de atender a seu semelhante, por uma semana ou quinze dias, pensando no lucro que está perdendo por emprestar, às vezes até por necessidade, dinheiro ao seu próximo.

Num processo inflacionário agudo, a regra não é estável; salve-se quem puder.

Essa pode ser a filosofia e a prática de vida para muitos.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. IVO MAINARDI** (PDMB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as primeiras pesquisas de opinião pública realizadas no Rio Grande do Sul, relativas ao pleito majoritário da Capital do Estado, apontam uma vantagem expressiva do candidato do PMDB, Deputado Constituinte Antonio Britto. Dois institutos de pesquisa idôneos, o Ibope e o Perfil, mostram que, se a eleição fosse hoje, o PMDB ganharia folgadoamente, com mais de 10% de vantagem, as eleições em Porto Alegre.

Em outras cidades importantes do Estado, igualmente, o PMDB é favorito. Para exemplificar, na pujante Caxias do Sul também as pesquisas de opinião consagram o favoritismo do candidato peemedebista.

Sem desmerecer a atuação e a imagem dos nossos candidatos, é preciso que se destaque, igualmente, que as mesmas pesquisas já realizadas mostram o bom desempenho do Governo Pedro Simon, considerado regular e ótimo por mais de 70% dos gaúchos.

Num período de extrema dificuldade, de desconfiança, de desacertos que cercam a realidade nacional, Pedro Simon consegue impor sua administração, recuperando as finanças do Estado, pondo fim aos desmandos, ao empreguismo e iniciando uma nova época de investimentos.

Vencidas as dificuldades iniciais, herdadas dos maus governos anteriores, Simon parte para a recuperação dos salários do funcionalismo, concedendo, além da inflação, uma reposição de 33 a 39% àqueles que menos ganham, ou seja, os funcionários de nível inicial e médio. Também em relação ao magistério, a proposta recentemente aceita pelos professores concede o percentual do IPC e mais uma reposição salarial.

Paralelamente a isso, o Estado adquire sua capacidade de investimento com recursos próprios, uma verdadeira façanha.

Por tudo isso, é de justiça que se destaque que — sem qualquer uso da máquina do Estado — logo desde o início, os candidatos peemedebistas se destacam no favoritismo, mostrando que no Rio Grande o Governo peemedebista de Pedro Simon é merecedor do respeito e reconhecimento de todos os gaúchos.

**O SR. JACY SCANAGATTA** (PFL — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o poder originário, de que se revestem as assembleias constituintes, se manifesta no alvorecer das nações, quando conquistam sua independência e se transformam em estados autônomos dentro do concerto dos países, ou quando ocorrem rupturas das instituições por meio de uma revolução, guerra civil ou golpe de Estado.

A elaboração de uma nova Carta Magna brasileira hoje acontece segundo nova conceituação do processo constitucional para atender a imensas mudanças, sem o recurso das emendas ao texto da Lei Maior.

Tantas vezes a Constituição de 1967, alterada pela Emenda nº 1, de 1969, foi modificada que se tornou imprescindível a feitura de um novo diploma.

Contudo, ao atribuir poderes constituintes ao Congresso Nacional eleito em 1986, o ato convocatório do Presidente da República veio frustrar os anseios de uma Assembléia exclusiva para responder ao papel histórico que se lhe reservava.

Hipertrofiaram-se as atividades do Poder Legislativo, com sérios danos aos deveres do legislador comum, ao ponto de se acumularem decretos-leis e projetos. Ainda na última semana o Congresso votou, a toque-de-caixa, dezenas de decretos, sem o necessário estudo e debate, no afã de descongestionar imensa pauta.

Pior que isso, a Constituinte tornou-se instrumento de interesses predominantemente políticos, dada sua composição expressiva de homens de partidos. Excessivamente detalhista, o texto constitucional prodigaliza benesses inatingíveis, estabelecidas para cortejar hipocritamente o eleitorado.

Matéria infraconstitucional, a ser tratada em lei ordinária, acabou consagrada como mandamento na Carta Magna por sua ressonância junto à opinião pública.

Ao invés de um corpo legislativo exclusivamente voltado a um trabalho cuidadoso e isento de redigir uma Constituição séria e duradoura, tivemos um colegiado marcadamente político, preocupado com seu próprio destino nos pleitos vindouros. Foi sincera a confissão do Deputado Ulysses Guimarães de que a "Constituição será o grande cabo eleitoral", referindo-se não apenas às eleições próximas, de novembro, como às de 1989 para a Presidência da República.

Hoje assistimos a toda essa correria, traduzida no chamado "esforço concentrado", para se votar atravaldadamente cerca de trezentos artigos, no segundo e definitivo turno, sem que antes se tenha levado em consideração as reações da sociedade a uma série de disposições capazes de conspirar contra a estabilidade econômica do País. Prevaleceram sentimentos xenófobos em preceitos reguladores do investimento externo, afugentando a participação de tradicionais parceiros em nosso processo de desenvolvimento. Instigou-se a luta de classes na exagerada concessão de generosas vantagens aos trabalhadores, que afinal acabarão vítimas de supostos benefícios, quando o empresário se vir compelido a reduzir drasticamente seu quadro de pessoal, especialmente o feminino.

Para compensar a letargia desses 18 meses em que se arrastaram os trabalhos, a Assembléia ingressa em regime de frenéticas sessões, percebendo-se o desinteresse de muitos pelos resultados que advenham do aodamento determinado pela proximidade das eleições municipais de novembro.

Pouco interessa o impacto negativo que inúmeras disposições constitucionais, de feições eminentemente politiquieiras, possa causar.

O que vale mesmo é transformar a nova Carta numa cornucópia de favores, como chegou a classificar o jurista Miguel Reale, e depois colher os dividendos nas urnas, mesmo sendo ao preço de imensuráveis prejuízos à estabilidade social e econômica do Brasil.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ** (PL — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, sem muito alarde a imprensa tem noticiado, nos últimos dias, um fato que, pela ameaça que representa, merece destaque de primeira página em todos os meios de comunicação e a apreensão de todos nós, principalmente do Governo Federal: o fim do estoque da merenda escolar e as dificuldades enfrentadas pela FAE-Fundação de Assistência ao Estudante, órgão encarregado de gerir este programa, para a liberação de recursos visando à aquisição de novos estoques.

Acredito ser inadmissível e revoltante, Sr. Presidente, assunto de tamanha envergadura e de consequências tão trágicas ser tratado com tanto descaso pelas nossas autoridades.

Fala-se, diuturnamente, nas hostes do Governo Federal, no combate ao déficit público. Apóio integralmente o esforço empreendido pelo Governo na luta contra este déficit responsável por grande parte de nossos males. A imagem do Governo diante da opinião pública como perdulário e pródigo em concessão de benesses tornou-se tão arraigada que só uma política de extrema transparência e lisura na contenção de gastos e enxugamento da máquina estatal propiciará, além da queda da inflação, maior credibilidade, de que o Governo tanto necessita.

Os caminhos na busca que devemos empreender para cortar despesas são muitos, Srs. e Srs. basta que tenhamos boa vontade. São tantos que não devem prejudicar projetos tão importantes como o Programa da Merenda Escolar.

Devemos analisar o Brasil como uma grande família. A nossa própria família. Quando somos compelidos pela crise a diminuir as despesas, não



cortamos na alimentação de nossos filhos, mas racionalmente buscamos cortar aquilo que entendemos ser supérfluo e dispensável. Se usamos o carro da família para a locomoção diária ao trabalho, passaremos a deixá-lo na garagem e iremos de ônibus. Se renovamos nosso guarda-roupa anualmente, passaremos a renová-lo de dois em dois anos.

São muitos os setores onde as despesas podem ser cortadas sem afetar programas tão nobres como o da merenda escolar. Temos exemplo típico de despesa dispensável em nossa própria casa. Vejam a generosidade com que são distribuídos os cafezinhos no Congresso Nacional e também em todos os órgãos públicos de Brasília. Tornou-se prática famosa e tradicional essa distribuição feita e gratuita de um produto proibido à mesa da maioria dos brasileiros.

Basta que cortemos pela metade o cafezinho gratuito e teremos aí dinheiro para a compra de muita sopa que irá alimentar nossas crianças carentes.

Muitos rotulam o Programa da Merenda Escolar como meramente paternalista e demagógico, sem dimensionar o alcance que ele terá a longo prazo. Se é paternalista um programa da amplitude social como este, como devemos chamar a distribuição de cafezinhos?

Nesta semana presenciamos na televisão o triste quadro de crianças com os pratos vazios, à espera daquela que seria sua única refeição no dia. Uma refeição que não veio, Sr. Presidente!

Na tentativa de erradicar o analfabetismo no Brasil, foi criado há vários anos o Mobral — Movimento Brasileiro de Alfabetização. Hoje, depois de mais de 20 anos, o Brasil se destaca como a oitava economia do mundo e com milhões de analfabetos. Medidas devem ser encontradas para amenizar este quadro tão negativo para o nosso País. O Programa da Merenda Escolar tem sido, nos últimos tempos, o grande atrativo e incentivador para a frequência escolar no 1º Grau, principalmente nas classes menos favorecidas de nossa população, revertendo, assim, um quadro que se mostrava até então com um índice alarmante de evasão escolar. Centenas de milhares de crianças carentes passaram a frequentar regularmente a escola movidas tão-somente pela fome! Buscam na escola o sagrado direito à sobrevivência: a comida que lhes falta em casa.

A merenda escolar contribui, inegavelmente, para o melhor desempenho de nossas crianças em seu aprendizado.

Se medidas não forem tomadas no sentido de priorizar a criança carente, estaremos formando no Brasil uma geração de subnutridos e oligofrênicos que começam a passar fome no útero. Comprovadamente, uma gestante com problemas de subnutrição terá um filho subnutrido e com seqüelas para toda a vida. Uma criança mal-alimentada chegará à idade escolar com menos de um terço de sua capacidade de raciocínio, e isso, conseqüentemente, impedirá o seu aprendizado. Ela será estigmatizada, taxada de burra e retardada mental, mas na verdade ela será apenas mais uma vítima das injustiças sociais e de uma sociedade que produz uma casta de privilegiados em detrimento de uma sub-raça que se consolida a cada dia.

Preocupa-me, sobretudo, Sr. Presidente, a possibilidade de extinção ou até mesmo de cortes no Programa da Merenda Escolar.

Ultimamente passei a acreditar no empenho do Governo em sua meta de combater o déficit público, mas acredito principalmente no Brasil do futuro. Um futuro onde a miséria seja erradicada e não tenhamos mais crianças morrendo de fome.

Neste momento de crise é necessária a união de todos em busca de alternativas para a solução de nossos problemas, que são muitos. De nada adiantará, no futuro, uma nação avançada a ponto de ser incluída entre as maiores economias do mundo, sem os necessários avanços sociais.

As alternativas existem. Basta, apenas, o bom-senso para encontrá-las.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. SOTERO CUNHA** (PDC — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejamos, com muito orgulho, registrar o aniversário da cidade de Duque de Caxias, situada no Estado do Rio de Janeiro.

O Município de Duque de Caxias, na região metropolitana do Rio de Janeiro, fica na Baixada Fluminense, às margens do Meriti, perto da foz desse rio, na orla ocidental da baía de Guanabara.

Seu povoamento data da segunda metade do século XVI, quando começou a colonização dos vales dos rios Meriti, Sarapuí, Iguaçu e Estrela.

No século XVII, foi fundada a freguesia de Nossa Senhora do Pilar e até meados do século XIX registrou-se intensa atividade econômica na região, baseada na agricultura.

A vida da cidade mostrou maior desenvolvimento quando, em 1886, os trilhos da Rio de Janeiro Northern Railway atingiram o vale do Meriti, concorrendo também para o seu progresso o saneamento da Baixada e a construção, em 1928, da estrada Rio-Petrópolis.

Em 1943 tornou-se sede de Município e passou a receber levas de operários, principalmente nordestinos, que vinham em busca de trabalho no Rio e escolhiam-na para residência. A cidade viu-se assim integrada ao processo de expansão do Grande Rio, transformada em subúrbio, tornando-se um dos mais populosos e importantes municípios fluminenses.

Por abrigar uma refinaria, foi transformado em município de segurança nacional em 1968. Em maio de 1985, a Emenda Constitucional nº 25 restituiu sua autonomia.

Manifestamos, desta forma, nossa satisfação pelo transcurso do aniversário da cidade de Duque de Caxias, congratulando-nos com os caxienses.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. ANTÔNIO FERREIRA** (PFL — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no instante em que a Assembleia Nacional Constituinte decide sobre o texto final do Capítulo da Administração Pública da nova Constituição, julgo oportuno tecer algumas considerações acerca da redação dada ao seu inciso XI do art. 38.

Como originalmente colocado, o texto dispõe que “a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites

máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros do Supremo Tribunal Federal e Ministros de Estado e seus correspondentes nos Estados e Municípios”.

Embora concordando, no mérito, com a redação do inciso, entendi necessário emendá-lo, com a finalidade de aperfeiçoar o texto e torná-lo mais compatível com a realidade do sistema remuneratório do pessoal civil da administração pública.

Assim, através da Emenda nº 244, sugeri que fosse suprimida do inciso a expressão “em espécie”, considerando certo que o dispositivo emendado, quando visto comparativamente com o artigo 20 das Disposições Transitórias, destina-se a estabelecer o limite máximo de remuneração dos servidores públicos dos Três Poderes, para tanto reduzindo-se, quando for o caso, a retribuição daqueles que, à data da promulgação da Constituição, estejam percebendo valores acima do fixado.

Ademais disso, a manter-se o texto consignado, parece-me injusto, irrealístico e discriminatório fixar o limite tendo como base justamente a menor parcela das que integram a retribuição, de fato, de ministros e parlamentares.

Nessa conformidade, suprimida a expressão, como quer a emenda, ter-se-á que o limite será equivalente à totalidade das parcelas recebidas pelas citadas autoridades, a qualquer título, apurando o dispositivo e tomando-o justo e compatibilizado com a realidade da política remuneratória efetivamente praticada no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

A Relatoria, infelizmente, ofereceu parecer pela rejeição da emenda, optando, sem justificativa, por manter a redação aprovada em primeiro turno. Nesse caso, o limite máximo de retribuição dos servidores será fixado tão-somente pelo que percebe, em espécie, o Ministro de Estado, por exemplo, não se considerando uma só das parcelas pagas a título de retribuição indireta, como residência funcional, transporte aéreo e terrestre gratuitos, assistência médico-hospitalar, alimentação subsidiada, etc.

Com esses argumentos, e a despeito do voto do Relator, confio em que a Assembleia Nacional Constituinte venha a aprovar a Emenda 244, dando ao inciso XI do art. 38 redação mais compatível, realista e justa em defesa dos legítimos interesses do funcionalismo público.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, votando-se agora, em segundo turno, os dispositivos referentes à administração pública, da nova Constituição do País, desejo tecer algumas considerações, também, acerca da Emenda supressiva nº 243, por mim oferecida ao inciso XII do art. 38, constante das Disposições Gerais, Seção I, do mencionado Capítulo.

Prescreve apropriadamente o aludido inciso que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Todavia, como poderão observar os Srs. Constituintes, o § 1º do artigo 40, logo a seguir, já dispõe que a lei assegurará, aos servidores da administração direta, autarquias e fundações públicas, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados.

Referem-se tais normas a cargos do mesmo Poder ou entre os de servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho.

Dáí a razão da minha emenda, propondo a supressão do inciso XII do art. 38, em face da evidente duplicidade de disposições perseguindo igual objetivo.

Efetivamente, comparando-se as redações do inciso e do parágrafo mencionados, verifica-se claramente que as finalidades do dispositivo que se pretende suprimir estão contempladas pelas normas estatuídas logo adiante.

Por isso, recomendava-se o acolhimento da proposição, pois não há nenhuma necessidade de duas disposições estabelecendo a mesma coisa, ou seja, a isonomia da retribuição entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O Relator, Constituinte Bernardo Cabral, com seus reconhecidos zelo e competência, aceitou prontamente os argumentos produzidos na emenda, a ela oferecendo parecer pela aprovação, uma vez que a supressão do inciso XII do art. 38 justifica-se pelo fato de que o mesmo assunto é versado, exaustivamente e com vantagens, no art. 40.

Assim, resta tão-somente que a Assembléia, na soberania de suas decisões, aprove a Emenda nº 243, por mim formulada e acolhida pela Relatoria, pois que se trata de contribuição reconhecidamente válida para a concisão e o aperfeiçoamento redacional do texto da nova Constituição brasileira.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. CARLOS VINAGRE** (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há, realmente, necessidade imperiosa de olharmos com carinho a Segurança Pública, tanto no âmbito da esfera administrativa federal, assim como na dos Estados, Territórios e Distrito Federal, porque ela está intimamente ligada ao desenvolvimento do país. Assim sendo, não podemos reduzir a sua atuação na manutenção da Ordem Pública, a fim de poderes assegurar, em toda a sua essência, o Poder de Polícia sem desprezar os fundamentos da legalidade, de modo a atender às necessidades e aos valores emergentes econômicos e sociais, com a finalidade de desenvolvermos um aperfeiçoamento contínuo da prática, desdobrada, por sua vez, em técnica e arte, para que as Polícias cada vez mais se tornem profissionalizadas e capazes de impedirem e neutralizarem qualquer tipo de violência, tanto no campo da Segurança Pública como na Defesa Interna, gerando, dessa forma, a garantia da consecução e a manutenção dos objetivos nacionais, de modo a conduzir a bom termo a aplicação global do Poder Nacional. Daí, todas as ações decorrentes garantirem a sobrevivência do Estado, preservando os valores transcendentes da Nação.

Assim sendo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, com base na Carta Magna Federal, propomos, onde couber, seja incluída, na lei complementar respectiva, a seguinte emenda, que visa a padronizar as Instituições das Polícias Cíveis de modo que elas possam falar a mesma linguagem dentro do nosso Território Pátrio, ressalvadas as pecu-

ridades de cada Estado membro da Federação. Para isso é necessário que os vencimentos dos Delegados, de acordo com suas classes ou níveis, sejam nivelados pelo maior salário de suas congêneres pagos no país, de igual padrão, nível ou classe, e que o mesmo aconteça com os demais integrantes da Polícia Cível que integram a carreira da Polícia Judiciária.

Srs. Constituintes, ao fazermos este pronunciamento, estamos convictos de que reforçaremos a campanha louvável lançada por S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Ministro da Justiça, denominada "Mutirão contra a violência", o que, certamente, amenizará os assaltos à mão-armada contra pessoas, residências e bancos, além de amenizarem os sequestros que causam várias vítimas e deixam inúmeros lares infelizes provocando inquietações, tanto para o Governo como para a população, transformando as comunidades das capitais e interiores em verdadeiros pânico, principalmente no tocante aos crimes organizados que vêm crescendo em nosso País de maneira assustadora, causando um ambiente de tristeza e pavor ao povo ordeiro e pacato desta grandiosa Pátria brasileira. Portanto, é com o espírito cheio de brasilidade que apresentamos as seguintes emendas à Lei Complementar a ser votada em razão do texto Constitucional a virar na nova Constituição:

"Art. — Compete aos governadores dos Estados, Territórios e Distrito Federal, o dever, o direito e a responsabilidade da Segurança Pública, através das Secretarias de Estado Especializadas e, como instituição normativa, a coordenação, a disciplina e aprovação do exercício da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio através dos seguintes órgãos:

I — Superintendência Geral de Polícia Cível;  
II — Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militares; e

III — Departamento Estadual de Trânsito.

§ 1º — A Superintendência da Polícia Federal, manterá com a Secretaria de Segurança dos Estados, Territórios e Distrito Federal, colaboração mútua.

§ 2º — A Superintendência Geral das Polícias Cíveis será composta de departamentos, delegacias e de organismo necessários para seu funcionamento, de acordo com as necessidades regionais de suas jurisdições.

§ 3º — A Superintendência será dirigida por Delegado de última graduação da carreira policial, de livre escolha do Secretário de Segurança Pública. Caso a escolha não recaia no Delegado mais antigo, o escolhido passará a ter precedência funcional sobre os demais, o qual será nomeado por Ato governamental.

§ 4º — Os diretores de Departamentos da Superintendência são cargos exercidos por Delegados de último nível ou classe da carreira, de livre escolha do Superintendente-Geral da Polícia Cível, nomeados pelo Governador do Estado através de proposta do Secretário de Segurança Pública.

§ 5º — Compete à Polícia Cível, através de seus Delegados de Polícia de carreira procederem às apurações de infrações penais, exercendo as funções de Polícia Judiciária, ressalvada a competência da União.

Art. — O Secretário de Estado de Segurança Pública é a principal autoridade dentro do território de sua jurisdição, no campo da segurança pública e na defesa interna.

Art. — A Secretaria de Segurança Pública dos Estados, Territórios e Distrito Federal, terá a seguinte composição:

01 (um) subsecretário de Segurança Pública de livre escolha do Secretário que proporá ao Chefe do Poder Executivo a sua nomeação.

01 (uma) assessoria especial composta de cargos comissionados a serem preenchidos por pessoas civis, de nível superior escolhidos pelo Secretário, conforme a necessidade dos departamentos a serem implantados na Secretaria.

§ 1º — A Secretaria também disporá de uma Assessoria Especial da Polícia Militar, composta de Oficiais Superiores da PM, que será responsável, perante o Secretário, pelos assuntos a serem tratados com o Comandante Geral da PM e terá como auxiliares Oficiais Intermediários e Subalternos e as Praças necessários à sua segurança pessoal.

§ 2º — A Lei de Organização das Secretarias de Estado, Territórios e Distrito Federal, disciplinará o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades nos Territórios de suas jurisdições."

Creio que nossas emendas serão de grande valia para todos aqueles que direta ou indiretamente estejam envolvidos no trabalho de paz para a família brasileira.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. DENISAR ARNEIRO** (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> e Srs. Constituintes, há mais de 40 anos o setor de transportes tem sido obrigado, por forças de lei, a carrear suas contribuições para o Sesi/Senai. Tais contribuições (2,5% sobre as folhas de pagamento) representam atualmente, numa estimativa conservadora, Cz\$ 610 milhões/mês ou Cz\$ 7,32 bilhões/ano.

Apesar desse aporte compulsório de recursos, nada temos recebido do Sesi/Senai, senão migalhas.

Nos últimos tempos, com o aumento das nossas pressões, as entidades da indústria têm feito circular informações distorcidas sobre supostas realizações do Sesi/Senai em favor do setor de transportes.

Essas "informações", a par de não corresponderem à verdade, apenas revelam a falta de conhecimento dos dirigentes da indústria acerca da realidade e das necessidades do nosso setor. Por outro lado, ainda que fossem verdadeiras, representariam uma contraprestação desprezível frente a quatro décadas de contribuições obrigatórias que, a valores presentes, acumulariam algo em torno de Cz\$ 300 bilhões, ou US\$ 1,2 bilhão!

Somos, hoje, mais de 20 mil empresas de transporte de passageiros e cargas e 500 mil transportadores autônomos (caminhoneiros e taxistas).

Quase 100% do transporte de pessoas e mais de 80% de cargas são feitos em nosso País por via terrestre.

Cerca de 10% da população brasileira depende, direta ou indiretamente, dos empregos gerados pelo nosso setor.

Além disso, estamos organizados: só pelo lado prático e dos autônomos contamos atualmente, em todo o País, com mais de 200 sindicatos, articulados por 10 federações e uma confederação.

Nada justifica, pois, que — em termos de assistência social e formação profissional — continuemos atrelados às entidades da indústria.

Os problemas e deficiências dos transportes no Brasil explicam-se, em grande parte, pela carência de profissionais habilitados e pela falta de assistência e promoção social aos que trabalham nesse setor vital da nossa economia.

A face visível e escandalosa desse descabro é representada pelo triste recorde mundial de acidentes de trânsito ostentado pelo nosso País.

Anualmente, mais de 50 mil brasileiros morrem nesses acidentes e outros 350 mil sofrem ferimentos de maior ou menor gravidade. Isso porque nossos motoristas profissionais não têm acesso a escolas e centros de treinamento adequados, como aqueles que a indústria e o comércio propiciam a seus trabalhadores.

Diante disso, não se compreende que a Assembleia Nacional Constituinte tenha vedado, no 1º turno, a criação do Sest e do Senat, sob a justificativa — tecnicamente aceitável — de que o tema não configurava matéria constitucional. Não obstante, em disposições transitórias (art. 69), aprovou a criação do Senar — Serviço Nacional de Aprendizagem Rural...

E fez mais: no art. 241 ("Disposições Gerais"), ao pretender obstar a estatização do Sesi/Senai e do Sesc/Senac, acabou por adotar redação obscura e equivocada:

"Art. 241. Ficam ressalvadas do disposto no art. 200 as atuais contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinada (SIC) às entidades privadas de serviço social e formação profissional vinculadas ao sistema sindical, existentes à data da promulgação da Constituição". (Grifamos.)

Este dispositivo admite diversas interpretações. Uma delas é a de que se pretende, por meio dele, impedir a criação — até mesmo através de lei ordinária — de outros serviços além dos "existentes à data da promulgação da Constituição", o que significaria a introdução no texto constitucional de uma injustificável reserva de mercado em favor das entidades representativas da indústria e do comércio (e, agora, da agricultura).

O que o setor de transportes pretende, no 2º turno, não é criar o Sest/Senat, mas apenas suprimir as palavras grifadas no texto do art. 241 — ou, no mínimo, a expressão final — de modo a aperfeiçoar a sua redação e não permitir dúvidas sobre a possibilidade de criação daqueles serviços através de lei ordinária.

Em suma, não estamos sequer pedindo aos Srs. Constituintes que decidam agora sobre se convém ou não criar o Sest/Senat. Estamos pedindo, tão-somente, que garantam o nosso direito de ver o assunto discutido no foro próprio, ou seja, pelo Congresso Nacional, através do processo legislativo ordinário.

Saliente-se, por fim, que o Conselho Nacional de Trânsito — colegiado que, como se sabe, é integrado por representantes de diversos órgãos

do poder público e da iniciativa privada, inclusive da indústria — decidiu apoiar as Emendas nºs 1.410 e 788, de autoria dos Constituintes Marco Maciel e José Clisses, respectivamente, por entender que, "se aprovado tal como consta do Projeto, o dispositivo em questão (art. 241) vedará a criação de serviços similares ao Sesi/Senai e Sesc/Senac, instituindo a favor da indústria e do comércio uma verdadeira reserva de mercado, privando outros setores básicos da economia, igualmente organizados em termos confederativos, de instituírem, através de lei ordinária, seus próprios serviços sociais e de formação profissional".

Considera ainda o Contran que a criação do Sest/Senat "é de suma importância para a formação e treinamento de mão-de-obra especializada, nos setores de trânsito e transporte, com a finalidade de reduzir o número de acidentes de trânsito, (...) como mais uma medida integrada no Programa Nacional de Segurança no Trânsito — PRONAST, recém-anunciado pelo Exmº Sr. Presidente da República (conf. Decisão nº 07/88, adotada na reunião de 2-8-88).

Verifica-se, assim, que as emendas em exame têm o apoio de todos os setores envolvidos na problemática de transporte e trânsito em nosso País, atentos aos mais legítimos interesses da sociedade brasileira.

A elas se opõem apenas o Sesi e o Senai, capitaneados pela Confederação Nacional da Indústria e pelas federações a ela filiadas.

Egoisticamente, essas entidades resistem a abrir mão de uma receita que, embora expressiva, representa apenas 10% de sua arrecadação.

Contra todas as evidências, insistem em preservar um privilégio injustificável, inspiradas unicamente por um sentimento corporativista e anacrônico, que não há de merecer guarida no texto da futura Constituição da República.

Afinal, o que desejamos, como Constituinte e transportador de carga, é, com os recursos do Senat, melhorar e aprimorar a mão-de-obra dos nossos milhões de motoristas profissionais que rodam pelas estradas, ocasionando milhares de acidentes que enlutam, pela morte de parentes, as famílias brasileiras.

Era o que tínhamos a dizer.

**O SR. MUSSA DEMES** (PFL — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srº e Srs. Constituintes, ocupo hoje a tribuna para denunciar violências policiais que vêm sendo praticadas no Município de Nazaré do Piauí, pequena e ordeira cidade do interior do meu Estado.

Tais violências, Sr. Presidente, são ordenadas e também praticadas por um sargento da Polícia Militar, investido nas funções de delegado, que, ao invés de garantir a ordem na comunidade e dar proteção aos cidadãos de bem que ali habitam e são responsáveis pelo salário que ele recebe vive aterrorizar a todos, especialmente aos que não apóiam o atual governo.

De nada valeram até agora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, os apelos e as representações feitas às autoridades constituídas. O delegado continua, arbitrariamente e com evidente abuso de autoridade, a aterrorizar o povo de Nazaré, instalando ali um clima de permanente tensão, que pode a qualquer momento redundar num trágico desfecho.

Faço, portanto, o registro para chamar a atenção do Governador do Estado e de seu Secretário de Segurança para a gravidade do fato, pedindo-lhes imediatas providências no sentido de afastar do cargo o prepotente delegado a quem acabo de me referir, pois, caso isso não aconteça, serão também eles, Governador e Secretário de Segurança, responsáveis por qualquer sangrento desfecho que ali vier a acontecer.

**O SR. FAUSTO FERNANDES** (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srº e Srs. Constituintes, em novembro próximo passado ocupei a tribuna desta Assembleia Nacional Constituinte, onde enalteci a pessoa do Sr. Jader Barbalho, quando este assumia o Ministério da Reforma Agrária. Naquela oportunidade, fiz uma análise na qual demonstrava o mau êxito de seus predecessores e a expectativa favorável em torno da escolha de seu nome para o cargo. Contrariando a opinião daqueles que, não o conhecendo bem como eu, julgavam que ele havia recebido um presente de grego e que o insucesso lhe estaria predestinado, eu manifestava a firme convicção de que ele, como homem do povo e profundo conhecedor dos problemas nacionais, saberia lutar com garra e inteligência para vencer os obstáculos que se interpusessem em seu caminho, cumprindo com eficiência a sua árdua tarefa.

Neste ano de 1988, novamente me pronunciei sobre o mesmo tema, já então ratificando o conceito anterior e parabenizando o Ministro Jader Barbalho por sua atuação no encaminhamento das questões inerentes à Reforma Agrária. O tempo confirmava, então, que eu não me havia enganado.

Não é demais citar que o Ministro Jader Barbalho assumiu o Mirad para dar sequência ao trabalho democrático do saudoso Marcos Freire. O Presidente Sarney, indicando-o como Ministro para a Pasta do Mirad, desejava no posto um homem de envergadura, de fibra, para enfrentar o desafio existente no setor rural. Nós, os seus liderados, cientes de suas grandes realizações quando no Governo do Pará, sabíamos com que galhardia ele venceria essa batalha. Sempre tivemos fé em que o líder, chefe, amigo e companheiro não nos decepcionaria, e, conforme as nossas previsões, ele terminou por traçar e executar um bom trabalho na Reforma Agrária.

Meses atrás, durante uma viagem pela Transamazônica, juntamente com o Secretário da Agricultura do Estado do Pará, ao comentar palavras do ex-Ministro Freire, pudemos mesmo constatar que nossas idéias se acatavam no tocante à Reforma Agrária. Com efeito, o melhor caminho seria executar o plano de conformidade com os estudos peculiares de cada região. Minha proposta, porém, revelava-se ainda um pouco mais ambiciosa, porquanto nela se pretendia uma proximidade permanente entre os Secretários de Estados dos Assuntos de Agricultura e os Municípios brasileiros e entre estes e suas comunidades interiores. Com isso, todos os setores interessados seriam consultados e poderiam dar a sua parcela de contribuição para a compreensão do todo. Cumprir observar que, através do conhecimento de pontos particulares da vida rural, torna-se possível, então, a análise mais perfeita do conjunto, envolvendo a relação entre o homem e a terra, o trabalho rural, a vida social dentro da comunidade e muitos

outros aspectos afins. Mas o Ministro Jader Barbalho demonstrou essa preocupação; bem como soube agir com habilidade no exercício de sua função, recebendo o homem do campo em seu ministério, ouvindo-o em suas visitas aos Estados, apaziguando as suas tensões desordenadas e colocando-o a salvo da manipulação de desordeiros e enganadores.

Hoje, o Presidente Sarney, ao confiar ao ilustre líder paraense o importantíssimo Ministério da Previdência Social, vem de confirmar à Nação brasileira tudo o que tenho dito até agora sobre o Ministro Jader Barbalho.

Nobres Pares; temos de admitir que a atitude do Presidente Sarney foi uma só, isto é, viu no jovem ministro a maior revelação de um homem público desta Nação. Ao tomar conhecimento da elevada consideração com a qual mais uma vez se distinguia o seu enorme talento, não fiquei surpreso, pois já o havia mencionado aqui e para muitos, antes mesmo da posse no Mirad.

E, diante desse acontecimento, venho a esta tribuna em nome daqueles que tenho o orgulho e a honra de representar nesta Egrégia Casa, os produtores rurais, não os abastados, mas os pequenos, os pobres e menos favorecidos, ou melhor, os trabalhadores rurais. Poucos são os que falam por eles, e, quando lembrados, o são para o atendimento de fins eleitorais ou de revolta planejada pelos incendiários e anarquistas que desejam estabelecer a desordem interna, jogando irmãos contra irmãos, brasileiros contra brasileiros.

Portanto, quero neste instante dirigir a palavra ao meu líder, ao grande comandante paraense, para que, como Ministro, volte a sua atenção para a imensa injustiça que hoje denigre a imagem da Previdência Social, e, com a coragem que lhe é peculiar, dê ao trabalhador rural aposentado pelo menos o mínimo que se confere às classes trabalhadoras deste País, ou seja, o salário mínimo.

Não se pode conceber como o homem do campo, que inegavelmente carga este País, ainda permaneça em pé, pois, conforme o provérbio popular, "saco vazio não fica em pé", significando, na prática, que ninguém pode viver sem se alimentar, sem o necessário sustento.

Senhora e Senhores, esta Nação é alimentada pelo trabalhador rural, como bem sabemos. Mesmo com o grande desenvolvimento advindo no século XX, o homem do campo continua sendo o sustentáculo de toda a gente deste País, e é imprescindível sua presença no campo. Esses trabalhadores rurais são os que dão condições de vida aos trabalhadores da cidade, aos operários das indústrias, aos comerciantes e aos funcionários públicos. São irmãos unidos que trabalham para o mesmo fim: o engrandecimento desta nação, sem, no entanto, gozarem dos mesmos benefícios oferecidos pela cidade aos trabalhadores urbanos.

Confiante, então, na capacidade do Ministro Jader Barbalho, ruralista como eu, tenho certeza de que a sua presença à frente do Ministério da Previdência cria o ensejo para uma significativa transformação. A injustiça social rural será sanada, enfim. Os homens mais lembrados pelo nosso Ministro serão aqueles que hoje recebem um tratamento desumano e cruel, apesar de sua inestimável contribuição na produção de alimentos pa-

ra nossas famílias e na geração de importantes divisas para o País com a exportação em alta escala de produtos como o cacau, o café, a soja etc.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o Ministro Jader será consagrado como um superministro pelos homens públicos deste País e, por outro lado, merecerá para sempre a gratidão daqueles homens humildes do campo, os trabalhadores rurais que vivem em suas pequenas propriedades à custa do suor de seu trabalho, principalmente nas regiões mais pobres do Norte e do Nordeste.

Por terras distantes, sem educação, sem transporte, sem assistência social, só com o básico para viver, de Norte a Sul, todos eles produzindo alimentos, muitos já desgastados pela ação do tempo. Sob sol, chuva e vento, empreendem uma luta diuturna pela própria sobrevivência, sem ao menos receberem ao fim da vida um mínimo de salário. O agradecimento da sociedade pelo pão advindo do seu labor se efetivaria, ao menos em parte, com a concessão do salário mínimo como forma de amenizar os seus sofrimentos continuados.

Como filho de um pequeno produtor rural e, hoje, como um médio produtor, não me conformo com a situação em que vive o homem do campo, principalmente o bóia-fria, o diarista, o trabalhador com a pele curtida e as mãos calejadas pelo uso do machado, da foice, da enxada, é que, no fim da vida, na sua velhice, não em nem ao menos o "mínimo".

Produzindo com o suor do seu rosto o alimento para a vida, ainda tem de garantir a nutrição de todos os carapanãs deste País, os quais, depois de cheios, voam e nada oferecem àqueles que lhes deu o sangue como alimento. Fazem como os suínos, que depois de comer viram o cocho.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, quero, por fim, afirmar o seguinte: tenho certeza de que o Ministro Jader não esperará pela conclusão do segundo turno e pela promulgação da futura Constituição para assumir de modo efetivo a equiparação entre os direitos dos trabalhadores rurais e urbanos.

Confo, sim, em que, por intermédio de um grande gesto do Ministro e do Presidente José Sarney, o trabalhador rural terá o mínimo, ou melhor, o salário mínimo na sua aposentadoria. Assim, os milhões de idosos que dedicaram a maior parte de suas vidas ao exaustivo, como também imprescindível, trabalho no campo, mesmo sem obterem a compensação ideal, suficiente para o atendimento de todas as suas necessidades, poderão renovar suas esperanças em torno de uma realidade menos miserável e desfrutar, enfim, de um futuro mais digno.

**O SR. JOSÉ YUNES (PMDB — SP.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, toda a vez que um tema importante está prestes a ser votado, a Assembléia Nacional Constituinte é invadida e agredida por interesses secundários mesquinhos. Com o patrocínio dos setores mais retrógrados da sociedade, o festival de barganhas aproxima-se da apoteose.

É a isso que estamos assistindo agora, com a manobra objetivando que o dispositivo dos dois turnos nas eleições para os cargos executivos, já aprovado em primeira votação por esta Consti-

tuinente, não vigore para o pleito municipal deste ano. Há até mesmo quem deseje e trabalhe pela total supressão de tal dispositivo democrático do texto constitucional.

Defender a legitimidade do princípio da maioria absoluta de votos para as eleições majoritárias é, hoje, desnecessário, uma vez que os dois turnos, implantado há anos e com pleno êxito nos países mais adiantados, tem total apoio da opinião pública brasileira. O consenso em favor deste dispositivo é tamanho, que seus adversários ocasionais não dispõem nem mesmo de argumentos racionais para derrubá-lo. Procuram eliminá-lo com barganhas e ameaças, numa atitude deprimente, que desnuda suas perspectivas paroquiais e oportunistas.

Em outras oportunidades, é preciso reconhecer, a Constituinte soube como reagir a toda espécie de manobras e manteve avanços sociais fundamentais no anteprojeto da futura Constituição. Resta saber se neste caso, ou seja, nesta tentativa de abolir os dois turnos, esta Assembléia saberá distinguir os interesses nacionais dos pessoais.

Aceitar mudanças na regra do jogo eleitoral antes mesmo de tal critério ter sido colocado em prática, unicamente para atender à voracidade fisiológica dos campeões da política rasteira, é inadmissível.

Se este descalabro vier a acontecer, será preciso algo mais do que o repúdio da opinião pública e de quem nesta casa defende apenas os interesses do povo e da nação. Será necessária uma reação prática e pragmática, que coloque fim a soberbice daqueles que queiram fazer prevalecer o princípio da minoria absoluta para manter os privilégios que vêm usufruindo há tantos e tantos anos.

Queremos votação já pelos dois turnos.

Neste sentido, coloco à reflexão deste Plenário e da opinião pública brasileira a idéia de se repensar o quadro partidário vigente, caso tenha êxito a manobra com o objetivo de abolir os dois turnos do texto constitucional.

Por que não apoiarmos uma grande coligação dos partidos mais consequentes, nas próximas eleições? Por que não nos unirmos novamente, como fizemos na época do saudoso Movimento Democrático Brasileiro — MDB, como resposta pragmática a esta manobra espúria?

Em São Paulo, por exemplo, como em muitas outras capitais, temos todas as condições para viabilizar uma grande coligação e, assim, tornar inútil a supressão dos dois turnos, caso isto se efetive.

Não está embutido nesta minha sugestão nenhum interesse partidário, nem mesmo do PMDB, do qual faço parte, e que em meu Estado, São Paulo, tem no Eng<sup>o</sup> João Oswaldo Leiva seu candidato a Prefeito na capital, Tito Costa em São Bernardo do Campo, e tantos outros Municípios da Grande São Paulo e do País. Coloco esta proposta para ser refletida porque não vejo nenhum constrangimento na coligação de partidos como o PMDB, PSDB, PSB, PDT e outros.

Claro que a consolidação no processo democrático está a exigir partidos fortes e com transparência ideológica e programática. Mas jamais alcançaremos este objetivo.

Aceitando passivamente o jogo de barganhas que sistematicamente nos é imposto.

Não defendo a formação de uma frente partidária perene. Mas creio que esta alternativa pode ser utilizada por um período efêmero como resposta às manobras que estão eternizando a transição democrática em nosso País.

Há clima, creio, para um grande pacto partidário em defesa dos reais interesses do País.

Muito obrigado.

**O SR. FERES NADER** (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, realizou-se, na cidade de Olímpia, o XXIV Festival do Folclore, onde se exibiram grupos de 15 Estados brasileiros, a maioria de origem africana, em homenagem ao centenário da abolição da escravatura. Estima-se que mais de 200 mil pessoas assistiram às apresentações de bumba-meu-boi, caipós, folias de reis, cateretês, congados, caçira, chegança e fandangos.

Olímpia é considerada a capital nacional do folclore e, por ser a única cidade brasileira que promove festival deste gênero e leva a sério a preservação das danças e folguedos folclóricos, um lídimo espelho onde se refletem as origens do nosso povo.

Sabe-se que Olímpia pretende internacionalizar sua promoção anual. Para conquistar esta meta, os coordenadores já iniciaram contatos com 50 embaixadas de países sul-americanos e europeus e algumas já confirmaram a sua participação. Portanto, no próximo ano, este esforço de Olímpia para preservar o nosso folclore e, ao mesmo tempo, uní-lo ao de outros países, caracteriza um ato cívico-cultural da maior importância.

Neste ano, por exemplo, a homenagem à abolição é uma iniciativa louvável sob todos os aspectos. Não se pode olvidar que o africano teve um papel marcante na formação do povo brasileiro. Os costumes dos escravos, totalmente diversos, foram-se incorporando aos nossos e formando uma terceira cultura, a afro-brasileira, que logo se fez sentir na culinária, na dança, na música, no canto, nos gestos, nos folguedos e na própria religião.

Por tudo que esta promoção anual de Olímpia representa para a nossa cultura, preservando suas raízes, solicitamos que esta Casa envie moção de congratulações ao poderes constituídos daquela cidade, especialmente ao Prof. José Sant'Anna, idealizador e coordenador de todos os festivais, a quem abraçamos fraternalmente.

**O SR. IVO LECH** (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, diante dos últimos fatos envolvendo a definição por parte do Governo sobre a implantação das duas plantas de fenolacetona e MVC-PVC no Sul do País, cabe-nos alinhar alguns aspectos essenciais para a exata compreensão desse assunto.

Trata-se, com efeito, de um importante programa de interesse regional que, ao lado de outras propostas igualmente expressivas, como a construção de um gasoduto entre Uruguiana e Triunfo, o incentivo à exportação de carvão e a implementação das relações comerciais com a Argentina, terá forte impacto político e econômico também sobre o restante do País.

Estudos realizados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul demonstram sobejamente as razões técnicas para a implantação de uma unidade cumeno-fenol-acetona no Pólo Petroquímico do Sul.

Acrescente-se ainda que, no Rio de Janeiro, o projeto exigiria um investimento superior a 160 milhões de dólares e um prazo de no mínimo sete anos para a sua conclusão. Segundo o próprio Presidente José Sarney, o Governo não dispõe, no momento, de recursos financeiros para preparar a infra-estrutura do pólo carioca. Por outro lado, no Rio Grande do Sul, a fábrica vai custar apenas 140 milhões de dólares e será implantada em três anos no máximo, pois o pólo gaúcho já possui a infra-estrutura para receber as novas unidades de produção.

Além de se assegurar a obtenção de bons índices de rentabilidade, utilizando-se apenas a matéria-prima disponível no Pólo Sul, há que se considerar ainda a extraordinária vantagem representada pelo incentivo fiscal proveniente do IGM e concedido pelo Estado do Rio Grande do Sul através do Fund Open.

Entre os argumentos favoráveis, podemos ainda citar o fato de que a planta de fenol-acetona elevará de modo significativo o padrão tecnológico do Pólo Petroquímico do Sul, atraindo indústrias mais avançadas, gerando empregos para mão-de-obra altamente qualificada e permitindo impulso na área de pesquisa. Por extensão, pode-se contar também com inegáveis repercussões positivas sobre o desenvolvimento econômico no âmbito nacional.

O fenol e a acetona derivam de um produto intermediário, o cumeno, gerado pela combinação de benzeno com o propeno, ambos já produzidos no Pólo Sul, além da fabricação de borrachas e plásticos de consumo de massa e outros compostos. A planta de fenol, no entanto, exigirá um nível bem maior de sofisticação tecnológica, culminando na produção de matérias-primas intermediárias, como polimetacrilatos de metila, empregados na fabricação de acrílicos; ácido adípico, usado em dezenas de produtos de náilon; ácido acetilsalicílico, base das aspirinas e outros farmacos; vonilfenol, destinado à produção de tensoativos (detergentes); resíduos fenólicos empregados em compensados à prova de água, pastilhas e lonas de freios, artefatos resistentes ao calor, como cabos de faca, componentes de fogões, chapas de circuitos eletrônicos, componentes da indústria automobilística etc. Da mesma forma, a fábrica de acetona também irá gerar importantes matérias-primas intermediárias de largo emprego industrial. Combinada com o fenol, por exemplo, produz bisfenol A, usado na fabricação de resinas e tintas de alta qualidade, adesivos (araldite, durepóxi) e outros artigos.

Como se pode observar, a instalação do projeto fenol-acetona no Rio Grande traria enormes benefícios ao progresso geral do País. Mas, ao contrário de todas as evidências, a Petroquisa, sob alegação de falta de matéria-prima, resolveu fornecer argumentação técnica para obstar esse valioso empreendimento. A conduta daquela subsidiária da Petrobrás é, de fato, impecável, injusta e, no fundo, incompreensível. Não há, portanto, o mínimo sentido em se manter essa posição de confronto à implantação do referido projeto no Pólo Petroquímico de Triunfo. E, na realidade, o que desejamos se resume tão-somente à complementação do Pólo, em observância aos planos traçados desde a sua criação durante o Governo Geisel.

A propósito, cumpre destacar o papel desempenhado pelo Governador Pedro Simon, que, no perfeito encaminhamento das reivindicações pela consolidação do processo de desenvolvimento do Rio Grande, vem promovendo ampla mobilização da representação parlamentar gaúcha para apoio à idéia, em torno da qual se reuniram também gaúchos ilustres como o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, e o Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. Vale lembrar que resultou dos últimos contatos mantidos com o Presidente José Sarney e com o Ministro Aureliano Chaves a percepção de que o pleito gaúcho, felizmente, conta com disposição francamente favorável por parte do Governo.

Assim sendo, resta-nos apenas renovar os já proferidos pedidos, na expectativa de que, em atenção aos imperiosos reclamos do desenvolvimento nacional, a pretendida unidade cumeno-fenol-acetona venha a instalar-se o mais breve possível no Pólo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul.

**O SR. RUBEM FIGUEIRÓ** (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ainda somos um País com preponderante população jovem. Entretanto, projeções estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, para uma escala ascendente do segmento idoso, assim entendido o formado por pessoas com mais de 60 anos de idade.

A estimativa é de que atualmente existam de nove a dez milhões de idosos no Brasil, concentrados principalmente nas áreas urbanas das regiões Sul e Sudeste. Mas os números deverão crescer nos próximos anos: 14 milhões, no ano 2000; 20 milhões, em 2010; 35 milhões, em 2025 ou cerca de 14 por cento da população brasileira dentro de 37 anos.

Esses cálculos estão contidos em recente reportagem publicada pelo **Jornal do Brasil**, contendo valiosos depoimentos das demógrafas Valéria da Mota Leite e Elza Salvatori Berquó, autoras de um apreciado trabalho sobre a questão, debatido em encontro do Comitê Internacional de Cooperação dos Centros Nacionais de Pesquisa em Demografia, realizado em maio último nos Estados Unidos.

Os Algarimos servem de advertência, sugerindo que se tomem determinadas providências ainda em tempo de preparar o nosso País para às realidades do futuro que se avizinha.

Na mesma linha de preocupações se encontra a Organização Pan-Americana de Saúde, que indicou um especialista para estudar o fenômeno do envelhecimento dos habitantes dos grandes centros urbanos brasileiros, tarefa também realizada em outros 12 grandes centros urbanos da América latina.

Segundo alguns gerontólogos, vivemos sob o mito da eterna juventude, não somente decorrente em sermos uma nação adolescente em comparação aos países com alguns milênios de existência, mas, principalmente, pelo fato de estar ocorrendo sensível aumento de índices de expectativa de vida. Em 1900, de acordo com dados alinhados naquela publicação, um cidadão brasileiro tinha ao nascer uma esperança de vida em torno de 33,7 anos, sendo que hoje essa expectativa duplicou, estando em mais de 66 anos e



deverá alcançar, no ano 2020, a 72,1 anos de idade.

Para isso contribuíram uma acentuada redução da taxa de natalidade e a diminuição dos índices de mortalidade infantil e precoce.

Tais pesquisas têm servido como importante alerta para que nos preparemos da melhor maneira possível a fim de assegurarmos condições plenas de segurança e bem-estar à população idosa nos próximos anos, inclusive quanto à sua situação no mercado de trabalho.

Será necessário erradicar determinados sentimentos discriminatórios, como o de que o velho é um empecilho ou uma inutilidade, condenando-o à segregação de um atrevido isolamento da sociedade.

Se não perdermos tempo em hesitações, como a do Inamps, que até agora não adotou a geriatria como especialidade, embora já incluída nos currículos de Medicina, teremos meios de estabelecer políticas adequadas ao enfrentamento de um problema que irá agravar-se daqui a 30 ou 40 anos, quando a média de idosos em nossa sociedade, hoje de um para 16, passar de um para cada oito brasileiros.

Devemos moldá-las nos exemplos dos países que sabem dar tratamento altruista e racional à questão dos idosos, evitando sua marginalização do meio social. As preocupações maiores terão de recair sobre os grupos mais desprotegidos, localizados nas camadas carentes da população, sob risco de se criar um quadro social dramático a comprometer nossos foros de civilização.

**O SR. CHICO HUMBERTO** (PDT — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, feliz é o ser humano que vive a intensidade de sua época, e hoje eu me sinto feliz de poder viver este momento e desta tribuna, como Deputado Federal Constituinte, homenagear o Centenário de Uberlândia, enaltecendo o espírito laborioso, arrojado, moderno e progressista de seu povo.

É minha cidade natal, pela qual nutro os melhores sentimentos de amor e carinho, cidade portadora de esperança de um dos mais brilhantes futuros, cidade credora de minha eterna admiração e respeito. Cidade onde me criei, me formei profissionalmente, constitui minha família e, se um último desejo me for concedido, quero ter o privilégio de repousar após a morte.

Tito Teixeira, Jerônimo Arantes e Salazar Pessoa foram os homens que guardaram a memória histórica da cidade onde a Universidade Federal de Uberlândia, neste ano, está procedendo um completo levantamento de dados para reconstrução dos fatos, desde as primeiras incursões ao Sertão da Farinha Podre, até os dias de hoje.

Contam que João Pereira da Rocha, um viajante que veio de Paraopeba, passou onde está a cidade, deu nome ao Ribeirão de São Pedro, atual Avenida Rondon Pacheco, e se estabeleceu no local onde está o bairro do Patrimônio.

Felisberto Alves Carrejo e seus irmãos Luiz, Antônio e Francisco, nos idos de 1832, compraram terras e fazendas nos locais: Olhos D'Água, Lage, Marimbondos e Tenda. Esta última foi o lugar onde surgiu Uberlândia.

O primeiro nome foi Arraial dos Carrejos e, em 1846, Freguesia de Nossa Senhora do Carmo

de São Pedro do Uberabinha, que, pela lei do menor esforço, ficou conhecida como São Pedro do Uberabinha, depois Uberabinha. Só em 1928 passou a chamar-se Uberlândia que significa terra fértil.

Foi entre os córregos de São Pedro e Cajubá que surgiram as primeiras casas, a primeira escola, a capela, o embrião de vida urbana onde a ferraria de Felisberto Alves Carrejo foi a primeira indústria de algum vulto e que mais beneficiou o progresso da povoação que se formava, e, como escreveu Jerônimo Arantes, "foi na sua forja que modelou a tempera de aço daquela geração, da qual herdou o uberlandense a fibra inquebrantável, que leva em todos empreendimentos que visam à grandeza da cidade querida, onde o progresso está presente em todos os setores da sua atividade".

Pecuaristas, agricultores, artesãos, escravos, comerciantes, garimpeiros, foi esse o estamento social que se desenvolveu de maneira tão rápida que em 31 de agosto de 1888, pelo trabalho do Deputado Provincial Augusto César Ferreira e Souza, se separou do Distrito de Santa Maria e do Município de Uberaba para ser a cidade de São Pedro de Uberabinha.

Quais as razões para se comemorar um centenário? Só o decurso de um prazo de cem anos? A oportunidade de oferecer uma festa ao povo? Não, Srs. Constituintes, há razões mais plausíveis para justificar a alegria e o contentamento dos uberlandenses; são motivos mais que fundamentados para comprovar a origem de nosso orgulho cívico.

Nomeada Intendência, ou uma junta de três homens qualificados, Antônio Alves dos Santos, José Alves de Amorim Brito e Antônio Pacheco dos Santos, tendo como adjuntos, Arlindo Teixeira e João Francisco de Souza, e instalada em março de 1891, um ano depois, em março de 1892, determinou a realização de eleições e surgiu no primeiro pleito livre, democrático, a primeira Câmara de Vereadores, que teve como seu Presidente Augusto César, já afastado da Assembléia Provincial e primeiro Agente Executivo, isto é, o Prefeito de Uberlândia.

Aqui está um fato notável: é que a mesma cabeça que dirigia os trabalhos no Legislativo era o Chefe do Executivo. Todas as medidas administrativas vieram de um consenso admirável entre o Executivo e o Legislativo, no mais perfeito exemplo de democracia. É natural que uma cidade assim tivesse um ritmo vertiginoso de progresso e de desenvolvimento.

Aproveitando sua posição geográfica privilegiada, como entroncamento de todos os caminhos que levam ao Brasil Central, a cidade se tornou o ponto de parada natural de todos os empreendimentos que se destinam à região e ao interior do Brasil.

Assim, tendo desde 1896 a Estrada de Ferro Mogiana, hoje Fepasa, as rodovias, e tendo um povo incansável e trabalhador, não foi possível conter seu avanço.

De 14 a 16 de setembro de 1947 foi realizado em Uberlândia o Congresso Regional do Comércio Varejista, que preparou a documentação para a II Conferência Nacional das Classes Produtoras, realizada em Teresópolis.

Em julho de 1948, a Câmara Municipal, tendo como relator o Vereador Lauro Teixeira, fez um

levantamento minucioso de toda a realidade econômica de Uberlândia. Esses documentos mostram os passos de gigante que a cidade deu na busca de sua posição ímpar entre os Municípios da Federação.

Mais de 50 agências bancárias hoje mostram o potencial da cidade, sendo que a agência do Banco do Brasil e agora a Superintendência arrecadam mais numerário do que doze capitais brasileiras. É natural que isto advenha de um comércio atacadista organizado, um comércio varejista imenso, um parque industrial invejável, uma estrutura armazenadora para milhões de toneladas, tanto para alimentos como para grãos.

São perto 500 mil habitantes, um colégio eleitoral de mais de 180 mil eleitores, um orçamento municipal de aproximadamente 13 bilhões.

Chamo atenção ainda para a Universidade Federal de Uberlândia, instituição que surgiu do esforço e da abnegação de muitos homens, aproveitando uma estrutura de ensino já existente. É um complexo de ensino que oferece em seus três centros de graduação, Cebim, Cetec e Cehar, nada menos que 28 cursos em diversas áreas, que já formaram milhares de profissionais e técnicos. Na área de pós-graduação, especialização e mestrado (**latu e strictu sensu**), outros 15 cursos da melhor qualidade.

Mas o grande impulsionador da economia de Uberlândia foi a agropecuária, cuja expressão maior está no sindicato rural sediado no amplo Parque do Camaru, e que mostra a vitalidade do rebanho regional em todas as suas raças e espécies.

Há dezenas de clubes de lazer, entre os quais se destacam o Praia Clube, o UTC, o Cajubá, o Caça e Pesca e o magestoso Uberlândia Clube.

O povo está organizado em associações, sindicatos e centenas de entidades abrangendo toda a esfera social. Uma das maiores provas deste espírito de organização foi a gloriosa campanha pelo Estado do Triângulo, que movimentou e sacudiu todos os bairros e permanece firme no coração de todos os uberlandenses. E agora, com a aprovação definitiva no segundo turno pela Assembléia Nacional Constituinte do Artigo 18, § 3º, temos a certeza de que o Estado do Triângulo será realidade. Vamos separar para superar.

A cidade, porém, tem seus problemas, com uma migração constante e volumosa de gente de outros Estados e do próprio Estado de Minas, que vem procurar em Uberlândia uma oportunidade de crescer e estabelecer-se em melhores condições. Embora o setor imobiliário tenha tido uma grande expansão, há ainda uma grande carência de habitação para famílias de baixa renda. Há problemas de trânsito, porque a cidade não foi planejada, mas surgiu espontaneamente, e hoje há mais de sessenta mil veículos trafegando no centro urbano.

Não foi possível o resgate da dívida social, e temos ainda muitos problemas, pela existência de uma faixa de miséria e pessoas que vivem em condições subumanas, problemas de aviltamento de mão-de-obra, por causa da enorme oferta. Mas há muita esperança, muito otimismo, muita vontade de transpor os obstáculos.

Não vou nomear nossos políticos, porque são pessoas de renome nacional, e tenho receio de preterir inadvertidamente algum deles, mas quero

afirmar desta tribuna que a todos eles o bom senso sempre ocorreu.

Überlândia é a sede da Associação Microrregional do Vale do Paranaíba; conseqüentemente, reúne condições de um diálogo constante com todos os Executivos Municipais da região, e igualmente abriga a sede da Associação dos Vereadores do Triângulo, que por meu gosto não seria Mineiro, mas avetrim. Revigorou-se, portanto, como um grande pólo político do Brasil Central.

Temos, pois, Senhores, motivos de sobra para comemorar o centenário. É a trajetória brilhante de uma comunidade orgulhosa, sim, porque fiel ao espírito de seus pioneiros e antepassados; vaidosa, sim, porque pensa com grandeza e na dimensão da profundidade de suas aspirações; confiante, sim, porque acredita no seu potencial humano e na variedade de recursos que possui.

Frederick Banting, o descobridor da insulina, disse: "A satisfação é coisa que não está ao alcance do espírito humano bem constituído". E esta, sim, define bem a vontade do uberlandense, que está sempre à procura do desenvolvimento, do bem-estar social e de sua superação.

Deixo aqui minha filial homenagem, meu preito de admiração e gratidão, meus sentimentos do mais alto respeito por minha terra, por minha gente, por todos que sempre souberam querer.

Parabéns, Überlândia, nos seus 100 anos, e votos de um futuro brilhante dentro do Estado do Triângulo.

**O SR. JORGE UÊQUED** (PMDB — RS Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho recebido diariamente cartas, telefonemas, pedidos de entrevistas de todo o Brasil, manifestando uma preocupação: grupos interessados e setores do Governo desejam retirar, no segundo turno, as alterações e as conquistas na administração e aplicação dos recursos da Previdência Social, bem como quanto à fórmula do cálculo dos proventos da aposentadoria e o restabelecimento do seu valor real e original, para beneficiar aposentados e pensionistas, tendo por base a quantidade de salários mínimos recebidos no primeiro dia de pagamento.

Desejo alertar as Lideranças partidárias para o fato de que essa preocupação da sociedade brasileira é produto da Assembléia Nacional Constituinte, que atendeu às reivindicações populares na área da seguridade social: previdência, saúde e assistência social. Esses avanços conquistados através da Assembléia Nacional Constituinte representam uma posição moderna do Brasil e aprimoram a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Desejo tranquilizar os brasileiros, pois os componentes da Assembléia assumem uma posição pacífica, no sentido de manter-se no segundo turno o que foi aprovado no primeiro, quanto à área da seguridade social. É importante também salientar que não há nenhum setor — nem do Governo, nem dos interessados — com força política suficiente para alterar a posição em algumas votações com aprovação unânime no primeiro turno.

Com relação aos aposentados e aos pensionistas, o desejo de corrigir a injustiça social atualmente praticada é muito grande. A sociedade condenou a defasagem de 55% dos proventos daqueles que se aposentaram até 1979. A Justiça já reconheceu, em diversas sentenças com trânsito

em julgado, que essa defasagem deve ser corrigida. Não existe parlamentar que discorde dessa posição. A única discordância que havia era quanto ao prazo para restabelecimento do valor real e original dos proventos dos aposentados e pensionistas, mas já foi definido, mediante acordo, tendo-se estabelecido que o início do pagamento será efetuado sete meses após a promulgação da nova Carta, ou seja, em abril de 1989.

Não há, pois, motivo para preocupação, até porque os Constituintes que trabalham nessa área estão vigilantes e têm certeza de que, no segundo turno, do que já foi aprovado nada será alterado, no que concerne à previdência, saúde e assistência social. Esta deve ser uma das maiores conquistas da nova Carta constitucional brasileira.

**O SR. DJENAL GONÇALVES** (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no último dia 17, em Aracaju, em um encontro promovido pelo Governo de Sergipe, nosso Estado natal, representantes de onze das maiores empresas consumidoras de energia elétrica do Nordeste reuniram-se com o Presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, José Carlos Aleluia, para tratar de um assunto de vital importância para o desenvolvimento econômico nordestino nos próximos anos.

Examinou-se, nesse encontro, a possibilidade de que esses grandes grupos industriais venham a fazer investimentos para complementação de recursos necessários à continuidade das obras de construção da hidroelétrica de Xingó, no rio São Francisco, entre Sergipe e Alagoas.

Como é do conhecimento de todos, a situação financeira do setor elétrico é preocupante. A Cletróbrás não possui os recursos mínimos necessários para manter seu programa de investimento em 1988. Em função disso, a construção da hidroelétrica de Xingó, destinada a complementar o suprimento de energia a todo o Nordeste, encontra-se parcialmente paralisada. Este fato traz perspectivas nada animadoras para o Nordeste, que poderá sofrer racionamento de energia a partir de 1992, com graves prejuízos para o setor industrial e o desenvolvimento da região.

Particularmente em Sergipe, o atraso na construção da hidroelétrica de Xingó poderá trazer problemas para a implantação do Pólo Cloroquímico do Estado, uma das grandes opções de desenvolvimento para o povo sergipano, recentemente autorizada por S. Ex.<sup>a</sup>, o Presidente José Sarney. E o Pólo Cloroquímico é apenas um entre os grandes empreendimentos previstos para o Nordeste que poderiam ter seus projetos comprometidos sem a energia a ser gerada pela hidroelétrica de Xingó.

O importante no encontro de Aracaju, e que aqui queremos ressaltar, é que nele iniciaram-se as conversações sobre a participação dos empresários no empreendimento de Xingó, bem como sobre a forma como eles seriam compensados pelos investimentos, possivelmente através da amortização de suas futuras contas de energia.

Ficou marcado novo encontro entre os empresários e a diretoria da CHESF, em Recife, no próximo dia 1.<sup>o</sup>, quando esperamos que os detalhes referentes à continuação da obra de Xingó sejam acertados, de forma a afastar do Nordeste a ameaça de racionamento de energia elétrica, com conseqüências sociais imprevisíveis.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não se pode deixar de reconhecer que vencer as disparidades interregionais tem sido o objetivo dos governos brasileiros, visando à integração nacional.

Apesar dos esforços, o Nordeste e o Norte continuam com enorme inferioridade, tendo as medidas até então adotadas sido ineficazes, ou lentas, pelo menos.

É mister um grande acervo de medidas, superiores às das demais regiões. Tudo que se fizer no Nordeste e no Norte ainda será pouco, já que precisamos ter um crescimento maior do que o das outras regiões para, num prazo médio, equilibrar o processo de desenvolvimento regional.

Considerando a premente necessidade de desenvolver o Nordeste e o Norte, a inclusão de projetos industriais de qualquer natureza ou agropecuários, localizados naquelas áreas desde que considerados prioritários, pela Sudene e Sudam, respectivamente, deve merecer benefícios de incentivos do Governo.

Através do Decreto-Lei nº 1.452, de 30 de março de 1976, o Governo concedeu incentivo a projetos prioritários para a economia nacional, determinando que, a partir do exercício de 1977, as empresas privadas nacionais que tenham celebrado durante o ano de 1975 ou venham a celebrar até o final de 1976 contratos de financiamento a longo prazo com instituições financeiras sob o controle do Governo Federal, ou seus agentes, mediante reserva de fundos, esses mesmos contratos serão celebrados nas mesmas bases do incentivo que estamos propondo para o Nordeste e Norte. Ora, pela realização dos setores que foram beneficiados, a grande maioria localizou-se no Centro-Sul, que não precisava de tal privilégio.

Assim, apresentamos projeto de lei sobre o assunto, esperando que seja considerado válido para o desenvolvimento do Nordeste e do Norte, visando a maior integração nacional. Esperamos, por isso, que mereça a aprovação desta Casa.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO MACARINI** (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, a produção nacional de maçã baterá um novo recorde no próximo ano, se o clima se mantiver normal, sem precipitação de geadas na primavera ou chuva de granizo no verão.

O rigoroso inverno deste ano será responsável por uma safra nacional de cerca de 33% a 340 mil toneladas, com um crescimento de 15% em relação ao ano em curso, que deverá se situar entre 280 a 300 mil toneladas. É o caminho para a auto-suficiência, o que é muito importante.

A boa produção e o acentuado índice de produtividade têm estimulado os produtores. Mas o preço estão aquém da realidade, porque os reajustes são inferiores aos índices inflacionários.

Além do preço, a intempestiva importação de maçã argentina representa um dos problemas mais sérios enfrentados pelo setor.

Por isto, faço um antecipado apelo às autoridades federais para que as importações de maçã argentina, se necessárias e indispensáveis, somente venham a ocorrer após a colheita e a comercialização do similar nacional.

Santa Catarina é o maior produtor de maçã, graças às maceiras plantadas nos Municípios de

Fraiburgo, São Joaquim, Lages, Campos Novos, Videira, Caçador, Lebon, Regis, Santa Cecília, Água Doce; dentre outros, num trabalho iniciado há menos de duas décadas. A rigor, tudo começou pelo idealismo e capacidade das famílias lideradas por Arnaldo Frey e René Frey, no Município de Fraiburgo, espalhando-se com excelentes variedades, instalação de câmaras frigoríficas, muita produtividade e avançada tecnologia.

Atualmente, muitas organizações empresariais e centenas de pessoas físicas dedicam-se ao cultivo da macieira, gerando empregos e criando riquezas, capazes de alterar a economia da região e a beleza das cidades, como Fraiburgo, por exemplo, na competente administração do Prefeito Sebastião Andrade dos Santos e do Vice-Prefeito Sezefredo Ernesto Knevels.

Destarte, vale reiterar o apelo ao Governo Federal para que, nos acordos bilaterais com a Argentina, preserve a produção nacional, como fator de estabilidade econômica e desenvolvimento social de tão importante setor.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (PT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho à tribuna manifestar meu repúdio à atitude do Serpro, no que concerne à demissão de mais de duzentos funcionários por participarem de uma greve justa, que busca apenas alcançar um salário hoje corroído pela inflação e pelo adiamento da URP.

Esse gesto do Serpro é tão irracional, tendo em vista a situação que atravessamos, que, em vez de buscar soluções lógicas, ou seja, entrar em negociação com os servidores para chegar a um acordo, parte para a contratação de outro órgão para socorrê-lo nos momentos como os de greve, numa demonstração clara de que não pretende resolver os problemas.

Por outro lado, chega-se também à conclusão, apesar de não termos dados da relação entre a quantia que se irá gastar com essa contratação e a solução do problema dos funcionários, de que o Serpro não está preocupado com a despesa e, sim, com o problema político gerado por esta greve.

No momento atual, quando já foi aprovado na Constituinte que todos os demitidos por greves em serviço público serão readmitidos, vemos nesse fato um retrocesso. Conclamo, desta tribuna, todos os parlamentares a cerrar fileira contra esse tipo de atitude, exigindo respeito aos trabalhadores e o retorno dos funcionários que foram demitidos.

Que o Governo reabra as negociações com os grevistas.

**O SR. MATHEUS IENSEN** (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, os órgãos de informação pública, especialmente a televisão, estão extrapolando em seu direito de divulgar o que bem entendem.

Escudados no direito de livre expressão e na liberdade hoje conferida à imprensa, os canais de televisão passaram a exibir, cada vez com mais frequência, filmes de violência ou sexo, abusando, também, do uso de expressões ou imagens imorais, numa indesculpável afronta aos princípios religiosos e bons costumes da família brasileira.

Essa atitude de completo desrespeito moral pelos telespectadores levou o Presidente da República e o Ministro da Justiça a se decidirem pela tomada de severas providências, a fim de impedirem a continuidade desses abusos.

Para tanto, o Ministro Paulo Brossard deverá comunicar aos responsáveis pelas principais redes de TV a intenção do Governo de adotar medidas impeditivas com relação a tais excessos, uma vez que os mesmos, embora advertidos sobre a questão há mais de um ano, nada fizeram para coibi-los.

Ao me congratular com nossas autoridades governamentais por mais esse corajoso ato, que considero indispensável, desejo lembrar que a licenciosidade no rádio e na televisão estão aumentando significativamente, de forma a impressionar mal os telespectadores dotados de senso de responsabilidade.

A par da licenciosidade crescente, há outro aspecto em que a irreverência e falta de critério de repórteres e programadores está ultrapassando os limites do razoável. Trata-se da deformação jornalística usada na divulgação de assaltos e seqüestros, quando criminosos acabam se transformando em heróis ou vítimas, em virtude dos rumos imprimidos ao noticiário. Isso, que por si só já é grave, vem se tornando ainda mais inaceitável, quando, durante a transmissão de reportagens *in loco*, sobre fatos que envolvem a ação policial, os marginais acabam sendo informados sobre os movimentos e planos das autoridades da área de segurança, prejudicando sobremaneira sua atuação e comprometendo o êxito de manobras executadas com vistas à prisão dos implicados.

Com relação à violência e ao crime, a televisão também tem emprestado grande contribuição ao seu incremento, mostrando filmes em que se exaltam os comportamentos marginais e que chegam, mesmo, a ensinar diversas modalidades de assaltos, seqüestros ou assassinatos, bem como fugas de prisões.

Dessa forma, nossos veículos de comunicação de massa estão se transformando em indesejáveis escolas de crime, violência e maus costumes. A imoralidade — ou a amoralidade — estão presidindo a produção e a programação de nossas televisões, rádios e jornais, tornando-os maléficos e pouco recomendáveis para os cidadãos de bons costumes.

Na minha condição de Deputado evangélico e, por isso mesmo, responsável pelo destino de milhares de brasileiros, assim como pelo futuro da Nação, não me é permitido ficar de braços cruzados diante dessa invasão do império da imoralidade.

A ordem e o bom senso precisam ser mantidos e preservados, mediante um combate amplo à pornografia e à violência que tomam conta de todos os setores de nossa imprensa.

Como homem de Deus, tenho obrigação, diante de Deus, de não permitir a continuidade desse estado de coisas.

Por causa da devassidão e da imoralidade, Deus destruiu Sodoma e Gomorra e, hoje, o perigo de um castigo semelhante paira sobre o Brasil. É bom lembrar, também, que a destruição ocasionada pelo dilúvio, nos tempos de Noé, foi igualmente devida à violência e corrupção a que os homens se entregaram, naqueles dias.

O futuro de nossos filhos está seriamente comprometido, por tanta imoralidade e violência que adentra nossos lares, todos os dias.

Todo o País está ameaçado pela devassidão e degeneração moral que se abate rapidamente sobre nós, vindos especialmente através de nossos principais canais de comunicação. Se nada se fizer para impedir a propagação dessa onda avassaladora, certamente não ficaremos impunes.

Felizmente, o Sr. Presidente da República e o Sr. Ministro da Justiça estão côscios de suas responsabilidades perante a Nação e sobretudo perante Deus, motivo pelo qual me solidarizo com S. Ex<sup>as</sup> e lhes desejo pleno êxito nessa empreitada de combate à violência e à imoralidade.

Era o que tínhamos a dizer.

**A SRA. DIRCE TUTU QUADROS** (PSDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o nobre Deputado Estadual paulista Wanderlei Macris, meu companheiro de PSDB e Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, com a coragem que lhe é reconhecida, resolveu convidar o notório Sr. Otávio Ceccato, sócio e amigo do Sr. Orestes Quêrcia, ex-Presidente do Banespa e atual Secretário da Indústria e Comércio de meu Estado, para que ele dê sua versão sobre o escandaloso caso da tentativa de suborno de alguns delegados da Polícia Federal.

A atitude de Macris, comprando a briga para esclarecer ao povo de São Paulo uma das faces mais deprimentes da corrupção que campeia solta no Governo do Sr. Orestes Quêrcia, é louvável e merece nosso apoio integral e solidariedade. Já há mais de três meses quis ouvir o Sr. Ceccato na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados. Neste sentido, com divulgação ampla pela imprensa de todo o país. Mas, surpreendentemente, a Comissão de Fiscalização e Controle não pode ouvir o ex-Presidente do Banespa, sob a alegação de que "esse é assunto da órbita estadual"...

Já que fui impedida de formular as dezenas de perguntas que tenho a fazer ao Sr. Otávio Ceccato, de olhar em seus olhos e saber como, quando, onde, porque o mesmo protagonizou um rombo histórico no Banco do Estado de São Paulo, quero dizer que me sinto plenamente compensada pela atitude do Deputado Macris, corresponsário e amigo, a quem saúdo e homenageio pela coragem cívica de enfrentar face a face o "caixinha" do Sr. Orestes Quêrcia, o carrão-forte da corrupção, esse aprendiz de meliante, sócio e companheiro de malversações do dinheiro público desde que o atual governador de São Paulo era Prefeito de Campinas.

Sinto-me feliz pela atitude da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, embora pense que o Senhor Otávio Ceccato devesse estar em outro lugar: a cadeia.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PJ — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, saudamos neste dia 25 o Dia do Soldado e a esta data logo associamos a figura de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque



de Caxias, Patrono do Exército brasileiro, militar excelso e possuidor de um espírito eminentemente civilista, que, por isso mesmo, tornou-se um militar completo, modelo de cidadão e soldado.

Pode-se afirmar que o Exercício Brasileiro é a nossa alma mater. Nele se integram pessoas com o espírito de sacrifício e de heroísmo, de abnegação e renúncia, de ordem e de disciplina.

Em todas as épocas e em todos os tempos ao Exército incumbiu a defesa da honra e da integridade da Pátria. Aos soldados, uma vontade única é a sua lei e só um farol lhes indica o caminho do dever à Pátria e cumprimento à Constituição.

É hoje, como no passado, a figura impar do soldado uma preciosa sentinela guardando a nossa fronteira nos mais distantes lugares deste nosso território.

E assim, Sr. Presidente, lembramos desta tribuna o Dia do Soldado, à figura de Duque de Caxias, exemplo de soldado e político que eternamente será lembrado, principalmente nestas horas de grandes transformações nacionais.

Glória, pois, ao soldado brasileiro, que eleva o ideal cívico pela ordem e bem-estar e que, longe das posições políticas e ideológicas, e, mais ainda, distante de quaisquer ambições, entrega-se, o soldado, ao serviço da Pátria com absoluta lealdade.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. JOSÉ CAMARGO** (PFL — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, quando a cidade de Boa Esperança do Sul comemora o seu nonagésimo aniversário, o Prefeito Antonil Rosas, em lugar de preocupar-se com grandes festividades públicas, busca entregar ao povo alguns presentes resultantes da sua operosidade.

Assim, o aniversário será comemorado com a inauguração de duas obras, a serem concluídas antes do término do seu mandato: o pavilhão da Santa Casa de Misericórdia e o Centro Hípico Municipal, empreendimentos reclamados por mais vinte mil munícipes numa cidade que cresce vertiginosamente nos últimos anos, graças à cultura da cana-de-açúcar.

A Santa Casa ganhará dez novos leitos, aumentando em um terço sua capacidade de atendimento, graças a verbas da Prefeitura para tais obras de ampliação.

Quanto ao Centro Hípico, que ocupará uma área de vinte mil metros quadrados, é exigência de centenas de criadores de cavalos de raça e bons mestigos. Mas até agora está inacabado, tendo as portarias, um reservatório de água, sanitários e arquibancadas alugados.

Mesmo assim, sediou, a partir do dia 22, a Festa do Peão, que reúne os melhores ginetes do Estado.

Ainda fazendo parte dos festejos comemorativos, o Secretário dos Transportes, Walter Nory, compareceu às festividades, para anunciar o início da construção do trevo e das vias marginais, ligando a cidade à rodovia João Ribeiro de Barros, com acesso a Jaú e Araraquara.

Pretende o Prefeito Antonil Rosas inaugurar, até o final do seu mandato, um centro de saúde, uma creche, uma escola e o centro comunitário, com cozinha piloto, usina de leite e soja, salas de puericultura e cursos de música e corte e costura, emprestando maior atenção ao saneamento básico.

Parabéns a Boa Esperança e ao seu dinâmico Prefeito.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. MANOEL MOREIRA** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, há poucos dias, movido pelas oportunas, inteligentes e profícuas realizações do Deputado Ralph Biasi, tive a honra de subir a esta tribuna para homenagear sua gestão à frente da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo de São Paulo. Naquela oportunidade, felizmente, minhas palavras como que assumiram a missão profética de exaltar as brilhantes ações do eminente Secretário, colaborando, de alguma forma, para divulgar sua fascinante trajetória, que certamente o guindaria ao dignificante cargo de Ministro de Estado.

Hoje, meu júbilo é completo, pois a história fez justiça à capacidade realizadora, ao denodo e ao descortino deste memorável homem público que é Ralph Biasi, consagrando-o Ministro da Ciência e Tecnologia. Neste contexto, retorno a esta tribuna, objetivando parabenizar o insigne Deputado por tão merecida e honrosa nomeação, cujas responsabilidades inerentes ao cargo, tenho certeza, somente um político da nomeada e com a vivência de Ralph Biasi será capaz de honrar e conduzir a bom termo.

Sem dúvida alguma, a atuação político-administrativa de Ralph Biasi tem atingido as raízes do extraordinário, evidenciando sabedoria, perspicácia, determinação e bom-senso. Pode ainda vangloriar-se, o Deputado, pelo fato de ostentar o predomínio de um dos mais jovens políticos brasileiros a receber a investidura de Ministro de Estado. Aliás, a propósito disso, torna-se importante dizer que a ascensão política de Ralph Biasi revela a marca da rapidez, da ética e da irrepreensibilidade, cuja consequência é surpreendente: em apenas dez anos, galgou os postos de Prefeito do Município de Americana, duas vezes Deputado Federal por São Paulo e Ministro de Estado da República brasileira.

Em síntese, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, agiu acertadamente o Exm.<sup>o</sup> Sr. Presidente da República ao convidar tão experiente homem público para assessorá-lo na difícil atividade de administrar o País.

Era o que eu tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Manoel Moreira, O Sr. Marcelo Cordeiro, Primeiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Vamos proceder à verificação de **quorum**. Solicito aos Srs. Constituintes que ocupem os seus lugares. Rogo aos que se encontrem fora do plenário que se encaminhem ao mesmo, a fim de procedermos às votações.

**O Sr. João Hermann Neto** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOÃO HERRMANN NETO** (PSB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente conversando com V. Ex.<sup>a</sup> e outros membros da

Constituinte, verificamos que faltam, hoje 394 dispositivos para serem votados.

Faria uma proposta a esta Casa visando à substituição da forma de votação. Poderíamos introduzir na Assembléia Nacional Constituinte, um processo de votação onde teríamos os 394 dispositivos a serem votados distribuídos entre hoje e quinta-feira. Portanto, teríamos oito dias para efetivar a votação. Com este prazo, se votássemos, por exemplo, 40 dispositivos no dia de hoje, teríamos 354 a serem votados em 7 dias, o que daria 50 dispositivos por dia. Se votássemos até às 19h, tudo bem. Se votarmos até às 22 horas, tudo bem. O que se votasse além disso seria absolutamente um lucro. Então, com isso, V. Ex.<sup>a</sup> daria um prazo à Nação e à Assembléia Nacional Constituinte, de hoje até quinta-feira, para encerrarmos a votação de todos os dispositivos.

Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> levasse em consideração essa proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Estamos conversando sobre isso. A Presidência também cogitou essa possibilidade. Desejamos conversar com as Lideranças para compatibilizarmos esse esquema, porque é muito importante, na disciplina dos nossos trabalhos, o ordenamento prévio, feito pelas Lideranças, inclusive para apressar o processo de votação. Às vezes, parece que a votação de plenário sofre algum prejuízo. Isso não ocorre, porque a prática demonstra que esse trabalho prévio tem, com certa regularidade, possibilitado a absorção de dez a quarenta destaques em uma redação de um texto abrangente. Já tínhamos conversado sobre isso. Está essa proposta também nas nossas cogitações.

A proposta de V. Ex.<sup>a</sup> é interessante. Parece que há condições de nós, até quinta-feira, com votações pela manhã, à tarde e nas madrugadas, e com a compreensão dos Líderes para que façamos reuniões posteriores ao encerramento das nossas votações, ultimarmos os trabalhos. Vou conversar, inclusive, com as Lideranças, porque o nosso propósito é factível. Parece que até quinta-feira poderemos realmente ultimar a votação. Mas é um assunto a ser examinado.

Passemos à verificação de **quorum**.

*(Procede-se à verificação de "quorum".)*

**O Sr. Oscar Corrêa** — Sr. Presidente, peça a palavra, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. OSCAR CORRÊA** (PFL — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, publicamente, a divulgação dos destaques com votação adiada, o que demonstra, mais uma vez, a boa vontade de V. Ex.<sup>a</sup> de atender aos Srs. Constituintes desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — É o prestígio de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) Há número, podemos iniciar a votação.

*Presentes 285 Srs. Constituintes.*

**REGISTRARAM PRESENÇA OS SRS. CONSTITUINTES:**

Presidente Ulysses Guimarães.

Acival Gomes — Aduino Pereira — Ademir Andrade — Adhemar de Barros Filho — Adolfo Oliveira — Adroaldo Streck — Adyson Motta — Aécio de Borba — Affonso Camargo — Agripino de Oliveira Lima — Airton Cordeiro — Alarico Abib — Albano Franco — Albérico Cordeiro — Alexandre Puzyna — Almir Gabriel — Aloisio Vasconcelos — Aloysio Chaves — Aluizio Campos — Álvaro Antônio — Alysson Paulinelli — Amaral Netto — Amaury Müller — Anna Maria Rattes — Annibal Barcellos — Antônio Carlos Franco — Antônio Carlos Konder Reis — Antoniocarlos Mendes Thame — Antônio de Jesus — Antonio Mariz — Antonio Perosa — Arnaldo Martins — Arnaldo Moraes — Assis Canuto — Augusto Carvalho — Basílio Villani — Benedicto Monteiro — Benedita da Silva — Bernardo Cabral — Beth Azize — Brandão Monteiro — Caio Pompeu — Carlos Benevides — Carlos Cotta — Carlos Mosconi — Carlos Sant'Anna — Carlos Vinagre — Carlos Virgílio — Cássio Cunha Lima — Celso Dourado — César Maia — Chagas Duarte — Chagas Rodrigues — Chico Humberto — Cid Sabóia de Carvalho — Cleonânio Fonseca — Costa Ferreira — Cristina Tavares — Darcy Deitos — Darcy Pozza — Davi Alves Silva — Del Bosco Amaral — Delfim Netto — Denisar Arneiro — Dionísio Dal Prá — Dirceu Carneiro — Doreto Campanari — Edivaldo Motta — Edmilson Valentim — Eduardo Bonfim — Eduardo Jorge — Eduardo Moreira — Egidio Ferreira Lima — Elias Murad — Eraldo Trindade — Etevaldo Nogueira — Euclides Scalco — Expedito Machado — Fábio Feldmann — Fábio Raunheitti — Farabulini Júnior — Fausto Fernandes — Felipe Mendes — Feres Nader — Fernando Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Fernando Santana — Firmo de Castro — Florestan Fernandes — Floriceno Paixão — França Teixeira — Francisco Carneiro — Francisco Dias Alves — Francisco Küster — Francisco Rollemberg — Francisco Rossi — Furtado Leite — Gabriel Guerreiro — Gandi Jamil — Genebaldo Correia — Geraldo Alckmin Filho — Geraldo Campos — Geraldo Fleming — Gerson Marcondes — Gonzaga Patriota — Harlan Gadelha — Haroldo Lima — Hélio Costa — Hélio Manhães — Hélio Rosas — Heráclito Fortes — Iberê Ferreira — Inocência Oliveira — Irma Passoni — Israel Pinheiro — Itamar Franco — Iturival Nascimento — Ivo Lech — Ivo Mainardi — Ivo Vanderlinde Jalles Fontoura — Jamil Haddad — Jarbas Passarinho — Jayme Paliarin — Jayme Santana — João Agripino — João Calmon — João de Deus Antunes — João Herrmann Neto — João Machado Rollemberg — João Natal — João Paulo — João Rezek — Joaquim Bevilacqua — Joaquim Sucena — Jofran Frejat — Jonas Pinheiro — Jorge Bornhausen — Jorge Hage — Jorge Leite — Jorge Uequed — Jorge Vianna — José Camargo — José Carlos Grecco — José Carlos Martínez — José Carlos Sabóia — José Carlos Vasconcelos — José Costa — José da Conceição — José Elias — José Fernandes — José Genóio — José Ignácio Ferreira — José Jorge — José Lourenço — José Luiz de Sá — José Luiz Maia — José Maria Eymael — José Moura — José Paulo Bisol — José Richa — José Serra — José

Tavares — José Tinoco — José Viana — José Yunes — Jovanni Masini — Júlio Campos — Júlio Costamilan — Jutahy Magalhães — Koyu Iha — Lael Varella — Lélío Souza — Leopoldo Peres — Leur Lomanto — Lídice da Mata — Luís Eduardo — Luís Roberto Ponte — Luiz Alberto Rodrigues — Luiz Henrique — Luiz Inácio Lula da Silva — Luiz Marques — Luiz Salomão — Luiz Viana — Lysâneas Maciel — Maguito Vilela — Maluly Neto — Marcelo Cordeiro — Marcos Perez Queiroz — Maria Lúcia — Mário Covas — Mário Lima — Matheus Iensen — Maurício Corrêa — Maurício Fruet — Mauro Benevides — Mauro Borges — Mauro Sampaio — Meira Filho — Mendes Botelho — Mendes Ribeiro — Michel Temer — Milton Reis — Miraldo Gomes — Miro Teixeira — Moema São Thiago — Mozarildo Cavalcanti — Mussa Deme — Myrian Portella — Nabor Júnior — Naph-tali Alves de Souza — Nelson Aguiar — Nelson Carneiro — Nelson Seixas — Nelson Wedekin — Nelson Friedrich — Ney Maranhão — Nilson Gibson — Norberto Schwantes — Octávio Elísio — Olívio Dutra — Onofre Corrêa — Orlando Bezerra — Oscar Corrêa — Osmar Leitão — Osmir Lima — Osvaldo Bender — Osvaldo Almeida — Ottomar Pinto — Paulo Almada — Paulo Delgado — Paulo Paim — Paulo Pimentel — Paulo Ramos — Paulo Silva — Paulo Zarzur — Pedro Canedo — Pimenta da Veiga — Pompeu de Sousa — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Raimundo Rezende — Raquel Cândido — Raul Belém — Renato Vianna — Rita Camata — Roberto Brant — Roberto Freire — Roberto Vital — Robson Marinho — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Rosa Prata — Ruben Figueiró — Ruy Baccelar — Ruy Nadel — Sadie Hauache — Santinho Furtado — Saulo Queiroz — Sérgio Spada — Sigmaringa Seixas — Simão sessim — Siqueira Campos — Sólton Borges dos Reis — Sotero Cunha — Tadeu França — Telmo Kirst — Theodoro Mendes — Tito Costa — Ubiratan Aguiar — Ubiratan Spinelli — Uldurico Pinto — Valmir Campelo — Vasco Alves — Victor Faccioni — Victor Fontana — Vilson Souza — Vinícius Cansanção — Virgílio Galassi — Virgílio Guimarães — Vladimir Palmeira — Waldyr Pugliesi — Wilson Campos — Wilson Martins — Ziza Valadares.

**O Sr. Arnaldo Faria de Sá** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> consignar minha presença.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Será registrada a presença de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Vem à Mesa e vai à publicação o requerimento seguinte:

**REQUERIMENTO**

Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Encareço a V. Ex.<sup>a</sup> registrar minha presença ao ato da verificação de *quorum* na sessão pela manhã de 25-8-88.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 1988. — **Carlos Alberto Caó.**

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Vá-se passar à

**V — ORDEM DO DIA**

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE  
Nº 1.710**

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T01842-8, contradição. **Maurício Nasser.**

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

**EMENDA Nº 1.842**

Do Sr. Maurício Nasser

Para sanar contradição entre o inciso LXXII do art. 5º, e alínea "d", do inciso I, do art. 108 do Projeto B, ambos dispondo sobre "mandado de injunção", propomos:

Primeiro: suprimir, da alínea "d" do inciso "I" do artigo 108 do Projeto "B", a expressão "mandado de injunção";

Segundo: acrescentar ao referido inciso "I" do artigo 108 do Projeto "B", uma nova alínea (r), com a seguinte redação:

"(r) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal."

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Primeiramente, pergunto se o Constituinte Maurício Nasser está presente.

O destaque de S. Ex.<sup>a</sup>, que diz respeito ao art. 108 e tem o número 1.710, visa a suprimir na alínea d, inciso I, a expressão "mandado de injunção", com a seguinte conceituação:

"O mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal."

Concedo a palavra ao Constituinte Jovanni Masini, inscrito para falar.

**O SR. JOVANNI MASINI** (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em face do acordo existente e do parecer favorável do nobre Relator, é perfeitamente possível dispensar o encaminhamento da votação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O parecer do Relator é pela aprovação.

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, houve entendimento entre as Lideranças. Esse destaque recebeu o apoio unânime de todos os Líderes. Por isso, o PMDB vota "sim".

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em face dos acordos dos Líderes, a Liderança do PFL recomenda à sua bancada que vote "sim".

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará "sim"

**O Sr. Elias Murad** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. ELIAS MURAD** (PTB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTB votará "sim".

**O Sr. Plínio Arruda Sampaio** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota "sim"

**O Sr. Carlos Alberto Caó** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota "sim".

**O Sr. Eduardo Bonfim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. EDUARDO BONFIM** (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "sim"

**O Sr. José Maria Eymael** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDC vota "sim".

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro também vota "sim".

**O Sr. Jorge Hage** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JORGE HAGE** (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

**O Sr. Gerson Peres** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. GERSON PERES** (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Passemos à votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O Sr. Dionísio Hage** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. DIONÍSIO HAGE** (PFL — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é para registrar minha presença na verificação de **quorum**.

**A Srª Beth Azize** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**A SRA. BETH AZIZE** (PSDB — AM. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, enquanto se completa a votação, queria pedir permissão a V. Exª para usar a tribuna, a fim de fazer-lhe uma solicitação. A filha da Constituinte Lúcia Braga encontra-se gravemente enferma num hospital em São Paulo, em razão de um acidente terrível que sofreu. Queria pedir a V. Exª que enviasse um telegrama à nobre Constituinte Lúcia Braga, em nome de todos os Constituintes, dizendo-lhe que estamos torcendo pelo pronto restabelecimento de sua filha, para que S. Exª possa voltar ao nosso convívio.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A Mesa atenderá, prazerosamente, à solicitação de V. Exª. Já quis até comunicar-me com a Constituinte Lúcia Braga, mas não tinha informações sobre onde S. Exª se encontrava. V. Exª está agora dizendo que está em São Paulo. Irei, de viva voz, transmitir-lhe o apoio de V. Exª, de toda a Constituinte e do próprio Presidente. Muito obrigado.

Estou demorando um pouco para encerrar a votação, porque fui informado de que vários Constituintes se estão dirigindo ao Plenário para votar. Estamos, pois, aguardando a chegada de S. Exª ao plenário. Em seguida, encerraremos a votação. Espero contar com a compreensão dos Srs. Constituintes.

**O Sr. Tadeu França** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. TADEU FRANÇA** (PDT — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, enquanto aguardamos nossos colegas, desejo registrar nosso repúdio à ação do Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, que determinou a repressão policial contra os professores que ontem, na cidade de Maringá, pacífica e respeitosamente, ocupavam o 5º Núcleo Regional de Ensino para apresentar suas justas e cabíveis reivindicações.

Nosso repúdio, portanto, ao mandante dessa ação contra os professores do Paraná e da minha terra natal.

**O Sr. José Fogaça** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, faço uma retificação com relação ao meu voto: marquei abstenção e meu voto é "sim", evidentemente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Será registrado o voto de V. Exª

**O Sr. Santinho Furtado** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. SANTINHO FURTADO** (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de fazer a defesa do Governador do Paraná, Álvaro Dias, que sempre respeitou e foi um defensor dos professores. Estamos votando a favor do direito de greve. Portanto, defendemos esse direito dos professores.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Peço que os assuntos que não sejam relativos à votação não sejam trazidos a plenário. Há um espaço pela manhã destinado a pequenas comunicações. Isso, inclusive, tira a atenção dos Srs. Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado. (Votação nº 865.)

SIM — 327

NÃO — 1

ABSTENÇÃO — 3

TOTAL — 331

A Emenda foi aprovada.

**VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:**

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção  
Acival Gomes — Sim  
Adauto Pereira — Sim  
Ademir Andrade — Sim  
Adhemar de Barros Filho — Sim  
Adolfo Oliveira — Sim  
Adroaldo Streck — Sim  
Adylson Motta — Sim  
Aécio de Borba — Sim  
Affonso Camargo — Sim  
Aripino de Oliveira Lima — Sim  
Ailton Cordeiro — Sim  
Alarico Abib — Sim

Albano Franco — Sim  
 Albérico Cordeiro — Sim  
 Almir Gabriel — Sim  
 Aloisio Vasconcelos — Sim  
 Aloysio Chaves — Sim  
 Aluizio Campos — Sim  
 Álvaro Antônio — Sim  
 Alysson Paulinelli — Sim  
 Amaral Netto — Sim  
 Amaury Müller — Sim  
 Amilcar Moreira — Sim  
 Ângelo Magalhães — Sim  
 Anna Maria Rattes — Sim  
 Annibal Barcellos — Sim  
 Antônio Carlos Franco — Sim  
 Antônio Carlos Konder Reis — Sim  
 Antoniocarlos Mendes Thame — Sim  
 Antônio de Jesus — Sim  
 Antonio Ferreira — Sim  
 Antonio Gaspar — Sim  
 Antonio Mariz — Sim  
 Antonio Perosa — Sim  
 Arnaldo Faria de Sá — Sim  
 Arnaldo Martins — Sim  
 Arnaldo Moraes — Sim  
 Arnold Fioravante — Sim  
 Artur da Távola — Sim  
 Átila Lira — Sim  
 Augusto Carvalho — Sim  
 Basílio Villani — Sim  
 Benedicto Monteiro — Sim  
 Benedita da Silva — Sim  
 Bernardo Cabral — Sim  
 Beth Azize — Sim  
 Bocayuva Cunha — Sim  
 Brandão Monteiro — Sim  
 Caio Pompeu — Sim  
 Carlos Alberto Caó — Sim  
 Carlos Benevides — Sim  
 Carlos Cotta — Sim  
 Carlos De'Carli — Sim  
 Carlos Mosconi — Sim  
 Carlos Sant'Anna — Sim  
 Carlos Virgílio — Sim  
 Cássio Cunha Lima — Sim  
 Celso Dourado — Sim  
 César Maia — Sim  
 Chagas Duarte — Sim  
 Chagas Rodrigues — Sim  
 Chico Humberto — Sim  
 Cid Carvalho — Sim  
 Cid Sabóia de Carvalho — Sim  
 Cláudio Ávila — Sim  
 Cleonânio Fonseca — Sim  
 Costa Ferreira — Sim  
 Dálton Canabrava — Sim  
 Darcy Deitos — Sim  
 Darcy Pozza — Sim  
 Davi Alves Silva — Sim  
 Del Bosco Amaral — Abstenção  
 Delfim Netto — Sim  
 Denisar Arneiro — Sim  
 Dionísio Dal Prá — Sim  
 Dionísio Hage — Sim  
 Dirce Tutu Quadros — Sim  
 Dirceu Carneiro — Sim  
 Djenal Gonçalves — Sim  
 Edivaldo Motta — Sim  
 Edmilson Valentim — Sim  
 Eduardo Bonfim — Sim  
 Eduardo Jorge — Sim

Eduardo Moreira — Sim  
 Egidio Ferreira Lima — Sim  
 Elias Murad — Sim  
 Eliel Rodrigues — Sim  
 Enoc Vieira — Sim  
 Eraldo Tinoco — Sim  
 Etevaldo Nogueira — Sim  
 Euclides Scalco — Sim  
 Evaldo Gonçalves — Sim  
 Expedito Machado — Sim  
 Fábio Feldmann — Sim  
 Fábio Raunheitti — Sim  
 Farabulini Júnior — Sim  
 Fausto Fernandes — Sim  
 Fausto Rocha — Sim  
 Felipe Mendes — Sim  
 Fernando Bezerra Coelho — Sim  
 Fernando Gomes — Sim  
 Fernando Henrique Cardoso — Sim  
 Fernando Santana — Sim  
 Firmo de Castro — Sim  
 Florestan Fernandes — Sim  
 Floriceno Paixão — Sim  
 França Teixeira — Sim  
 Francisco Amaral — Sim  
 Francisco Benjamim — Sim  
 Francisco Carneiro — Sim  
 Francisco Coelho — Sim  
 Francisco Dias Alves — Sim  
 Francisco Küster — Sim  
 Francisco Rossi — Sim  
 Gandi Jamil — Sim  
 Genebaldo Correia — Sim  
 Geraldo Alckmin Filho — Sim  
 Geraldo Campos — Sim  
 Geraldo Fleming — Sim  
 Gerson Marcondes — Sim  
 Gerson Peres — Sim  
 Gonzaga Patriota — Sim  
 Harlan Gadelha — Sim  
 Haroldo Lima — Sim  
 Hélio Costa — Sim  
 Hélio Manhães — Sim  
 Hélio Rosas — Sim  
 Henrique Córdova — Sim  
 Heráclito Fortes — Sim  
 Hilário Braun — Sim  
 Humberto Lucena — Sim  
 Humberto Souto — Sim  
 Iberê Ferreira — Sim  
 Ibsen Pinheiro — Sim  
 Inocêncio Oliveira — Sim  
 Iram Saraiva — Sim  
 Irma Passoni — Sim  
 Ismael Wanderley — Sim  
 Israel Pinheiro — Sim  
 Itamar Franco — Sim  
 Iturival Nascimento — Não  
 Ivo Lech — Sim  
 Ivo Mainardi — Sim  
 Jacy Scanagatta — Sim  
 Jalles Fontoura — Sim  
 Jamil Haddad — Sim  
 Jarbas Passarinho — Sim  
 Jayme Paliarin — Sim  
 Jayme Santana — Sim  
 João Agripino — Sim  
 João Calmon — Sim  
 João de Deus Antunes — Sim  
 João Herrmann Neto — Sim  
 João Machado Rollemberg — Sim

João Natal — Sim  
 João Paulo — Sim  
 Joaquim Bevilacqua — Sim  
 Joaquim Sucena — Sim  
 Jofran Frejat — Sim  
 Jonas Pinheiro — Sim  
 Jorge Bornhausen — Sim  
 Jorge Hage — Sim  
 Jorge Leite — Sim  
 Jorge Medauar — Sim  
 Jorge Queved — Sim  
 Jorge Vianna — Sim  
 José Camargo — Sim  
 José Carlos Grecco — Sim  
 José Carlos Martinez — Sim  
 José Carlos Sabóia — Sim  
 José Carlos Vasconcelos — Sim  
 José Costa — Sim  
 José da Conceição — Sim  
 José Egreja — Sim  
 José Elias — Sim  
 José Fernandes — Sim  
 José Fogaça — Abstenção  
 José Genoíno — Sim  
 José Geraldo — Sim  
 José Guedes — Sim  
 José Ignácio Ferreira — Sim  
 José Jorge — Sim  
 José Luiz de Sá — Sim  
 José Luiz Maia — Sim  
 José Maria Eymael — Sim  
 José Moura — Sim  
 José Paulo Bisol — Sim  
 José Queiroz — Sim  
 José Richa — Sim  
 José Tavares — Sim  
 José Tinoco — Sim  
 José Ulisses de Oliveira — Sim  
 José Yunes — Sim  
 Jovanni Masini — Sim  
 Júlio Campos — Sim  
 Júlio Costamilan — Sim  
 Jutahy Magalhães — Sim  
 Koyu Iha — Sim  
 Lael Varella — Sim  
 Lavoisier Maia — Sim  
 Lélio Souza — Sim  
 Leopoldo Peres — Sim  
 Leur Lomanto — Sim  
 Lídice da Mata — Sim  
 Luís Eduardo — Sim  
 Luís Roberto Ponte — Sim  
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim  
 Luiz Freire — Sim  
 Luiz Gushiken — Sim  
 Luiz Henrique — Sim  
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim  
 Luiz Marques — Sim  
 Luiz Salomão — Sim  
 Lysâneas Maciel — Sim  
 Maguito Vilela — Sim  
 Maluly Neto — Sim  
 Manuel Viana — Sim  
 Marcelo Cordeiro — Sim  
 Márcia Kubitschek — Sim  
 Márcio Lacerda — Sim  
 Marco Maciel — Sim  
 Marcos Perez Queiroz — Sim  
 Maria de Lourdes Abadia — Sim  
 Maria Lúcia — Sim  
 Mário Covas — Sim

Mário de Oliveira — Sim  
 Marluce Pinto — Sim  
 Maurício Corrêa — Sim  
 Maurício Fruet — Sim  
 Maurício Nasser — Sim  
 Mauro Benevides — Sim  
 Mauro Borges — Sim  
 Mauro Miranda — Sim  
 Mauro Sampaio — Sim  
 Meira Filho — Sim  
 Mendes Botelho — Sim  
 Mendes Ribeiro — Sim  
 Michel Temer — Sim  
 Miraldo Gomes — Sim  
 Miro Teixeira — Sim  
 Mozarildo Cavalcanti — Sim  
 Myrian Portella — Sim  
 Nabor Júnior — Sim  
 Naphtali Alves de Souza — Sim  
 Nelson Aguiar — Sim  
 Nelson Carneiro — Sim  
 Nelson Jobim — Sim  
 Nelson Seixas — Sim  
 Nelson Wedekin — Sim  
 Nelton Friedrich — Sim  
 Ney Maranhão — Sim  
 Nilson Gibson — Sim  
 Norberto Schwantes — Sim  
 Octávio Elísio — Sim  
 Onofre Corrêa — Sim  
 Oscar Corrêa — Sim  
 Osmar Leitão — Sim  
 Osmir Lima — Sim  
 Osvaldo Bender — Sim  
 Osvaldo Macedo — Sim  
 Oswaldo Almeida — Sim  
 Ottomar Pinto — Sim  
 Paes de Andrade — Sim  
 Paes Almada — Sim  
 Paulo Delgado — Sim  
 Paulo Paim — Sim  
 Paulo Pimentel — Sim  
 Paulo Ramos — Sim  
 Paulo Roberto — Sim  
 Paulo Silva — Sim  
 Paulo Zarzur — Sim  
 Pedro Canedo — Sim  
 Pimenta da Veiga — Sim  
 Plínio Arruda Sampaio — Sim  
 Pompeu de Sousa — Sim  
 Rachid Saldanha Derzi — Sim  
 Raimundo Lira — Sim  
 Raimundo Rezende — Sim  
 Raquel Cândido — Sim  
 Raul Belém — Sim  
 Renato Bernardi — Sim  
 Renato Johnsson — Sim  
 Renato Vianna — Sim  
 Rita Camata — Sim  
 Roberto Brant — Sim  
 Roberto Campos — Sim  
 Roberto Freire — Sim  
 Roberto Vital — Sim  
 Robson Marinho — Sim  
 Ronaldo Aragão — Sim  
 Ronan Tito — Sim  
 Rosa Prata — Sim  
 Ruben Figueiró — Sim  
 Ruberval Pilotto — Sim  
 Ruy Bacelar — Sim  
 Ruy Nedel — Sim

Sadie Hauache — Sim  
 Samir Achôa — Sim  
 Sandra Cavalcanti — Sim  
 Santinho Furtado — Sim  
 Saulo Queiroz — Sim  
 Sigmaringa Seixas — Sim  
 Sílvio Abreu — Sim  
 Simão Sessim — Sim  
 Siqueira Campos — Sim  
 Sólon Borges dos Reis — Sim  
 Sotero Cunha — Sim  
 Tadeu França — Sim  
 Telmo Kirst — Sim  
 Teotônio Vilela Filho — Sim  
 Theodoro Mendes — Sim  
 Tito Costa — Sim  
 Ubiratan Aguiar — Sim  
 Ubiratan Spinelli — Sim  
 Uldurico Pinto — Sim  
 Valmir Campelo — Sim  
 Vasco Alves — Sim  
 Victor Faccioni — Sim  
 Victor Fontana — Sim  
 Vilson Souza — Sim  
 Vinicius Cansanção — Sim  
 Virgílio Guimarães — Sim  
 Vitor Buaiz — Sim  
 Vladimir Palmeira — Sim  
 Waldeck Ornêlas — Sim  
 Waldyr Pugliesi — Sim  
 Walmor de Luca — Sim  
 Wilson Campos — Sim  
 Wilson Martins — Sim  
 Ziza Valadares — Sim

**O Sr. José Maurício** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ MAURÍCIO** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria que registrasse meu voto. É "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, os seguintes requerimentos de destaque:

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.709

Senhor Presidente,  
 Requeiro destaque para a emenda nº 2T01843-6 — Contradição **Maurício Nasser**.

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.655

Senhor Presidente,  
 Requeiro destaque para a emenda nº 2T01843-6 — **Antônio Perosa**.

**SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

#### EMENDA Nº 1.843

Do Sr. Maurício Nasser

Para sanar contradição entre o inciso LXXII do art. 5º, e a alínea b do inciso I, art. 11, do Projeto b, ambos dispendo sobre "mandado de injunção", propomos:

Primeiro: Suprimir a expressão "mandado de injunção" dos seguintes dispositivos: art. 111, I, b; art. 114, I, c, art. 115, VIII;

Segundo: acrescentar, ao inciso "I", do art. 111 do Projeto b, uma nova alínea (i), com a seguinte redação:

"I) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade Federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e ressalvada a competência exclusiva da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho."

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Em votação as emendas apresentadas pelos nobres Constituintes Antônio Perosa e Maurício Nasser.

A emenda relacionada ao art. 111 pretende suprimir o mandado de injunção e tem a seguinte redação:

"mandado de injunção quando a elaboração da norma reguladora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal."

Ressalva aqui a competência exclusiva da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho.

A emenda tem parecer favorável do Relator porque busca sanar contradições.

**O Sr. Giovanni Masini** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte.

**O SR. JOVANNI MASINI** (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, este é o texto correlato que trata do Superior Tribunal de Justiça, criando a alínea I no art. 111. Como na emenda anterior, também conta com o apoio das Lideranças e tem parecer favorável do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O Constituinte Giovanni Masini alega que há contradição e quer saná-la.

O Relator é pela aprovação da emenda.

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a aprovação da proposição corresponde à adequação da emenda que acabamos de aprovar, relacionada ao Supremo Tribunal Federal; agora se trata do Superior Tribunal de Justiça.

O PMDB encaminha favoravelmente à emenda, de acordo com o Relator.

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PFL acompanha o ilustre Relator, pois essa emenda adequa o texto do Projeto de Constituição. Assim, recomendamos à bancada que vote "sim".

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará "sim".

**O Sr. Jorge Hage** — (Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JORGE HAGE** (PSDB — BA Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

**O Sr. Elias Murad** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ELIAS MURAD** (PTB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTB acompanha o Relator e vota "sim".

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB votará "sim".

**O Sr. Amaral Netto** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. AMARAL NETTO** (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS votará "sim".

**O Sr. Adolfo Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA** (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PFL votará "sim".

**O Sr. Eduardo Bonfim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. EDUARDO BONFIM** (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B votará "sim".

**O Sr. Carlos Alberto Caó** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT votará "sim".

**O Sr. Plínio Arruda Sampaio** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT votará "sim".

**O Sr. José Maria Eymael** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDC votará "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Passemos à votação.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (Votação nº 866):

SIM — 335  
NÃO — 1  
ABSTENÇÃO — 2  
TOTAL — 338

A Emenda foi aprovada.

*VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTE:*

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Sim  
Ademir Andrade — Sim  
Adhemar de Barros Filho — Sim  
Adolfo Oliveira — Sim  
Adroaldo Streck — Sim  
Adylson Motta — Sim  
Aécio de Borba — Sim  
Affonso Camargo — Sim  
Agripino de Oliveira Lima — Sim  
Ailton Cordeiro — Sim  
Alarico Abib — Sim  
Albano Franco — Sim  
Albérico Cordeiro — Sim  
Alexandre Puzyna — Sim  
Almir Gabriel — Sim  
Aloisio Vasconcelos — Sim  
Aloysio Chaves — Sim  
Aloysio Teixeira — Sim  
Aluizio Campos — Sim  
Álvaro Antônio — Sim  
Amaral Netto — Sim  
Amaury Müller — Sim  
Amílcar Moreira — Sim  
Ângelo Magalhães — Sim  
Anna Maria Rattes — Sim  
Annibal Barcellos — Sim  
Antônio Carlos Franco — Sim  
Antônio Carlos Konder Reis — Sim  
Antoniocarlos Mendes Thame — Sim  
Antônio de Jesus — Sim  
Antonio Ferreira — Sim  
Antonio Gaspar — Sim  
Antonio Mariz — Sim  
Antonio Perosa — Sim  
Arnaldo Faria de Sá — Sim

Arnaldo Martins — Sim  
Arnaldo Moraes — Sim  
Arnold Fioravante — Sim  
Aroldo de Oliveira — Sim  
Artur da Távola — Sim  
Átila Lira — Sim  
Augusto Carvalho — Sim  
Basílio Villani — Sim  
Benedicto Monteiro — Sim  
Benedita da Silva — Sim  
Bernardo Cabral — Sim  
Beth Azize — Sim  
Bocayuva Cunha — Sim  
Brandão Monteiro — Sim  
Carlos Alberto Caó — Sim  
Carlos Cotta — Sim  
Carlos De'Carli — Sim  
Carlos Mosconi — Sim  
Carlos Sant'Anna — Sim  
Carlos Vinagre — Sim  
Carlos Virgílio — Sim  
Cássio Cunha Lima — Sim  
Celso Dourado — Sim  
César Cals Neto — Sim  
Chagas Duarte — Sim  
Chagas Neto — Sim  
Chagas Rodrigues — Sim  
Chico Humberto — Sim  
Christóvam Chiaradia — Sim  
Cid Carvalho — Sim  
Cid Sabóia de Carvalho — Sim  
Cláudio Ávila — Sim  
Cleonânio Fonseca — Sim  
Costa Ferreira — Sim  
Dáton Canabrava — Sim  
Darcy Deitos — Sim  
Darcy Pozza — Sim  
Del Bosco Amaral — Sim  
Delfim Netto — Não  
Denisar Arneiro — Sim  
Dionísio Dal Prá — Sim  
Dionísio Hage — Sim  
Dirce Tutu Quadros — Sim  
Doreto Campanari — Sim  
Edivaldo Motta — Sim  
Edmilson Valentim — Sim  
Eduardo Bonfim — Sim  
Eduardo Jorge — Sim  
Eduardo Moreira — Sim  
Egídio Ferreira Lima — Sim  
Elias Murad — Sim  
Eliel Rodrigues — Sim  
Enoc Vieira — Sim  
Eraldo Tinoco — Sim  
Etevaldo Nogueira — Sim  
Euclides Scalco — Sim  
Eunice Michiles — Sim  
Evaldo Gonçalves — Sim  
Expedito Machado — Sim  
Fábio Feldmann — Sim  
Fábio Raunheiti — Sim  
Farabulini Júnior — Sim  
Fausto Fernandes — Sim  
Fausto Rocha — Sim  
Felipe Mendes — Sim  
Fernando Bezerra Coelho — Sim  
Fernando Gomes — Sim  
Fernando Henrique Cardoso — Sim  
Fernando Santana — Sim  
Firmo de Castro — Sim  
Flavio Palmier da Veiga — Sim

Florestan Fernandes — Sim  
 Floriceno Paixão — Sim  
 França Teixeira — Sim  
 Francisco Amaral — Sim  
 Francisco Benjamim — Sim  
 Francisco Carneiro — Sim  
 Francisco Coelho — Sim  
 Francisco Dias Alves — Sim  
 Francisco Küster — Sim  
 Francisco Rossi — Sim  
 Gandi Jamil — Sim  
 Genebaldo Correia — Sim  
 Geraldo Alckmin Filho — Sim  
 Geraldo Campos — Sim  
 Geraldo Fleming — Sim  
 Gerson Marcondes — Sim  
 Gonzaga Patriota — Sim  
 Harlan Gadelha — Sim  
 Haroldo Lima — Sim  
 Haroldo Sabóia — Sim  
 Hélio Costa — Sim  
 Hélio Duque — Sim  
 Hélio Manhães — Sim  
 Hélio Rosas — Sim  
 Henrique Córdova — Sim  
 Heráclito Fortes — Sim  
 Hilário Braun — Sim  
 Humberto Lucena — Sim  
 Humberto Souto — Sim  
 Iberê Ferreira — Sim  
 Inocêncio Oliveira — Sim  
 Iram Saraiva — Sim  
 Irma Passoni — Sim  
 Ismael Wanderley — Sim  
 Israel Pinheiro — Sim  
 Itamar Franco — Sim  
 Iturival Nascimento — Sim  
 Ivo Lech — Sim  
 Ivo Mainardi — Sim  
 Ivo Vanderlinde — Sim  
 Jacy Scanagatta — Sim  
 Jairo Azi — Abstenção  
 Jalles Fontoura — Sim  
 Jamil Haddad — Sim  
 Jarbas Passarinho — Sim  
 Jayme Paliarin — Sim  
 Jayme Santana — Sim  
 Jesus Tajra — Sim  
 João Agripino — Sim  
 João de Deus Antunes — Sim  
 João Herrmann Neto — Sim  
 João Machado Rollemberg — Sim  
 João Natal — Sim  
 João Paulo — Sim  
 Joaquim Bevilacqua — Sim  
 Joaquim Sucena — Sim  
 Jofran Frejat — Sim  
 Jonas Pinheiro — Sim  
 Jorge Bornhausen — Sim  
 Jorge Hage — Sim  
 Jorge Leite — Sim  
 Jorge Medauar — Sim  
 Jorge Queved — Sim  
 Jorge Vianna — Sim  
 José Camargo — Sim  
 José Carlos Grecco — Sim  
 José Carlos Martinez — Sim  
 José Carlos Sabóia — Sim  
 José Carlos Vasconcelos — Sim  
 José Costa — Sim  
 José da Conceição — Sim

José Egreja — Sim  
 José Elias — Sim  
 José Fernandes — Sim  
 José Fogaça — Sim  
 José Genoíno — Sim  
 José Geraldo — Sim  
 José Guedes — Sim  
 José Ignácio Ferreira — Sim  
 José Jorge — Sim  
 José Lins — Sim  
 José Luiz de Sá — Sim  
 José Luiz Maia — Sim  
 José Maria Eymael — Sim  
 José Maurício — Sim  
 José Moura — Sim  
 José Paulo Bisol — Sim  
 José Queiroz — Sim  
 José Richa — Sim  
 José Tavares — Sim  
 José Tinoco — Sim  
 José Yunes — Sim  
 Jovanni Masini — Sim  
 Júlio Campos — Sim  
 Júlio Costamilan — Sim  
 Jutahy Magalhães — Sim  
 Koyu Iha — Sim  
 Lael Varella — Sim  
 Lavoisier Maia — Sim  
 Leite Chaves — Sim  
 Lélio Souza — Sim  
 Leopoldo Peres — Sim  
 Leur Lomanto — Sim  
 Lídice da Mata — Sim  
 Luís Eduardo — Sim  
 Luís Roberto Ponte — Sim  
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim  
 Luiz Freire — Sim  
 Luiz Gushiken — Sim  
 Luiz Henrique — Sim  
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim  
 Luiz Marques — Sim  
 Luiz Salomão — Sim  
 Lysâneas Maciel — Sim  
 Maguito Vilela — Sim  
 Maluly Neto — Sim  
 Marcelo Cordeiro — Sim  
 Márcia Kubitschek — Sim  
 Márcio Lacerda — Sim  
 Marco Maciel — Sim  
 Marcos Perez Queiroz — Sim  
 Maria de Lourdes Abadia — Sim  
 Maria Lúcia — Sim  
 Mário Covas — Sim  
 Mário de Oliveira — Sim  
 Marluce Pinto — Sim  
 Maurício Corrêa — Sim  
 Maurício Fruet — Sim  
 Maurício Nasser — Sim  
 Mauro Benevides — Sim  
 Mauro Borges — Sim  
 Mauro Miranda — Sim  
 Mauro Sampaio — Sim  
 Meira Filho — Sim  
 Mendes Botelho — Sim  
 Mendes Canale — Sim  
 Mendes Ribeiro — Sim  
 Michel Temer — Sim  
 Milton Reis — Sim  
 Miraldo Gomes — Sim  
 Miro Teixeira — Sim  
 Moema São Thiago — Sim

Mozarildo Cavalcanti — Sim  
 Myrian Portella — Sim  
 Nabor Júnior — Sim  
 Naphtali Alves de Souza — Sim  
 Nelson Aguiar — Sim  
 Nelson Carneiro — Sim  
 Nelson Jobim — Sim  
 Nelson Seixas — Sim  
 Nelson Wedekin — Sim  
 Nelton Friedrich — Sim  
 Ney Maranhão — Sim  
 Nilson Gibson — Sim  
 Norberto Schwantes — Sim  
 Octávio Elísio — Sim  
 Onofre Corrêa — Sim  
 Oscar Corrêa — Sim  
 Osmar Leitão — Sim  
 Osmir Lima — Sim  
 Osvaldo Bender — Sim  
 Osvaldo Macedo — Sim  
 Osvaldo Sobrinho — Sim  
 Oswaldo Almeida — Sim  
 Ottomar Pinto — Sim  
 Paes de Andrade — Sim  
 Paes Landim — Sim  
 Paulo Almada — Sim  
 Paulo Delgado — Sim  
 Paulo Paim — Sim  
 Paulo Pimentel — Sim  
 Paulo Ramos — Sim  
 Paulo Roberto — Sim  
 Paulo Silva — Sim  
 Paulo Zarzur — Sim  
 Pedro Canedo — Sim  
 Pimenta da Veiga — Sim  
 Plínio Arruda Sampaio — Sim  
 Pompeu de Sousa — Sim  
 Raimundo Rezende — Sim  
 Raquel Cândido — Sim  
 Raquel Capiberibe — Sim  
 Raul Belém — Sim  
 Raul Ferraz — Sim  
 Renan Calheiros — Sim  
 Renato Bernardi — Sim  
 Renato Vianna — Sim  
 Rita Camata — Sim  
 Roberto Brant — Sim  
 Roberto Freire — Sim  
 Robson Marinho — Sim  
 Ronaldo Aragão — Sim  
 Ronan Tito — Sim  
 Ruben Figueiró — Sim  
 Ruberval Pilotto — Sim  
 Ruy Nedel — Sim  
 Sadie Hauache — Sim  
 Samir Achôa — Sim  
 Sandra Cavalcanti — Sim  
 Santinho Furtado — Sim  
 Saulo Queiroz — Sim  
 Sigmaringa Seixas — Sim  
 Sílvio Abreu — Sim  
 Simão Sessim — Sim  
 Siqueira Campos — Sim  
 Sólton Borges dos Reis — Sim  
 Sotero Cunha — Sim  
 Tadeu França — Sim  
 Telmo Kirst — Sim  
 Teotônio Vilela Filho — Sim  
 Theodoro Mendes — Sim  
 Tito Costa — Sim  
 Ubiratan Aguiar — Sim



Ubiratan Spinelli — Sim  
 Uldurico Pinto — Sim  
 Valmir Campelo — Sim  
 Vasco Alves — Sim  
 Victor Faccioni — Sim  
 Victor Fontana — Sim  
 Vilson Souza — Sim  
 Vinicius Cansção — Sim  
 Virgílio Galassi — Sim  
 Virgílio Guimarães — Sim  
 Vitor Buaz — Sim  
 Vladimir Palmeira — Sim  
 Waldeck Omélas — Sim  
 Waldyr Pugliesi — Sim  
 Walmor de Luca — Sim  
 Wilson Campos — Sim  
 Wilson Martins — Sim  
 Ziza Valadares — Sim

**O Sr. Lezio Sathier** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. LEZIO SATHLER** (PMDB — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, declaro que meu voto, nesta votação, foi "sim".

**O Sr. César Maia** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. CÉSAR MAIA** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, declaro que meu voto, na última votação, foi "sim".

**O Sr. Ricardo Izar** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. RICARDO IZAR** (PFL — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na votação anterior votei "sim".

**A Srª Raquel Capiberibe** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a V. Exª a palavra.

**A SRA RAQUEL CAPIBERIBE** (PSB — AP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, quero registrar meu voto "sim" na votação anterior.

**O Sr. Orlando Pacheco** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ORLANDO PACHECO** (PFL — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu voto foi "sim" na votação anterior.

**O Sr. Haroldo Sabóia** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. HAROLDO SABÓIA** (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu voto foi "sim", na votação anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, o seguinte texto de reunião de emendas e destaques:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Nacional Constituinte

Os firmatários, abaixo assinados, vêm requerer, nos termos das normas regimentais, a reunião dos destaques e emendas infra-referidos, para votação simultânea, relativo ao texto do art. 98, inciso VI para: supressões e correções restando o texto com a seguinte redação:

"Art. 98 — .....  
 I — .....  
 II — .....  
 III — .....  
 IV — .....  
 V — .....  
 VI — A aposentadoria é compulsória ou facultativa nos termos do art. 41;"

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1988. **Aluizio Campos**, D-2D00086-4, E-2T00128-2 — **Luís Roberto Ponte** D-2D01306-1, E-2T00382-0

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Anuncio, portanto, emendas dos nobres Constituintes Aluizio Campos e Luís Roberto Ponte oferecidas ao art. 98, inciso VI que diz:

"A aposentadoria com vencimentos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura.

Este é o texto aprovado em primeiro turno.  
 O que desejam os nobres autores? A fusão.  
 O art. 88 dá a seguinte redação:

"A aposentadoria é compulsória ou facultativa, nos termos do art. 41."

O art. 41 estabelece regras gerais no tocante às aposentadorias para todos os funcionários. E aqui excepciona, nos termos que foi mencionado. O texto, aliás, quer-se reportar aos critérios gerais estabelecidos no art. 41.

**O Sr. Arnaldo Faria de Sá** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PJ — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o texto é novo e sobre ele não há acordo de lideranças. As duas emendas, tanto a do Constituinte Aluizio Campos como a do Constituinte Luís Roberto Ponte, não tratam dessa matéria.

**O Sr. Aluizio Campos** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS** (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a emenda é apenas para incluir, nos princípios gerais de aposentadoria estabelecidos para os servidores públicos, os magistrados e os membros do Ministério Público. Não há necessidade de encaminhamento. Acho que o Relator está de acordo com a solução.

**O Sr. Cunha Bueno** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. CUNHA BUENO** (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar que meu voto na votação anterior foi "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Dou a palavra a quem está inscrito, ao Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PJ — SP. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, sem entrar no mérito da questão, quero apenas dizer que, quanto a seu aspecto regimental, essa emenda não pode, reunida a outras, ser colocada em votação. Tanto a emenda do Constituinte Aluizio Campos quanto a do Constituinte Luís Roberto Ponte não têm o texto originário nessa reunião. Portanto, não pode ser colocada em votação.

**O Sr. Arnaldo Faria de Sá** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PJ — SP. Sem revisão do orador.) — Esta matéria não é regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Mas isto já foi dito duzentas vezes nesta Casa, nobre Constituinte. V. Exª já está cansado de votar emendas que têm as características desta levantada por V. Exª Só o plenário, na sua soberania, é que vai decidir. É assunto decidido. Vamos à votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS** (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não há acordo. Só se pode inovar quando existe acordo. Portanto está suprimido.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Nobres Srs. Constituintes, vou repetir mais uma vez, se V. Exª me permitem. Há emendas que resultam de acordo. Sobre estas não há discussão. Há outras para as quais vários Constituintes podem valer-se da possibilidade de fazer uma reunião de emendas. E as Lideranças dirão se concordam ou não com a reunião. Este é o caso da emenda apresentada. Vamos votar.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luís Roberto Ponte.

**O SR. LUÍS ROBERTO PONTE** (PMDB — RS) — Sr. Presidente, parecia haver um acordo, pois só existia uma dissensão. Isto dispensaria o encaminhamento, mas, à luz da polêmica que se criou, acho-o indispensável. Concordei com a fusão da minha emenda, porque tinha...

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Peço aos Srs. Constituintes que desejarem falar que se inscrevam regularmente. Não se dirijam diretamente ao microfone, pois isto dificulta a ordem dos trabalhos.

Retorno a palavra ao nobre Constituinte Luís Roberto Ponte, para encaminhar a votação.

**O SR. LUÍS ROBERTO PONTE** — Sr. Presidente, pediria a atenção dos Srs. Constituintes,



principalmente das lideranças dos vários partidos que aqui se encontram representados, para algumas informações, imprescindíveis à votação consciente desta questão, posta, agora, para discussão do Plenário. Vou-me dispensar de tecer considerações sobre a importância da magistratura para o País. Ela exerce o poder básico que garante a liberdade e a democracia.

Vou-me dispensar de dizer que o pré-requisito para que uma pessoa possa exercer funções na Magistratura é ter ela princípios morais e éticos que lhe proíbam reivindicar qualquer tipo de privilégio.

Só isto bastaria para nos causar uma reação de nojo diante de qualquer ação corporativista que viesse reivindicar, para aqueles que têm o dever básico de implantar a justiça, privilégios que não concedemos às classes trabalhadoras deste País.

O que está sendo votado, se aprovado, a meu juízo será uma vergonha para a magistratura do País, se considerarmos que a votação se faz por reivindicação de parcela representativa dos magistrados.

Sr. Presidente, quero referir-me a um fato que muito me enalteceu. Não faz dois meses, em uma reunião-almoço, no Rio Grande do Sul, com a presença do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, foi-me cobrada, de público, por S. Ex<sup>a</sup>, a decisão equivocada da Constituinte, ao inserir disposição que agora queremos modificar.

O que permite este dispositivo, Srs. Constituintes? Enseja que um "filhinho de papai" seja colocado na empresa de seu pai, aos 14 anos de idade, contribuindo para a Previdência, sobre um salário mínimo; que ele preste exame vestibular para o curso de Direito e depois, aos 39 anos, tendo contribuído apenas sobre um salário mínimo para a Previdência Social, faça concurso para juiz. Se aprovado, trabalhará cinco anos e, aos 44 anos de idade, aposentar-se-á, no pico da carreira, passando a receber da sociedade brasileira, pelos trinta anos que lhe restarem de vida média, salários integrais, dos quais poderá desfrutar nas Bermudas, ou onde quer que seja.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se capitularmos — se é que houve pressão de **lobby** nesta votação — estaremos comprometendo a moral, a ética e a compostura de um Poder fundamental para a democracia, o Legislativo. Portanto, a capitulação na votação desta questão compromete dois Poderes básicos da Nação, o Legislativo e o Judiciário.

Quero lembrar um acordo que havia sido feito pela unanimidade dos Constituintes, quando negociamos a questão do Ministério Público. Nele foi inserido o mesmo tipo de tratamento iníquo para aquela classe de profissionais, que também vão ter aposentadoria antecipada, com trinta anos de serviço. Quando negociamos essa questão, ficou acertado entre os Partidos, com a exclusão única do PL, ausente da reunião, que haveríamos, no segundo turno, de retirar essa aposentadoria antecipada a fim de manter a igualdade de tratamento com os demais trabalhadores brasileiros.

Por tudo isto, peço aos meus colegas que digam "sim" a esta emenda, de cunho moralizador, que terá a maior repercussão imaginável.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Michel Temer. Em seguida ouviremos o Relator.

**O SR. MICHEL TEMER** (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, inicialmente quero dizer que pedi licença à Liderança da minha bancada para fazer esta sustentação. Em segundo lugar, quero homenagear a combatividade do Deputado Luís Roberto Ponte, nesta matéria.

Vou iniciar pela leitura do dispositivo do projeto, onde está dito:

"A aposentadoria com vencimentos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço" — peço que grifem esta frase **após cinco anos de exercício efetivo na judicatura.**

Este é o texto do projeto.

A emenda do Deputado Luís Roberto Ponte diz:

"A aposentadoria é compulsória ou facultativa, nos termos do art. 41."

O art. 41, Srs. Constituintes, nada dispõe a respeito da obrigatoriedade dos cinco anos de judicatura. Esta é uma norma profundamente moralizadora. Ainda agora está se aposentando um ministro do Tribunal Superior do Trabalho que foi nomeado há pouco mais de nove meses. Com a aprovação da emenda do Deputado Luís Roberto Ponte, não há mais a exigência dos cinco anos de judicatura. Em São Paulo, causou espécie, há cerca de dois anos, o fato de que um eminente advogado tivesse sido nomeado e nove meses depois se aposentado, para abrir vaga. A inexistência da exigência dos cinco anos forma uma verdadeira cadeia de benesses, ou seja, o Presidente ou o Governador nomeia e em seguida o nomeado se aposenta, para abrir novas vagas.

Portanto, quero registrar este fato fundamental: a emenda do Deputado Luís Roberto Ponte, ora contestada, não prevê a hipótese dos cinco anos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, quero me referir também ao problema da aposentadoria especial para os magistrados e dizer que o Direito é uma teia de proibições e permissões, de autorizações e de privilégios. O importante ao se examinar determinado privilégio, permissão ou autorização é verificar se há ou não uma correlação lógica entre o fato que autoriza o privilégio legal e o próprio privilégio legal. Não foi sem razão que concedemos aposentadoria especial aos professores sob o fundamento de que exercitam eles uma atividade mais penosa, mais difícil, mais complicada, mais exaustiva. Pois, tratando-se de magistrados, conforme tradição do nosso Direito Constitucional, desde 1891, a razão pela qual se lhes conferem uma aposentadoria especial é exatamente porque eles pertencem aos únicos agentes públicos que têm uma restrição no exercício da cidadania. Quem examinar o Capítulo "Do Poder Judiciário" vai verificar que durante os trinta anos em que um cidadão exerça a judicatura não pode desempenhar atividade político-partidária. Há uma restrição na sua atividade referente à cidadania. Ele tem restrição no tocante a qualquer espécie de atividade particular. E mais ainda, quem viveu no interior ou mesmo em cidades médias verifica que o magistrado sofre até um

cerceio, sofre peias de natureza psicológica, porque não lhe é dado fazer as mais triviais amizades em sua cidade, pois pode comprometer-se com grupos ou com interesses locais.

Portanto, tomo a liberdade de, com as homenagens ao eminente Deputado Luís Roberto Ponte, pleitear a rejeição desse destaque.

**O Sr. Theodoro Mendes** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Theodoro Mendes.

**O SR. THEODORO MENDES** (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a fim de que possa exercer meu mandato de Constituinte plenamente, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me esclarecesse quais as condições de admissibilidade de emenda modificável no segundo turno.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Essa é uma das normas que, há mais de dois meses, mandei a V. Ex<sup>a</sup> e a todos os Constituintes. V. Ex<sup>a</sup>, lendo as normas, verificará quais são as condições.

**O SR. THEODORO MENDES** — Sr. Presidente, consta essa admissibilidade apenas com acordo de Lideranças, que não houve neste caso.

**O SR. PRESIDENTE** — Está escrito que podem ser apresentadas normas por reunião de destaque. É o que se está fazendo.

**O SR. THEODORO MENDES** — Mas elas contrariam até essas normas. V. Ex<sup>a</sup> conspurca o Regimento Interno. V. Ex<sup>a</sup> passa sobre o Regimento como um urutu.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao Relator da matéria, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a Emenda Aluizio Campos, reunida com a Emenda Luiz Roberto Ponte, dá nova redação ao inciso VI do art. 98.

Supôs o Relator que houvesse acordo de lideranças, e está devidamente esclarecido de que não houve. À Emenda Luís Roberto Ponte havia eu anteriormente dado parecer contrário.

Acontece que ouvimos quando o nobre Deputado Luís Roberto Ponte, na sua maneira sempre correta de defender seus pontos de vista, invadiu seara, qual seja a nossa, quando arguiu que a apuração da emenda seria uma capitulação desta Casa. O argumento é sério, forte, mas não convincente. E por quê? Advogo, ininterruptamente, há 35 anos. Quando se diz que é privilégio conceder à magistratura aposentadoria por menos tempo de serviço, é porque se desconhece as tantas vezes, nas férias, sábados e domingos, portanto em dias de descanso, que o magistrado está trabalhando. E por quê? Porque, neste País, há hoje um volume de trabalho de que a magistratura não consegue dar conta. Há maus juizes? Sim, como há péssimos advogados, como não há bons legisladores. Não se pode nominar uma classe, mas deve-se defender a instituição. Segundo o argumento, que é definitivo, do eminente Constituinte Michel Temer, nem sempre a magistratura pode exercer, de forma efetiva, sua cidadania. Por

que? Pelas restrições que esta Casa impõe através do texto constitucional.

Sr. Presidente há a parte final do dispositivo é altamente moralizador, e declara: "... após cinco anos de exercício efetivo na judicatura". Só assim acabaremos com a indústria de aposentadoria dos cidadãos que gozam das benesses da Presidência da República, ou seja eram nomeados às vésperas de completar 70 anos e recebiam proventos integrais na aposentadoria.

Parece, Sr. Presidente, que é preferível ficar com o texto, fico com ele, retificando posição anterior que adotei ao apreciar a Emenda Aloízio Campos. — O parecer é pela rejeição da emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Vamos iniciar a votação.

**O Sr. Adolfo de Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) tem a palavra V. Exª

**O Sr. Adolfo de Oliveira** (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal, em defesa do direito, vota "não."

**O Sr. José Genoíno** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Exª.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pela importância desta matéria e constando que há inclusive entre as Lideranças a necessidade de um esclarecimento melhor, solicito a V. Exª o adiamento da sua votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A matéria está em votação.

**O Sr. Luiz Roberto Ponte** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. LUIZ ROBERTO PONTE** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, foi dada uma informação equivocada. A intenção nunca foi tirar os cinco anos.

**O Sr. José Maria Eymael** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do Partido Democrata Cristão, fazendo jus à Justiça brasileira, vota contra esta emenda.

**O Sr. Farabulini Júnior** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Brasileiro vota contra essa emenda, que prejudica substancialmente a liberdade e a justiça.

**O Sr. Gerson Peres** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra.

**O SR. GERSON PERES** (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Democrata Social, acompanhando o brilhante parecer do Relator em defesa da Justiça, vota "não".

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal acompanha o ilustre Relator, em defesa da Justiça em nosso País, e recomenda à sua bancada que vote "não".

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, por ser contra privilégios, não importando de que categoria ou classe, vamos votar favoravelmente. Isto significa uma discriminação contra o trabalhador brasileiro, que só se aposentará com proventos integrais aos 35 anos de serviço. Assim sendo, votaremos "sim".

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaríamos de ver essas pessoas que estão votando contra votassem a favor dos 25 e 30 anos para aposentadoria de todos os trabalhadores brasileiros.

Votaremos "sim" à emenda, porque queremos igualdade para todos.

**O Sr. José Genoíno** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota "sim" e lamenta não poder adiar essa votação.

**O Sr. Brandão Monteiro** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT votará "sim", ressalvada a posição do Senador Maurício Corrêa.

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, foi dito neste microfone que se estava protegendo a Justiça brasileira. Pelo contrário, tendo em vista a experiência até mesmo funcional nesse tipo de atividade,

de, discordo integralmente do eminente Relator, pedindo escusas. A manutenção do texto representa efetivamente um privilégio descabido a uma categoria funcional deste País. Portanto, o PMDB vota "sim".

**O Sr. Artur da Távola** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ARTUR DA TÁVOLA** (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, coerentemente com votações anteriores, inclusive no caso dos professores, em que o PSDB votou contra qualquer forma de privilégio, a liderança vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O parecer do eminente Relator é contrário à proposição.

Vamos proceder à votação.

(*Procede-se à votação.*)

**A Sr. Sandra Cavalcanti** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**A SRA. SANDRA CAVALCANTI** (PFL — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, peço licença a V. Exª, aproveitando o período em que a votação se processa nos postos de avulsos, para indagar se será colocado em votação ainda hoje o dispositivo referente aos dois turnos para eleição de Prefeitos em Municípios com mais de 200 mil eleitores.

A matéria é urgentíssima, e na Casa não há mais a menor possibilidade de acordos, até porque as Lideranças partidárias não estão conseguindo manter acordo nos próprios partidos. Assim, não vejo motivo para procrastinar.

Sr. Presidente, peço a V. Exª que tome as providências devidas para que os candidatos a Prefeito em Municípios com mais de 200 mil eleitores possam articular-se em função das campanhas que deverão fazer. A matéria é vital para nós do Estado e da cidade do Rio de Janeiro. Estamos perdendo tempo. (Manifestação das galerias.)

**O Sr. Brandão Monteiro** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente contradito a questão de ordem da Constituinte Sandra Cavalcanti. É notório que existem problemas na Casa, e as lideranças — V. Exª é testemunha — têm feito esforço inaudito no sentido de votarmos o texto constitucional. As questões polêmicas continuam sendo negociadas. Só alcançamos o nível em que estamos no segundo turno pelo trabalho exaustivo das lideranças.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A Mesa informa que tem atuado junto às lideranças no sentido de que o texto seja apresentado para votação. Já estávamos praticamente em condições de fazê-lo hoje. Por isso, sei que o tiraram da pauta de votação para retoques, pelo que estou informado, inclusive junto ao Líder Nelson Jobim.

Para isso as lideranças estão diligenciando, a fim de que se possa, o mais rapidamente possível, decidir a questão.

**A Sr. Sandra Cavalcanti** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. SANDRA CAVALCANTI** (PFL — RJ. Sem revisão da oradora.) — Permita-me apenas um esclarecimento, Sr. Presidente. A matéria não é mais objeto de qualquer acordo de lideranças. Vota-se o texto ou as emendas. Não há outra alternativa. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A Mesa examinará as ponderações de V. Ex.<sup>a</sup> com a simpatia costumeira.

**OSr. Délio Braz** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Délio Braz.

**O SR. DÉLIO BRAZ** (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (Votação nº 867):

SIM — 188  
NÃO — 189  
ABSTENÇÃO — 9  
TOTAL — 386

A reunião foi rejeitada.

**VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:**

Presidente Ulysses Guimarães — Não  
Acival Gomes — Sim  
Adauto Pereira — Não  
Ademir Andrade — Sim  
Adhemar de Barros Filho — Sim  
Adolfo Oliveira — Não  
Adroaldo Streck — Sim  
Adylson Motta — Não  
Aécio de Borba — Não  
Agripino de Oliveira Lima — Não  
Alarico Abib — Sim  
Albérico Cordeiro — Não  
Alcení Guerra — Não  
Alexandre Puzyna — Não  
Almir Gabriel — Sim  
Aloisio Vasconcelos — Sim  
Aloysio Chaves — Não  
Aloysio Teixeira — Não  
Aluizio Campos — Sim  
Amaury Müller — Sim  
Amílcar Moreira — Não  
Ângelo Magalhães — Sim  
Anna Maria Rattes — Sim  
Annibal Barcellos — Sim  
Antônio Carlos Franco — Sim  
Antônio Carlos Konder Reis — Não  
Antônio de Jesus — Sim  
Antonio Ferreira — Não  
Antonio Gaspar — Sim  
Antonio Mariz — Sim  
Antonio Perosa — Sim  
Arnaldo Faria de Sá — Não

Arnaldo Martins — Sim  
Arnaldo Moraes — Não  
Arnaldo Prieto — Não  
Arnold Fioravante — Não  
Arolde de Oliveira — Não  
Artur da Távola — Sim  
Átila Lira — Não  
Augusto Carvalho — Sim  
Basílio Villani — Não  
Benedicto Monteiro — Não  
Benedita da Silva — Sim  
Bernardo Cabral — Não  
Beth Azize — Não  
Bocayuva Cunha — Sim  
Bonifácio de Andrada — Não  
Bosco França — Não  
Brandão Monteiro — Sim  
Caio Pompeu — Sim  
Carlos Alberto Caó — Sim  
Carlos Benevides — Sim  
Carlos Chiarelli — Não  
Carlos Cotta — Sim  
Carlos De'Carli — Não  
Carlos Mosconi — Sim  
Carlos Sant'Anna — Não  
Carlos Vinagre — Não  
Carlos Virgílio — Não  
Cássio Cunha Lima — Não  
Celso Dourado — Sim  
César Maia — Sim  
Chagas Duarte — Sim  
Chagas Neto — Não  
Chagas Rodrigues — Sim  
Chico Humberto — Sim  
Christóvam Chiaradia — Não  
Cid Carvalho — Sim  
Cid Sabója de Carvalho — Não  
Cláudio Ávila — Não  
Cleonânio Fonseca — Não  
Costa Ferreira — Não  
Cristina Tavares — Sim  
Cunha Bueno — Não  
Dálton Canabrava — Sim  
Darcy Pozza — Não  
Davi Alves Silva — Sim  
Del Bosco Amaral — Não  
Delfim Netto — Sim  
Denisar Arneiro — Sim  
Dionísio Dal Prá — Não  
Dionísio Hage — Não  
Dirce Tutu Quadros — Sim  
Dirceu Carneiro — Sim  
Doreto Campanari — Sim  
Edésio Frias — Sim  
Edison Lobão — Não  
Edivaldo Motta — Sim  
Edme Tavares — Não  
Edmilson Valentim — Sim  
Eduardo Bonfim — Sim  
Eduardo Jorge — Sim  
Eduardo Moreira — Sim  
Egídio Ferreira Lima — Sim  
Elias Murad — Não  
Eliel Rodrigues — Não  
Eliézer Moreira — Abstensão  
Enoc Vieira — Não  
Eraldo Tinoco — Não  
Eraldo Trindade — Sim  
Erico Pegoraro — Sim  
Ervin Bonkoski — Não  
Etevaldo Nogueira — Não

Euclides Scalco — Não  
Eunice Michiles — Abstensão  
Evaldo Gonçalves — Não  
Expedito Machado — Sim  
Fábio Feldmann — Não  
Fábio Raunheitti — Não  
Farabulini Júnior — Não  
Fausto Rocha — Não  
Felipe Mendes — Sim  
Fernando Bezerra Coelho — Sim  
Fernando Gomes — Sim  
Fernando Santana — Sim  
Fernando Velasco — Não  
Firmo de Castro — Sim  
Flavio Palmier da Veiga — Não  
Florestan Fernandes — Sim  
França Teixeira — Sim  
Francisco Amaral — Não  
Francisco Benjamim — Sim  
Francisco Carneiro — Não  
Francisco Coelho — Não  
Francisco Dias Alves — Sim  
Francisco Diógenes — Não  
Francisco Küster — Sim  
Francisco Rollemberg — Sim  
Francisco Rossi — Não  
Gabriel Guerreiro — Sim  
Gandi Jamil — Não  
Genebaldo Correia — Sim  
Geraldo Alckmin Filho — Sim  
Geraldo Campos — Não  
Geraldo Fleming — Não  
Gerson Marcondes — Não  
Gerson Peres — Não  
Gonzaga Patriota — Sim  
Guilherme Palmeira — Não  
Harlan Gadelha — Sim  
Haroldo Lima — Sim  
Haroldo Sabóia — Sim  
Hélio Costa — Sim  
Hélio Duque — Sim  
Hélio Manhães — Sim  
Hélio Rosas — Não  
Henrique Córdova — Não  
Heráclito Fortes — Sim  
Hilário Braun — Sim  
Inocêncio Oliveira — Não  
Irajá Rodrigues — Sim  
Iram Saraiva — Sim  
Irma Passoni — Sim  
Israel Pinheiro — Sim  
Itamar Franco — Não  
Iturival Nascimento — Sim  
Ivo Lech — Sim  
Ivo Mainardi — Não  
Ivo Vanderlinde — Não  
Jacy Scanagatta — Não  
Jairo Azi — Não  
Jalles Fontoura — Sim  
Jamil Haddad — Sim  
Jayme Paliarin — Não  
Jayme Santana — Sim  
Jesualdo Cavalcanti — Não  
Jesus Tajra — Não  
João Agripino — Não  
João Calmon — Sim  
João Castelo — Não  
João de Deus Antunes — Não  
João Herrmann Neto — Sim  
João Machado Rollemberg — Sim  
João Menezes — Não

João Natal — Sim  
 João Paulo — Sim  
 João Rezek — Não  
 Joaquim Bevilacqua — Sim  
 Joaquim Sucena — Não  
 Jofran Frejat — Não  
 Jonas Pinheiro — Não  
 Jorge Bornhausen — Não  
 Jorge Hage — Sim  
 Jorge Leite — Não  
 Jorge Medauar — Sim  
 Jorge Queved — Não  
 Jorge Vianna — Sim  
 José Agripino — Não  
 José Camargo — Não  
 José Carlos Grecco — Sim  
 José Carlos Martinez — Não  
 José Carlos Sabóia — Sim  
 José Carlos Vasconcelos — Sim  
 José Costa — Não  
 José da Conceição — Sim  
 José Dutra — Não  
 José Egreja — Sim  
 José Elias — Não  
 José Fernandes — Não  
 José Fogaça — Sim  
 José Freire — Sim  
 José Genóino — Sim  
 José Geraldo — Não  
 José Guedes — Sim  
 José Ignácio Ferreira — Não  
 José Jorge — Sim  
 José Lins — Não  
 José Luiz de Sá — Não  
 José Luiz Maia — Não  
 José Maranhão — Sim  
 José Maria Eymael — Não  
 José Maurício — Sim  
 José Mendonça Bezerra — Não  
 José Moura — Não  
 José Paulo Bisol — Sim  
 José Queiroz — Abstenção  
 José Richa — Não  
 José Santana de Vasconcellos — Não  
 José Serra — Sim  
 José Tavares — Não  
 José Thomaz Nonô — Não  
 José Tinoco — Sim  
 José Ulisses de Oliveira — Sim  
 José Yunes — Não  
 Jovanni Masini — Não  
 Júlio Campos — Não  
 Júlio Costamilan — Não  
 Jutahy Magalhães — Sim  
 Koyu Iha — Sim  
 Lael Varella — Não  
 Leite Chaves — Não  
 Lélio Souza — Sim  
 Leopoldo Peres — Não  
 Leur Lomanto — Sim  
 Levy Dias — Não  
 Lezio Sathler — Sim  
 Lídice da Mata — Sim  
 Lourenberg Nunes Rocha — Sim  
 Lúcio Alcântara — Não  
 Luís Eduardo — Sim  
 Luís Roberto Ponte — Sim  
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim  
 Luiz Freire — Sim  
 Luiz Gushiken — Sim  
 Luiz Henrique — Sim

Luiz Inácio Lula da Silva — Sim  
 Luiz Marques — Não  
 Luiz Salomão — Sim  
 Luiz Viana — Não  
 Luiz Viana Neto — Sim  
 Lysâneas Maciel — Não  
 Maguito Vilela — Sim  
 Maluly Neto — Não  
 Manoel Ribeiro — Não  
 Marcelo Cordeiro — Não  
 Márcia Kubitschek — Sim  
 Márcio Braga — Não  
 Marco Maciel — Não  
 Marcos Lima — Sim  
 Marcos Perez Queiroz — Sim  
 Maria de Lourdes Abadia — Sim  
 Maria Lúcia — Não  
 Mário Assad — Não  
 Mário Covas — Não  
 Mário de Oliveira — Sim  
 Mário Lima — Não  
 Marluce Pinto — Sim  
 Matheus Iensen — Não  
 Maurício Corrêa — Não  
 Maurício Nasser — Não  
 Mauro Benevides — Não  
 Mauro Borges — Não  
 Mauro Miranda — Sim  
 Mauro Sampaio — Sim  
 Max Rosenmann — Não  
 Meira Filho — Não  
 Mendes Botelho — Sim  
 Mendes Canale — Sim  
 Mendes Ribeiro — Sim  
 Messias Góis — Não  
 Michel Temer — Não  
 Milton Barbosa — Não  
 Milton Reis — Sim  
 Miraldo Gomes — Não  
 Miro Teixeira — Não  
 Moema São Thiago — Sim  
 Mozarildo Cavalcanti — Não  
 Mussa Deme — Não  
 Myrian Portella — Sim  
 Nabor Júnior — Não  
 Naphtali Alves de Souza — Não  
 Nelson Aguiar — Sim  
 Nelson Carneiro — Abstenção  
 Nelson Jobim — Sim  
 Nelson Sabrá — Sim  
 Nelson Seixas — Sim  
 Nelson Wedekin — Sim  
 Nelton Friedrich — Sim  
 Ney Maranhão — Sim  
 Nilson Gibson — Não  
 Norberto Schwantes — Não  
 Octávio Elisio — Sim  
 Olívio Dutra — Sim  
 Orlando Pacheco — Não  
 Osmar Leitão — Não  
 Osmir Lima — Sim  
 Osvaldo Bender — Não  
 Osvaldo Macedo — Abstenção  
 Osvaldo Almeida — Não  
 Osvaldo Trevisan — Não  
 Ottomar Pinto — Sim  
 Paes Landim — Abstenção  
 Paulo Almada — Sim  
 Paulo Delgado — Sim  
 Paulo Macarini — Sim  
 Paulo Marques — Sim

Paulo Paim — Sim  
 Paulo Pimentel — Não  
 Paulo Ramos — Não  
 Paulo Roberto — Sim  
 Paulo Silva — Sim  
 Paulo Zarzur — Sim  
 Pedro Canedo — Sim  
 Plínio Arruda Sampaio — Sim  
 Pompeu de Sousa — Sim  
 Raimundo Lira — Sim  
 Raimundo Rezende — Abstenção  
 Raquel Cândido — Não  
 Raquel Capiberibe — Sim  
 Raul Belém — Sim  
 Raul Ferraz — Sim  
 Renan Calheiros — Sim  
 Renato Johnsson — Não  
 Renato Vianna — Não  
 Ricardo Izar — Não  
 Rita Camata — Sim  
 Roberto Augusto — Não  
 Roberto Brant — Sim  
 Roberto Campos — Sim  
 Roberto Freire — Sim  
 Roberto Torres — Não  
 Roberto Vital — Sim  
 Robson Marinho — Sim  
 Ronaldo Aragão — Sim  
 Ronan Tito — Sim  
 Rospide Netto — Não  
 Ruben Figueiro — Não  
 Ruberval Pilotto — Não  
 Ruy Nedel — Sim  
 Sadie Hauache — Não  
 Salatiel Carvalho — Não  
 Samir Achôa — Não  
 Sandra Cavalcanti — Não  
 Santinho Furtado — Não  
 Saulo Queiroz — Não  
 Sergio Brito — Não  
 Severo Gomes — Não  
 Sigmarinha Seixas — Sim  
 Silvio Abreu — Não  
 Simão Sessim — Não  
 Siqueira Campos — Não  
 Solon Borges dos Reis — Não  
 Sotero Cunha — Não  
 Tadeu França — Não  
 Telmo Kirst — Não  
 Teotonio Vilela Filho — Sim  
 Theodoro Mendes — Não  
 Tito Costa — Não  
 Ubiratan Aguiar — Não  
 Ubiratan Spinelli — Não  
 Uldurico Pinto — Sim  
 Valmir Campelo — Sim  
 Vasco Alves — Sim  
 Victor Faccioni — Abstenção  
 Victor Fontona — Sim  
 Vilson Souza — Sim  
 Vinicius Cansanção — Não  
 Virgílio Galassi — Não  
 Virgílio Guimarães — Sim  
 Vitor Buaiz — Sim  
 Vladimir Palmeira — Sim  
 Wagner Lago — Não  
 Waldy Pugliesi — Sim  
 Walmor de Luca — Sim  
 Wilson Campos — Abstenção  
 Wilson Martins — Não  
 Ziza Valadares — Sim

**O Sr. Manuel Viana** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. MANUEL VIANA** (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, os seguintes requerimentos de destaque:

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 298**

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00011-1

Suprima-se do art. 101, item I, alínea "e", **Manoel Ribeiro**.

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 300**

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00011-1

Suprima-se do art. 101, item I, alínea "e" **Moy-sés Pimentel**.

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.318**

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00966-6 **Wagner Lago**.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — São as seguintes as emendas destacadas:

**EMENDA Nº 11**

Do Sr. Geraldo Fleming

Suprima-se do art. 101, item I alínea "e"

"— prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no parágrafo único do art. 175 os cargos necessários à administração da Justiça, exceto, os de confiança, assim definidos em lei;"

**EMENDA Nº 966**

Do Sr. Wagner Lago

Suprima-se do Título IV, Capítulo III, Seção I, artigo 101, o inciso e que tem a seguinte redação: "prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no parágrafo único do art. 175, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança definidos em lei;"

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Há um texto do nobre Constituinte Manoel Ribeiro, no Destaque nº 298 e do Constituinte Moysés Pimentel, Destaque nº 300; Destaque nº 1.318, do nobre Constituinte Wagner Lago ao art. 101, § 1º, letra e.

Os nobres autores dos destaques já mencionados desejam a eliminação da letra e do art. 101, que, no **caput**, diz:

"Compete privativamente aos tribunais..."

Aí vem o texto:

"promover por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 175, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança, assim definidos em lei".

Pelo exposto, vê-se que os nobres autores das proposições desejam que o concurso não seja provido pelo Judiciário, naturalmente, o seria pelo próprio Executivo.

Concedo a palavra ao Relator, Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Emenda Wagner Lago foi apresentada pela Liderança do PMDB, e consideramos, pelo entendimento das Lideranças, que a questão controvertida se refere à Emenda Sinval Gomes, supressiva da última parte do artigo:

?? "Exceto os de confiança, assim definidos em lei".

Ou seja, há um acordo das Lideranças, no sentido de se manter a parte inicial do texto. Em relação à parte final, há dúvidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Refere-se a "exceto os de confiança"?

**O SR. NELSON JOBIM** — Faria um apelo aos autores do destaque para que o retirassem, com exceção da Emenda Sinval Gomes.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Há um apelo para a retirada dos destaques, a fim de que haja aproveitamento parcial, em vez de supressão total, porque existe concordância quanto à parte final.

O nobre Constituinte Manoel Ribeiro retira seu destaque. (Palmas.)

Constituinte Wagner Lago, retira V. Exª seu destaque? (Pausa.) Retira. Muito grato a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 88**

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T01585-2 (art. 101, I e **Acival Gomes**).

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

**EMENDA Nº 1.585**

Do Sr. Acival Gomes

Suprimir na letra "e", do inciso I, do art. 101, do Projeto, a expressão "exceto os de confiança assim definidos em lei".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Anuncio agora o Destaque nº 88, de autoria do Constituinte Acival Gomes, já mencionado, relativo à letra "e" do art. 101. S. Exª retira a parte final:

"... exceto os de confiança, assim definidos em lei;

Não há acordo das Lideranças.

Concedo a palavra ao Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Pergunto à Presidência se há orador inscrito para falar a favor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Não há inscritos, e as inscrições devem ser feitas aqui na Mesa. V. Exª então falará contra a emenda.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** — Sim. E regimentalmente nenhum Constituinte poderá falar a favor da emenda após pronunciar-se contrariamente.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Constituintes, o que se pretende com a Emenda Acival Gomes é retirar do texto a prerrogativa do Poder Judiciário de nomear para cargos de confiança. Suprimida essa prerrogativa, coloca-se em risco a própria segurança do processo judiciário, visto que o sigilo de justiça, absolutamente necessário à judicatura, está comprometido com a necessidade de o Poder Judiciário prover determinados cargos mediante absoluta confiabilidade. Que desastre seria, Sr. Presidente, se o texto de determinado acordo, por exemplo, vazasse por não ser o funcionário responsável alguém de absoluta confiança do magistrado!

Sr. Presidente, em nome da defesa do sigilo de justiça, da segurança do processo de judicatura, da segurança da prestação da justiça, conclamo a Assembléia Nacional Constituinte a renegar essa emenda, nefasta à prestação da justiça e que compromete o Poder Judiciário em sua independência e segurança. Portanto, formulo apelo aos Srs. Constituintes para que votem "não" à Emenda Acival Gomes.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Parece que há Constituinte que deseja se manifestar favoravelmente.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Nobre Deputado, agora não é possível. Estamos no contraditório. É democrático.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para se falar em contraditório é preciso saber antes os argumentos a favor. É princípio universal.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Nobre Constituinte, já outras vezes, democraticamente, permitiu-se que o Constituinte pudesse encaminhar contrariamente, em primeiro lugar.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** — Contudo, Sr. Presidente, gostaria de ter novamente a palavra, pois só se pode falar contra depois de se saber os argumentos a favor. Por isso fiz aquela indagação à Mesa. Em nome da justiça, apelo a V. Exª para que me assegure novamente a tribuna. É princípio internacional da justiça o contraditório. Não se pode permitir que alguém fale contra algo sem antes conhecer os argumentos a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A insistência de V. Exª não se coaduna com o comportamento democrático de seu partido.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** — Mas, antes de discursar, eu consultei V. Exª, da tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Na ocasião, eu disse que não havia outro orador.

Vejo agora que o Sr. Relator deseja se manifestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao Sr. Relator, Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** — Sr. Presidente, torno a apelar a V. Exª para que me assegure novamente a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Peço a compreensão de V. Exª. É a primeira vez que se quer fazer isto na Assembléia Nacional Constituinte.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** — Lamento a decisão de V. Exª

*DISCURSO DO SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA, QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.*

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, por ser emenda moralizadora, o PCB vota favoravelmente.

**O Sr. Adolfo Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA** (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, assim como a donzela não pode ser mãe ou virgem na **délicadeza**, autonomia ou se dá ou se nega. O Partido da Frente Liberal vota "não".

**O Sr. José Maria Eymael** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — A liderança do PDC, na defesa da soberania e da autonomia do Poder Judiciário, vota "não" à emenda.

**O Sr. Gerson Peres** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. GERSON PERES** (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, assim como reconhece aos Poderes Legislativo e Executivo o direito de nomear para seus cargos de confiança, o PDS também reconhece que o Poder Executivo deve ter constitucionalmente o direito de nomear para seus cargos de confiança. O voto é "não".

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda à sua bancada que vote "não".

**O Sr. Farabulini Junior** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro vota "não".

**O Sr. Plínio Arruda Sampaio** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota "sim".

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota "sim", juntamente com o Relator.

**O Sr. Jorge Hage** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. JORGE HAGE** (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pelo caráter altamente moralizador, o PSDB vota "sim".

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB vota "sim".

**O Sr. Eduardo Bonfim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. EDUARDO BONFIM** (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — O PC do B vota "sim".

**O Sr. Carlos Alberto Caó** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Passamos à votação.

*(Procede-se à votação.)*

**A Srª Cristina Tavares** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**A SRA. CRISTINA TAVARES** (PSDB — PE. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Exª arbitrasse contra a atitude fascista do Presidente do Serpro, que continua demitindo funcionários por causa de uma greve.

**O Sr. Leite Chaves** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. LEITE CHAVES** (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço retificação do meu voto. Meu voto é "sim", no sentido da retirada da parte final do artigo votado.

**O Sr. Gastone Righi** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. GASTONE RIGHI** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, registro o meu voto "não" porque não foi assinalado no painel eletrônico.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (Votação nº 868):

SIM — 215  
NÃO — 173  
ABSTENÇÃO — 10  
TOTAL — 398

A Emenda foi rejeitada.

**VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:**

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Sim  
Adauto Pereira — Sim  
Ademir Andrade — Sim  
Adhemar de Barros Filho — Sim  
Adolfo Oliveira — Não  
Adroaldo Streck — Sim  
Adylson Motta — Não  
Aécio Neves — Não  
Affonso Camargo — Sim  
Afonso Arinos — Não  
Agassiz Almeida — Sim  
Agripino de Oliveira Lima — Não  
Ailton Cordeiro — Não  
Alarico Abib — Não  
Albano Franco — Não  
Albérico Cordeiro — Não  
Alceni Guerra — Não  
Alfredo Campos — Sim  
Almir Gabriel — Sim  
Aloysio Chaves — Não  
Aloysio Teixeira — Não  
Álvaro Antônio — Não  
Amaury Müller — Sim  
Amilcar Moreira — Sim  
Ângelo Magalhães — Não  
Anna Maria Rattes — Sim  
Annibal Barcellos — Não  
Antônio Carlos Franco — Sim  
Antônio Carlos Konder Reis — Não  
Antoniocarlos Mendes Thame — Não  
Antônio de Jesus — Sim  
Antonio Gaspar — Sim  
Antonio Mariz — Sim  
Antonio Perosa — Sim  
Antonio Ueno — Não  
Arnaldo Faria de Sá — Não  
Arnaldo Martins — Não  
Arnaldo Moraes — Não  
Arnaldo Prieto — Não  
Arnold Fioravante — Não

Arolde de Oliveira — Não  
 Arténir Werner — Não  
 Artur da Távola — Sim  
 Átila Lira — Não  
 Augusto Carvalho — Sim  
 Basílio Villani — Não  
 Benedicto Monteiro — Não  
 Benedita da Silva — Sim  
 Bernardo Cabral — Sim  
 Beth Azize — Sim  
 Bocayuva Cunha — Sim  
 Bosco França — Não  
 Brandão Monteiro — Sim  
 Caio Pompeu — Sim  
 Carlos Alberto Caó — Sim  
 Carlos Benevides — Sim  
 Carlos Chiarelli — Não  
 Carlos Cotta — Sim  
 Carlos De'Carli — Sim  
 Carlos Mosconi — Sim  
 Carlos Sant'Anna — Não  
 Carlos Vinagre — Sim  
 Carlos Virgílio — Não  
 Cássio Cunha Lima — Sim  
 Celso Dourado — Sim  
 César Maia — Sim  
 Chagas Duarte — Sim  
 Chagas Rodrigues — Não  
 Chico Humberto — Sim  
 Christóvam Chiaradia — Não  
 Cid Sabóia de Carvalho — Não  
 Cláudio Ávila — Não  
 Cleonânio Fonseca — Não  
 Costa Ferreira — Não  
 Cristina Tavares — Sim  
 Cunha Bueno — Não  
 Dálmton Canabrava — Sim  
 Darcy Deitos — Sim  
 Darcy Pozza — Não  
 Daso Coimbra — Não  
 Delfim Netto — Não  
 Délio Braz — Não  
 Denisar Arneiro — Não  
 Dionísio Dal Prá — Não  
 Dionísio Hage — Não  
 Dirce Tutu Quadros — Sim  
 Dirceu Carneiro — Sim  
 Doreto Campanari — Sim  
 Edésio Frias — Sim  
 Edison Lobão — Não  
 Edivaldo Motta — Não  
 Edme Tavares — Não  
 Edmilson Valentim — Sim  
 Eduardo Bonfim — Sim  
 Eduardo Jorge — Sim  
 Egídio Ferreira Lima — Sim  
 Elias Murad — Não  
 Eliel Rodrigues — Não  
 Eliézer Moreira — Não  
 Enoc Vieira — Não  
 Eraldo Tinoco — Não  
 Eraldo Trindade — Sim  
 Erico Pegoraro — Sim  
 Ervin Bonkoski — Não  
 Euclides Scalco — Sim  
 Eunice Michiles — Não  
 Evaldo Gonçalves — Sim  
 Expedito Machado — Não  
 Fábio Raunheitti — Não  
 Farabulini Júnior — Não  
 Fausto Rocha — Não

Felipe Mendes — Não  
 Fernando Bezerra Coelho — Sim  
 Fernando Gasparian — Sim  
 Fernando Gomes — Sim  
 Fernando Henrique Cardoso — Sim  
 Fernando Santana — Sim  
 Firmo de Castro — Sim  
 Flavio Palmier da Veiga — Sim  
 Florestan Fernandes — Sim  
 Floriceno Paixão — Sim  
 França Teixeira — Sim  
 Francisco Amaral — Não  
 Francisco Benjamim — Não  
 Francisco Carneiro — Não  
 Francisco Coelho — Não  
 Francisco Dias Alves — Sim  
 Francisco Diógenes — Não  
 Francisco Dornelles — Não  
 Francisco Küster — Sim  
 Francisco Rollemberg — Abstenção  
 Francisco Rossi — Não  
 Gabriel Guerreiro — Sim  
 Gandi Jamil — Não  
 Genebaldo Correia — Sim  
 Geovani Borges — Sim  
 Geraldo Alckmin Filho — Sim  
 Geraldo Campos — Sim  
 Geraldo Fleming — Sim  
 Gerson Marcondes — Sim  
 Gerson Peres — Não  
 Gilson Machado — Não  
 Gonzaga Patriota — Sim  
 Guilherme Palmeira — Não  
 Gurnercindo Milhomem — Sim  
 Harlan Gadelha — Sim  
 Haroldo Lima — Sim  
 Haroldo Sabóia — Sim  
 Hélio Costa — Sim  
 Hélio Duque — Abstenção  
 Hélio Manhães — Abstenção  
 Hélio Rosas — Sim  
 Henrique Córdova — Sim  
 Heráclito Fortes — Sim  
 Hermes Zaneti — Sim  
 Hilário Braun — Sim  
 Homero Santos — Não  
 Iberê Ferreira — Não  
 Inocêncio Oliveira — Não  
 Iram Saraiva — Sim  
 Irma Passoni — Sim  
 Ismael Wanderley — Sim  
 Israel Pinheiro — Sim  
 Itamar Franco — Não  
 Iturival Nascimento — Sim  
 Ivo Lech — Sim  
 Ivo Mainardi — Sim  
 Ivo Vanderlinde — Sim  
 Jacy Scanagatta — Não  
 Jairo Azi — Não  
 Jalles Fontoura — Não  
 Jamil Haddad — Não  
 Jayme Paliarin — Não  
 Jayme Santana — Sim  
 Jesualdo Cavalcanti — Não  
 Jesus Tajra — Não  
 João Agripino — Não  
 João Alves — Não  
 João Calmon — Sim  
 João Castelo — Não  
 João Lobo — Não  
 João Machado Rollemberg — Sim

João Menezes — Sim  
 João Natal — Sim  
 João Paulo — Sim  
 Joaquim Bevilacqua — Sim  
 Jofran Frejat — Não  
 Jonas Pinheiro — Não  
 Jorge Bornhausen — Não  
 Jorge Hage — Sim  
 Jorge Leite — Não  
 Jorge Medauar — Não  
 Jorge Uequed — Sim  
 José Agripino — Não  
 José Camargo — Não  
 José Carlos Coutinho — Não  
 José Carlos Grecco — Sim  
 José Carlos Martinez — Não  
 José Carlos Sabóia — Sim  
 José Carlos Vasconcelos — Sim  
 José Costa — Não  
 José da Conceição — Sim  
 José Dutra — Sim  
 José Egreja — Sim  
 José Elias — Não  
 José Fernandes — Sim  
 José Fogaça — Sim  
 José Freire — Sim  
 José Genoíno — Sim  
 José Guedes — Sim  
 José Ignácio Ferreira — Não  
 José Jorge — Não  
 José Lins — Não  
 José Lourenço — Sim  
 José Luiz de Sá — Não  
 José Luiz Maia — Não  
 José Maranhão — Não  
 José Maria Eymael — Não  
 José Maurício — Sim  
 José Mendonça Bezerra — Não  
 José Moura — Não  
 José Paulo Bisol — Sim  
 José Queiroz — Sim  
 José Richa — Não  
 José Santana de Vasconcellos — Não  
 José Tavares — Abstenção  
 José Thomaz Nonô — Não  
 José Tinoco — Não  
 José Yunes — Sim  
 Jovanni Masini — Não  
 Júlio Campos — Não  
 Júlio Costamilan — Sim  
 Jutahy Magalhães — Sim  
 Koyu Iha — Sim  
 Lael Varella — Não  
 Leite Chaves — Não  
 Lélio Souza — Sim  
 Leopoldo Peres — Sim  
 Leur Lomanto — Não  
 Levy Dias — Sim  
 Lezio Sathler — Sim  
 Lídice da Mata — Sim  
 Louremberg Nunes Rocha — Sim  
 Lourival Baptista — Não  
 Lúcio Alcântara — Não  
 Luís Roberto Ponte — Sim  
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim  
 Luiz Freire — Sim  
 Luiz Gushiken — Sim  
 Luiz Henrique — Sim  
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim  
 Luiz Marques — Não  
 Luiz Salomão — Sim



Luiz Viana — Não  
 Luiz Viana Neto — Sim  
 Lysâneas Maciel — Não  
 Maguito Vilela — Sim  
 Maluly Neto — Não  
 Manoel Ribeiro — Sim  
 Manuel Viana — Sim  
 Marcelo Cordeiro — Sim  
 Márcia Kubitschek — Sim  
 Márcio Braga — Não  
 Márcio Lacerda — Não  
 Marco Maciel — Não  
 Marcos Lima — Não  
 Marcos Perez Queiroz — Sim  
 Maria de Lourdes Abadia — Sim  
 Maria Lúcia — Sim  
 Mário Assad — Sim  
 Mário de Oliveira — Não  
 Mário Lima — Sim  
 Marluce Pinto — Sim  
 Matheus Jensen — Não  
 Maurício Corrêa — Abstenção  
 Maurício Fruet — Sim  
 Maurício Nasser — Não  
 Maurício Pádua — Sim  
 Maurílio Ferreira Lima — Sim  
 Mauro Benevides — Sim  
 Mauro Miranda — Sim  
 Mauro Sampaio — Sim  
 Max Rosenmann — Não  
 Meira Filho — Não  
 Mendes Botelho — Abstenção  
 Mendes Canale — Sim  
 Mendes Ribeiro — Sim  
 Messias Góis — Sim  
 Milton Barbosa — Não  
 Milton Reis — Sim  
 Miro Teixeira — Sim  
 Moema São Thiago — Sim  
 Mozarildo Cavalcanti — Não  
 Myrian Portella — Sim  
 Nabor Júnior — Sim  
 Naphtali Alves de Souza — Sim  
 Narciso Mendes — Não  
 Nelson Aguiar — Sim  
 Nelson Carneiro — Sim  
 Nelson Jobim — Sim  
 Nelson Sabrá — Sim  
 Nelson Seixas — Sim  
 Nelson Wedekin — Sim  
 Nelton Friedrich — Sim  
 Nestor Duarte — Sim  
 Ney Maranhão — Não  
 Nilson Gibson — Sim  
 Norberto Schwantes — Sim  
 Octávio Elísio — Sim  
 Odacir Soares — Sim  
 Olívio Dutra — Sim  
 Onofre Corrêa — Não  
 Osmar Leitão — Não  
 Osmir Lima — Sim  
 Osvaldo Bender — Não  
 Osvaldo Macedo — Sim  
 Osvaldo Sobrinho — Não  
 Osvaldo Almeida — Não  
 Osvaldo Trevisan — Não  
 Ottomar Pinto — Não  
 Paes Landim — Não  
 Paulo Delgado — Sim  
 Paulo Macarini — Sim  
 Paulo Marques — Não

Paulo Paim — Sim  
 Paulo Pimentel — Não  
 Paulo Ramos — Sim  
 Paulo Roberto — Sim  
 Paulo Silva — Sim  
 Paulo Zarzur — Sim  
 Pedro Canedo — Não  
 Pimenta da Veiga — Sim  
 Plínio Arruda Sampaio — Sim  
 Pompeu de Sousa — Sim  
 Raimundo Lira — Não  
 Raimundo Rezende — Não  
 Raquel Cândido — Sim  
 Raquel Capiberibe — Sim  
 Raul Belém — Sim  
 Renan Calheiros — Sim  
 Renato Johnsson — Não  
 Renato Vianna — Não  
 Ricardo Izar — Não  
 Rita Camata — Sim  
 Roberto Augusto — Não  
 Roberto Balestra — Não  
 Roberto Brant — Sim  
 Roberto Campos — Sim  
 Roberto D'Ávila — Sim  
 Roberto Freire — Sim  
 Roberto Torres — Não  
 Roberto Vital — Sim  
 Robson Marinho — Sim  
 Ronaldo Aragão — Sim  
 Ronan Tito — Sim  
 Ronaro Corrêa — Não  
 Rospide Netto — Sim  
 Rubem Medina — Não  
 Ruy Nedel — Sim  
 Sadie Hauache — Não  
 Samir Achôa — Sim  
 Sandra Cavalcanti — Não  
 Santinho Furtado — Não  
 Sérgio Brito — Não  
 Severo Gomes — Sim  
 Sigmaringa Seixas — Sim  
 Sílvio Abreu — Abstenção  
 Simão Sessim — Não  
 Siqueira Campos — Não  
 Sólton Borges dos Reis — Não  
 Sotero Cunha — Não  
 Tadeu França — Sim  
 Telmo Kirst — Não  
 Teotônio Vilela Filho — Sim  
 Theodoro Mendes — Não  
 Tito Costa — Sim  
 Ubiratan Aguiar — Não  
 Ubiratan Spinelli — Não  
 Uldurico Pinto — Sim  
 Valmir Campelo — Sim  
 Vasco Alves — Sim  
 Vicente Bogo — Sim  
 Victor Faccioni — Não  
 Victor Fontana — Não  
 Vilson Souza — Sim  
 Vinicius Cansanção — Abstenção  
 Virgílio Galassi — Não  
 Virgílio Guimarães — Sim  
 Vitor Buaz — Sim  
 Vladimir Palmeira — Sim  
 Wagner Lago — Não  
 Waldyr Pugliesi — Sim  
 Walmor de Luca — Sim  
 Wilma Maia — Sim  
 Wilson Campos — Abstenção

Wilson Martins — Sim  
 Ziza Valadares — Não

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Pergunto se está na Casa o nobre Constituinte  
 Joaquim Sucena, autor do Destaque nº 1.167.  
 (Pausa.)

Parece que S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente.  
 Trata-se do art. 108, letra f.  
 Considero prejudicado o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Sobre a mesa, os seguintes requerimentos de des-  
 taque:

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 34

Senhor Presidente,  
 Requeiro destaque para a Emenda nº  
 2T00957-7 (art. 108, Inciso I, "j"). — **Nestor  
 Duarte**

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 253

Senhor Presidente,  
 Requeiro destaque para a Emenda nº  
 2T00010-3. Suprima-se o alínea "j", do inciso  
 I, do art. 108. — **Nilson Gibson**.

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 262

Senhor Presidente,  
 Requeiro destaque para a emenda nº  
 2T00460-5. — **Joaquim Bevilacqua**.

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 583

Senhor Presidente,  
 Requeiro destaque para a emenda nº  
 2T00214-9. — **Ricardo Izar**.

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 781

Senhor Presidente,  
 Requeiro destaque para a Emenda nº  
 2T00062-6. — **Paulo Pimentel**.

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.168

Senhor Presidente,  
 Requeiro destaque para a Emenda nº  
 2T00903-8. — **Joaquim Sucena**.

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.339

Senhor Presidente,  
 Requeiro destaque para a Emenda nº  
 2T01100-8 (art. 108, inciso I, alínea j). — **Osvaldo  
 Bender**.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 São as seguintes as emendas destacadas:

#### EMENDA Nº 957

Do Sr. Nestor Duarte

Suprima a alínea j, do inciso I, do art. 108,  
 do Projeto (B)

#### EMENDA Nº 10

Do Sr. Nilson Gibson

Suprima-se a alínea j do inciso I, do art. 108

#### EMENDA Nº 460

Do Sr. Joaquim Bevilacqua

Suprima-se a alínea j do inciso I do art. 108.

#### EMENDA Nº 214

Do Sr. Ricardo Izar

Suprima-se a alínea j, do inciso I, do art. 108  
 do Projeto de Constituição "B".



**EMENDA Nº 62**  
Do Sr. Paulo Pimentel

Suprima-se a letra **J** do inciso **I** do art. 108 do Projeto aprovado no 1º Turno-Projeto de Constituição (B)

Art. 108. ....  
I.....  
J — Suprimir.

**EMENDA Nº 903**  
Do Sr. Joaquim Sucena

Suprima-se a alínea **J** do inciso **I** do art. 108.

**EMENDA Nº 1.100**  
Do Sr. Osvaldo Bender

Art. 108. inciso I, alínea **J**.  
Suprima-se toda a alínea:

“**J**) a representação do Procurador-Geral da República, nos casos definidos em lei complementar, para interpretação de lei ou ato normativo federal;”

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Existem aqui vários destaques supressivos do art. 108, inciso I, letra **J**, dos nobres Srs. Constituintes Nestor Duarte — Destaque nº 34; Nilson Gibson — Destaque nº 253; Joaquim Bevilacqua — Destaque nº 262; Ricardo Izar — Destaque nº 583; Paulo Pimentel — Destaque nº 781; Joaquim Sucena — Destaque nº 1.168; Osvaldo Bender — Destaque nº 1.339. Todos esses destaques se referem ao art. 108, que trata da competência do Supremo Tribunal Federal. Na letra **J** está escrito:

“a representação do Procurador-Geral da República, nos casos definidos em lei complementar, para interpretação de lei ou ato normativo federal;”

Os destaques referidos objetivam retirar essa competência do Procurador-Geral da República. Com a palavra o nobre Relator.

**O Sr. Osvaldo Bender** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. OSVALDO BENDER** (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas dizer que há consenso e existe unanimidade das lideranças pela aprovação, assim como está com parecer favorável do Relator.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (Relator) (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, assiste razão ao nobre autor da emenda, Constituinte Nestor Duarte, seqüenciado pelos Constituintes Nilson Gibson, Joaquim Bevilacqua, Ricardo Izar, Paulo Pimentel, Joaquim Sucena e Osvaldo Bender, por um motivo muito simples: a guarda da lei federal passou a ser atribuída, pelo novo projeto, ao Superior Tribunal de Justiça, razão por que não se explica persista o Supremo Tribunal Federal com competência residual neste campo. Por quê? Porque a guarda da Constituição, dentre outras atribuições. Além disso, a integridade da Federação ficará, como sempre, a cargo do Excelso Pretório.

Por essas razões, a Relatoria se manifesta pela aprovação de todas essas emendas.

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esse texto diz respeito ao entendimento das lideranças. Aprovaremos o destaque junto com o Relator. Por isso o PMDB vota “sim”.

**O Sr. Plínio Arruda Sampaio** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota “sim”.

**O Sr. José Lourenço** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. JOSÉ LOURENÇO** (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço licença a V. Exª para recomendar à bancada do PFL que vote “sim”.

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB votará “sim”.

**O Sr. Gerson Peres** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. GERSON PERES** (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS vota “sim”.

**O Sr. Eduardo Bonfim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. EDUARDO BONFIM** (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota “sim”.

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB vota “sim”.

**O Sr. Carlos Alberto Caó** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT votará “sim”.

**O Sr. Farabulini Júnior** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTB vota “sim”.

**O Sr. Jorge Hage** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. JORGE HAGE** (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”.

**O Sr. Adolfo Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA** (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal vota “sim”.

**O Sr. José Maria Eymael** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDC vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Passemos à votação.

(*Procede-se à votação.*)

**O Sr. Gonzaga Patriota** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o meu voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Será registrada a declaração de voto de V. Exª

**A Srª Maria de Lourdes Abadia** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra à nobre Constituinte.

**A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA** (PSDB — DF. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, o meu nome não está no painel e quero registrar meu voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendida.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (votação nº 869):

SIM — 364  
NÃO — 1  
ABSTENÇÃO — 4  
TOTAL — 369

As emendas foram aprovadas.

**VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:**

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção  
Acival Gomes — Sim  
Adauto Pereira — Sim

Ademir Andrade — Sim  
 Adhemar de Barros Filho — Sim  
 Adolfo Oliveira — Sim  
 Adroaldo Streck — Sim  
 Adylson Motta — Sim  
 Aécio Neves — Sim  
 Afonso Camargo — Sim  
 Afonso Arinos — Sim  
 Agassiz Almeida — Sim  
 Agripino de Oliveira Lima — Sim  
 Ailton Cordeiro — Sim  
 Alarico Abib — Sim  
 Albano Franco — Sim  
 Alcení Guerra — Sim  
 Alfredo Campos — Sim  
 Almir Gabriel — Sim  
 Aloisio Vasconcelos — Sim  
 Aloysio Chaves — Sim  
 Aloysio Teixeira — Sim  
 Aluizio Campos — Abstenção  
 Álvaro Antônio — Sim  
 Amaury Muller — Sim  
 Amílcar Moreira — Sim  
 Ângelo Magalhães — Sim  
 Anna Maria Rattes — Sim  
 Annibal Barcellos — Sim  
 Antônio Carlos Franco — Sim  
 Antônio Carlos Konder Reis — Sim  
 Antoniocarlos Mendes Thame — Sim  
 Antônio de Jesus — Sim  
 Antonio Gaspar — Sim  
 Antonio Mariz — Sim  
 Antonio Perosa — Sim  
 Antonio Ueno — Sim  
 Arnaldo Faria de Sá — Sim  
 Arnaldo Martins — Sim  
 Arnaldo Moraes — Sim  
 Arnaldo Prieto — Sim  
 Arnold Fioravante — Sim  
 Artenir Werner — Sim  
 Artur da Távola — Sim  
 Asdrubal Bentes — Sim  
 Augusto Carvalho — Sim  
 Basílio Villani — Sim  
 Benedicto Monteiro — Sim  
 Benedita da Silva — Sim  
 Bernardo Cabral — Sim  
 Beth Azize — Sim  
 Bocayuva Cunha — Sim  
 Bonifácio de Andrada — Sim  
 Bosco França — Sim  
 Brandão Monteiro — Sim  
 Caio Pompeu — Sim  
 Carlos Alberto Caó — Sim  
 Carlos Benevides — Sim  
 Carlos Chiarelli — Sim  
 Carlos Cotta — Sim  
 Carlos Mosconi — Sim  
 Carlos Sant'Anna — Sim  
 Carlos Virgílio — Sim  
 Cássio Cunha Lima — Sim  
 Celso Dourado — Sim  
 César Maia — Sim  
 Chagas Duarte — Sim  
 Chagas Rodrigues — Sim  
 Chico Humberto — Sim  
 Christóvam Chiaradia — Sim  
 Cid Sabóia de Carvalho — Sim  
 Cláudio Ávila — Sim  
 Costa Ferreira — Sim  
 Cristina Tavares — Sim

Cunha Bueno — Sim  
 Dálton Canabrava — Sim  
 Darcy Deitos — Sim  
 Darcy Pozza — Abstenção  
 Del Bosco Amaral — Sim  
 Delfim Netto — Sim  
 Délio Braz — Sim  
 Denisar Arneiro — Sim  
 Dionísio Dal Prá — Sim  
 Dionísio Hage — Sim  
 Dirce Tutu Quadros — Sim  
 Dirceu Carneiro — Sim  
 Edésio Frias — Sim  
 Edison Lobão — Sim  
 Edivaldo Motta — Sim  
 Edme Tavares — Sim  
 Edmilson Valentim — Sim  
 Eduardo Bonfim — Sim  
 Eduardo Jorge — Sim  
 Egídio Ferreira Lima — Sim  
 Eliel Rodrigues — Sim  
 Eliézer Moreira — Sim  
 Enoc Vieira — Sim  
 Eraldo Tinoco — Sim  
 Eraldo Trindade — Sim  
 Erico Pegoraro — Sim  
 Ervin Bonkoski — Sim  
 Etevaldo Nogueira — Sim  
 Euclides Scalco — Sim  
 Eunice Michiles — Sim  
 Evaldo Gonçalves — Sim  
 Expedito Machado — Sim  
 Fábio Feldmann — Sim  
 Fábio Raunheiti — Sim  
 Farabulini Júnior — Sim  
 Fausto Rocha — Sim  
 Felipe Mendes — Sim  
 Fernando Bezerra Coelho — Sim  
 Fernando Gomes — Sim  
 Fernando Henrique Cardoso — Sim  
 Fernando Santana — Sim  
 Firmo de Castro — Sim  
 Florestan Fernandes — Sim  
 Floriceno Paixão — Sim  
 França Teixeira — Sim  
 Francisco Amaral — Não  
 Francisco Benjamim — Sim  
 Francisco Coelho — Sim  
 Francisco Diógenes — Sim  
 Francisco Dornelles — Sim  
 Francisco Küster — Sim  
 Francisco Rollemberg — Sim  
 Francisco Rossi — Sim  
 Gabriel Guerreiro — Sim  
 Gastone Righi — Sim  
 Genebaldo Correia — Sim  
 Geraldo Alckmin Filho — Sim  
 Geraldo Campos — Sim  
 Geraldo Fleming — Sim  
 Gerson Marcondes — Sim  
 Gerson Peres — Sim  
 Gilson Machado — Sim  
 Guilherme Palmeira — Sim  
 Gumercindo Milhomem — Sim  
 Harlan Gadelha — Sim  
 Haroldo Lima — Sim  
 Haroldo Sabóia — Sim  
 Hélio Duque — Sim  
 Hélio Manhães — Sim  
 Henrique Córdova — Sim  
 Hermes Zaneti — Sim

Hilário Braun — Sim  
 Homero Santos — Sim  
 Iberê Ferreira — Sim  
 Ibsen Pinheiro — Sim  
 Inocêncio Oliveira — Sim  
 Iram Saraiva — Sim  
 Ismael Wanderley — Sim  
 Israel Pinheiro — Sim  
 Itamar Franco — Sim  
 Iturival Nascimento — Sim  
 Ivo Mainardi — Sim  
 Ivo Vanderlinde — Sim  
 Jacy Scanagatta — Sim  
 Jairo Azi — Sim  
 Jalles Fontoura — Sim  
 Jamil Haddad — Sim  
 Jayme Paliarin — Sim  
 Jayme Santana — Sim  
 Jesualdo Cavalcanti — Sim  
 Jesus Tajra — Abstenção  
 João Agripino — Sim  
 João Alves — Sim  
 João Calmon — Sim  
 João Castelo — Sim  
 João Lobo — Sim  
 João Machado Rollemberg — Sim  
 João Natal — Sim  
 João Paulo — Sim  
 Joaquim Bevilacqua — Sim  
 Joaquim Hayckel — Sim  
 Jofran Frejat — Sim  
 Jonas Pinheiro — Sim  
 Jorge Bornhausen — Sim  
 Jorge Hage — Sim  
 Jorge Leite — Sim  
 Jorge Medauar — Sim  
 Jorge Uequed — Sim  
 Jorge Vianna — Sim  
 José Agripino — Sim  
 José Camargo — Sim  
 José Carlos Coutinho — Sim  
 José Carlos Grecco — Sim  
 José Carlos Sabóia — Sim  
 José Carlos Vasconcelos — Sim  
 José Costa — Sim  
 José Dutra — Sim  
 José Egreja — Sim  
 José Elias — Sim  
 José Fernandes — Sim  
 José Genoíno — Sim  
 José Guedes — Sim  
 José Ignácio Ferreira — Sim  
 José Jorge — Sim  
 José Lins — Sim  
 José Lourenço — Sim  
 José Luiz de Sá — Sim  
 José Luiz Maia — Sim  
 José Maranhão — Sim  
 José Maria Eymael — Sim  
 José Melo — Sim  
 José Mendonça Bezerra — Sim  
 José Moura — Sim  
 José Paulo Bisol — Sim  
 José Queiroz — Sim  
 José Richa — Sim  
 José Tavares — Sim  
 José Thomaz Nonô — Sim  
 José Tinoco — Sim  
 José Yunes — Sim  
 Jovanni Masini — Sim  
 Júlio Campos — Sim

Júlio Costamilan — Sim  
 Jutahy Magalhães — Sim  
 Koyu Iha — Sim  
 Lael Varella — Sim  
 Leite Chaves — Sim  
 Lélío Souza — Sim  
 Leopoldo Peres — Sim  
 Leur Lomanto — Sim  
 Levy Dias — Sim  
 Lezio Sathler — Sim  
 Lídice da Mata — Sim  
 Louremberg Nunes Rocha — Sim  
 Lúcio Alcântara — Sim  
 Luís Eduardo — Sim  
 Luís Roberto Ponte — Sim  
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim  
 Luiz Freire — Sim  
 Luiz Gushiken — Sim  
 Luiz Henrique — Sim  
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim  
 Luiz Marques — Sim  
 Luiz Salomão — Sim  
 Luiz Viana Neto — Sim  
 Lysâneas Maciel — Sim  
 Maguito Vilela — Sim  
 Maluly Neto — Sim  
 Manuel Viana — Sim  
 Marcelo Cordeiro — Sim  
 Márcio Braga — Sim  
 Marco Maciel — Sim  
 Marcos Lima — Sim  
 Marcos Perez Queiroz — Sim  
 Maria Lúcia — Sim  
 Mário Covas — Sim  
 Mário de Oliveira — Sim  
 Marluce Pinto — Sim  
 Maurício Corrêa — Sim  
 Maurício Fruet — Sim  
 Maurício Nasser — Sim  
 Maurílio Ferreira Lima — Sim  
 Mauro Benevides — Sim  
 Mauro Borges — Sim  
 Mauro Sampaio — Sim  
 Max Rosenmann — Sim  
 Mendes Botelho — Sim  
 Mendes Canale — Sim  
 Mendes Ribeiro — Sim  
 Messias Góis — Sim  
 Michel Temer — Sim  
 Milton Reis — Sim  
 Miro Teixeira — Sim  
 Moema São Thiago — Sim  
 Moysés Pimentel — Sim  
 Nabor Júnior — Sim  
 Naphtali Alves de Souza — Sim  
 Nelson Aguiar — Sim  
 Nelson Carneiro — Sim  
 Nelson Jobim — Sim  
 Nelson Sabrá — Sim  
 Nelson Seixas — Sim  
 Nelson Wedekin — Sim  
 Nelton Friedrich — Sim  
 Nestor Duarte — Sim  
 Ney Maranhão — Sim  
 Nilson Gibson — Sim  
 Norberto Schwantes — Sim  
 Octávio Elísio — Sim  
 Odacir Soares — Sim  
 Olívio Dutra — Sim  
 Osmar Corrêa — Sim  
 Osmar Leitão — Sim

Osmir Lima — Sim  
 Osvaldo Bender — Sim  
 Osvaldo Macedo — Sim  
 Osvaldo Sobrinho — Sim  
 Oswaldo Trevisan — Sim  
 Ottomar Pinto — Sim  
 Paes Landim — Sim  
 Paulo Delgado — Sim  
 Paulo Macarini — Sim  
 Paulo Marques — Sim  
 Paulo Pimentel — Sim  
 Paulo Ramos — Sim  
 Paulo Roberto — Sim  
 Paulo Silva — Sim  
 Paulo Zarzur — Sim  
 Pedro Canedo — Sim  
 Pimenta da Veiga — Sim  
 Plínio Arruda Sampaio — Sim  
 Pompeu de Sousa — Sim  
 Raimundo Lira — Sim  
 Raimundo Rezende — Sim  
 Raquel Cândido — Sim  
 Raquel Capiberibe — Sim  
 Raul Belém — Sim  
 Renan Calheiros — Sim  
 Renato Vianna — Sim  
 Ricardo Izar — Sim  
 Rita Camata — Sim  
 Rita Furtado — Sim  
 Roberto Augusto — Sim  
 Roberto Balestra — Sim  
 Roberto Brant — Sim  
 Roberto Campos — Sim  
 Roberto D'Ávila — Sim  
 Roberto Freire — Sim  
 Roberto Torres — Sim  
 Roberto Vital — Sim  
 Robson Marinho — Sim  
 Ronaldo Aragão — Sim  
 Konaro Corrêa — Sim  
 Rospide Netto — Sim  
 Rubem Branquinho — Sim  
 Rubem Medina — Sim  
 Ruy Nadel — Sim  
 Sadie Hauache — Sim  
 Salatiel Carvalho — Sim  
 Samir Achôa — Sim  
 Sandra Cavalcanti — Sim  
 Santinho Furtado — Sim  
 Sérgio Brito — Sim  
 Sérgio Spada — Sim  
 Severo Gomes — Sim  
 Sigmaringa Seixas — Sim  
 Sílvio Abreu — Sim  
 Simão Sessim — Sim  
 Siqueira Campos — Sim  
 Sólon Borges dos Reis — Sim  
 Sotero Cunha — Sim  
 Tadeu França — Sim  
 Telmo Kirst — Sim  
 Teotônio Vilela Filho — Sim  
 Theodoro Mendes — Sim  
 Tito Costa — Sim  
 Ubiratan Aguiar — Sim  
 Ubiratan Spinelli — Sim  
 Uldurico Pinto — Sim  
 Valmir Campelo — Sim  
 Vasco Alves — Sim  
 Vicente Bogo — Sim  
 Victor Faccioni — Sim  
 Victor Fontana — Sim

Vilson Souza — Sim  
 Vinicius Cansção — Sim  
 Virgílio Galassi — Sim  
 Virgílio Guimarães — Sim  
 Vitor Buaiz — Sim  
 Vladimir Palmeira — Sim  
 Waldyr Pugliesi — Sim  
 Walmor de Luca — Sim  
 Wilson Campos — Sim  
 Wilson Martins — Sim  
 Ziza Valadares — Sim.

**O Sr. Flávio Palmier da Veiga** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

**O SR. FLÁVIO-PALMEIRA DA VEIGA** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero registrar meu voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A Mesa confirma a realização das próximas sessões: sexta-feira, sábado, domingo — pela manhã e à tarde — prosseguindo-se os trabalhos; depois, na segunda-feira e terça-feira, em sequência natural do Regimento.

Haverá sessões no fim de semana, com o objetivo de dissipar quaisquer dúvidas porventura existentes.

Desde já, portanto, ficam convocados os Srs. Constituintes para essas sessões.

**A Sr. Irma Passoni** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra a nobre Constituinte.

**A SRA. IRMA PASSONI** (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, quero registrar o meu voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendida.

**O Sr. Matheus Iensen** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. MATHEUS IENSEN** (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, desejo registrar o meu voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

**O Sr. Elias Murad** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O Sr. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ELIAS MURAD** (PTB — MG. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, desejo registrar o meu voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Vamos passar aos destaques.

O nobre Constituinte Messias Soares está presente? (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Chamo o nobre Constituinte Álvaro Pacheco. (Pausa.)

**O Sr. Wilson Campos** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. WILSON CAMPOS** (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de retirar a minha proposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte retira a proposição de sua autoria. Receba os meus cumprimentos.

**O Sr. Aluizio Campos** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS** (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço que registre meu voto "sim" nessa última votação.

**O Sr. José Lourenço** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra.

**O SR. JOSÉ LOURENÇO** (PFL BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em atenção ao nobre Relator, retiro minha emenda. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Destaque nº 1.577, de autoria do nobre Constituinte Manoel Castro, que se reporta ao art. 109, inciso VII. Está S. Exª presente? (Pausa.)

Está prejudicado o destaque.

Destaque nº 892, de autoria do nobre Constituinte Expedito Machado, que se reporta ao art. 109, inciso IX.

**O Sr. Expedito Machado** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. EXPEDITO MACHADO** (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, retiro o destaque. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Destaque de autoria do nobre Constituinte Mesias Soares. Está S. Exª presente? (Pausa.)

Está prejudicado o destaque.

Destaque nº 621, de autoria do nobre Constituinte Ruberval Pilotto. Está S. Exª presente? (Pausa.)

Está prejudicado o destaque.

Destaque nº 1.148, de autoria do nobre Constituinte Tito Costa, que se reporta ao art. 109, § 1º.

**O Sr. Tito Costa** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. TITO COSTA** (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, retiro a minha emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Agradecemos ao nobre Constituinte Tito Costa. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O próximo destaque é de autoria do nobre Constituinte Jorge Arbage. Terceira chamada, S. Exª está presente? (Pausa.)

Estando ausente S. Exª, está prejudicada sua proposição. (Palmas.)

Destaque nº 1.042, de autoria do nobre Constituinte Samir Achôa. Reporta-se ao art. 111, inciso I, letra "d".

**O Sr. Joaquim Sucena** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. JOAQUIM SUCENA** (PTB — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu voto, na votação anterior, foi "sim".

**O Sr. Samir Achôa** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. SAMIR ACHÔA** (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, retiro minha proposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, os seguintes requerimentos de destaque:

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 234

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00378-1. — **Cunha Bueno**.

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 261

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00461-3. — **Joaquim Bevilacqua**.

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 532

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00071-5. — **Jalles Fantoura**.

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 601

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T01211-0. — **Carlos Vinagre**.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — São as seguintes as emendas destacadas:

#### EMENDA Nº 378 (Do Sr. Cunha Bueno)

Emenda supressiva parcial de expressões do Artigo 111, inciso, I, alínea a do Projeto de Constituição "B" (redação para o 2º Turno), a fim de suprimir as seguintes expressões: "...os governadores dos Estados e do Distrito Federal ..."

#### EMENDA Nº 461 Do Sr. Joaquim Bevilacqua

Suprima-se a expressão "os Governadores dos Estados e do Distrito Federal e, nestes", da letra "a", do inciso I, do Art. 111, a qual ficará com a seguinte redação:

"Art. 111.....  
I — processar e julgar, originariamente:  
a) nos crimes comuns e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.."

#### EMENDA Nº 71

(Do Sr. Jalles Fontoura)

Na alínea a do art. 111, I, suprimir as palavras "os Governadores dos Estados e do Distrito Federal e, nestes", ficando portanto, a seguinte redação:

"Art. 111. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I — Processar e julgar, originariamente:

a) Nos crimes comuns e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e o do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho e do Ministério Público da União que oficiem perante Tribunais;

#### EMENDA Nº 1.211

(Do Sr. Carlos Vinagre)

Suprima-se da alínea a, do inciso I, do artigo 111, do Projeto de Constituição "B", a expressão "... os Governadores dos Estados, e, nestes ..."

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Temos agora vários destaques que dizem respeito ao art. 111, inciso I, alínea "a". Trata-se de uma supressão parcial. Vou anunciar os autores. Destaque nº 234, Cunha Bueno; nº 261, Joaquim Bevilacqua; nº 532, Jalles Fontoura, e nº 601, Carlos Vinagre. Diz o art. 111, inciso I, alínea "a":

"nos crimes comuns os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho e do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;"

Desejam S. Exªs retirar as seguintes expressões: "... os governadores dos Estados e do Distrito Federal ..."

Concedo a palavra ao nobre Relator.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (Relator) (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, eu formularia apelo para que essa emenda fosse retirada.

**O Sr. Plínio Arruda Sampaio** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma indagação ao Sr. Relator. Estamos dizendo que os Governadores de Estado deixarão de ser julgados pelo Tribunal Superior de Justiça. Neste caso, passarão a ser julgados por qual tribunal?

**O SR. BERNARDO CABRAL** — Exatamente por esse motivo a emenda deve ser rejeitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Cunha Bueno está presente? (Pausa.) Estando ausente, está prejudicado o destaque de autoria do Constituinte Cunha Bueno.

**O Sr. Joaquim Bevilacqua** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. JOAQUIM BEVILACQUA** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, retiro o destaque. (Palmas.)

**O Sr. Jalles Fontoura** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JALLES FONTOURA** (PFL — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, retiro a emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O Constituinte Carlos Vinagre está presente? (Pausa.) Estando ausente, o destaque não tem condição de ser apreciado.

**O Sr. Constituinte Paulo Paim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. PAULO PAIM** (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar que na votação anterior meu voto foi "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.001

Senhor Presidente, requero destaque para a Emenda nº 2T01557-7. — **José Dutra.**

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 1.557  
(Do Sr. José Dutra)

Inclua-se na alínea a do inciso I do artigo 111, onde couber, a seguinte expressão:

"os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios."

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Destaque nº 1.001, de autoria do Constituinte José Dutra, referente ao art. 111, inciso I, alínea a. Pretende S. Exª acrescentar, onde couber, a seguinte expressão: "os membros dos Conselhos dos Tribunais de Contas dos Municípios". Trata-se de emenda que objetiva preencher omissão, para evitar a impunidade ou, pelo menos, para que se estabeleça a instância de julgamento.

Tem a palavra o Constituinte José Dutra.

**O SR. JOSÉ DUTRA** (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tendo em vista o acordo de Lideranças para a aprovação dessa emenda, desisto de sustentá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O nobre Relator diz "sim" à proposição, que preenche um vazio no texto legal. Vamos votar. (Palmas.)

**O SR. NELSON JOBIM** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** — (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tendo em vista o acordo, o PMDB encaminha favoravelmente, ficando com o Relator.

**O Sr. Plínio Arruda Sampaio** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT votará "sim".

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — O PCB votará "sim".

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Adolfo Oliveira

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA** (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal votará "sim".

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Inocêncio Oliveira

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal, em face ao acordo das Lideranças, recomenda que sua bancada vote "sim".

**O Sr. Jorge Hage** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Jorge Hage.

**O SR. JORGE HAGE** (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

**O Sr. Carlos Alberto Caó** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Carlos Alberto Caó.

**O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT votará "sim".

**O Sr. Bonifácio de Andrada** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS fica de acordo e vota "sim".

**O Sr. Sólton Borges dos Reis** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Sólton Borges dos Reis.

**O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTB vota "sim".

**O Sr. José Maria Eymael** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDC, nos termos do acordo, vota "sim".

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Vamos votar. Permaneçam na Casa, pois temos que votar até às 13h para manter a nossa média. Não vamos perder a média. Sentem-se, porque isto facilita a votação. A proposição tem parecer favorável e manifestação unânime das Lideranças pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Passemos à votação.

(Procede-se à votação.)

**O Sr. Elias Murad** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Elias Murad.

**O SR. ELIAS MURAD** (PTB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, colegas Constituintes, com o patrocínio da Associação Médica Brasileira e de todas as regionais do Brasil, comemorar-se-á, no próximo dia 28, o Dia Nacional Contra o Tabagismo.

Em 7 de abril passado, foi celebrado o Dia Internacional. Naquela data, um colega nosso, Parlamentar que fumava dois maços de cigarros por dia, parou de fumar, e até hoje continua abstinente. Quero prestar-lhe uma homenagem, colocando na sua lapela este escudo, que representa a nossa luta contra o tabagismo. Homenageio o ilustre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Muito bem. Receba os meus aplausos pelo belo exemplo.

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é necessário que a Casa se dê conta de que o ritmo da votação da sessão desta manhã nos estimula a fazer esforço coletivo no sábado e domingo. O ritmo dos trabalhos de hoje de manhã mostrou que temos condições de acelerar sobremaneira o processo de votação. (Palmas.) Daí por que a Liderança do PMDB apela para que sua bancada permaneça em Brasília e compareça majoritariamente a esta Casa no sábado e domingo, a fim de que possamos dar nossa contribuição à Nação. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Este é mais um grande serviço que V. Ex.<sup>a</sup> está prestando à Constituinte, entre os tantos que tem prestado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado. (Votação nº 870):

SIM — 370  
NÃO — 0  
ABSTENÇÃO — 2  
TOTAL — 372

A Emenda foi aprovada.

#### VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Sim

Adauto Pereira — Sim

Ademir Andrade — Sim

Adhemar de Barros Filho — Sim

Adolfo Oliveira — Sim

Adroaldo Streck — Sim

Adylson Motta — Sim

Aécio Neves — Sim

Agassiz Almeida — Sim

Alarico Abib — Sim

Albano Franco — Sim

Albérico Cordeiro — Sim

Alcení Guerra — Sim

Alfredo Campos — Sim

Aloísio Vasconcelos — Sim

Aloysio Chaves — Sim

Aloysio Teixeira — Sim

Aluísio Campos — Sim

Álvaro Antônio — Sim

Amaury Müller — Sim

Ângelo Magalhães — Sim

Anna Maria Rattes — Sim

Annibal Barcellos — Sim

Antero de Barros — Sim

Antônio Carlos Franco — Sim

Antônio Carlos Konder Reis — Sim

Antoniocarlos Mendes Thame — Sim

Antônio de Jesus — Sim

Antonio Gaspar — Sim

Antonio Mariz — Sim

Antonio Ueno — Sim

Arnaldo Faria de Sá — Sim

Arnaldo Martins — Sim

Arnaldo Moraes — Sim

Arnaldo Prieto — Sim

Arnold Fioravante — Sim

Artur da Távola — Sim

Asdrubal Bentes — Sim

Átila Lira — Sim

Augusto Carvalho — Sim

Basílio Villani — Sim

Benedicto Monteiro — Sim

Benedita da Silva — Sim

Bernardo Cabral — Sim

Beth Azize — Sim

Bocayuva Cunha — Sim

Bonifácio de Andrada — Sim

Bosco França — Sim

Brandão Monteiro — Sim

Caio Pompeu — Sim

Carlos Alberto Caó — Sim

Carlos Chiarelli — Sim

Carlos Cotta — Sim

Carlos Mosconi — Sim

Carlos Sant'Anna — Sim

Carlos Vinagre — Sim

Carlos Virgílio — Sim

Cássio Cunha Lima — Sim

Célio de Castro — Sim

Celso Dourado — Sim

César Maia — Sim

Chagas Rodrigues — Sim

Cid Carvalho — Sim

Cid Sabóia de Carvalho — Sim

Cláudio Ávila — Sim

Costa Ferreira — Sim

Cristina Tavares — Sim

Dálmton Canabrava — Sim

Darcy Deitos — Sim

Darcy Pozza — Sim

Daso Coimbra — Sim

Del Bosco Amaral — Sim

Delfim Netto — Sim

Délio Braz — Sim

Denisar Arneiro — Sim

Dionísio Dal Prá — Sim

Dirce Tutu Quadros — Sim

Dirceu Carneiro — Sim

Doreto Campanari — Sim

Edésio Frias — Sim

Edivaldo Motta — Sim

Edme Tavares — Sim

Edmilson Valentim — Sim

Eduardo Bonfim — Sim

Eduardo Jorge — Sim

Egídio Ferreira Lima — Sim

Elias Murad — Sim

Eliel Rodrigues — Sim

Eliézer Moreira — Sim

Enoc Vieira — Sim

Eraldo Trindade — Sim

Erico Pegoraro — Sim

Etevaldo Nogueira — Sim

Euclides Scalco — Sim

Eunice Michiles — Sim

Evaldo Gonçalves — Sim

Expedito Machado — Sim

Fábio Feldmann — Sim

Farabulini Júnior — Sim

Fausto Rocha — Sim

Felipe Mendes — Sim

Fernando Bezerra Coelho — Sim

Fernando Gomes — Sim

Fernando Henrique Cardoso — Sim

Fernando Santana — Sim

Firmo de Castro — Sim

Florestan Fernandes — Sim

Floríceno Paixão — Sim

França Teixeira — Sim

Francisco Amaral — Sim

Francisco Benjamim — Sim

Francisco Carneiro — Sim

Francisco Coelho — Sim

Francisco Dias Alves — Sim

Francisco Dornelles — Sim

Francisco Kúster — Sim

Francisco Rollemberg — Sim

Francisco Rossi — Sim

Gabriel Guerreiro — Sim

Gandi Jamil — Sim

Gastone Righi — Sim

Geovani Borges — Sim

Geraldo Alckmin Filho — Sim

Geraldo Campos — Sim

Geraldo Fleming — Sim

Gerson Marcondes — Sim

Gerson Peres — Sim

Gilson Machado — Sim

Gonzaga Patriota — Sim

Guilherme Palmeira — Sim

Gumercindo Milhomem — Sim

Harlan Gadelha — Sim

Haroldo Lima — Sim

Haroldo Sabóia — Sim

Hélio Costa — Sim

Hélio Manhães — Sim

Henrique Córdova — Sim

Henrique Eduardo Alves — Sim

Heráclito Fortes — Sim

Hermes Zaneti — Sim

Homero Santos — Sim

Humberto Souto — Sim

Iberê Ferreira — Sim

Ibsen Pinheiro — Sim

Inocêncio Oliveira — Sim

Iram Saraiva — Sim

Irma Passoni — Sim

Ismael Wanderley — Sim

Israel Pinheiro — Sim

Itamar Franco — Sim

Ivo Lech — Sim

Ivo Mainardi — Sim

Ivo Vanderlinde — Sim

Jacy Scanagatta — Sim

Jairo Azi — Sim

Jairo Carneiro — Sim

Jalles Fontoura — Sim

Jamil Haddad — Sim

Jayme Paliarin — Sim

Jayme Santana — Sim

Jesualdo Cavalcanti — Sim

Jesus Tajra — Sim

João Agripino — Sim

João Alves — Sim

João Calmon — Sim

João Castelo — Sim

João Lobo — Sim

João Natal — Sim

João Paulo — Sim

Joaquim Bevilacqua — Sim

Joaquim Hayckel — Sim

Joaquim Sucena — Sim

Jofran Frejat — Sim

Jonas Pinheiro — Sim

Jorge Bornhausen — Sim

Jorge Hage — Sim

Jorge Leite — Sim

Jorge Medauar — Sim

Jorge Uequeud — Sim  
 José Agripino — Sim  
 José Camargo — Sim  
 José Carlos Coutinho — Sim  
 José Carlos Grecco — Sim  
 José Carlos Martinez — Sim  
 José Carlos Sabóia — Sim  
 José Costa — Sim  
 José Dutra — Sim  
 José Egreja — Sim  
 José Elias — Sim  
 José Fernandes — Sim  
 José Fogaça — Sim  
 José Freire — Sim  
 José Genoíno — Sim  
 José Guedes — Sim  
 José Ignácio Ferreira — Sim  
 José Jorge — Sim  
 José Lins — Sim  
 José Luiz de Sá — Sim  
 José Luiz Maia — Sim  
 José Maranhão — Sim  
 José Maria Eymael — Sim  
 José Maurício — Sim  
 José Melo — Sim  
 José Mendonça Bezerra — Sim  
 José Paulo Bisol — Sim  
 José Queiroz — Sim  
 José Richa — Sim  
 José Tavares — Sim  
 José Thomaz Nonô — Sim  
 José Tinoco — Sim  
 José Ulisses de Oliveira — Sim  
 José Viana — Sim  
 José Yunes — Sim  
 Jovanni Masini — Sim  
 Júlio Campos — Sim  
 Júlio Costamilan — Sim  
 Jutahy Magalhães — Sim  
 Koyu Iha — Sim  
 Lavoisier Maia — Sim  
 Leite Chaves — Sim  
 Lélio Souza — Sim  
 Leopoldo Peres — Sim  
 Leur Lomanto — Sim  
 Levy Dias — Sim  
 Lídice da Mata — Sim  
 Lourenberg Nunes Rocha — Sim  
 Lúcio Alcântara — Sim  
 Luís Eduardo — Sim  
 Luís Roberto Ponte — Sim  
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim  
 Luiz Freire — Sim  
 Luiz Gushiken — Sim  
 Luiz Henrique — Sim  
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim  
 Luiz Marques — Sim  
 Luiz Salomão — Sim  
 Luiz Viana Neto — Sim  
 Maguito Vilela — Sim  
 Manoel Ribeiro — Sim  
 Marcelo Cordeiro — Sim  
 Márcia Kubitschek — Sim  
 Márcio Braga — Sim  
 Márcio Lacerda — Sim  
 Marco Maciel — Sim  
 Marcos Lima — Sim  
 Marcos Perez Queiroz — Sim  
 Maria de Lourdes Abadia — Sim  
 Maria Lúcia — Sim  
 Mário Assad — Sim

Mário Covas — Sim  
 Mário de Oliveira — Sim  
 Marluce Pinto — Sim  
 Matheus Iensen — Sim  
 Maurício Corrêa — Sim  
 Maurício Fruet — Sim  
 Maurício Nasser — Sim  
 Maurício Pádua — Sim  
 Maurílio Ferreira Lima — Sim  
 Mauro Benevides — Sim  
 Mauro Borges — Sim  
 Mauro Sampaio — Sim  
 Max Rosenmann — Sim  
 Mendes Canale — Sim  
 Mendes Ribeiro — Sim  
 Michel Temer — Sim  
 Milton Barbosa — Sim  
 Milton Lima — Sim  
 Milton Reis — Sim  
 Miro Teixeira — Sim  
 Moema São Thiago — Sim  
 Moysés Pimentel — Sim  
 Myrian Portella — Sim  
 Nabor Júnior — Sim  
 Naphtali Alves de Souza — Sim  
 Nelson Aguiar — Sim  
 Nelson Carneiro — Sim  
 Nelson Jobim — Sim  
 Nelson Sabrá — Sim  
 Nelson Seixas — Sim  
 Nelson Wedekin — Sim  
 Nilton Friedrich — Sim  
 Nestor Duarte — Sim  
 Ney Maranhão — Sim  
 Nilson Gibson — Sim  
 Norberto Schwantes — Sim  
 Octávio Elísio — Sim  
 Olívio Dutra — Sim  
 Oscar Corrêa — Sim  
 Osmar Leitão — Sim  
 Osmir Lima — Sim  
 Osvaldo Bender — Sim  
 Osvaldo Macedo — Sim  
 Osvaldo Sobrinho — Sim  
 Osvaldo Trevisan — Sim  
 Ottomar Pinto — Sim  
 Paes de Andrade — Sim  
 Paes Landim — Sim  
 Paulo Delgado — Sim  
 Paulo Macarini — Sim  
 Paulo Marques — Sim  
 Paulo Paim — Sim  
 Paulo Pimentel — Sim  
 Paulo Ramos — Sim  
 Paulo Roberto — Sim  
 Paulo Silva — Sim  
 Pedro Canedo — Sim  
 Pedro Ceolin — Sim  
 Plínio Arruda Sampaio — Sim  
 Pompeu de Sousa — Sim  
 Raimundo Lira — Sim  
 Raimundo Rezende — Sim  
 Raquel Cândido — Sim  
 Raquel Capiberibe — Sim  
 Raul Belém — Sim  
 Renan Calheiros — Sim  
 Renato Vianna — Sim  
 Rita Camata — Sim  
 Rita Furtado — Sim  
 Roberto Augusto — Sim  
 Roberto Balestra — Sim

Roberto Brant — Sim  
 Roberto Campos — Sim  
 Roberto D'Ávila — Sim  
 Roberto Freire — Sim  
 Roberto Torres — Sim  
 Roberto Vital — Sim  
 Robson Marinho — Sim  
 Ronaldo Aragão — Sim  
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim  
 Ronaro Corrêa — Sim  
 Rospide Netto — Sim  
 Rubem Medina — Sim  
 Ruben Figueiró — Sim  
 Sadie Hauache — Sim  
 Salatiel Carvalho — Sim  
 Samir Achôa — Sim  
 Sandra Cavalcanti — Sim  
 Santinho Furtado — Sim  
 Sérgio Brito — Sim  
 Severo Gomes — Sim  
 Sigmarina Seixas — Sim  
 Sílvio Abreu — Sim  
 Simão Sessim — Sim  
 Siqueira Campos — Sim  
 Sólton Borges dos Reis — Sim  
 Sotero Cunha — Sim  
 Tadeu França — Sim  
 Telmo Kirst — Sim  
 Teotônio Vilela Filho — Sim  
 Theodoro Mendes — Sim  
 Tito Costa — Sim  
 Ubiratan Aguiar — Sim  
 Ubiratan Spinelli — Sim  
 Uldurico Pinto — Sim  
 Valmir Campelo — Sim  
 Vasco Alves — Sim  
 Vicente Bogo — Sim  
 Victor Faccioni — Sim  
 Victor Fontana — Sim  
 Vilson Souza — Sim  
 Vinicius Cansação — Sim  
 Virgílio Galassi — Sim  
 Virgílio Guimarães — Sim  
 Vitor Buaiz — Sim  
 Vladimir Palmeira — Sim  
 Waldyr Pugliesi — Sim  
 Walmor de Luca — Sim  
 Wilma Maia — Sim  
 Wilson Campos — Sim  
 Wilson Martins — Sim  
 Ziza Valadares — Sim

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Sobre a mesa, os seguintes requerimentos de des-  
 taque:

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE**  
**Nº 143**

Senhor Presidente,  
 Requeiro destaque para a Emenda nº  
 2T01325-6. — **Plínio Arruda Sampaio.**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE**  
**Nº 926**

Senhor Presidente,  
 Requeiro destaque para a Emenda nº  
 2T00865-1 — **Elias Murad.**

# REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.115

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº  
2T00782-5. — **Oscar Corrêa Júnior.**

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
São as seguintes as emendas destacadas:

## EMENDA Nº 1.325

(Do Sr. Plínio Arruda Sampaio)

Suprima-se a alínea **g** do inciso I do art. 111.

## EMENDA Nº 865

(Do Sr. Elias Murad)

Suprime a alínea **g** do inciso I do art. 111.

## EMENDA Nº 782

(Do Sr. Oscar Corrêa Júnior)

Dispositivo emendado: art. 111, I, **g**.

Suprima-se a letra **g** do inciso I do art. 111.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
Anuncio os Destaques de nºs 143, do nobre Con-  
stituinte **Plínio Arruda Sampaio**; 926, do nobre  
Constituinte **Elias Murad**; 1.115, do Constituinte  
**Oscar Corrêa Júnior**. Desejam S. Ex<sup>as</sup> suprimir  
a letra **g** do art. 111, que diz o seguinte:

**g)** as causas sujeitas à sua jurisdição, cuja  
avocação deferir, a pedido do Procurador-  
Geral da República, quando ocorrer imediato  
perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à  
segurança ou às finanças públicas, para que  
sejam suspensos os efeitos da decisão profe-  
rida;"

Trata-se da questão da advocatária.

**O Sr. Plínio Arruda Sampaio** — Sr. Presi-  
dente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** (PT —  
SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente,  
há consenso em torno da emenda, o que elimina  
a necessidade de justificação. O PT votará "sim".

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço  
a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem  
revisão do orador.) — Sr. Presidente, efetivamente  
há consenso dos Líderes e dos autores das emen-  
das, razão pela qual o PMDB vota "sim", ficando  
com o Relator.

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente,  
peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE.  
Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Par-  
tido da Frente Liberal, atendendo a consenso dos  
partidos, recomenda à sua bancada que vote  
"sim".

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço  
a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
Tem a palavra o nobre Constituinte Roberto Frei-  
re.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem  
revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB vota  
"sim".

**O Sr. Floriceno Paixão** — Sr. Presidente, pe-  
ço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
Tem a palavra o nobre Constituinte Floriceno Pai-  
xão.

**O SR. FLORICENO PAIXÃO** (PDT — RS.  
Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT  
vota "sim".

**O Sr. Bonifácio de Andrada** — Sr. Presi-  
dente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
Tem a palavra o nobre Constituinte Bonifácio de  
Andrada.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** (PDS  
— MG. Sem revisão do orador.) — A Liderança  
do PDS recomenda votar "sim".

**O Sr. Jorge Hage** — Sr. Presidente, peço  
a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
Tem a palavra o nobre Constituinte Jorge Hage.

**O SR. JORGE HAGE** (PSDB — BA. Sem  
revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota  
"sim".

**O Sr. Elias Murad** — Sr. Presidente, peço  
a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
Tem a palavra o nobre Constituinte Elias Murad.

**O SR. ELIAS MURAD** (PTB — MG. Sem revi-  
são do orador.) — Sr. Presidente, o PTB vota  
"sim". Sendo a emenda de nossa autoria, vota-  
mos "sim".

**O Sr. Adolfo Oliveira** — Sr. Presidente, peço  
a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
Tem a palavra o nobre Constituinte Adolfo Oli-  
veira.

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA** (PL — RJ. Sem  
revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido  
Liberal vota "sim".

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço  
a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
Tem a palavra o nobre Constituinte Ademir An-  
drade.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem  
revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB vota  
"sim".

**O Sr. Haroldo Lima** — Sr. Presidente, peço  
a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
Tem a palavra o nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. HAROLDOLIMA** (PC do B — BA.  
Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC  
do B vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
Passemos à votação.

(Procede-se à votação.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar  
o resultado. (Votação nº 871):

SIM — 350

NÃO — 3

ABSTENÇÃO — 3

TOTAL — 356

As Emendas foram aprovadas.

## VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Sim

Ademir Andrade — Sim

Adhemar de Barros Filho — Sim

Adolfo Oliveira — Sim

Adroaldo Streck — Sim

Adylson Motta — Sim

Aécio de Borba — Sim

Aécio Neves — Sim

Afonso Arinos — Sim

Agassiz Almeida — Sim

Alarico Abib — Sim

Albano Franco — Sim

Albérico Cordeiro — Sim

Alceni Guerra — Sim

Alfredo Campos — Sim

Aloisio Vasconcelos — Sim

Aloysio Chaves — Sim

Aloysio Teixeira — Sim

Aluizio Campos — Sim

Amaury Müller — Sim

Ângelo Magalhães — Sim

Anna Maria Rattes — Sim

Annibal Barcellos — Sim

Antônio Carlos Franco — Sim

Antônio Carlos Konder Reis — Sim

Antônio Carlos Mendes Thame — Sim

Antônio de Jesus — Sim

Antonio Gaspar — Sim

Antonio Mariz — Sim

Antonio Perosa — Sim

Antonio Ueno — Sim

Arnaldo Faria de Sá — Sim

Arnaldo Martins — Abstenção

Arnaldo Moraes — Sim

Arnaldo Prieto — Sim

Arnold Fioravante — Sim

Artur da Távola — Sim

Asdrubal Bentes — Sim

Átila Lira — Sim

Augusto Carvalho — Sim

Basilio Villani — Sim

Benedicto Monteiro — Sim

Benedita da Silva — Sim

Bernardo Cabral — Sim

Beth Azize — Sim

Bocayuva Cunha — Sim

Bonifácio de Andrada — Sim

Bosco França — Sim

Brandão Monteiro — Sim

Caio Pompeu — Sim

Carlos Alberto Caó — Sim

Carlos Chiarelli — Sim

Carlos Cotta — Sim

Carlos Mosconi — Sim



Carlos Sant'Anna — Sim	Guilherme Palmeira — Sim	José Queiroz — Sim
Carlos Vinagre — Sim	Gumerindo Milhomem — Sim	José Richa — Sim
Cássio Cunha Lima — Sim	Harlan Gadelha — Sim	José Tavares — Sim
Célio de Castro — Sim	Haroldo Lima — Sim	José Thomaz Nonô — Sim
Celso Dourado — Sim	Haroldo Sabóia — Sim	José Tinoco — Sim
César Maia — Sim	Hélio Duque — Sim	José Ulisses de Oliveira — Sim
Chagas Duarte — Sim	Hélio Manhães — Sim	José Viana — Sim
Chagas Rodrigues — Sim	Henrique Córdova — Sim	José Yunes — Sim
Chico Humberto — Sim	Henrique Eduardo Alves — Sim	Jovanni Masini — Sim
Cid Sabóia de Carvalho — Sim	Heráclito Fortes — Sim	Júlio Campos — Sim
Cláudio Ávila — Sim	Hermes Zaneti — Sim	Júlio Costamilan — Sim
Costa Ferreira — Sim	Homero Santos — Sim	Jutahy Magalhães — Sim
Cristina Tavares — Sim	Humberto Souto — Sim	Koyu Iha — Sim
Dáilton Canabrava — Sim	Iberê Ferreira — Sim	Lavoisier Maia — Sim
Darcy Pozza — Sim	Ibsen Pinheiro — Sim	Leite Chaves — Sim
Daso Coimbra — Sim	Inocêncio Oliveira — Sim	Lélio Souza — Sim
Del Bosco Amaral — Sim	Iram Saraiva — Sim	Leopoldo Peres — Sim
Delfim Netto — Sim	Irma Passoni — Sim	Levy Dias — Sim
Délio Braz — Sim	Ismael Wanderley — Sim	Lezio Sathler — Sim
Denisar Arneiro — Sim	Israel Pinheiro — Sim	Lídice da Mata — Sim
Dionísio Dal Prá — Sim	Itamar Franco — Sim	Lúcio Alcântara — Sim
Dirce Tutu Quadros — Sim	Ivo Lech — Sim	Luís Eduardo — Sim
Dirceu Carneiro — Sim	Ivo Mainardi — Sim	Luís Roberto Ponte — Sim
Doreto Campanari — Sim	Ivo Vanderlinde — Sim	Luiz Alberto Rodrigues — Sim
Edivaldo Motta — Sim	Jacy Scanagatta — Sim	Luiz Freire — Sim
Edme Tavares — Sim	Jairo Azi — Sim	Luiz Gushiken — Sim
Edmilson Valentim — Sim	Jairo Carneiro — Sim	Luiz Henrique — Sim
Eduardo Bonfim — Sim	Jalles Fontoura — Sim	Luiz Inácio Lula da Silva — Sim
Eduardo Jorge — Sim	Jayme Paliarin — Sim	Luiz Marques — Sim
Egídio Ferreira Lima — Abstenção	Jayme Santana — Sim	Luiz Salomão — Sim
Elias Murad — Sim	Jesualdo Cavalcanti — Sim	Luiz Viana Neto — Sim
Eliel Rodrigues — Sim	João Agripino — Sim	Maguito Vilela — Sim
Eliézer Moreira — Sim	João Alves — Sim	Manoel Ribeiro — Sim
Eraldo Tinoco — Sim	João Calmon — Sim	Márcia Kubitschek — Sim
Eraldo Trindade — Sim	João Castelo — Sim	Márcio Lacerda — Sim
Erico Pegoraro — Sim	João Natal — Sim	Marco Maciel — Sim
Etevaldo Nogueira — Sim	João Paulo — Sim	Marcos Lima — Sim
Euclides Scalco — Sim	Joaquim Bevilacqua — Sim	Marcos Perez Queiroz — Sim
Eunice Michiles — Sim	Joaquim Hayckel — Sim	Maria de Lourdes Abadia — Sim
Evaldo Gonçalves — Sim	Joaquim Sucena — Sim	Maria Lúcia — Sim
Expedito Machado — Sim	Jofran Frejat — Sim	Mário Assad — Sim
Fábio Feldmann — Sim	Jonas Pinheiro — Sim	Mário Covas — Sim
Farabulini Júnior — Sim	Jorge Bornhausen — Não	Mário de Oliveira — Sim
Fausto Rocha — Sim	Jorge Hage — Sim	Marluce Pinto — Sim
Fernando Mendes — Sim	Jorge Leite — Sim	Matheus Iensen — Sim
Fernando Bezerra Coelho — Sim	Jorge Medauar — Sim	Maurício Corrêa — Sim
Fernando Gomes — Sim	Jorge Uequed — Sim	Maurício Fruet — Sim
Fernando Santana — Sim	José Agripino — Sim	Maurílio Ferreira Lima — Sim
Firmino de Castro — Sim	José Camargo — Sim	Mauro Benevides — Sim
Flavio Palmier da Veiga — Sim	José Carlos Coutinho — Sim	Mauro Borges — Sim
Floríceno Paixão — Sim	José Carlos Grecco — Sim	Mauro Miranda — Sim
França Teixeira — Sim	José Carlos Martinez — Sim	Mauro Sampaio — Sim
Francisco Amaral — Sim	José Carlos Sabóia — Sim	Max Rosenmann — Sim
Francisco Benjamim — Sim	José Costa — Sim	Mendes Canale — Sim
Francisco Carneiro — Sim	José Dutra — Sim	Mendes Ribeiro — Sim
Francisco Coelho — Sim	José Egreja — Sim	Michel Temer — Sim
Francisco Dias Alves — Sim	José Elias — Sim	Milton Barbosa — Sim
Francisco Dornelles — Sim	José Fogaça — Sim	Milton Lima — Sim
Francisco Küster — Sim	José Freire — Sim	Milton Reis — Sim
Francisco Rollemberg — Sim	José Genoíno — Sim	Miro Teixeira — Sim
Francisco Rossi — Sim	José Guedes — Sim	Moema São Thiago — Sim
Gabriel Guerreiro — Sim	José Ignácio Ferreira — Sim	Myrian Portella — Sim
Gandi Jamil — Sim	José Jorge — Sim	Nabor Júnior — Sim
Gastone Righi — Sim	José Lins — Sim	Naphtali Alves de Souza — Sim
Geraldo Alckmin Filho — Sim	José Luiz de Sá — Sim	Nelson Carneiro — Sim
Geraldo Bulhões — Sim	José Luiz Maia — Sim	Nelson Jobim — Sim
Geraldo Campos — Sim	José Maranhão — Sim	Nelson Sabrá — Sim
Geraldo Fleming — Sim	José Maria Eymael — Sim	Nelson Seixas — Sim
Gerson Marcondes — Sim	José Maurício — Sim	Nelson Wedekin — Sim
Gilson Machado — Sim	José Melo — Sim	Nelton Friedrich — Sim
Gonzaga Patriota — Sim	José Moura — Sim	Nestor Duarte — Sim

Ney Maranhão — Sim  
 Nilson Gibson — Sim  
 Norberto Schwantes — Sim  
 Octávio Elísio — Sim  
 Olívio Dutra — Sim  
 Oscar Corrêa — Sim  
 Osmar Leitão — Sim  
 Osmir Lima — Sim  
 Osvaldo Bender — Sim  
 Osvaldo Macedo — Sim  
 Osvaldo Almeida — Sim  
 Osvaldo Trevisan — Sim  
 Ottomar Pinto — Sim  
 Paes de Andrade — Sim  
 Paes Landim — Sim  
 Paulo Delgado — Sim  
 Paulo Macarini — Sim  
 Paulo Marques — Sim  
 Paulo Paim — Sim  
 Paulo Pimentel — Sim  
 Paulo Ramos — Sim  
 Paulo Roberto — Sim  
 Paulo Silva — Sim  
 Paulo Zarzur — Não  
 Pedro Canedo — Sim  
 Pedro Ceolin — Sim  
 Plínio Arruda Sampaio — Sim  
 Pompeu de Sousa — Sim  
 Raimundo Lira — Sim  
 Raimundo Rezende — Sim  
 Raquel Cândido — Sim  
 Raquel Capiberibe — Sim  
 Raul Belém — Sim  
 Raul Ferraz — Sim  
 Renan Calheiros — Sim  
 Rita Camata — Sim  
 Rita Furtado — Sim  
 Roberto Augusto — Sim  
 Roberto Balestra — Sim  
 Roberto Brant — Sim  
 Roberto Campos — Sim  
 Roberto Freire — Sim  
 Roberto Torres — Sim  
 Roberto Vital — Sim  
 Robson Marinho — Sim  
 Ronaldo Aragão — Sim  
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim  
 Ronaro Corrêa — Sim  
 Rospide Netto — Sim  
 Rubem Medina — Sim  
 Ruben Figueiró — Sim  
 Sadie Hauache — Sim  
 Salatiel Carvalho — Sim  
 Samir Achôa — Sim  
 Sandra Cavalcanti — Sim  
 Sérgio Brito — Sim  
 Sérgio Spada — Sim  
 Severo Gomes — Sim  
 Sigmaringa Seixas — Sim  
 Sílvio Abreu — Sim  
 Simão Sessim — Sim  
 Siqueira Campos — Sim  
 Sólón Borges dos Reis — Sim  
 Sotero Cunha — Sim  
 Tadeu França — Sim  
 Telmo Kirst — Sim  
 Teotônio Vilela Filho — Sim  
 Theodoro Mendes — Sim  
 Tito Costa — Sim  
 Ubiratan Aguiar — Sim  
 Ubiratan Spinelli — Sim

Uldurico Pinto — Sim  
 Valmir Campelo — Sim  
 Vasco Alves — Sim  
 Vicente Bogo — Sim  
 Victor Faccioni — Sim  
 Victor Fontana — Não  
 Vilson Souza — Sim  
 Vinicius Cansanção — Sim  
 Virgílio Galassi — Sim  
 Virgílio Guimarães — Sim  
 Vitor Buaiz — Sim  
 Vladimir Palmeira — Sim  
 Waldyr Pugliesi — Sim  
 Wilma Maia — Sim  
 Wilson Campos — Sim  
 Wilson Martins — Sim  
 Ziza Valadares — Sim

**O Sr. José Serra** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ SERRA** (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço registrar meu voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O voto de V. Exª será registrado.

**O Sr. Jamil Haddad** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JAMIL HADDAD** (PSB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço registrar meu voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O voto de V. Exª será registrado.

**O Sr. Darcy Deitos** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. DARCY DEITOS** (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço registrar meu voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O voto de V. Exª será registrado.

**O Sr. Wagner Lago** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. WAGNER LAGO** (PMDB — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª que registre meu voto "sim".

**O Sr. Hélio Rosas** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. HÉLIO ROSAS** — (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu voto é "sim".

**O Sr. José Paulo Bisol** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ PAULO BISOL** (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o meu voto é "sim".

**O Sr. Márcio Braga** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. MÁRCIO BRAGA** (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o meu voto é "sim".

**O Sr. Florestan Fernandes** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. FLORESTAN FERNANDES** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o meu voto é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Anuncio o Destaque nº 1.164, do nobre Constituinte José Costa. Referente à Emenda nº 1.053.

Tem S. Exª, emenda que se vincula ao art. 111, que trata da competência do Superior Tribunal de Justiça. Inciso III, letras **a** e **b**. Deseja S. Exª suprimir as letras **a** e **b**, que dizem o seguinte:

"a) contrariar tratado de lei federal ou negar-lhe diligência;

b) julgar válida a lei ou ato de Governo local, contestado em face de lei federal."

O objetivo de S. Exª é que essas duas letras sejam suprimidas. (Pausa.)

O nobre Constituinte retira a emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Anuncio o art. 111, parágrafo único, Destaque nº 215.

Anuncio o Destaque nº 759, do nobre Constituinte Joaquim Francisco.

Deseja S. Exª suprimir o parágrafo único do art. 111. (Pausa.) S. Exª retira a emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Destaque do nobre Constituinte José Maurício. Está S. Exª presente?

Retirado o destaque referente à Emenda nº 1.672.

Destaque do Constituinte Joaquim Francisco. Está prejudicado o destaque pela ausência de S. Exª

Destaque nº 61, do Constituinte Raimundo Bezerra, referente ao art. 113, § 1º S. Exª alega que há contradição.

Está S. Exª presente?

Retirado o destaque, com nossos agradecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, os seguintes requerimentos de destaque:

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.035

Senhor Presidente,  
 Requeiro destaque para a Emenda nº 2T-00832-5. — **Wilson Martins**.

# **REQUERIMENTO DE DESTAQUE** **Nº 1.724**

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00832-5 (§ 1º do art. 113 e § 7º, art. 31, Disposições Transitórias.) — **Valter Pereira**.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

**EMENDA Nº 832**  
(Do Sr. Wilson Martins)

Dispositivo Emendado: § 1º do art. 113 com reflexos no § 7º do art. 31 das Disposições Constitucionais.

Suprima-se o § 1º do art. 113 do Projeto de Constituição. Em consequência, deve ser suprimida a expressão "mediante lista triplíce", contida no § 7º do art. 31 das disposições constitucionais transitórias, em face da conexão dos dispositivos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Destaque nº 1.035, de autoria do nobre Constituinte Wilson Martins, referente ao art. 113, § 1º, e art. 51, § 7º. É um destaque supressivo. Por igual, há o destaque do nobre Constituinte Valter Pereira.

O nobre Constituinte Wilson Martins está na Casa? O nobre Constituinte deseja suprimir o § 1º, que diz o seguinte:

"Em todos os casos, a nomeação será precedida de elaboração de lista triplíce pelo Tribunal, na forma da lei."

É só isso?

Quer S. Exª substituir a referência à lista triplíce.

**O Sr. Wilson Martins** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. WILSON MARTINS** (PMDB — MS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a minha emenda refere-se ao § 1º do art. 113, que diz:

"Em todos os casos, a nomeação será precedida de elaboração de lista triplíce pelo Tribunal, na forma da lei."

Trata-se da composição dos Tribunais Regionais Federais. A lista triplíce é dispensável no caso de nomeação por antiguidade, de acordo com a tradição do Direito brasileiro. De resto, já há no art. 98 das Normas Gerais da Constituição, em relação ao Poder Judiciário, elementos para a promoção dos juizes para os tribunais superiores.

Nessas condições, e havendo disposição do nobre Relator de dar parecer favorável — o que presumo seja também a intenção das Lideranças — não creio serem necessárias mais informações ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Há, inclusive, uma remissão às Disposições Transitórias. Para esclarecer, concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (Relator) (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Wilson Martins tem absoluta razão. A regra formulada aplica-se apenas ao caso de vagas a

serem providas por advogados ou membros do Ministério Público, pelo critério do merecimento. As vagas destinadas a juizes têm regra própria de provimento expressas no inciso II do mesmo artigo.

Com referência às Disposições Transitórias, o eminente Constituinte pretende, em relação ao art. 31, uma correção, porque o **caput** desse artigo fala em instalação do Superior Tribunal de Justiça, e a seguir vêm as regras de sua composição. O ilustre Constituinte Wilson Martins tem absoluta razão, repito. E faço um apelo ao Plenário para que apóie sua emenda.

A Relatoria decide pela aprovação da matéria.

**O Sr. Egídio Ferreira Lima** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA** (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero fazer um registro: na última votação votei "sim" e o painel registrou abstenção, por equívoco. A abstenção não é de minha índole, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB acompanhará o Relator e votará "sim".

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará "sim".

**O Sr. Adolfo Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA** (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal votará "sim".

**O Sr. Eduardo Bonfim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. EDUARDO BONFIM** (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B votará "sim".

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB votará "sim".

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal acompanha o nobre Relator e sugere à sua bancada que vote "sim".

**O Sr. Bonifácio de Andrada** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS votará "sim".

**O Sr. Jorge Hage** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JORGE HAGE** (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — O PSDB vota "sim".

**O Sr. Plínio Arruda Sampaio** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT votará "sim".

**O Sr. José Maria Eymael** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDC acompanhará o ilustre Relator e votará "sim".

**O Sr. Luiz Salomão** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. LUIZ SALOMÃO** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT votará "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Passa-se à votação.

(Procede-se à votação.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (votação nº 872):

SIM 363  
NÃO 0  
ABSTENÇÃO 5  
TOTAL 368

A emenda foi aprovada.

**VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:**  
Presidente: Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Sim  
Adauto Pereira — Sim  
Ademir Andrade — Sim  
Ademar de Barros Filho — Sim  
Adolfo Oliveira — Sim

Adroaldo Streck — Sim	Dionísio Dal Pra — Sim	Iberê Ferreira — Sim
Adylson Motta — Sim	Dirceu Tutu Quadros — Sim	Ibsen Pinheiro — Sim
Aécio Neves — Sim	Dirceu Carneiro — Sim	Inocêncio Oliveira — Sim
Afonso Arinos — Sim	Doreto Campanari — Sim	Iran Saraiva — Sim
Agassiz Almeida — Sim	Edivaldo Motta — Sim	Irapuan Costa Júnior — Sim
Airton Cordeiro — Sim	Edme Tavares — Sim	Irma Passoni — Sim
Alarico Abib — Sim	Edmilson Valentim — Sim	Ismael Wanderley — Sim
Albano Franco — Sim	Eduardo Bonfim — Sim	Israel Pinheiro — Sim
Albérico Cordeiro — Sim	Eduardo Jorge — Sim	Itamar Franco — Sim
Alcení Guerra — Sim	Egídio Ferreira Lima — Sim	Iturival Nascimento — Sim
Alexandre Costa — Sim	Elias Murad — Sim	Ivo Lech — Sim
Alfredo Campos — Sim	Eliezer Rodrigues — Sim	Ivo Mainardi — Sim
Aloysio Chaves — Sim	Eliezer Moreira — Sim	Ivo Vanderlinde — Sim
Aloysio Teixeira — Sim	Eraldo Tinoco — Sim	Jacy Scanagatta — Sim
Álvaro Antônio — Sim	Eraldo Trindade — Sim	Jairo Carneiro — Sim
Amaury Müller — Sim	Érico Pegoraro — Sim	Jalles Fontoura — Sim
Ângelo Magalhães — Sim	Etevaldo Nogueira — Sim	Jamil Haddad — Sim
Anna Maria Rattes — Sim	Euclides Scaldo — Sim	Jayme Paliarin — Sim
Aníbal Barcellos — Sim	Eunice Michiles — Sim	Jayme Santana — Sim
Antônio Carlos Franco — Sim	Evaldo Gonçalves — Sim	Jesualdo Cavalcanti — Sim
Antônio Carlos Konder Reis — Sim	Exedito Machado — Sim	João Agripino — Sim
Antônio Carlos Mendes Thame — Sim	Fábio Feldmann — Sim	João Alves — Sim
Antonio Jesus — Sim	Farabulini Junior — Sim	João Castelo — Sim
Antonio Gaspar — Sim	Fausto Rocha — Sim	João Natal — Sim
Antonio Mariz — Sim	Felipe Mendes — Sim	João Paulo — Sim
Antonio Perosa — Sim	Feres Nader — Sim	Joaquim Bevilacqua — Sim
Arnaldo Faria de Sá — Sim	Fernando Bezerra Coelho — Sim	Joaquim Sucena — Sim
Arnaldo Martins — Abstenção	Fernando Gasparian — Sim	Jofran Frejat — Sim
Arnaldo Moraes — Sim	Fernando Henrique Cardoso — Sim	Jonas Pinheiro — Sim
Arnaldo Prieto — Sim	Fernando Lyra — Sim	Jorge Bornhausen — Sim
Arnold Fioravante — Sim	Fernando Santana — Sim	Jorge Hage — Sim
Arolde de Oliveira — Sim	Firmino de Castro — Sim	Jorge Leite — Sim
Artenir Werner — Sim	Flavio Palmier da Veiga — Sim	Jorge Medauar — Sim
Artur da Távola — Sim	Florestan Fernandes — Sim	Jorge Uequed — Sim
Asdrubal Bentes — Sim	Florêncio Paixão — Sim	José Agripino — Sim
Átila Lira — Sim	Franca Teixeira — Sim	José Camargo — Sim
Augusto Carvalho — Sim	Francisco Amaral — Sim	José Carlos Coutinho — Sim
Basílio Villani — Sim	Francisco Carneiro — Sim	José Carlos Grecco — Sim
Benedicto Monteiro — Sim	Francisco Coelho — Sim	José Carlos Martinez — Sim
Benedita da Silva — Sim	Francisco Dias Alves — Sim	José Carlos Sabóia — Sim
Bernardo Cabral — Sim	Francisco Dornelles — Sim	José Costa — Sim
Bethe Azize — Sim	Francisco Kuster — Sim	José da Conceição — Sim
Bocayuva Cunha — Sim	Francisco Rossi — Sim	José Egreja — Sim
Bonifácio de Andrade — Sim	Furtado Leite — Sim	José Elias — Sim
Bosco Franca — Sim	Gabriel Guerreiro — Sim	José Fogaça — Sim
Brandão Monteiro — Sim	Gandi Jamil — Sim	José Freire — Sim
Caio Pompeu — Sim	Gastone Righi — Sim	José Genoíno — Sim
Carlos Alberto Caó — Sim	Genésio Bernardino — Abstenção	José Geraldo — Abstenção
Carlos Benevides — Sim	Geovani Borges — Sim	José Guedes — Sim
Carlos Chiarelli — Sim	Geraldo Alkmin Filho — Sim	José Jorge — Sim
Carlos Cotta — Sim	Geraldo Campos — Sim	José Lins — Sim
Carlos Mosconi — Sim	Geraldo Fleming — Sim	José Luiz de Sá — Sim
Carlos Sant'Anna — Sim	Gerson Peres — Sim	José Luiz Maia — Sim
Carlos Vinagre — Sim	Gilson Machado — Sim	José Maranhão — Sim
Cássio Cunha Lima — Sim	Gonzaga Patriota — Sim	José Maurício — Sim
Célio de Castro — Sim	Guilherme Palmeira — Sim	José Melo — Sim
Celso Dourado — Sim	Gumercindo Milhomem — Sim	José Moura — Sim
César Maia — Sim	Harlan Gadelha — Sim	José Paulo Bisoe — Sim
Chagas Duarte — Sim	Haroldo Lima — Sim	José Queiroz — Sim
Chagas Rodrigues — Sim	Haroldo Sabóia — Sim	José Richa — Sim
Chico Humberto — Sim	Hélio Costa — Sim	José Santana de Vasconcellos — Sim
Cid Sabóia de Carvalho — Sim	Hélio Duque — Sim	José Serra — Sim
Cláudio Ávila — Sim	Hélio Manhaes — Sim	José Tavares — Sim
Costa Ferreira — Sim	Hélio Rosas — Sim	José Thomaz Nonô — Sim
Cristina Tavares — Sim	Henrique Córdova — Sim	José Tinoco — Sim
Dalton Canabrava — Sim	Henrique Eduardo Alves — Sim	José Ulisses de Oliveira — Sim
Darcy Deitos — Sim	Heráclito Fortes — Sim	José Vina — Sim
Daso Coimbra — Sim	Hermes Zaneti — Sim	José Yunes — Sim
Delfim Netto — Sim	Homero Santos — Sim	Júlio Campos — Sim
Délio Braz — Sim	Humberto Lucena — Sim	Júlio Costamilan — Sim
Denisar Arneiro — Sim	Humberto Souto — Sim	Jutahy Magalhães — Sim

Koyu Iha — Sim  
 Lavoisier Maia — Sim  
 Leite Chaves — Sim  
 Lélío Souza — Sim  
 Leopoldo Peres — Sim  
 Leur Lomanto — Sim  
 Levy Dias — Sim  
 Lezio Sathler — Sim  
 Lídice da Maia — Sim  
 Lúcio Alcântara — Sim  
 Luis Eduardo — Sim  
 Luis Roberto Ponte — Sim  
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim  
 Luiz Freire — Sim  
 Luiz Gushiken — Sim  
 Luis Henrique — Sim  
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim  
 Luiz Marques — Sim  
 Luiz Salomão — Sim  
 Luiz Viana — Sim  
 Luiz Viana Neto — Sim  
 Lysâneas Maciel — Sim  
 Maguito Vilela — Sim  
 Manoel Ribeiro — Sim  
 Marcelo Cordeiro — Sim  
 Marcia Kubitschek — Sim  
 Márcio Braga — Sim  
 Márcio Lacerda — Sim  
 Marco Maciel — Sim  
 Marcos Lima — Sim  
 Marcos Perez Queiroz — Sim  
 Maria de Lourdes Abadia — Sim  
 Maria Lúcia — Sim  
 Mário Assad — Sim  
 Mário Covas — Sim  
 Mário de Oliveira — Sim  
 Marluce Pinto — Sim  
 Matheus Iensen — Sim  
 Maurício Corrêa — Sim  
 Maurílio Ferreira Lima — Sim  
 Mauro Benevides — Sim  
 Mauro Borges — Sim  
 Mauro Miranda — Sim  
 Mauro Sampaio — Sim  
 Max Rosenmann — Sim  
 Mendes Ribeiro — Sim  
 Michel Temer — Sim  
 Milton Barbosa — Sim  
 Miro Teixeira — Sim  
 Moema São Thiago — Sim  
 Myrian Portella — Sim  
 Nabor Júnior — Sim  
 Naphtali Alves de Souza — Sim  
 Nelson Carneiro — Sim  
 Nelson Jobim — Sim  
 Nelson Seixas — Sim  
 Nelson Wedekin — Sim  
 Nelton Friedrich — Sim  
 Nestor Duarte — Sim  
 Ney Maranhão — Sim  
 Nilson Gibson — Sim  
 Norberto Schwantes — Sim  
 Octávio Elisio — Sim  
 Olívio Dutra — Sim  
 Orlando Bezerra — Sim  
 Osmar Leitão — Sim  
 Osmir Lima — Sim  
 Osvaldo Bender — Sim  
 Osvaldo Macedo — Sim  
 Osvaldo Sobrinho — Sim  
 Osvaldo Almeida — Sim

Oswaldo Trevisan — Sim  
 Ottomar Pinto — Sim  
 Paes de Andrade — Sim  
 Paes Landim — Sim  
 Paulo Delgado — Sim  
 Paulo Macarini — Sim  
 Paulo Marques — Sim  
 Paulo Paim — Sim  
 Paulo Pimentel — Sim  
 Paulo Ramos — Sim  
 Paulo Roberto — Sim  
 Paulo Silva — Sim  
 Paulo Zarzur — Sim  
 Pedro Canedo — Sim  
 Pedro Ceolin — Sim  
 Plínio Arruda Sampaio — Sim  
 Pompeu de Sousa — Sim  
 Raimundo Lira — Sim  
 Raimundo Rezende — Abstenção  
 Raquel Cândido — Sim  
 Raquel Capiberibe — Sim  
 Renan Calheiros — Sim  
 Renato Johnsson — Sim  
 Renato Vianna — Sim  
 Rita Camata — Sim  
 Roberto Augusto — Sim  
 Roberto Balestra — Sim  
 Roberto Brant — Sim  
 Roberto Campos — Sim  
 Roberto D'Ávila — Sim  
 Roberto Freire — Sim  
 Roberto Torres — Sim  
 Roberto Vital — Sim  
 Robson Marinho — Sim  
 Ronaldo Aragão — Sim  
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim  
 Ronaro Corrêa — Sim  
 Rubem Medina — Sim  
 Ruben Figueiró — Sim  
 Ruy Bacelar — Sim  
 Sadie Hauache — Sim  
 Salatiel Carvalho — Sim  
 Samir Achôa — Sim  
 Sandra Cavalcanti — Sim  
 Sérgio Brito — Sim  
 Sergio Naya — Sim  
 Sérgio Spada — Sim  
 Severo Gomes — Sim  
 Sigmaringa Seixas — Sim  
 Sílvio Abreu — Sim  
 Simão Sessim — Sim  
 Siqueira Campos — Sim  
 Sólton Borges dos Reis — Sim  
 Sotero Cunha — Sim  
 Tadeu França — Sim  
 Teotônio Vilela Filho — Sim  
 Theodoro Mendes — Sim  
 Tito Costa — Sim  
 Ubiratan Aguiar — Sim  
 Ubiratan Spinelli — Sim  
 Uldurico Pinto — Sim  
 Ulysses Guimarães — Abstenção  
 Valmir Campelo — Sim  
 Vasco Alves — Sim  
 Vicente Bogo — Sim  
 Victor Faccioni — Sim  
 Victor Fontana — Sim  
 Vilson Souza — Sim  
 Vinicius Cansanção — Sim  
 Virgílio Galassi — Sim  
 Virgílio Guimarães — Sim

Vitor Buaiz — Sim  
 Vladimir Palmeira — Sim  
 Wagner Lago — Sim  
 Waldyr Pugliesi — Sim  
 Wilma Maia — Sim  
 Wilson Campos — Sim  
 Wilson Martins — Sim  
 Ziza Valadares — Sim

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Anuncio o Destaque nº 860, de autoria do nobre  
 Constituinte Michel Temer, que se refere ao art.  
 113, inciso II, § 1º, que diz:

“Em todos os casos, a nomeação será pre-  
 cedida da elaboração de lista triplíce pelo  
 Tribunal, na forma da lei.”

O nobre autor da emenda quer a supressão  
 da expressão “em todos os casos”.

Pergunto ao nobre Constituinte Michel Temer  
 se quer retirar sua emenda.

**O SR. MICHEL TEMER** (PMDB — SP. Sem  
 revisão do orador.) — Sr. Presidente, retiro minha  
 emenda, que já se acha prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Anuncio o Destaque nº 1.736, de autoria do nobre  
 Constituinte Milton Barbosa, ao art. 115, inciso  
 VI. O destaque é supressivo.

Pergunto ao nobre Constituinte Milton Barbosa  
 se retira sua emenda.

**O Sr. Milton Barbosa** — Retiro minha emen-  
 da, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Sobre a mesa, requerimento de destaque nos se-  
 guintes termos:

# **REQUERIMENTO DE DESTAQUE** **Nº 251a**

Senhor Presidente,  
 Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00914  
 — 3. — **Francisco Amaral**.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 É a seguinte a matéria destacada:

## **EMENDA Nº 914** **(Do Sr. Francisco Amaral)**

Suprima-se a expressão “de carreira” no inciso  
 I do § 1º e no § 3º, ambos do art. 117 do Projeto  
 de Constituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Anuncio o Destaque nº 257, de autoria do nobre  
 Constituinte Francisco Amaral. Trata-se de emen-  
 da supressiva parcial. O autor deseja retirar a ex-  
 pressão “de carreira” do inciso I do § 1º e no  
 § 3º, ambos do art. 117, do Projeto de Cons-  
 tituição.

Concedo a palavra ao Relator.

**O Sr. João Calmon** — Sr. Presidente, peço  
 a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOÃO CALMON** (PMDB — ES. Sem  
 revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V.  
 Exª que retire o meu voto “sim” na votação ante-  
 rior.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (Relator)  
 (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, o Constituinte Francisco Amaral deseja suprimir, no inciso I do § 1º e no § 3º, ambos do art. 117, a expressão "de carreira". Proceda muito bem S. Exª na sua emenda, uma vez que esta expressão impediria pudessem figurar nas listas de promoção a Ministro do Tribunal Superior do Trabalho os juizes togados vitalícios dos Tribunais Regionais, oriundos tanto do quinto do togado como do quinto do Ministério Público.

A emenda, Sr. Presidente, faz justiça. O Relator é pela sua aprovação e encarece ao Plenário que a ela dê assentimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O parecer do Relator é pela aprovação da emenda.

**O Sr. Plínio Arruda Sampaio** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT votará "não".

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda à sua bancada que vote "não".

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com as devidas escusas ao nobre Relator, a Liderança do PMDB recomenda à sua bancada que vote "não", para que a magistratura de carreira seja privativa no acesso.

**O Sr. Gérson Peres** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. GÉRSO PERES** (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com todo o respeito ao parecer do nobre Relator, o PDS vota "não".

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, parece que vai haver unanimidade das Lideranças. O PCB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O autor, em face das manifestações havidas, retira sua emenda.

Anuncio emenda do Sr. Constituinte Carlos De'Carli, ao art. 117, § 1º, inciso I.

O Sr. Constituinte Carlos De'Carli está presente? (Pausa.) Não está presente. A emenda está prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Anuncio o seguinte texto de reunião:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Os signatários, abaixo assinados, vêm requerer, nos termos das normas regimentais, a reunião dos destaques e emendas supressivas infra-referidos, para votação simultânea, relativo ao Texto do § 2º do art. 117.

Em consequência, o dispositivo fica com a seguinte redação:

"Art. 117. ....

§ 2º — A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho."

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1988.  
— **Albano Franco** — **Irapuan Costa Júnior** — **Onofre Correa** — **Levy Dias** — **Onofre Correa** — **Gerson Peres** — **Manoel Ribeiro** — **Marcos Perez Queiroz** — **Siqueira Campos** — **Max Rosenmann** — **Aloysio Chaves** — **Arnaldo Prieto** — **Rubem Medina**.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Vamos passar à votação de um texto de reunião de destaques. São cerca de vinte autores. É um texto mais sintético e enxuto do que o constante na redação aprovada anteriormente, que diz:

"Art. 117, § 2º A a lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho, limitados os recursos das decisões dos tribunais regionais, nos dissídios individuais, aos casos de ofensas a literal dispositivo desta Constituição ou lei federal."

Remete-se à lei, para discipliná-la, inclusive quanto à competência. Resulta de entendimento.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aloysio Chaves.

**O SR. ALOYSIO CHAVES** (PFL — PA. Sem revisão do orador.) A emenda apresentada, objeto dessa reunião, é indispensável, pois o texto, como está redigido no Projeto, não deve ser mantido. Assim reconhece e admite expressamente o nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral, que exarou parecer favorável a essa emenda. Se eliminarmos a revisão das decisões, pelo tribunal superior, para unificar jurisprudências dos tribunais regionais, teremos praticamente excluída a razão de ser desse tribunal. Como esta egrégia Assembleia Constituinte é composta de pessoas formadas em Direito, Medicina, Engenharia e de alguns trabalhadores e empresários como é indispensável e altamente louvável, vou-me ater aos fatos, não a argumentos de ordem jurídica.

Em primeiro lugar, como autor de uma dessas emendas, recebi ofício do Presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, que se manifestou a favor das emendas com o seguinte pronunciamento: O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por vinte votos a quatro — e dessa reunião participaram vários ex-presidentes da entidade — se pronunciou contrária à pretensão de pequeno grupo de advogados do Rio Grande do Sul, que defendeu a tese esmagada pelo voto de vinte conselheiros seccionais. Manifestaram-se contra, ainda, o Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, o Professor Martins Catarino, da Universidade da

Bahia, e inúmeras seções da Associação dos Advogados Trabalhistas, assim como todas as confederações de trabalhadores que firmaram o manifesto já encaminhado aos Constituintes. Manifestaram-se ainda as entidades sindicais da categoria econômica, em cuja planilha de reivindicações está a supressão dos dispositivos, o DIAP — Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar, o Governo, através de sua liderança parlamentar, dezenas de advogados trabalhistas, inclusive vários que defendem interesse dos sindicatos ligados à CUT, inúmeros professores de Direito do Trabalho, dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Brasília e outras, através de artigos publicados em vários jornais do País, nos quais encarecem à Constituinte a necessidade de alteração do disposto no § 2º do art. 117. Pronunciou-se também a Associação dos Advogados Trabalhistas de Empregadores do Rio Grande do Sul, que se opõe à tese de sua congênere, de empregados, tem como numerosas federações de empregados, enfim, imensa maioria de todos que examinaram o problema.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, recentemente houve um seminário em São Paulo, onde a matéria foi debatida, estabelecendo-se uma divergência muito grande de opinião entre os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho de Campinas e os do Tribunal Regional com sede na Cidade de São Paulo.

Isto nos está exposto, de maneira detalhada, em artigo de Guimarães Falcão, Ministro Corregedor do Tribunal Superior do Trabalho. Quem vai uniformizar essa jurisprudência? O Tribunal de Campinas vai mandar pagar de certa maneira, o Tribunal de São Paulo de outra. Se um Tribunal concede a vantagem, outro a nega. Esta é uma situação insustentável que se corrigirá com a emenda de fusão, à qual manifesto-me favoravelmente, pedindo a aprovação desta Assembleia.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, serei breve. É apenas para dizer o seguinte: pelo estudo que procedemos, junto com vários outros advogados trabalhistas, o recurso que se quer manter, rejeitando a emenda, é meramente protelatório. Todos sabem que a maioria dos casos que chegam ao Tribunal Superior é oriundo de empregadores com recursos financeiros para fazer essa procrastinação. É sabido que muitas vezes um dissídio individual demora três, quatro, cinco, oito anos, a exemplo de um que tenho e que é conhecido aqui, por causa desse acúmulo. O que a Constituição diz é que todas as pessoas têm direito a dois julgamentos: primeiro, pelo juiz; segundo, por tribunal. Isto feito, numa causa trabalhista, que é simples, acho que está cumprida a prestação da justiça.

De modo que pediria aos companheiros que não se demorassem nas argumentações e que dissessemos "não" a todas, as emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (Relator) (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Plínio Arruda Sampaio sabe, e não é por ouvir dizer, da admiração que tenho por S. Ex<sup>a</sup>. Todavia, no caso em julgamento perante este Plenário, S. Ex<sup>a</sup> não tem razão. Razão assiste ao Constituinte Senador Aloysio Chaves, que fez a defesa alinhando uma série de considerações, das quais a principal eu me permito agora aduzir. O que se quer com a aprovação dessa emenda é evitar o caos nas relações de trabalho, regionalizando-se o Direito federal.

De modo que, Sr. Presidente, por essa razão, o Relator opina pela aprovação da emenda.

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — O SR. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, reunião de emendas com quatorze destaques, trata de uma das matérias mais importantes relacionadas ao Tribunal Superior do Trabalho. Assim sendo, com um **quorum** muito baixo, pediríamos a V. Ex<sup>a</sup> que deixasse essa votação para a parte da tarde.

Sr. Presidente, considerando que V. Ex<sup>a</sup> anunciou que encerraria a sessão às 13h, e estamos em cima dessa hora, recomendamos a nossa bancada não votar, para que não dê **quorum**. É absurdo que decisão desta natureza queira ser tomada com **quorum** tão baixo. Trata-se de matéria fundamental para a vida do País. E assim sendo, o PFL recomenda à sua bancada que não vote.

**O Sr. Gastone Righi** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. GASTONE RIGHI** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PTB, atendendo aos interesses dos trabalhadores brasileiros, e considerando que as reivindicações dos seus direitos individuais não podem ficar perdidas durante cinco ou dez anos num tribunal afastado da realidade brasileira, como este que se centraliza em Brasília, dirá "não" à emenda.

**O Sr. Gérson Peres** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. GÉRSO PERES** (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apelar aos colegas para não darem número legal para se proceder a essa votação. Os argumentos do Deputado Gastone Righi ferem a tradição da Justiça e são contra a unificação da jurisprudência. Está S. Ex<sup>a</sup> totalmente errado. Muito pelo contrário, introduz a anarquia no Direito Trabalhista. É isto que S. Ex<sup>a</sup> deseja que ocorra em São Paulo.

**O Sr. Adolfo Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA** (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para evitar a anarquia no setor trabalhista, o Partido Liberal acompanha o Sr. Relator e vota "sim".

**O Sr. José Maria Eymael** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não prospera o argumento de uniformização da jurisprudência em matéria de fato. A Liderança do PDC orienta sua bancada a votar "não".

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Comunista Brasileiro, rejeitando argumentos de anarquia que não haverá, quer garantir exatamente a maior agilização da Justiça. Por isso, vota "não".

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro votará "não".

**O Sr. Plínio Arruda Sampaio** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores votará "não".

**O Sr. Jorge Hage** — (Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. JORGE HAGE** (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PSDB sugere à sua bancada que vote "não".

**O Sr. Amaral Netto** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. AMARAL NETTO** (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS vota "sim".

**O Sr. Haroldo Lima** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. HAROLD LIMA** (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B votará "não".

**O Sr. César Maia** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CÉSAR MAIA** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT, deixando a questão aberta para a sua bancada, votará "não".

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB, acompanhando o Relator, vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Passemos à votação.

(Procede-se à votação.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Convoco sessão da Assembleia Nacional Constituinte para hoje, às 15h.

**O Sr. Nelson Friedrich** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte

**O SR. NELTON FRIEDRICH** (PSDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O Sr. João Lobo** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

**O SR. JOÃO LOBO** (PFL — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o meu voto é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O Sr. Hélio Rosas** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

**O SR. HÉLIO ROSAS** (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai publicar o resultado (Votação nº 873):

SIM — 111  
NÃO — 103  
ABSTENÇÃO — 5  
TOTAL — 219

Não houve **quorum**. Está adiada a votação.  
**VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTE:**

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção  
Acival Gomes — Não  
Ademir Andrade — Não  
Adhemar de Barros Filho — Não  
Adroaldo Streck — Sim  
Adyson Motta — Sim  
Agassiz Almeida — Sim

Airton Cordeiro — Não	Geraldo Campos — Não	Maria de Lourdes Abadia — Não
Alceni Guerra — Não	Gonzaga Patriota — Não	Mário de Oliveira — Não
Aloísio Vasconcelos — Sim	Gumerindo Milhomem — Não	Maurício Corrêa — Sim
Álvaro Antônio — Sim	Harlan Gadelha — Não	Maurício Fruet — Sim
Amaury Muller — Não	Haroldo Lima — Não	Mauro Borges — Sim
Anna Maria Rattes — Sim	Haroldo Sabóia — Não	Mauro Campos — Sim
Antônio de Jesus — Sim	Hélio Costa — Não	Mendes Ribeiro — Sim
Antonio Gaspar — Não	Hélio Duque — Não	Milton Barbosa — Sim
Antonio Mariz — Não	Henrique Córdova — Sim	Miro Teixeira — Sim
Antonio Perosa — Sim	Heráclito Fortes — Sim	Moema São Thiago — Sim
Arnaldo Faria de Sá — Não	Hermes Zaneti — Não	Myrian Portella — Não
Arnaldo Moraes — Sim	Humberto Lucena — Sim	Nabor Júnior — Sim
Artur da Távola — Não	Humberto Souto — Sim	Naphtali Alves de Souza — Sim
Asdrubal Bentes — Sim	Iram Saraiva — Não	Nelson Carneiro — Sim
Augusto Carvalho — Não	Irma Passoni — Não	Nelson Jobim — Sim
Basílio Villani — Sim	Israel Pinheiro — Sim	Nelson Seixas — Não
Benedicto Monteiro — Não	Itamar Franco — Sim	Nelson Wedekin — Sim
Benedita da Silva — Sim	Iturival Nascimento — Sim	Ney Maranhão — Não
Benito Gama — Sim	Ivo Lech — Não	Nilson Gibson — Sim
Bernardo Cabral — Sim	Ivo Mainardi — Sim	Norberto Schwantes — Sim
Beth Azize — Sim	Jamil Haddad — Não	Octávio Elísio — Sim
Caio Pompeu — Não	João da Mata — Sim	Olívio Dutra — Não
Carlos Alberto Caó — Não	João Natal — Não	Osvaldo Sobrinho — Sim
Carlos Benevides — Sim	João Paulo — Sim	Oswaldo Trevisan — Não
Carlos Chiarelli — Sim	Joaquim Bevilacqua — Não	Paes de Andrade — Sim
Carlos Cotta — Não	Joaquim Sucena — Sim	Paulo Almada — Sim
Carlos Mosconi — Não	Jofran Frejat — Abstenção	Paulo Delgado — Não
Carlos Vinagre — Sim	José Carlos Grecco — Não	Paulo Macarini — Sim
Cássio Cunha Lima — Não	José Carlos Martinez — Não	Paulo Marques — Sim
Célio de Castro — Não	José Carlos Sabóia — Não	Paulo Paim — Não
Celso Dourado — Não	José Costa — Sim	Paulo Ramos — Não
César Maia — Não	José da Conceição — Não	Paulo Silva — Não
Chagas Duarte — Sim	José Elias — Não	Paulo Zarzur — Abstenção
Chagas Rodrigues — Sim	José Fernandes — Não	Pedro Ceolin — Sim
Cid Sabóia de Carvalho — Sim	José Fogaça — Sim	Plínio Arruda Sampaio — Não
Claudio Ávila — Sim	José Freire — Sim	Pompeu de Sousa — Não
Costa Ferreira — Sim	José Genoíno — Não	Raimundo Lira — Sim
Cristina Tavares — Sim	José Guedes — Não	Raquel Capiberibe — Não
Darcy Deitos — Não	José Ignácio Ferreira — Não	Raul Ferraz — Sim
Davi Alves Silva — Sim	José Maranhão — Sim	Renato Vianna — Não
Délio Braz — Não	José Maria Eymael — Não	Roberto Freire — Não
Denisar Arneiro — Sim	José Maurício — Não	Roberto Torres — Sim
Dirce Tutu Quadros — Sim	José Melo — Não	Robson Marinho — Sim
Dirceu Carneiro — Sim	José Paulo Bisol — Não	Ronaldo Aragão — Não
Edme Tavares — Sim	José Queiroz — Abstenção	Ronan Tito — Sim
Edmilson Valentim — Não	José Richa — Sim	Ruben Figueiró — Sim
Eduardo Bonfim — Sim	José Tavares — Não	Ruy Bacelar — Sim
Eduardo Jorge — Não	José Ulisses de Oliveira — Sim	Santinho Furtado — Sim
Egídio Ferreira Lima — Não	José Viana — Sim	Sérgio Spada — Sim
Elias Murad — Não	José Yunes — Sim	Severo Gomes — Sim
Eraldo Trindade — Sim	Júlio Costamilan — Sim	Sigmaringa Seixas — Não
Euclides Scalco — Sim	Jutahy Magalhães — Sim	Simão Sessim — Sim
Eunice Michiles — Abstenção	Koyu Iha — Não	Siqueira Campos — Sim
Farabulini Júnior — Não	Leite Chaves — Não	Sólon Borges dos Reis — Não
Feres Nader — Não	Lélio Souza — Sim	Sotero Cunha — Não
Fernando Bezerra Coelho — Não	Levy Dias — Sim	Tadeu França — Não
Fernando Gasparian — Sim	Lezio Sathler — Sim	Teotônio Vilela Filho — Não
Fernando Henrique Cardoso — Sim	Lídice da Mata — Não	Ubiratan Aguiar — Sim
Fernando Lyra — Não	Luiz Alberto Rodrigues — Não	Uldurico Pinto — Não
Fernando Santana — Não	Luiz Freire — Não	Ulysses Guimarães — Abstenção
Firmino de Castro — Sim	Luiz Gushiken — Não	Valmir Campelo — Sim
Florestan Fernandes — Não	Luiz Henrique — Sim	Vasco Alves — Não
Florêncio Paixão — Não	Luiz Inácio Lula da Silva — Não	Vicente Bogo — Não
França Teixeira — Sim	Luiz Viana Neto — Sim	Vilson Souza — Não
Francisco Dias Alves — Sim	Maguito Vilela — Sim	Virgílio Guimarães — Não
Francisco Küster — Não	Manoel Ribeiro — Sim	Vitor Buaiz — Não
Francisco Rossi — Não	Marcelo Cordeiro — Sim	Vladimir Palmeira — Sim
Gabriel Guerreiro — Sim	Márcia Kubitschek — Sim	Waldyr Pugliesi — Sim
Gastone Righi — Não	Márcio Braga — Sim	Wilma Maia — Não
Geraldo Alckmin Filho — Sim	Márcio Lacerda — Não	Wilson Campos — Sim
Geraldo Bulhões — Não	Marcos Lima — Sim	Wilson Martins — Sim



**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — No decorrer da Ordem do Dia, comparecer mais os Srs.:

Genebaldo Corrêa — PMDB  
Manuel Viana — PMDB  
Marcondes Gadelha — PFL  
Oswaldo Coelho — PFL.

## VI — ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

### DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Afif Domingos — PL; Aírton Sandoval — PMDB; Alécio Dias — PFL; Álvaro Pacheco — PFL; Álvaro Valle — PL; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Salin Curiati — PDS; Carlos Alberto — PTB; Divaldo Suruagy — PFL; Domingos Juvenil — PMDB; Ézio Ferreira — PFL; Felipe Cheidde — PMDB; Flávio Rocha — PL; Francisco Pinto — PMDB; Francisco Sales — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Cunha — PDT; Joaquim Francisco — PFL; Lúcia Braga — PMDB; Luiz Soyer — PMDB; Mário Bouchardet — PMDB; Mauro Fecury — PFL; Nilso Sguarezi — PMDB; Noel de Carvalho — PMDB; Olavo Pires — PTB; Osmundo Rebouças — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Ronaldo Carvalho — PMDB; Rose de Freitas — PSDB; Válder Pereira — PMDB; Vieira da Silva — PDS; Vivaldo Barbosa — PDT;

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Encerro a sessão, designando para a de hoje, às 15 horas, anteriormente convocada, a seguinte

## ORDEM DO DIA

Prosseguimento da votação das emendas destacadas, oferecidas ao Projeto de Constituição em segundo turno.

(Encerra-se a sessão às 13 horas e 3 minutos.)

**DISCURSO DO SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA, PUBLICADO NO DANC DE 4-8-1988, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM OMISSÕES.**

**O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA** (PMDB — PE.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, confesso, limpamente, que, durante algum tempo e até mesmo na primeira fase da Assembléia Nacional Constituinte, cheguei a me impressionar com a arguição de que o direito de propriedade não poderia estar relacionado entre as garantias individuais, ao lado do direito à vida, à liberdade, à saúde, à moradia. Todavia, obrigado a refletir em virtude do próprio processo constituinte, elucidei-me no sentido de que isso não passava de um preconceito e que o alcance do termo “pro-

priedade”, que aqui se encontra inserido, não é o atribuído pelo Constituinte José Genoíno. Na concepção do Constituinte José Genoíno, o termo propriedade refere-se apenas à propriedade real, seja urbana ou rural, à propriedade daquele que explora, à propriedade opressora, que durante milênios, marginalizou uma grande faixa da humanidade. Mas não é esse o sentido que o texto dá à palavra propriedade.

Veja-se como ela está inserida no art. 5º do Projeto de Constituição:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurada aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:”

Ora, ninguém tem a vida com segurança, ninguém tem liberdade sem o direito à propriedade. Direito à propriedade no sentido lato a que se reporta o texto “é qualquer direito patrimonial”. É a propriedade no sentido de moradia, a propriedade que se traduz no uso do bem comum: a praia, a rua, a praça pública, o ar que se respira. É a esse direito amplo de propriedade a que se reporta o texto. E esse direito é inerente à vida, à liberdade, à segurança.

Comentando o art. 153, § 2º da Constituição de 1967, que reitera praticamente a de 1946, Pontes de Miranda, que não foi apenas um jurista, porque ao lado do jurista estava a visão do sociólogo e a visão política, diz claramente:

“Direito de propriedade, segundo a Constituição de 1967, é qualquer direito patrimonial. Não importa se há direito real sobre bem corpóreo (propriedade, usufruto, uso, habitação, hipoteca, penhor, anticrese) ou sobre bem incorpóreo (propriedade intelectual, seja artística, literária, científica ou industrial ou direito real limitado sobre bem incorpóreo) ou se não há, na espécie, direito real (se se trata de crédito ou de pretensão, ou de ação, ou de exceção somente pessoal).

E acrescenta, com uma clareza e uma transparência irrefutáveis: A expressão “direito de propriedade”, no art. 153, § 22, da Constituição de 1967, tem sentido lato. Quando, no art. 163, a Constituição de 1967 se refere “a direitos e garantias individuais”, incluído está o direito de propriedade, não cabendo, no sistema jurídico brasileiro, a discussão que há alhures”. O direito de propriedade aqui é, também, o direito à criação literária, é o direito ao produto do pensamento de cada um, é o direito de transitar pelas ruas e usá-las, é o direito à servidão pública. Esse direito de propriedade, como já afirmei, é inerente à vida, à segurança e ao bem-estar social. Tirá-lo do texto é deixar a disposição do art. 5º mutilada.

Concordo com o Constituinte José Genoíno apenas num ponto: o texto deveria ter sido sintético e em comando direto — “Todos são iguais perante a lei”, como pretendia o Constituinte Mário Covas.

Peço, portanto, que a emenda seja rejeitada, em virtude dos argumentos expendidos.

**DISCURSO DO SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA, PUBLICADO NO DANC DE 28-7-1988, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM OMISSÕES.**

**O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA** (PMDB — PE.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, eu me manifesto contra as emendas supressivas, e o faço com absoluta tranquilidade. A primeira providência que se impõe é fazer uma advertência, é chamar a bríos o próprio corpo constituinte que aprovou uma emenda presidencialista, nesta Casa, nela inserindo o voto de censura, por franca maioria. Não vejo sentido para que a Casa modifique sua decisão, alguns meses depois. Essa modificação sequer encontra motivação técnica, doutrinária e histórica. Alguns regimes presidencialistas passaram a adotar, com êxito, mecanismos parlamentaristas. É o caso do Peru, que tem moção de censura idêntica à adotada por este Projeto.

Por que não aproveitar a oportunidade para repensar o sistema presidencialista? Por que não manter o texto e não aprovar, logo em seguida, a emenda do Constituinte José Fogaça que reduz o **quorum** para maioria absoluta? Por que também não se pensar em um acordo geral de Lideanças, instituindo a hipótese de dissolução da Câmara, após a aprovação consecutiva de três moções de censura, como ocorre no Peru? Por que não fazê-lo?

O nosso presidencialismo, nos termos em que se encontra inserido no Projeto de Constituição, será motivo de constantes de conflitos e de impasses. Jamais o sistema presidencialista se exibiu no País tão rígido, tão inflexível, tão ensejador de crises. O Presidente da República será um solitário, será um homem forte, imperial, mas, ao mesmo tempo, profundamente vulnerável. Qualquer impasse, qualquer obstáculo, qualquer conflito o porá por terra. Tenho receio de que a próxima eleição para Presidente da República, em virtude do sistema presidencialista que se desenhou, seja o começo de uma grande crise institucional. Não acredito que o melhor estadista deste País, por mais dimensão que tenha, se eleito Presidente da República, possa governar com o sistema presidencialista pessoal, rígido e imperial que adotamos.

Que regime é esse? Em poucas palavras podemos dizer o que é. É o Presidente da República, eleito pelo voto popular, isolado dos demais Poderes, governando unicamente com seus amigos, auxiliares e Ministros de sua exclusiva escolha e que só perante a ele respondem. Esse sistema não vai funcionar. Peço a Deus que me dê a oportunidade de ver o Congresso Nacional alterar a Constituição no propósito de evitar um impasse de graves consequências para a democracia e para os destinos do País.

O texto que aí se encontra nos oferece a oportunidade, desde que mantido, para que possamos sentar a uma mesa e repensar o sistema presidencialista, tornando-o funcionável, flexível, moderno e capaz de fazer com que este País supere as suas crises e seus problemas e encontre o caminho da democracia e do desenvolvimento.

Por isso, sou contra a supressão almejada pelas emendas.

## SUMÁRIO

**2 — ATA DA 326ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 25 DE AGOSTO DE 1988****I — Abertura da sessão****II — Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.****III — Leitura do Expediente****IV — Pequeno Expediente**

**PRESIDENTE** (Jorge Arbage) — Concessão da palavra aos Constituintes, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno tendo em vista inexistência de **quorum** para votação.

**RLY NEDEL** — Concessão, pelo INPS e Funrural, de reajuste nas remunerações dos titulares das Representações estaduais.

**OLÍVIO DUTRA** — Papel constitucional das Forças Armadas.

**PAULO DELGADO** — Acompanhamento, pelo orador, da Convenção Municipal do PT em Teresina, Estado do Piauí, com vistas às eleições de novembro. Desvio de contracheques do funcionalismo estadual piauiense.

**ROBERTO CAMPOS** — Crença do orador no nacionalismo de resultados. Protesto contra a utilização da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para a formalização de julgamentos pessoais.

**AMÁURY MÜLLER** — Legitimidade do uso da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para exteriorização dos ideais democráticos e da defesa dos interesses nacionais.

**THEODORO MENDES** — Não-observância do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte na aprovação, em segundo turno, da licença-paternidade.

**ANTERO DE BARROS** — Protesto contra a onda de violência existente na região do Araguaia, Estado do Mato Grosso.

**PRESIDENTE** — Convocação dos Constituintes ao plenário para verificação de **quorum**.

**ASSIS CANUTO** — Protesto contra a inclusão da Embrater e da Ceplac na "operação desmonte".

**ADHEMAR DE BARROS FILHO** — Entrevista do Ministro Roberto Cardoso Alves, da Indústria e do Comércio, à TV-Manchete de Brasília.

**ADYLLSON MOTTA** — Submissão do Presidente da República às pressões para prorrogação de incentivos fiscais à instalação de projetos nas áreas da Sudam e da Sudene. Artigo "Uma batalha que se perde", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**.

**SÓLON BORGES DOS REIS** — Improcedência das razões apresentadas por Constituintes candidatos a prefeito municipal para justificar as ausências às sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

**GONZAGA PATRIOTA** — Movimentação da conta-corrente da Funai junto ao Banco de Roraima, sob intervenção e em fase de liquidação. Desatenção do Governador José Apare-

cido para com os problemas de Brasília, Distrito Federal.

**NEY MARANHÃO** — Artigo do jornalista Carlos Chagas sobre a reeleição do Deputado Ulysses Guimarães para a Presidência da Câmara dos Deputados.

**VICTOR FACCIONI** — Concessão de liminar à empresa paulista contra redução do prazo do IPI decretada pelo Governo Federal.

**DARCY DEITOS** — Abertura de frentes de trabalho a "bóias-frias" no Estado do Paraná.

**LYSÂNEAS MACIEL** — Repúdio à política de contenção de despesas do Governo Federal.

**DIRCE TUTU QUADROS** — Denúncia de empreguismo na ENAP, vinculada ao Ministério da Administração.

**FRANCISCO KÜSTER** — Avanços da futura Carta Magna.

**WILSON CAMPOS** — Repúdio às manifestações de apoio ao Prefeito Jânio Quadros, São Paulo, Estado de São Paulo.

**PRESIDENTE** (Arnaldo Faria de Sá) — Reiteração da convocação dos Constituintes ao plenário para verificação de **quorum**.

**JOSÉ FERNANDES** — Carta aberta ao funcionalismo público do Estado do Amazonas.

**MARIA DE LOURDES ABADIA** — Crise no Governo do Distrito Federal.

**NELSON SEIXAS** — Comemoração da Semana Nacional da Criança Excepcional.

**SÓLON BORGES DOS REIS** (Pela ordem) — Desnecessidade da manifestação dos líderes de bancada dos partidos durante a votação do Projeto de Constituição, existindo acordo de lideranças sobre a matéria posta a votos.

**PRESIDENTE** — Resposta ao Constituinte Sólton Borges dos Reis.

**GERAL ALCKMIN FILHO** — Transcurso do 10º aniversário de fundação do jornal **A Tribuna do Ribeira**, Estado de São Paulo.

**IBERÊ FERREIRA** — Transcurso do 46º aniversário de fundação da Legião Brasileira de Assistência — LBA.

**PAULO PAIM** — Uso de repressão policial contra manifestantes no reinício da Campanha Nacional pela reposição salarial.

**INOCÊNCIO OLIVEIRA** — Normas para julgamento de ações indenizatórias decorrentes de erros médicos.

**CARLOS VINAGRE** — Repúdio à proposta de extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER.

**ANTÔNIO DE JESUS** — Transcurso do 40º aniversário de elevação à categoria de Município, Nazário, Estado de Goiás.

**RITA CAMATA** — Protesto contra repressão policial praticada contra manifestantes estudantes em Vitória, Estado do Espírito Santo.

**JOSÉ CARLOS GRECCO** — "Operação Desmonte", instrumentos de terrorismo do Governo Federal contra Estados e Municípios.

**CUNHA BUENO** — Realização, em Brasília, Distrito Federal, do 2º Ciclo de Conferência sobre a Imprensa Brasileira e 5º Encontro Nacional das Associações de Imprensa.

**TITO COSTA** — Censura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB ao filme "A última tentação de Cristo", do cineasta norte-americano Martin Scorsese.

**ARNALDO FARIA DE SÁ** — Justiça aos servidores públicos civis aposentados na futura Carta Magna.

**DOMINGOS LEONELLI** — Repúdio à negociação para privatização da empresa Caraiíba Metais, Estado de São Paulo.

**FÉRES NADER** — Transcurso do 43º aniversário do lançamento da Bomba H sobre Hiroxima, Japão.

**RAQUEL CÂNDIDO** — A empresa nacional no domínio dos mercados no campo tecnológico.

**VITOR BUAIZ** — Avanços da futura Constituição.

**JOSÉ CARLOS COUTINHO** — Previsão, no futuro texto constitucional, de precedência dos servidores da administração fazendária, em suas áreas de competência e jurisdição, sobre os demais setores administrativos.

**ONOFRE CORRÊA** — Posição do orador favorável à manutenção do Território de Fernando de Noronha.

**CHAGAS NETO** — Repúdio à política governamental da redução dos mecanismos de apoio à comunidade carente no País.

**SIGMARINGA SEIXAS** — Impropriedade dos drásticos cortes anunciados pelo Governo no orçamento dos Ministérios.

**ODACIR SOARES** — Sabedoria do povo rondoniense na escolha dos candidatos às eleições municipais de 1988.

**PAULO MACARINI** — Êxito no desempenho do Banco do Brasil S/A no primeiro semestre de 1988.

**PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Convocação dos Srs. Constituintes ao plenário para o início da votação da Ordem do Dia.

**V — Ordem do Dia**

Votação das emendas destacadas, oferecidas ao Projeto de Constituição em segundo turno. (Art. 29, § 4º do Regimento Interno). (Votação iniciada)

**PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Votação da reunião das Emendas nºs 1.634, 155, 26, 1.256, 25, 235, 1.037, 220, 415, 655, 1.233, e 1.504.

**ROBERTO FREIRE** (PCB), **EDMILSON VALENTIM** (PC do B), **MENDES RIBEIRO** (PMDB), **ADEMIR ANDRADE** (PSB), **INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL), **AMARAL NETTO** (PDS), **HAROLDO LIMA** (PC do B), **ADOLFO OLIVEIRA** (PL), **SÓLON BORGES DOS REIS** (PTB), **BRANDÃO MONTEIRO** (PDT), **JOSÉ GENÓINO** (PT), (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

**ELIEL RODRIGUES** (Pela ordem) — Registro do parecer do Relator favorável à matéria em votação.

**JORGE HAGE** (PSDB), **NELSON JOBIM** (PMDB), **INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL) (Pela ordem) — Declaração do voto das respectivas bancadas.

(Procede-se à votação)

RAQUEL CÂNDIDO (Pela ordem) — Retificação do voto proferido na votação em curso.

PRESIDENTE — Aprovação da reunião das Emendas n.ºs 1.634, 155, 26, 1.256, 25, 235, 1.037, 220, 415, 655, 1.233, e 1.504.

LYSÂNEAS MACIEL (Pela ordem) — Retificação do voto registrado no painel da votação.

PRESIDENTE — Votação da Emenda n.º 193, do Constituinte Moysés Pimentel, referente ao Destaque n.º 303.

PAES LANDIM (Pela ordem) — Omissão do voto do orador no painel de votação.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer contrário à matéria em votação.

BENITO GAMA (Pela ordem) — Registro do voto que proferiria na votação anterior.

ROBERTO FREIRE (PCB), NELSON CARNEIRO (PMDB), ADEMIR ANDRADE (PSB) (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Retirada da Emenda n.º 193, do Constituinte Moysés Pimentel. Retirada das Emendas n.ºs 284, 1.257 e 407 dos Constituintes Tito Costa, Levy Dias e Joaquim Bevilacqua. Votação das Emendas n.ºs 1.543 e 1.168, dos Constituintes Mauro Borges e João Agripino, referente aos Destaques n.ºs 496 e 611.

JOÃO AGRIPINO (Pela ordem) — Retirada da Emenda n.º 1.168.

PRESIDENTE — Retirada da Emenda n.º 1.543, do Constituinte Mauro Borges. Votação da Emenda n.º 998, do Constituinte Edmilson Valentim, referente ao Destaque n.º 1.030.

EDMILSON VALENTIM (Pela ordem) — Retirada da Emenda n.º 998.

PRESIDENTE — Prejudicialidade da Emenda n.º 1.596, do Constituinte Raimundo Bezerra, por ausência do autor no plenário. Votação da Emenda n.º 713, do Constituinte Virgílio Galassi, referente ao Destaque n.º 369.

INOCÊNCIO OLIVEIRA (Pela ordem) — Existência de acordo de lideranças sobre a matéria em votação.

ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS — Encaminhamento da votação.

ROBERTO FREIRE (PCB), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT), ADEMIR ANDRADE (PSB), AMARAL NETTO (PDS), JOSÉ GENOÍNO (PT), NELSON JOBIM (PMDB), EDUARDO BONFIM (PC do B) (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) — Natureza modificativa da emenda em votação.

(Procede-se à votação)

LUIZ SALOMÃO (Pela ordem) — Presença nas galerias da Casa de servidores da Cibra, em protesto contra o processo de privatização da empresa.

SANDRA CAVALCANTI (Pela ordem) — Assunção pelas lideranças partidárias, da responsabilidade pela demora na votação do dispositivo constitucional relativo à eleição em dois turnos para as prefeituras municipais.

OCTÁVIO ELÍSIO (Pela ordem) — Desejo nacional da manutenção das eleições em dois turnos para as prefeituras municipais.

NELSON JOBIM (Pela ordem) — Posição do PMDB em face dos entendimentos para votação do dispositivo relativo às eleições em dois turnos para as prefeituras municipais.

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) — Posição do PT em face dos entendimentos para votação do dispositivo relativo às eleições em dois turnos para as prefeituras municipais.

HAROLDO LIMA (Pela ordem) — Posição do PC do B em face dos entendimentos para votação do dispositivo relativo às eleições em dois turnos para as prefeituras municipais.

PRESIDENTE — Rejeição da Emenda n.º 713.

ADEMIR ANDRADE, ERLDO TRINDADE (Pela ordem) — Registro do voto proferido na votação anterior.

CARLOS ALBERTO CAÓ (Pela ordem) — Posição do PDT em face da votação do dispositivo relativo às eleições em dois turnos para as prefeituras municipais.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (Pela ordem) — Desacordo com adiamento da votação do § 2º do art. 120.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) — Desacordo do PT com a concentração da votação das matérias polêmicas.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte José Genoíno.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) — Necessidade de audiência das lideranças nos adiamentos de votação.

INOCÊNCIO OLIVEIRA (Pela ordem) — Inexistência de emendas de autoria do PFL entre as matérias adiadas. Posição do PFL com relação à votação de dispositivo relativo às eleições em dois turnos para as Prefeituras Municipais.

GERSON PERES (Pela ordem) — Responsabilidade do PDS pelo pedido de adiamento da votação do § 2º do art. 120.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) — Inexistência de prévia audiência das lideranças para adiamento da votação do § 2º do art. 120.

GERSON PERES (Pela ordem) — Impossibilidade de atendimento do pedido do PT em contraposição ao do PDS.

PRESIDENTE — Consulta aos líderes sobre adiamento da matéria.

HAROLDO LIMA (PC do B), ADEMIR ANDRADE (PSB), NELSON JOBIM (PMDB), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT) (Pela ordem) — Resposta à consulta da Presidência sobre adiamento da votação da matéria.

PRESIDENTE — Adiamento da votação do § 2º do art. 120.

AMARAL NETTO (Pela ordem) — Respeito à decisão do Constituinte Gerson Peres.

PRESIDENTE — Votação da Emenda n.º 1.209, do Constituinte Vicente Bogo, referente ao Destaque n.º 657.

VICENTE BOGO — Encaminhamento da votação.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer contrário à aprovação da matéria.

ROBERTO FREIRE (PCB), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), AMARAL NETTO (PDS), HAROLDO LIMA (PC do B), JOSÉ GENOÍNO (PT), ADEMIR ANDRADE (PSB), ADOLFO OLIVEIRA (PL), CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT), JORGE HAGE (PSDB), NELSON JOBIM (PMDB) (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

(Procede-se à votação)

PRESIDENTE — Rejeição da Emenda n.º 1.209.

ALUÍZIO BEZERRA (Pela ordem) — Registro do voto que proferiria na votação anterior.

PRESIDENTE — Votação da Emenda n.º 1.207, do Constituinte Vicente Bogo, referente ao Destaque n.º 655.

VICENTE BOGO, JOSÉ FOGAÇA — Encaminhamento da votação.

VICENTE BOGO (Pela ordem) — Retirada da emenda.

PRESIDENTE — Prejudicialidade da Emenda n.º 1.269, do Constituinte José Teixeira, referente ao Destaque n.º 1.413, pela ausência do autor no plenário.

FRANCISCO AMARAL (Pela ordem) — Retirada da Emenda n.º 913 referente ao Destaque n.º 258.

PRESIDENTE — Prejudicialidade da Emenda n.º 1.149, do Constituinte Paulo Mincarone, referente ao Destaque n.º 1.111, pela ausência do autor no plenário. Votação do Destaque n.º 557, do Constituinte Tito Costa.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) — Existência de acordo contrário à Emenda n.º 283.

PRESIDENTE — Retirada da Emenda n.º 283, referente ao Destaque n.º 557. Votação do Destaque n.º 256, do Constituinte Francisco Amaral.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) — Identidade entre as Emendas n.ºs 283 e 1.086 com acordo de Lideranças contrário.

PRESIDENTE — Prejudicialidade da Emenda n.º 1.086, do Constituinte Francisco Amaral, referente ao Destaque n.º 286, pela ausência do autor no plenário. Votação do Destaque n.º 306, da Constituinte Sadie Hauache.

NELSON JOBIM (Pela ordem) — Apelo à Constituinte Sadie Hauache para a retirada de emenda de sua autoria, em face da existência de acordo de lideranças contrário.

PRESIDENTE — Retirada da Emenda n.º 110, da Constituinte Sadie Hauache, referente ao Destaque n.º 1.623, pela autora. Votação das Emendas n.ºs 1.968, 484, 781, 38, dos Constituintes Cid Carvalho, Sadie Hauache, Oscar Corrêa Júnior e Ivo Mainardi, respectivamente, referentes aos Destaques n.ºs 82, 309, 1.114 e 1.398.

SADIE HAUACHE, PAULO RAMOS — Encaminhamento da votação.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer favorável à matéria em votação.

ROBERTO FREIRE (PCB), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), AMARAL NETTO (PDS), EDMILSON VALENTIM (PC do B), ADOLFO OLIVEIRA (PL), CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT), ADEMIR ANDRADE (PSB), FARABULINI JÚNIOR (PTB), NELSON JOBIM (PMDB), PAULO RAMOS (PMN), PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), ARTUR DA TÁVOLA (PSDB), (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

(Procede-se à votação)

SANDRA CAVALCANTI (Pela ordem) — Providências da Mesa para votação na sessão do dia 26, na parte da manhã, do art. 121 do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE — Resposta à Constituinte Sandra Cavalcanti.

AMARAL NETTO (Pela ordem) — Esclarecimentos do Relator sobre emenda ao § 3º do art. 131 do Projeto de Constituição.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Amaral Netto. Rejeição das Emendas nºs 1.968, 484, 781 e 38.

OCTÁVIO ELÍSIO (Pela ordem) — Omissão do voto do orador no painel de votação.

PRESIDENTE — Retirada das Emendas nºs 282 e 1.574, dos Constituintes Robson Marinho e Plínio Martins, referentes aos Destaques nºs 22 e 39.

PAULO PAIM (Pela ordem) — Registro do voto à matéria em votação anterior.

PRESIDENTE — Prejudicialidade da Emenda nº 695, do Constituinte Maurício Nasser, referente ao Destaque nº 1.712, pela ausência do orador no plenário.

GASTONE RIGHI (Pela ordem) — Omissão do voto do orador no painel de votação.

PRESIDENTE — Votação da Emenda nº 846, do Constituinte Euclides Scalco.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) — Aspecto redacional da matéria em votação.

PRESIDENTE — Retirada da Emenda nº 846, do Constituinte Euclides Scalco, referente ao Destaque nº 612, para ser apreciada na fase de correção de linguagem. Prejudicialidade das Emendas nºs 242 e 1.172, dos Constituintes Hilário Braun e Eraldo Tinoco, referente aos Destaques nºs 690 e 1.234, respectivamente. Votação das Emendas nºs 1.602, 98, 453 e 452, reunidas.

IBSEN PINHEIRO (Pela ordem) — Esclarecimentos sobre a matéria em votação.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Ibsen Pinheiro.

GERSON PERES (Pela ordem) — Esclarecimento sobre a matéria em votação.

CID SABÓIA DE CARVALHO (Pela ordem) — Indevido encaminhamento de votação.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Cid Sabóia de Carvalho.

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) — Esclarecimentos da Mesa sobre a retirada ou não de emendas ao art. 135.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte José Genoíno.

IBSEN PINHEIRO, CID SABÓIA DE CARVALHO — Encaminhamento da votação.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer favorável à matéria em votação.

ASDRÚBAL BENTES (Pela ordem) — Pedido de esclarecimento ao Relator sobre a matéria em votação.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Resposta ao Constituinte Asdrúbal Bentes.

CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT), ROBERTO FREIRE (PCB), EDUARDO BONFIM (PC do B), VITOR BUAIZ (PT), ADOLFO OLIVEIRA (PL), ADEMIR ANDRADE (PSB), NELSON JOBIM (PMDB), JÓRGEE HAGE (PSDB), FARABULINI JÚNIOR (PTB), JOSÉ LOURENÇO (PFL) (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Aprovação das Emendas nºs 1.602, 98, 453 e 452.

GERSON PERES (Pela ordem) — Exclusão da letra "c" da votação ora procedida.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Gerson Peres.

SADIE HAUACHE (Pela ordem) — Comunicação de defeito no processo eletrônico de votação na fila 13, mesa 10.

PRESIDENTE — Resposta à Constituinte Sadie Hauache

PRESIDENTE — Votação da Emenda nº 1.167, do Constituinte João Agripino, referente ao Destaque nº 609.

JOÃO AGRIPINO — Encaminhamento da votação.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer contrário à matéria em votação.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), HAROLDO LIMA (PC do B), BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS), IBSEN PINHEIRO (PMDB), CÉSAR MAIA (PDT), FARABULINI JÚNIOR (PTB), ROBERTO FREIRE (PCB), ADEMIR ANDRADE (PSB), ARTUR DA TÁVOLA (PSDB), VITOR BUAIZ (PT), ADOLFO OLIVEIRA (PL) (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Prosseguimento da sessão até às 20h.

(Procede-se à votação)

ADYLSO MOTA (Pela ordem) — Retificação do voto proferido na votação anterior.

CÉSAR MAIA (Pela ordem) — Omissão do voto do orador no painel da votação anterior.

VICTOR FACCIONI, MILTON BARBOSA, DAVI ALVES SILVA (Pela ordem) — Registro do voto.

PRESIDENTE — Rejeição da Emenda nº 1.167. Prejudicialidade das Emendas nºs 1.747 e 423, dos Constituintes Flávio Rocha e Ailton Sandoval, por ausência dos autores no plenário.

COSTA FERREIRA (Pela ordem) — Retirada da Emenda nº 171.

ERICO PEGORARO (Pela ordem) — Omissão do voto do orador no painel na votação anterior.

PRESIDENTE — Votação da reunião das Emendas nºs 974, 1.516 e 1.042, dos Constituintes Harlan Gadelha, Vilson Souza e Wilson Campos, referente aos Destaques nºs 832, 1.123 e 1.607.

HARLAN GADELHA — Encaminhamento da votação.

ALÍZIO CAMPOS (Pela ordem) — Anterior aprovação de emenda suprimindo a parte final da alínea e do art. 134.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Aluízio Campos.

GERSON PERES — Encaminhamento da votação.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer favorável à matéria em votação.

IBSEN PINHEIRO (PMDB), EDÉSIO FRIAS (PDT), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), JOSÉ GENOÍNO (PT), EDUARDO BONFIM (PC do B), JOAQUIM BEVILACQUA (PTB), ROBERTO FREIRE (PCB), AMARAL NETTO (PDS), ARTUR DA TÁVOLA (PSDB), ADEMIR ANDRADE (PSB) (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

(Procede-se à votação)

PRESIDENTE — Convocação de sessão da Assembleia Nacional Constituinte para o dia 26, às 9h. Rejeição das Emendas nºs 974, 1.516 e 1.042. Votação das Emendas nºs 1.482 e 158, dos Constituintes João Natal e João de Deus Antunes, referente aos Destaques nºs 1.303 e 1.704.

JOÃO NATAL — Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE — Parecer do Relator contrário à matéria em votação. Apelo aos Constituintes para permanecerem em plenário.

ROBERTO FREIRE (PCB), CÉSAR MAIA (PDT), JOSÉ GENOÍNO (PT), EDUARDO BONFIM (PC do B), BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS), IBSEN PINHEIRO (PMDB), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), ADEMIR ANDRADE (PSB), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC), ELIAS MURAD (PTB), ARTUR DA TÁVOLA (PSDB) (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

(Procede-se à votação)

OCTÁVIO ELÍSIO (Pela ordem) — Omissão do voto do orador no painel na votação em curso.

PRESIDENTE — Rejeição das Emendas nºs 1.482 e 158. Votação das Emendas nºs 1.669 e 450, dos Constituintes Adroaldo Streck e Amílcar Moreira.

ADROALDO STRECK (Pela ordem) — Retirada da Emenda nº 1.669.

PRESIDENTE — Prejudicialidade da Emenda nº 165, do Constituinte Aroldo de Oliveira, por ausência do autor no plenário. Retirada da Emenda nº 1.355.

LÍZIO SALOMÃO (Pela ordem) — Retificação do voto proferido na votação anterior.

PRESIDENTE — Retirada da Emenda nº 773, do Constituinte Hélio Duque.

MENDES BOTELHO (Pela ordem) — Registro do voto que proferiria na votação anterior.

PRESIDENTE — Votação da Emenda nº 1.167, do Constituinte João Agripino, referente ao Destaque nº 609.

JOÃO AGRIPINO (Pela ordem) — Retirada da Emenda nº 1.167.

PRESIDENTE — Retirada do Destaque nº 63, do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis. Votação das Emendas nºs 106, 1.212 e 253, referente aos Destaques nºs 467, 600, 1.050 e 1.487.

BETH AZIZE, MIRO TEIXEIRA — Encaminhamento da votação.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer contrário à matéria em votação.

CID SABÓIA DE CARVALHO (Pela ordem) — Pedido da palavra para encaminhamento da votação.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Cid Sabóia de Carvalho.

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), FARABULINI JÚNIOR (PTB), CÉSAR MAIA (PDT), BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS), ROBERTO FREIRE (PCB), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC), ARTUR DA TÁVOLA (PSDB), IBSEN PINHEIRO (PMDB), PLÍNIO ARRÚDA SAMPAIO (PT) (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

(Procede-se à votação)

AMAURY MÜLLER, FIRMO DE CASTRO (Pela ordem) — Retificação do voto à matéria em votação.

PAULO DELGADO (Pela ordem) — Urgência na votação das emendas cuja apreciação foi adia.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Paulo Delgado.

MÁRCIO BRAGA (Pela ordem) — Recurso à Mesa da declaração de prejudicialidade da Emenda nº 105, Destaque nº 1.444, do orador.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Márcio Braga.

PRESIDENTE — Rejeição das Emendas nºs 106, 1.212 e 253. Convocação de sessão da Assembleia Nacional Constituinte para o dia 26, às 9h.

## VI — Encerramento

2 — MESA (Relação dos membros)

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)

4 — COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO (Relação dos membros)

# Ata da 326ª Sessão Extraordinária, Vespertina, em 25 de agosto de 1988

*Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente;*

*Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; e Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.*

ÀS 15:00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa — PSB; Acival Gomes — PMDB; Adauto Pereira — PDS; Ademir Andrade — PSB; Adhemar de Barros Filho — PDT; Adolfo Oliveira — PL; Adroaldo Streck — PDT; Adylson Motta — PDS; Aécio de Borba — PDS; Aécio Neves — PMDB; Afonso Camargo — PTB; Afonso Arianos — PSDB; Afonso Sancho — PDS; Agassiz Almeida — PMDB; Agripino de Oliveira Lima — PFL; Ailton Cordeiro — PFL; Alarico Abib — PMDB; Albano Franco — PMDB; Albérico Cordeiro — PFL; Albérico Filho — PMDB; Alceni Guerra — PFL; Aldo Arantes — PC do B; Alexandre Costa — PFL; Alexandre Puzyna — PMDB; Alfredo Campos — PMDB; Almir Gabriel — PMDB; Aloisio Vasconcelos — PMDB; Aloysio Chaves — PFL; Aloysio Teixeira — PMDB; Aluizio Bezerra — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Antônio — PMDB; Alysson Paulinelli — PFL; Amaral Netto — PDS; Amaury Müller — PDT; Amílcar Moreira — PMDB; Ângelo Magalhães — PFL; Anna Maria Rattes — PSDB; Annibal Barcellos — PFL; Antero de Barros — PMDB; Antônio Brito — PMDB; Antônio Carlos Franco — PMDB; Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Antoniocarlos Mendes Thame — PFL; Antônio de Jesus — PMDB; Antonio Ferreira — PFL; Antonio Gaspar — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Antonio Perosa — PSDB; Antonio Ueno — PFL; Arnaldo Faria de Sá — PJ; Arnaldo Martins — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Arnaldo Prieto — PFL; Arnold Fioravante — PDS; Aroldo de Oliveira — PFL; Artenir Werner — PDS; Artur da Távola — PSDB; Asdrubal Bentes — PMDB; Assis Canuto — PFL; Átila Lira — PFL; Augusto Carvalho — PCB; Aureo Mello — PMDB; Basílio Villani — PTB; Benedito Monteiro — PTB; Benedita da Silva — PT; Benito Gama — PFL; Bernardo Cabral — PMDB; Beth

Azize — PSDB; Bezerra de Melo — PMDB; Bocayuva Cunha — PDT; Bonifácio de Andrada — PDS; Bosco França — PMDB; Brandão Monteiro — PDT; Caio Pompeu — PSDB; Carlos Alberto Caó — PDT; Carlos Benevides — PMDB; Carlos Cardinal — PDT; Carlos Chiarelli — PFL; Carlos Cotta — PSDB; Carlos De'Carli — PTB; Carlos Mosconi — PSDB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Carrel Benevides — PTB; Cássio Cunha Lima — PMDB; Célio de Castro — PSDB; Celso Dourado — PMDB; César Cals Neto — PSD; César Maia — PDT; Chagas Duarte — PFL; Chagas Neto — PMDB; Chagas Rodrigues — PSDB; Chico Humberto — PDT; Christóvam Chiaradia — PFL; Cid Carvalho — PMDB; Cid Sabóia de Carvalho — PMDB; Cláudio Ávila — PFL; Cleonânicio Fonseca — PFL; Costa Ferreira — PFL; Cristina Tavares — PSDB; Cunha Bueno — PDS; Dálton Canabrava — PMDB; Darcy Deitos — PMDB; Darcy Pozza — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Davi Alves Silva — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Delfim Netto — PDS; Délio Braz — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Dionísio Dal Prá — PFL; Dionísio Hage — PFL; Dirceu Tutu Quadros — PSDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Djenal Gonçalves — PMDB; Domingos Leonelli — Doretto Campanari — PMDB; Edésio Frias — PDT; Edison Lobão — PFL; Edivaldo Motta — PMDB; Edme Tavares — PFL; Edmilson Valentim — PC do B; Eduardo Bonfim — PC do B; Eduardo Jorge — PT; Eduardo Moreira — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Elias Muzad — PTB; Eliel Rodrigues — PMDB; Eliézer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Eraldo Tinoco — PFL; Eraldo Trindade — PFL; Erico Pegoraro — PFL; Ervin Bonkoski — PTB; Etevaldo Nogueira — PFL; Euclides Scalco — PSDB; Eunice Michiles — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; Expedito Machado — PMDB; Fábio Feldmann — PSDB; Fábio Raunheiti — PTB; Fa-

rabulini Júnior — PTB; Fausto Fernandes — PMDB; Fausto Rocha — PFL; Felipe Mendes — PDS; Feres Nader — PTB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Fernando Gasparian — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Henrique Cardoso — PSDB; Fernando Lyra — PDT; Fernando Santana — PCB; Fernando Velasco — PMDB; Firmo de Castro — PMDB; Flavio Palmier da Veiga — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Floriceno Paixão — PDT; França Teixeira — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Carneiro — PMDB; Francisco Coelho — PFL; Francisco Dias — PMDB; Francisco Diógenes — PDS; Francisco Domelles — PFL; Francisco Küster — PSDB; Francisco Rollemberg — PMDB; Francisco Rossi — PTB; Furtado Leite — PFL; Gabriel Guerreiro — PMDB; Gandi Jamil — PFL; Gastone Righi — PTB; Genésio Bernardino — PMDB; Geovani Borges — PFL; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Geraldo Bulhões — PMDB; Geraldo Campos — PSDB; Geraldo Fleming — PMDB; Gerson Camata — PMDB; Gerson Marcondes — PMDB; Gerson Peres — PDS; Gidel Dantas — PDC; Gilson Machado — PFL; Gonzaga Patriota — PMDB; Guilherme Palmeira — PFL; Gumercindo Milhomem — PT; Gustavo de Faria — PMDB; Harlan Gadelha — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Haroldo Sabóia — PMDB; Hélio Costa — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; Hélio Rosas — PMDB; Henrique Córdova — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Hermes; Hilário Braun — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Lucena — PMDB; Humberto Souto — PFL; Iberê Ferreira — PFL; Ibsen Pinheiro — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Irma Passoni — PT; Ismael Wanderley — PMDB; Israel Pinheiro — PMDB; Itamar Franco — Ivo Cersósimo — PMDB; Ivo Lech — PMDB; Ivo Mainardi

— PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Jacy Scana-gatta — PFL; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — PDC; Jalles Fontoura — PFL; Jamil Haddad — PSB; Jarbas Passarinho — PDS; Jayme Paliarin — PTB; Jayme Santana — PSDB; Jesualdo Cavalcanti — PFL; Jesus Tajra — PFL; Joaci Góes — PMDB; João Agripino — PMDB; João Alves — PFL; João Calmon — PMDB; João Carlos Bacerlar — PMDB; João Castelo — PDS; João da Mata — PDC; João de Deus Antunes — PTB; João Herrmann Neto — PMDB; João Lobo — PFL; João Machado Rollemberg — PFL; João Menezes — PFL; João Natal — PMDB; João Paulo — PT; João Rezek — PMDB; Joaquim Bevilacqua — PTB; Joaquim Hayckel — PMDB; Joaquim Sucena — PTB; Jofran Frejat — PFL; Jonas Pinheiro — PFL; Jonival Lucas — PDC; Jorge Arbage — PDS; Jorge Bornhausen — PFL; Jorge Hage — PMDB; Jorge Leite — PMDB; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Agripino — PFL; José Camargo — PFL; José Carlos Coutinho — PL; José Carlos Grecco — PSDB; José Carlos Martinez — PMDB; José Carlos Sabóia — PSB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Costa — PSDB; José da Conceição — PMDB; José Dutra — PMDB; José Egreja — PTB; José Elias — PTB; José Fernandes — PDT; José Fogaça — PMDB; José Freire — PMDB; José Genóino — PT; José Geraldo — PMDB; José Guedes — PSDB; José Ignácio Ferreira — PMDB; José Jorge — PFL; José Lins — PFL; José Lourenço — PFL; José Luiz de Sá — PL; José Luiz Maia — PDS; José Maranhão — PMDB; José Maria Eymael — PDC; José Maurício — PDT; José Melo — PMDB; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; José Paulo Bisol — PSDB; José Queiroz — PFL; José Richa — PSDB; José Santana de Vasconcellos — PFL; José Serra — PSDB; José Tavares — PMDB; José Teixeira — PFL; José Thomaz Nonô — PFL; José Tinoco — PFL; José Ulisses de Oliveira — PMDB; José Viana — PMDB; Giovanni Masini — PMDB; Juarez Antunes — PDT; Júlio Campos — PFL; Júlio Costamilan — PMDB; Jutahy Magalhães — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Lael Varella — PFL; Lavoisier Maia — PDS; Leite Chaves — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Leopoldo Peres — PMDB; Leur Lomanto — PFL; Levy Dias — PFL; Lezio Sathler — PMDB; Lúdice da Mata — PC do B; Louremberg Nunes Rocha — PTB; Lourival Baptista — PFL; Lúcia Vânia — PMDB; Lúcio Alcântara — PFL; Luís Eduardo — PFL; Luís Roberto Ponte — PMDB; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Luiz Freire — PMDB; Luiz Gushiken — PT; Luiz Inácio Lula da Silva — PT; Luiz Leal — PMDB; Luiz Marques — PFL; Luiz Salomão — PDT; Luiz Viana — PMDB; Luiz Viana Neto — PMDB; Lysâneas Maciel — PDT; Maguito Vilela — PMDB; Maluly Neto — PFL; Manoel Castro — PFL; Manoel Moreira — PMDB; Manoel Ribeiro — PMDB; Mansueto de Lavor — PMDB; Marcelo Cordeiro — PMDB; Márcia Kubitschek — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Lacerda — PMDB; Marco Maciel — PFL; Marcos Lima — PMDB; Marcos Queiroz — PMDB; Maria de Lourdes Abadia — PSDB; Maria Lúcia — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário Covas — PSDB; Mário de Oliveira — PMDB; Mário Lima — PMDB; Mário Maia — PDT; Marluce Pinto — PTB; Matheus Iensen — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Maurício Campos — PFL; Maurício Cor-

rea — PDT; Maurício Fruct — PMDB; Maurício Nasser — PMDB; Maurício Pádua — PMDB; Maurício Ferreira Lima — PMDB; Mauro Benevides — PMDB; Mauro Borges — PDC; Mauro Campos — PSDB; Mauro Miranda — PMDB; Mauro Sampaio — PMDB; Max Rosenmann — PMDB; Meira Filho — PMDB; Melo Freire — PMDB; Mello Reis — PDS; Mendes Botelho — PTB; Mendes Canale — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Messias Góis — PFL; Messias Soares — PTR; Michel Temer — PMDB; Milton Barbosa — PDC; Milton Lima — PMDB; Milton Reis — PMDB; Miraldo Gomes — PDC; Miro Teixeira — PMDB; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PMDB; Mozerildo Cavalcanti — PFL; Mussa Deme — PFL; Myrian Portella — PDS; Nabor Júnior — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Narciso Mendes — PDS; Nelson Aguiar — PDT; Nelson Carneiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Nelson Sabrá — PFL; Nelson Seixas — PDT; Nelson Wedekin — PMDB; Nelson Friedrich — PSDB; Nestor Duarte — PMDB; Ney Maranhão — PMB; Nilson Gibson — PMDB; Nion Albernaz — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Octávio Elisio — PSDB; Odacir Soares — PFL; Olívio Dutra — PT; Onofre Corrêa — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Orlando Pacheco — PFL; Oscar Corrêa — PFL; Osmar Leitão — PFL; Osmir Lima — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Osvaldo Macedo — PMDB; Osvaldo Sobrinho — PTB; Osvaldo Almeida — PL; Osvaldo Trevisan — PMDB; Ottomar Pinto — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Paes Landim — PFL; Paulo Delgado — PT; Paulo Macarini — PMDB; Paulo Marques — PFL; Paulo Mincaroni — PMDB; Paulo Paim — PT; Paulo Pimentel — PFL; Paulo Ramos — PMN; Paulo Roberto — PMDB; Paulo Roberto Cunha — PDC; Paulo Silva — PSDB; Paulo Zarzur — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Pedro Ceolin — PFL; Percival Muniz — PMDB; Pimenta da Veiga — PSDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Plínio Martins — PMDB; Pompeu de Sousa — PSDB; Rachid Saldanha Derzi — PMDB; Raimundo Lira — PMDB; Raimundo Rezende — PMDB; Raquel Cândido — PDT; Raquel Capiberibe — PSB; Raul Belém — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Renan Calheiros — PSDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Ricardo Fiuzza — PFL; Ricardo Izar — PFL; Rita Carnata — PMDB; Rita Furtado — PFL; Roberto Augusto — PTB; Roberto Balestra — PDC; Roberto Brant — ; Roberto Campos — PDS; Roberto D'Ávila — PDT; Roberto Freire — PCB; Roberto Rollemberg — PMDB; Roberto Torres — PTB; Roberto Vital — PMDB; Robson Marinho — PSDB; Rodrigues Palma — PTB; Ronaldo Aragão — PMDB; Ronaldo Cezar Coelho — PSDB; Ronan Tito — PMDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Rospide Netto — PMDB; Rubem Brinquinho — PMDB; Rubem Medina — PFL; Ruben Figueiró — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Ruy Bacerlar — PMDB; Ruy Nedel — PMDB; Sadie Hauache — PFL; Salatiel Carvalho — PFL; Samir Achôa — PMDB; Sandra Cavalcanti — PFL; Santinho furtado — PMDB; Saulo Queiroz — PSDB; Sérgio Brito — PFL; Sérgio Spada — PMDB; Sérgio Werneck — PMDB; Severo Gomes — PMDB; Sigmaringa Seixas — PSDB; Sílvio Abreu — PSDB; Simão Sessim — PFL; Siqueira Campos — PDC; Sólton Borges dos Reis — PTB; Tadeu França PDT; Telmo Kirst — PDS; Teotônio Vilela

Filho — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tito Costa — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Ubiratan Spinelli — PDS; Uldurico Pinto — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valmir Campelo — PFL; Vasco Alves — PSDB; Vicente Bogo — PSDB; Victor Faccioni — PDS; Victor Fontana — PFL; Victor Trovão — PFL; Vilson Souza — PSDB; Vingt Rosado — PMDB; Vinicius Cansanção — PFL; Virgildásio de Senna — PSDB; Virgílio Galassi — PDS; Virgílio Guimarães — PT; Vítor Buaiz — PT; Vladimir Palmeira — PT; Wagner Lago — PMDB; Waldec Ornelas — PFL; Waldyr Pugliesi — PMDB; Walmor de Luca — PMDB; Wilma Maia — PDS; Wilson Campos — PMDB; Wilson Martins — PMDB; Ziza Valadares — PSDB.

## I — ABERTURA DA SESSÃO

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Arbage) — A lista de presença registra o comparecimento de 341 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

## II — LEITURA DE ATA

**O SR. ANTÔNIO DE JESUS**, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Arbage) — Passa-se à leitura do expediente.

O SR.....procede à leitura da seguinte.

## III — EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Arbage) — Sendo evidente a falta de **quorum** em plenário, a Presidência, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, concederá a palavra aos Constituintes que desejarem dela fazer uso até que seja complementado o **quorum** em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ruy Nedel.

**O SR. RUY NEDEL** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> Srs. Constituintes, em sessão da Câmara de terça-feira desta semana, fizemos um pronunciamento solicitando ao Ministério da Previdência uma correção da excessiva defasagem dos vencimentos daqueles escritórios de INPS-Funrural das pequenas cidades do País.

Hoje, com satisfação, verificamos que houve a concessão de 160% de aumento e uma melhor classificação desses escritórios.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. OLÍVIO DUTRA** (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Constituintes, hoje, 25 de agosto, comemora-se o Dia do Soldado.

A imprensa já divulgou alguns trechos da Ordem do Dia do General Leônidas Pires, Ministro do Exército.



Gostaríamos de fazer algumas referências ao papel das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, tomar como mote alguns trechos da Ordem do Dia do Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro do Exército.

Para nós, do Partido dos Trabalhadores, que queremos um encontro efetivo do Estado com a Nação, uma democracia real e substantiva, o papel das Forças Armadas, incluindo aí as três Armas, não pode ser outro senão o de garantir a soberania do País contra possíveis ameaças ou retaliações vindas dos inimigos, das forças que, aliadas ao grande capital internacional, buscam espolar-nos e submeter-nos.

Portanto, nesta visão não caberia às Forças Armadas o papel de guarda pretoriana dos interesses do grande capital internacional e, muito menos, a prática de qualquer intervenção na ordem política, porque esta deve ser decorrência da organização da sociedade através dos seus partidos, da valorização do Legislativo, da legitimidade dos Executivos eleitos pelo voto direto, da ampla liberdade e autonomia dos movimentos sociais, sindicatos, entidades da sociedade civil, movimentos sociais comunitários.

Portanto, para nós, do Partido dos Trabalhadores, é necessário termos nossas Forças Armadas permanentemente defendendo nossas fronteiras, o nosso espaço aéreo e nossas águas territoriais. É preciso que os integrantes dessas Forças Armadas exerçam sua cidadania sem nenhum privilégio e preconceito com relação aos brasileiros que não estão dentro da caserna.

Entendemos que farda não é um adjetivo, mas um substantivo comum e que as Forças Armadas brasileiras precisariam, depois de mais de 20 anos de intervenção autoritária e arbitrária, ser reeducadas para a democracia; que a sociedade civil precisa ser a efetiva controladora das políticas de estratégia hoje discutidas exclusivamente por militares, que os militares têm de ser reeducados para o exercício da cidadania. Mas isto não significa que não tenham a compreensão de que hegemonia da sociedade civil é o que deve predominar, que a sociedade civil tem de ser rica, pluralista, diversificada, com o direito à divergência, para que diferentes ideologias disputem o poder, assim como deve haver a certeza de que um partido que hoje está no poder, amanhã, no processo democrático, pode estar na oposição. Isso tudo deve ser encarado como natural e necessário à vida democrática. A formação dos nossos militares não tem essa compreensão. A educação proporcionada nos colégios militares, a ideologia da segurança nacional, não tem possibilitado a integração desses brasileiros na vida democrática do País. E o Sr. Ministro do Exército continua transmitindo a idéia de que nosso País precisa de tutores, que são os militares, detentores do monopólio do patriotismo. Queremos dizer que os militares são cidadãos comuns que devem ser integrados na sociedade civil para, sob o controle das instituições democráticas desta sociedade, executar suas tarefas constitucionais.

Hoje, 25 de agosto, queremos dizer, como trabalhadores e dirigentes de um partido surgido das lutas do movimento social, que o papel das Forças Armadas, infelizmente, ainda não avançou o suficiente no rumo da democracia neste novo texto constitucional. Avançou muito pouco, e os militares ainda continuam ocupando espaços indevidos na sociedade. temos uma luta ainda con-

siderável pela frente nos planos ideológico, cultural e político para integrar esses cidadãos em uma vida efetivamente democrática.

**O SR. PAULO DELGADO** (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, cumprindo tarefas da direção nacional do meu partido, estive neste final de semana no Estado do Piauí, participando do lançamento dos candidatos do Partido dos Trabalhadores para a disputa eleitoral de novembro. Pude constatar que na capital do Estado, Teresina, o PT estará presente na Câmara Municipal elegendo Vereadores, e no interior elegerá os Prefeitos das cidades de Esperantina e Floriano. Após observar as condições adversas de sobrevivência da população daquele Estado, sem ver o País voltar-se para os pequenos, para os explorados, chego a Brasília e leio no jornal "Correio Braziliense" denúncia do seu correspondente no Estado do Piauí que dá a dimensão exata do agravamento da situação de miséria que vive nosso povo em decorrência da extrema insensibilidade e impunidade que grassam no meio político nacional.

Segundo o **Correio Braziliense**, há no Estado do Piauí um desvio de contracheques de servidores que provoca um estouro de um bilhão de cruzados, o que corresponde à metade do valor atual da folha de pagamento do funcionalismo público estadual. Esse escândalo é patrocinado por funcionários lotados no gabinete do Secretário Estadual de Administração, Murilo Paes Landim. Diz a notícia:

"Há mais de um ano, a quadrilha em que a própria Subsecretária Maria de Fátima Pereira da Silva aparece como chefe vinha desviando contracheques referentes ao pagamento de servidores contratados pelo Estado a título de serviços prestados, para desempenhar, geralmente, as funções de zelador, merendeira e vigia. Por indicação de políticos, o Governo Estadual contratou aproximadamente treze mil prestadores de serviços, e os atrasos do seu pagamento são constantes, chegando alguns a 4 meses."

É nessa estratégia programada de atraso que está envolvido o governador do Estado, Alberto Silva, através de um funcionário de sua confiança e por ele nomeado responsável por esse desvio. Funcionários contratados pela política fisiológica que se pratica naquele Estado são vítimas dos seus padrinhos, que negociam com seus contracheques. Ao mesmo tempo de que o valor desse dinheiro é pequeno, individualmente, os milhares de contratados lesados acabam contabilizando uma fortuna, extorquida dos cofres públicos. Tal situação, existente no Piauí, é mais do que um grande escândalo e indecência política; num Estado como o Piauí, onde existe pobreza, sofrimento, miséria e flagrante má distribuição de recursos, isso configura um crime contra a humanidade. Não é possível que um Governador, um Secretário de Governo, num Estado onde se passa fome — mais do que em qualquer Estado — possa utilizar o servidor público para fazer política de interesses pessoais. O crime não desabona o político que o pratica, mas a atividade política no Brasil, que continua a ser vista pelo povo, de maneira geral, como atividade de negociadores e espertalhões, que só vêem os seus interesses pri-

vados, mesmo quando dizem que cuidam da coisa pública. É o fim...

**O SR. ROBERTO CAMPOS** (PDS — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o objetivo desta minha curta e rara intervenção é simplesmente para protestar contra a utilização do espaço constituinte para objurgações pessoais. Fê-las ontem o ilustre Constituinte Amaury Müller, conhecido nesta praça pelo seu "nacionalismo de xingamento".

Acredito numa espécie diferente de nacionalismo, o "nacionalismo de resultados".

É sabido que o insulto é o argumento dos que não têm argumento.

A linha que defendo, Sr. Presidente, em relação ao capital estrangeiro é exatamente a mesma que defendem esses ilustres entreguistas, Mikhail Gorbachev, Secretário-Geral do Partido Comunista Soviético, e Deng Xiaoping, ex-Secretário-Geral e hoje Presidente da Comissão Militar do Partido Comunista da China.

O nobre Constituinte parece estar ainda na época de Stálin ou Mao, sangüinários tiranos que executaram patriotas e mataram de fome milhões de pessoas, como resultado de sectarismo e incompetência administrativa. Para se verificar que o ilustre Constituinte Amaury Müller está desatualizado, basta lembrar que, a convite do entreguismo de Gorbachev, foram instaladas recentemente na União Soviética três firmas do ramo de informática: a Interquadro, franco-italiana, para a produção de robôs; a Priz, norte-americana, para a produção de **software**; e a Dynamics, firma inglesa, para fabricação de computadores e **software**. Em todos esses casos os estrangeiros detêm 40% do capital, com garantia de livre importação de peças e exportação de produtos, e pleno direito à remessa de rendimentos. Sabemos que nenhuma delas poderia instalar-se no Brasil, pois a Secretaria Especial de Informática exigiria 70% do capital nacional e vedaria a transferência direta de tecnologia do parceiro minoritário ao majoritário. Já o entreguista Deng Xiaoping é muito mais generoso. Criou quatorze zonas de processamento de exportação na China, onde se instalaram livremente as multinacionais, que, no julgamento do líder chinês, estão contribuindo para acelerar o passo do progresso tecnológico naquele grande país.

Disse o brioso Deputado que a História me julgará. Aceito com a consciência tranquila esse julgamento. Quando no futuro os historiadores analisarem a minha folha de serviços, certamente terão muito o que avaliar e julgar, pelos muitos serviços prestados ao País como embaixador, ministro e senador em algumas épocas cruciais da História brasileira. E certamente esses historiadores se perguntarão: quem foi Amaury Müller? Que contribuições trouxe ao País a não ser discursos insolentes na Constituinte ou na Câmara dos Deputados? Diz o ilustre Deputado, para cuja agressão pessoal e descortês não encontro motivação plausível, que estou na contramão da História. Talvez essa sina não seja tão má, porque o ilustre Deputado não está nem na mão nem na contramão da História. Está fora da História.

Sr. Presidente, reitero aqui o meu veemente protesto contra a utilização da Assembleia Nacional Constituinte para objurgações pessoais. Não

pretendo jamais fazê-lo e é com grande constrangimento que hoje ocupei esta tribuna.

**O SR. AMAURY MÜLLER** (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, não fui e não sou homem capaz de aceitar nem de promover retaliações pessoais. Todavia, não nasci de susto nem fui gerado no ventre espúrio do medo. Tenho idéias, luto por elas, não sirvo a dois senhores. Por isso mesmo, não poderia, como não posso, aceitar calado, omisso e indiferente que sobre a minha cabeça se abatam acusações improcedentes, desabridas, injustas e malsãs.

Não fui eu quem chamou os 559 Constituintes de idiotas. E, como não sou idiota e não aceito esse tipo de adjetivação insolente, vou usar, sempre que possível, o meu espaço democrático, conquistado democraticamente nas urnas, para responder com energia a toda e qualquer injustiça que contra mim alguém pretenda praticar.

O ilustre Constituinte Roberto Campos insiste e persiste em *dirigir* acusações desairosas à Assembleia Nacional Constituinte. Já chamou o trabalho que estamos fazendo aqui, com ou sem a sua participação, de catálogo telefônico, como se estivéssemos brincando com o povo e com a História.

Não, Sr. Presidente, não me calarei. Se S. Ex<sup>a</sup> entender minhas intervenções como um nacionalismo de xingamento, o problema é seu. Não sou entreguista, não sou xenófobo, mas amo o meu País e respeito o meu povo. Por isso, não me posso calar diante de manifestações desse tipo.

Meus mandatos, que são quatro, foram conquistados com o apoio popular, sem um centavo no bolso, na luta cotidiana ao lado dos que sofrem, dos oprimidos, dos descamisados, dos sem terras. Jamais Advoguei a abertura da economia brasileira à funda e criminoso penetração do capital estrangeiro espoliador.

Também não servi a regimes autoritários. Foi exatamente um regime ao qual serviu o ilustre Senador Roberto Campos que cassou o mandato que o povo me delegou. Cassou na base da violência e do arbítrio, por falta de argumento.

Devolvo a S. Ex<sup>a</sup> todas as acusações que fez, ainda que aparentemente polidas. Estou na mão da História, sim, ao lado de todos os brasileiros que querem um Brasil para os brasileiros. Não quero transformar este País num quintal ou — quem sabe? — até numa latrina do capital estrangeiro, para que grupos espoliadores e exploradores venham aqui cuspir na dignidade e na honra do povo brasileiro.

Não me vou calar. Tantas vezes quantas S. Ex<sup>a</sup> volte à tribuna, aqui estarei para responder à altura, porque tenho honra e dignidade e não aceito que alguém venha atirar lama na minha honra e na minha dignidade.

Saiba S. Ex<sup>a</sup> que este é o foro competente. Eu não tenho acesso a jornais, que servem a grupos econômicos, e nem a redes de televisão para dizer o que sinto e o que penso, mas exerço o meu mandato aqui. E é para cá que o povo me trouxe e me trará tantas vezes quantas eu me candidatar, sem ser serviçal nem capacho de interesses estrangeiros e espoliadores, que estão oprimindo e degradando a gente brasileira.

**O SR. THEODORO MENDES** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente,

Srs. Constituintes, uma das coisas mais inúteis, mais imprestáveis desta Assembleia Nacional Constituinte é o seu Regimento Interno. As regras que deveriam nortear os trabalhos da Constituinte se tornam letra morta, sob o látego dos acordos de Liderança ou das decisões unilaterais da Presidência da Casa.

Não bastassem os acordos chegarem ao cúmulo de inserir, na pauta de discussão, emendas aditivas que o Regimento Interno não permite no segundo turno de votação, também o Sr. Presidente Ulysses Guimarães passou a admiti-las ao seu alvedrio, ainda que sem o acordo das Lideranças.

Quando questionado a respeito, o Sr. Presidente limita-se a dizer que a matéria está nas normas, ainda que saiba que não há norma que a contenha.

Um dos exemplos dessa afronta regimental é a inclusão, em segundo turno, no Capítulo das Disposições Transitórias, de texto que não foi submetido a votos em primeiro turno, porque não fazia parte do Projeto constitucional, versando sobre licença-paternidade. Essa mágica foi manipulada pelos alquimistas das Lideranças, a fim de garantir a votação da licença-paternidade entre os direitos sociais, cuja aprovação estava ameaçada, não fosse a solução consubstanciada na inclusão de um texto novo nas Disposições Transitórias.

Submetido esse texto novo a um único turno de votação, sua inclusão na Constituição está eivada de erro insanável.

Com efeito, a emenda que convocou a Constituinte determina que o texto do Projeto constitucional seja submetido ao crivo de duas votações de Plenário. Ora, matéria que só foi votada em um turno não tem condições de direito de figurar na futura Carta Magna.

Sobre isso haverão de dizer os tribunais do País. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. ANTERO DE BARROS** (PMDB — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Constituintes, assomo à tribuna neste horário do pinga-fogo para denunciar ao Brasil a violência que está acontecendo na região do Araguaia, no Estado do Mato Grosso, violência promovida pelo latifúndio improdutivo, pelos latifundiários que mantêm, no Estado, fazendas completamente improdutivas.

A burguesia paulista, representada pelo Cartório Medeiros e pelos Tapetes Zippa, promove hoje mais um derramamento de sangue na região do Araguaia. Esses grupos econômicos, representados na região do Araguaia por José Augusto Medeiros e por uma senhora que atende pelo nome de Silvana, estão espalhando o terror entre os trabalhadores rurais.

Sr. Presidente, na Fazenda Frenova, como é conhecida na região, já em 1981 se cometeu um dos mais bárbaros crimes contra os trabalhadores rurais do Brasil. Assassinados pela jagunçada do latifúndio, os trabalhadores José Otacílio Cavalcante e Ailton Pereira Xavier foram enterrados sem as suas orelhas. Esse crime é conhecido lá como crime das orelhas. Pistoleiros pagos, profissionais, eram obrigados a levar as orelhas dos trabalhadores para receberem o dinheiro.

Em 1983, tomando conhecimento do fato, o grande Bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pe-

dro Casaldáliga, excomungou a Fazenda Frenova. Lá, existe uma consciência dos trabalhadores, essa consciência é que nós queremos deixar registrada na Assembleia Nacional Constituinte.

Desse crime para cá, Sr. Presidente, nenhum trabalhador da região serve à Fazenda Frenova, porque sabe que aquele latifúndio é inimigo do trabalhador.

Sr. Presidente, na semana passada, encontrei-me com o ex-candidato a Governador de Pernambuco, o empresário José Múcio, que está investindo na região e que ressaltava a dificuldade em contratar trabalhadores do local para lá trabalhar.

Há seis anos, essa fazenda vendeu títulos falsos aos trabalhadores, documentos esses que estão aqui e que vamos encaminhar aos organismos competentes do Brasil.

Há menos de trinta dias, estive pessoalmente na região, com o Governador Carlos Bezerra. Sabendo do conflito, o Governador do Estado se dispôs a intermediar um acerto entre os proprietários e os trabalhadores rurais, mas os latifundiários decidiram não sentar à mesa para discutir a questão e negociar com os trabalhadores.

Sr. Presidente, queremos denunciar aqui que os pistoleiros contratados estão tentando expulsar da área os trabalhadores, mas existe resistência do trabalhador organizado. Queremos também enfatizar que, em 1984, houve um atentado à residência do hoje Prefeito de Porto Alegre do Norte, Rodolfo Alexandre Inácio, conhecido na região como "Cascão"; e, na semana passada, o capataz da Fazenda Frenova, Sr. Tião do Gado, publicamente, ameaçou matar quatro pessoas: o Prefeito do Município de Porto Alegre do Norte, o candidato a Vice-Prefeito pela corrente popular, Gabriel Pereira de Moraes, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Raimundo Nonato Guimarães, e o Sr. Almeida, posseiro da gleba Santo Antônio.

Também na semana passada, aqui em Brasília foi transmitida uma conclamação pela Rádio Nacional, que é ouvida na região, feita pelo gerente da Fazenda Frenova, Sr. Hélio Torraque, à união dos fazendeiros, com o intuito de dar um novo banho de sangue na região do Araguaia.

Queremos trazer esta denúncia por dois motivos: primeiro, a fim de que dela tome ciência a Assembleia Nacional Constituinte; segundo, como alerta às nossas autoridades, ao Ministério da Reforma Agrária, para que intervenha imediatamente na questão e promova o fim do conflito existente na região do Araguaia, e também ao Ministério da Justiça.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Constituintes, esses fatos mostram perfeitamente que temos uma grande obrigação na Assembleia Nacional Constituinte. Temos de votar a reforma agrária, para que seja estabelecida a paz no campo e não para gerar conflitos sociais. Estou certo de que os acontecimentos de hoje são resultado da mancha de ontem, dos erros políticos, pois votamos mal a questão da reforma agrária. (Palmas.)

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Arbage) — A Presidência informa que deverá proceder à verificação de **quorum**, pelo sistema eletrônico, às 16:15h. E explica: atende a Presidência à sugestão das lideranças de bancadas, que se encontram no momento reunidas para decidirem as matérias



que devam ser submetidas à votação. Pede portanto a Presidência a compreensão dos nobres Constituintes, na ocupação do tempo que lhes é concedido para breves pronunciamentos, a fim de que todos os que desejem manifestar-se, enriquecendo o horário com as suas contribuições, possam fazê-lo sem que fiquem prejudicados.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Assis Canuto.

**O SR. ASSIS CANUTO** (PFL — RO. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, procurarei dar o exemplo e ser rápido, porque existem vários Constituintes que pretendem usar desta condescendência.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Arbage) — A Presidência agradece a compreensão de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ASSIS CANUTO** — Sr. Presidente, temos acompanhado com vivo interesse a operação "desmonte" promovida pelo Governo Federal. Não queremos fazer uma crítica de conteúdo, de conceito, de abrangência, mas trazer o nosso apelo para que o Governo tenha sensibilidade com relação a determinados órgãos fundamentais ao nosso desenvolvimento, principalmente ao apoio às iniciativas do setor primário. Refiro-me ao problema da Ceplac e ao da Embrater.

Nesta Constituinte existiram propostas e existem emendas procurando fixar uma parte da receita nacional para atender aos trabalhos da Embrater, a fim de que este órgão de assistência técnica e extensão rural tão importante para o nosso setor primário não fique à mercê do talante daqueles que estão no Governo. Ora, muito menos seria admissível agora entender que esse órgão poderia fazer parte da operação "desmonte". Este é um órgão fundamental para o nosso desenvolvimento, assim como a Ceplac, órgão que cuida da assistência à cacauicultura nacional, sendo que o cacau sempre esteve na esteira dos produtos exportáveis, trazendo divisas para o País. Portanto, não é possível que esta Casa silencie e permita que realmente esses dois órgãos sejam desmontados e tenham suas atividades rarefeitas, redistribuídos para órgãos sem a menor importância e que não possuem realmente capacidade para prestar assistência necessária à nossa agricultura, à nossa economia primária, o que ambos vêm fazendo e com muitos bons resultados.

Portanto, aqui fica o nosso apelo. Precisamos contar com o apoio desta Casa e desta Presidência, no sentido de sensibilizar o Governo para a manutenção e preservação desses dois órgãos tão importantes para a nossa economia.

**O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO** (PDT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, ocupo a tribuna para analisar, no curto espaço de tempo que a sessão da Constituinte nos reserva, alguns aspectos da entrevista concedida hoje pela manhã pelo Ministro Roberto Cardoso Alves à TV Manchete, de Brasília. Dizia S. Ex<sup>a</sup>, entre outras coisas, que uma das razões que entendia serem responsáveis pela queda histórica da participação brasileira no mercado mundial do café ele atribuía ao Instituto Brasileiro do Café, e com isso insinuava S. Ex<sup>a</sup> que a solução do problema cafeeiro do Brasil passa necessariamente pela extinção ou quase extinção do IBC.

Quero aproveitar a oportunidade e lembrar a S. Ex<sup>a</sup>, que é um grande conhecedor da cultura

do café, principalmente no Vale do Paraíba, onde trabalha, que deveria pôr certamente outros aspectos nessa equação.

Queria sugerir e lembrar que é necessário refletir sobre a problemática do confisco cambial que, implantado ao tempo dos generais, jogou os cafeicultores brasileiros a um estado permanente de miséria, eis que o Governo deles é sócio sem participar de nenhuma forma, e sem o menor risco, na empreita difícil e complexa que é a cultura do café. Refiro-me ainda nestes tempos atuais ao problema dos juros. Não apenas a economia do café, mas nenhuma forma de economia agrícola pode sobreviver com juros de 20% a 25% ao mês.

Pondero a S. Ex<sup>a</sup> que, antes de ir à próxima entrevista, seja para salvar o café ou para falar de qualquer assunto de responsabilidade de sua Pasta, analise de forma mais profunda a situação e se coloque melhor, para que, assim, possa representar melhor o seu Estado e, sobretudo, contribuir de maneira concreta e objetiva para a recuperação da economia cafeeira do nosso Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. ADYLSON MOTTA** (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, há poucos dias, ocupando o Grande Expediente na sessão da Câmara Federal, procurei fazer uma análise sobre a política de concessão de subsídios e incentivos fiscais, e disse claramente que não me opunha a essa política, em princípio, nem advogava que, abruptamente, fossem extintas as concessões de subsídios e incentivos fiscais. Mas reclamava, naquela oportunidade, exemplificando até com casos ocorridos na Sudam e na Sudene, algumas distorções gritantes, e com a necessidade de se adotar um critério de seleção e de acompanhamento nas atividades beneficiadas pela concessão, principalmente dos incentivos fiscais. Essa preocupação não é apenas minha. O texto constitucional, sabiamente, no seu art. 46, diz:

"Os Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios reavaliarão todos os incentivos fiscais de natureza setorial, ora em vigor, propondo aos Poderes Legislativos respectivos as medidas cabíveis."

E vêm os parágrafos.

Digo isso porque hoje **O Estado de S. Paulo**, no seu editorial, trata desse assunto sob o título "Uma batalha que se perde". No momento em que o Governo anuncia, através do seu Presidente, a intenção de proceder a drásticos cortes nas despesas públicas, ele cedeu à pressões e prorrogou simplesmente os incentivos fiscais, parece-me que por cinco anos, na área da Sudam e da Sudene, o que normalmente se faz por tradição, já que é por decreto-lei, ao final do ano, no mês de dezembro.

Por que S. Ex<sup>a</sup> faz agora isso? Exatamente para fugir àquilo que está contido no artigo 46, que disciplina a concessão dos incentivos fiscais. Apenas lerei um trecho do editorial, citando a V. Ex<sup>a</sup> que autorize a sua transcrição, na íntegra, porque, melhor do que as minhas palavras, ele vai retratar aqui o que realmente está ocorrendo em relação à política do Governo, no setor de incentivos.

Diz o referido jornal:

"O que interessa ressaltar agora é que o Presidente Sarney não está comprometido de corpo e alma, como se supunha devesse estar, na batalha do déficit público. Se estivesse, não teria cedido aos argumentos daqueles que o incentivaram a prorrogar a vigência dos benefícios antes da entrada em vigor da nova Constituição. É que caberia, então, ao Congresso, aprovar a concessão de incentivos — e como poderia o Congresso aprová-los por proposta do Executivo ao mesmo tempo o Presidente da República diz-se empenhado em reduzir o déficit público e aumentar as receitas, mesmo à custa de produzir um **choque fiscal** que pode ser danoso para a economia?"

Sr. Presidente, peço a transcrição do artigo e agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela tolerância.

**ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:**

UMA BATALHA  
QUE SE PERDE

A grande batalha do déficit público — tão importante para o futuro do Brasil como para o término da Segunda Guerra foi o combate em que o general Patton provocou uma ruptura nas defesas alemãs na Normandia, em 1944 — começou. Iniciou-se com uma primeira retirada do presidente Sarney, incapaz de resistir às pressões do ministro da Agricultura, que não queria fossem efetuados cortes orçamentários que atingissem a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Não se creditará ao ministro Íris Rezende, da Agricultura, poder de fogo e convencimento tão grandes a ponto de derrotar as proposições do ministro João Batista de Abreu, do Planejamento. A manutenção da Ceplac deveu-se não só às artes do goiano que administra a agricultura brasileira, mas também às dos baianos que integram o governo, seja como ministros (Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana), seja como líderes na Câmara (Carlos Sant'Anna). Na Bahia, pois, a retórica presidencial em favor de um orçamento austero e de uma República franciscana cedeu lugar a mesquinhas considerações de ordem política.

A frente de batalha não se limita, no entanto, à Bahia. Para desgraça do Brasil, é ampla demais para que o gênio administrativo do presidente Sarney possa abarcá-la com uma só visada, concatenar as diversas propostas de corte e manutenção de órgãos, e decidir tendo em vista o futuro imediato do País. O imediato, sim, pois é sobre o curto prazo que exercerão as pressões inflacionárias decorrentes dos cortes que não serão feitos, comprometendo definitivamente o longo prazo, vale dizer o futuro da Nação.

A frente é extensa — é toda a Sudene e toda a Sudam. Os Estados do Nordeste (incluía parte de Minas Gerais) e os da Amazônia Legal. Como seria possível ao chefe de governo — cujos reais objetivos políticos, depois de mais de três anos de governo, ainda não se tornaram claros (há clareza quando se anuncia uma coisa e depois se vai cedendo aos poucos, no sentido de fazer precisamente o oposto?) — contrariar forças tão poderosas, para não dizer telúricas, como os representantes da Bahia no governo, **afora os gover-**

nadores da área da Sudene e de todos os Estados que se situam na região abrangida pela Sudam? A frente é extensa demais e as forças de que dispõe o presidente da República para resistir a tantos governadores, deputados e senadores escasseiam. Assim, a Sudene e a Sudam mereceram de S. Ex<sup>a</sup> a especial deferência de ver prorrogados em agosto a vigência dos incentivos fiscais reservados à área, cujo término está previsto para dezembro. Da Bahia para cima, infletindo para Norte-Noroeste, por estas ou aquelas razões, tudo é permitido. Melhor dizendo, admite-se não rever critérios para a concessão de incentivos que acabaram onerando o Tesouro Nacional sem produzir os efeitos sociais e econômicos que justificaram no papel a criação desses benefícios.

Não se trata, agora, de retomar a discussão sobre a validade dos incentivos concedidos aos Estados abrangidos pela Sudene e pela Sudam. A migração nordestina — sem falar no estado das populações carentes da região, para não dar tom melodramático a este comentário — falar por si do malogro (em termos globais) de uma política malconcebida desde o início. Da mesma maneira que os escândalos que volta e meia vêm à luz no tocante à área da Sudam ilustram o quão danosas são para o Tesouro e para a moralidade pública políticas de incentivos fiscais que apenas acentuam a intervenção do Estado no processo econômico, afastando para dia cada vez mais distante o triunfo das forças do mercado.

O que interessa ressaltar agora é que o presidente Sarney não está comprometido de corpo e alma, como se supunha devesse estar, na batalha do déficit público. Se estivesse, não teria cedido aos argumentos daqueles que o incentivaram a prorrogar a vigência dos benefícios antes da entrada em vigor da nova Constituição. É que caberia então ao Congresso aprovar a concessão de incentivos — e como poderia o Congresso aprová-los por proposta do Executivo se ao mesmo tempo o presidente da República diz-se empenhado em reduzir o déficit público e aumentar as receitas, mesmo à custa de produzir um choque fiscal que pode ser danoso para a economia?

Se o chefe do governo se apressa em renovar as bases políticas dos governadores e congressistas que lhe prometem apoio — além de buscar a ajuda real ou imaginada, que vem dos pequenos e médios empresários, também beneficiados pelo festival de concessões — não é apenas porque teme que o Congresso relute em aprovar o que fez por decreto. O receio de remeter os incentivos à aprovação do Congresso decorre do apego sentimental do presidente à sua região, do apelo político que as práticas do Nordeste e do Noroeste fazem a um filho da terra. Guindado à curul presidencial, o presidnete José Sarney não se desligou do Brasil arcaico, cujas oligarquias vivem à custa de incentivos e outros benefícios concedidos pela União. Não se trata, como podem imaginar os oligarcas, de ranço regionalista. O Nordeste já ofereceu ao Brasil pelo menos um presidente com visão nacional — o marechal Castello Branco. O que não pode deixar de ser dito é que o Sr. José Sarney trouxe para a República a mentalidade política dos velhos tempos e embora profira um discurso moderno, que aprendeu, os atos de poder que assina são todos orientados para favorecer as oligarquias que infelicitam o Nordeste

(e comecem a estabelecer-se na Amazônia) há décadas, para não dizer mais.

A retirada estratégica do presidente da República, cedendo à pressão dos baianos do governo e dos congressistas que representam os interesses regionais das oligarquias nordestinas e da Sudam, indica como serão feitos os cortes no déficit público. Da mesma maneira que o projeto dos cinco anos levou o presidente a tudo consentir, o apego às práticas coronelistas e um maldefinido projeto político pessoal acabaram transformando a batalha do déficit público num desastre total para os que acreditavam possível vencer a inflação depois que os cinco anos fossem garantidos ao chefe de governo. Perdida essa batalha, que restará ao Brasil para salvar suas instituições malformadas?

**O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB — SP.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Constituintes, apesar do desperdício, pois perdemos a noite de segunda-feira, esbanjamos toda a manhã de terça-feira e, ainda ontem, à noite, eram 19 horas, quando, com mais de 400 Parlamentares presentes, suspendemos os nossos trabalhos, mesmo assim, estamos caminhando para o dia da promulgação da nova Constituição brasileira.

Se não ocorrer algum acidente de percurso, setembro marcará por certo mais uma data importante na História do Brasil.

Não obstante isso, há o lado negativo, porque cerca de 150 Constituintes que se ofereceram ao voto do povo, que pleitearam insistentemente esse voto, que impediram que aqueles que hoje são suplentes aqui chegassem para trabalhar, continuam sistematicamente ausentes e justificam suas ausências com duas balelas que peço à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte não aceitar e não ajudar a veiculá-las.

A primeira balela é a de que há aqui candidatos a cargos eletivos e que estão ausentes por isso. Posso dizer — e todos nós sabemos — que a maioria desses candidatos está aqui presente. Do meu partido, posso citar o Constituinte Joaquim Beviláqua, que deverá ganhar as eleições em São José dos Campos, e o Constituinte Francisco Rossi, que deverá vencer em Osasco. De Minas Gerais, aqui está o eminente Constituinte José Elias Murad. Todos estão aqui para mostrar ao povo os serviços que estão prestando.

A outra balela refere-se às viagens. Alega-se que não há transporte, que avião não chega aqui. Essa é uma estória da carochinha. O próprio Constituinte Mário Maia, que às vezes praticamente tem de dar a volta ao mundo para chegar à sua terra, o Acre, aqui tem estado presente. E, se se ausenta um dia, como hoje, antecipadamente se justifica perante a Casa, disposto a voltar, porque tem de trabalhar para a sua candidatura lá no Acre.

Sr. Presidente, perdemos a chance da convocação dos suplentes. Mas poderíamos conseguir que os suplentes fossem convocados no caso de licença dos titulares, pelo tempo que fosse necessário. Esbanjamos a oportunidade de valorizar os quadros dos partidos. São raros os Constituintes que aqui estão sem o concurso dos suplentes — e isso poderia eliminar muitos inconvenientes.

Mas, Sr. Presidente, quero aqui deixar consignada minha convicção de que a Mesa não deve nem pode nos agradecer, a nós, Constituintes, por qualquer colaboração. Não é a Mesa quem está elaborando a Constituição para o Brasil; são os Constituintes. A Mesa dirige os trabalhos, e nós não somos extras, não somos coadjuvantes, mas atores principais. Somos fatores da Constituição e vamos promulgá-la. A Constituição será promulgada pelos Constituintes que a elaboraram, pois como trabalharam nas Subcomissões e Comissões, na Comissão de Sistematização, ainda agora estão trabalhando. Por isso, não há cooperação dos Constituintes à Mesa. Todos pertencemos à equipe Constituinte que, conjuntamente, a está elaborando no cumprimento de sua obrigação constitucional.

Sr. Presidente, quero sugerir que se considerem os interesses menores daqueles que pedem adiamento de votação porque o **quorum** não os anima. Quem quiser mudar o texto do Projeto B, que aqui traga 280 Constituintes e não fique emperrando a marcha dos trabalhos. Seria também interessante que se divulgasse a relação dos que estão legitimamente afastados, pois há quem se encontre afastado por licença. Seria o caso de se fazer levantamento dos que estão licenciados ou em missão no exterior, pois há aqueles que realmente estão cuidando de interesses particulares fora da Constituinte.

Concluindo minhas observações, entendo que devemos acelerar nossos trabalhos sem desperdício de tempo. A matéria de rotina poderia ser posta em votação sob a Presidência dos Vice-Presidentes e a matéria controversa sob a responsabilidade pessoal e direta da experiência do Presidente Ulysses Guimarães.

Vamos queimar esses óbices e concluir a Constituição ainda em setembro.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB — PE.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Constituintes, inicialmente quero fazer um veemente protesto contra o Presidente da Funai, Sr. Romero Jucá Filho. Mesmo sabendo que o Banco de Roraima se encontra sob intervenção e em fase de liquidação, S. S<sup>a</sup> continua depositando o numerário da Funai naquele banco, prejudicando o pagamento dos funcionários da Fundação e até remessas para as tribos indígenas do País.

Desejo agora tratar de outro assunto.

Há alguns dias, ocupei esta tribuna para denunciar o descabro que representa o Governo do Distrito Federal, sob o comando do Sr. José Aparecido. Falei do abandono a que estão relegadas as cidades-satélites, do desleixo com que é tratada a rede escolar, com suas unidades depredadas e o professorado desprestigiado; do atendimento nos postos de saúde e nos hospitais sem o equipamento mínimo exigido, da deficiência dos transportes; da sujeira das quadras e do centro do Plano Piloto. Analisei a corrupção desenfreada em todos os setores, considerando que o Buriú é uma extensão do Planalto, de onde transborda o mar de lama que escorre pela Esplanada e afoga todas as esperanças de que esta Nação ainda tem futuro.

Logo surgiram, Sr. Presidente, os defensores do Governador biônico a bradarem na tribuna que minhas palavras eram injustas e descabidas

e descambavam para a mentira. Entoaram loas ao acusado, como se o povo não soubesse quem é José Aparecido. E o que faz no Buriti para a infelicidade desta cidade que, efetivamente, é de todos nós.

Não reclamei como um estranho, pois sendo esta a Capital da República, a todo cidadão brasileiro é lícito lutar pela sua preservação e para que fique livre de absurdos como este governo de José Aparecido.

Agora, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, não é mais um Parlamentar de fora do Distrito Federal quem se manifesta e mostra desagrado com o que acontece no Buriti. Não foi este Parlamentar quem declarou, alto e bom som, ocupando manchetes da imprensa, que Brasília está com sua administração acéfala e distante da realidade que se apresenta. Foi o Presidente da República quem protestou contra o desmazelo em que se transformou a administração da capital, onde o Governador, desconhecendo as dificuldades econômico-financeiras do País, somente se preocupou em erigir monumentos, perfeitamente dispensáveis diante das necessidades mais prementes da população.

É o Presidente da República quem diz que o Governador é um eterno ausente nesta hora difícil, quando os serviços essenciais da capital estão à beira do colapso, com greves que estão colocando em risco a normalidade da vida da cidade e a própria segurança da capital.

Será que só agora o Presidente da República se deu conta do logro em que caiu indicando José Aparecido para o Governo do Distrito Federal? Será que errará mais uma vez, permitindo sua presença na equipe de governo ocupando o Ministério da Cultura? Ou o Presidente teme que ordenando que Aparecido assumira de vez o Governo para o qual foi nomeado há tanto tempo receba como resposta a mesma recomendação?

É demais, Sr. Presidente. Tudo tem um limite, e a capacidade de tolerância do povo está esgotada.

Se o Presidente Sarney já sabe que o Distrito Federal está entregue a um irresponsável, imaginem V. Ex<sup>as</sup> o que pensa o povo. Apareçam os defensores de Aparecido. Digam que Sarney mente. É o caso de se perguntar, parodiando o poeta: "E agora José?"

**O SR. NEY MARANHÃO** (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acostumei-me a votar no Dr. Ulysses Guimarães para Presidente da Câmara dos Deputados, o que faço desde os anos 50, ainda no Rio de Janeiro.

Ulysses Guimarães sempre lutou pelo engrandecimento do Poder Legislativo. E hoje vamos votar uma emenda que — tenho certeza — a Constituinte irá aprovar. É a que dá ao Presidente da Câmara o direito de reeleger-se.

Sr. Presidente, quero congratular-me com o jornalista Carlos Chagas, que em seu artigo "Sarney chega em socorro a Ulysses", e faz, em certos trechos, justiça ao grande Presidente da Constituinte, dizendo:

"... Ulysses, justiça se faça, não trabalhe em seu próprio benefício. É claro que gostaria de continuar presidindo a Câmara e até concorda com o argumento de que o proble-

ma da eleição de mesas parlamentares não deveria constar da nova Constituição. É matéria para o Regimento Interno das duas Casas legislativas, nem para lei ordinária.

Somam-se todos os fatores lógicos para a derrubada do artigo constitucional que veta as reeleições, um exagero típico do furor legisferante dos povos latinos. Se um presidente da Câmara ou Senado vai bem, por que não reconduzi-los? E se vai mal, quem o irá reconduzir? A proibição é resquício dos tempos da ditadura.

No caso específico de Ulysses, seria também uma homenagem mais do que justa de seus companheiros. Afinal, sem ele, a Assembleia Nacional Constituinte estaria no espaço. Ou no buraco-negro, tantas vezes ameaçador. Graças à sua pertinência e aos seus esforços estamos a um passo da promulgação da nova Carta. Seria justo deixar que ele saísse da presidência dos trabalhos diretamente para o plenário, quando a Câmara dos Deputados enfrentará tarefa igual ou pior do que a Constituinte, no próximo ano, quando da necessária votação de uma série de leis complementares e ordinárias imprescindíveis ao funcionamento do País?

Muitos grupos, por ressentimento ou espírito-de-porco, pretendem ver o Dr. Ulysses de volta à planície. Não é atrás de mordomias que ele está, muito menos aferrado à casa que ocupa no Lago Sul de Brasília ou ao galaxie que o transporta até o Palácio do Congresso. Trata-se de coisa mais densa e importante, que Sarney, com seu comentário simples, definiu muito bem. A Nova República vai chegando ao final do processo de transição democrática, mas ainda não chegou. O presidente da Câmara funciona como vice-presidente de fato da República substituindo o presidente em suas ausências. O comportamento de Ulysses Guimarães tem sido irrepreensível, nas 22 vezes em que ocupou o Palácio do Planalto."

Sr. Presidente, tenho certeza de que com a aprovação dessa emenda, a Casa fará justiça não só a Ulysses Guimarães, mas a todos os Presidentes da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas, a todos aqueles que fazem um bom trabalho e têm o direito de reeleger-se.

**O SR. VICTOR FACCIONI** (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o atual Governo, não contente em promover aumentos gerais, em decorrência do reajuste do preço dos combustíveis, o que faz em espaço de tempo cada vez menor, está criando outro problema para as empresas, que, em última instância, implica aumento do preço dos produtos e do custo de vida, em detrimento do trabalhador e do consumidor brasileiro.

Ainda agora, Sr. Presidente, além do aumento do preço dos combustíveis, o Governo está reduzindo os prazos de recolhimento do IPI para as indústrias, e está promovendo, através do Confaz, uma tentativa de reduzir os prazos para o recolhimento do ICM, que é um imposto estadual. A redução do prazo para o recolhimento do IPI implica custos adicionais para a indústria brasileira, que terá, conseqüentemente, de repassá-los para o consumidor.

Mas o pior não é isso, Sr. Presidente. nós, que estamos aqui elaborando uma nova Carta constitucional, em nome da lei e da ordem, a todo instante assistimos ao Governo adotar medidas de forma inconstitucional, como é o caso da redução do prazo para recolhimento do IPI. Ainda há pouco o Governo voltou atrás com relação a um inexplicável aumento na alíquota do IPI para vinhos e derivados. Mas, depois, reduziu o prazo do seu recolhimento. Ora, trinta dias a menos de prazo implica trinta por cento a mais de custo.

Neste sentido, e levando em consideração o aspecto inconstitucional da medida, cabe destacar liminar concedida à empresa paulista, Coluna S/A. Gráfica, Jogos e Brinquedos, que impetrou mandado de segurança contra o Governo.

A principal argumentação do advogado da empresa, Celso Botelho de Moraes, é que a Portaria nº 266 é inconstitucional, por ferir o princípio da indelegabilidade de poderes. Além disso, ela extrapolou a própria previsão do Decreto-Lei nº 2.450, segundo a qual o Ministério da Fazenda pode dilatar o período de apuração do IPI e não "reduzir o prazo para recolhimento do tributo", a portaria foi baixada com base no artigo 66 da Lei nº 7.450/85, que deu competência ao Ministério da Fazenda para fixar os prazos de pagamento de receitas federais compulsórias (caso do IPI). Segundo ele, esse dispositivo legal não pode ser aplicado por ser inconstitucional. De acordo com o artigo 6º da Constituição Federal, é vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições a outros.

A única hipótese de delegação aplicável ao caso é a possibilidade de o Presidente da República legislar sobre matéria tributária — através de decretos-leis — em caso de urgência ou interesse público. Sendo assim, afirma o advogado, a redução do prazo de recolhimento do IPI não poderia ser objeto de portaria do ministro da Fazenda.

Portanto, "a Portaria nº 266/88 não tem nenhuma validade e, por essa razão, não pode ser aplicada, uma vez que não tem o Ministro da Fazenda competência para legislar sobre matéria tributária, pois a instituição ou extinção de tributos deve obedecer ao princípio da reserva legal".

Veja, Sr. Presidente, onde chegamos! É hora de impor respeito à norma legal.

A Constituição vigente, enquanto não for promulgada a nova, deve ser respeitada. E a nova vai restringir ainda mais a possibilidade que tem hoje o Poder Executivo de legislar por decreto-lei.

Por isso, aqui fica o registro do nosso protesto e a expectativa de que o Governo volte atrás nessas medidas, quer pelo aspecto inconstitucional, ilegal, quer pelo aumento da carga tributária e o conseqüente aumento do custo de vida que elas implicam.

**O SR. DARCY DEITOS** (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Paraná se encontra em estado de calamidade pública, especificamente as regiões norte, noroeste e centro-oeste, inicialmente em virtude das geadas e, posteriormente, da estiagem que se abate sobre essas regiões há mais de sessenta dias, prejudicando as culturas de trigo e comprometendo em mais de 60% a sua colheita.

A longa estiagem prejudica consideravelmente o plantio do feijão das águas, prejudica a primeira florada do café e prejudica muito as pastagens.

Os prejuízos são imensos. As perdas já contabilizadas são da ordem de 150 milhões de dólares, ou perto de 50 bilhões de cruzados. Mas o principal prejuízo é o estado de calamidade que se abate sobre 80 mil famílias, atingindo mais de 400 mil bóias-frias, que por mais de 60 dias estão sem trabalho, com sua saúde e sua sobrevivência ameaçadas. Quero, neste espaço de tempo que me resta, apelar para o Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da República e para o Ministério do Interior, na pessoa do Ministro João Alves, no sentido de que destinem recursos ao Estado do Paraná rapidamente, sem burocracia, para que esses 400 mil bóias-frias possam ter trabalho, para que o Governo do Paraná, através da Secretaria de Agricultura, na pessoa do Secretário Osmar Fernandes Dias, possa abrir frentes de trabalho, dar trabalho a essa gente e assegurar-lhe a sobrevivência, porque como está não pode ficar. Dirijo então este apelo ao Ministro do Interior, João Alves, para que destine os recursos rapidamente, sem burocracia, fazendo com que tais recursos cheguem ao Estado do Paraná ainda hoje, e ao Governo do meu Estado, através do Governador Álvaro Dias, para que abra essas frentes de trabalho e faça com que esses 400 mil bóias-frias, irmãos nossos do Estado do Paraná, possam ter assegurada sua sobrevivência.

**O SR. LYSÂNEAS MACIEL** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, dois fatos relatados pela imprensa demonstram a tragédia do cotidiano em que vive este País.

Enquanto o Governo apregoa a necessidade de contenção de despesas e o desmonte das estruturas financeiras de vários Ministérios, um jornal nos dá notícia de que um submarino comprado pelo Governo brasileiro se encontra na Inglaterra, há mais de três anos, completamente inoperante. E há uma agravante, Sr. Presidente: esse submarino é incapaz de dar um tiro sequer, e agora não sabemos o que fazer com ele.

Ora, Sr. Presidente, o grave nisso tudo é que os mesmos almirantes que compraram o submarino, quando o País está em crise financeira, quando se fala em desmonte de despesa, em contenção de despesa, mantêm esse desgaste inútil.

A isso se soma o fato grave de que até agora o Governo, por medo e por outras razões, foi incapaz de mexer nos orçamentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Estamos construindo artefatos nucleares na Serra do Cachimbo, estamos construindo submarinos atômicos em Iperó, no litoral do Estado de São Paulo, estamos comprando bateria de helicóptero para conter os trabalhadores. E, ao mesmo tempo que se faz isso, hoje, por exemplo, os alunos da Gama Filho estão aqui, porque estão fechando a Universidade, por falta de verbas.

Vejam o contraste em que vive este País: verbas militares são intocáveis, escândalos patrocinados pelo Consultor da República, ao proteger a Delfin, são intocáveis, mas verbas para o ensino, verbas para o estudantado brasileiro e outras necessidades prementes jamais são concedidas. Por que, Sr. Presidente?

É o que temos a reparar, numa época em que a cínica e despidoradamente o Governo vem falar em contenção de despesas.

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Lysâneas Maciel, o Sr. Jorge Arbage, 2<sup>o</sup> Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Antes de proceder à verificação de **quorum**, vamos ouvir a nobre Constituinte Dirce Tutu Quadros.

**A SRA. DIRCE TUTU QUADROS** (PSDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, dias atrás, aqui pronunciei discurso tecendo considerações gerais sobre o desatino do Governo José Sarney e sobre o empreguismo que campeia solto e grosso em todas as esferas da administração federal. Citei o caso do Ministério da Administração, por exemplo, que, sendo encarregado de organizar e normatizar o funcionalismo público, hoje é um valhaçouto dos correligionários e conterrâneos potiguaros do Ministro Aluizio Alves.

Com agradável surpresa recebi um desafador telegrama do citado Ministro, onde pedia que esta Constituinte citasse "o empreguismo praticado às claras pelo Ministério da Administração", para que S. Ex<sup>a</sup> pudesse tomar "as providências legais". Como não tenho o hábito de dizer o que não sei, nem muito menos de mentir, vou responder da forma mais serena e veraz ao cuidadoso Ministro do atual desgoverno.

Primeiramente, quero parabenizar o Sr. Aluizio Alves por dar ouvidos as minhas críticas, já que o Governo a que serve é absolutamente surdo diante dos clamores da Nação brasileira.

Também quero dizer ao Ministro que o conceito de empreguismo é muito elástico, bastante amplo, podendo também empregar o nepotismo desvarado, com a nomeação vergonhosa de parentes e aderentes.

Mas, para não ficar na retórica, aceito o desafio do Ministro Aluizio Alves e vou provar como existe empreguismo deslavado em seu Ministério. Em julho passado, por exemplo, a ENAP, Escola Nacional de Administração Pública, realizou de forma ilegal a contratação de mais de uma dezena de protegidos do Sr. Aluizio Alves.

No "trem-da-ENAP", por exemplo, embarcaram de forma sorrateira uma filha do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Sr. José Pereira e Silva, apadrinhada pelo Sr. Agnelo Alves, irmão do Ministro da Administração e Diretor daquele banco oficial.

Também, por obra e graça do espírito generoso do Sr. Gileno Fernandes Marcelino, potiguar e Secretário-Geral do Ministério da Administração, braço direito do Ministro Aluizio Alves, uma sua irmã (do Sr. Gileno) é mais uma funcionária da ENAP.

Além de outras figuras, uma filha de um ex-senador, figura querida e saudosa do Rio Grande do Norte, também abocanhou o seu lugar ao sol da ENAP...

A lista é longa, gorda e imoral. Fico por aqui, pois já cumpri minha missão de denunciar e, por arcar com o ônus da prova após acusar tal abuso, recomendo ao Ministro Aluizio Alves solicitar ao seu Chefe de Gabinete, que por uma das estranhas coincidências e ironias do destino vem a ser o seu filho, Sr. Aluizio Alves Filho, a forne-

cer-lhe a relação dos passageiros da 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> classe do "trem da ENAP".

Já que o Ministro quer se mostrar transparente, eu sequer farei um requerimento oficial de informações; vou apenas pedir-lhe que encaminhe a esta Casa, como forma de demonstrar respeito à Constituinte e a seus membros, a relação de seus auxiliares vindos do Rio Grande do Norte, seus cargos, seus salários, apartamentos funcionais ocupados, além das diárias e passagens aéreas requisitadas, concedidas e pagas.

Aí, com certeza, o Sr. Ministro vai ver o que é empreguismo praticado às claras, começando pela própria casa.

#### DOCUMENTO REFERIDO PELA ORADORA:

\* Telegrama do Ministro da Administração à Deputada Constituinte Dirce Tutu Quadros (PSDB — SP)  
STT CDV001/DF  
09 1701 125  
XDF03663 0908 1653 STT/DF(014)  
Brasília/DF

Telegrama  
Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Deputada Dirce Quadros  
Câmara dos Deputados  
Brasília/DF(70160)

Tomando conhecimento discurso proferido V. Ex<sup>a</sup> rogo confirmar quais atos "de empreguismo praticado às claras" pelo Ministério da Administração a fim de que possa, se comprovada a afirmação, tomar as providências legais. Atenciosamente, Aluizio Alves/Ministro-Chefe da SEDAP/PR.

**O SR. FRANCISCO KÜSTER** (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, quero nesta oportunidade tecer considerações em torno do novo texto constitucional. A Constituição começa a ganhar corpo e a resgatar perante a opinião pública a imprescindível credibilidade para que possa, a partir da sua promulgação, servir de verdadeira salvaguarda das aspirações da sociedade, dos direitos dos cidadãos, do progresso e do futuro deste País. Sentimos também que, paralelamente, à medida que avançamos nas votações, que nos aproximamos do término dos trabalhos da Constituinte e da conclusão da Constituição, obviamente, o Legislativo começa a ganhar corpo, começa a resgatar os seus poderes, começa a resgatar a sua importância perdida com o advento do famigerado golpe de 1964. Dentre uma série de pontos que destacamos como importantes, Sr. Presidente, damos maior importância ao fim do famigerado decreto-lei. Doravante, os Presidentes da República não poderão jamais editar os ditos decretos-leis, cujos efeitos nefastos não se podem rever, ressarcindo pessoas, quando não obtêm aprovação. A partir da promulgação da nova Carta, não poderão mais os governantes recorrer a esses expedientes. Outra situação também bastante alvissareira é a proibição da propaganda custeada com recursos públicos, cujo objetivo, Sr. Presidente, é o de endeusar falsos ídolos, é o de elevar o culto à personalidade. Governadores e prefeitos despidorados, que usaram e usam de forma desmedida os recursos públicos, não o poderão fazer jamais, a partir da vigência da

nova Carta. Essa é uma medida séria e saneadora. Ela haverá de pôr fim a esse festival de mediocridade, que não tem outro objetivo, senão o de criar falsos ídolos, ídolos de barro, ídolos de papel, hoje muito em moda, haja vista a postura de muitos prefeitos e governadores no exercício de suas funções.

Não poderíamos também deixar de fazer alguns comentários sobre a descentralização, o repasse dos recursos aos Estados e Municípios. O Governo afirma que isso não vai resolver o problema, mas vai criar um impasse. Se assim fosse, não haveria necessidade de o Governo e seus ministros estarem tão preocupados com essas medidas.

Sr. Presidente, encerro dizendo que estamos avançando e que a nova Constituição haverá de lavar a honra dos Srs. Constituintes, principalmente daqueles que tiveram a dignidade de honrar o voto popular, não os gazeteiros inveterados.

*Durante o discurso do Sr. Constituinte Francisco Küster, o Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário.*

#### O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá)

— Tem a palavra o nobre Constituinte Wilson Campos.

#### O SR. WILSON CAMPOS (PMDB — PE.

Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Constituintes, hoje, 25 de agosto, está esta infeliz Nação lembrando com amargura e tristeza o início de sua derrocada política institucional e econômico-financeira. Nesta data, Sr<sup>es</sup> e Srs. Constituintes, deu-se a vitória das chamadas "forças ocultas" sobre a democracia. Vinte e Sete anos são passados da, ainda pouco explicada, renúncia do insano Presidente Jânio da Silva, o fatídico senhor que enganou a maioria do povo brasileiro com sua demagógica mensagem e que acabou levando a Nação à desgraça pela qual todos pagam e continuarão pagando ainda, por muitos e muitos anos.

Graças à tentativa de golpe que engendrou com sua teatral renúncia, este País caiu nas mãos dos golpistas de sempre. Se o poder discricionário não ficou com Jânio da Silva, descambou para outras mãos até reconhecidamente menos hábeis, mas positivamente mais violentas e mais desastrosas na condução do processo ditatorial de mando e, também, de desmando.

Depois de mais de um quarto de século, essa sinistra figura ainda constrange o povo brasileiro, participando de sua paisagem política, dirigindo a maior cidade brasileira e sua maior capital. E, por incrível que pareça, ressurgindo para o Brasil como um novo Messias, através de uma bem urdida campanha, orientada pelos saudosistas da ditadura da qual ainda não conseguimos completar a varredura.

O mais incrível de toda essa panacéia, Sr. Presidente, é que a campanha da volta de Jânio da Silva encontra respaldo entre integrantes do PMDB, tendo sido, inclusive, iniciada a partir do empenho de José Aparecido de Oliveira, seu fiel escudeiro de outras e desta época, mas que purgou durante muito tempo, como cassado e proscrito da vida pública, as consequências do desas-

tre provocado pelo seu chefe, orientador e inspirador.

Não posso compreender, Sr<sup>es</sup> e Srs. Constituintes, que este País volte aos anos sessenta para buscar uma tábua de salvação entre homens que infelicitaram a Nação com ações maléficas geradas por seus cérebros doentes, seus desequilíbrios morais e seus destemperos éticos. Só posso admitir que tudo decorra da desinformação e da deformação dos princípios formadores da opinião e da consciência do povo, principalmente das gerações que ficaram marginalizadas pela ditadura militar durante mais de duas décadas.

Cumpra a todos os brasileiros que ainda têm esperança neste País, mostrar a verdadeira face desse farsante desequilibrado. Cabe a cada um de nós, que integramos o PMDB, rechaçar a vilania daqueles que vestem no nosso partido a camisa da traição e do oportunismo barato, que cheira a mofo e provoca náuseas, que só aos grupos caronistas da História interessa.

Apelo ao bom senso do povo brasileiro e às Lideranças do meu Partido para que repudiem essas infames manifestações que visam à ressurreição de sombrias figuras, cujos espectros ainda vagam insepultos, gerando pavor e repugnância.

#### O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá)

— Solicito aos Srs. Constituintes que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências do Congresso Nacional que se dirijam ao plenário, pois em breve será feita a verificação de **quorum**.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Fernandes.

#### O SR. JOSÉ FERNANDES (PDT — AM. Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Constituintes, leio, para registro nos Anais desta Assembléia, carta de autoria do advogado Djalma Passos aos servidores do Amazonas, publicada no jornal **O Povo**, no dia 15-8-88, cujo teor é o seguinte:

#### "CARTA ABERTA AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO AMAZONAS

Manaus, agosto de 1988

#### Amigos:

Em maio vocês tiveram um reajuste de vencimentos de 40%. De maio a agosto a inflação devorou 82% dos salários. Servidores estaduais e municipais estão no fundo do poço. Com o pior salário de todos os tempos, salvo alguns privilegiados que têm salários de marajás na miséria coletiva do funcionalismo estadual e municipal.

A grande maioria dos funcionários está dentro da faixa do salário mínimo e muitos estão até abaixo. Vocês não têm direito à URP como os funcionários federais. Resultado, em agosto corrente o vencimento da maioria de vocês não compra mais um bom par de sapatos e talvez não compre 20 quilos de carne. Isto já não é salário, é uma vergonha dentro de um brutal quadro inflacionário. Enquanto isto, todos os meses sobem a água, a luz, o transporte, os combustíveis, o telefone, os medicamentos. Os alimentos sobem de preço diariamente.

Pergunta-se: algum vereador ou deputado tem ido à tribuna em defesa dos funcionários públicos, lembrando aos poderes governa-

mentais as aflições salariais do funcionalismo? Não. Estão todos calados. E alguns, com a maior desfaçatez, pedindo votos para os reelegerem, depois de 6 anos de inoperância e inutilidade à causa pública.

Antes das eleições, entretanto, vocês devem receber um reajustezinho, muito abaixo da inflação. E, a nível federal, pode vir um congelamento de preços, como um novo estelionato eleitoral. Não se deixem enganar mais uma vez. Votem contra esta situação insuportável, contra os adeptos desta Nova República, que, nascida para acabar uma ditadura, vai instituindo a pior das ditaduras; a ditadura da fome, da corrupção, da violência, da impunidade e da carestia.

Vinguem-se no dia 15 de novembro. — **Djalma Passos**, candidato a Vereador pela Frente Social Trabalhista."

Era o que tinha a dizer.

#### A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA

(PSDB — DF. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Constituintes, assomo à tribuna para pedir que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte colabore com a bancada de Brasília nesta Casa, a fim de resolver o sério problema que nossa cidade atravessa.

Brasília está parada e paralisada. Parada em função da indefinição do Governador para o Distrito Federal, e paralisada em face das inúmeras greves que estão eclodindo neste momento e para as quais não se vislumbra qualquer solução. Como exemplo, cito a greve dos trabalhadores da CEB, que não vêem seus acordos firmados com a empresa.

Eu gostaria, ainda, de apelar para o Ministro do Planejamento, a fim de que S. Ex<sup>a</sup> atenda àquilo que é de direito dos trabalhadores de Brasília, ameaçada de caos. O atual Governador não está tomando as necessárias providências para sanar tais dificuldades, de vez que S. Ex<sup>a</sup> está acumulando a função de Ministro da Cultura. Por ainda não ter sido indicado o outro Governador para Brasília, a cidade está abandonada. Por isso, eu gostaria de contar com ajuda de V. Ex<sup>a</sup>, a fim de solucionarmos esses graves problemas da Capital Federal.

*Durante o discurso da Sr<sup>a</sup> Constituinte Maria de Lourdes Abadia, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Sr. Constituinte Nelson Seixas.

#### O SR. NELSON SEIXAS (PDT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Constituintes, estamos vivendo a Semana Nacional da Criança Excepcional, instituída através do Decreto nº 54.188, de 24 de agosto de 1964, pelo então Presidente Castello Branco. Torna-se humanamente impossível falar apenas da criança excepcional. Esta semana não foi instituída apenas para que as entidades ligadas a essas crianças, que são as APAE, possam contar com alguns dias em que, mercê da comemoração, recolham donativos e colaborações. Não, Srs. Constituintes, essa semana é, antes de tudo, dias de reflexão, levando a conscientização à comuni-



dade, objetivando à integração social da pessoa portadora de deficiência. Dias em que nós, pessoas ligadas diretamente à criança excepcional, paramos para refletir e discutir a situação vivida pelas entidades e pelas próprias crianças, sem falar, é claro, nas famílias.

Como disse antes, é humanamente impossível falar apenas sobre a criança excepcional. A iniciativa do decreto do Presidente Castello Branco mostra, claramente, a forma com que o Estado e a nossa sociedade encaravam os problemas sociais ligados às pessoas portadoras de deficiência. Hoje a criança excepcional (que cresce e se torna adulta, pelo menos no aspecto físico), engrossa um time muito mais complexo: a sociedade das pessoas portadoras de deficiência.

Não é segredo para ninguém o fato de eu ser o Presidente da Federação Nacional das APAE. Até então eu defendi os direitos das pessoas portadoras de deficiência sem sentir na pele o próprio drama, em que pese ser pai de dois filhos excepcionais.

Na noite de 2 de agosto último, sofri um pequeno acidente, tendo fraturado a tíbia e o perônio, o que me impede a locomoção, levando-me a recorrer a uma cadeira de rodas. Vivo, no momento, ainda que por um curto espaço de tempo, a condição de um deficiente físico, e, caros companheiros, posso sentir o quanto eles sofrem para se locomover, tanto nas cidades brasileiras quanto nesta Casa. Um exemplo é o Anexo IV, que não conta com rampa, e o mesmo se repete nas cidades deste País. E quando algum estabelecimento se preocupa com o fato de que existem no mundo pessoas portadoras de deficiência, entre ricos e pobres, e constroem rampas específicas, há sempre aqueles que não respeitam esse dispositivo. Exemplos clássicos são as entradas do Anexo II desta Casa e do hotel onde moro, que possuem rampa, mas, ironia ou não, todos os proprietários de veículos acham que ali é o local mais adequado para estacionamento...

Isso significa que os direitos de cada um continuam não sendo respeitados. Principalmente os direitos das pessoas portadoras de deficiência. Diante da verdade dos fatos, concito os Srs. e Sras. Constituintes para que, nesta semana, façam um exame de consciência, uma profunda reflexão, sobre as condições em que vivem as pessoas portadoras de deficiência neste País; em especial, pensem nas nossas crianças excepcionais, que necessitam de educação e dedicação especiais. Afinal, senhores e senhoras, estamos aqui para resolver os problemas mais elementares da nossa população.

Aproveitando o ensejo, peço a publicação da crônica de autoria do meu sobrinho Carlos Roberto Seixas, vítima de uma paralisia infantil que é uma verdadeira mensagem de esperança e otimismo para as pessoas portadoras de deficiência.

*Documentos referidos pelo orador.*

DECRETO Nº 54.188,  
DE 24 DE AGOSTO DE 1964

### **Institui a Semana Nacional da Criança Excepcional.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica instituída a "Semana Nacional da Criança Excepcional", que deverá ser comemora-

rada, anualmente, de 21 a 28 de agosto, em todo o território nacional.

Art. 2º O Ministro da Educação e Cultura, expedirá instruções a todos os órgãos que lhe sejam subordinados, e recomendações às instituições vinculadas, direta ou indiretamente, ao seu Ministério, para que se dê o maior relevo à "Semana Nacional da Criança Excepcional".

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF., 24 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República. — **H. CASTELLO BRANCO, Flávio Lacerda.**

### **O DESAFIO DA DEFICIÊNCIA**

As coisas às vezes acontecem de repente, vêm para ficar. Uma situação nova sempre é um desafio. Tornar-se um deficiente físico é uma situação assustadora, mas como desafio é gratificante superá-lo. Uma a uma todas as barreiras físicas e preconceituais são vencidas e o sabor de vitória é real.

O deficiente físico quando bem trabalhado tem condições de ser tão grande, que o próprio espelho lhe nega a condição de deficiente. No eco de suas reflexões, ele chega a enxergar como deficientes, aqueles que não o respeitam como tal.

Eu era criança saudável, peralta, que fazia o que os limites da idade permitiam. De repente, uma febre com sinais de um simples resfriado. Fui para o leito com as próprias pernas, para sair no dia seguinte amparado pelas mãos maternas. Da noite para o dia, toda a peraltice, toda a agilidade infantil desmoronaram-se na imobilidade de um deficiente físico. As estatísticas, se existiam, registraram mais um caso de poliomielite, a paralisia infantil da epidemia de 1952.

Fato constatado, uma realidade dura de ser aceita, mas não suficiente para impedir que quatro mãos se levantassem, arregassem as mangas e sob a batuta do pai Lino, grande maestro paterno, sob a dedicação incansável da mãe Guiomar, uma batalha foi desencadeada. O objetivo era criar um filho deficiente tão igual aos outros irmãos, sempre com a orientação precisa, que as necessidades de cada um eram peculiares e que cada um tinha seu espaço de direito.

Acredito que o objetivo dos comandantes desta batalha era transformar-me em um indivíduo livre, independente e sem complexos.

A liberdade sem limites, mas de pés no chão. Não seriam as fantasias impossíveis, motivo de frustrações. Aprendi a saber exatamente o que era possível, o que dava para fazer. A liberdade de ações deveria ser alcançada com adaptação, criatividade e persistência dentro de uma sociedade totalmente despreparada para as necessidades do deficiente físico. Na evolução dos tempos, passei a enxergar que, como cidadão cumpridor de todos os deveres constitucionais eu não recebia as facilidades necessárias à minha condição. Mas, esta constatação nunca me abateu, apenas me estimulava a lutar, reagir, reivindicar. Mesmo nos países mais desenvolvidos, as conquistas dos deficientes são relativamente recentes, como pude constatar. A toda barreira física deve ser oferecida uma variante, o transporte tem que ser facilitado, uma prioridade no estacionamento, condi-

ções adequadas para o lazer e respeitabilidade pelos direitos de qualquer cidadão.

A minha independência foi moldada desde os bancos escolares. Eu tinha que crescer aproveitando minha potencialidade intelectual intocável pelo tal vírus da poliomielite, e seria ela que ditaria no futuro minha independência. Fui levado aos bancos escolares como qualquer criança, fui cobrado e exigido. Sempre fui igual a todos os alunos, até no momento do intervalo, quando todos iam brincar, correr e eu ficava, porque as pernas foram o brinquedo que não tive, mas por outro lado nunca fiquei só. Sempre encontrei a lealdade de colegas, amigos que me faziam companhia nestes intervalos e acabávamos formando um grupo produtivo — o Edeival quando não declamava dava oportunidade para discutirmos e cuidarmos dos nossos inventos; com Hudson, Serro-ni, Gisi sob a orientação de D. Dinorath e Cordélia, éramos fregueses dos salões de Arte Juvenil. O Peçoto era pau pra toda obra; com a Maria Luiza, José Francisco brigávamos para sermos os primeiros. O André sempre escrevendo seus contos e com Maria Angela discutíamos política calorosamente lá pelos idos de 1964.

Em casa o apoio, na escola os desafios e amizades que me ensinaram a vencer. Os professores; Agostinho, Ivanhoé, Joceli, Maria José, Cleide, Rose, Maria Lucia, Geraldo Marini, D. Noêmia a diretora, me abriram todas as frentes e eu felizmente aproveitei — pintei, esculpi, escrevi e fui premiado em condições de igualdade, representei o advogado de defesa nas peças estudantis (o professor Ivanhoé até pensou que eu iria ser advogado), venci gincanas de matemática (a professora Maria Lucia achou que eu faria alguma coisa ligada a ciências exatas);

Porque tudo isso? Porque aí estava sendo forjada a minha independência, eu estava aprendendo a conhecer os meus limites. Nunca foi derrota o que não deu para fazer, nunca fiquei para trás porque me ensinaram onde eu podia ir. Com esta estrutura bem sedimentada pelas quatro mãos do lar, lapidada por todos estes professores, que a memória já me trai, lancei-me ao desafio maior que era cortar definitivamente a dependência de casa; fazer um Curso Universitário. Saí de casa, doeram as lágrimas de saudade que pela primeira vez verteram rosto abaixo, senti aquela dor pesada sobre o peito, mas estava feliz, pois começava a desfrutar de todo investimento anterior, era independente e como tal passei a viver a vida de um estudante comum, aprendi a lavar cuecas, fritar ovos, coar café, passar vergonha pelo primeiro cheque sem fundo porque era a primeira vez que era responsável pela minha conta no velho Banco Comind da rua General Osório lá em Ribeirão Preto. Conquistei o meu mundo, fiz as minhas amizades, bebi meu 1º chopp no Pinguim, conheci o amor, construí minha felicidade.

Voltei às origens independente emocionalmente, culturalmente e financeiramente, pronto a beijar as mãos que me empurraram e me deram tal condição de ser um homem tão igual aos outros.

A felicidade construída com minha independência, lá pelos lados de Ribeirão Preto se completou quando Marta, minha esposa, gerou os três filhos maravilhosos que hoje reinam dentro do meu orgulho de também ser pai.

Hoje a preocupação é Maria Paula, João Alfredo e Roberta, filhos que tenho que criar com o compromisso de serem livres e independentes como eu sou.

O complexo não é meu, nunca o senti porque nunca soube o que é ser um complexado. Sempre assumi a minha posição clara de deficiente, nunca fiz chantagem emocional em busca de regalias. Encontrei barreiras, olhares desconfiados de descrença, de incredulidade. É claro que eu os encontrei, mas sempre cabia a mim o dever de desfazer esta imagem, porque culturalmente o deficiente é deficiente com grandes limitações, imagem esta que felizmente está mudando.

Porque eu relatei toda esta minha evolução? Porque qualquer deficiente quando lhe é dada a oportunidade de se desenvolver, alcançará seu espaço, será livre dentro de suas limitações, será independente para ser feliz, será lúcido o suficiente para não ser um complexado. Ele necessita apenas de facilidades sem paternalismo.

**O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB — SP.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quando V. Exª anuncia que há acordo, todas as bancadas poderiam prescindir da manifestação dos Líderes a respeito. Quem estiver contra, discorde, senão vamos perder muito tempo.

Se V. Exª já disse que há acordo, ele se manifesta na própria votação.

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães)** — Já tratamos deste assunto. Creio que os Líderes devem decidir como acharem melhor.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Geraldo Alckmin Filho.

**O SR. GERALDO ALCKMIN FILHO (PSDB — SP.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao transcorrer do 10º aniversário de fundação do jornal **A Tribuna do Ribeira**, desejo consignar minha particular homenagem nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, congratulando-me orgulhosamente com o povo da cidade de Registro, no Estado de São Paulo — a quem tenho a honra de também representar nesta Casa — e especialmente com aqueles que o conceberam e com os que contribuíram para consolidá-lo como um dos mais representativos veículos de comunicação do Estado de São Paulo.

Criada em agosto de 1978, através do esforço empreendedor de Giusfredo Santini, **A Tribuna do Ribeira** desde então tem-se destacado na defesa dos interesses do Vale do Ribeira, constituindo-se em vibrante arauto da história recente da região, e servindo de baluarte a inúmeras bandeiras e lutas de extrema importância para a população local.

Bandeiras e lutas que, antes de se transformarem em gloriosas conquistas, se tem valido do prestígio e da independência da **Tribuna**, para a publicação de seus objetivos, porquanto, fiel à tradição de bem informar, **A Tribuna** se tem pautado no sentido de promover o desenvolvimento do Vale do Ribeira, expressando publicamente as necessidades da região, por meio do registro dos fatos e eventos que importam a todos os seus habitantes.

Há que se ressaltar a relevância desse serviço, numa das regiões menos desenvolvidas do Estado de São Paulo, que não pode prescindir de

um órgão de comunicação que expresse os anseios de sua comunidade e que lute por meios que possibilitem o seu progresso.

Em suas colunas, discutem-se questões de âmbitos nacional e regional, como a reforma agrária, de um lado, tema de muita pertinência para as áreas onde predomina a atividade agrícola, e, de outro, a campanha pela criação de um fundo especial de desenvolvimento do Vale do Ribeira, a qual pessoalmente encamparei, por uma questão de justiça, e em solidariedade a uma região cujas dificuldades, urge reconheça-se, a equiparam às mais pobres do País.

Circulando por doze Municípios do Vale e em toda a baixada santista, **A Tribuna do Ribeira** é orgulho e exemplo para todos os que reconhecemos o valor da imprensa interiorana, que, por ser mais suscetível a pressões de ordem econômica ou política, merece ainda mais admiração, quando, a exemplo da homenageada, resiste e persiste no cumprimento de sua verdadeira missão: a de informar, fazendo valer o princípio da liberdade de opinião e de expressão.

Congratulo-me com a laboriosa equipe da **A Tribuna do Ribeira** — fotógrafos, repórteres, diagramadores — cujo trabalho é digno de todo o nosso respeito, e parabenizo, em particular, a valorosa iniciativa da "Tribuna de Santos", que permitiu e participou desse empreendimento.

Temos certeza de que um dia, a exemplo da **A Tribuna do Ribeira**, todos nós nos orgulharemos de ter colaborado para o crescimento daquela região.

**O SR. IBERÊ FERREIRA (PFL — RN.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, amanhã, dia 26 de agosto, a Legião Brasileira de Assistência — LBA, comemora o seu 46º aniversário.

Vinculada recentemente ao Ministério da Previdência e Assistência Social e integrada ao Sistema Nacional de Previdência Social — SIMPAS — a LBA tem como objetivo a assistência à população, implantando programas de desenvolvimento social e executando a política nacional de assistência social.

Eu me sinto muito à vontade para falar desta instituição, porque fui seu Superintendente no Estado do Rio Grande do Norte e muito me orgulho de ter desenvolvido um trabalho pioneiro de implantação de creches para crianças, cujos pais viam-se obrigados ao alistamento nas chamadas frentes de emergência na última grande seca que o Nordeste enfrentou.

A LBA tem uma importante função neste País de tantos desamparados ao prestar-se à assistência aos não-contribuintes da Previdência Social, beneficiando a população submetida ao subemprego ou desemprego, cujo poder aquisitivo é insuficiente ou mesmo nulo.

Atualmente o Prof. Irapoan Cavalcanti de Lyra exerce a Presidência da Legião Brasileira de Assistência em substituição ao Dr. Marcos Vilaça, que foi nomeado para o Tribunal de Contas da União.

O Ministro Marcos Vilaça conseguiu, durante o tempo em que esteve à frente da LBA, ampliar a atuação da entidade. Isto é inquestionável. Conseguiu aumentar os recursos de que a LBA dispunha, dando, assim, nova dimensão ao trabalho assistencial desenvolvido. Nos momentos de crise, procurou atender às necessidades que a realidade brasileira exigia.

O Prof. Irapoan Cavalcanti de Lyra já demonstrou sua competência e dedicação à instituição quando exerceu a vice-Presidência da LBA. É formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, tendo grande conhecimento do trabalho assistencial desenvolvido no Brasil.

Fico muito à vontade para falar do Prof. Cavalcanti de Lyra, porque, mesmo fora da entidade, tenho acompanhado o seu trabalho — e sou testemunha do brilhantismo com que exerceu a vice-Presidência da entidade.

Por tudo isso, por todo o trabalho realizado até o momento pela LBA, destacamos desta tribuna as comemorações do seu 46º aniversário. Ao mesmo tempo, ressaltamos nosso contentamento e satisfação de ver tão importante instituição nas mãos do Prof. Irapoan Cavalcanti de Lyra. Temos certeza que ele não se descuidará da continuidade do trabalho desenvolvido durante todos estes anos pela LBA, desde sua fundação em 1942. Mais do que isto, acreditamos que nos próximos aniversários a LBA terá a comemorar a nova dimensão que dará ao trabalho assistencial do País.

**O SR. PAULO PAIM (PT — RS.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, o dia de ontem, marcado como reinício da campanha nacional pela reposição salarial, organizada pela CUT, foi marcado pelo aparelho repressivo do Estado, com uma média de 15 policiais para cada manifestante.

Ontem, a praça deixou de ser do povo, como era de se esperar, e foi tomada por carros lançabombas, camburões, helicópteros e um pelotão de choque formado por três mil pessoas. Isso porque os manifestantes reivindicam a devolução das duas URP congeladas, além da reposição das perdas de janeiro para cá, pois, mesmo com a devolução da URP de abril, os servidores necessitam de um reajuste de 68% para readquirirem o poder aquisitivo de janeiro passado.

Mas o Governo responde ao desejo de negociações e entendimentos de uma causa claramente justa com a repressão policial equipada, além dos policiais, de cavalaria e de cães amestrados. Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é preciso que fique clara a diferença entre marginais e trabalhadores, e que o Governo adote outro comportamento, porque com aparato policial não se negocia nem se chega a acordo nenhum. Isto é uma prova de incompetência do Governo para tratar com os movimentos sociais e do despreparo dos patrões e do Governo para negociar.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, achamos que as reclamações relativas às indenizações decorrentes de danos causados por erros médicos deveriam ser julgadas pelos Conselhos Regionais de Medicina dos Estados e dos Territórios.

Por isso, apresentamos um projeto de lei sobre este assunto.

Assim, das decisões dos órgãos de que tratam as reclamações caberá recurso para o Conselho Federal de Medicina.

O ingresso das partes em juízo ficará condicionado ao procedimento estabelecido na preposição.

Já fizemos da tribuna da Câmara pronunciamiento sobre o seguro para indenização por erros médicos. Nessa oportunidade manifestamo-nos contra a inclusão de um seguro para indenização dos danos decorrentes desses erros, como existe nos Estados Unidos, pois essa providência, a nosso ver:

1) provocaria a limitação dos trabalhos dos Médicos, num país como o nosso, com grande carência desses profissionais, sobretudo no meio rural;

2) aumentaria os preços dos serviços médicos, já bastante caros, pela necessidade de repasse das despesas com os clientes;

3) possibilitaria a transformação da profissão médica numa instituição de lucros para advogados e seguradores;

4) desvantagens nas questões judiciais, pelos problemas psíquicos que causariam aos pacientes;

5) danos psíquicos causados ao facultativo da Medicina, que necessita de perfeitas condições psicológicas para o exercício de tão importante atividade.

Assim, apresentamos nossa proposição pelo conhecimento da atividade médica, baseado nas considerações anteriores, estabelecendo-se a competência dos Conselhos Regionais de Medicina e do Conselho Federal, que deverão julgar, em via administrativa, os processos ou ações de indenização decorrentes de danos causados por erros médicos.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB — PA.** Pronuncia a seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Constituintes, a proposta de extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, entregue a obtenção dos seus objetivos aos Estados e Municípios, encerra um verdadeiro perigo para a continuidade da eficiência do sistema rodoviário nacional e uma ameaça ao nosso desenvolvimento econômico, tanto mais quanto as circunstâncias históricas fizeram do País uma verdadeira resultante dessa ligação, que nasceu das veredas dos índios e bandeirantes, para garantir nossa integridade territorial e a homogeneidade da nossa cultura, pelas inter-relações populacionais.

Nesse contexto, a rede viária significa um autêntico patrimônio a ser preservado e que, se atualizada a administração dos sistemas, resultará num largo desserviço à própria unidade nacional.

Cabe ao DNER construir, restaurar, manter e operar as ligações interestaduais, inter-regionais e internacionais, todas igualmente vitais para o desenvolvimento do País, bastando salientar que somente a BR-101 serve a treze Estados costeiros e alimenta os seus portos.

Se, no entanto, o DNER for extinto, como pretendem alguns elementos do setor econômico do Governo, haverá, pelo menos no primeiro quadrênio, um descontrole pernicioso do rodoviarismo brasileiro, porque a maioria dos Estados não tem condições nem recursos sequer para sustentar o planejamento do setor rodoviário e a conservação das estradas, quando as reconstruções e os asfaltamentos se tornam periódicos, pelo desgaste do sistema.

Aléga-se que a Constituição retirou dezessete por cento das rendas da União. Mas, como resul-

tado, não será necessário dismantelar o sistema. Fique a União com a conservação, asfaltamento e ampliação das rodovias, nem que, para isso, tenha de recorrer ao pedágio nas estradas de rodagem federais, exatamente como alguns Estados fazem com a rede viária sob sua responsabilidade.

Trata-se de um problema que deve ser centralizado, principalmente no que tange à segurança nas estradas, à sinalização eficiente, ao policiamento das rodovias, tanto pelos guardas rodoviários como pela Polícia Federal.

O serviço deve ser custeado, principalmente, pelo usuário, que, atualmente, tem condições para contribuir, com o pagamento do pedágio, para a melhoria do sistema viário nacional.

**O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB — GO.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Constituintes quero congratular-me com a população de Nazário, através de seu Prefeito e de sua Câmara Municipal, pelo quadragésimo aniversário de elevação a Município, nessa data

Segundo conta a História, por volta de 1860, Nazário Pereira de Oliveira, procedente de lugar desconhecido, radicou-se com sua família em lugar bem próximo à Serra de Jibóia (Município de Palmeira de Goiás), onde tentou, sem êxito, adquirir fortuna, procurando ouro e pedras preciosas. Mais tarde, transferiu-se para o local onde veio a nascer o povoado, nas proximidades da confluência do córrego Buriti com o rio dos Bois.

O Distrito de Nazário foi criado em 1932, em dia e mês desconhecidos, tendo sido extinto e, em 1936, restaurado, conservando o antigo nome.

Em 25 de agosto de 1948, foi elevado à categoria de Município, através da Lei nº 121, sendo instalada a 1º de janeiro de 1949.

Hoje com quase 6.000 habitantes, Nazário se destaca na produção de milho, arroz e cana, possuindo 20 estabelecimentos industriais e 36 comerciais.

É uma cidade que investe na educação, possuindo 13 escolas de 1º e 2º graus.

Com sua atual administração, Nazário está em franco desenvolvimento, sendo, hoje, um dos fatores de progresso para o Estado de Goiás.

**A SR<sup>a</sup> RITA CAMATA (PMDB — ES.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Constituintes, mais uma vez venho a esta tribuna para abordar um grave problema que afeta a população de meu Estado.

Quisera eu aqui estar para falar do contentamento de meus conterrâneos, de minha gente. Mas, infelizmente, aqui compareço, novamente, num fato que já está se tornando rotina, para relatar questões decorrentes do sofrimento por que passa o povo do Estado do Espírito Santo.

Os problemas Sr<sup>es</sup> e Srs. Constituintes, são tantos, e rotineiros, que, praticamente, tenho de dividir meu tempo na discussão e elaboração da futura Constituição e na tentativa de, pelo menos, minorar as dificuldades dos capixabas.

No momento em que esta Casa entra na reta final do trabalho de elaboração da futura Carta, que apesar dos defeitos contém grandes avanços, principalmente no setor social, o Governo de meu Estado, como a ignorar o que acontece em Brasília, age exatamente ao contrário.

O povo do Espírito Santo, é bem verdade, também sente na carne os reflexos das dificuldades econômicas que atingem o País. Mas junto disso existem os problemas causados por um Governo insensível, como o que está, hoje, instalado no Palácio Anchieta.

Venho a esta tribuna porque vejo e acompanho todo o desenrolar dos problemas que acontecem em minha terra, e que são retratados pela imprensa não só regional, como de todo o País.

Todos sabem, e muito bem, dos acontecimentos desta semana em Vitória, quando milhares de trabalhadores e estudantes foram às ruas, para protestar contra o aumento das passagens dos ônibus. Era uma manifestação ordeira, como ordeiro é o povo capixaba. Mas assim não pensa o Sr. Governador, que, em vez de ouvir os reclamos e analisar as reivindicações, preocupou-se apenas em reprimir o ato.

Um Governador que durante a campanha falou em administração transparente e voltada para o diálogo trocou a palavra, trocou a conversação pelo cassete.

Tudo isto, Sr<sup>es</sup> e Srs. Constituintes, porque os trabalhadores e os estudantes foram às ruas para, única e exclusivamente, reivindicar o direito do ir e vir.

É um Governador que, por antecipação, já rasga a futura Carta que esta Casa está escrevendo.

Isto, todavia, não é surpresa para mim, como, tenho certeza, não surpreende também as pessoas equilibradas e de bom senso.

As pesquisas de opinião pública, tanto as que são divulgadas, como as que são escondidas nos porões do Palácio Anchieta, dizem, com toda a clareza, o que o povo acha de seu Governador.

Já era um Governo ruim, e pior se encontra agora, principalmente em virtude dos últimos acontecimentos.

Quem não se recorda da denúncia que, desta mesma tribuna, fiz dias atrás, quando responsabilizei o Sr. Governador, pela hedionda situação em que estão envolvidas as crianças capixabas, que, hoje além de escola regular e assistência social, também não têm segurança, como está comprovado com a ação de deportação de menores.

É um fato denunciado recentemente, mas que já era do conhecimento do Sr. Governador há muitos meses.

Mas, como sempre, moroso e irresponsável em seus atos, ele nada fez, como nada fará.

Nada fez e nada vai fazer também por causa de seu despreparo, de sua incompetência e sua insensibilidade para gerir as coisas públicas.

É um Governador voltado, hoje, praticamente para a perseguição àqueles que considera adversários políticos, não importando a que partidos pertençam ou, inclusive, se fazem ou não parte de sua equipe. Basta que lhe façam sombra, que se mostrem mais capazes (o que também não é muita vantagem, tal a sua incompetência), e ele parte para a retaliação.

Só que, agora, o seu alvo não são apenas seus adversários políticos. Ele parte, também, para a perseguição aos próprios trabalhadores e estudantes, tirando-lhes o pouco que lhes resta, que é o direito de lutar pela melhoria de vida.

Aos adversários políticos, ele persegue por não comungar com ideais, métodos de trabalho ou por uma simples desavença.



Aos trabalhadores e estudantes, ele persegue por não aceitar críticas.

Quero, contudo, pedir desta tribuna, não a ele, porque não é de ouvir ninguém, mas pedir a Deus que dê a esse Governador pelo menos um instante de lucidez, um minuto de concórdia, para que, ocorrendo novas manifestações, como a do início da semana, em vez de reprimi-las e de mandar agredir seus participantes, que, pelo menos, os ouça e analise seus pleitos.

Espero não ter pedido demais.

**O SR. JOSÉ CARLOS GRECCO (PSDB** — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, as mudanças no Orçamento da União para 1989 que estão sendo anunciadas com grande aparato publicitário pelo Governo, batizadas de Operação Desmonte, têm dois aspectos principais que devem ser ressaltados.

Em primeiro lugar, quem está comandando essa operação é, em verdade, o Poder Constituinte, ao contrário portanto, do que faz crer o Poder Executivo, que se arvora o mérito de sua iniciativa.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, o Governo faz terrorismo com essas mudanças orçamentárias, porque transfere a Estados e Municípios, em único exercício, a responsabilidade pela execução de obras e serviços cujos encargos, nos termos do novo texto constitucional, devem ser distribuídos por cinco anos, sendo de ressaltar que apenas 50 por cento das transferências a Estados e Municípios se darão em 1989.

Caem, assim, de uma só vez, duas máscaras do Governo.

Ora, Sr. Presidente, é inaceitável que o Governo tente intimidar o Poder Constituinte e faça terrorismo com questões tão vitais para a sobrevivência de Estados e Municípios.

Na realidade, o que o Governo está fazendo é vingar-se das derrotas políticas sofridas seguidamente nas votações da Constituinte e, mais do que isso, numa medida mesquinha e impatriótica, antecipa-se à derrota eleitoral de 15 de novembro, procurando tornar inviáveis e ingovernáveis as administrações democráticas que emergirão das urnas; isso, porém, só aumenta a revolta dos eleitores e consolida a vitória das forças democráticas nas próximas eleições.

**O SR. CUNHA BUENO (PDS** — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, temos a satisfação de anunciar aqui a realização, nesta capital, do 2º Ciclo de Conferências sobre a Imprensa Brasileira e do 5º Encontro Nacional das Associações de Imprensa.

O evento, inaugurado hoje, no Auditório Petrólio Portella, no Senado Federal, é promovido pela Associação de Imprensa do Distrito Federal, sob a presidência do jornalista Jonatã Macedo, e reunirá, durante dois dias, especialistas em Comunicação Social do Brasil e do Exterior, com o objetivo de analisar a situação da imprensa hodierna.

As questões relacionadas à comunicação moderna, seja esta formal ou informal, devem ser seriamente analisadas nos foros especializados e a nível político-institucional.

A comunicação na formação da opinião pública e na difusão das conquistas tecnológicas neces-

sárias para o processo de modernização é um fator essencial. No caso do Brasil, país com dimensões territoriais de um Continente, a Comunicação, através das mídias impressa e eletrônica e outros veículos de propaganda e publicidade, se reveste de importância fundamental até mesmo para a ampliação do mercado interno de produção e consumo e democratização do acesso da população aos benefícios do progresso.

Precisamos ressaltar essa importância da Comunicação Social para o Brasil, que hoje ocupa o sétimo lugar no mundo em volume de propaganda e publicidade, movimentando recursos correspondentes a cerca de 1,5% do Produto Interno Bruto (a média nos países desenvolvidos que lideram o mercado é de 2% a 3%).

A "aldeia global" a que se refere Marshall McLuhan, ao analisar o papel da comunicação de massa, só faz sentido se voltada para a promoção da melhoria das condições de vida dos povos.

Congratulamo-nos com a Associação de Imprensa do Distrito Federal pela sua iniciativa e esperamos que os frutos desses debates sejam convertidos em programas tendentes ao aperfeiçoamento desse importante setor.

**O SR. TITO COSTA (PMDB** — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estampa a "Folha de S. Paulo", em sua edição de 24 do corrente mês de agosto, matéria assinada pelo jornalista Dermi Azevedo, segundo a qual a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) estaria preparando um documento sobre o filme "A última tentação de Cristo", do cineasta norte-americano Martin Scorsese. Diz o jornal que a nota poderá considerar o filme "desrespeitoso" à pessoa de Jesus Cristo, embora adotando uma postura moderada a respeito do assunto.

Está acontecendo no Brasil o que se esperava a propósito desse filme: protestos e investidas contra algo que, segundo se lê em comentários diversos, seria mais uma afronta à figura de Cristo e, conseqüentemente, da Igreja que ele fundou. Ocorre, no entanto, que os protestos começam antes de a fita chegar às suas telas e antes, portanto, de se conhecer o seu conteúdo.

Lamentavelmente, tal como ocorreu em situações análogas, tivemos demonstrações em um radicalismo inteiramente condenável, tanto por parte dos que se manifestam a favor, como daqueles que se posicionam contra o espetáculo. Assim ocorreu com o discutido filme "Je Vous Salue, Marie" e com a peça teatral "Teledium" (esta mostrada em São Paulo por vários meses).

Sem discutir tais eventos artísticos sob o ângulo da obra de arte; sem adentrar a indagação sobre se tais manifestações sejam, efetivamente, obras de arte; se, ainda, perquirir sobre a tão decantada "liberdade de criação artística", quero dizer, desde logo, que é de lamentar-se que se usem motivos religiosos, às vezes em tom de deboche, para procurar, nem sempre insidiosamente, mas às claras, destruir valores muito caros à sociedade brasileira, como um todo. Como católico, repudio veementemente tais práticas.

Nem por isso — entendo — justificar-se-ia a censura, proibitiva, abolida no texto constitucional em elaboração por esta Assembléia Constituinte.

Até porque, em se tratando de espetáculos que se exibem em salas fechadas, os desastres que

possam provocar ficariam adstritos a iniciados, ou já previamente comprometidos em suas posições não-religiosas ou ideológicas, ou até mesmo a curiosos que, por sua formação, ficariam imunes às eventuais agressões que lhes adviessem do espetáculo em exibição. Em resumo: a tais espetáculos assiste quem quiser.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, desafio desta tribuna alguém, neste País, que se considere com autoridade moral para impedir que esse filme de Scorsese seja mostrado no Brasil. Sim, porque enquanto nos revelamos escandalizados, às vezes, farsaicamente, diante de tais manifestações artísticas, ficamos estáticos, inertes, impassíveis, diante da torrente diária de insultos e de obscenidades que nos mostram as telas de TV. Não bastassem as novelas e os programas humorísticos, agora também os anúncios comerciais adentram a todo instante as casas de milhares de brasileiros, expondo a todos, sem prévio aviso, ao contato com cenas ousadas de agressão à moral e aos bons costumes. São cenas de sexo, quase explícito, por enquanto, humorismo grosseiro, comerciais de gosto e criatividade discutíveis, que adultos e crianças vêem, atônitos, nas suas salas e no interior de suas casas. Tudo impunemente e até mesmo em nome, muitas vezes, da chamada "liberdade de criação".

Sugiro, assim, à CNBB, como católico que sou, que se ponha logo numa campanha corajosa contra tais abusos, no sentido de, pelo menos, respeitar-se a família, a sociedade, bem como a incauta e indefesa disponibilidade de cada um, no recesso de seu lar, ou no clube, ou na escola, ou nos hospitais, ou onde quer que seja. E apelo às nossas autoridades no sentido de posicionarem-se firmemente de modo a impedir tais e tão frequentes abusos.

É urgente que assim se faça. É imperioso que tenhamos coragem de colocar um basta aos exageros da nossa televisão, o que não existe — sabemos seguramente — em nenhum outro país, com esse mesmo grau de intensa provocação de péssimo gosto e de indesejável intenção de deboche, a pretexto de fazer arte.

Que se exibam nos cinemas e nos teatros quaisquer espetáculos, sempre adstritos a um público específico, adulto, curioso, por vezes descomprimado.

Que se evitem os abusos de espetáculos que exibem verdadeira degradação em nossas telas de televisão, numa escalada verdadeiramente ousada e até mesmo — por que não? — impatriótica. É preciso ação enérgica, antes que seja tarde. E antes que, no próximo capítulo, já tenhamos de nos envergonhar de nossas conquistas, de nosso progresso técnico-artístico e, quem sabe, de nossa própria humana condição de gente tida por "civilizada".

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PJ** — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a classe dos aposentados e pensionistas dos servidores públicos civis, está em festa, pela aprovação dos §§ 4º e 5º do artigo 41 da futura Constituição, garantindo, assim, um benefício igual à totalidade dos proventos ou vencimentos do servidor falecido, bem como os proventos da aposentadoria serem revistos na mesma proporção e na mesma data em que se modificar a remuneração dos servidores em atividade,

e ainda os benefícios e vantagens oferecidos aos servidores serão, também, estendidos aos inativos.

Curiosamente, os dispositivos aprovados e que já estão assegurados na nova Carta Magna o foram no dia 23 do corrente, e esse dia, dentro do calendário das importantes datas nacionais, é o Dia da Injustiça; parece até, Sr. Presidente, uma lição aos técnicos burocratas do Governo: no Dia da Injustiça, começa-se a fazer justiça a uma classe que vem sendo massacrada, espezinhada e humilhada pelo Governo.

A nossa luta, nesta Assembléia, em favor dos aposentados e pensionistas, não tem sido em vão! E eu digo: graças a Deus, tem sido produtiva. Aliás, Sr. Presidente, abro aqui um parêntesis para lembrar Moisés no livro do Gênesis: "Deve-se fazer com cuidado o que for importante".

Fazemos agora, Sr. Presidente, uma Constituição à qual se deseja longa vida.

Não será perfeita! Isso todos sabemos, pois não é obra do Criador; com tantos inconvenientes, porém, trabalharemos para reduzir ao mínimo possível os defeitos, e, nessa nossa marcha, Sr. Presidente, estamos atentos como uma sentinela aos aspectos relevantíssimos que dizem respeito a uma classe digna, paciente e outrora pujante, que são os aposentados e pensionistas.

Vencemos parte da batalha, aprovando os §§ 4º e 5º do art. 41, que beneficia os aposentados e pensionistas do serviço público civil.

Essa pequena batalha já está sólida e garantida na futura Carta Magna, outras virão, e agora, os Constituintes, suficientemente alertados, saberão enfrentar as manobras e a ênfase do Governo, dizendo SIM às outras conquistas dos aposentados e pensionistas.

Não descremos do futuro justo e certo de nossas conquistas. O povo nos outorgou um mandato do qual espera uma ação direta e vigorosa, e este sucesso, Sr. Presidente, aos aposentados e pensionistas do serviço público civil, mostra-nos um feliz resultado; quando se trabalha apuradamente, sempre se vence uma causa justa!

Era o que tinha a dizer.

**O SR. DOMINGOS LEONELLI** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, consumou-se ontem no Rio de Janeiro mais um ato de desmontagem da nacionalidade praticado pelo Governo José Sarney. Com um desembolso imediato de apenas US\$ 25 milhões e o resto para pagar em dez anos, empresários particulares compraram a Caraiíba Metais, segunda maior empresa do meu Estado. Isso não foi uma venda, mas sim uma doação. Numa ridícula manobra de cifras, o BNDES tenta demonstrar que o preço total obtido no leilão da privatização estava acima do preço mínimo estipulado. É o Estado brasileiro lesado por si próprio e os tecnocratas a serviço do capital privado fingindo-se de eficazes defensores dos interesses públicos.

A verdade é bem outra e é reconhecida pelos próprios empresários do setor que, junto com os trabalhadores da Caraiíba Metais e Deputados, inclusive este parlamentar, tentam pela via judicial impedir esse crime. A verdade, Sr. Presidente, é que isto não é uma venda, mas uma doação. O próprio Presidente do Conselho de Administração da Caraiíba Metais, Dr. Plínio Assaman, reconhece que esta venda custou ao BNDES um

prejuízo direto de 950 milhões de dólares. Quase um bilhão de dólares que o Poder Público assume como prejuízos, pois em última instância o BNDES é o Poder Público, por mais que seus diretores gostem de se travestir de executivos privados para receber abraços do Sr. Mário Amato, da FIESP.

A verdade Sr. Presidente, é que o Projeto Caraiíba como um todo, inclusive a Nina de Jaguarari, que foi malandramente desmembrada da planta de metalurgia, já custou ao País cerca de 1 bilhão e 600 milhões de dólares.

Cumpro daqui, neste breve registro, o dever de cobrar dos meus ex-companheiros do PMDB, Rômulo Almeida e Carlos Lessa, cidadãos e economistas do maior respeito e da melhor tradição de luta, uma palavra esclarecedora sobre as suas posições nesta operação escandalosa, já que o programa do PMDB, compromisso público com a Nação e não apenas com seus membros, é muito explícito nos seus pontos 8 e 9.

"8 — Para o Partido, tanto as empresas de propriedade estatal quanto as de propriedade privada deverão pautar suas decisões de produção e gestão segundo o interesse público. Isto supõe responsabilidade social da empresa e controle democrático de suas atividades e decisões por parte da sociedade. As empresas, inclusive as estatais e os órgãos de planejamento do Estado, deverão submeter-se à supervisão efetiva das instituições integradas por representantes da sociedade, especialmente o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas e Câmara dos Vereadores. Lutará o Partido para impedir as grandes concentrações do poder econômico privado, bem como para submeter as atualmente existentes ao controle democrático. A enorme massa de recursos por elas geridas, a sua condição monopolista e as profundas consequências de suas decisões de produção e investimento obrigam ao controle de suas atividades que, sem suprimir-lhes a autonomia, possa assegurar adequação do seu desempenho às prioridades sociais democraticamente definidas.

9 — Além do controle sobre os fluxos de investimento, a ser exercido pelas instituições públicas, o PMDB considera que a democratização do sistema de produção requer a democratização interna das grandes empresas, públicas ou privadas, com a participação dos trabalhadores e dos acionistas e quotistas minoritários, em seus processos decisórios. Da mesma forma tem como necessária a participação dos usuários nas decisões das empresas prestadoras de serviços coletivos públicos."

Pois bem, quando isso se aproxima da concretização pela via da Assembléia Nacional Constituinte, o Governo Sarney adianta-se à nova Constituição para entregar o patrimônio público a grupos privados.

**O SR. FERES NADER** (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no dia 6 de agosto de 1945, quando a Segunda Guerra Mundial se aproximava do fim, Hiroxima, que era a capital militar do Japão, conheceu toda a fúria devastadora da primeira bom-

ba atômica do mundo. Cerca de 100 mil pessoas morreram, por causa do calor acima da resistência humana e da radiação emanada da bomba. Outros 170 mil morreram mais tarde, vítimas dos seus efeitos posteriores.

O Prefeito da cidade, Takeshi Araki, um sobrevivente do ataque, que dispõe de um orçamento de 3 bilhões de dólares, procura garantir a manutenção dos monumentos às vítimas da bomba e a tradicional cerimônia anual do aniversário do bombardeio, no parque da paz.

Já se passaram 43 anos do holocausto. No que pese às manifestações de solidariedade fluídas de todas as partes do mundo, como uma balada de dor, que chegam ainda hoje à Hiroxima, já não se detém sobre a recordação daquele episódio sombrio. Está ocupado com a grande meta do seu país: sua nova prosperidade.

Entretanto, os japoneses não conseguem fugir do seu destino. Hiroxima não está apaziguada. Quarenta grupos pacifistas da cidade brigam entre si, e os programas educativos da Prefeitura são recebidos com uma apatia cada vez maior pela população. Há, inclusive, uma acentuada indiferença ao papel da cidade como símbolo da paz.

Tudo isto causa uma grande perplexidade ao resto do mundo. Tem-se a impressão de que a preocupação dos habitantes de Hiroxima é com a reconstrução, é com o aquecimento permanente de sua economia, é com a expansão do seu parque industrial. As sombras do passado foram dissipadas pelos japoneses de Hiroxima. Apenas o Prefeito da cidade mantém-se debruçado sobre tristes recordações, enviando telegramas de protesto contra todos os testes nucleares no mundo.

Há 43 anos, Hiroxima era a imagem da destruição; hoje, reconstruída e convivendo com a prosperidade, é o retrato fiel da apatia com relação ao seu passado.

Ao relembrarmos, pois, o 43º aniversário do holocausto de Hiroxima, devemos exortar a que todos os povos do mundo mirem no seu exemplo admirável, redivivendo Fênix, que ressurgiu das próprias cinzas.

Muito obrigado.

**A SRA. RAQUEL CÂNDIDO** (PDT — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a definição proposta pela Constituinte vem suprir a carência de um parâmetro de definição compatível com a Lei das Sociedades Anônimas. Precisávamos ainda ter claro um parâmetro que permitisse um tratamento especial, mais restritivo para empresas que servem em áreas de interesse tecnológico estratégico para o desenvolvimento do País. Trata-se de um conceito que não tem nada de xiita e que não impede, como muitos desejam insinuar, a associação do capital nacional com empresas estrangeiras. É entendida como empresa nacional aquela que tem 51% do capital votante em caráter efetivo sob controle nacional, ou seja, de brasileiros ou brasileiros domiciliados no País. As restrições ao capital estrangeiro aparecem somente em relação ao controle tecnológico, no caso das empresas que atuam em áreas estratégicas.

É indispensável estabelecer um forte sistema de incentivos à pesquisa, para que as empresas dominem estes processos. Daí a importância de

que institutos como o Cetem — Centro de Tecnologia Mineral — sejam revitalizados. Não podemos deixar o único centro de tecnologia mineral avançada do país perecer por falta de recursos. Mais do que isto, devemos também cobrar das empresas nacionais beneficiadas pelo Governo uma resposta em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. Temos de exigir uma correspondência entre benefícios e responsabilidade.

As empresas estrangeiras estão no Brasil há muito tempo, detêm direitos de lavras que nunca utilizaram. Parece que querem guardar tudo para o futuro. Elas também raramente investem em desenvolvimento tecnológico fora de suas matrizes. Estamos cansados de ver empresas estrangeiras dominando o mercado brasileiro com tecnologias obsoletas. São exceções as empresas estrangeiras que fazem pesquisa no País e, por isto, acredito que, para a empresa nacional competir e dominar os mercados nestas áreas novas, precisa fazer muita pesquisa. E não há outra forma de se criar uma estrutura de capacitação de desenvolvimento tecnológico de produtos e processos no Brasil, a não ser através da empresa nacional, porque ela é o grande veículo da realização de pesquisas. Eu não creio que a empresa estrangeira venha mudar seu padrão de comportamento. Portanto, é preciso que estas empresas ocupem um pedaço grande do mercado, para que o faturamento tenha porte para financiar a pesquisa. Neste sentido, creio que, ao contrário do que estes setores dizem, o nacionalismo é progressista do ponto de vista tecnológico, e a internacionalização indiscriminada — esta, sim — pode nos levar ao atraso pela inviabilização da pesquisa no setor privado.

É fundamental, portanto, que nestes setores novos se assegure uma parcela expressiva da empresa nacional no domínio dos mercados. Isto não é nacionalismo dos anos 50. Isto é uma percepção nova de que o veículo do desenvolvimento tecnológico, como o conseguiu o Japão e a Coreia, são as empresas nacionais, desfrutando de mecanismos de proteção. Este é o nacionalismo não pelo nacionalismo em si, mas o nacionalismo como maneira de garantir o desenvolvimento tecnológico do País.

**O SR. VITOR BUAIZ** (PT — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a manutenção de alguns dispositivos do Projeto Constitucional já aprovados nas votações em primeiro turno e a aprovação de novas emendas neste segundo turno, principalmente as matérias apreciadas na sessão de ontem, relativas ao fim do decreto-lei, iniciativa popular, o direito do Legislativo de legislar sobre matéria financeira, direito de greve e sindicalização, aposentadoria proporcional para os servidores públicos, fim dos “marajás” no serviço público, demonstram claramente a total desarticulação do grupo autodenominado “Centrão” em função de alguns fatores que merecem ser observados.

Na verdade, a desarticulação desse grupo empresarial e governamental de direito que atuou com tanta arrogância aqui dentro desta Assembleia Constituinte é um reflexo do desespero dos tripulantes de um barco que afunda definitivamente. Seus comandantes se envolveram em negociações de baixo nível, acreditando que com a aprovação dos cinco anos para o Sr. José Sarney

esse barco voltaria à tona, mas o que podemos perceber é que cresceu ainda mais o terrível rombo no seu casco e seus tripulantes mais vivos já começam a pular fora, pois as eleições vêm aí, tanto para Prefeito, quanto para Presidente da República, Governador, Deputados, e eles sabem muito bem que a opinião pública irá cobrar de cada um suas posições na Assembleia Nacional Constituinte. Por isso, tripulantes como o Ministro Antônio Carlos Magalhães e José Aparecido ameaçam abandonar o maldito barco, levando consigo seus aliados e causando enorme pânico na tripulação.

Mas o resultado das últimas votações não é atribuído apenas a essa tão aguda crise do desgoverno Sarney. A pressão dos trabalhadores sobre os Constituintes, apesar das dificuldades, não foi em vão. Os servidores públicos, após tantos anos marginalizados, acabaram de conquistar na votação de ontem direito de ter seu sindicato, de fazer greve e a aposentadoria proporcional.

Todos os cidadãos eleitores agora terão direito a propor leis ao Legislativo, desde que subscrita por 3% do eleitorado de pelo menos cinco Estados. A Constituinte, por sua vez, resgata suas prerrogativas e conquista o direito de legislar sobre matéria financeira.

**O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO** (PL — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entre tantos aspectos positivos do texto constitucional que estamos elaborando, um existe que prestando destacar neste momento. Refiro-me ao art. 38, item XVIII, do Capítulo VII do Projeto de Constituição, que trata “Da Administração Pública”.

O dispositivo referido diz o seguinte:

“a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.”

Sr. Presidente, trata-se de uma norma de grande oportunidade, e muito necessária, porquanto evitará, no futuro, a sobreposição de funções e de áreas de trabalho no serviço público, como tantas vezes temos observado.

Agora mesmo, ao longo deste mês de agosto, a Polícia Federal resolveu apertar o cerco aos traficantes de tóxicos. Para isso montou guarda nos principais aeroportos do País, num trabalho que também se faz à procura de armas e contrabando.

A iniciativa é louvável, principalmente quando se sabe que, segundo afirmação feita pelo Delegado Romeu Tuma, os países da Europa e os Estados Unidos da América do Norte consideram os vãos procedentes do Brasil como postos de risco em seus aeroportos, considerando a elevada probabilidade de haver narcotraficantes entre os passageiros.

A busca feita ostensivamente em nossos aeroportos teria a finalidade de evitar que viajantes brasileiros sofram constrangimentos ao desembarcar naqueles países. Mas o principal objetivo, ainda segundo aquela autoridade, é fazer com que o Brasil deixe de ser uma rota no tráfico internacional de tóxicos.

Criticam-se, todavia, os métodos utilizados pela Polícia Federal nesta ação, em princípio, concebida para desenvolver-se num trabalho conjunto

com os auditores fiscais da Receita Federal. Algumas autoridades fazendárias externaram seu desagrado pela forma como a operação foi implementada, sem a devida consideração para com os passageiros, pois consta que alguns deles teriam tido suas malas revistadas até no meio da rua pelos homens da Polícia.

As críticas vão mais longe quando dizem que a revista atingiu e constrangeu passageiros que já tinham sido revistados, nas alfândegas, por funcionários da Receita Federal. Portanto, a segunda revista equivaleria a uma espeda de incompetência levantada contra os fiscais fazendários, justamente eles que detêm em suas mãos não só o direito, mas também o dever de proceder a esse tipo de trabalho.

Sr. Presidente, tudo indica que não houve entrosamento entre as equipes da Polícia e da Receita Federal, já que uma operação verdadeiramente conjunta não daria lugar a essas dissabores. Nem os passageiros seriam constrangidos a abrir suas bagagens mais de uma vez, nem os fiscais da Receita teriam motivo para ressentir-se com essa ação muito acertada quanto à sua finalidade, mas completamente desastrosa pela maneira como se fez.

Espera-se que no futuro próximas situações semelhantes sejam evitadas pela clareza das normas legais definindo atribuições de uns e de outros. O art. 38, item XVIII, do Projeto de Constituição faz justiça aos auditores fiscais da administração fazendária ao atribuir-lhes precedência sobre os demais setores da administração pública em suas áreas de competência e jurisdição. A lei ordinária certamente vai completar a norma constitucional.

De resto, constata-se que uma ação tão ostensiva da parte da Polícia Federal produziu resultados muito modestos quanto à sua finalidade. Isto nos leva a concluir que a atuação discreta dos auditores fiscais da Receita Federal, fundada na experiência de tantos anos de trabalho, convém mais à administração pública, não só em termos de resultados, mas também porque preserva aos olhos dos viajantes honestos a imagem do Governo, que deve ser duro para com os infratores da lei, mas leal e complacente em relação aos cidadãos ordeiros e pacíficos. E estes, felizmente, perfazem a grande maioria do povo, não só no Brasil, como em todos os países do mundo.

**O SR. ONOFRE CORRÊA** (PMDB — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta Assembleia Nacional Constituinte, em decisão aprovada no primeiro turno de votação, entendeu que o Território de Fernando de Noronha deveria ser extinto e sua área reincorporada ao Estado de Pernambuco. No meu modo de ver, foi um posicionamento nitidamente político e que, pelas razões que a seguir exporei, merece ser revisto.

Inicialmente, devo declarar que o Estado de Pernambuco não teria condições de manter aquela porção territorial dentro de um esquema de planejamento e modernização que viria a preservar o meio ambiente. A longa distância entre o arquipélago e o continente é uma das principais dificuldades para uma perfeita administração. Ademais, os outros municípios pernambucanos são tão carentes que certamente reclamarão dos recursos financeiros que o Estado terá de carrear para aquele arquipélago.

Outra questão, que também merece ser levantada, é que a própria posição geográfica de Fernando de Noronha aconselha que a União seja responsável por sua administração, até mesmo devido a questões de segurança nacional. Em casos de guerra externa, teríamos ali um baluarte e posto avançado.

Mas a principal argumentação, Srs. Constituintes, reside no fato de que Fernando de Noronha é uma reserva ecológica, ainda não afetada pelos desmandos do ser humano e por suas atitudes predatórias, que deve ser mantida.

Existe um decreto presidencial dispondo sobre a preservação do arquipélago, estabelecendo áreas de preservação, de conservação e de restauração, dispondo ainda sobre o uso e ocupação do solo. É um plano de altíssimo alcance e que tem merecido, de toda a comunidade científica mundial, os mais rasgados elogios.

Vejo ainda, Sr. Presidente, no episódio, uma preocupação muito importante: a queda do Governador Fernando César Mesquita, pessoa de notória intimidade com o Presidente José Sarney.

Desejo salientar a excelente administração que o Território possui. O atual Governador tem demonstrado grande tino, administrativo e capacidade invulgar de trabalho, bem como especial sensibilidade para as questões ecológicas. E está modernizando o arquipélago sem afrontar o meio ambiente.

Por todos esses motivos, quando da próxima votação do dispositivo do Projeto de Constituição, que trata desse assunto, meu posicionamento e o meu voto serão francamente favoráveis à manutenção do Território de Fernando de Noronha, pelo que também conclamo aos demais Constituintes a adotarem esta posição.

Erao que tinha a dizer.

**O SR. CHAGAS NETO (PMDB — RO.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Constituintes, muito tem-se falado a respeito de eventuais medidas a serem adotadas para conter a inflação no País.

Os níveis são, sem sombra de dúvida, altamente corrosivos à Nação e, via de consequência, com prejuízos para toda a sociedade.

Medidas urgentes têm que ser adotadas para conter o déficit público, o grande alimentador da nossa inflação.

Faz-se necessário: a redução e corte de Cz\$ 1,3 trilhão no Orçamento da União para 1989; a racionalização da máquina administrativa, com a devida extinção, fusão e privatização de alguns órgãos públicos, a eliminação de subsídios de alguns produtos; a redução da transferência de recursos aos Governos Estaduais e Municipais para realização de obras e serviços públicos; a redução nos gastos de custeio e investimento, de modo geral.

Não concordamos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, com as medidas veiculadas nesta semana que atingem os mecanismos de apoio à comunidade carente, que atingem a área de interesse social.

A extinção da SEAC — Secretaria Especial de Ação Comunitária, pelo trabalho e assistência à população carente de todo o território nacional, não pode nem deve concretizar-se, pelo fato de representar a primeira e única chance dos menos favorecidos obter leite para as crianças carentes;

de realizar, através de mutirão, o sonho com a casa própria a custos irrisórios; do pequeno lavrador, que, por via comunitária, consegue mecanizar sua lavoura. Seria a vez do soro caseiro, da biblioteca do teatro amador, da telefonia rural, das pontes e bueiros, das vicinais; enfim, do mecanismo mais rápido e salutar na realização de obras públicas descentralizadas, com a ativa participação do Estado, do Município e da comunidade, que participa com seu trabalho na consecução dos objetivos e obras por ela própria estabelecidos, constituindo verdadeiro suporte às realizações do Poder Público.

Os números e provas efetivas da excelente administração do Dr. Nelson Proença, à frente da SEAC, no atendimento à máxima estabelecida pelo Governo Federal, devem ser motivo de orgulho para a Nação inteira.

O Governador do Estado de Rondônia, S. Ex.<sup>a</sup> o Dr. Jerônimo Santana, entusiasmado com aquele desempenho, tem atestado essas realizações, pois, através de programas definidos, nunca se fez tanto pelos menos favorecidos.

Posso precisar a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que significa para o trabalhador humilde e carente, o bóia-fria, a viúva com inúmeros filhos, a mãe solteira, o aposentado com apenas um salário mínimo, enfim, para os carentes de todo o meu Estado de Rondônia o sonho com a casa própria.

É a maior e a mais forte aspiração de toda a família. Simples, humilde, mas sua. Pequena, sem acabamento, mas digna. De maneira, sem luxo, mas onde possam viver sem promiscuidade. Piso de cimento e sem forro, mas em perfeitas condições de habitabilidade e segurança. Com energia, iluminação pública, água e esgoto. Enfim, a união desses motivos, o enraizamento do sentimento de família, do dever, da obediência, do respeito e da moralidade, certamente inibirão a drástica proliferação da marginalidade.

Não poderia deixar de registrar, de outro lado, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que as medidas urgentes a serem tomadas para a contenção da inflação, através de cortes no orçamento da União, em primeiro plano, não podem ser tratadas de forma igualitária no que tange aos investimentos, pois obras já iniciadas não devem nem podem sofrer solução de continuidade.

São bilhões e bilhões de cruzados aplicados nos mais variados segmentos: saúde, saneamento, educação, cultura, esportes, turismo, justiça, segurança pública, habitação, enfim, esse grande universo que compõe a prestação do serviço público.

Esses bilhões despendidos até então, a fundo perdido ou repassados a Estados e Municípios, poderiam ser comparados a uma grande fogueira, da qual no raiar do dia restariam somente cinzas, num momento inoportuno e em desacordo com a nossa luta até hoje.

No caso específico de nosso Estado de Rondônia, em pleno processo de consolidação, suprimidos os recursos e auxílios, com a consequente paralisação de obras e serviços inadiáveis, milhões de brasileiros que para lá migraram em busca de melhores condições de vida e equilíbrio econômico-financeiro entrarão, inevitavelmente, num processo de altíssima insatisfação social, de consequências imprevisíveis. O Governador Jerônimo Santana, diuturnamente tem se preocupado

nesse sentido e suas ações visam sempre o equilíbrio necessário entre os recursos disponíveis e as obras indispensáveis.

É o foco de alívio das tensões sociais do Sul e do Nordeste do Brasil, pois para lá estão migrando dezenas de milhares de brasileiros, em busca de melhores condições de vida, seja através de empregos, da constituição de micro e pequenas empresas urbanas e rurais; na busca de um lote de terras, do garimpo da cassiterita ou do ouro, da lavoura e dos serviços profissionais autônomos.

Rondônia, portanto, é a solução para os problemas sociais do Sul do País.

Impensável, por exemplo, a paralisação ou o desaquecimento dos projetos e obras na área de energia (usinas de Samuel, de Ávila e Ji-Paraná); da mesma forma, a construção da Casa de Detenção de Porto Velho, através do Ministério da Justiça, onde S. Ex.<sup>a</sup> o Dr. Paulo Brossard vem realizando o grande sonho de nossa Justiça estadual.

Não são obras e serviços de megalomaniacos. São obras simples, de baixo custo, porém, funcionais e adequadas à nossa realidade. São obras de grande importância social.

Não é a defesa de interesses espúrios, pessoais, partidários ou classistas. É a defesa dos investimentos nas áreas e segmentos de baixa resistência, no atendimento às necessidades de interesse social de nossa comunidade. É a defesa do patrimônio público já investido. É a defesa do bom senso administrativo. É a defesa de todos nós, políticos e povo brasileiro, pela mais completa harmonia na transição democrática. É a defesa, finalmente, de todo o trabalho desenvolvido por S. Ex.<sup>a</sup> o Governador Jerônimo Santana, que, desde o início de sua gestão, tem percorrido todos os gabinetes de Brasília na busca incessante de recursos, verbais e financeiros para a consolidação do Estado de Rondônia. Frustrante em alguns casos, mas com ânimo imbatível, continuamente tem-se devotado à causa. De sorte que, na eventualidade da suspensão ou cancelamento de obras e recursos já obtidos e em andamento, isto caracteriza, se não absurdo, ~~desrespeito a um~~ ano e meio de trabalho de toda uma equipe de Governo Estadual.

**O SR. SIGMARINGA SEIXAS (PSDB — DF.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Constituintes, temos assistido diariamente na imprensa nacional aos drásticos cortes que o Governo vem anunciando no orçamento do Ministérios, autarquias e Distrito Federal, cancelando programas fundamentais em todas as áreas.

Recentemente, o Ministro da Saúde apresentava o perfil que seu Ministério guardará, restringindo-se apenas aos programas mínimos de vacinação.

O mesmo procedimento tem sido adotado por todos os Ministérios, que apresentam uma perspectiva de pobreza franciscana e absoluta incapacidade de cumprir pautas mínimas essenciais de atuação.

O pretexto alegado para os cortes, Sr. Presidente, é a reforma tributária patrocinada pela nova Carta Constitucional, que despojará o Governo Federal de parcelas de sua receita e, simultaneamente, desobriga-lo-á de inúmeras funções que tradicionalmente lhe são atribuídas.

É verdade, Sr. Presidente, que o novo sistema tributário enxugará as receitas federais e ampliará as atribuições dos Estados e Municípios.

A União, antes detentora de 67% das receitas do país, agora deterá 53%, aproximadamente. A fórmula encontrada para a Constituição, entretanto, fixa estes patamares para que sejam atingidos em cinco anos e não imediatamente, como o Governo frequentemente quer fazer crer à opinião pública.

Sua implantação gradual absolutamente não motiva nem justifica os cortes que se prevêem no orçamento.

Por trás desta justificativa há uma forma perversa de cumprir orientações impostas ao País pelo Fundo Monetário Internacional, pelo qual se exige o controle e diminuição drástica do déficit público.

Quem entre nós terá esquecido de um estadista que proclamava que não se pode pagar os compromissos externos com a fome do nosso povo?

O controle do déficit público é, indiscutivelmente, importante. Mas isto não pode ser pretexto para que se desampare milhões de brasileiros necessitados, através do corte de programas de caráter nitidamente social, enquanto se mantém intacto o programa para construção da Ferrovia Norte-Sul.

Um país há de ter suas prioridades, e a primeira delas deve ser seu povo.

Na verdade, Sr. Presidente, a imputação da responsabilidade da política de corte orçamentário, a chamada "Operação Desmonte", à Assembléia Nacional Constituinte é mais uma tentativa de indispor esta Assembléia com a opinião pública.

Não é demais insistir: a Assembléia Constituinte prescreveu uma alteração prudentemente lenta na distribuição dos recursos, a qual não justifica os cortes orçamentários hoje anunciados.

Esta é a política do próprio Governo Sarney, que agora procura fugir de assumir a responsabilidade por seus próprios gestos de submissão ao FMI.

**O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a educação pública no Estado de Rondônia, assim como tudo o mais relativo à administração do Estado, longe está de superar a era da improvisação, da cegueira, da incompetência a toda prova. É isso, no mínimo, o que se pode deduzir de documento que acabo de receber, vindo de uma jovem estudante de Pimenta Bueno, cuja escola de 2º grau está fechada para reforma.

Nada tenho, evidentemente, a opor à restauração e à conservação dos próprios do Estado, sejam eles utilizados pela Secretaria da Educação ou por qualquer outro órgão. O inadmissível é que isso se faça sem qualquer planejamento, como denuncia a carta. Ao invés de agir intensivamente, durante o período de recesso do meio do ano, a Secretaria de Educação iniciou as obras justamente após o reinício das aulas. Com a reforma prestes a terminar, não é grande a esperança dos alunos quanto ao retorno a suas atividades

letivas, pois a perspectiva é de greve iminente do setor. No caso — provável — de que a greve ocorra, será puro exercício de otimismo injustificado esperarmos que a escola funcione efetivamente antes de findar a primeira quinzena de setembro.

Vejam bem, Srs. Constituintes, não estamos falando de nenhuma emergência, de nenhum caso fortuito, inesperado. Prédios escolares, como de resto quaisquer outros prédios, necessitam de conservação periódica. Férias escolares são eventos regulares, ocorrendo em nosso País duas vezes por ano. Greves de professores e de outros funcionários da educação acontecem regularmente entre nós, e a tendência é de que continuem a acontecer, pelo menos enquanto perdurar o descaso governamental em relação à educação em todos os níveis. Como explicar, pergunto, que três eventos absolutamente previsíveis — um período de férias, a conservação de um prédio, uma greve de professores — roubem ao nosso jovem o equivalente à metade de um semestre escolar?

Atribuir tudo à incompetência de nossos administradores é por demais óbvio, e absolutamente não resolve a questão. O que se deve é ir além, é ultrapassar a névoa do simplismo e buscar junto ao povo que razões o levaram a eleger um Jerônimo Santana, e que motivos levaram o eleito a compor um secretariado tão medíocre e que razões, por fim, fazem esse povo tolerar a incúria, a inércia, os desmandos e a corrupção daquele que o dito povo elegeu.

Rondônia tem, por certo, valores políticos, pessoas capazes de bem administrar o Estado e seus Municípios e até de contribuir, em grau maiúsculo, com a administração federal, em que pese à sua juventude como unidade autônoma da Federação. Escolher administradores dignos e capazes é o passo primeiro para a redenção de nosso Estado, e isso compete ao povo. Como ao povo compete fiscalizar cada passo da administração pública em todos os níveis.

Hoje, às vésperas de mais uma eleição municipal, lanço um veemente apelo ao eleitor rondoniense, proceda ele de onde proceder, no sentido de que saiba escolher cada Vereador e cada Prefeito municipal, no sentido de que seleccione os melhores candidatos e, eleitos aqueles, cobre de cada um o cumprimento de suas promessas de campanha. Só assim a democracia deixará de ser apenas idéia, sonho ou peça de discurso demagógico, para se constituir em um bem real, papável, em um autêntico valor sócio-político-cultural.

Se a primeira escolha infeliz pode ser atribuída à falta de experiência, esteja certo o cidadão rondoniense de que a História haverá de cobrar-lhe um segundo erro. Espero que, ao invés disso, possamos cumprimentar a todos pelo acerto das futuras escolhas.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO MACARINI (PMDB — SC.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, o Banco do Brasil S. A. publicou, recentemente, as demonstrações financeiras do primeiro semestre do ano em curso, apontando lucro líquido

de Cz\$ 84,129 bilhões, o que representa Cz\$ 57,86 por ação, contra Cz\$ 32,20 no primeiro semestre do ano passado.

Mas o êxito e o desempenho do Banco do Brasil, que revelam a força da instituição, são frutos da postura profissional, da ética, da dedicação e do trabalho dos quase 150.000 servidores, espalhados em 4.000 dependências em todo o território nacional.

Por conseguinte, o funcionário precisa ser motivado para ensinar ao Banco a oportunidade de enfrentar os desafios e preparar-se às reais necessidades desta terra e desta gente.

Não seria exagero afirmar que o Banco representa, em verdade, a melhor escola de administração e gerência, porque promove elevado alcance social.

Não faz muito tempo que setores pouco confiáveis tentaram reduzir a força do Banco do Brasil, comprometendo sua autoridade, prestígio e desenvolvimento.

Contudo, o Banco recupera sua fatia no bolo financeiro, ao mesmo tempo em que se moderniza, ampliando e diversificando as suas áreas de atuação.

Como homem público, sempre procurei prestigiar o Banco do Brasil. E o fiz como Presidente do IAPAS, no período de maio de 1985 a fevereiro de 1986, assim como no exercício de mandatos anteriores (1963/1969).

Assim sendo, por oportuno, reproduzo, aqui, discurso que pronunciei, na Câmara dos Deputados, em 5-4-63, dando uma idéia do Banco do Brasil que projetava e idealizava.

#### "ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 16ª SESSÃO, EM 5 DE ABRIL DE 1963"

O SR. PAULO MACARINI (Lê a seguinte comunicação) — Senhor Presidente, apresentamos, ontem, prazerosamente, à Assessoria Técnica da Presidência da República, valiosas sugestões e subsídios ao grupo de trabalho que estuda a modificação do regulamento da CREAL, visando um plano para extensão do crédito rural a todos os Municípios brasileiros.

O Banco do Brasil S.A. mantém cerca de 550 agências para quatro mil municípios, o que vale dizer que apenas 13% das comunas contam com assistência direta do órgão creditício oficial.

Particularizando, poderíamos dizer que no Estado de Santa Catarina estão instaladas 23 agências para 168 Municípios. Predomina no meu Estado, com raras exceções, o regime da pequena propriedade e para pouco mais de noventa mil quilômetros quadrados há mais de 170.000 proprietários. A Carteira de Crédito agrícola celebrou em 1962, 17.509 contratos, para um valor de Cr\$ 3.820.541 mil. Não obstante o trabalho e a dedicação dos funcionários da CREAL e dos administradores do Banco do Brasil, em Santa Catarina, apenas 10% dos proprietários rurais obtiveram empréstimo do Banco do Brasil e o montante dos empréstimos concedidos representa, apenas e tão-somente, menos de 2% do total geral do país.



Eis, por agência, o número dos contratos e seu valor:

AGÊNCIA	Contratos	Quantia (Cr\$)
Blumenau.....	1 044	330 746 000
Bruque.....	264	143 536 000
Caçador.....	439	96 124 000
Canoinhas.....	869	107 638 000
Chapeco.....	1 186	399 045 000
Concórdia.....	824	175 251 000
Criciúma.....	2 455	439 017 000
Florianópolis.....	858	249 677 000
Itajaí.....	790	183 824 000
Jaraguá de Sul.....	744	188 210 000
Joaquim.....	957	131 357 000
Joinville.....	273	214 236 000
Laguna.....	421	76 832 000
Laje.....	661	163 923 000
Mafrá.....	1 069	163 659 000
Rio do Sul.....	1 848	261 258 000
São Francisco do Sul.....	251	31 652 000
Tubarão.....	1 373	177 368 000
Vidra.....	1 403	263 045 000

Dai, Senhor Presidente, resulta a imperiosa necessidade de se por em execução um plano para que o Banco do Brasil S.A. se estenda a todos os municípios brasileiros.

Sugerimos a criação de subagências, critérios ou representações da CREAL num esboço prático de dez itens, com o aproveitamento da mão-de-obra e da experiência local em cada Município.

Eis as ponderações:

Sugestões a serem apresentadas ao Grupo de Trabalho que estuda a modificação do regulamento da CREAL:

1. Criar Subagência da CREAL, para instalação nos principais municípios onde não existam agências do Banco do Brasil S.A.

2. Cada Subagência compreenderá: o gerente, o encarregado da contabilidade, um escriturário-tesoureiro e tantos auxiliares de escritórios quantos o volume do serviço exigir, além do pessoal da portaria. O encarregado da contabilidade será o substituto eventual do gerente; o escriturário-tesoureiro substituirá o encarregado da contabilidade em seus impedimentos. Todos três serão comissionados. Já que os serviços de caixa não exigem tempo integral, o escriturário-tesoureiro, além de responder pela Tesouraria, exercerá função de escriturário;

3. O gerente terá alçada de deferimento de propostas e limites iguais aos gerentes de agências de 5ª classe;

4. Na capital de cada Estado funcionará o gerente regional, ao qual ficarão diretamente subordinadas as subagências situadas naquele Estado. O gerente regional terá limite de alçada igual aos atuais gerentes de primeira classe;

5. As subagências seriam inspecionadas semestralmente por inspetores auxiliares, diretamente subordinadas ao Gerente Regional;

6. A fixação do quadro do pessoal e a sua movimentação entre as subagências também ficaria afeta ao gerente regional;

7. A gerência regional, por sua vez, ficaria subordinada à gerência geral da carteira;

8. Outras particularidades de menor importância, o Banco as regulamentará;

9. Quando uma subagência atingisse determinado movimento seria promovida a agência de sétima classe;

10. Aproveitamento do material humano local, no que for possível, mediante concurso.

Entendemos, também que o Banco do Brasil deveria fixar seu regulamento em duas etapas distintas;

a) crédito social,

b) crédito econômico

O crédito social, o crédito de confiança, seria aquele destinado ao pequeno e ao médio produtor, ficando livre da burocracia e isento de taxas, selos e ônus fiscais. Destinaria-se à subsistência, manutenção e custeio das pequenas e médias lavouras.

O crédito econômico, fim eminentemente lucrativo, teria seu regulamento dentro das normas estatutárias, ora em vigor.

Por outro lado, sugerimos a descentralização da Direção da CREAL, para Curitiba, Brasília, Recife, Rio de Janeiro.

Eis, os pormenores:

Projeto de descentralização da direção da CREAL:

Para melhor marcar sua presença nas regiões de jurisdição, os diretores da CREAL ficariam assim localizados:

a) o diretor da agropecuária, região Sul, sediado em Curitiba, onde funcionaria seu gabinete;

b) o diretor da agropecuária, região Centro, sediado em Brasília, onde funcionaria seu gabinete;

c) o diretor da agropecuária, região Norte localizado em Recife, onde funcionaria o seu gabinete;

d) o diretor da Carteira Industrial permaneceria na sede do Banco;

e) cada diretor manteria junto à Gerência Geral da Carteira, uma seção do seu gabinete, composta de um secretário e um auxiliar, com a incumbência de acompanhar, em nome do Diretor, os processos de alçada do gabinete geral e dos subgerentes, bem como o andamento daqueles de alçada superior;

f) semanalmente, em dia de reunião da diretoria, os diretores compareceriam na sede do Banco.

Estamos certos, Senhor Presidente e Senhores Deputados que a prática das medidas aqui sugeridas irão ao encontro dos interesses da agricultura da suinocultura e da pecuária de todo o País, assegurando um marco no desenvolvimento e na emancipação econômica da Pátria. (Muito bem!).

Deste discurso, passaram-se 25 anos. Muita coisa foi feita, mas há, ainda, uma longa caminhada a percorrer e a conquistar, que será possível graças à competência e probidade de seu corpo funcional.

Para finalizar, gostaria de acentuar que não vejo razões para a prática de uma política de arrocho salarial contra os servidores do Banco do Brasil. Como superar estas dificuldades, resultantes do choque de interesses? Talvez a criação de um comitê permanente de consultas, composto de representantes da diretoria e dos funcionários, po-

deria converter-se num instrumento de compreensão e de concórdia entre as partes

De igual modo, tenho certeza de que o Banco do Brasil, nos seus 180 anos, que prestou tantos e tão inestimáveis serviços a este País, escreverá ainda belas páginas de civismo na História do Brasil, porque é um instrumento promotor de riqueza e bem-estar social.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —

Peço aos Srs. Constituintes que se encontram em seus gabinetes que se dirijam ao plenário, porque vamos começar imediatamente a votação.

Como tivemos **quorum** farto na sessão da manhã, e pela constatação de um grande número de Constituintes no plenário, vamos poupar tempo e iniciar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —

Vai-se passar à

#### IV — Ordem do Dia

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —

Sobre a mesa, o seguinte texto de reunião:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Os signatários, abaixo assinados, vêm requerer, nos termos das normas regimentais, a reunião dos destaques e emendas supressivas infra-referidos, para votação simultânea, relativo ao Texto do § 2º do art. 117.

Em consequência, o dispositivo fica com a seguinte redação:

Art. 117. ....

§ 2º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 1988. —  
**Albano Franco**, D. 645-5/E. 1.634-4 — **Onofre Corrêa**, \*D. 296-4/E. 26-0 **Onofre Corrêa**, D.297-2/25-1 — **Manoel Ribeiro**, D. 299-9/E. 25-1 — **Siqueira Campos**, D.488-6/E. 25-1, **Aloysio Chaves**, D.585-8/E. 415-0 — **Arnaldo Prieto**, D. 811-3/E. 1.233-1, **Irapuan Costa Júnior**, D.1.174-2/E. 155-0 — **Levy Dias**, — D. 1.257-9/E. 1.256-0 — **Gerson Peres**, D. 1.490-3/E.235-1 — **Marcos Perez Queiroz**, D. 1.600-1/E.1.037-1 — **Max Rosenmann**, D.1. 507-1/E. 220-3 — **Marcondes Gadelha**, E. 655-1 — **Rubem Medina**, E. 1.504-6. .

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —

Vamos passar à votação do texto que se refere ao § 2º do art. 117, que diz o seguinte:

“A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho, limitados os recursos das decisões dos tribunais regionais, nos dissídios individuais, aos casos de ofensas a literal dispositivo desta Constituição ou lei federal.”

O Relator havia-se manifestado favoravelmente. Remete-se à lei, sem as limitações das instâncias recursais, no intuito de uniformizar as decisões jurisprudenciais na Justiça do Trabalho.

Em votação.

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não há acordo sobre essa matéria. O Partido Comunista Brasileiro votará contrariamente à emenda.

**O Sr. Edmilson Valentim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Exª

**O SR. EDMILSON VALENTIM** (PC do B — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota contra.

**O Sr. Mendes Ribeiro** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Exª

**O SR. MENDES RIBEIRO** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — O PMDB reitera que vota com o Relator. Vota "sim".

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Exª

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro votará "não".

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — RS. Presidnete, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Exª

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda que sua bancada vote "sim", pois considera essa emenda muito importante.

**O Sr. Amaral Netto** Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. AMARAL NETTO** (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS vota "sim", pelo interesse da emenda.

**O Sr. Haroldo Lima** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Exª

**O SR. HAROLDOLIMA** (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B votará "não".

**O Sr. Adolfo Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Exª

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA** (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal acompanha o Relator e vota "sim".

**O Sr. Sólton Borges dos Reis** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Exª

**O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTB deixa a questão em aberto, mas a Liderança vota "não".

**O Sr. Brandão Monteiro** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Exª

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT deixa a questão em aberto, mas a Liderança vota "não".

**O Sr. José Genoíno** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra V. Exª

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT recomenda o voto "não".

É importante derrubarmos esta emenda e mantemos o texto.

**O Sr. Eliel Rodrigues** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ELIEL RODRIGUES** (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de relembrar a palavra do Relator, que ainda não foi ouvida agora à tarde, porque, pelo que ouvi pela manhã, S. Exª foi favorável à aplicação da emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O parecer é favorável.

**O Sr. Jorge Hage** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JORGE HAGE** (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a questão é aberta na bancada do PSDB. A Liderança vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Questão aberta. A Liderança do PSDB vota "não".

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB encaminha "sim", com o Relator.

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, vários Constituintes do nosso partido estão pedindo, mais uma vez, para que encaminhem o processo de votação.

O Partido da Frente Liberal acompanha o ilustre Relator, pois considera a emenda fundamental para a Justiça do Trabalho em nosso País. Assim, recomenda à sua bancada que vote "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O Sr. Relator emitiu parecer favorável.

(*Procede-se à votação.*)

**A Sra. Raquel Cândido** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra à nobre Constituinte Raquel Cândido.

**O SRA. RAQUEL CÂNDIDO** (PDT — RO. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, gostaria de retificar meu voto. Votei "sim", quando devia votar "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (Votação nº 874):

SIM — 282  
NÃO — 114  
ABSTENÇÃO — 5  
TOTAL — 401

A reunião foi aprovada.

**VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTE:**

Presidente: Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Não

Adauto Pereira — Sim

Ademir Andrade — Não

Adhemar de Barros Filho — Sim

Adolfo Olivera — Sim

Adroado Streck — Sim

Adylson Motta — Sim

Aécio de Borba — Sim

Aécio Neves — Sim

Afonso Camargo — Sim

Afonso Arinos — Sim

Agassiz Almeida — Não

Agripino de Oliveira Lima — Sim

Airton Cordeiro — Sim

Albano Franco — Sim

Albérico Cordeiro — sim

Alceni Guerra — Não

Aldo Arantes — Não

Alexandre Puzina — Sim

Alfredo Campos — Abstenção

Aloisio Vasconcelos — Sim

Aloysio Chaves — Sim

Aluizio Bezerra — Não

Aluizio Campos — Sim

Álvaro Antonio — Sim

Amaral Netto — Sim

Amatory Müller — Não

Anna Maria Rattes — Não

Annibal Barcellos — Sim

Antonio Carlos Franco — Sim

Antônio Carlos Konder Reis — Sim

Antônio de Jesus — Sim

Antonio Pereira — Sim

Antonio Mariz — Não

Antônio Perosa — Não

Arnaldo Faria de Sa — Sim

Arnaldo Martins — Sim

Arnaldo Moraes — Não

Arnaldo Prieto — Sim

Arnold Fioravante — Sim

Arolde de Oliveira — Sim

Artur da Távola — Não

Adrubal Bentes — Sim

Assis Canuto — Sim

Átila Lira — Sim

Augusto Carvalho — Não  
 Basílio Villani — Sim  
 Benedicto Monteiro — Não  
 Benedita da Silva — Não  
 Bernardo Cabral — Sim  
 Beth Azize — Sim  
 Bocayuva Cunha — Sim  
 Bonifácio de Andrada — Sim  
 Bosco França — Sim  
 Caio Pompeu — Sim  
 Carlos Alberto Caó — Não  
 Carlos Cardinal — Não  
 Carlos Chiarelli — Sim  
 Carlos Cotta — Não  
 Carlos Mosconi — Não  
 Carlos Sant'Anna — Sim  
 Carlos Vinagre — Sim  
 Cássio Cunha Lima — Sim  
 Célio de Castro — Não  
 Celso Dourado — Não  
 César Maia — Não  
 Chagas Neto — Sim  
 Chagas Rodrigues — Sim  
 Chico Humberto — Sim  
 Cid Sabóia de Carvalho — Sim  
 Cláudio Ávila — Sim  
 Cristina Tavares — Não  
 Cunha Bueno — Sim  
 Dalton Canabrava — Sim  
 Darcy Deitos — Sim  
 Darcy Pozza — Sim  
 Davi Alves Silva — Sim  
 Del Bosco Amaral — Sim  
 Delfim Netto — Sim  
 Délio Braz — Sim  
 Denisar Arneiro — Sim  
 Dionísio Dal Prá — Sim  
 Dionísio Hage — Sim  
 Dirceu Tutu Quadros — Não  
 Dirceu Carneiro — Sim  
 Djenal Gonçalves — Sim  
 Domingos Leonelli — Não  
 Doreto Campanari — Sim  
 Edésio Frias — Não  
 Edison Lobão — Sim  
 Edivaldo Motta — Sim  
 Edme Tavares — Sim  
 Edmilson Valentim — Não  
 Eduardo Bonfim — Não  
 Eduardo Jorge — Não  
 Eduardo Moreira — Sim  
 Egidio Ferreira Lima — Não  
 Elias Murad — Não  
 Eliel Rodrigues — Sim  
 Eliezer Moreira — Sim  
 Eraldo Tinoco — Sim  
 Eraldo Trindade — Sim  
 Érico Pegoraro — Sim  
 Euclides Scalco — Sim  
 Evaldo Gonçalves — Sim  
 Expedito Machado — Sim  
 Fábio Feldman — Sim  
 Farabulini Júnior — Não  
 Fausto Fernandes — Sim  
 Felipe Mendes — Sim  
 Fernando Bezerra Coelho — Sim  
 Fernando Gasparian — Sim  
 Fernando Gomes — Sim  
 Fernando Henrique Cardoso — Sim  
 Fernando Lyra — Não  
 Fernando Santana — Não

Firmino de Castro — Sim  
 Flávio Palmier da Veiga — Sim  
 Florestan Fernandes — Não  
 Floriceno Paixão — Não  
 França Teixeira — Sim  
 Francisco Amaral — Sim  
 Francisco Benjamim — Sim  
 Francisco Carneiro — Sim  
 Francisco Coelho — Sim  
 Francisco Dias Alves — Sim  
 Francisco Diógenes — Sim  
 Francisco Kuster — Não  
 Francisco Rollemberg — Sim  
 Francisco Rossi — Sim  
 Furtado Leite — Sim  
 Gabriel Guerreiro — Sim  
 Gandi Jamil — Sim  
 Gastone Righi — Não  
 Genebaldo Correia — Sim  
 Geovani Borges — Sim  
 Geraldo Alckmin Filho — Sim  
 Geraldo Bulhões — Não  
 Geraldo Campos — Não  
 Geraldo Fleming — sim  
 Gerson Camata — Sim  
 Gerson Marcondes — Sim  
 Gerson Peres — Sim  
 Gilson Machado — Sim  
 Gonzaga Patriota — Não  
 Guilherme Palmeira — Sim  
 Gumercindo Milhomem — Não  
 Harlan Gadelha — Não  
 Haroldo Lima — Não  
 Haroldo Sabóia — Não  
 Hélio Costa — Sim  
 Hélio Duque — Não  
 Hélio Manhães — Abstenção  
 Hélio Rosas — Sim  
 Henrique Cordova — Sim  
 Henrique Eduardo Alves — Sim  
 Heráclito Fortes — Sim  
 Herms Zaneti — Não  
 Hilário Braun — Sim  
 Homero Santos — Sim  
 Humberto Lucena — Sim  
 Ibero Ferreira — Sim  
 Ibsen Pinheiro — Sim  
 Inocência Oliveira — Sim  
 Irapuan Costa Júnior — Sim  
 Irma Passoni — Não  
 Israel Pinheiro — Sim  
 Itamar Franco — Sim  
 Iturival Nascimento — Sim  
 Ivo Mainardi — Sim  
 Ivo Vanderlinde — Sim  
 Jacy Scanagatta — Sim  
 Jamil Haddad — Não  
 Jayme Paliarin — Sim  
 Jayme Santana — Não  
 Jesualdo Cavalcanti — Sim  
 Jesus Tajra — Sim  
 João Agripino — Sim  
 João Calmon — Sim  
 João da Mata — Sim  
 João de Deus Antunes — Sim  
 João Machado Rolemberg — Sim  
 João Paulo — Não  
 João Resek — Sim  
 Joaquim Bevilacqua — Não  
 Joaquim Haickel — Sim  
 Jofran Frejat — Sim

Jonas Pinheiro — Sim  
 Jorge Arbage — Sim  
 Jorge Bornhausen — Sim  
 Jorge Hage — Não  
 Jorge Leite — Sim  
 Jorge Medauar — Sim  
 Jorge Ulequed — Não  
 Jorge Vianna — Sim  
 José Carlos Coutinho — Não  
 José Carlos Greco — Não  
 José Carlos Martínez — Sim  
 José Carlos Sabóia — Não  
 José Carlos Vasconcelos — Sim  
 José Costa — Sim  
 José da Conceição — Não  
 José Dutra — Sim  
 José Egreja — Sim  
 José Elias — Não  
 José Fernandes — Não  
 José Fogaça — Sim  
 José Genoino — Não  
 José Geraldo — Sim  
 José Guedes — Não  
 José Jorge — Sim  
 José Lins — Sim  
 José Luiz de Sá — Sim  
 José Maria Eymael — Não  
 José Maurício — Não  
 José Melo — Não  
 José Paulo Bisol — Não  
 José Queiroz — Abstenção  
 José Richa — Sim  
 José Tavares — Sim  
 José Tinoco — Sim  
 José Ulisses de Oliveira — Sim  
 José Viana — Não  
 José Yunes — Não  
 Júlio Campos — Sim  
 Júlio Costamilan — Não  
 Jutahy Magalhães — Sim  
 Koyo Iha — Sim  
 Lael Varella — Sim  
 Leite Chaves — Não  
 Lélio Souza — Sim  
 Leopoldo Peres — Sim  
 Leur Lomanto — Sim  
 Lídice da Mata — Não  
 Louremberg Nunes Rocha — Sim  
 Lourival Baptista — Sim  
 Luís Eduardo — Sim  
 Luís Roberto Ponte — Sim  
 Luiz Alberto Rodrigues — Não  
 Luiz Freire — Não  
 Luiz Gushiken — Não  
 Luiz Henrique — Sim  
 Luiz Inácio Lula da Silva — Não  
 Luiz Marques — Sim  
 Luiz Salomão — Não  
 Luiz Viana — Sim  
 Luiz Viana Neto — Sim  
 Maguito Vilela — Sim  
 Maluly Neto — Sim  
 Manoel Moreira — Não  
 Manoel Ribeiro — Sim  
 Mansueto de Lavour — Não  
 Manuel Viana — Sim  
 Marcelo Cordeiro — Sim  
 Marcia Kubitschek — Sim  
 Márcio Braga — Sim  
 Márcio Lacerda — Não  
 Marco Maciel — Sim



Marcondes Gadelha — Sim  
 Marcos Perez Queiroz — Sim  
 Maria de Lourdes Abadia — Sim  
 Maria Lúcia — Sim  
 Mário Covas — Sim  
 Mário de Oliveira — Sim  
 Mário Lima — Sim  
 Marluce Pinto — Sim  
 Matheus Iensen — Sim  
 Maurício Campos — Sim  
 Maurício Correa — Sim  
 Maurício Fruet — Não  
 Maurício Nasser — Sim  
 Mauro Benevides — Sim  
 Mauro Borges — Sim  
 Mauro Campos — Sim  
 Mauro Sampaio — Não  
 Max Rosenmann — Sim  
 Meira Filho — Sim  
 Mendes Botelho — Não  
 Mendes Canale — Sim  
 Mendes Ribeiro — Sim  
 Messias Góis — Sim  
 Messias Soares — Não  
 Michel Temer — Sim  
 Milton Lima — Sim  
 Milton Reis — Sim  
 Miraldo Gomes — Sim  
 Miro Teixeira — Sim  
 Moema São Thiago — Sim  
 Moyses Pimentel — Não  
 Mozarildo Cavalcanti — Sim  
 Myrian Portela — Não  
 Nabor Júnior — Sim  
 Naphtali Alves de Souza — Sim  
 Narciso Mendes — Sim  
 Nelson Aguiar — Não  
 Nelson carneiro — Sim  
 Nelson Jobim — Sim  
 Nelson Seixas — Não  
 Nelson Wedekin — Sim  
 Nestor Duarte — Sim  
 Ney Maranhão — Sim  
 Nilson Gibson — Sim  
 Nion Albernaz — Sim  
 Norberto Schwantes — Sim  
 Nyder Barbosa — Sim  
 Octávio Elísio — Não  
 Olívio Dutra — Não  
 Onofre Correa — Sim  
 Orlando Bezerra — Sim  
 Oscar Correa — Sim  
 Osmar Leitão — Sim  
 Osmir Lima — Sim  
 Osvaldo Bender — Sim  
 Osvaldo Coelho — Sim  
 Osvaldo Macedo — Sim  
 Osvaldo Sobrinho — Sim  
 Oswaldo Almeida — Sim  
 Oswaldo Trevisan — Sim  
 Paes de Andrade — Sim  
 Paulo Delgado — Não  
 Paulo Paim — Não  
 Paulo Pimentel — Sim  
 Paulo Ramos — Não  
 Paulo Roberto — Sim  
 Paulo Silva — Não  
 Paulo Zarzur — Sim  
 Pedro Canedo — Sim  
 Pedro Ceolin — Sim  
 Plínio Arruda Sampaio — Não

Pompeu de Sousa — Não  
 Rachid Saldanha Derzi — Sim  
 Raimundo Lira — Sim  
 Raimundo Rezende — Sim  
 Raquel Candido — Sim  
 Raquel Capiberibe — Não  
 Renan Calheiros — Não  
 Renato Viana — Sim  
 Ricardo Izar — Sim  
 Rita Camata — Não  
 Roberto Balestra — Sim  
 Roberto Brant — Sim  
 Roberto Campos — Sim  
 Roberto Freire — Não  
 Roberto Torres — Sim  
 Roberto Vital — Sim  
 Robson Marinho — Sim  
 Rodrigues Palma — Sim  
 Ronaldo Aragão — Não  
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim  
 Ronan Tito — Sim  
 Ronaro Correa — Sim  
 Rosa Prata — Sim  
 Rospide Netto — Sim  
 Rubem Branquinho — Sim  
 Rubem Medina — Sim  
 Ruben Figueiró — Sim  
 Ruberval Pilotto — Sim  
 Ruy Bacelar — Sim  
 Ruy Nedel — Sim  
 Sadie Hauache — Sim  
 Salatiel Carvalho — Sim  
 Samir Achoa — Sim  
 Sandra Cavalcanti — Sim  
 Santinho Furtado — Sim  
 Saulo Queiroz — Sim  
 Sérgio Werneck — Sim  
 Severo Gomes — Sim  
 Sigmaringa Seixas — Não  
 Sílvio Abreu — Sim  
 Simão Sessim — Sim  
 Siqueira Campos — Sim  
 Solon Borges dos reis — Não  
 Sotero Cunha — Sim  
 Tadeu França — Não  
 Telmo Kirst — Sim  
 Teotônio Vilela Filho — Não  
 Theodoro Mendes — Sim  
 Tito Costa — Sim  
 Ubiratan Aguiar — Sim  
 Ubiratan Spinelli — Abstenção  
 Uldurico Pinto — Não  
 Valmir Campelo — Sim  
 Vasco Alves — Não  
 Vicente Bogo — Não  
 Victor Faccioni — Sim  
 Victor Fontana — Sim  
 Vilson Souza — Não  
 Vingt Rosado — Sim  
 Virgílio Galassi — Sim  
 Virgílio Guimarães — Não  
 Vitor Buaiz — Não  
 Vladimir Palmeira — Não  
 Wagner Lago — Sim  
 Waldeck Ornelas — Sim  
 Waldir Pugliesi — Não  
 Walmor de Luca — Não  
 Wilma Maia — Sim  
 Wilson Campos — Sim  
 Wilson Martins — Sim  
 Ziza Valadares — Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Vern à Mesa e vai à publicação o seguinte:

# **REQUERIMENTO**

Requeiro registrar meu voto “não” à Emenda 26-0 Destaques 296-4 de Onofre Corrêa e outros, correspondente ao § 2º do art. 117.

Sala das Sessões 25 de agosto de 1988. **Netlon Friedrich**, PSDB — PR.

**O Sr. Lysâneas Maciel** Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Concedo a palavra ao nobre Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. LYSÂNEAS MACIEL** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto “não”, que não foi registrado no painel eletrônico.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 O voto de V. Exª será registrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Anuncio a Emenda nº 193, ao art. 117, § 3º, do nobre Constituinte Moyses Pimentel. Pergunto se S. Exª está presente. (Pausa.)

A emenda de S. Exª diz respeito ao art. 117, § 3º, onde se lê:

“ § 3º O Tribunal encaminhará ao Presidente da República listas tríplices, observando-se, quanto às vagas...”

Aqui vem a emenda, que é supressiva:

“...destinadas aos advogados e aos membros do Ministério Público, o disposto no art. 99 e, para as...”

Essa parte seria extinta. Continua o texto:

“...de classistas, o resultado de indicação de colégio eleitoral integrado pela diretoria das...”

A parte retirada já foi anunciada.

O nobre Constituinte Moyses Pimentel deseja retirar a emenda? (Pausa.)

**O Sr. Paes Landim** — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paes Landim.

**O SR. PAES LANDIM** (PFL — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, por incrível que pareça, meu voto não apareceu no painel. Peço a V. Exª que o registre. Era um “sim” claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 É um direito de V. Exª o voto será registrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Dou a palavra ao Relator.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (Relator) (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do Constituinte Onofre Corrêa não merece prosperar por uma razão muito simples. A regra para escolha de advogados e membros do Ministério Público que devam compor o Tribunal Superior do Trabalho, cuja extinção é objeto da emenda em apreço, reflete, contudo, o critério geral entronizado no projeto que ora se discute. Sr. Presidente, esse

artigo, inteligentemente, leva o aplicador a entender o alcance da expressão "com mais de dez anos de carreira ou de efetiva atividade profissional" às situações pregressas que envolvem os segmentos do Ministério Público, especificamente aqueles junto à Justiça do trabalho. Por essa razão, opino pela rejeição.

**O Sr. Benito Gama** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. BENITO GAMA** (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero deixar registrado meu voto "sim" na última votação.

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há um acordo entre as Lideranças para se votar contra essa emenda. O PCB votará, portanto, contra o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Indagamos do eminente autor da proposição se, em face das manifestações do Relator, mantém a emenda. (Pausa.)

**O Sr. Nelson Carneiro** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB votará "não".

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro votará "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — o nobre Constituinte retira a sua proposição. Os nossos cumprimentos a S. Exª

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O Destaque nº 555, do Constituinte Tito Costa, refere-se ao art. 117, § 3º. Pretende o autor retirar a parte final do parágrafo, a partir de "as listas tríplices para o provimento de cargos destinados aos juizes da magistratura trabalhista de carreira deverão ser elaboradas pelos Ministros togados e vitalícios". Deseja S. Exª fazer a retirada de todo esse trecho, e o mesmo quer o Constituinte Levy Dias, autor do Destaque nº 1.258.

o Relator manifesta-se pela rejeição.  
O Constituinte Levy Dias retira o destaque.  
Está prejudicado o destaque.

Com a palavra o Constituinte Joaquim Bevilacqua.

**O SR. JOAQUIM BEVILACQUA** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Temos aqui dois destaques: o de nº 496, do Constituinte Mauro Borges, e o de nº 611, do Constituinte João Agripino. Desejam S. Exªs retirar, no § 3º do art. 117, no final, a referência seguinte: "as listas tríplices para o provimento de cargos destinados aos juizes da magistratura trabalhista de carreira deverão ser elaboradas pelos Ministros togados e vitalícios".

**O Sr. João Agripino** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte João Agripino.

**O SR. JOÃO AGRIPINO** (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tendo em vista que as Lideranças, inclusive a do Partido dos Trabalhadores, rejeitarão a proposição, retiro a emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Fico muito grato ao Constituinte João Agripino. Resta ouvir a opinião do nobre Constituinte Mauro Borges. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Mauro Borges retira a emenda, com os nossos cumprimentos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Destaque nº 1.030, de autoria do nobre Constituinte Edmilson Valentim, referente ao § 3º do art. 117. Deseja S. Exª suprimir as palavras "pelas diretorias das confederações nacionais". Não leio o texto porque é o terceiro ou quarto destaque sobre o mesmo assunto.

**O Sr. Edmilson Valentim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra pela ordem, ao Constituinte Edmilson Valentim.

**O SR. EDMILSON VALENTIM** (PC do B — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nossa emenda visa, já que a Assembléia Nacional Constituinte garantiu a liberdade e a autonomia sindical, a que os trabalhadores indiquem o colégio onde pudessem ser escolhidos os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho. Mas, entendendo que essa emenda não recebeu o apoio da maioria das Lideranças e colaborando para acelerar os trabalhos, retiramos a nossa emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Muito grato a V. Exª

Retirada a emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Destaque nº 60, de autoria do nobre Constituinte Raimundo Bezerra. Entende S. Exª que há uma contradição e quer substituir no **caput** do art. 121, a expressão "pelo Presidente da República" por "na forma prevista nesta Constituição".

Indago à Casa se o nobre Constituinte Raimundo Bezerra está presente. (Pausa.) Ausente.

A emenda está prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

## REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 369

Senhor Presidente, requeiro destaque para a Emenda nº 2700713-2. — **Virgílio Galassi.**

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 713  
Do Sr. Virgílio Galassi

Parágrafo único, do art. 121:

Art. Os magistrados dos Tribunais Regionais do Trabalho serão:

I — Juizes do Trabalho, escolhidos por promoção, alternadamente por antiguidade e merecimento;

II — Advogados e membros do Ministério Público do Trabalho, obedecido o disposto no artigo;

III — Classistas indicados em listas tríplices pelas diretorias das federações e sindicatos organizados em federações, com base territorial na região de representatividade do tribunal.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Destaque nº 369, de autoria do nobre Constituinte Virgílio Galassi. Apresenta S. Exª uma nova redação para o parágrafo único do art. 121.

Indago se o nobre Constituinte Virgílio Galassi está presente.

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, houve um acordo de todos os Líderes para se votar "não". Essa é uma orientação ao nobre Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Deseja S. Exª colocar em votação o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, para encaminhar a votação.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS** (PDS — SC) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, a emenda apresentada pelo nobre Sr. Constituinte Virgílio Galassi visa, sem dúvida alguma, a corrigir dois erros, que a fazer contraditória. O parágrafo único do art. 121 do Projeto de Constituição (B) reza:

"Os juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho serão:

I — magistrados de carreira...

II — advogados e membros do Ministério Público do Trabalho...

III — classistas..."

Ora, Sr. Presidente, todos os membros do Tribunal Regional do Trabalho são magistrados. Uma vez investidos na função de juizes, venham eles de carreira, sejam eles recrutados entre membros do Ministério Público ou do corpo de advogados, sejam eles representantes classistas, são magistrados.

A emenda altera, no **caput** do parágrafo único, a expressão "os juizes" pela palavra "magistrados" e mantém, no inciso I, "juizes".

Creio, Sr. Presidente, que a emenda aperfeiçoa o projeto, porque os juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, sejam eles recrutados na carreira da magistratura trabalhista, sejam eles escolhidos dentre advogados ou membros do Ministério Público, uma vez investidos na função, são magistrados.

A segunda alteração da emenda diz respeito ao inciso III, que no projeto está assim redigido:

"Classistas indicados em listas triplas pelas diretorias das federações e dos sindicatos com base territorial na região."

A emenda pretende dar a seguinte redação ao inciso III:

"Classistas indicados em listas triplas pelas diretorias das federações e sindicatos organizados em federações com base territorial na região de representatividade do tribunal."

Se o sindicato faz parte de uma federação, ele já será representado na escolha pela federação de que participa. Os sindicatos organizados em federações precisam, estes sim, formular e encaminhar as listas triplas.

Mantida a redação, aos sindicatos organizados em federações será facultado proceder à indicação dupla. Indicaríamos através da federação a que estão filiados e como sindicato, isto é, como organização sindical de primeiro grau.

A emenda, sem dúvida, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, aperfeiçoa o dispositivo, corrigindo duas contradições, fazendo com que a organização da Justiça do Trabalho se faça de forma correta.

Em razão desses argumentos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, solicito o voto favorável da Assembleia Nacional Constituinte à emenda do nobre Sr. Deputado Virgílio Galassi.

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — O PCB votará contra, Sr. Presidente.

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda à sua bancada que vote "não".

**O Sr. Carlos Alberto Caó** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT votará "não".

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. ADÉMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — O Partido Socialista Brasileiro votará "não", Sr. Presidente.

**O Sr. Amaral Netto** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. AMARAL NETTO** (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS vota "não".

**O Sr. José Genoíno** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota "não".

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota "não".

**O Sr. Eduardo Bonfim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Eduardo Bonfim.

**O SR. EDUARDO BONFIM** (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "não".

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas esclarecer que essa emenda é modificativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Passa-se à votação.  
(*Procede-se à votação.*)

**O Sr. Luiz Salomão** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. LUIZ SALOMÃO** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, comunico que estão presentes nas galerias deste plenário representantes da Associação dos Empregados da Cibra. Eles vieram a Brasília protestar contra a privatização da empresa, que contraria a vontade política expressa na Constituinte de proteger o setor de tecnologia de ponta.

**A Sr. Sandra Cavalcanti** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA. SANDRA CAVALCANTI** (PFL — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, peço licença a V. Ex<sup>a</sup>, enquanto termina a votação nos postos avulsos, para saber se as lideranças atenderam à solicitação de V. Ex<sup>a</sup>, feita na manhã de hoje, e se informaram a propósito da votação do dispositivo sobre os dois turnos para prefeituras que tenham mais de duzentos mil eleitores.

Temos absoluta convicção, Sr. Presidente, por tudo o que já verificamos aqui no plenário, de que a matéria não é passível de qualquer tipo de acordo, até porque não há acordo algum dentro das próprias legendas. Não é, portanto, mais uma matéria pendente; é polêmica, difícil. Por isso mesmo precisa ser decidida com a maior urgência.

Sugiro, Sr. Presidente, que V. Ex<sup>a</sup> não fique com a responsabilidade — não é justo recair sobre seus ombros — de procrastinar essa matéria. Não é V. Ex<sup>a</sup> que está impedindo, mas as lideranças que não estão dando a V. Ex<sup>a</sup> a informação correta sobre o que está ocorrendo nas bases partidárias.

Posso informar a V. Ex<sup>a</sup>, pelo menos em nome do meu partido, que, quando a Liderança do PFL se declara favorável a um turno e diz que a matéria é passível de acordo, ela não está falando em nome da bancada, porque esta não foi consultada e não houve nenhuma resolução nesse sentido. Acredito que nos outros partidos também aconteça o mesmo.

Sr. Presidente, o Brasil inteiro está às vésperas de eleições municipais, e espera por essa resolução, até para que as campanhas possam deslanchar de forma democrática.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A ponderação de V. Ex<sup>a</sup> tem grande peso, e vamos atuar no sentido de que essa votação se faça com urgência.

**O Sr. Octávio Elísio** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. OCTÁVIO ELÍSIO** (PSDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero aproveitar apenas para reforçar o que foi dito aqui. A imprensa tem revelado, nestes dias, o desejo da Nação favorável à manutenção dos dois turnos para as eleições municipais deste ano. O PSDB já se manifestou a esse respeito na reunião de líderes. Insisto com V. Ex<sup>a</sup> no que concerne à importância de que essa matéria seja votada.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é necessário que seja dado um esclarecimento à Casa sobre essa questão da votação dos dois turnos. Na Mesa das lideranças foi votado um grande acordo em relação às inelegibilidades. Lembro a V. Ex<sup>a</sup> que tem um texto na mão, que já foi distribuído à Casa, sobre inelegibilidades. Houve um grande acordo no sentido de votar-se esse texto e, depois, também, algumas emendas supressivas, transfor-

mando-as em Disposições Transitórias. Quando se discutiu o problema dos dois turnos, as lideranças do PFL e do PDT fizeram um apelo às demais lideranças para que fosse votado um texto que coubesse nas Disposições Transitórias, no sentido de não se aplicar os dois turnos às eleições municipais. O PMDB disse que concordaria que esse texto fosse votado, embora a posição do partido fosse pela manutenção dos dois turnos no texto permanente, inclusive para as eleições municipais. O que o PMDB afirmou, assim como os demais partidos, com exceção do PSDB, é que admitiriam a votação desse texto, mas que não votariam favoravelmente a ele. Ocorre que o PSDB negou-se a atender a essa reivindicação do PDT e do PFL. Em face desta circunstância, criou-se um impasse em relação à votação dos dois turnos, e o PDT estendeu esse impasse ao problema da inelegibilidade, dizendo que não admitiria a votação do tema das inelegibilidades se não fosse resolvido o problema.

Quero deixar bem claro que o PMDB não tem intenção nenhuma de furtar-se e em momento algum se furtou a colocar em votação qualquer tema. O que o PMDB quer é resolver o problema da inelegibilidade, que é grave, e o Sr. Relator e a Casa sabem perfeitamente que a solução encontrada foi ótima. Mas ocorreu esse impasse entre os dois partidos que está impedindo a solução do problema. É necessário que isso seja posto claramente.

**O Sr. José Genoíno** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, essa matéria já foi levantada em vários momentos nesta tribuna e tem sido objeto do noticiário da imprensa. É importante que fique clara, transparente, nossa posição quanto à negociação. Temos posição contrária à supressão dos dois turnos para as eleições. Portanto, somos favoráveis aos dois turnos para as eleições de 1988. Damos o direito de se apresentar a emenda e votaremos contra o seu mérito, para deixar bem claro, para que um só partido não fique na imprensa capitalizando.

**O Sr. Haroldo Lima** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. HAROLD LIMA** (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, também o PC do B é favorável à manutenção dos dois turnos e não concorda com esse acordo, muito menos, com essa situação absurda que está existindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A Mesa terá um entendimento com as lideranças, para que decidamos esse assunto nos termos do Regimento.

Prosseguirei a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (Votação nº 875):

SIM — 38  
NÃO — 348  
ABSTENÇÃO — 5  
TOTAL — 391

A Emenda foi rejeitada.

**VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTE:**

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Não  
Adauto Pereira — Sim  
Adhemar de Barros Filho — Não  
Adolfo Oliveira — Não  
Adroaldo Streck — Não  
Adylson Motta — Abstenção  
Aécio de Borba — Não  
Aécio Neves — Não  
Affonso Camargo — Não  
Agassiz Almeida — Não  
Agripino de Oliveira Lima — Não  
Airton Cordeiro — Não  
Albano Franco — Não  
Albérico Cordeiro — Não  
Alceni Guerra — Não  
Aldo Arantes — Não  
Alfredo Campos — Não  
Almir Gabriel — Não  
Aloisio Vasconcelos — Não  
Aloysio Chaves — Não  
Aluizio Bezerra — Não  
Aluizio Campos — Não  
Álvaro Antônio — Não  
Amaral Netto — Não  
Amaury Müller — Não  
Amílcar Moreira — Não  
Ângelo Magalhães — Não  
Anna Maria Rattes — Não  
Annibal Barcellos — Não  
Antônio Carlos Franco — Não  
Antônio Carlos Konder Reis — Sim  
Antônio de Jesus — Não  
Antonio Ferreira — Não  
Antonio Mariz — Não  
Antonio Perosa — Não  
Antonio Ueno — Não  
Arnaldo Faria de Sá — Não  
Arnaldo Martins — Sim  
Arnaldo Moraes — Não  
Arnold Fioravante — Sim  
Arolde de Oliveira — Não  
Artenir Werner — Não  
Artur da Távola — Não  
Asdrubal Bentes — Não  
Assis Canuto — Não  
Átila Lira — Não  
Augusto Carvalho — Não  
Basílio Villani — Não  
Benedicto Monteiro — Não  
Benedita da Silva — Não  
Benito Gama — Não  
Bernardo Cabral — Não  
Beth Azize — Não  
Bocayuva Cunha — Não  
Bosco França — Não  
Caio Pompeu — Não  
Carlos Alberto Caó — Não  
Carlos Cardinal — Não  
Carlos Mosconi — Não  
Carlos Sant'Anna — Não  
Carlos Vinagre — Não  
Cássio Cunha Lima — Não

Célio de Castro — Não  
Celso Dourado — Não  
César Maia — Não  
Chagas Duarte — Não  
Chagas Neto — Não  
Chagas Rodrigues — Não  
Cid Sabóia de Carvalho — Não  
Cláudio Ávila — Não  
Cristina Tavares — Não  
Cunha Bueno — Sim  
Dálmton Canabrava — Não  
Darcy Deitos — Não  
Darcy Pozza — Sim  
Davi Alves Silva — Não  
Del Bosco Amaral — Não  
Delfim Netto — Não  
Délvio Braz — Não  
Denisar Arneiro — Não  
Dionísio Dal Prá — Não  
Dirce Tutu Quadros — Não  
Dirceu Carneiro — Não  
Domingos Leonelli — Não  
Edésio Frias — Não  
Edison Lobão — Não  
Edivaldo Motta — Não  
Edme Tavares — Não  
Edmilson Valentim — Não  
Eduardo Bonfim — Não  
Eduardo Jorge — Não  
Eduardo Moreira — Não  
Egídio Ferreira Lima — Não  
Elias Murad — Não  
Eliel Rodrigues — Não  
Eliézer Moreira — Não  
Enoc Vieira — Não  
Erico Pegoraro — Não  
Euclides Scalco — Não  
Eunice Michiles — Sim  
Evaldo Gonçalves — Não  
Exedito Machado — Não  
Fábio Feldmann — Não  
Farabulini Júnior — Não  
Fausto Fernandes — Não  
Fausto Rocha — Não  
Felipe Mendes — Sim  
Fernando Bezerra Coelho — Não  
Fernando Gasparian — Não  
Fernando Gomes — Não  
Fernando Henrique Cardoso — Não  
Fernando Santana — Não  
Firmo de Castro — Não  
Florestan Fernandes — Não  
Florêncio Paixão — Não  
França Teixeira — Não  
Francisco Amaral — Não  
Francisco Benjamim — Não  
Francisco Carneiro — Não  
Francisco Coelho — Não  
Francisco Dias Alves — Não  
Francisco Küster — Não  
Francisco Rollemberg — Não  
Francisco Rossi — Sim  
Furtado Leite — Não  
Gandi Jamil — Não  
Gastone Righi — Não  
Genebaldo Correia — Não  
Genésio Bernardino — Não  
Geovani Borges — Não  
Geraldo Aickmin Filho — Não  
Geraldo Campos — Não  
Geraldo Fleming — Não

Gerson Camata — Abstenção  
 Gerson Marcondes — Não  
 Gerson Peres — Não  
 Gonzaga Patriota — Não  
 Guilherme Palmeira — Sim  
 Gumerindo Milhomem — Não  
 Harlan Gadelha — Não  
 Haroldo Lima — Não  
 Haroldo Sabóia — Não  
 Hélio Costa — Não  
 Hélio Duque — Não  
 Hélio Manhães — Não  
 Hélio Rosas — Não  
 Henrique Córdova — Sim  
 Henrique Eduardo Alves — Não  
 Heráclito Fortes — Não  
 Hermes Zaneti — Não  
 Hilário Braun — Não  
 Homero Santos — Sim  
 Iberê Ferreira — Não  
 Ibsen Pinheiro — Não  
 Inocêncio Oliveira — Não  
 Irapuan Costa Júnior — Sim  
 Irma Passoni — Não  
 Ismael Wanderley — Não  
 Israel Pinheiro — Não  
 Itamar Franco — Não  
 Iturival Nascimento — Não  
 Ivo Lech — Não  
 Ivo Mainardi — Não  
 Ivo Vanderlinde — Não  
 Jacy Scanagatta — Não  
 Jairo Azi — Não  
 Jamil Haddad — Não  
 Jayme Paliarin — Não  
 Jayme Santana — Não  
 Jesualdo Cavalcanti — Não  
 Jesus Tajra — Não  
 João Agripino — Não  
 João Alves — Não  
 João Calmon — Não  
 João de Deus Antunes — Não  
 João Machado Rollemberg — Não  
 João Natal — Não  
 João Paulo — Não  
 João Rezek — Sim  
 Joaquim Bevilacqua — Não  
 Jofran Frejat — Não  
 Jonas Pinheiro — Sim  
 Jorge Arbage — Sim  
 Jorge Bornhausen — Sim  
 Jorge Hage — Não  
 Jorge Leite — Não  
 Jorge Medauar — Não  
 Jorge Uequet — Não  
 José Carlos Coutinho — Não  
 José Carlos Grecco — Não  
 José Carlos Martínez — Não  
 José Carlos Sabóia — Não  
 José Costa — Não  
 José da Conceição — Não  
 José Dutra — Não  
 José Egreja — Sim  
 José Elias — Sim  
 José Fernandes — Não  
 José Fogaça — Sim  
 José Genóino — Não  
 José Geraldo — Sim  
 José Guedes — Não  
 José Ignácio Ferreira — Não  
 José Jorge — Não

José Lins — Não  
 José Maria Eymael — Não  
 José Maurício — Não  
 José Melo — Não  
 José Mendonça Bezerra — Não  
 José Moura — Não  
 José Paulo Bisol — Não  
 José Queiroz — Não  
 José Richa — Não  
 José Tavares — Não  
 José Tinoco — Não  
 José Ulisses de Oliveira — Não  
 José Viana — Não  
 José Yunes — Não  
 Júlio Campos — Não  
 Júlio Costamilan — Não  
 Jutahy Magalhães — Não  
 Koyu Iha — Não  
 Lael Varela — Não  
 Lavoisier Maia — Sim  
 Leite Chaves — Não  
 Lélio Souza — Não  
 Lídice da Mata — Não  
 Louremberg Nunes Rocha — Não  
 Lúcio Alcântara — Não  
 Luís Eduardo — Não  
 Luís Roberto Ponte — Não  
 Luiz Alberto Rodrigues — Não  
 Luiz Freire — Não  
 Luiz Gushiken — Não  
 Luiz Henrique — Não  
 Luiz Inácio Lula da Silva — Não  
 Luiz Marques — Não  
 Luiz Salomão — Não  
 Luiz Viana — Sim  
 Luiz Viana Neto — Não  
 Lysâneas Maciel — Não  
 Maguito Vilela — Não  
 Maluly Neto — Não  
 Manoel Moreira — Não  
 Manoel Ribeiro — Não  
 Mansueto de Lavor — Não  
 Manuel Viana — Não  
 Márcia Kubitschek — Não  
 Márcio Braga — Não  
 Márcio Lacerda — Não  
 Marco Maciel — Não  
 Marcondes Gadelha — Não  
 Marcos Lima — Não  
 Marcos Perez Queiroz — Não  
 Maria de Lourdes Abadia — Não  
 Maria Lúcia — Não  
 Mário Assad — Não  
 Mário Covas — Não  
 Mário de Oliveira — Não  
 Marluce Pinto — Não  
 Matheus Jensen — Não  
 Maurício Corrêa — Não  
 Maurício Fruet — Não  
 Maurício Nasser — Não  
 Mauro Benevides — Não  
 Mauro Borges — Não  
 Mauro Campos — Não  
 Mauro Sampaio — Não  
 Max Rosenmann — Sim  
 Meira Filho — Não  
 Mendes Botelho — Não  
 Mendes Ribeiro — Não  
 Messias Góis — Não  
 Messias Soares — Não  
 Michel Temer — Não

Milton Lima — Não  
 Milton Reis — Não  
 Miro Teixeira — Não  
 Moema São Thiago — Sim  
 Moyses Pimentel — Não  
 Mozarildo Cavalcanti — Não  
 Myrian Portella — Não  
 Nabor Júnior — Não  
 Naphtali Alves de Souza — Não  
 Narciso Mendes — Não  
 Nelson Aguiar — Não  
 Nelson Carneiro — Não  
 Nelson Jobim — Não  
 Nelson Seixas — Sim  
 Nelson Wedekin — Não  
 Nilton Friedrich — Não  
 Ney Maranhão — Sim  
 Nilson Gibson — Não  
 Nion Albermaz — Não  
 Norberto Schwantes — Não  
 Nyder Barbosa — Sim  
 Octávio Elisio — Não  
 Onofre Corrêa — Não  
 Orlando Bezerra — Não  
 Oscar Corrêa — Não  
 Osmar Leitão — Não  
 Osmir Lima — Não  
 Osvaldo Bender — Sim  
 Osvaldo Coelho — Não  
 Osvaldo Macedo — Não  
 Osvaldo Trevisan — Não  
 Ottomar Pinto — Não  
 Paes Landim — Não  
 Paulo Almada — Não  
 Paulo Delgado — Não  
 Paulo Marques — Não  
 Paulo Paim — Não  
 Paulo Pimentel — Não  
 Paulo Ramos — Não  
 Paulo Roberto — Não  
 Paulo Roberto Cunha — Sim  
 Paulo Silva — Não  
 Paulo Zarzur — Não  
 Pedro Cenedo — Não  
 Pedro Ceolin — Não  
 Plínio Arruda Sampaio — Não  
 Pompeu de Sousa — Não  
 Rachid Saldanha Derzi — Não  
 Raimundo Lira — Não  
 Raimundo Rezende — Não  
 Raquel Cândido — Não  
 Raquel Capiberibe — Não  
 Raul Ferraz — Não  
 Renan Calheiros — Não  
 Renato Vianna — Não  
 Ricardo Izar — Não  
 Rita Camata — Não  
 Roberto Augusto — Não  
 Roberto Balestra — Sim  
 Roberto Brant — Não  
 Roberto Campos — Não  
 Roberto D'Ávila — Não  
 Roberto Freire — Não  
 Roberto Torres — Não  
 Roberto Vital — Não  
 Robson Marinho — Não  
 Rodrigues Palma — Não  
 Ronaldo Aragão — Não  
 Ronaldo Cezar Coelho — Não  
 Ronan Tito — Não  
 Ronaro Corrêa — Não

Rosa Prata — Não  
 Rosário Congro Neto — Não  
 Rospide Netto — Não  
 Rubem Branquinho — Não  
 Rubem Medina — Não  
 Ruben Figueiró — Não  
 Ruberval Pilotto — Não  
 Ruy Bacelar — Não  
 Ruy Nedel — Abstenção  
 Sadie Hauache — Não  
 Samir Achôa — Não  
 Sandra Cavalcanti — Sim  
 Saulo Queiroz — Não  
 Sérgio Brito — Não  
 Sérgio Werneck — Não  
 Severo Gomes — Não  
 Sigmaringa Seixas — Não  
 Sílvio Abreu — Não  
 Simão Sessim — Não  
 Siqueira Campos — Sim  
 Sólon Borges dos Reis — Não  
 Sotero Cunha — Não  
 Tadeu França — Não  
 Teotônio Vilela Filho — Não  
 Tito Costa — Sim  
 Ubiratan Aguiar — Não  
 Ubiratan Spinelli — Sim  
 Valmir Campelo — Não  
 Vasco Alves — Não  
 Vicente Bogo — Não  
 Victor Faccioni — Não  
 Victor Fontana — Sim  
 Vilson Souza — Não  
 Vingt Rosado — Não  
 Virgílio Galassi — Sim  
 Vitor Buaiz — Não  
 Vladimir Palmeira — Não  
 Wagner Lago — Não  
 Waldeck Omélas — Abstenção  
 Waldyr Pugliesi — Não  
 Wilma Maia — Não  
 Wilson Campos — Não  
 Wilson Martins — Sim  
 Ziza Valadares — Não

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço que registre meu voto "não".

**O Sr. Eraldo Trindade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ERALDO TRINDADE** (PFL — AP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço que registre meu voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A solicitação de V. Exª será atendida.

**O Sr. Carlos Alberto Caó** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, deixamos bastante claro a V. Exª e a todos os Constituintes que não estamos adotando, em nenhuma latitude, qualquer posição de inflexibilidade. Concordamos em que a questão das inelegibilidades, por conter matéria nova, venha a ser votada nas Disposições Transitórias, como igualmente concordamos que três ou quatro destaques que retirem a proibição para a reeleição para a Mesa da Câmara possam ser deslocados para as Disposições Transitórias.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Este não é o momento oportuno para tratar desse assunto. As lideranças reúnem-se antes da hora da votação. Conversarei com os líderes para tomar a decisão como Presidente.

**O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ** — Peço permissão a V. Exª para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O assunto, ao invés de ser adiado, fica colocado em termos de debate no microfone.

**O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ** — Para concluir, digo que estamos dispostos a nos sentar com todas as lideranças, amanhã, antes da sessão, para chegarmos a uma solução que permita a votação conjunta das matérias sobre as inelegibilidades e os dois turnos. Esta é a nossa posição.

**O Sr. Plínio Arruda Sampaio** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não sei qual é o critério adotado, mas não estamos de acordo com essa postergação da votação do art. 120, § 2º. Não há razão para jogar essa matéria para adiante. Houve negociação de lideranças e o voto ficou livre. O art. 120 § 2º, trata do poder normativo das decisões do Tribunal Superior do Trabalho nos dissídios coletivos. Estávamos certos de que isso seria votado agora. Não vemos razão para que a votação seja adiada.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sugere V. Exª que não votemos esse texto agora?

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** — Não, Sr. Presidente. Queremos votá-la agora. Estamos acumulando matérias demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Srs. Constituintes, temos de votar as matérias, se não, nunca chegaremos ao final. Temos de proceder à votação. Não podemos parar ora por um motivo, ora por outro. Não posso atendê-los.

**O Sr. José Genoíno** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quando iniciamos o segundo turno, existia uma proposta da Liderança do PFL, por exemplo, no sentido de concentrar em alguns dias a votação dos temas polêmicos. Essa proposta foi derrotada, e agora estou notando que, através da suspensão da votação, cairemos no "dia boeing", em que todos

vêm aqui votar os temas polêmicos. Isto é inaceitável, Sr. Presidente. Vamos concentrar as votações dos temas polêmicos em um ou dois dias. Esse esforço concentrado pode não dar resultado, porque, se começar assim, vamos correr o risco de permitir que se concentre apenas num dia um grande **quorum** neste plenário para exatamente derrotar algumas conquistas. Sr. Presidente, não é possível ficarmos adiando a votação dessa maneira.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Conhece V. Exª a minha posição a respeito do assunto. Vou entrar em entendimento com as lideranças para que se dê curso à votação normalmente, como se fez até aqui, sem privilegiar esse ou aquele setor, sem nenhum artifício para favorecer esse ou aquele partido. É o que iremos fazer. Aliás, é o que estamos fazendo. Estamos seguindo a votação da matéria conforme os entendimentos havidos até aqui.

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acho inclusive que esta prática tem demonstrado que dá certo. Os trabalhos estão se desenvolvendo dentro do esperado, porém, essa matéria não foi discutida com ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Mas qual a matéria que não foi discutida.

**O SR. ROBERTO FREIRE** — O art. 120, § 2º. Ninguém comentou coisa alguma. Não somos contra a discussão nem os adiamentos. Agora, queremos que as lideranças sejam ouvidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Um momento. V. Exª estão pedindo para votar o quê, afinal? É o art. 120?

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal foi citado pelo nobre Constituinte José Genoíno como se estivesse querendo fazer manobra. Gostaria de dizer que todas as matérias pendentes não são de responsabilidade do Partido da Frente Liberal, mas, sim, dos diferentes partidos. Então, repelimos as insinuações do Constituinte do PT, pois o Partido da Frente Liberal tem ajudado neste processo. Existe um acordo de todos os partidos para se votar as matérias pendentes, quando houver consenso dos líderes. Caso não haja, proceder-se-á à votação. Quanto ao pronunciamento da nobre Constituinte Sandra Cavalcanti de que o partido não foi ouvido sobre os dois turnos, também não procede, pois ele foi ouvido. Tenho um relatório que esclarece que mais de 85% dos membros do partido são contra a manutenção dos dois turnos. Esta é a posição que gostaríamos de, nesta hora, retificar.

**O Sr. Gerson Peres** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. GERSON PERES** (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS pediu que o art. 120 fosse reexaminado. O Partido não quer obstruir, porque na mesa de negociação temos concordado com mais de 2/3 das questões postas. Por isso, solicitamos a V. Exª que adie a votação dessa matéria para amanhã. Quando o PDT, o PDC ou o PC do B pedem, são atendidos. Por que, pela primeira vez, quando o nosso partido pede, não pode ser atendido?

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não se trata disso. É evidente que aqui temos adiado a votação de várias matérias, quando um líder solicita. Sempre há uma busca de negociação e todos os líderes concordam. Estranhemos que o adiamento da votação dessa matéria não foi solicitada por ninguém. Se há interesse em adiar, as lideranças deveriam ser consultadas. Mas não houve isso. Inclusive, ontem, reunimos as lideranças e discutimos todos os casos pendentes, quando resolvemos o que iria e o que não iria ser votado. Essa questão não foi colocada; portanto, deve ser votada.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Vou colocar em votação, porque se vincula ao art. 120, Destaque nº 646.

**O Sr. Gerson Peres** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. GERSON PERES** (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a liderança do PDS não pode ser desmoralizada com a simples alegação do Partido Comunista.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Mas é preciso haver entendimento com as demais lideranças, nobre Constituinte. Não pode haver um ato isolado, escoteiro.

**O SR. GERSON PERES** — Não há ato isolado. Poderemos amanhã inviabilizar uma votação, da mesma maneira como está sendo feito agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Consulto as demais lideranças se concordam. É preciso haver concordância.

**O Sr. Haroldo Lima** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. HAROLD LIMA** (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, achamos que essa votação deve ser feita de imediato, inclusive porque a possibilidade de protelar a votação jamais foi levantada em reunião das lideranças. Está sendo levantada agora, depois que o

assunto foi questionado. Achamos que deve ser votado agora, de imediato.

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O Sr. Ademir Andrade** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB quer que se vote agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Como se manifesta a liderança do PMDB?

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tem sido hábito do PMDB, quando há solicitação de um partido — e não vê inconveniência na transferência — concordar com isso, porque o PMDB também tem feito solicitações nesse sentido. Então, concordamos com a transferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Como se manifesta o PFL?

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal, mais uma vez, participa dos entendimentos e concorda com essa solicitação.

**O Sr. Carlos Alberto Caó** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaríamos de formular uma sugestão no sentido de, inadiavelmente, votarmos esse dispositivo constitucional amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Perfeitamente fica determinado que a votação será feita amanhã.

**O Sr. Amaral Netto** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. AMARAL NETTO** (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a votação foi adiada?

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sim.

**O SR. AMARAL NETTO** — Desejo registrar aqui minha posição de respeito à decisão do Constituinte Gerson Peres.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 657

Sr. Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T01209-8 visando a aprovação. **Vicente Bogo**.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 1.209  
Do Sr. Vicente Bogo

Suprima-se a expressão:  
"em listas tríplices" do artigo 121, inciso III, ficando a seguinte redação:

"Art. 121., inciso III — Classistas indicados pelas diretorias das federações e dos sindicatos com base territorial na região."

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Vamos prosseguir. O nobre Constituinte Vicente Bogo é o autor da Emenda nº 657. Deseja S. Exª, no art. 121, parágrafo único, inciso III, fazer uma supressão parcial. Vou ler o texto:

"III — Classistas indicados em listas tríplices pelas diretorias das federações e dos sindicatos com base territorial na região."

Deseja S. Exª suprimir a expressão "em listas tríplices". Com a palavra o Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. VICENTE BOGO** (PSDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, serei breve. Peço apenas dois minutos da atenção de V. Exª.

Esta Constituinte tem-se conduzido, até o momento, no sentido de diminuir, se não de eliminar completamente a intervenção do Estado na vida da sociedade, procurando dar autonomia às instituições. Todavia, nessa questão dos juizes classistas na Justiça do Trabalho está mantendo as listas tríplices, o que permite que, de novo, o Estado arbitre a escolha de um dos três nomes indicados pelos empresários ou pelos trabalhadores.

Solicito a compreensão dos Srs. Líderes e dos Srs. Constituintes, porque se queremos, efetivamente, assegurar a autonomia e o fortalecimento das instituições, é necessário que retiremos a expressão "em listas tríplices" e que os empregadores escolham seu representante na Justiça do Trabalho sem necessidade da arbitragem de alguém de fora; ou, ainda para que os próprios sindicatos de trabalhadores façam a escolha do seu representante na Justiça do Trabalho sem que precisem estar sujeitos a uma arbitrariedade, à escolha de alguém de fora que não represente necessariamente seus interesses.

Proponho, pois a retirada da expressão "listas tríplices", para que tanto os empregadores quanto os trabalhadores escolham livremente seu representante na Justiça do Trabalho, ou seja, o juiz classista.

Peço, portanto, a compreensão e o apoio dos Srs. Constituintes para minha emenda, que, acredito, vai fortalecer as instituições e se integra ao espírito do Projeto de Constituição que estamos elaborando até este momento. Aprovamos aqui o direito de greve, mais do que isso, o direito de os sindicatos decidirem sobre os interesses a serem defendidos. E por que não escolherem, também, seu representante classista na Justiça do Trabalho?

Essa é a minha emenda, essa é a minha proposta.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Relator para proferir parecer.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (Relator) (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Vicente Bogo quer terminar com a instituição da lista tríplice. Esquece-se de que estas têm o propósito de conciliar o interesse dos trabalhadores com os interesses das cortes. As alternativas colocadas para a escolha têm propósito salutar, e não há por que mudar o procedimento, que é o fio condutor filosófico do Projeto.

Por essa razão, lamento discordar, pela estima que dedico ao Constituinte Vicente Bogo.

*Pela rejeição.*

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará favoravelmente, por considerar boa a emenda.

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal acompanha o ilustre Relator e sugere à sua bancada que vote “não”.

**O Sr. Amaral Netto** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. AMARAL NETTO** (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS acompanha o Relator, vota “não”.

**O Sr. Haroldo Lima** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. HAROLD LIMA** (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B votará “sim”, por considerar que esta é uma conquista, também, da classe trabalhadora.

**O Sr. José Genoíno** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, contra o parecer do Relator, votamos “sim”.

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro também votará “sim”.

**O Sr. Adolfo Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA** (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal acompanha o Relator, vota “não”.

**O Sr. Carlos Alberto Caó** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, lamentamos não acompanhar o Relator. Por isso, o PDT votará “sim”.

**O Sr. Jorge Hage** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. JORGE HAGE** (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB lamenta discordar do eminente Relator e vota “sim”.

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB acompanha o Relator e vota “não”, porque é esta a técnica adotada em todos os tribunais.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Solicito aos Srs. Constituintes que ocupem seus lugares para que iniciemos a votação.

O Relator manifestou-se pela rejeição da emenda.

Passemos à votação.

*(Procede-se à votação)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado. (Votação nº 876):

SIM — 133  
NÃO — 260  
ABSTENÇÃO — 4  
TOTAL — 397

A Emenda foi rejeitada.

**VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:**

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Sim  
Adauto Pereira — Não  
Ademir Andrade — sim  
Adhemar de Barros Filho — Não  
Adolfo Oliveira — Não  
Adroaldo Streck — Não  
Adylson Motta — Não  
Aécio de Borba — Não  
Aécio Neves — Não  
Affonso Camargo — Não  
Agassiz Almeida — Sim  
Aripino de Oliveira Lima — Não  
Alarico Abib — Não  
Albano Franco — Não  
Albérico Cordeiro — Não  
Albérico Filho — Não

Alceni Guerra — Sim  
Aldo Arantes — Sim  
Alexandre Puzyna — Não  
Alfredo Campos — Não  
Almir Gabriel — Não  
Aloisio Vasconcelos — Não  
Aloysio Chaves — Não  
Aluizio Campos — Sim  
Álvaro Antônio — Não  
Amaral Netto — Não  
Amaury Müller — Sim  
Amílcar Moreira — Não  
Ângelo Magalhães — Não  
Anna Maria Rattes — Sim  
Annibal Barcellos — Não  
Antero de Barros — Sim  
Antônio Carlos Franco — Não  
Antônio Carlos Konder Reis — Não  
Antônio de Jesus — Não  
Antonio Ferreira — Não  
Antonio Mariz — Não  
Antonio Perosa — Sim  
Antonio Ileno — Não  
Arnaldo Faria de Sá — Sim  
Arnaldo Martins — Não  
Arnaldo Prieto — Não  
Arolde de Oliveira — Não  
Artenir Werner — Sim  
Artur da Távola — Sim  
Asdrubal Bentes — Não  
Augusto Carvalho — Sim  
Basílio Villani — Não  
Benedita da Silva — Sim  
Benito Gama — Não  
Bernardo Cabral — Não  
Beth Azize — Sim  
Bocayuva Cunha — Sim  
Bonifácio de Andrada — Não  
Caio Pompeu — Sim  
Carlos Alberto Caó — Sim  
Carlos Cardinal — Sim  
Carlos Chiarelli — Não  
Carlos Cotta — Sim  
Carlos Mosconi — Sim  
Carlos Sant'Anna — Não  
Cássio Cunha Lima — Sim  
Célio de Castro — Sim  
Celso Dourado — Sim  
César Maia — Sim  
Chagas Duarte — Não  
Chagas Rodrigues — Sim  
Christóvam Chiaradia — Não  
Cid Sabóia de Carvalho — Sim  
Cláudio Ávila — Não  
Costa Ferreira — Não  
Cristina Tavares — Sim  
Cunha Bueno — Não  
Dáton Canabrava — Não  
Darcy Deitos — Sim  
Darcy Pozza — Não  
Daso Coimbra — Não  
Del Bosco Amaral — Não  
Delfim Netto — Não  
Délío Braz — Não  
Denisar Arneiro — Não  
Dionísio Dal Prá — Não  
Dirce Tutu Quadros — Sim  
Dirceu Carneiro — Sim  
Domingos Leonelli — Sim  
Doreto Campanari — Sim  
Edésio Frias — Não

Edison Lobão — Não  
 Edivaldo Motta — Não  
 Edme Tavares — Não  
 Edmilson Valentim — Sim  
 Eduardo Bonfim — Sim  
 Eduardo Jorge — Sim  
 Eduardo Moreira — Não  
 Egídio Ferreira Lima — Não  
 Elias Murad — Não  
 Eliel Rodrigues — Não  
 Enoc Vieira — Não  
 Eraldo Trindade — Não  
 Erico Pegoraro — Não  
 Etevaldo Nogueira — Sim  
 Euclides Scalco — Sim  
 Eunice Michiles — Não  
 Evaldo Gonçalves — Não  
 Expedito Machado — Não  
 Fábio Feldmann — Não  
 Farabulini Júnior — Sim  
 Fausto Fernandes — Não  
 Fausto Rocha — Não  
 Felipe Mendes — Não  
 Fernando Bezerra Coelho — Não  
 Fernando Gasparian — Não  
 Fernando Henrique Cardoso — Sim  
 Fernando Santana — Sim  
 Firmo de Castro — Não  
 Flavio Palmier da Veiga — Não  
 Florestan Fernandes — Sim  
 Floriceno Paixão — Sim  
 França Teixeira — Não  
 Francisco Amaral — Sim  
 Francisco Benjamim — Não  
 Francisco Carneiro — Não  
 Francisco Coelho — Não  
 Francisco Dias Alves — Não  
 Francisco Dornelles — Não  
 Francisco Küster — Sim  
 Francisco Rollemberg — Não  
 Francisco Rossi — Sim  
 Furtado Leite — Não  
 Gandi Jamil — Não  
 Genebaldo Correia — Não  
 Genésio Bernardino — Não  
 Geovani Borges — Não  
 Geraldo Alckmin Filho — Não  
 Geraldo Bulhões — Sim  
 Geraldo Campos — Sim  
 Geraldo Fleming — Não  
 Gerson Camata — Abstenção  
 Gerson Marcondes — Não  
 Gerson Peres — Não  
 Gonzaga Patriota — Sim  
 Guilherme Palmeira — Não  
 Gumercindo Milhomem — Sim  
 Harlan Gadelha — Sim  
 Haroldo Lima — Sim  
 Haroldo Sabóia — Sim  
 Hélio Costa — Não  
 Hélio Duque — Sim  
 Hélio Manhães — Não  
 Hélio Rosas — Não  
 Henrique Córdova — Não  
 Henrique Eduardo Alves — Não  
 Heráclito Fortes — Não  
 Hermes Zaneti — Sim  
 Hilário Braun — Não  
 Humberto Souto — Não  
 Ibsen Pinheiro — Não  
 Inocêncio Oliveira — Não

Irapuan Costa Júnior — Não  
 Irma Passoni — Sim  
 Ismael Wanderley — Sim  
 Israel Pinheiro — Não  
 Itamar Franco — Sim  
 Ivo Lech — Não  
 Ivo Mainardi — Não  
 Ivo Vanderlinde — Não  
 Jacy Scanagatta — Não  
 Jairo Azi — Não  
 Jalles Fontoura — Não  
 Jamil Haddad — Sim  
 Jayme Paljarin — Não  
 Jayme Santana — Sim  
 Jesualdo Cavalcanti — Não  
 Jesus Tajra — Não  
 João Agripino — Não  
 João Alves — Não  
 João Calmon — Não  
 João de Deus Antunes — Não  
 João Lobo — Não  
 João Machado Rollemberg — Não  
 João Natal — Não  
 João Paulo — Sim  
 João Rezek — Não  
 Joaquim Bevilacqua — Não  
 Jofran Frejat — Não  
 Jonas Pinheiro — Não  
 Jorge Arbage — Não  
 Jorge Bornhausen — Não  
 Jorge Hage — Sim  
 Jorge Leite — Não  
 Jorge Medauar — Não  
 Jorge Queved — Sim  
 Jorge Vianna — Não  
 José Agripino — Não  
 José Carlos Coutinho — Sim  
 José Carlos Grecco — Sim  
 José Carlos Martinez — Não  
 José Carlos Sabóia — Sim  
 José Costa — Não  
 José da Conceição — Sim  
 José Dutra — Não  
 José Egreja — Não  
 José Elias — Não  
 José Fernandes — Sim  
 José Genoíno — Sim  
 José Guedes — Sim  
 José Ignácio Ferreira — Sim  
 José Jorge — Não  
 José Lins — Não  
 José Maurício — Sim  
 José Melo — Não  
 José Mendonça Bezerra — Não  
 José Moura — Sim  
 José Paulo Bisol — Sim  
 José Queiroz — Abstenção  
 José Richa — Sim  
 José Santana de Vasconcellos — Não  
 José Serra — Não  
 José Tavares — Não  
 José Thomaz Nonô — Não  
 José Tinoco — Não  
 José Viana — Não  
 José Yunes — Não  
 Júlio Campos — Não  
 Júlio Costamilan — Sim  
 Jutahy Magalhães — Sim  
 Koyu Iha — Sim  
 Lael Varella — Não  
 Lavoisier Maia — Não

Leite Chaves — Sim  
 Lélío Souza — Não  
 Leopoldo Peres — Sim  
 Lezio Sathler — Não  
 Lídice da Mata — Sim  
 Louremberg Nunes Rocha — Não  
 Lúcio Alcântara — Não  
 Luís Eduardo — Não  
 Luís Roberto Ponte — Não  
 Luiz Alberto Rodrigues — Não  
 Luiz Freire — Sim  
 Luiz Gushiken — Sim  
 Luiz Henrique — Não  
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim  
 Luiz Marques — Não  
 Luiz Viana — Não  
 Luiz Viana Neto — Não  
 Lysâneas Maciel — Não  
 Maguito Vilela — Não  
 Maluly Neto — Não  
 Manoel Moreira — Não  
 Manoel Ribeiro — Não  
 Manuel Viana — Não  
 Marcelo Cordeiro — Não  
 Márcia Kubitschek — Não  
 Márcio Braga — Não  
 Márcio Lacerda — Sim  
 Marco Maciel — Não  
 Marcondes Gadelha — Não  
 Marcos Lima — Não  
 Marcos Perez Queiroz — Sim  
 Maria de Lourdes Abadia — Sim  
 Maria Lúcia — Não  
 Mário Assad — Não  
 Mário Covas — Sim  
 Mário de Oliveira — Não  
 Marluce Pinto — Não  
 Matheus Iensen — Não  
 Maurício Campos — Não  
 Maurício Corrêa — Sim  
 Maurílio Ferreira Lima — Sim  
 Mauro Benevides — Não  
 Mauro Borges — Não  
 Mauro Campos — Não  
 Mauro Sampaio — sim  
 Max Rosenmann — Não  
 Meira Filho — Não  
 Melo Freire — Não  
 Mendes Botelho — Não  
 Mendes Ribeiro — Não  
 Messias Góis — Não  
 Messias Soares — Sim  
 Michel Temer — Não  
 Milton Lima — Não  
 Milton Reis — Não  
 Miro Teixeira — Sim  
 Moema São Thiago — Sim  
 Mozarildo Cavalcanti — Não  
 Mussa Demes — Não  
 Myrian Portella — Sim  
 Nabor Júnior — Não  
 Naphtali Alves de Souza — Não  
 Nelson Aguiar — Sim  
 Nelson Carneiro — Não  
 Nelson Jobim — Não  
 Nelson Seixas — sim  
 Nelson Wedekin — Sim  
 Nelton Friedrich — Sim  
 Ney Maranhão — Não  
 Nilson Gibson — Não  
 Nion Albernaz — Não

Norberto Schwantes — Não  
 Nyder Barbosa — Não  
 Octávio Elísio — Sim  
 Olívio Dutra — Sim  
 Orlando Bezerra — Não  
 Oscar Corrêa — Não  
 Osmar Leitão — Não  
 Osmir Lima — Não  
 Osvaldo Bender — Não  
 Osvaldo Coelho — Não  
 Osvaldo Macedo — Sim  
 Osvaldo Sobrinho — Não  
 Oswaldo Trevisan — Não  
 Ottomar Pinto — Não  
 Paulo Almada — Não  
 Paulo Delgado — Sim  
 Paulo Marques — Não  
 Paulo Paim — Sim  
 Paulo Pimentel — Não  
 Paulo Ramos — Sim  
 Paulo Roberto — Não  
 Paulo Roberto Cunha — Não  
 Paulo Silva — Sim  
 Paulo Zarzur — Não  
 Pedro Canedo — Não  
 Pedro Ceolin — Não  
 Pimenta da Veiga — Sim  
 Plínio Arruda Sampaio — Sim  
 Pompeu de Sousa — Sim  
 Raimundo Lira — Não  
 Raimundo Rezende — Não  
 Raquel Capiberibe — Sim  
 Raul Ferraz — Não  
 Renan Calheiros — Sim  
 Renato Johnsson — Não  
 Renato Vianna — Não  
 Ricardo Izar — Não  
 Rita Camata — Sim  
 Roberto Augusto — Não  
 Roberto Balestra — Não  
 Roberto Brant — Não  
 Roberto Campos — Não  
 Roberto D'Ávila — Sim  
 Roberto Freire — Sim  
 Roberto Torres — Sim  
 Roberto Vital — Não  
 Robson Marinho — Sim  
 Rodrigues Palma — Não  
 Ronaldo Aragão — Não  
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim  
 Ronan Tito — Não  
 Ronaro Corrêa — Não  
 Rosa Prata — Não  
 Rosário Congro Neto — Não  
 Rospide Netto — Não  
 Rubem Branquinho — Não  
 Rubem Medina — Não  
 Ruben Figueiró — Não  
 Ruberval Pilotto — Não  
 Ruy Bacelar — Sim  
 Ruy Nedel — Não  
 Sadie Hauache — Não  
 Samir Achôa — Não  
 Sandra Cavalcanti — Não  
 Santinho Furtado — Sim  
 Saulo Queiroz — Não  
 Sérgio Brito — Não  
 Sérgio Werneck — Não  
 Severo Gomes — Não  
 Sigmaringa Seixas — Sim  
 Sílvio Abreu — Não

Simão Sessim — Não  
 Siqueira Campos — Sim  
 Sólton Borges dos Reis — Não  
 Sotero Cunha — Não  
 Tadeu França — Sim  
 Teotônio Vilela Filho — Sim  
 Tito Costa — Sim  
 Ubiratan Aguiar — Não  
 Valmir Campelo — Não  
 Vasco Alves — Sim  
 Vicente Bogo — Sim  
 Victor Faccioni — Não  
 Victor Fontana — Não  
 Vilson Souza — Sim  
 Vingt Rosado — Não  
 Virgílio Galassi — Não  
 Virgílio Guimarães — Sim  
 Vladimir Palmeira — Sim  
 Wagner Lago — Não  
 Waldeck Ornelas — Não  
 Waldyr Pugliesi — Sim  
 Wilma Maia — Sim  
 Wilson Campos — Abstenção  
 Wilson Martins — Não  
 Ziza Valadares — Sim.

**O Sr. Aluizio Bezerra** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA** (PMDB — AC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o meu voto é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Anuncio o Destaque nº 655, do nobre Constituinte Vicente Bogo, para o art. 122, parágrafo único, já do conhecimento da Casa que diz:

"Os juízes classistas das Juntas de Conciliação e Julgamento serão nomeados pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, na forma da lei, permitida uma recondução."

O nobre Constituinte quer eliminar esta restrição de uma só recondução.

Dou a palavra ao nobre Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. VICENTE BOGO** (PSDB — RS Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, é simples a minha argumentação. No texto, se V. Exª observarem, está posto o seguinte: no caso da Justiça do Trabalho, nas Juntas de Conciliação e Julgamento é permitido ao juiz classista uma recondução. No caso do juiz classista dos Tribunais Regionais, não se esclarece se é permitida a recondução de uma, mais de uma ou nenhuma vez. A minha proposta é no sentido de que haja um tratamento único quanto à recondução.

Como aqui o texto fala "na forma da lei", esta poderá especificar, posteriormente, tanto para os juízes classistas do Tribunal Regional, como para os das Juntas, se haverá uma ou mais, ou nenhuma recondução. A minha proposição é apenas para dar um tratamento único quanto à recondução dos juízes classistas, tanto a nível local, quanto regional.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Com a palavra o nobre Constituinte José Fogaça. Em seguida, ouviremos o Relator e passaremos à votação.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, infelizmente não é possível aprovar a emenda do nobre Constituinte Vicente Bogo, uma vez que ela amplia a recondução a todos os graus dos juízes classistas. A Constituição, no seu texto básico, está assegurando que os juízes classistas das Juntas de Conciliação e Julgamento, ou seja, de primeira instância, têm direito à recondução. Nesse sentido, o parecer é contrário.

Por isso, fazemos um apelo ao ilustre Deputado Vicente Bogo para que retire sua emenda, uma vez que ela tem pouca viabilidade de ser aprovada.

**O Sr. Vicente Bogo** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. VICENTE BOGO** (PSDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acolhendo a manifestação das Lideranças, retiro a emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Vicente Bogo retira a emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte José Teixeira tem também uma emenda sobre a matéria. Está S. Exª na Casa? (Pausa.) Prejudicado o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Amaral, para falar sobre seu destaque. Quer S. Exª, nos termos do art. 123, que seja permitida uma recondução.

**O SR. FRANCISCO AMARAL** (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Diante da manifestação contrária da Liderança, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A seguir, passamos ao destaque nº 1.111 do nobre Constituinte Paulo Mincaroni. Pergunto se o nosso eminente colega está no recinto. (Pausa.) Está prejudicada a emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Passamos, a seguir, ao Destaque nº 557, do nobre Constituinte Tito Costa.

Deseja S. Exª — art. 131, § 1º — suprimir do texto a expressão "Constituição do Estado", ou seja, que a competência não seja estabelecida na Constituição do Estado  
 É o texto.

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há um acordo de Liderança contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Tito Costa retirou o destaque, com os nossos cumprimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Destaque nº 256, referente ao art. 131, parágrafo 2º. Deseja S. Exª retirar a palavra "estadual".

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a emenda é idêntica a do nobre Constituinte Tito Costa e há um acordo de liderança contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Francisco Amaral está presente? (Pausa.) O destaque está prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Anuncio o Destaque nº 306, de autoria da nobre constituinte Sadie Hauache. S. Exª está presente?

A nobre Constituinte deseja suprimir no art. 131, parágrafo 3º, a expressão: "...nos Estados em que o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes".

É o texto do § 3º do art. 131. A emenda diz respeito à Justiça Militar.

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apelamos à eminente Constituinte Sadie Hauache para que retire a emenda. Foi feito um longo acordo em primeiro turno contra esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A nossa querida Constituinte Sadie Hauache retirou a emenda. A S. Exª nossos abraços de agradecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, os seguintes requerimentos de destaque:

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 82

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T01768-5 (Suprima-se do § 4º, do art. 131, a expressão "e da graduação das praças") — **Cid Carvalho**.

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 309

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00484-2 — **Sadie Hauache**.

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.114

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00781-7. — **Oscar Corrêa Júnior**.

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.398

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00038-3. — **Ivo Mainardi**

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — São as seguintes as emendas destacadas:

#### EMENDA Nº 1.768 Do Sr. Cid Carvalho

Art. 131, § 4º — Projeto (B)  
Suprima-se do § 4º, do art. 131, do Projeto (B), a expressão "e da graduação das praças".

#### EMENDA Nº 484

Da Sra. Sadie Hauache  
Dispositivo Emendado: § 4º do Art. 131  
Suprimir a expressão "...e da graduação das praças" do § 4º do Art. 131, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 131 .....

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais.

#### EMENDA Nº 781 Do Sr. Oscar Corrêa Júnior

Suprima-se do § 4º do artigo 131 os termos: "e da graduação das praças."

#### EMENDA Nº 38 Do Sr. Ivo Mainardi

Suprima-se do § 4º do artigo 131 os termos: "e da graduação das praças."

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Temos aqui textos subscritos pelos nobres Constituintes: Destaque nº 82, Cid Carvalho; Destaque nº 309, Sadie Hauache; Destaque nº 1.114, Oscar Corrêa Júnior; Destaque nº 1.398, Ivo Mainardi. S. Exª desejam a supressão parcial do art. 131, § 4º, que diz o seguinte:

"Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças."

Querem suprimir esta parte final: "e da graduação das praças", insusceptível da sanção fixada no dispositivo.

O Relator manifesta-se pela aprovação.

Concedo a palavra à nobre Constituinte Sadie Hauache.

A SRA. SADIE HAUACHE (PFL — AM. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, com esta emenda pretendemos apenas suprimir a expressão "e da graduação das praças", mantendo o espírito do texto original do Projeto de Constituição. Assim, o § 4º do art. 131 passará a ter a seguinte redação:

"Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar as polícias militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais."

Uma das grandes vitórias da nova Carta é a inclusão dos policiais militares e bombeiros militares na categoria de servidores públicos militares. As polícias militares e corpo de bombeiros milita-

res conservam a mesma estrutura hierarquizada das Forças Armadas. No texto aprovado no primeiro turno, constam como as forças auxiliares e reservas do Exército brasileiro. O direito decorrente da expressão que se sugere suprimir afigura-se como uma anomalia e, em face do precedente que se estebece no âmbito das organizações militares, a manutenção, da citada expressão atenta contra a viabilidade estrutural das organizações policiais e dos bombeiros militares. Por extensão, contra o próprio Exército, quando aquelas forças militares estaduais forem mesmo incorporadas, em decorrência de convocação ou mobilização, de acordo com o dispositivo constitucional.

Peço aos nobres Constituintes o voto "sim", por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos para encaminhar a votação.

**O SR. PAULO RAMOS** (PMN — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes, serei rápido na minha contestação e espero a atenção do Plenário.

Esta emenda pretende simplesmente fazer com que integrantes de uma mesma corporação tenham tratamento diferenciado por questões hierárquicas. A bem da verdade, digo que esta emenda supressiva pretende preservar o corporativismo, beneficiando a cúpula, e criar rigores contra a base, contra a tropa. Em cada unidade de Federação é dado um tratamento de modo diferenciado à questão. Isso não acontece nas Forças Armadas, porque elas são forças federais.

Portanto, é preciso que a Assembléia Nacional Constituinte resolva um problema simples, mas que se torna complexo, pelo fato de servidores militares estaduais, submetidos aos mesmos regimes jurídicos, terem tratamento diferenciado em cada unidade da Federação.

Apelo para os Srs. Constituintes em nome do critério da uniformidade e contra o corporativismo que tem redundado, muitas vezes, na violência, inclusive, policial, que meditem sobre a emenda e votem contrariamente a ela preservando o texto já aprovado no primeiro turno com expressiva votação.

"Não" à emenda e "sim" ao texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao Relator.

Em seguida passaremos à votação.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como disse o Constituinte Paulo Ramos, a parte final foi aprovada no primeiro turno, e a emendas pretende corrigir o que foi aprovado.

Fala-se da Justiça que vai decidir sobre a perda do posto da patente de oficial e da graduação das Forças Armadas — e aqui está uma circunstância especial chamada autonomia disciplinar. Há de existir, dentro do regulamento, um mecanismo que permita, de pronto, quanto às praças, uma medida disciplinar. Não é possível deixar, como se prevê aqui, que sendo forças auxiliares integrantes das Forças Armadas, passam a ter garantia judicial que outra não tem. As emendas merecem ser aprovadas.

Sou pela sua aprovação.

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, segundo o juízo do Partido Comunista Brasileiro, as emendas não merecem ser aprovadas. Votaremos "não."

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal acompanha o ilustre Relator e recomenda à sua bancada que vote "sim" a essa reunião de emendas.

**O Sr. Amaral Netto** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. AMARAL NETTO** (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PDS recomenda o voto "sim", acompanhando o Relator.

**O Sr. Edmilson Valentim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. EDMILSON VALENTIM** (PC do B. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Comunista do Brasil recomenda o voto "não".

**O Sr. Adolfo Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA** (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PL vota "sim".

**O Sr. Carlos Alberto Caó** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT prefere, como é habitual, o texto do Relator. Por isso, votará "não" às emendas.

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro votará "não".

**O Sr. Farabulini Júnior** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTB vota "não".

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB acompanha o Relator e vota "sim".

**O Sr. Paulo Ramos** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. PAULO RAMOS** (PMN — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido que isoladamente represento nesta Casa, por uma questão de justiça vota "não".

**O Sr. Plínio Arruda Sampaio** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota "não".

**O Sr. Artur da Távola** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. ARTUR DA TÁVOLA** (PSDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PSDB recomenda o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Passa-se à votação.

*(Procede-se à votação.)*

**A Sr. Sandra Cavalcanti** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**A SRA. SANDRA CAVALCANTI** (PFL — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, tive o prazer de ver V. Exª, há poucos minutos, marcar para amanhã a votação do art. 121, que está pendente. Gostaria que V. Exª estendesse essa determinação à votação dos dispositivos que prevêem eleições em dois turnos, porque, assim, as Lideranças teriam tempo, ainda hoje, para fazer uma tentativa de acordo, ao qual tenho certeza de que chegarão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A Mesa acaba de falar com o Constituinte Nelson Jobim sobre o assunto. As Lideranças aproveitaram a noite para decidir a questão, e nós votaremos amanhã a matéria. É este o meu propósito, e pedi providências ao Líder Nelson Jobim.

**A SRA. SANDRA CAVALCANTI** — Muito obrigado a V. Exª. Será um alívio para os que são candidatos a Prefeito.

**O Sr. Amaral Netto** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. AMARAL NETTO** (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de pedir ao Relator que verificasse um problema surgido aqui. Não tenho a menor recordação de ter assinado este destaque. Trata-se de emenda ao § 3, do art. 131, que teve a rejeição do Relator e um destaque meu. A emenda é de autoria do Constituinte José Lourenço. Estou autorizado pelo Líder em exercício, Constituinte Inocêncio Oliveira, a solicitar a retirada do destaque. Não me recordo de haver assinado esse destaque, Sr. Presidente, que é até meio ilógico.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Compreendemos V. Exª Devo dizer que retirar destaque não é problema; o problema é incluir destaque. Para retirar, nem é preciso consultar a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (votação nº 877):

SIM — 235  
NÃO — 150  
ABSTENÇÃO — 5  
TOTAL — 390

As Emendas foram rejeitadas.

*VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:*

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção  
Acival Gomes — Não  
Ademir Andrade — Não  
Adhemar de Barros Filho — Não  
Adolfo Oliveira — Sim  
Adroaldo Streck — Sim  
Adylson Motta — Sim  
Aécio de Borba — Sim  
Afonso Arinos — Sim  
Agassiz Almeida — Não  
Agripino de Oliveira Lima — Sim  
Alarico Abib — Sim  
Albano Franco — Sim  
Albérico Cordeiro — Sim  
Alceni Guerra — Sim  
Aldo Arantes — Não  
Alexandre Puzina — Sim  
Alfredo Campos — Sim  
Almir Gabriel — Sim  
Aloisio Vasconcelos — Sim  
Aloysio Chaves — Sim  
Aluizio Bezerra — Não  
Aluizio Campos — Não  
Álvaro Antônio — Sim  
Amaral Netto — Sim  
Amaury Müller — Não  
Amílcar Moreira — Sim  
Ângelo Magalhães — Sim  
Anna Maria Rattes — Não  
Antero de Barros — Não  
Antônio Carlos Franco — Sim  
Antônio Carlos Konder Reis — Sim  
Antônio de Jesus — Sim  
Antonio Mariz — Sim  
Antonio Perosa — Não  
Antonio Ueno — Sim  
Arnaldo Faria de Sá — Não  
Arnaldo Prieto — Sim  
Artenir Werner — Sim  
Artur da Távola — Não

Asdrubal Bentes — Não  
 Átila Lira — Sim  
 Augusto Carvalho — Não  
 Áureo Mello — Sim  
 Basílio Villani — Sim  
 Benedita da Silva — Não  
 Benito Gama — Sim  
 Bernardo Cabral — Sim  
 Beth Azize — Não  
 Bocayuva Cunha — Não  
 Bonifácio de Andrada — Sim  
 Caio Pompeu — Abstenção  
 Carlos Alberto Caó — Não  
 Carlos Benevides — Sim  
 Carlos Cardinal — Não  
 Carlos Chiarelli — Sim  
 Carlos Mosconi — Não  
 Carlos Sant'Anna — Sim  
 Cássio Cunha Lima — Não  
 Célio de Castro — Não  
 Celso Dourado — Não  
 César Maia — Não  
 Chagas Duarte — Sim  
 Chagas Rodrigues — Não  
 Cid Sabóia de Carvalho — Não  
 Cláudio Ávila — Sim  
 Costa Ferreira — Sim  
 Cristina Tavares — Não  
 Cunha Bueno — Sim  
 Dálmton Canabrava — Sim  
 Darcy Deitos — Não  
 Darcy Pozza — Sim  
 Dasso Coimbra — Sim  
 Delfim Netto — Sim  
 Délio Braz — Não  
 Denisar Arneiro — Não  
 Dirce Tutu Quadros — Não  
 Dirceu Carneiro — Não  
 Domingos Leonelli — Não  
 Doreto Campanari — Não  
 Edésio Frias — Não  
 Edison Lobão — Sim  
 Edivaldo Motta — Sim  
 Edme Tavares — Sim  
 Edmilson Valentim — Não  
 Eduardo Bonfim — Não  
 Eduardo Jorge — Não  
 Eduardo Moreira — Sim  
 Egídio Ferreira Lima — Sim  
 Elias Murad — Não  
 Eliel Rodrigues — Sim  
 Enoc Vieira — Sim  
 Eraldo Trindade — Não  
 Erico Pegoraro — Sim  
 Euclides Scalco — Não  
 Eunice Michiles — Sim  
 Expedito Machado — Sim  
 Fábio Feldmann — Não  
 Farabulini Júnior — Não  
 Fausto Rocha — Sim  
 Felipe Mendes — Sim  
 Fernando Bezerra Coelho — Sim  
 Fernando Gasparian — Sim  
 Fernando Gomes — Sim  
 Fernando Henrique Cardoso — Não  
 Fernando Santana — Não  
 Firmo de Castro — Não  
 Flavio Palmier da Veiga — Sim  
 Florestan Fernandes — Não  
 Floriceno Paixão — Não  
 França Teixeira — Sim

Francisco Amaral — Sim  
 Francisco Benjamim — Sim  
 Francisco Carneiro — Sim  
 Francisco Coelho — Sim  
 Francisco Dias Alves — Sim  
 Francisco Dornelles — Sim  
 Francisco Küster — Não  
 Francisco Rollemberg — Sim  
 Francisco Rossi — Sim  
 Furtado Leite — Sim  
 Gabriel Guerreiro — Não  
 Gandi Jamil — Sim  
 Genebaldo Correia — Sim  
 Genésio Bernardino — Não  
 Geovani Borges — Sim  
 Geraldo Alckmin Filho — Não  
 Geraldo Bulhões — Não  
 Geraldo Campos — Não  
 Geraldo Fleming — Não  
 Gerson Camata — Sim  
 Gerson Marcondes — Sim  
 Gerson Peres — Sim  
 Gonzaga Patriota — Não  
 Guilherme Palmeira — Sim  
 Gumercindo Milhomem — Não  
 Harlan Gadelha — Sim  
 Haroldo Lima — Não  
 Haroldo Sabóia — Não  
 Hélio Costa — Sim  
 Hélio Manhães — Sim  
 Henrique Córdova — Sim  
 Henrique Eduardo Alves — Não  
 Heráclito Fortes — Sim  
 Hermes Zaneti — Não  
 Hilário Braun — Sim  
 Homero Santos — Sim  
 Iberê Ferreira — Sim  
 Ibsen Pinheiro — Sim  
 Inocêncio Oliveira — Sim  
 Iram Saraiva — Não  
 Irma Passoni — Não  
 Ismael Wanderléy — Sim  
 Israel Pinheiro — Sim  
 Itamar Franco — Não  
 Ivo Lech — Não  
 Ivo Mainardi — Sim  
 Ivo Vanderlinde — Sim  
 Jacy Scanagatta — Sim  
 Jairo Azi — Sim  
 Jamil Haddad — Não  
 Jayme Paliarin — Não  
 Jayme Santana — Não  
 Jesualdo Cavalcanti — Sim  
 Jesus Tajra — Sim  
 João Agripino — Não  
 João Alves — Sim  
 João Calmon — Sim  
 João Carlos Bacelar — Não  
 João de Deus Antunes — Sim  
 João Lobo — Sim  
 João Machado Rollemberg — Sim  
 João Menezes — Sim  
 João Natal — Não  
 João Paulo — Não  
 João Rezek — Sim  
 Joaquim Bevilacqua — Não  
 Jofran Frejat — Sim  
 Jonas Pinheiro — Sim  
 Jorge Arbage — Sim  
 Jorge Bornhausen — Sim  
 Jorge Hage — Não

Jorge Leite — Sim  
 Jorge Medauar — Sim  
 Jorge Uequed — Sim  
 José Agripino — Sim  
 José Carlos Coutinho — Não  
 José Carlos Martinez — Sim  
 José Carlos Sabóia — Não  
 José Costa — Não  
 José da Conceição — Não  
 José Dutra — Sim  
 José Egreja — Sim  
 José Elias — Sim  
 José Fernandes — Não  
 José Fogaça — Sim  
 José Freire — Sim  
 José Genoíno — Não  
 José Guedes — Não  
 José Ignácio Ferreira — Não  
 José Jorge — Sim  
 José Lins — Sim  
 José Luiz de Sá — Sim  
 José Mauricio — Não  
 José Melo — Sim  
 José Mendonça Bezerra — Sim  
 José Moura — Sim  
 José Paulo Bisol — Não  
 José Queiroz — Abstenção  
 José Richa — Não  
 José Santana de Vasconcellos — Sim  
 José Serra — Sim  
 José Tavares — Não  
 José Thomaz Nonô — Sim  
 José Tinoco — Sim  
 José Ulisses de Oliveira — Sim  
 José Viana — Sim  
 José Yunes — Sim  
 Jovanni Masini — Sim  
 Júlio Campos — Sim  
 Júlio Costamilan — Sim  
 Jutahy Magalhães — Não  
 Koyu Iha — Não  
 Lavoisier Maia — Não  
 Leite Chaves — Sim  
 Lélío Souza — Sim  
 Leopoldo Peres — Sim  
 Levy Dias — Sim  
 Lezio Sathler — Sim  
 Lídice da Mata — Não  
 Lúcio Alcântara — Não  
 Luís Eduardo — Sim  
 Luís Roberto Ponte — Sim  
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim  
 Luiz Freire — Não  
 Luiz Gushiken — Não  
 Luiz Henrique — Sim  
 Luiz Inácio Lula da Silva — Não  
 Luiz Marques — Sim  
 Luiz Viana — Sim  
 Luiz Viana Neto — Sim  
 Maguito Vilela — Sim  
 Maluly Neto — Sim  
 Manoel Moreira — Sim  
 Manoel Ribeiro — Não  
 Mansueto de Lavor — Sim  
 Manuel Viana — Sim  
 Marcelo Cordeiro — Sim  
 Márcia Kubitschek — Sim  
 Márcio Braga — Não  
 Márcio Lacerda — Sim  
 Marco Maciel — Sim  
 Marcos Lima — Sim

Marcos Perez Queiroz — Sim  
 Maria de Lourdes Abadia — Sim  
 Maria Lúcia — Não  
 Mário Assad — Não  
 Mário Covas — Não  
 Mário de Oliveira — Não  
 Mário Lima — Não  
 Matheus Iensen — Sim  
 Maurício Campos — Sim  
 Maurício Corrêa — Não  
 Maurício Fruet — Sim  
 Maurício Nasser — Sim  
 Maurílio Ferreira Lima — Não  
 Mauro Benevides — Sim  
 Mauro Borges — Sim  
 Mauro Campos — Não  
 Mauro Sampaio — Sim  
 Max Rosenmann — Sim  
 Meira Filho — Sim  
 Melo Freire — Sim  
 Mendes Botelho — Não  
 Mendes Ribeiro — Sim  
 Messias Góis — Sim  
 Messias Soares — Não  
 Milton Lima — Sim  
 Miro Teixeira — Não  
 Moema São Thiago — Não  
 Mozarildo Cavalcanti — Sim  
 Mussa Demes — Sim  
 Myrian Portella — Não  
 Nabor Júnior — Sim  
 Naphtali Alves de Souza — Sim  
 Narciso Mendes — Sim  
 Nelson Aguiar — Não  
 Nelson Carneiro — Sim  
 Nelson Jobim — Sim  
 Nelson Seixas — Não  
 Nelson Wedekin — Sim  
 Nelton Friedrich — Não  
 Nestor Duarte — Sim  
 Ney Maranhão — Não  
 Nilson Gibson — Sim  
 Nion Albemaz — Sim  
 Norberto Schwantes — Sim  
 Nyder Barbosa — Abstenção  
 Olívio Dutra — Não  
 Orlando Bezerra — Sim  
 Orlando Pacheco — Não  
 Oscar Corrêa — Sim  
 Osmir Lima — Sim  
 Osvaldo Bender — Sim  
 Osvaldo Coelho — Sim  
 Osvaldo Macedo — Não  
 Osvaldo Sobrinho — Sim  
 Oswaldo Almeida — Sim  
 Oswaldo Trevisan — Sim  
 Ottomar Pinto — Sim  
 Paulo Almada — Sim  
 Paulo Delgado — Não  
 Paulo Macarini — Sim  
 Paulo Pimentel — Sim  
 Paulo Ramos — Não  
 Paulo Roberto — Sim  
 Paulo Roberto Cunha — Sim  
 Paulo Silva — Não  
 Paulo Zarzur — Não  
 Pedro Canedo — Sim  
 Pedro Ceolin — Sim  
 Plínio Arruda Sampaio — Não  
 Pompeu de Sousa — Não  
 Raimundo Lira — Sim

Raimundo Rezende — Abstenção  
 Raquel Cândido — Não  
 Raquel Capiberibe — Não  
 Raul Belém — Sim  
 Raul Ferraz — Sim  
 Renan Calheiros — Não  
 Renato Bernardi — Não  
 Renato Johnsson — Sim  
 Renato Vianna — Não  
 Ricardo Fiuza — Sim  
 Ricardo Izar — Sim  
 Rita Carnata — Não  
 Roberto Augusto — Não  
 Roberto Brant — Não  
 Roberto Campos — Sim  
 Roberto Freire — Não  
 Roberto Torres — Não  
 Roberto Vital — Não  
 Robson Marinho — Sim  
 Rodrigues Palma — Sim  
 Ronaldo Aragão — Sim  
 Ronaldo Cezar Coelho — Não  
 Ronan Tito — Sim  
 Ronaro Corrêa — Sim  
 Rosa Prata — Sim  
 Rosário Congro Neto — Sim  
 Rospide Netto — Sim  
 Ruben Figueiró — Sim  
 Ruberval Pilotto — Sim  
 Ruy Baccelar — Não  
 Ruy Nadel — Sim  
 Sadie Hauache — Sim  
 Samir Achôa — Sim  
 Sandra Cavalcanti — Não  
 Santinho Furtado — Sim  
 Saulo Queiroz — Sim  
 Sérgio Brito — Sim  
 Sérgio Naya — Sim  
 Sérgio Wemeck — Sim  
 Sigmaringa Seixas — Não  
 Siqueira Campos — Sim  
 Sólton Borges dos Reis — Não  
 Sotero Cunha — Não  
 Tadeu França — Não  
 Teotônio Vilela Filho — Não  
 Tito Costa — Sim  
 Ubiratan Aguiar — Sim  
 Ubiratan Spinelli — Sim  
 Valmir Campelo — Sim  
 Vasco Alves — Não  
 Victor Faccioni — Sim  
 Victor Fontana — Sim  
 Vilson Souza — Não  
 Vingt Rosado — Sim  
 Vinicius Cansção — Sim  
 Virgílio Galassi — Sim  
 Virgílio Guimarães — Não  
 Vitor Buaiz — Não  
 Vladimir Palmeira — Não  
 Wagner Lago — Não  
 Waldeck Ornêlas — Sim  
 Waldyr Pugliesi — Não  
 Walmor de Luca — Não  
 Wilma Maia — Sim  
 Wilson Campos — Sim  
 Wilson Martins — Sim

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Pergunto se os nobres Constituintes Robson Marinho e Plínio Martins, autores do Destaque nº 22, estão presentes. (Pausa.)

**O Sr. Octávio Elísio** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. OCTÁVIO ELÍSIO** (PSDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu voto não foi registrado no painel. Voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Os nobres Constituintes Robson Marinho e Plínio Martins retiram a proposição, com os nossos cumprimentos.

**O Sr. Paulo Paim** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. PAULO PAIM** (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na votação anterior meu voto foi “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Pergunto se o nobre Constituinte Maurício Nasser, autor da Emenda nº 1712, está presente.

**O Sr. José Genoíno** — Sr. Presidente, é uma emenda aditiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Está prejudicada.

**O Sr. Gastone Righi** — Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O nobre Constituinte Euclides Scalco está presente?

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Tem V. Exª a palavra.

**O SR. GASTONE RIGHI** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, reparo, agora, que o meu voto não foi consignado na última votação. Votei “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 O voto de V. Exª será registrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 O nobre Constituinte Euclides Scalco apresenta emenda sob a rubrica de correção de linguagem. Deseja S. Exª que a Seção I do Capítulo IV do Título IV seja transformada em capítulo.

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acho que seria uma questão de redação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 A emenda fica para a fase de correção de linguagem. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Chamo o nobre Constituinte Hilário Braun. (Palmas.) S. Exª não está presente. Considero prejudicada sua proposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Chamo o nobre Constituinte Eraldo Tinoco, autor do Destaque nº 1.234. (Pausa.) O nobre Constituinte não está presente. Prejudicada a proposição.



**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Há sobre a mesa uma reunião de cerca de 25 destaques e emendas, subscrita inicialmente pelos nobres Constituintes Plínio Martins e Ibsen Pinheiro.

É o seguinte o texto:

Os firmatários, abaixo assinados, vêm requerer, nos termos das normas regimentais, a reunião dos destaques e emendas infra-referidos, para votação simultânea, relativo ao texto dos art. 134, I, e e 136 para: supressão e correção, restando os textos com a seguinte redação:

"Art. 134. ....

I — .....

e) suprimir

Art. 136. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições desta seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

Sala das Sessões, de agosto de 1988. — **Plínio Martins**, D. 041/E.1.602 — **Ibsen Pinheiro**, D. 1.145/E.098 — D. 1.147/E.453 — D. 1.144/E.452 — **Nelson Jobim**, PMDB — **Bonifácio de Andrada**, PDS — **Brandão Monteiro**, PDT — **Ademir Andrade**, PSB — **José Lins**, PFL — **Gastone Righi**, PTB — **Roberto Freire**, PCB — **Adolfo Oliveira**, PL — **Artur da Távola**, PSDB — **José Genoíno**, PT — **Haroldo Lima**, PC do B — **Siqueira Campos**, PDC — **Arnaldo Faria de Sá**, PMB — **Paulo Ramos**, PMN.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Trata do art. 134, propondo a supressão da letra e, que diz:

"Art. 134. O Ministério Público abrange:

.....  
e) o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas."

A reunião refere-se também ao art. 136.

Concedo a palavra ao nobre autor da proposição, o Líder Ibsen Pinheiro.

**O SR. IBSEN PINHEIRO** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes de encaminhar a votação, levantarei uma questão de ordem. Consulto a Mesa sobre a incidência no caso da faculdade de ato declaratório da Mesa suprimir esta alínea e, uma vez que ela não constou da decisão de primeiro turno, como se pode ver na página 87 dos mapas demonstrativos da matéria aprovada em primeiro turno. Por não haver constado, há uma emenda supressiva deste Constituinte. Consulto a Mesa sobre a incidência no caso das normas para correção...

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A Mesa consulta o Relator. (Pausa.) O Relator está de acordo. Trata-se de uma decisão declaratória, para restabelecer um texto votado.

Passamos à parte da reunião de emendas relativa ao art. 136.

**O SR. IBSEN PINHEIRO** — Sr. Presidente, em relação ao art. 136, já posso falar até em termos de encaminhamento. Houve um acordo geral, de todas as Lideranças, para a adoção do texto que consta como fusão de emendas, com suporte de uma emenda de autoria deste Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O texto diz o seguinte:

"Art. 136. — Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições desta seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura."

**O Sr. Gerson Peres** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. GERSON PERES** (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não vou criar nenhum problema quanto ao pedido do Deputado Ibsen Pinheiro. Fui autor da emenda para inserir no texto da Constituição o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Vou examinar o problema, porque a minha emenda está publicada, e o Relator fez uma fusão de emendas para chegar a esta conclusão. Depois, voltarei a pronunciar-me sobre a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao Constituinte Ibsen Pinheiro.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acho que o Deputado Ibsen Pinheiro já falou.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — S. Ex<sup>a</sup> não falou. Somente solicitou a aplicação, como as normas admitem, de uma decisão declaratória quanto a um texto que havia sido votado em primeiro turno e que devia ser estabelecido. Agora, trata-se do art. 136.

**O Sr. José Genoíno** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, as emendas do art. 135 foram retiradas?

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — As emendas retiradas foram anunciadas. São do conhecimento da Casa.

Ouviremos agora o nobre Líder Ibsen Pinheiro.

**O SR. IBSEN PINHEIRO** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Constituintes, a nova redação que se dá ao art. 136, com arrimo regimental na correção, tem em vista tão-somente compatibilizar as diversas tendências que se manifestaram ao longo do primeiro turno em produzir um texto consolidado que assegure aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas todas as disposições da seção relativamente a direitos, vedações e forma de investidura. Não vejo nenhuma matéria conflitada. Até me consideraria dispensado desse encaminhamento, mas o faço, basicamente para informar ao Plenário que esta construção, além de ter envolvido todas as partes interessadas dos

segmentos sociais, teve o apoio unânime das lideranças com assento nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Cid Sabóia de Carvalho.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de chamar atenção para a emenda que vamos votar agora, principalmente em face do acordo de Lideranças de que falou o Líder e Constituinte Ibsen Pinheiro. Gostaria também de, particularmente, chamar a atenção do nobre Relator Bernardo Cabral.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que em determinados Estados existem Conselhos de Contas dos Municípios. Em outros Estados esses mesmos órgãos têm a denominação de Tribunal de Contas dos Municípios. Mas há também os conselhos e tribunais de um município, como é o caso de São Paulo: o Tribunal de Contas da cidade de São Paulo — portanto, da capital paulista. Lembro que os Conselhos de Contas dos Municípios e os Tribunais de Contas dos Municípios têm em seus quadros membros que exercem a atividade do Ministério Público, onde alguns são do próprio Ministério Público. Em outros Conselhos e Tribunais são membros do próprio conselho nas chamadas Procuradorias Conselhos de Contas dos Municípios.

O que se quis no texto no primeiro turno foi deixar que o Ministério Público seja sempre exercido por ele próprio, de tal sorte que os Tribunais de Contas dos Municípios e os Conselhos de Contas dos Municípios tenham sempre ao seu serviço pessoas que exerçam o Ministério Público com as mesmas prerrogativas, as mesmas obrigações e, portanto, com os mesmos direitos e deveres.

A emenda proposta pelos Constituintes Plínio Martins, Ibsen Pinheiro e outros não conduz a nada, nada modifica, nada altera, apenas força que os Conselhos de Contas dos Municípios passem todos a se chamar Tribunais de Contas dos Municípios, porque a expressão aqui é genérica: "Aos membros do Ministério Público, junto aos Tribunais de Contas". Tribunais de Contas são os da União, dos Estados, das Capitais e de todos os Municípios de cada Estado. Então, no Ceará, onde aquele órgão que se poderia chamar de Tribunal, chama-se de Conselhos, vai ser prejudicado única e exclusivamente por esse fator de má sorte.

Por isso, apelo para os companheiros que apresentaram esta emenda no sentido de que a retirem. Ela não tem o menor sentido técnico, não tem o menor sentido moralizador, não beneficia nem prejudica o Ministério Público. É uma emenda absolutamente inócua, que apenas criará vexames para os Conselhos de Contas dos Municípios. Chamo também a atenção para a redação proposta, que infringe o Regimento Interno da Constituinte quando acrescenta a expressão "aos membros", quando, na verdade, o texto do primeiro turno se refere ao Ministério Público. E aqui se altera "de Ministério Público" para "aos membros do", o que desvirtua totalmente as garantias alcançadas no primeiro turno.

Por isso, apelo para o Sr. Relator a fim de que examine **de profundis** esta matéria. Apelo também para que vote com muita responsabilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Relator. Em seguida, passaremos à votação.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Cid Sabóia de Carvalho pediu a atenção do Plenário e deste Relator para uma inquietação sua quanto aos Conselhos de Contas de alguns Municípios.

O que quer a reunião de emendas? Apenas a confirmação da Emenda nº 453, de autoria do Constituinte Ibsen Pinheiro, cuja redação é rigorosamente igual à reunião. A reunião de emendas utiliza a expressão "aos membros do Ministério Público", especifica diretamente. O texto do projeto estabelece "ao Ministério Público" e retira "Conselhos de Contas."

A controvérsia, então, se quedaria apenas aí. Como solucioná-la? Ora, a inquietação fica completamente dirimida porque os Constituintes dos Estados, em cujas Capitais existem tais órgãos, deverão disciplinar a matéria quanto aos membros dos Tribunais de Contas que atuam nos Conselhos de Contas. Não há possibilidade de se prejudicar quem quer que seja, porque o que se quer com esta reunião — e ela é acertada — é evitar a criação de um Ministério Público Municipal, pois não se pode, por via constitucional, criar uma instituição municipal como essa. Portanto, os que trabalham nos Conselhos de Contas, os que exercitam tal missão terão sua função disciplinada pelas Constituições estaduais.

Sr. Presidente, creio que dei o esclarecimento necessário ao eminente Constituinte Cid Sabóia de Carvalho. Não haverá qualquer prejuízo com a aprovação da reunião das emendas — o que a esta altura está sendo registrado nos Anais da Casa. Competirá às Constituições estaduais resolver este problema.

Sr. Presidente, sou pela aprovação de reunião de emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — o parecer do Relator é pela aprovação.

**O Sr. Asdrúbal Bentes** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ASDRÚBAL BENTES** (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente quero pedir um esclarecimento ao Sr. Relator.

Eminente Relator, creio que V. Exª elaborou em equívoco. Os Conselhos de Contas dos Municípios não são organismos municipais, mas estaduais. Excepcionalmente, como no caso de São Paulo, existe um Tribunal de Contas Municipal. Os Conselhos de Contas dos Municípios são organismos estaduais. É preciso que se tenha muita cautela ao votar esse dispositivo, porque do contrário iremos prejudicar dezenas e centenas de membros do Ministério Público e dos Conselhos de Contas dos Municípios, que não são órgãos municipais — repito — mas estaduais.

Quero pedir a orientação do Sr. Relator, porque parece-me que a matéria não está bem esclarecida para o Plenário, e até S. Exª parece ter dúvidas quanto ao que seja Conselho de Contas Municipal e Conselho de Contas Estadual.

**O Sr. Bernardo Cabral** — Sr. Presidente, os equívocos do Relator, quando acontecem — e não são poucos — recebem logo a correção dos eminentes constituintes, como fez o meu nobre colega Asdrúbal Bentes. O que se quer, com a reunião de emendas, é evitar o Ministério Público Municipal.

É evidente que os Conselhos de Contas, apesar de fiscalizarem os municípios, pertencem ao Estado. Mas se essa competência passar para o Ministério Público, como aqui se registra, vai-se ter a impressão de que se estará referindo ao Ministério Público, que atua diretamente no Conselho de Contas do Município, porque os Tribunais de Contas são órgãos dos Estados e haveria, aí sim, uma confusão. É preferível que a Constituição estadual a ela se reporte.

Agradeço ao eminente Constituinte Asdrúbal Bentes o adendo. Declaro, porém, que ele não tem procedência.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Vamos passar à votação.

**O Sr. Carlos Alberto Caó** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT votará "sim".

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB vota "sim".

**O Sr. Eduardo Bonfim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. EDUARDO BONFIM** (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B votará "sim".

**O Sr. Vitor Buaiz** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. VITOR BUAIZ** (PT — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota "sim".

**O Sr. Adolfo Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA** (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acompanhando o Relator, o Partido Liberal vota "sim".

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB acompanha o Relator e vota "sim".

**O Sr. Nelson Jobim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. NELSON JOBIM** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota de acordo com o Relator. Vota "sim".

**O Sr. Jorge Hage** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. JORGE HAGE** (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

**O Sr. Farabulini Júnior** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTB vota "sim".

**O Sr. José Lourenço** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. JOSÉ LOURENÇO** (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço licença a V. Exª para solicitar à minha bancada, o PFL, que vote "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Passa-se à votação.

(Procede-se à votação.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (votação nº 878):

SIM — 320  
NÃO — 62  
ABSTENÇÃO — 11  
TOTAL — 393

A reunião foi aprovada.

**VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:**

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção  
Acival Gomes — Sim  
Ademir Andrade — Sim  
Adhemar de Barros Filho — Sim  
Adolfo Oliveira — Sim  
Adroaldo Streck — Sim  
Adylson Motta — Abstenção  
Aécio de Borba — Não  
Aécio Neves — Sim  
Afonso Camargo — Sim  
Afonso Arinos — Sim  
Agassiz Almeida — Sim  
Ailton Cordeiro — Sim  
Alarico Abib — Sim  
Albano Franco — Sim

Albérico Cordeiro — Sim  
 Alcení Guerra — Sim  
 Aldo Arantes — Sim  
 Alexandre Puzyna — Sim  
 Alfredo Campos — Sim  
 Almir Gabriel — Sim  
 Aloisio Vasconcelos — Sim  
 Aloysio Chaves — Não  
 Aloysio Teixeira — Sim  
 Álvaro Antônio — Sim  
 Amaury Muller — Sim  
 Amílcar Moreira — Sim  
 Ângelo Magalhães — Não  
 Anna Maria Rattes — Sim  
 Annibal Barcellos — Sim  
 Antônio Carlos Franco — Sim  
 Antônio Carlos Konder Reis — Não  
 Antoniocarlos Mendes Thame — Sim  
 Antônio de Jesus — Sim  
 Antonio Mariz — Sim  
 Antonio Perosa — Sim  
 Arnaldo Faria de Sá — Sim  
 Arnaldo Martins — Abstenção  
 Arnaldo Prieto — Não  
 Artur da Távola — Sim  
 Asdrubal Bentes — Não  
 Átila Lira — Sim  
 Augusto Carvalho — Sim  
 Basílio Villani — Sim  
 Benedicto Monteiro — Sim  
 Benedita da Silva — Sim  
 Benito Gama — Não  
 Bernardo Cabral — Sim  
 Beth Azize — Sim  
 Bocayuva Cunha — Sim  
 Bonifácio de Andrada — Sim  
 Brandão Monteiro — Sim  
 Caio Pompeu — Sim  
 Carlos Alberto Caó — Sim  
 Carlos Benevides — Sim  
 Carlos Cardinal — Sim  
 Carlos Chiarelli — Não  
 Carlos Mosconi — Sim  
 Carlos Sant'Anna — Sim  
 Carrel Benevides — Sim  
 Cássio Cunha Lima — Sim  
 Célio de Castro — Sim  
 Celso Dourado — Sim  
 Chagas Duarte — Sim  
 Chagas Rodrigues — Sim  
 Cid Sabóia de Carvalho — Não  
 Cláudio Ávila — Sim  
 Costa Ferreira — Não  
 Cristina Tavares — Sim  
 Dálton Canabrava — Sim  
 Darcy Deitos — Sim  
 Darcy Pozza — Sim  
 Daso Coimbra — Sim  
 Delfim Netto — Sim  
 Délio Braz — Sim  
 Denisar Arneiro — Sim  
 Dirce Tutu Quadros — Sim  
 Dirceu Carneiro — Sim  
 Domingos Leonelli — Sim  
 Doreto Campanari — Sim  
 Edésio Frias — Sim  
 Edivaldo Motta — Sim  
 Edme Tavares — Não  
 Edmilson Valentim — Sim  
 Eduardo Bonfim — Sim  
 Eduardo Jorge — Sim

Eduardo Moreira — Sim  
 Egídio Ferreira Lima — Sim  
 Elias Murad — Sim  
 Eliel Rodrigues — Sim  
 Enoc Vieira — Não  
 Eraldo Trindade — Sim  
 Erico Pegoraro — Não  
 Etevaldo Nogueira — Não  
 Euclides Scalco — Sim  
 Eunice Michiles — Não  
 Expedito Machado — Sim  
 Fábio Feldmann — Sim  
 Farabulini Júnior — Sim  
 Fausto Rocha — Não  
 Felipe Mendes — Não  
 Fernando Bezerra Coelho — Sim  
 Fernando Gasparian — Não  
 Fernando Gomes — Sim  
 Fernando Henrique Cardoso — Sim  
 Fernando Lyra — Sim  
 Fernando Santana — Sim  
 Firmo de Castro — Sim  
 Flavio Palmier da Veiga — Sim  
 Florestan Fernandes — Sim  
 Floriceno Paixão — Sim  
 França Teixeira — Não  
 Francisco Amaral — Sim  
 Francisco Benjamim — Sim  
 Francisco Carneiro — Sim  
 Francisco Dias Alves — Sim  
 Francisco Küster — Sim  
 Francisco Rollemberg — Sim  
 Francisco Rossi — Sim  
 Furtado Leite — Não  
 Gabriel Guerreiro — Sim  
 Gandi Jamil — Sim  
 Gastone Righi — Sim  
 Genebaldo Correia — Sim  
 Genésio Bernardino — Sim  
 Geovani Borges — Não  
 Geraldo Alckmin Filho — Sim  
 Geraldo Bulhões — Sim  
 Gerson Camata — Sim  
 Gerson Marcondes — Sim  
 Gerson Peres — Não  
 Guilherme Palmeira — Sim  
 Gumercindo Milhomem — Sim  
 Gustavo de Faria — Sim  
 Harlan Gadelha — Sim  
 Haroldo Lima — Sim  
 Haroldo Sabóia — Sim  
 Hélio Costa — Sim  
 Hélio Manhães — Sim  
 Hélio Rosas — Sim  
 Henrique Córdova — Sim  
 Henrique Eduardo Alves — Sim  
 Heráclito Fortes — Sim  
 Hermes Zaneti — Sim  
 Hilário Braun — Sim  
 Humberto Lucena — Sim  
 Humberto Souto — Sim  
 Ibsen Pinheiro — Sim  
 Inocêncio Oliveira — Não  
 Iram Saraiva — Sim  
 Irma Passoni — Sim  
 Ismael Wanderley — Sim  
 Israel Pinheiro — Sim  
 Itamar Franco — Sim  
 Ivo Lech — Sim  
 Ivo Mainardi — Sim  
 Jacy Scanagatta — Abstenção

Jairo Azi — Não  
 Jairo Carneiro — Não  
 Jamil Haddad — Sim  
 Jayme Paliarin — Sim  
 Jayme Santana — Sim  
 Jesualdo Cavalcanti — Não  
 Jesus Tajra — Abstenção  
 João Agripino — Sim  
 João Alves — Sim  
 João Calmon — Sim  
 João Carlos Bacelar — Sim  
 João Castelo — Não  
 João da Mata — Sim  
 João Lobo — Não  
 João Menezes — Abstenção  
 João Natal — Sim  
 João Paulo — Sim  
 João Rezek — Sim  
 Joaquim Bevilacqua — Sim  
 Jofran Frejat — Sim  
 Jonas Pinheiro — Sim  
 Jorge Hage — Sim  
 Jorge Leite — Sim  
 Jorge Medaaur — Sim  
 Jorge Uequed — Sim  
 Jorge Vianna — Não  
 José Agripino — Sim  
 José Carlos Coutinho — Sim  
 José Carlos Grecco — Sim  
 José Carlos Martinez — Sim  
 José Carlos Sabóia — Sim  
 José Costa — Sim  
 José da Conceição — Sim  
 José Dutra — Não  
 José Egreja — Não  
 José Elias — Sim  
 José Fogaça — Sim  
 José Freire — Sim  
 José Genoio — Sim  
 José Guedes — Sim  
 José Jorge — Sim  
 José Luiz de Sá — Sim  
 José Melo — Sim  
 José Moura — Sim  
 José Queiroz — Sim  
 José Richa — Sim  
 José Serra — Sim  
 José Tavares — Sim  
 José Thomaz Nonô — Sim  
 José Tinoco — Não  
 José Ulisses de Oliveira — Sim  
 José Viana — Sim  
 José Yunes — Sim  
 Jovanni Masini — Sim  
 Júlio Campos — Abstenção  
 Júlio Costamilan — Sim  
 Jutahy Magalhães — Não  
 Koyu Iha — Sim  
 Lavoisier Maia — Abstenção  
 Leite Chaves — Sim  
 Lélio Souza — Sim  
 Leopoldo Peres — Não  
 Leur Lomanto — Sim  
 Levy Dias — Sim  
 Lezio Sathler — Sim  
 Lídice da Mata — Sim  
 Louremberg Nunes Rocha — Sim  
 Lúcio Alcântara — Não  
 Luís Eduardo — Não  
 Luís Roberto Ponte — Sim  
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim

Luiz Freire — Sim  
 Luiz Gushiken — Sim  
 Luiz Henrique — Sim  
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim  
 Luiz Marques — Não  
 Luiz Viana — Sim  
 Luiz Viana Neto — Sim  
 Lysâneas Maciel — Não  
 Maguito Vilela — Sim  
 Maluly Neto — Sim  
 Manoel Moreira — Sim  
 Manoel Ribeiro — Não  
 Mansueto de Lavor — Sim  
 Manuel Viana — Não  
 Marcelo Cordeiro — Sim  
 Márcia Kubitschek — Sim  
 Márcio Braga — Sim  
 Márcio Lacerda — Sim  
 Marco Maciel — Não  
 Marcos Lima — Sim  
 Marcos Perez Queiroz — Sim  
 Maria de Lourdes Abadia — Sim  
 Mário Assad — Sim  
 Mário Covas — Sim  
 Mário de Oliveira — Sim  
 Mário Lima — Sim  
 Marluce Pinto — Sim  
 Matheus Jensen — Sim  
 Maurício Campos — Sim  
 Maurício Corrêa — Sim  
 Maurício Fruct — Sim  
 Maurício Nasser — Sim  
 Maurílio Ferreira Lima — Sim  
 Mauro Benevides — Não  
 Mauro Borges — Não  
 Mauro Campos — Sim  
 Mauro Sampaio — Sim  
 Max Rosenmann — Sim  
 Meira Filho — Sim  
 Melo Freire — Sim  
 Mendes Botelho — Sim  
 Mendes Canale — Sim  
 Mendes Ribeiro — Sim  
 Messias Góis — Não  
 Messias Soares — Sim  
 Michel Temer — Sim  
 Milton Lima — Sim  
 Milton Reis — Sim  
 Miro Teixeira — Sim  
 Moema São Thiago — Sim  
 Mozarildo Cavalcanti — Não  
 Mussa Demes — Não  
 Myrian Portella — Sim  
 Naphtali Alves de Souza — Não  
 Narciso Mendes — Sim  
 Nelson Aguiar — Não  
 Nelson Carneiro — Sim  
 Nelson Jobim — Sim  
 Nelson Seixas — Sim  
 Nelson Wedekin — Sim  
 Nelton Friedrich — Sim  
 Nestor Duarte — Sim  
 Ney Maranhão — Sim  
 Nilson Gibson — Sim  
 Nion Albernaz — Sim  
 Norberto Schwantes — Sim  
 Nyder Barbosa — Abstenção  
 Octávio Elísio — Sim  
 Odacir Soares — Sim  
 Olívio Dutra — Sim  
 Orlando Bezerra — Não

Orlando Pacheco — Não  
 Oscar Corrêa — Sim  
 Osvaldo Bender — Sim  
 Osvaldo Coelho — Sim  
 Osvaldo Macedo — Sim  
 Osvaldo Sobrinho — Sim  
 Osvaldo Almeida — Sim  
 Osvaldo Trevisan — Sim  
 Ottomar Pinto — Sim  
 Paes de Andrade — Sim  
 Paulo Almada — Sim  
 Paulo Delgado — Sim  
 Paulo Macarini — Sim  
 Paulo Marques — Sim  
 Paulo Paim — Sim  
 Paulo Pimentel — Não  
 Paulo Ramos — Sim  
 Paulo Roberto — Sim  
 Paulo Roberto Cunha — Não  
 Paulo Silva — Sim  
 Paulo Zarzur — Sim  
 Pedro Canedo — Sim  
 Pedro Ceolin — Não  
 Pimenta da Veiga — Sim  
 Plínio Arruda Sampaio — Sim  
 Pompeu de Sousa — Sim  
 Rachid Saldanha Derzi — Sim  
 Raimundo Lira — Sim  
 Raimundo Rezende — Sim  
 Raquel Capiberibe — Sim  
 Raul Belém — Sim  
 Raul Ferraz — Sim  
 Renan Calheiros — Sim  
 Renato Johnsson — Sim  
 Renato Vianna — Sim  
 Ricardo Izar — Sim  
 Roberto Augusto — Sim  
 Roberto Brant — Sim  
 Roberto Campos — Não  
 Roberto Freire — Sim  
 Roberto Torres — Sim  
 Roberto Vital — Sim  
 Robson Marinho — Sim  
 Rodrigues Palma — Sim  
 Ronaldo Aragão — Sim  
 Ronaldo Cezar Coelho — Abstenção  
 Ronan Tito — Sim  
 Ronaro Corrêa — Não  
 Rosa Prata — Sim  
 Rosário Congro Neto — Sim  
 Rospide Netto — Sim  
 Ruben Figueiró — Sim  
 Ruberval Pilotto — Não  
 Ruy Bacelar — Sim  
 Ruy Nedel — Sim  
 Sadie Hauache — Não  
 Samir Achôa — Sim  
 Sandra Cavalcanti — Sim  
 Santinho Furtado — Sim  
 Saulo Queiroz — Sim  
 Sérgio Brito — Não  
 Sérgio Naya — Sim  
 Sérgio Spada — Sim  
 Sérgio Wernick — Sim  
 Severo Gomes — Sim  
 Sigmaringa Seixas — Sim  
 Sílvio Abreu — Sim  
 Siqueira Campos — Sim  
 Sólton Borges dos Reis — Sim  
 Tadeu França — Sim  
 Telmo Kirst — Abstenção

Teotônio Vilela Filho — Sim  
 Tito Costa — Sim  
 Ubiratan Aguiar — Não  
 Ubiratan Spinelli — Sim  
 Valmir Campelo — Sim  
 Vasco Alves — Sim  
 Vicente Bogo — Sim  
 Victor Fontana — Sim  
 Victor Trovão — Sim  
 Wilson Souza — Sim  
 Vingt Rosado — Sim  
 Vinicius Cansção — Não  
 Virgílio Galassi — Não  
 Virgílio Guimarães — Sim  
 Vitor Buaiz — Sim  
 Vladimir Palmeira — Sim  
 Wagner Lago — Sim  
 Waldeck Ornêlas — Não  
 Waldyr Pugliesi — Sim  
 Wilma Maia — Sim  
 Wilson Campos — Sim  
 Wilson Martins — Sim  
 Ziza Valadares — Sim

**O Sr. Gerson Peres** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. GERSON PERES** (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria que V. Exª esclarecesse para o meu entendimento e para que fique registrado nos Anais que esta votação refere-se ao art. 236. Antes da votação levantei o problema da declaração da letra e. A letra e não consta desta votação. Portanto, ficará para o Relator, posteriormente, atender ao problema. Foi isso que ficou decidido.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Examinarei com o Relator a questão levantada por V. Exª

**A Sr. Sadie Hauache** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**A SRA. SADIE HAUACHE** (PFL — AM. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, comunico a V. Exª que a fila 13, mesa 10, está com defeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

#### REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 610

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T01166-1. — **João Agripino.**

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 1.166  
(Do Sr. João Agripino)

Emenda supressiva do § 1º do art. 134, e de expressão contida no § 3º do mesmo artigo, do Título IV, Capítulo IV, Seção I do Ministério Público:  
Suprima-se o § 1º do art. 134, e a expressão “dos Estados, do Distrito Federal e dos Território”

rios", contida no § 3º do mesmo artigo, reordenando-se os demais parágrafos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Anuncio o Destaque nº 610, do Constituinte João Agripino. S. Exª quer suprimir expressão do art. 134, § 1º, que diz o seguinte:

"O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes..."

S. Exª quer, nessa primeira parte da sua emenda, suprimir a expressão "integrantes".

O § 3º diz:

"Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios..."

S. Exª, neste parágrafo, quer retirar esta explicação: "...dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios".

É o texto.

Está com a palavra o nobre Constituinte João Agripino.

**O SR. JOÃO AGRIPINO** (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou informado de que há um acordo formal de lideranças para a rejeição desta emenda. Gostaria de chamar a atenção dos Srs. Líderes e principalmente dos liderados e componentes deste Plenário para este assunto, que é da maior importância.

Existem duas contradições flagrantes neste artigo, no § 1º, que podemos suprimir. A primeira é que desmembrou-se a Procuradoria Geral da República, conseqüentemente o Ministério Público, da Advocacia Geral da União. Ou seja, uma coisa agora é ser fiscal da lei e outra advogado da União. Então, a quem compete a administração do Ministério Público e a quem compete a Advocacia Geral da União? No Ministério Público, como está posto aqui — e aí vem a segunda contradição — existem dois textos. O primeiro diz que o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira. Mais adiante, diz:

"Os Ministérios Públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios formarão lista tripartite dentre integrantes da carreira."

Ora, Sr. Presidente, Sr. Relator, existem dois pesos e duas medidas. Ao Presidente da República se dá o poder de escolher, na carreira, o Procurador-Geral da União. Aos governadores dos Estados não. Eles terão de nomear a lista tripartite escolhida pelos procuradores de carreira.

Pretendo que o critério adotado para os Estados o seja também para a União; isto é, que a escolha do Procurador-Geral da República seja precedida de eleição dentre os membros da carreira, que terão lista tripartite, a fim de que o Presidente da República escolha um representante para ser o chefe da Procuradoria-Geral da União. O Presidente da República já nomeia, de livre escolha, o advogado-geral da União, e este, sim, vai defender a União. O Procurador-Geral da República, que chefia o Ministério Público, nada tem a ver com o Presidente da República. Ele será o fiscal da lei, o defensor da sociedade e, por isso, não deve ficar à mercê da vontade do Presidente da

República a escolha de qualquer nome para a carreira do Ministério Público. S. Exª poderá escolher mal, mas, se adotarmos o mesmo critério estabelecido para os Estados no texto constitucional aprovado, aí sim, os procuradores elegerão e comporão a lista tripartite, que vai indicar ao Presidente da República os três nomes para que ele escolha e nomeie, assim como os governadores farão com o Ministério Público dos Estados.

Por isso, Sr. Presidente, para corrigir esse erro que compromete o texto, porque há contradição flagrante de tratamento entre o Procurador-Geral da República e os membros do Ministério Público nos Estados, peço ao Plenário, que aprove o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Relator.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, o eminente Constituinte João Agripino — são raras as vezes e esta é uma delas — não tem razão. O texto consagra uma inovação: o Presidente da República vai nomear o Procurador-Geral da República dentre os integrantes da carreira. O texto corrige distorções ocorridas no passado, quando se nomeava para a Procuradoria Geral da União pessoas estranhas à carreira apenas como trampolim para chegar a Ministro do Supremo Tribunal Federal. Agora tem de ser um integrante da carreira, e seu nome deverá ser aprovado pela maioria absoluta dos membros do Senado, para mandato de dois anos, e só é permitida a recondução, naturalmente, se ele se comportar bem.

E por que, Sr. Presidente? Porque logo a seguir o § 2º diz que a destituição do Procurador-Geral da República deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal. Portanto, ele não é apenas mero funcionário do Presidente da República como aqui foi dito. Dar-se tratamento idêntico, como gostaria o eminente Constituinte João Agripino, no sentido de que a escolha fosse igual a que se faz para os Estados e Distrito Federal, seria romper com a coerência que o Projeto de Constituição estabeleceu. Quando? Quando especificou a forma para a escolha do Procurador-Geral da República. Quanto aos Estados, aí sim, seria adotada a lista tripartite dentre integrantes da carreira, para mandato também de dois anos, permitindo uma recondução. A forma proposta pelo texto, Sr. Presidente, é inegavelmente aquela que foi debatida desde o começo na Subcomissão, Comissão Temática e Comissão de Sistematização, e aprovado pelo Plenário. A esta altura, Sr. Presidente, só cabe opinar pela rejeição da emenda.

**O Sr. Plínio Arruda Sampaio** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. presidente, a matéria foi objeto de um acordo; por isso, estamos presos à palavra dada. Nas discussões do primeiro turno esse assunto foi aventado. O PT vota "não", de acordo com o estabelecido.

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em face do acordo, o PFL recomenda à sua bancada que vote "não".

**O Sr. Haroldo Lima** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. HAROLD LIMA** (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B, levando em conta o acordo, também votará "não".

**O Sr. Bonifácio de Andrada** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PDS recomenda à sua bancada votar "não", segundo os entendimentos havidos.

**O Sr. Ibsen Pinheiro** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O Sr. IBSEN PINHEIRO** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pesa muito à Liderança do PMDB divergir do seu companheiro João Agripino, mas, para honrar o compromisso assumido com todos os partidos, nosso voto é como o do Relator: "não".

**O SR. César Maia** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. CÉSAR MAIA** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT votará "não".

**O Sr. Farabulini Júnior** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTB, em função do acordo, votará "não".

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apesar de considerar a emenda justa e correta, em função do acordo, do qual participei quando exercia a Presidência da Casa no primeiro turno, o PCB vota "não".

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em função do que já foi decidido, o PSB também votará "não".

**O Sr. Artur da Távola** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. ARTUR DA TÁVOLA** (PSDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, por ocasião do acordo do primeiro turno, o PSDB não existia quando da reunião das Lideranças, ocasionalmente, o PSDB não participou do acordo. Por isso, a questão é aberta em sua bancada. O voto do Líder, porém, será "sim".

**O Sr. Vítor Bualiz** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. VITOR BUAIZ** (PT — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. presidente, o PT, mantendo o acordo, votará "não".

**O Sr. Adolfo Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA** (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal cumpre o acordo e vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A Mesa, interpretando o desejo do Plenário, havia fixado o término das votações para as dezenove horas, a fim de que os Líderes pudessem coordenar, logo após esse horário, a matéria objeto de entendimento, eventualmente. Contudo, a votação hoje foi peculiar ao processo democrático. Os debates levaram oradores à tribuna e tivemos, enfim, dentro das marcas que fixamos, um rendimento de seis votações até agora, quando, em geral, temos dez ou doze. Prosseguimos — e já combinamos com os Líderes — até às vinte horas, para que as etapas sejam cumpridas.

O Relator diz "não" à emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Passa-se à votação.

(Procede-se à votação.)

**O Sr. Adylson Motta** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. ADYLSO MOTA** (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas retificar meu voto na votação anterior, que foi "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

**O Sr. César Maia** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CÉSAR MAIA** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na votação anterior

meu nome não apareceu no painel. Meu voto foi "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O voto de V. Exª será registrado nos anais.

**O Sr. Victor Faccioni** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Victor Faccioni.

**O SR. VICTOR FACCIONI** (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na votação anterior não apareceu no painel meu voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A declaração de V. Exª será registrada nos Anais.

**O Sr. Milton Barbosa** Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra pela ordem, ao Constituinte Milton Barbosa.

**O SR. MILTON BARBOSA** (PDC — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria que V. Exª registrasse o meu voto "sim" na votação anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A declaração de V. Exª será registrada nos Anais.

**O Sr. Davi Alves Silva** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. DAVI ALVES SILVA** (PDS — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu voto é "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Constará dos registros da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (votação nº 879):

SIM — 88  
NÃO — 292  
ABSTENÇÃO — 4  
TOTAL — 384

A emenda foi rejeitada.

**VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:**

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Sim

Ademir Andrade — Não

Adhemar de Barros Filho — Não

Adolfo Oliveira — Não

Adroaldo Streck — Não

Adylson Motta — Não

Aécio de Borba — Não

Aécio Neves — Sim

Afonso Arinos — Não

Agassiz Almeida — Sim

Airton Cordeiro — Sim

Alarico Abib — Não

Albano Franco — Não

Alceni Guerra — Sim

Aldo Arantes — Não

Alfredo Campos — Não

Almir Gabriel — Não

Aloisio Vasconcelos — Não

Aloysio Chaves — Não  
Aloysio Teixeira — Não  
Aluizio Campos — Sim  
Álvaro Antônio — Não  
Amaral Netto — Não  
Amaury Muller — Não  
Amílcar Moreira — Sim  
Ângelo Magalhães — Não  
Anna Maria Rattes — Sim  
Annibal Barcellos — Não  
Antero de Barros — Não  
Antônio Carlos Franco — Sim  
Antônio Carlos Konder Reis — Não  
Antônio de Jesus — Não  
Antonio Mariz — Sim  
Antonio Perosa — Sim  
Antonio Ueno — Não  
Arnaldo Faria de Sá — Não  
Arnaldo Martins — Sim  
Arnaldo Moraes — Não  
Artenir Werner — Não  
Artur da Távola — Sim  
Asdrubal Bentes — Não  
Átila Lira — Não  
Augusto Carvalho — Não  
Basílio Villani — Não  
Benedicto Monteiro — Sim  
Benedita da Silva — Não  
Benito Gama — Não  
Bernardo Cabral — Não  
Beth Azize — Não  
Bocayuva Cunha — Não  
Bonifácio de Andrada — Não  
Brandão Monteiro — Não  
Caio Pompeu — Não  
Carlos Alberto Caó — Não  
Carlos Benevides — Não  
Carlos Cardinal — Não  
Carlos Chiarelli — Não  
Carlos Mosconi — Sim  
Carlos Sant'Anna — Não  
Carrel Benevides — Não  
Cássio Cunha Lima — Sim  
Célio de Castro — Não  
Celso Dourado — Não  
César Maia — Não  
Chagas Rodrigues — Não  
Cid Sabóia de Carvalho — Não  
Cláudio Ávila — Não  
Cleonânio Fonseca — Não  
Costa Ferreira — Não  
Cristina Tavares — Sim  
Cunha Bueno — Não  
Dalton Canabrava — Não  
Darcy Deitos — Não  
Darcy Pozza — Não  
Daso Coimbra — Não  
Delfim Netto — Não  
Délio Braz — Não  
Denisar Arneiro — Sim  
Dionísio Dal Prá — Não  
Dionísio Hage — Não  
Dirce Tutu Quadros — Não  
Domingos Leonelli — Não  
Doreto Campanari — Não  
Edésio Frias — Não  
Edivaldo Motta — Sim  
Edme Tavares — Não  
Edmilson Valentim — Não  
Eduardo Bonfim — Não  
Eduardo Jorge — Não

Eduardo Moreira — Não  
 Egídio Ferreira Lima — Não  
 Elias Murad — Não  
 Eliel Rodrigues — Não  
 Enoc Vieira — Não  
 Eraldo Trindade — Não  
 Etevaldo Nogueira — Não  
 Euclides Scalco — Sim  
 Eunice Michiles — Não  
 Expedito Machado — Não  
 Fábio Feldmann — Não  
 Farabulini Júnior — Não  
 Fausto Rocha — Não  
 Felipe Mendes — Não  
 Fernando Bezerra Coelho — Não  
 Fernando Gasparian — Não  
 Fernando Gomes — Não  
 Fernando Lyra — Sim  
 Fernando Santana — Não  
 Firmo de Castro — Sim  
 Flávio Palmier da Veiga — Não  
 Florestan Fernandes — Não  
 Floriceno Paixão — Não  
 França Teixeira — Não  
 Francisco Amaral — Abstenção  
 Francisco Carneiro — Sim  
 Francisco Coelho — Não  
 Francisco Dias Alves — Não  
 Francisco Kuster — Não  
 Francisco Rollemberg — Sim  
 Francisco Rossi — Não  
 Gabriel Guerreiro — Sim  
 Gandi Jamil — Não  
 Gastone Righi — Não  
 Genebaldo Correia — Não  
 Genésio Bernardino — Não  
 Geovani Borges — Não  
 Geraldo Aickmin Filho — Sim  
 Geraldo Bulhões — Não  
 Geraldo Campos — Não  
 Gerson Peres — Não  
 Gilson Machado — Não  
 Gonzaga Patriota — Não  
 Guilherme Palmeira — Sim  
 Gumerindo Milhomem — Não  
 Gustavo de Faria — Não  
 Harlan Gadelha — Sim  
 Haroldo Lima — Não  
 Haroldo Sabóia — Sim  
 Hélio Costa — Sim  
 Hélio Manhães — Não  
 Henrique Córdova — Não  
 Heráclito Fortes — Não  
 Hermes Zaneti — Não  
 Hilário Braun — Não  
 Humberto Lucena — Sim  
 Iberê Ferreira — Sim  
 Ibsen Pinheiro — Não  
 Inocêncio Oliveira — Não  
 Iram Saraiva — Não  
 Irma Passoni — Não  
 Ismael Wanderley — Sim  
 Israel Pinheiro — Sim  
 Itamar Franco — Não  
 Ivo Mainardi — Não  
 Jacy Scanagatta — Não  
 Jairo Azi — Não  
 Jairo Carneiro — Sim  
 Jamil Haddad — Não  
 Jayme Paliarin — Não  
 Jesualdo Cavalcanti — Não

Jesus Tajra — Não  
 João Agripino — Sim  
 João Calmon — Não  
 João Carlos Bacelar — Não  
 João da Mata — Sim  
 João Machado Rollemberg — Sim  
 João Menezes — Não  
 João Natal — Sim  
 João Paulo — Não  
 Joaquim Bevilacqua — Não  
 Jofran Frejat — Não  
 Jonas Pinheiro — Não  
 Jorge Bornhausen — Não  
 Jorge Hage — Sim  
 Jorge Leite — Não  
 Jorge Medauar — Não  
 Jorge Uequed — Sim  
 Jorge Vianna — Não  
 José Agripino — Sim  
 José Carlos Coutinho — Sim  
 José Carlos Grecco — Sim  
 José Carlos Martinez — Não  
 José Carlos Sabóia — Não  
 José Costa — Sim  
 José da Conceição — Não  
 José Dutra — Não  
 José Egreja — Não  
 José Elias — Não  
 José Fernandes — Não  
 José Fogaça — Não  
 José Genoíno — Não  
 José Guedes — Sim  
 José Ignácio Ferreira — Não  
 José Jorge — Não  
 José Lourenço — Não  
 José Luiz de Sá — Não  
 José Luiz Maia — Não  
 José Melo — Não  
 José Moura — Não  
 José Paulo Bisol — Sim  
 José Queiroz — Sim  
 José Richa — Não  
 José Santana de Vasconcellos — Não  
 José Serra — Sim  
 José Tavares — Não  
 José Thomaz Nonô — Sim  
 José Tinoco — Não  
 José Ulisses de Oliveira — Não  
 José Viana — Não  
 José Yunes — Não  
 Jovanni Masini — Não  
 Júlio Campos — Não  
 Júlio Costamilan — Não  
 Jutahy Magalhães — Não  
 Koyu Iha — Sim  
 Lavoisier Maia — Sim  
 Leite Chaves — Não  
 Lélío Souza — Não  
 Leopoldo Peres — Não  
 Leur Lomanto — Não  
 Levy Dias — Não  
 Lezio Sathler — Não  
 Lídice da Mata — Não  
 Louremberg Nunes Rocha — Não  
 Lúcia Vânia — Sim  
 Lúcio Alcântara — Sim  
 Luís Eduardo — Não  
 Luís Roberto Ponte — Não  
 Luiz Alberto Rodrigues — Não  
 Luiz Freire — Não  
 Luiz Gushiken — Não

Luiz Henrique — Não  
 Luiz Inácio Lula da Silva — Não  
 Luiz Marques — Não  
 Lysâneas Maciel — Sim  
 Maguito Vilela — Sim  
 Maluly Neto — Não  
 Manoel Moreira — Não  
 Manoel Ribeiro — Não  
 Mansueto de Lavor — Não  
 Manuel Viana — Sim  
 Marcelo Cordeiro — Sim  
 Márcia Kubitschek — Não  
 Márcio Braga — Não  
 Márcio Lacerda — Não  
 Marco Maciel — Não  
 Marcos Lima — Não  
 Marcos Perez Queiroz — Não  
 Maria de Lourdes Abadia — Sim  
 Mário Assad — Não  
 Mário Covas — Sim  
 Mário de Oliveira — Não  
 Mário Lima — Não  
 Marluce Pinto — Não  
 Matheus Iensen — Não  
 Maurício Corrêa — Não  
 Maurício Fruet — Não  
 Maurício Nasser — Não  
 Maurílio Ferreira Lima — Não  
 Mauro Benevides — Não  
 Mauro Campos — Sim  
 Mauro Sampaio — Não  
 Max Rosenmann — Não  
 Meira Filho — Não  
 Melo Freire — Não  
 Mendes Botelho — Não  
 Mendes Canale — Não  
 Mendes Ribeiro — Não  
 Messias Góis — Sim  
 Messias Soares — Não  
 Michel Temer — Abstenção  
 Milton Barbosa — Não  
 Milton Reis — Não  
 Miro Teixeira — Não  
 Moema São Thiago — Sim  
 Mozarildo Cavalcanti — Não  
 Mussa Demes — Sim  
 Myrian Portella — Sim  
 Naphtali Alves de Souza — Não  
 Nelson Aguiar — Não  
 Nelson Carneiro — Não  
 Nelson Jobim — Não  
 Nelson Seixas — Não  
 Nelson Wedekin — Sim  
 Nelson Friedrich — Sim  
 Nestor Duarte — Não  
 Ney Maranhão — Não  
 Nilson Gibson — Sim  
 Nion Albernaz — Não  
 Norberto Schwantes — Não  
 Nyder Barbosa — Não  
 Octávio Elísio — Sim  
 Odacir Soares — Não  
 Olívio Dutra — Não  
 Orlando Bezerra — Não  
 Orlando Pacheco — Sim  
 Oscar Corrêa — Não  
 Osmar Leitão — Não  
 Osvaldo Bender — Não  
 Osvaldo Coelho — Não  
 Osvaldo Macedo — Não  
 Osvaldo Sobrinho — Não



Oswaldo Almeida — Não  
 Oswaldo Trevisan — Não  
 Ottomar Pinto — Não  
 Paes de Andrade — Não  
 Paulo Almada — Não  
 Paulo Delgado — Não  
 Paulo Macarini — Não  
 Paulo Marques — Não  
 Paulo Paim — Não  
 Paulo Ramos — Sim  
 Paulo Roberto Cunha — Sim  
 Paulo Silva — Sim  
 Pedro Canedo — Não  
 Pedro Ceolin — Não  
 Pimenta da Veiga — Sim  
 Plínio Arruda Sampaio — Não  
 Pompeu de Sousa — Sim  
 Raimundo Lira — Sim  
 Raimundo Rezende — Não  
 Raquel Capiberibe — Não  
 Raul Belém — Sim  
 Renato Johnsson — Não  
 Renato Vianna — Não  
 Ricardo Izar — Não  
 Rita Camata — Sim  
 Rita Furtado — Não  
 Roberto Augusto — Não  
 Roberto Brant — Não  
 Roberto Campos — Não  
 Roberto Freire — Não  
 Roberto Torres — Não  
 Roberto Vital — Não  
 Robson Marinho — Sim  
 Rodrigues Palma — Não  
 Ronaldo Aragão — Não  
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim  
 Ronan Tito — Não  
 Ronaro Corrêa — Não  
 Rosário Congro Neto — Não  
 Rospide Netto — Não  
 Rubem Medina — Não  
 Ruben Figueiró — Não  
 Ruberval Pilotto — Sim  
 Ruy Bacelar — Não  
 Sadie Hauache — Não  
 Samir Achôa — Não  
 Sandra Cavalcanti — Não  
 Santinho Furtado — Não  
 Saulo Queiroz — Sim  
 Sérgio Brito — Não  
 Sérgio Spada — Não  
 Sérgio Werneck — Não  
 Severo Gomes — Não  
 Sigmaringa Seixas — Sim  
 Sílvio Abreu — Não  
 Simão Sessim — Não  
 Siqueira Campos — Sim  
 Sólon Borges dos Reis — Não  
 Tadeu França — Não  
 Telmo Kirst — Não  
 Teotônio Vilela Filho — Não  
 Tito Costa — Não  
 Ubiratan Aguiar — Não  
 Ubiratan Spinelli — Não  
 Valmir Campelo — Não  
 Vasco Alves — Não  
 Vicente Bogo — Não  
 Victor Faccioni — Não  
 Victor Fontana — Sim  
 Victor Trovão — Não  
 Wilson Souza — Sim

Vingt Rosado — Não  
 Vinicius Cansação — Não  
 Virgílio Galassi — Não  
 Virgílio Guimarães — Não  
 Vitor Buaiz — Não  
 Vladimir Palmeira — Não  
 Waldyr Pugliesi — Sim  
 Wilson Campos — Abstenção  
 Wilson Martins — Não  
 Ziza Valadares — Sim

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Destaque nº 1.150.

O nobre Constituinte Ailton Sandoval está presente? (Pausa.)

A emenda é considerada prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Destaque nº 796.

Nobre Constituinte Costa Ferreira, V. Ex<sup>a</sup> mantém o destaque?

**O SR. COSTA FERREIRA** (PFL — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, considerando a manifestação das Lideranças, contrárias à proposição, eu a retiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Agradecemos ao eminente Colega.

**O Sr. Erico Pegoraro** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Concedo a palavra ao Constituinte Erico Pegoraro, pela ordem.

**O SR. ERICO PEGORARO** (PFL — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para registrar o meu voto da votação anterior que não saiu no painel, e foi "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Será feito o registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Sobre a mesa, o seguinte texto de reunião:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Nacional Constituinte

Os firmatários, abaixo-assinados, vêm requer, nos termos das normas regimentais, a Reunião para votação simultânea dos destaques e emendas infra-referidos, relativos ao art. 134, II, para suprimir a expressão — "Salvo exceções previstas em lei", ficando assim redigida a referida alínea:

e) exercer atividade político-partidária.  
 Sala das Sessões, de agosto de 1988.  
 — Harlan Gadelha — Vilson Souza — Wilson Campos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Os nobres Constituintes Harlan Gadelha, Vilson Souza e Wilson Campos apresentam uma reunião de emendas sobre o art. 134, § 2º, letra e, que está redigido da seguinte forma:

"Exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas na lei."

S. Ex<sup>as</sup> desejam por "exercer a atividade político-partidária, tomando-a auto-aplicável."

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Concedo a palavra ao nobre Constituinte Harlan Gadelha.

**O SR. HARLAN GADELHA** (PMDB — PE. sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> e Sr<sup>es</sup> Constituintes, início a defesa da reunião de emendas lendo aqui o parecer escrito do ilustre Relator.

"O exercício da atividade político-partidária deve ser vedado aos membros do Ministério Público, considerando o elevado caráter que o novo texto defere à instituição a cujos membros são atribuídos os mesmos impedimentos e garantias da magistratura. Logo, devido às elevadas prerrogativas cometidas aos membros do Ministério Público, não tem qualquer sentido permitir-se que exerçam atividade político-partidária."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no próprio parecer do Relator fica evidenciado que a permissão da militância política e partidária aos integrantes do Ministério Público em nada irá contribuir para o fortalecimento instituição.

Chamaríamos a atenção para a gravidade do problema, porque se porventura ratificarmos o texto aprovado no primeiro turno, não suprimindo o impedimento para a militância política e partidária, teremos amanhã, integrantes do Ministério Público — no caso, Promotores de Justiça — filiados a partidos, exercendo atividade partidária que num amanhã bem próximo poderão retornar às suas comarcas de origem com poderes ilimitados, com prerrogativas idênticas às magistraturas e, conseqüentemente, poderão — quem sabe? — ocorrer manifestações na defesa das suas prerrogativas em prejuízo da defesa daquela sociedade.

Entendemos, da mesma forma, que a Magistratura está impedida de exercer atividade político-partidária. Entendemos também que o Ministério Público deverá ter os mesmos impedimentos, porque seus atuais integrantes já têm garantidas as suas atividades político-partidárias nas Disposições Transitórias, que garantem, inclusive, os direitos de alguns companheiros Constituintes, que terão assegurados seus cargos de promotores enquanto exercerem seus mandatos parlamentares.

Conseqüentemente, a nossa posição é no sentido da supressão de parte da alínea r, do art. 134, a fim de que os futuros integrantes do Ministério Público não exerçam atividades político-partidárias.

**O Sr. Aluizio Campos** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ALUIZIO CAMPOS** (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tenho a impressão de que já foi votada e aprovada por 282 votos uma emenda subscrita pelos Constituintes Harlan Gadelha, Vilson Souza e Wilson Campos eliminando exatamente a parte final da alínea e.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Lamento dizer que V. Ex<sup>a</sup> está equivocado.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gérson Peres.

**O SR. GÉRSO PERES** (PDS — PA. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Cons-

tituintes, o que deseja o eminente Constituinte Harlan Gadelha? S. Ex<sup>a</sup> postula cassar os direitos políticos dos promotores públicos e, ao mesmo tempo, nivelar as atribuições desses promotores às dos magistrados.

Ora, Sr. Presidente, os promotores públicos não podem ser comparados aos juizes no que diz respeito às suas atribuições. O promotor público já é uma parte — se pudéssemos dizer de maneira exagerada — facciosa no feito. Ele já tem atribuições específicas no feito. O juiz, não. Ele é total e absolutamente imparcial, isento para decidir. O promotor é o elemento que denuncia o feito. E assim, até poderíamos dizer, se constitui numa parte facciosa do feito.

Em segundo lugar, temos de dar aos promotores o direito de participar das atividades políticas, definindo essa concessão na legislação ordinária, na lei. Do mesmo modo que já estabelecemos essa concessão, nesta nova Carta, para os militares. Os militares, quando desejarem participar das atividades político-partidárias, têm um prazo para se desincompatibilizar e concorrer ao pleito. No caso de não serem eleitos, voltarão à caserna. Se eleitos, sairão das suas atividades profissionais.

De maneira semelhante, poderemos estabelecer regras para os promotores públicos e desse modo não impediremos que eles se candidatem ou participem das atividades político-partidárias.

Sr. Presidente, com essas desprezíveis considerações, pediria aos meus eminentes colegas que conservassem o texto, uma vez que ele veda aos promotores a participação na política partidária, mas estabelece exceção para ser posteriormente definida nas leis que iremos depois votar.

Vamos dizer, portanto, "não" à emenda do eminente colega Harlan Gadelha.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Relator para se manifestar.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o meu parecer tinha sido pela aprovação, mas há um acordo de Lideranças nesse sentido. De qualquer forma, a posição quem vai ditar são as Lideranças.

Mantenho o parecer.

**O Sr. Presidente** (Ulysses Guimarães) — Vamos passar à votação.

**O Sr. Ibsen Pinheiro** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. IBSEN PINHEIRO** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB participou de um acordo amplo sobre esta matéria, onde se construiu uma solução e que encontra muito fundamento quando diz que a lei também defere aos militares a participação nas atividades político-partidárias nos termos que define.

Esta foi a decisão unanimemente construída. Consequentemente, o voto do PMDB é pela rejeição.

**O Sr. Edésio Frias** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. EDÉSIO FRIAS** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota "não".

**O Sr. Inocêncio de Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal acompanha o ilustre Relator, e recomenda à sua bancada que vote "não".

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, votamos "não", segundo o acordo das Lideranças.\*

**O Sr. Eduardo Bonfim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. EDUARDO BONFIM** (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "não".

**O Sr. Joaquim Bevilacqua** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOAQUIM BEVILACQUA** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTB acompanha o parecer do Relator e cumpre o acordo: vota "não".

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB vota "não".

**O SR. AMARAL NETTO** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. AMARAL NETTO** (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS vota "não".

**O Sr. Artur da Távola** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ARTUR DA TÁVOLA** (PSDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "não".

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Ocupem seus lugares. Vamos proceder à votação.

(Procede-se à votação)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Teremos sessões amanhã às 9h e às 15h. A Mesa encarece a absoluta necessidade da permanência em Brasília dos Srs. Constituintes para o esforço concentrado de sexta-feira, sábado e domingo, os nossos trabalhos prosseguindo na segunda-feira para ultimarmos a votação do texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (Votação n<sup>o</sup> 880):

SIM — 35  
NÃO — 343  
ABSTENÇÃO — 4  
TOTAL — 382

A reunião foi rejeitada.

*VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:*

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção  
Acival Gomes — Abstenção  
Ademir Andrade — Não  
Adhemar de Barros Filho — Não  
Adolfo Oliveira — Não  
Adroaldo Streck — Não  
Adylson Motta — Não  
Aécio Neves — Não  
Afonso Arinos — Sim  
Agassiz Almeida — Não  
Agripino de Oliveira Lima — Não  
Ailton Cordeiro — Não  
Alarico Abib — Não  
Albano Franco — Não  
Albérico Cordeiro — Não  
Alceni Guerra — Não  
Aldo Arantes — Não  
Alexandre Puzyna — Não  
Alfredo Campos — Não  
Almir Gabriel — Não  
Aloisio Vasconcelos — Não  
Aloysio Chaves — Abstenção  
Aloysio Teixeira — Não  
Aluizio Campos — Não  
Álvaro Antônio — Não  
Amaral Netto — Não  
Amaury Müller — Não  
Amílcar Moreira — Não  
Ângelo Magalhães — Não  
Anna Maria Rattes — Não  
Annibal Barcellos — Não  
Antero de Barros — Não  
Antônio Carlos Franco — Sim  
Antônio Carlos Konder Reis — Sim  
Antônio de Jesus — Não  
Antonio Mariz — Não  
Antonio Perosa — Não  
Arnaldo Faria de Sá — Não  
Arnaldo Martins — Sim  
Arnaldo Moraes — Não  
Arnaldo Prieto — Não  
Artenir Werner — Não  
Artur da Távola — Não  
Asdrubal Bentes — Não

Átila Lira — Não  
 Augusto Carvalho — Não  
 Basílio Villani — Não  
 Benedicto Monteiro — Não  
 Benedita da Silva — Não  
 Benito Gama — Não  
 Beth Azize — Não  
 Bocayuva Cunha — Não  
 Bonifácio de Andrada — Não  
 Caio Pompeu — Não  
 Carlos Alberto Caó — Não  
 Carlos Benevides — Não  
 Carlos Cardinal — Não  
 Carlos Chiarelli — Sim  
 Carlos Mosconi — Não  
 Carlos Sant'Anna — Não  
 Carrel Benevides — Não  
 Cássio Cunha Lima — Não  
 Célio de Castro — Não  
 Celso Dourado — Não  
 César Maia — Não  
 Chagas Rodrigues — Não  
 Cid Carvalho — Não  
 Cid Sabóia de Carvalho — Não  
 Cláudio Ávila — Não  
 Costa Ferreira — Não  
 Dálton Canabrava — Não  
 Darcy Deitos — Não  
 Darcy Pozza — Não  
 Daso Coimbra — Não  
 Davi Alves Silva — Não  
 Delfim Netto — Não  
 Délio Braz — Não  
 Denisar Arneiro — Sim  
 Dionísio Dal Prá — Não  
 Dionísio Hage — Não  
 Dirce Tutu Quadros — Não  
 Dirceu Carneiro — Não  
 Domingos Leonelli — Sim  
 Doreto Campanari — Não  
 Edésio Frias — Não  
 Edme Tavares — Não  
 Edmilson Valentim — Não  
 Eduardo Bonfim — Não  
 Eduardo Jorge — Não  
 Eduardo Moreira — Não  
 Egidio Ferreira Lima — Sim  
 Elias Murad — Não  
 Eliel Rodrigues — Não  
 Enoc Vieira — Não  
 Eraldo Tinoco — Não  
 Eraldo Trindade — Não  
 Erico Pegoraro — Sim  
 Etevaldo Nogueira — Não  
 Euclides Scalco — Não  
 Eunice Michiles — Não  
 Expedito Machado — Não  
 Fábio Feldmann — Não  
 Farabulini Júnior — Não  
 Fausto Rocha — Não  
 Felipe Mendes — Não  
 Fernando Bezerra Coelho — Não  
 Fernando Lyra — Sim  
 Fernando Santana — Não  
 Firmo de Castro — Não  
 Flavio Palmier da Veiga — Não  
 Florestan Fernandes — Não  
 Floriceno Paixão — Não  
 França Teixeira — Não  
 Francisco Carneiro — Sim  
 Francisco Coelho — Não

Francisco Dias Alves — Não  
 Francisco Kuster — Sim  
 Francisco Rollemberg — Não  
 Francisco Rossi — Não  
 Gabriel Guerreiro — Não  
 Gandi Jamil — Não  
 Gastone Righi — Não  
 Genebaldo Correia — Não  
 Genésio Bernardino — Não  
 Geovani Borges — Sim  
 Geraldo Alckmin Filho — Não  
 Geraldo Bulhões — Não  
 Geraldo Campos — Não  
 Gerson Peres — Não  
 Gilson Machado — Não  
 Gonzaga Patriota — Sim  
 Guilherme Palmeira — Não  
 Gumercindo Milhomem — Não  
 Harlan Gadelha — Sim  
 Haroldo Lima — Não  
 Haroldo Sabóia — Não  
 Hélio Costa — Não  
 Hélio Manhães — Não  
 Henrique Córdova — Não  
 Heráclito Fortes — Não  
 Hermes Zaneti — Não  
 Humberto Lucena — Não  
 Humberto Souto — Não  
 Ibsen Pinheiro — Não  
 Inocêncio Oliveira — Não  
 Iram Saraiva — Não  
 Irapuan Costa Júnior — Não  
 Irma Passoni — Não  
 Ismael Wanderley — Não  
 Itamar Franco — Não  
 Ivo Lech — Não  
 Ivo Mainardi — Não  
 Jacy Scanagatta — Não  
 Jairo Azi — Não  
 Jairo Carneiro — Não  
 Jamil Haddad — Não  
 Jayme Paliarin — Não  
 Jesualdo Cavalcanti — Não  
 João Agripino — Sim  
 João Calmon — Não  
 João Carlos Bacelar — Não  
 João da Mata — Não  
 João Machado Rollemberg — Sim  
 João Menezes — Sim  
 João Natal — Sim  
 João Paulo — Sim  
 Joaquim Bevilacqua — Não  
 Jofran Frejat — Não  
 Jonas Pinheiro — Não  
 Jorge Arbage — Não  
 Jorge Bornhausen — Não  
 Jorge Hage — Não  
 Jorge Leite — Não  
 Jorge Medauar — Não  
 Jorge Queved — Sim  
 Jorge Vianna — Não  
 José Carlos Coutinho — Não  
 José Carlos Grecco — Não  
 José Carlos Martinez — Não  
 José Carlos Sabóia — Não  
 José Costa — Sim  
 José da Conceição — Não  
 José Egreja — Não  
 José Fernandes — Não  
 José Fogaça — Não  
 José Genoíno — Não

José Geraldo — Sim  
 José Guedes — Não  
 José Ignácio Ferreira — Não  
 José Jorge — Não  
 José Lins — Não  
 José Lourenço — Não  
 José Luiz de Sá — Não  
 José Luiz Maia — Não  
 José Maria Eymael — Não  
 José Maurício — Não  
 José Melo — Não  
 José Moura — Não  
 José Paulo Bisol — Sim  
 José Queiroz — Abstenção  
 José Richa — Não  
 José Santana de Vasconcellos — Não  
 José Tavares — Não  
 José Thomaz Nonô — Não  
 José Tinoco — Não  
 José Ulisses de Oliveira — Não  
 José Viana — Não  
 José Yunes — Não  
 Jovanni Masini — Não  
 Juarez Antunes — Não  
 Júlio Campos — Não  
 Júlio Costamilan — Não  
 Jutahy Magalhães — Não  
 Koyu Iha — Não  
 Lavoisier Maia — Não  
 Leite Chaves — Não  
 Lélcio Souza — Não  
 Leopoldo Peres — Não  
 Leur Lomanto — Não  
 Levy Dias — Não  
 Lezio Sathler — Não  
 Lídice da Mata — Não  
 Louremberg Nunes Rocha — Não  
 Lúcia Vânia — Não  
 Lúcio Alcântara — Não  
 Luís Eduardo — Não  
 Luís Roberto Ponte — Não  
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim  
 Luiz Freire — Não  
 Luiz Gushiken — Não  
 Luiz Henrique — Sim  
 Luiz Inácio Lula da Silva — Não  
 Luiz Marques — Não  
 Luiz Salomão — Não  
 Lysâneas Maciel — Não  
 Maguito Vilela — Sim  
 Manoel Moreira — Não  
 Manoel Ribeiro — Não  
 Mansueto de Lavor — Não  
 Manuel Viana — Não  
 Marcelo Cordeiro — Não  
 Márcio Braga — Não  
 Márcio Lacerda — Não  
 Marco Maciel — Não  
 Marcondes Gadelha — Sim  
 Marcos Lima — Não  
 Marcos Perez Queiroz — Sim  
 Maria de Lourdes Abadia — Não  
 Mário Assad — Não  
 Mário Covas — Não  
 Mário de Oliveira — Não  
 Mário Lima — Não  
 Marluce Pinto — Não  
 Matheus Jensen — Não  
 Maurício Corrêa — Não  
 Maurício Fruct — Não  
 Maurício Nasser — Não

Maurílio Ferreira Lima — Sim  
 Mauro Benevides — Não  
 Mauro Campos — Não  
 Mauro Sampaio — Sim  
 Max Rosenmann — Não  
 Melo Freire — Não  
 Mendes Botelho — Não  
 Mendes Canale — Não  
 Mendes Ribeiro — Não  
 Messias Góis — Não  
 Messias Soares — Não  
 Michel Temer — Não  
 Milton Barbosa — Não  
 Milton Reis — Não  
 Miro Teixeira — Não  
 Moema São Thiago — Não  
 Mozarildo Cavalcanti — Não  
 Mussa Demes — Não  
 Myrian Portella — Não  
 Naphtali Alves de Souza — Sim  
 Nelson Aguiar — Não  
 Nelson Carneiro — Não  
 Nelson Jobim — Não  
 Nelson Seixas — Não  
 Nelson Wedekin — Não  
 Nelton Friedrich — Não  
 Nestor Duarte — Não  
 Ney Maranhão — Não  
 Nilson Gibson — Sim  
 Nion Albemaz — Não  
 Norberto Schwantes — Não  
 Nyder Barbosa — Não  
 Odacir Soares — Não  
 Olívio Dutra — Não  
 Onofre Corrêa — Não  
 Orlando Bezerra — Não  
 Orlando Pacheco — Não  
 Oscar Corrêa — Não  
 Osmar Leitão — Não  
 Osvaldo Bender — Não  
 Osvaldo Coelho — Não  
 Osvaldo Macedo — Não  
 Osvaldo Almeida — Não  
 Osvaldo Trevisan — Não  
 Ottomar Pinto — Não  
 Paulo Almada — Não  
 Paulo Delgado — Não  
 Paulo Macarini — Não  
 Paulo Marques — Não  
 Paulo Mincarone — Não  
 Paulo Paim — Não  
 Paulo Ramos — Não  
 Paulo Roberto Cunha — Não  
 Paulo Silva — Não  
 Pedro Canedo — Não  
 Pedro Ceolin — Não  
 Pimenta da Veiga — Não  
 Plínio Arruda Sampaio — Não  
 Pompeu de Sousa — Não  
 Rachid Saldanha Derzi — Não  
 Raimundo Lira — Não  
 Raimundo Rezende — Não  
 Raquel Cândido — Sim  
 Raquel Capiberibe — Não  
 Raul Belém — Não  
 Renan Calheiros — Não  
 Renato Johnsson — Não  
 Renato Vianna — Não  
 Ricardo Fiuza — Não  
 Ricardo Izar — Não  
 Rita Camata — Não

Rita Furtado — Não  
 Roberto Augusto — Não  
 Roberto Brant — Não  
 Roberto Campos — Não  
 Roberto Freire — Não  
 Roberto Torres — Não  
 Roberto Vital — Não  
 Robson Marinho — Não  
 Rodrigues Palma — Não  
 Ronaldo Aragão — Não  
 Ronaldo Cezar Coelho — Não  
 Ronan Tito — Não  
 Ronaro Corrêa — Não  
 Rosa Prata — Não  
 Rosário Congro Neto — Não  
 Rubem Medina — Não  
 Ruben Figueiró — Não  
 Ruberval Pilotto — Não  
 Sadie Hauache — Não  
 Samir Achôa — Não  
 Sandra Cavalcanti — Sim  
 Santinho Furtado — Não  
 Sérgio Brito — Não  
 Sérgio Wernicke — Não  
 Severo Gomes — Não  
 Sigmaringa Seixas — Não  
 Sílvio Abreu — Não  
 Simão Sessim — Não  
 Siqueira Campos — Não  
 Sólón Borges dos Reis — Não  
 Tadeu França — Não  
 Telmo Kirst — Não  
 Teotônio Vilela Filho — Não  
 Tito Costa — Não  
 Ubiratan Aguiar — Não  
 Ubiratan Spinelli — Não  
 Valmir Campelo — Não  
 Vasco Alves — Não  
 Vicente Bogo — Sim  
 Victor Faccioni — Não  
 Victor Fontana — Não  
 Victor Trovão — Não  
 Vilson Souza — Sim  
 Vinicius Cansanção — Não  
 Virgílio Galassi — Não  
 Virgílio Guimarães — Não  
 Vitor Buaiz — Não  
 Vladimir Palmeira — Não  
 Wagner Lago — Não  
 Waldyr Pugliesi — Não  
 Wilma Maia — Não  
 Wilson Campos — Sim  
 Wilson Martins — Não  
 Ziza Valadares — Não

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Sobre a mesa, os seguintes requerimentos de destaque:

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE**  
**Nº 1.303**

Senhor Presidente,  
 Requeiro destaque para Emenda nº 2T01482-1  
 — **João Natal**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE**  
**Nº 1.704**

Senhor Presidente,  
 Requeiro destaque para a Emenda nº  
 2T00158-4 — Suprima-se o inciso VII do art. 135,  
 Inciso VII — Exercer o controle externo da ati-

dade policial, na forma da lei complementar. —  
**João de Deus Antunes.**

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 São as seguintes as emendas destacadas:

**EMENDA Nº 1.482**  
 (Do Sr. João Natal)

No projeto de Constituição (B), suprima-se o  
 inciso VII do art. 135.

**EMENDA Nº 158**  
 (Do Sr. João de Deus Antunes)

Suprima-se o inciso VII do art. 135 do Projeto  
 de Constituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Anuncio o Destaque nº 1303, do nobre Constituinte João Natal, e o Destaque nº 1704, do nobre Constituinte João de Deus. Ambos desejam suprimir do art. 135, que trata das funções institucionais do Ministério Público, o inciso VII, que tem a seguinte redação:

“VII — exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar”.

Os nobres autores do destaque desejam retirar esta atribuição do Ministério Público.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte João Natal, um dos autores.

**O SR. JOÃO NATAL** (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Constituintes, em virtude de esta matéria não ter recebido o beneplácito das Lideranças, gostaria de merecer a atenção dos companheiros e companheiras Constituintes, sobretudo das Lideranças, porque tenho a certeza de que o argumento que vou expender neste instante não foi objeto de apreciação daqueles que acuradamente têm-se dado ao estafante trabalho de preparar as matérias para serem submetidas à última, definitiva e soberana apreciação deste plenário.

O art. 135, inciso VII do texto constitucional estabelece, dentre outras funções reservadas ao Ministério Público, a de exercer o controle externo da atividade policial na forma da lei complementar. O que queremos com a emenda supressiva proposta? Queremos extirpar essa disposição do texto constitucional. Por que fazê-la? Porque entendemos — e gostaríamos que V. Ex<sup>a</sup> acompanhasse o raciocínio comigo — que o inciso VII do art. 135 está em flagrante colisão com o que estabelece o § 6º do art. 150. O que diz esse parágrafo? Diz que os Corpos de Bombeiros Militares e as Polícias Militares e Cíveis se subordinam aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, o que equivale dizer que essas corporações estão diretamente subordinadas ao Poder Executivo. Os nossos representantes do Ministério Público, que, em boa hora, foram aquinhoados por régias atribuições dentro desse texto constitucional, quase se chegando à criação de quatro poderes, não podem ter ingerência em uma área que está reservada às Polícias Militar e Civil e ao Corpo de Bombeiros, que, por suas inspetorias e corregedorias, se autofiscalizam e realizam esse trabalho de controle, imiscuindo-se sobretudo em uma atribuição, em uma competência reservada ao Poder Executivo. Quero chamar a atenção das nossas Lideranças para este

fato. Compreendo que, realmente, a exaustão dos trabalhos talvez nos tenha levado a não analisar mais detidamente essa matéria. O meu alerta é no sentido de dar minha contribuição ao esclarecimento do assunto, para que não permitamos que um erro crasso e flagrante como esse fique como uma fratura exposta consignada no texto constitucional.

Por essa razão, solicito — pleiteio mesmo — uma reconsideração de posição por parte das lideranças aqui presentes e também pelo Sr. Relator, com quem tive condições de conversar detidamente a respeito da matéria. Solicitamos a aprovação da nossa emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — O Relator se manifesta pela não-aprovação do texto.

Passemos à votação.

A Mesa reitera apelo aos companheiros no sentido de que permaneçam até às vinte horas, para que possamos votar as emendas programadas dentro das nossas etapas na presente reunião.

Permaneçam no plenário. Não se ausentem, por favor.

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará contra a emenda. É um dos grandes avanços na questão do Ministério Público e da segurança neste País.

**O Sr. César Maia** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra

**O SR. CÉSAR MAIA** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Presidente, o PDT votará "não" ao acordo.

**O Sr. José Genoíno** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT votará "não" para manter o texto, que é um grande avanço.

**O Sr. Eduardo Bonfim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. EDUARDO BONFIM** (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente o PC do B votará "não".

**O Sr. Bonifácio de Andrada** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS recomenda à sua bancada que vote "não".

**O Sr. Ibsen Pinheiro** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra

**O SR. IBSEN PINHEIRO** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB mantém o acordo, acompanha o Relator e vota "não".

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em face do acordo, o Partido da Frente Liberal recomenda à sua bancada que vote "não".

**O Sr. Ademir Andrade** — Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB votará "não".

**O Sr. José Maria Eymael** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a liderança do PDC votará "não".

**O Sr. Elias Murad** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ELIAS MURAD** (PTB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTB votará "não".

**O Sr. Artur da Távola** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ARTUR DA TÁVOLA** (PSDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Passa-se à votação.

(*Procede-se à votação*)

**O Sr. Octávio Elísio** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. OCTÁVIO ELÍSIO** (PSDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na votação anterior o meu nome não apareceu no painel eletrônico. O meu voto foi "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Constará a declaração de V. Exª

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A mesa vai proclamar o resultado (votação nº 881):

SIM — 22  
NÃO — 344  
ABSTENÇÃO — 3  
TOTAL — 369

As Emendas foram rejeitadas.

*VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:*

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção  
Acival Gomes — Não  
Ademir Andrade — Não  
Adhemar de Barros Filho — Não  
Adolfo Oliveira — Não  
Adroaldo Streck — Não  
Alyson Motta — Sim  
Aécio Neves — Não  
Afonso Arinos — Não  
Agassiz Almeida — Não  
Aripino de Oliveira Lima — Não  
Airton Cordeiro — Não  
Alarico Abib — Não  
Albano Franco — Não  
Albérico Cordeiro — Não  
Alceni Guerra — Não  
Aldo Arantes — Não  
Alfredo Campos — Não  
Almir Gabriel — Não  
Aloysio Teixeira — Não  
Aluizio Campos — Não  
Álvaro Antônio — Não  
Alysson Paulinelli — Não  
Amaral Netto — Não  
Amaury Müller — Não  
Amílcar Moreira — Não  
Anna Maria Rattes — Não  
Annibal Barcellos — Não  
Antero de Barros — Não  
Antônio Carlos Franco — Não  
Antônio Carlos Konder Reis — Não  
Antônio de Jesus — Sim  
Antonio Mariz — Não  
Antonio Perosa — Não  
Arnaldo Faria de Sá — Sim  
Arnaldo Martins — Sim  
Arnaldo Moraes — Não  
Arnaldo Prieto — Não  
Artenir Werner — Não  
Artur da Távola — Não  
Asdrubal Bentes — Não  
Átila Lira — Não  
Augusto Carvalho — Não  
Benedicto Monteiro — Não  
Benedita da Silva — Não  
Benito Gama — Não  
Bernardo Cabral — Não  
Beth Azize — Não  
Bocayuva Cunha — Não  
Carlos Alberto Caó — Não  
Carlos Benevides — Não  
Carlos Cardinal — Não  
Carlos Chiarelli — Não  
Carlos De'Carli — Não  
Carlos Mosconi — Não  
Carlos Sant'Anna — Não  
Carrel Benevides — Não  
Cássio Cunha Lima — Não  
Célio de Castro — Não  
Celso Dourado — Não  
César Maia — Não  
Chagas Duarte — Não  
Chagas Rodrigues — Não  
Cid Carvalho — Não

Cid Sabóia de Carvalho — Não  
 Cláudio Ávila — Não  
 Costa Ferreira — Não  
 Cunha Bueno — Sim  
 Dálton Canabrava — Não  
 Darcy Deitos — Não  
 Daso Coimbra — Não  
 Davi Alves Silva — Não  
 Del Bosco Amaral — Não  
 Delfim Netto — Não  
 Délio Braz — Sim  
 Denisar Arneiro — Não  
 Dionísio Hage — Não  
 Dirce Tutu Quadros — Não  
 Dirceu Carneiro — Não  
 Domingos Leonelli — Não  
 Doreto Campanari — Não  
 Edivaldo Motta — Não  
 Edme Tavares — Não  
 Edmilson Valentim — Não  
 Eduardo Bonfim — Não  
 Eduardo Jorge — Não  
 Eduardo Moreira — Não  
 Egídio Ferreira Lima — Não  
 Elias Murad — Não  
 Eliel Rodrigues — Não  
 Eraldo Tinoco — Não  
 Eraldo Trindade — Não  
 Erico Pegoraro — Sim  
 Etevaldo Nogueira — Sim  
 Euclides Scalco — Não  
 Eunice Michiles — Não  
 Expedito Machado — Não  
 Fábio Feldmann — Não  
 Farabulini Júnior — Não  
 Fausto Rocha — Não  
 Felipe Mendes — Não  
 Fernando Bezerra Coelho — Não  
 Fernando Gasparian — Não  
 Fernando Gomes — Sim  
 Fernando Lyra — Não  
 Fernando Santana — Não  
 Firmo de Castro — Não  
 Flavio Palmier da Veiga — Não  
 Florestan Fernandes — Não  
 Floriceno Paixão — Não  
 França Teixeira — Não  
 Francisco Carneiro — Não  
 Francisco Dias Alves — Não  
 Francisco Küster — Não  
 Francisco Rollemberg — Não  
 Francisco Rossi — Não  
 Francisco Sales — Não  
 Gabriel Guerreiro — Não  
 Gandi Jamil — Não  
 Gastone Righi — Não  
 Genebaldo Correia — Não  
 Genésio Bernardino — Não  
 Geovani Borges — Sim  
 Geraldo Alckmin Filho — Não  
 Geraldo Bulhões — Não  
 Geraldo Campos — Não  
 Gerson Peres — Sim  
 Gilson Machado — Não  
 Gonzaga Patriota — Não  
 Guilherme Palmeira — Não  
 Gumercindo Milhomem — Não  
 Harlan Gadelha — Sim  
 Haroldo Lima — Não  
 Haroldo Sabóia — Não  
 Hélio Costa — Não

Hélio Duque — Não  
 Hélio Manhães — Não  
 Henrique Córdova — Não  
 Hermes Zaneti — Não  
 Humberto Souto — Não  
 Ibsen Pinheiro — Não  
 Inocêncio Oliveira — Não  
 Iram Saraiva — Não  
 Irupuan Costa Júnior — Não  
 Irma Passoni — Não  
 Ismael Wanderley — Não  
 Itamar Franco — Não  
 Ivo Lech — Não  
 Ivo Mainardi — Não  
 Jacy Scanagatta — Não  
 Jairo Azi — Não  
 Jairo Carneiro — Abstenção  
 Jamil Haddad — Não  
 Jayme Paliarin — Não  
 Jayme Santana — Não  
 Jesualdo Cavalcanti — Não  
 Jesus Tajra — Não  
 João Agripino — Não  
 João Calmon — Não  
 João Carlos Bacelar — Não  
 João da Mata — Não  
 João Machado Rollemberg — Não  
 João Menezes — Não  
 João Natal — Sim  
 João Paulo — Não  
 Joaquim Bevilacqua — Não  
 Jonas Pinheiro — Sim  
 Jorge Arbage — Não  
 Jorge Bornhausen — Não  
 Jorge Leite — Não  
 Jorge Medauar — Não  
 Jorge Quequed — Não  
 Jorge Vianna — Não  
 José Carlos Coutinho — Não  
 José Carlos Grecco — Não  
 José Carlos Martínez — Não  
 José Carlos Sabóia — Não  
 José Costa — Não  
 José da Conceição — Não  
 José Egreja — Não  
 José Fernandes — Não  
 José Fogaça — Não  
 José Freire — Não  
 José Genoíno — Não  
 José Geraldo — Não  
 José Guedes — Não  
 José Ignácio Ferreira — Não  
 José Lins — Não  
 José Luiz de Sá — Não  
 José Maria Eymael — Não  
 José Maurício — Não  
 José Melo — Não  
 José Moura — Não  
 José Paulo Bisol — Não  
 José Queiroz — Não  
 José Richa — Não  
 José Santana de Vasconcellos — Não  
 José Tavares — Sim  
 José Thomaz Nonô — Não  
 José Ulisses de Oliveira — Não  
 José Viana — Não  
 José Yunes — Não  
 Juarez Antunes — Não  
 Júlio Campos — Não  
 Júlio Costamilan — Não  
 Jutahy Magalhães — Não

Koyu Iha — Não  
 Leite Chaves — Não  
 Lélio Souza — Não  
 Leopoldo Peres — Não  
 Leur Lomanto — Não  
 Levy Dias — Não  
 Lezio Sathler — Não  
 Lídice da Mata — Não  
 Lourenberg Nunes Rocha — Não  
 Lúcia Vânia — Não  
 Lúcio Alcântara — Não  
 Luís Eduardo — Não  
 Luís Roberto Ponte — Não  
 Luiz Alberto Rodrigues — Não  
 Luiz Freire — Não  
 Luiz Gushiken — Não  
 Luiz Inácio Lula da Silva — Não  
 Luiz Marques — Não  
 Luiz Salomão — Sim  
 Luiz Viana Neto — Não  
 Lysâneas Maciel — Não  
 Maguito Vilela — Não  
 Maluly Neto — Não  
 Manoel Ribeiro — Não  
 Mansueto de Lavor — Não  
 Manuel Viana — Não  
 Marcelo Cordeiro — Não  
 Márcia Kubitschek — Não  
 Márcio Braga — Não  
 Márcio Lacerda — Não  
 Marco Maciel — Não  
 Marcondes Gadelha — Não  
 Marcos Lima — Não  
 Marcos Perez Queiroz — Não  
 Maria de Lourdes Abadia — Não  
 Mário Assad — Não  
 Mário Coyas — Não  
 Mário de Oliveira — Não  
 Mário Lima — Não  
 Marluce Pinto — Não  
 Matheus Iensen — Não  
 Mattos Leão — Não  
 Maurício Corrêa — Não  
 Maurício Fruet — Não  
 Maurício Nasser — Não  
 Maurílio Ferreira Lima — Não  
 Mauro Benevides — Não  
 Mauro Campos — Não  
 Mauro Sampaio — Não  
 Melo Freire — Não  
 Mendes Canale — Não  
 Mendes Ribeiro — Não  
 Messias Soares — Não  
 Michel Temer — Sim  
 Milton Barbosa — Não  
 Milton Reis — Não  
 Miro Teixeira — Sim  
 Moema São Thiago — Não  
 Mozarildo Cavalcanti — Não  
 Mussa Demes — Não  
 Myrian Portella — Não  
 Naphtali Alves de Souza — Sim  
 Nelson Aguiar — Não  
 Nelson Carneiro — Não  
 Nelson Jobim — Não  
 Nelson Seixas — Não  
 Nelson Wedekin — Não  
 Nelson Friedrich — Não  
 Ney Maranhão — Não  
 Nilson Gibson — Sim  
 Norberto Schwantes — Não

Nyder Barbosa — Não  
 Octávio Elisio — Não  
 Odacir Soares — Não  
 Olívio Dutra — Não  
 Onofre Corrêa — Não  
 Orlando Bezerra — Não  
 Orlando Pacheco — Sim  
 Osmar Leitão — Não  
 Osvaldo Bender — Não  
 Osvaldo Coelho — Não  
 Osvaldo Macedo — Não  
 Osvaldo Sobrinho — Não  
 Osvaldo Almeida — Não  
 Osvaldo Trevisan — Não  
 Ottomar Pinto — Não  
 Paes de Andrade — Não  
 Paulo Almada — Não  
 Paulo Delgado — Não  
 Paulo Macarini — Não  
 Paulo Marques — Não  
 Paulo Mincarone — Não  
 Paulo Paim — Não  
 Paulo Ramos — Não  
 Paulo Roberto Cunha — Não  
 Paulo Silva — Não  
 Pedro Canedo — Não  
 Pedro Ceolin — Não  
 Pimenta da Veiga — Não  
 Plínio Arruda Sampaio — Não  
 Pompeu de Sousa — Não  
 Rachid Saldanha Derzi — Não  
 Raimundo Bezerra — Não  
 Raimundo Lira — Não  
 Raimundo Rezende — Não  
 Raquel Capiberibe — Não  
 Raul Belém — Não  
 Raul Ferraz — Não  
 Renan Calheiros — Sim  
 Renato Johnsson — Não  
 Renato Vianna — Não  
 Ricardo Fiuza — Não  
 Ricardo Izar — Não  
 Rita Camata — Não  
 Roberto Augusto — Não  
 Roberto Brant — Não  
 Roberto Campos — Não  
 Roberto Freire — Não  
 Roberto Torres — Não  
 Roberto Vital — Não  
 Robson Marinho — Não  
 Ronaldo Aragão — Não  
 Ronaldo Cezar Coelho — Não  
 Ronan Tito — Não  
 Ronaro Corrêa — Não  
 Rosa Prata — Não  
 Rosario Congro Neto — Não  
 Rospide Netto — Não  
 Rubem Medina — Não  
 Ruben Figueiró — Não  
 Ruberval Pilotto — Não  
 Sadie Hauache — Não  
 Samir Achôa — Não  
 Sandra Cavalcanti — Não  
 Santinho Furtado — Não  
 Sérgio Spada — Não  
 Sérgio Werneck — Não  
 Sigmaringa Seixas — Não  
 Sílvio Abreu — Não  
 Siqueira Campos — Não  
 Sólion Borges dos Reis — Não  
 Tadeu França — Não

Telmo Kirst — Não  
 Teotônio Vilela Filho — Não  
 Tito Costa — Não  
 Ubiratan Aguiar — Não  
 Ubiratan Spinelli — Abstenção  
 Ulysses Guimarães — Abstenção  
 Valmir Campelo — Não  
 Vasco Alves — Não  
 Vicente Bogo — Não  
 Victor Faccioni — Não  
 Victor Fontana — Não  
 Victor Trovão — Não  
 Vilson Souza — Não  
 Vinicius Cansanção — Não  
 Virgílio Guimarães — Não  
 Vitor Buaz — Não  
 Vladimir Palmeira — Não  
 Wagner Lago — Não  
 Waldyr Pugliesi — Não  
 Wilma Maia — Não  
 Wilson Campos — Não  
 Wilson Martins — Não

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Anuncio o Destaque de nº 397, do nobre Constituinte Amílcar Moreira; e Destaque nº 853, do nobre Constituinte Adroaldo Streck. Pergunto se estão presentes os nobres Constituintes. O nobre Constituinte Amílcar Moreira está presente? (Pausa.)

**O Sr. Adroaldo Streck** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ADROALDO STRECK** (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, retiro o meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — S. Exª retira, com os nossos cumprimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Destaques nº 568, do nobre Constituinte Arolde de Oliveira, ao art. 135, § 3º; nº 1.292 e 1.294, de autoria do nobre Constituinte Júlio Campos. S. Exª deseja a supressão parcial do art. 135, § 3º

Pergunto ao nobre Constituinte Arolde de Oliveira se mantém o destaque. (Pausa.) O nobre Constituinte Arolde de Oliveira não se encontra presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Como se manifesta o nobre Constituinte Júlio Campos? (Pausa.) S. Exª retira o destaque. (Palmas.)

**O Sr. Luiz Salomão** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. LUIZ SALOMÃO** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra apenas para retificar meu voto. No painel, registrou-se "sim", mas meu voto é "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Destaque nº 885, de autoria do nobre Constituinte Hélio Duque.

Como se manifesta o nobre Constituinte Hélio Duque? (Pausa.) S. Exª retira o destaque. (Palmas.)

**O Sr. Mendes Botelho** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. MENDES BOTELHO** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na votação anterior, meu voto foi "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Anuncio o Destaque nº 609, art. 137, § 3º, do Constituinte João Agripino. S. Exª deseja retirar o § 3º, que diz:

"Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei."

Concedo a palavra ao Constituinte João Agripino.

**O SR. JOÃO AGRIPINO** (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a inserção deste parágrafo no capítulo da Advocacia Geral da União está tecnicamente errada, porque diz o caput do artigo:

A Advocacia Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo."

Quando houve o acordo que resultou neste texto, foi inserido este parágrafo. Agora, esqueceram de retirar — e chamo a atenção do Sr. Relator para isso — o parágrafo correspondente nas Disposições Transitórias, que permaneceu e entra em conflito com este aqui. Tecnicamente está errado, porque a lei complementar é que deveria definir o que compete à Procuradoria da Fazenda Nacional. Atribuir antes e constitucionalmente à Procuradoria a tarefa de cobrar a dívida ativa da União — com o que concordo plenamente — está errado porque não se incluiu a dívida da Previdência. A lei complementar definirá quem irá cobrá-la.

Mas, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srª e Srs. Constituintes, a esta altura rendo-me à ditadura das Lideranças e retiro a minha emenda. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A emenda foi retirada, com os nossos aplausos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Do nobre Constituinte Antonio Carlos Konder Reis, Destaque nº 63 ao art. 139, parágrafo único. (Pausa.)

O nobre Constituinte Antonio Carlos Konder Reis retirou seu destaque, com nossos aplausos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa a Emenda nº 86 — Do Sr. Ibsen Pinheiro.

Dê-se ao inciso VII, do art. 135, a seguinte redação:

"Art. 135. ....

VII — exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior."



**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Acolho a emenda, tendo em vista que visa restabelecer o texto original votado no 1º turno.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa as seguintes emendas:

**EMENDA Nº 337**  
(Do Sr. Mello Reis)

Dê-se ao § 2º, do art. 137, do Projeto de Constituição B — Redação para o Segundo Turno de Discussão e Votação, a seguinte redação:

“§ 2º O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.”

**EMENDA Nº 33**  
(Do Sr. Roberto Brant)

Dê-se ao § 2º, do art. 137, do Projeto de Constituição B — Redação para o Segundo Turno de Discussão e Votação, a seguinte redação:

“§ 2º O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.”

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Acolho as emendas, tendo em vista que visam restabelecer o título original, votado em 1º turno.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, os seguintes requerimentos de destaque:

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 467**

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00106-1 — **Luís Eduardo**.

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 600**

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T01212-8. — **Carlos Vinagre**.

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.050**

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00253-0 — **Moema São Thiago**.

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.487**

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00106-1 — **Carlos Benevides**.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — São as seguintes as emendas destacadas:

**EMENDA Nº 106**  
(Do Sr. Luís Eduardo)

Emenda Supressiva total do art. 140 do Projeto de Constituição “B” (redação para o 2º Turno).

**EMENDA Nº 1.212**  
(Do Sr. Carlos Vinagre)

Suprima-se o art. 140 do Projeto de Constituição “B”.

**EMENDA Nº 253**  
(Da Sra. Moema São Thiago)

Suprima-se o Art. 140 do Projeto de Constituição “B”.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Anuncio vários destaques ao art. 140: Destaque nº 467, do Constituinte Luís Eduardo; Destaque nº 600, do Constituinte Carlos Vinagre; Destaque nº 1.050, da Constituinte Moema São Thiago, e o Destaque nº 1.487, do Constituinte Carlos Benevides.

O objetivo é suprimir o art. 140, que diz:

“Às carreiras disciplinadas neste Título aplica-se o princípio do art. 38, XII, e o art. 40, § 1º”

Está inscrita para falar a nobre Constituinte Beth Azize, a quem concedo a palavra.

**A SR. BETH AZIZE** (PSDB — AM. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, fui incumbida pela ilustre Deputada Moema São Thiago de defender sua emenda supressiva ao art. 140.

O art. 140 diz o seguinte

“Às carreiras disciplinadas neste Título aplica-se o princípio do art. 38, XII, e o art. 40, § 1º”

Pego a atenção dos Srs. Constituintes para esta matéria, porque é da maior importância e não se trata apenas de ação entre amigos. Trata-se muito mais de um “trem da alegria”, que a Constituinte não pode aprovar.

Diz o art. 40, § 1º:

“A lei assegurará, aos servidores da administração direta, autarquias e fundações públicas, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre os de servidores do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.”

Vou citar para V. Ex<sup>as</sup> quais são as carreiras disciplinadas nos Capítulos III e IV, do Título IV: magistratura, Ministério Público, delegados de polícia, defensores públicos, advogados da União e, por força de interpretação e até de exegese, os advogados dos Estados e dos municípios. Também estão ali disciplinadas as carreiras de juiz de paz e de serventários extrajudiciais.

Falando português claro, para alguns leigos, isso significa que se quer dar equiparação de vencimentos — portanto, vínculo de vencimentos, princípio já proibido pelo texto que votamos — às carreiras disciplinadas nos Capítulos III e IV do Título IV.

Ora, Srs. Constituintes, meu ilustre e querido amigo, Relator Bernardo Cabral, em parecer a algumas emendas pertinentes à matéria, disse que o art. 140 não implica equiparação de vencimentos às carreiras já estabelecidas e disciplinadas nesses capítulos. Aí pergunto: se não se quer dar equiparação de vencimentos a essas carreiras, o que se pretende com o art. 140? Se não se quer nada, deve ser tirado do texto, porque não se pode admitir em uma Constituição um artigo inútil — e o dispositivo peca pela inutilidade. Portanto, aqui está um grave erro de técnica legislativa.

Vou dar a V. Ex<sup>as</sup> um exemplo prático. O art. 140 faz remissão ao art. 40, § 1º, que estabelece

o princípio da equiparação ou vinculação de vencimentos para servidores da administração direta. Isso significa que delegado de polícia vai ter o mesmo vencimento do juiz de Direito, que comissário de polícia vai fazer jus ao vencimento do promotor de Justiça. É verdade, sim, senhor, e não pode ser interpretado de maneira diferente. Não estamos aqui para adivinhar. Se não é isso que o art. 140 quer dizer, o que é, então? Que juiz de Direito deve ter o mesmo vencimento que juiz da Justiça Militar? Que juiz da Justiça Militar deve ter o mesmo vencimento que juiz do Trabalho? Isso não precisa ser dito, já está consagrado no princípio da isonomia salarial, que estabelece, para trabalho igual, salário igual. Mas admitir que se deve estender essa ação entre amigos, como alguns até já chamaram, essa corrente da felicidade e dar o mesmo vencimento de delegado de polícia a promotor de Justiça e a juiz de Direito... Não sei mais como se deve interpretar.

Pego desculpas ao meu querido amigo, Relator Bernardo Cabral. Até entendo sua situação quando diz que o artigo não quer dizer exatamente isso, que apenas sugere uma equiparação de vencimentos. Mas não estamos fazendo uma Carta de sugestões; estamos fazendo uma Carta de princípios, e esses princípios não podem fugir à moral e aos bons costumes do Direito brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Com a palavra o Constituinte Miro Teixeira, para encaminhar a votação.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inúmeros companheiros me solicitaram que viesse à tribuna produzir algumas explicações. Por que produzir explicações? Porque estamos tratando de texto resultante de um acordo demorado, que envolveu uma negociação direta entre as categorias que aqui, nesse dispositivo, estão, de todas as maneiras, relacionadas, quer seja a magistratura, o Ministério Público ou a Polícia.

Nessa negociação percebeu-se, desde logo, que se refletia na Assembléia Nacional Constituinte uma espécie de discriminação, resultante dos vícios do autoritarismo. A polícia do Brasil, lamentavelmente, adquiriu uma imagem que não é a ideal na sociedade desenvolvida. Essa é a verdade que precisa ser dita. É fundamental, também, que se criem condições para que tenhamos uma polícia que atue lado a lado com a sociedade. Foi isso que buscou o dispositivo resultante — repito — da negociação entre os líderes de todos os partidos e todas as categorias envolvidas.

O que se disse aqui foi que isonomia e equiparação seriam a mesma coisa. Com todos o respeito, isto é uma heresia jurídica. A isonomia de que trata o dispositivo diz respeito a quê? Diz respeito a vencimentos iguais, desde que haja circunstâncias iguais no trabalho, desde que haja jornadas iguais no trabalho. Isto é isonomia. A equiparação é definida pela autoridade administrativa e em instância recursal. Quem define a equiparação é a magistratura. No fundo, criou-se um dispositivo que permitirá a correção de injustiças.

Resultante de acordo entre todas as Lideranças de todos os partidos, ouvidos os representantes de todas as categorias, teve-se o cuidado de pro-

duzir uma redação que não permitirá os excessos apontados. Esta é a verdade. Já tivemos as Subcomissões, as Comissões Temáticas, a Comissão de Sistematização, o primeiro turno de votação e chegamos a este texto pacificando o relacionamento de magistrados, policiais e membros do Ministério Público.

Dizer que isso não interessa à sociedade, ninguém pode. No momento em que se luta contra o aumento da criminalidade e por melhores condições de trabalho para aqueles que devem realizar a defesa da sociedade, o que queremos é pacificar as relações entre as categorias, é fazer justiça. E a maneira de fazer justiça é manter o texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a sustentação da eminente Constituinte Beth Azize, a quem estou ligado por laços de amizade, lembrou-me a Epopéia de Virgílio, na sua "Eneida", na fundação de Cartago por Dido. E por quê, Sr. Presidente, V. Exª, que é um latinista famoso? Virgílio ali disse: **dux femina facti**, o chefe da facanha era uma mulher.

Qual é a facanha? Insurgir-se contra o acordo de lideranças, atribuindo a redação ao pobre do relator, que nada teve a ver com ela. De qualquer maneira, tive o cuidado de dizer, no meu parecer, por escrito, que esse dispositivo, no meu entendimento, jamais pretendeu impor uma equiparação de vencimentos entre todas as carreiras previstas no Título IV do Projeto.

E por quê? Porque isso, Srs. Constituintes, seria *distorder* o princípio da isonomia, que pressupõe cargos assemelhados ou de atribuições iguais, o que não acontece com todos os que integram as carreiras desse tipo, como, por exemplo, a magistratura. A grande verdade é que esse preceito determina um confronto das carreiras para se aferir tais pressupostos da isonomia. Apenas isso.

Por essa razão, sou pela rejeição, Sr. Presidente.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** (PMDB — CE Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, dada a gravidade desse dispositivo, tenho a impressão de que poderia haver mais um encaminhamento a favor e mais um contra, para deixar bem esclarecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Não posso fazer isso. Encerrou-se o contraditório. Vamos à votação.

**O Sr. Inocêncio Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PFL acompanha o ilustre relator e recomenda à sua bancada que vote "não".

**O Sr. Farabulini Júnior** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. FARABULINI JÚNIOR** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro vota "não".

**O Sr. César Maia** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. CÉSAR MAIA** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT, pelo acordo, vota "não".

**O Sr. Bonifácio de Andrada** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS recomenda à sua bancada que vote "não".

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará "não", em função do acordo realizado no primeiro turno.

**O Sr. José Maria Eymael** — Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL** (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Democrata Cristão, honrando o acordo celebrado, vota "não".

**O Sr. Artur da Távola** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. ARTUR DA TÁVOLA** (PSDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB não participou do acordo e, além disso, considera que há questões éticas superiores a qualquer acordo. Votaremos "sim".

**O Sr. Ibsen Pinheiro** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. IBSEN PINHEIRO** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o princípio da isonomia é absolutamente ético e foi a base do acordo. O PMDB vota "não".

**O Sr. Plínio Arruda Sampaio** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT votará "não", com o acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Passa-se à votação. A Mesa recorda, como todos

sabem, que com essa votação terminamos o Título IV.

Deveremos entrar então no Título V, que será objeto de exame por parte das Lideranças.

Sendo assim, esta será a última votação que iremos fazer, hoje, uma vez que encerramos a votação do Título IV da Constituição.

(*Procede-se à votação.*)

**O Sr. Amaury Müller** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. AMAURY MÜLLER** (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero retificar meu voto. Meu voto é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendida.

**O Sr. Firmo de Castro** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª está com a palavra.

**O SR. FIRMO DE CASTRO** (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito que o meu voto seja retificado. Assinalei "não" quando deveria ter votado "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

**O Sr. Paulo Delgado** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. PAULO DELGADO** (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes de terminar a votação nos postos avulsos, gostaria de fazer uma ponderação a V. Exª a respeito do acúmulo de destaques com votação adiada. Esse fato pode configurar um novo tipo de esforço concentrado, se não iniciarmos as votações desses destaques já a partir de amanhã.

Veja V. Exª que estamos aqui, nesta semana, neste esforço concentrado, fazendo com que se viabilize o final da votação do texto constitucional já no início de setembro. No entanto, se concentrarmos as matérias polêmicas, como parece estar começando a acontecer, pela própria publicação da Mesa, teremos um esforço concentrado de novo tipo, para as matérias polêmicas, que as lideranças se recusaram a votar em um ou dois dias. Teremos, repito, dois tipos de esforço concentrado. O dos Constituintes que carregam o piano — bem pesada a expressão — que estão levando esta Constituição até o fim e o dos Constituintes *prêt-à-porter*, que só vêm votar o que querem ganhar. Isso não é justo para com aqueles que estão sempre presentes. O acordo de lideranças na verdade nos envolve em uma operação, que, tenho certeza, não é planejada, mas acaba configurando um tipo de concentração de votação que vai criar um *quorum* artificial para votar aquilo que é polêmico.

É a ponderação que faço, Sr. Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A Mesa examinará a ponderação de V. Exª

**O Sr. Márcio Braga** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. MÁRCIO BRAGA** (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apresentei a Emenda nº 105, com o Destaque nº 1.444, a esse art. 140. Ela não pode ser considerada supressiva, exatamente porque faz a distinção entre título e capítulo.

Por isso, recorro do seu despacho que considerou a emenda prejudicada por ser supressiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — A emenda foi considerada prejudicada, mas vou examinar a ponderação feita por V. Exª

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado. (Votação nº 882):

SIM — 74  
NÃO — 284  
ABSTENÇÃO — 9  
TOTAL — 367

As emendas foram rejeitadas.

#### *VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:*

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Não  
Ademir Andrade — Sim  
Adhemar de Barros Filho — Não  
Adolfo Oliveira — Abstenção  
Adroaldo Streck — Não  
Adylson Motta — Não  
Aécio de Borba — Sim  
Aécio Neves — Não  
Afonso Arinos — Sim  
Agassiz Almeida — Sim  
Agripino de Oliveira Lima — Não  
Alarico Abib — Não  
Albano Franco — Não  
Aldo Arantes — Não  
Alfredo Campos — Não  
Aloysio Teixeira — Sim  
Aluizio Bezerra — Sim  
Aluizio Campos — Não  
Álvaro Antônio — Não  
Alysson Paulinelli — Não  
Amaury Müller — Não  
Anna Maria Rattes — Sim  
Annibal Barcellos — Não  
Antero de Barros — Não  
Antônio Carlos Franco — Não  
Antônio Carlos Konder Reis — Não  
Antônio de Jesus — Não  
Antonio Ferreira — Não  
Antonio Mariz — Não  
Antonio Perosa — Sim  
Arnaldo Faria de Sá — Não  
Arnaldo Martins — Sim  
Arnaldo Moraes — Não  
Arnaldo Prieto — Não  
Artur da Távola — Sim  
Átila Lira — Não  
Augusto Carvalho — Não  
Basílio Villani — Não  
Benedicto Monteiro — Abstenção  
Benedita da Silva — Não  
Benito Gama — Não

Bernardo Cabral — Não  
Beth Azize — Sim  
Bocayuva Cunha — Não  
Bonifácio de Andrada — Não  
Carlos Alberto Caó — Não  
Carlos Benevides — Não  
Carlos Cardinal — Não  
Carlos Chiarelli — Não  
Carlos De'Carli — Não  
Carlos Sant'Anna — Sim  
Carrel Benevides — Sim  
Cássio Cunha Lima — Não  
Célio de Castro — Sim  
Celso Dourado — Não  
César Maia — Não  
Chagas Duarte — Não  
Chagas Rodrigues — Não  
Chico Humberto — Não  
Cid Carvalho — Não  
Cid Sabóia de Carvalho — Sim  
Cláudio Ávila — Não  
Costa Ferreira — Não  
Cristina Tavares — Sim  
Cunha Bueno — Não  
Dálmton Canabrava — Não  
Darcy Deitos — Não  
Daso Coimbra — Não  
Del Bosco Amaral — Não  
Delfim Netto — Não  
Délío Braz — Não  
Denisar Arneiro — Sim  
Dirce Tutu Quadros — Sim  
Dirceu Carneiro — Não  
Domingos Leonelli — Sim  
Doreto Campanari — Não  
Edivaldo Motta — Sim  
Edme Tavares — Não  
Edmilson Valentim — Não  
Eduardo Bonfim — Não  
Eduardo Jorge — Não  
Eduardo Moreira — Não  
Egídio Ferreira Lima — Sim  
Elias Murad — Não  
Eliel Rodrigues — Não  
Eraldo Tinoco — Não  
Eraldo Trindade — Não  
Erico Pegoraro — Não  
Euclides Scalco — Sim  
Eunice Michiles — Não  
Evaldo Gonçalves — Não  
Expedito Machado — Não  
Fábio Feldmann — Não  
Farabulini Júnior — Não  
Fausto Rocha — Não  
Felipe Mendes — Não  
Fernando Bezerra Coelho — Não  
Fernando Gasparian — Sim  
Fernando Henrique Cardoso — Sim  
Fernando Lyra — Não  
Fernando Santana — Não  
Firmo de Castro — Não  
Flavio Palmier da Veiga — Sim  
Florestan Fernandes — Não  
França Teixeira — Não  
Francisco Carneiro — Sim  
Francisco Dias Alves — Não  
Francisco Dornelles — Não  
Francisco Küster — Sim  
Francisco Rollemberg — Não  
Francisco Rossi — Sim  
Francisco Sales — Não

Gabriel Guerreiro — Não  
Gandi Jamil — Não  
Gastone Righi — Não  
Genebaldo Correia — Não  
Genésio Bernardino — Não  
Geovani Borges — Não  
Geraldo Alckmin Filho — Não  
Geraldo Bulhões — Não  
Geraldo Campos — Sim  
Gerson Peres — Não  
Gonzaga Patriota — Não  
Guilherme Palmeira — Sim  
Gumerindo Milhomem — Não  
Harlan Gadelha — Não  
Haroldo Lima — Não  
Haroldo Sabóia — Não  
Hélio Costa — Não  
Hélio Duque — Não  
Hélio Manhães — Sim  
Hélio Rosas — Não  
Henrique Córdova — Não  
Heráclito Fortes — Não  
Hermes Zaneti — Sim  
Humberto Souto — Não  
Ibsen Pinheiro — Não  
Inocêncio Oliveira — Não  
Iram Saraiva — Não  
Irapuan Costa Júnior — Abstenção  
Irma Passoni — Não  
Ismael Wanderley — Não  
Itamar Franco — Não  
Ivo Lech — Não  
Ivo Mainardi — Não  
Jairo Carneiro — Não  
Jamil Haddad — Sim  
Jayme Paliarin — Não  
Jesualdo Cavalcanti — Não  
Jesus Tajra — Não  
João Agripino — Não  
João Calmon — Não  
João Carlos Bacelar — Não  
João da Mata — Não  
João de Deus Antunes — Não  
João Machado Rollemberg — Não  
João Menezes — Sim  
João Natal — Não  
João Paulo — Não  
João Rezek — Não  
Joaquim Bevilacqua — Não  
Jofran Frejat — Não  
Jonas Pinheiro — Não  
Jorge Arbage — Abstenção  
Jorge Bornhausen — Sim  
Jorge Hage — Sim  
Jorge Leite — Abstenção  
Jorge Medauar — Não  
Jorge Queved — Sim  
Jorge Vianna — Não  
José Carlos Grecco — Sim  
José Carlos Martínez — Não  
José Carlos Sabóia — Sim  
José Costa — Sim  
José da Conceição — Não  
José Egreja — Não  
José Elias — Não  
José Fogaça — Abstenção  
José Freire — Não  
José Genoíno — Não  
José Geraldo — Não  
José Guedes — Abstenção  
José Ignácio Ferreira — Sim

José Lins — Não  
 José Lourenço — Não  
 José Luiz de Sá — Não  
 José Luiz Maia — Não  
 José Maria Eymael — Não  
 José Maurício — Não  
 José Melo — Sim  
 José Moura — Não  
 José Paulo Bisol — Sim  
 José Queiroz — Não  
 José Richa — Sim  
 José Serra — Sim  
 José Tavares — Não  
 José Thomaz Nonô — Não  
 José Tinoco — Não  
 José Ulisses de Oliveira — Não  
 José Viana — Não  
 José Yunes — Não  
 Juarez Antunes — Não  
 Júlio Campos — Não  
 Júlio Costamilan — Não  
 Jutahy Magalhães — Sim  
 Koyu Iha — Sim  
 Lael Varela — Não  
 Leite Chaves — Sim  
 Lélío Souza — Não  
 Leopoldo Peres — Sim  
 Leur Lomanto — Não  
 Levy Dias — Não  
 Lezio Sathler — Não  
 Lídice da Mata — Não  
 Lúcia Vânia — Não  
 Lúcio Alcântara — Não  
 Luís Eduardo — Sim  
 Luís Roberto Ponte — Não  
 Luiz Alberto Rodrigues — Não  
 Luiz Freire — Não  
 Luiz Gushiken — Não  
 Luiz Henrique — Não  
 Luiz Inacio Lula da Silva — Não  
 Luiz Marques — Sim  
 Luiz Salomão — Não  
 Luiz Viana — Não  
 Luiz Viana Neto — Não  
 Lysâneas Maciel — Abstenção  
 Maguito Vilela — Não  
 Maluly Neto — Não  
 Mansueto de Lavor — Não  
 Manuel Viana — Não  
 Marcelo Cordeiro — Não  
 Márcia Kubitschek — Não  
 Márcio Braga — Não  
 Márcio Lacerda — Não  
 Marco Maciel — Não  
 Marcondes Gadelha — Não  
 Marcós Perez Queiroz — Não  
 Maria de Lourdes Abadia — Sim  
 Mário Assad — Não  
 Mário Covas — Sim  
 Mário de Oliveira — Não  
 Mário Lima — Não  
 Marluce Pinto — Não  
 Matheus Iensen — Não  
 Mattos Leão — Não  
 Maurício Corrêa — Não  
 Maurício Fruet — Não  
 Maurílio Ferreira Lima — Não  
 Mauro Benevides — Não  
 Mauro Campos — Sim  
 Melo Freire — Não  
 Mendes Botelho — Não

Mendes Canale — Não  
 Mendes Ribeiro — Não  
 Messias Soares — Sim  
 Michel Temer — Não  
 Milton Barbosa — Não  
 Milton Reis — Não  
 Miro Teixeira — Não  
 Moema São Thiago — Sim  
 Mussa Dernes — Não  
 Myriam Portella — Não  
 Naphtali Alves de Souza — Não  
 Nelson Aguiar — Não  
 Nelson Carneiro — Não  
 Nelson Jobim — Não  
 Nelson Seixas — Não  
 Nelson Wedekin — Não  
 Nelton Friedrich — Sim  
 Nestor Duarte — Não  
 Ney Maranhão — Não  
 Nilson Gibson — Sim  
 Nion Albernaz — Não  
 Norberto Schwantes — Não  
 Nyder Barbosa — Não  
 Octávio Elísio — Sim  
 Odacir Soares — Não  
 Olívio Dutra — Não  
 Orlando Bezerra — Sim  
 Orlando Pacheco — Não  
 Osmir Lima — Não  
 Osvaldo Bender — Não  
 Osvaldo Macedo — Sim  
 Osvaldo Sobrinho — Não  
 Oswaldo Almeida — Não  
 Oswaldo Trevisan — Não  
 Ottomar Pinto — Não  
 Paulo Almada — Não  
 Paulo Delgado — Não  
 Paulo Macarini — Não  
 Paulo Marques — Não  
 Paulo Paim — Não  
 Paulo Roberto Cunha — Não  
 Paulo Silva — Sim  
 Paulo Zarzur — Não  
 Pedro Canedo — Não  
 Pedro Ceolin — Não  
 Pimenta da Veiga — Sim  
 Plínio Arruda Sampaio — Não  
 Pompeu de Sousa — Sim  
 Raimundo Bezerra — Não  
 Raimundo Lira — Não  
 Raimundo Rezende — Não  
 Raquel Capiberibe — Sim  
 Raul Belém — Não  
 Raul Ferraz — Não  
 Renan Calheiros — Sim  
 Renato Bernardi — Não  
 Renato Vianna — Não  
 Ricardo Fiuzza — Não  
 Ricardo Izar — Não  
 Rita Camata — Não  
 Roberto Augusto — Não  
 Roberto Brant — Não  
 Roberto Campos — Não  
 Roberto Freire — Não  
 Roberto Torres — Não  
 Robson Marinho — Sim  
 Rodrigues Palma — Não  
 Ronaldo Aragão — Não  
 Ronan Tito — Não  
 Ronaro Corrêa — Não  
 Rosa Prata — Não

Rosario Congro Neto — Não  
 Rospide Netto — Não  
 Rubem Branquinho — Não  
 Rubem Medina — Sim  
 Ruben Figueiró — Não  
 Ruberval Pilotto — Não  
 Sadie Hauache — Não  
 Samir Achôa — Não  
 Sandra Cavalcanti — Sim  
 Santinho Furtado — Não  
 Sérgio Spada — Sim  
 Sérgio Werneck — Não  
 Sigmaringa Seixas — Sim  
 Sílvio Abreu — Não  
 Simão Sessim — Não  
 Siqueira Campos — Não  
 Sólon Borges dos Reis — Não  
 Tadeu França — Não  
 Telmo Kirst — Não  
 Teotônio Vilela Filho — Não  
 Tito Costa — Não  
 Ubiratan Aguiar — Não  
 Ubiratan Spinelli — Não  
 Ulysses Guimarães — Abstenção  
 Valmir Campelo — Não  
 Vasco Alves — Não  
 Vicente Bogo — Sim  
 Victor Faccioni — Não  
 Victor Fontana — Não  
 Victor Trovão — Não  
 Vilson Souza — Sim  
 Vinicius Cansanção — Não  
 Virgílio Galassi — Não  
 Virgílio Guimarães — Não  
 Vitor Buaz — Não  
 Vladimir Palmeira — Não  
 Wagner Lago — Não  
 Waldyr Pugliesi — Sim  
 Walmor de Luca — Não  
 Wilma Maia — Não  
 Wilson Campos — Não  
 Wilson Martins — Não

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 No decorrer da Ordem do Dia compareceram  
 mais os Srs.:

Genebaldo Correia — PMDB  
 Manuel Viana — PMDB  
 Marcondes Gadelha — PFL  
 Osvaldo Coelho — PFL.

## V — ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) —  
 Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a ses-  
 são.

## DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Afif Domingos — PL; Ailton Sandoval — PMDB;  
 Alécio Dias — PFL; Álvaro Pacheco — PFL; Álva-  
 ro Valle — PL; Antônio Câmara — PMDB; Antonio  
 Salim Curiati — PDS; Carlos Alberto — PTB; Dival-  
 do Surrugy — PFL; Domingos Juvenil — PMDB;  
 Ézio Ferreira — PFL; Felipe Cheidde — PMDB;  
 Flávio Rocha — PL; Francisco Pinto — PMDB;  
 Francisco Sales — PMDB; Genebaldo Correia —  
 PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Irajá Rodrigues  
 — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Cunha —  
 PDT; Joaquim Francisco — PFL; Lúcia Braga —

PFL; Luiz Soyer — PMDB; Manuel Viana — PMDB; Marcondes Gadelha — PFL; Mário Bouchardet — PMDB; Mauro Fecury — PFL; Nilso Sguarezi — PMDB; Noel de Carvalho — PDT; Olavo Pires — PTB; Osmundo Rebouças — PMDB; Osvaldo Coelho — PFL; Raimundo Bezerra — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Ronaldo Carvalho —

PMDB; Rose de Freitas — PSDB; Vieira da Silva — PDS; Vivaldo Barbosa — PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Ulysses Guimarães) — Encerro a sessão, designando para a de amanhã, dia 26, sexta-feira às 9 horas, anteriormente convocada, a seguinte.

## ORDEM DO DIA

Prosseguimento da votação das emendas destacadas, oferecidas ao Projeto de Constituição em segundo turno.

*(Encerra-se a sessão às 19 horas e 47 minutos.)*

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

# ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

## MESA

Presidente:  
**ULYSSES GUIMARÃES**

1º-Vice-Presidente:  
**MAURO BENEVIDES**

2º-Vice-Presidente:  
**JORGE ARBAGE**

1º-Secretário:  
**MARCELO CORDEIRO**

2º-Secretário:  
**MÁRIO MAIA**

3º-Secretário:  
**ARNALDO FARIA DE SÁ**

1º-Suplente de Secretário:  
**BENEDITA DA SILVA**

2º-Suplente de Secretário:  
**LUIZ SOYER**

3º-Suplente de Secretário:  
**SOTERO CUNHA**

## LIDERANÇAS NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

PMDB Líder: <b>Nelson Jobim</b> Vice-Líderes: Nelson Carneiro Paulo Macarini Gonzaga Patriota Osmir Lima Henrique Eduardo Alves Ubiratan Aguiar Joaci Góes Nestor Duarte Antonio Mariz Walmor de Luca Raul Belém Hélio Manhães Teotônio Vilela Filho Aluizio Bezerra Nion Albernaz Oswaldo Macedo Jovanni Massini Miro Teixeira Mendes Ribeiro	PSDB Líder: <b>Artur da Távola</b> Vice-Líderes: Octávio Elysio Anna Maria Rattes Jorge Hage Euclides Scalco José Serra Célio de Castro Vicente Bogo Chagas Rodrigues  PDS Líder: <b>Amaral Netto</b> Vice-Líderes: Victor Faccioni Carlos Virgílio  PTB Líder: <b>Gastone Righi</b> Vice-Líderes: Sólon Borges dos Reis Roberto Jefferson Elias Murad  PDT Líder: <b>Brandão Monteiro</b> Vice-Líderes: Amaury Müller Adhemar de Barros Filho Vivaldo Barbosa Raquel Cândido  PT Líder: <b>Luiz Inácio Lula da Silva</b> Vice-Líderes: Plínio Arruda Sampaio José Genoíno	PDC Líder: <b>Mauro Borges</b> Vice-Líderes: José Maria Eymael Siqueira Campos  PL Líder: <b>Adolfo Oliveira</b>  PSB Líder: <b>Ademir Andrade</b> PC do B Líder: <b>Haroldo Lima</b> Vice-Líder: Aldo Arantes  PCB Líder: <b>Roberto Freire</b> Vice-Líder: Fernando Santana  PMB Líder: <b>Ney Maranhão</b> PTR Líder: <b>Messias Soares</b>  PSD Líderes: <b>César Cals Neto</b>  PMN Líder: <b>Paulo Ramos</b>
--	--	---



## COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Presidente:

Afonso Arinos — PFL — RJ

1º-Vice-Presidente:

Aluizio Campos — PMDB — PB

2º-Vice-Presidente:

Brandão Monteiro — PDT — RJ

Relator:

Bernardo Cabral — PMDB — AM

### Titulares

#### PMDB

Abigail Feitosa	José Ignácio Ferreira
Ademir Andrade	José Paulo Bisol
Alfredo Campos	José Richa
Almir Gabriel	José Serra
Aluizio Campos	José Ulisses de Oliveira
Antonio Brito	Manoel Moreira
Artur da Távola	Mário Lima
Bernardo Cabral	Milton Reis
Carlos Mosconi	Nelson Carneiro
Carlos Sant'Anna	Nelson Jobim
Celso Dourado	Nelson Friedrich
Cid Carvalho	Nilson Gibson
Cristina Tavares	Oswaldo Lima Filho
Egídio Ferreira Lima	Paulo Ramos
Fernando Bezerra Coelho	Pimenta da Veiga
Fernando Gasparian	Prisco Viana
Fernando Henrique Cardoso	Raimundo Bezerra
Fernando Lyra	Renato Vianna
Francisco Pinto	Rodrigues Palma
Haroldo Sabóia	Sigmaringa Seixas
João Calmon	Severo Gomes
João Hermann Neto	Theodoro Mendes
José Fogaça	Virgildásio de Senna
José Freire	Wilson Martins
José Geraldo	

#### PFL

Afonso Arinos	José Jorge
Alceni Guerra	José Lins
Aloysio Chaves	José Lourenço
Antonio Carlos Mendes	José Santana de
Thame	Vasconcellos
Amaldo Prieto	José Thomaz Nonô
Carlos Chiarelli	Luís Eduardo
Christóvam Chiaradia	Marcondes Gadelha
Edme Tavares	Mário Assad
Eraldo Tinoco	Oswaldo Coelho
Francisco Dornelles	Paulo Pimentel
Francisco Benjamim	Ricardo Fiuza
Inocência Oliveira	Sandra Cavalcanti

#### PDS

Antoniocarlos Konder	Jarbas Passarinho
Reis	José Luiz Maia
Darcy Pozza	Virgílio Távora
Gerson Peres	

#### PDT

Brandão Monteiro	Lysâneas Maciel
José Maurício	

#### PTB

Francisco Rossi	Joaquim Bevilacqua
Gastone Righi	

#### PT

Luiz Inácio Lula	Plínio Arruda
da Silva	Sampaio

#### PL

Adolfo Oliveira

#### PDC

Siqueira Campos

#### PC do B

Haroldo Lima

#### PCB

Roberto Freire

#### PSB

Jamil Haddad

#### PMDB

Antonio Farias

### Suplentes

#### PMDB

Aécio Neves	Luiz Henrique
Albano Franco	Manoel Viana
Antonio Mariz	Márcio Braga
Chagas Rodrigues	Marcos Lima
Daso Coimbra	Michel Temer
Délio Braz	Miro Teixeira
Euclides Scalco	Nelson Wedekin
Israel Pinheiro	Octávio Elísio
João Agripino	Roberto Brant
João Natal	Rose de Freitas
José Carlos Grecco	Uldurico Pinto
José Costa	Vicente Bogo
José Maranhão	Vilson de Souza
José Tavares	Ziza Valadares

#### PFL

Enoc Vieira	Jonas Pinheiro
Furtado Leite	José Lourenço
Gilson Machado	José Tinoco
Hugo Napoleão	Mozarildo Cavalcanti
Jesualdo Cavalcante	Valmir Campelo
João Menezes	Paes Landim
Jofran Frejat	Ricardo Izar
	Oscar Corrêa

#### PDS

Adyson Motta	Victor Faccioni
Bonifácio de Andrada	

#### PDT

Bocayuva Cunha	Luiz Salomão
----------------	--------------

#### PTB

Ottomar Pinto

#### PT

José Genoíno

#### PL

Afif Domingos

#### PDC

José Maria Eymael	Roberto Ballestra
-------------------	-------------------

#### PC do B

Aldo Arantes

#### PCB

Fernando Santana

#### PSB

Beth Azize

#### PMB

Israel Pinheiro Filho

**Reuniões:** terças, quartas e quintas-feiras.

**Secretária:** Maria Laura Coutinho

**Telefones:** 224-2848 — 213-6875 — 213-6878.

# **DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE**

## **Preço de Assinatura**

**(Inclusa as despesas de correio via terrestre)**

**Semestral ..... Cz\$ 950,00**

**Exemplar avulso ..... Cz\$ 6,00**

**Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, nota de empenho ou ordem de pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do**

**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.  
CEP: 70 160**

**Maiores informações pelos telefones (061) 211-4128 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.**

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 96

(outubro a dezembro de 1987)

Está circulando o nº 96 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 352 páginas, contém as seguintes matérias:

Os dilemas institucionais no Brasil — **Ronaldo Poletti**  
A ordem estatal e legalista. A política como Estado e o direito como lei — **Nelson Saldanha**  
Compromisso Constituinte — **Carlos Roberto Pellegrino**  
Mas qual Constituição? — **Torquato Jardim**  
Hermenêutica constitucional — **Celso Bastos**  
Considerações sobre os rumos do federalismo nos Estados Unidos e no Brasil — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**  
Rui Barbosa, Constituinte — **Rubem Nogueira**  
*Relaciones y convenios de las Provincias con sus Municipios, con el Estado Federal y con Estados extranjeros* — **Jesús Luis Abad Hernando**  
Constituição sintética ou analítica? — **Fernando Herren Fernandes Aguillar**  
Constituição americana, moderna aos 200 anos — **Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza**  
A Constituição dos Estados Unidos — **Kenneth L. Penegar**  
A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira — **Fernando Whitaker da Cunha**  
*Uma análise sistêmica do conceito de ordem econômica e social* — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Ney Prado**  
A intervenção do Estado na economia — seu processo e ocorrência históricos — **A. B. Cotrim Neto**  
O processo de apuração do abuso do poder econômico na atual legislação do CADE — **José Inácio Gonzaga Franceschini**  
Unidade e dualidade da magistratura — **Raul Machado Horta**

Judiciário e minorias — **Geraldo Ataliba**  
Dívida externa do Brasil e a arguição de sua inconstitucionalidade — **Nailê Russomano**  
O Ministério Público e a Advocacia de Estado — **Pinto Ferreira**  
Responsabilidade civil do Estado — **Carlos Mário da Silva Velloso**  
Esquemas privatísticos no direito administrativo — **J. CreteLLa Júnior**  
A sindicância administrativa e a punição disciplinar — **Edmir Netto de Araújo**  
A vinculação constitucional, a recorribilidade e a acumulação de empregos no Direito do Trabalho — **Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena**  
Os aspectos jurídicos da inseminação artificial e a disciplina jurídica dos bancos de esperma — **Senador Nelson Carneiro**  
*Casamento e família na futura Constituição brasileira, a contribuição alemã* — **João Baptista Villela**  
A evolução social da mulher — **Joaquim Lustosa Sobrinho**  
Os seres monstruosos em face do direito romano e do civil moderno — **Silvio Meira**  
Os direitos intelectuais na Constituição — **Carlos Alberto Bittar**  
O direito autoral do ilustrador na literatura infantil — **Hildebrando Pontes Neto**  
Reflexões sobre os rumos da reforma agrária no Brasil — **Luiz Edson Fachin**

À venda na Subsecretaria  
de Edições Técnicas  
Senado Federal,  
Anexo I, 22º andar  
Praça dos Três Poderes,  
CEP 70160 — Brasília, DF  
Telefones: 211-3578 e  
211-3579

PREÇO DO  
EXEMPLAR:  
Cz\$ 150,00

Assinatura  
para 1988  
(nºs 97 a 100):  
Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775. Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

# Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil

Obra de autoria da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal

— Edição: 1986 —

- Antecedentes históricos.
- Regimentos das Assembléias Constituintes de 1823, de 1890-91, de 1933-34 e de 1946. Textos comentados pelos Constituintes.
- Normas regimentais disciplinadoras do Projeto de Constituição que deu origem à Constituição de 1967.
- Índices temáticos dos Regimentos e dos pronunciamentos. Índices onomásticos.

496 páginas  
Preço: Cz\$ 150.00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, anexo 1, 22.º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 144 PÁGINAS**

**PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cz\$ 6,00**